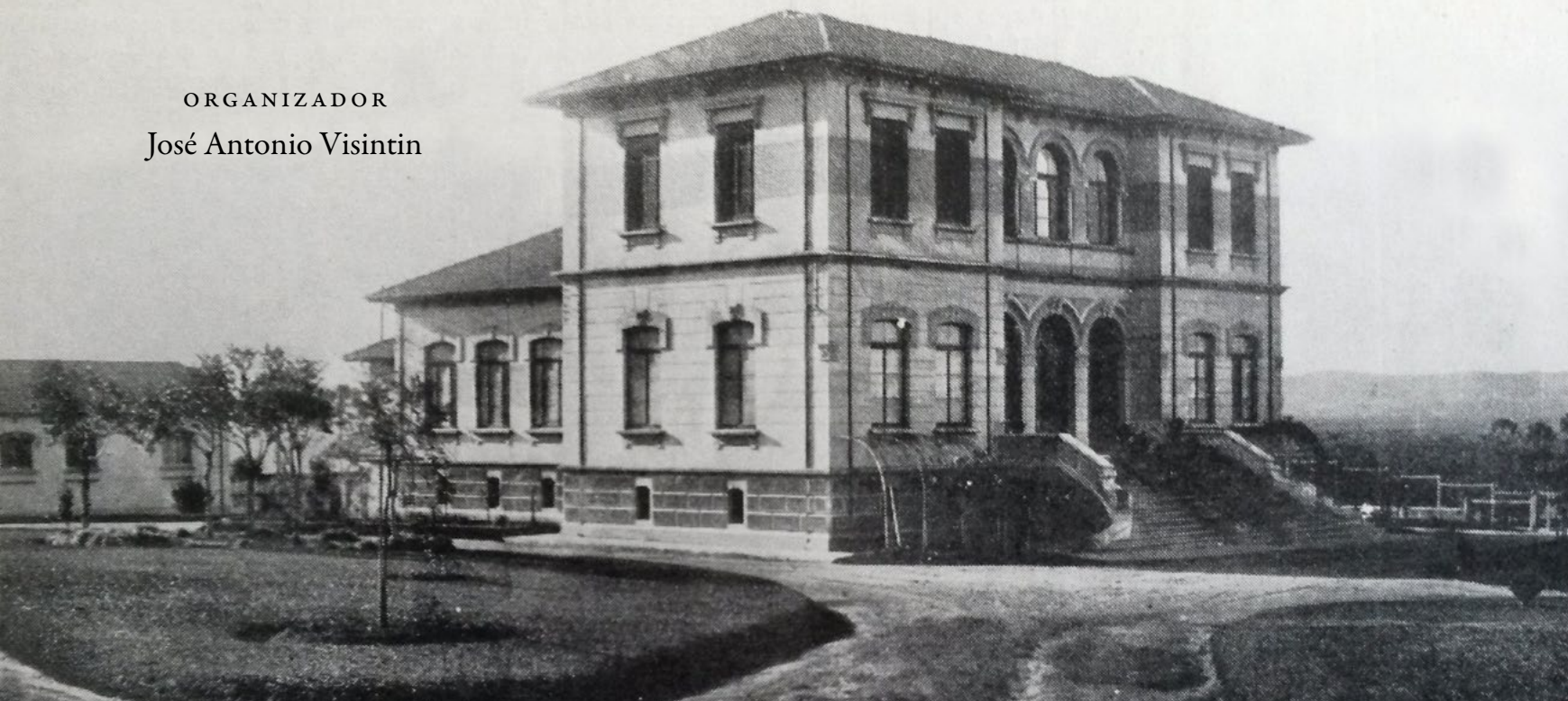


ORGANIZADOR

José Antonio Visintin



Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo

100 ANOS DE HISTÓRIA (1919-2019)





Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.

Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia
da Universidade de São Paulo
100 Anos de História (1919-2019)

DOI: 10.11606/9786587778051

Patrocínio



PremieRpet



Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia
da Universidade de São Paulo
100 Anos de História (1919-2019)

ORGANIZADOR

José Antonio Visintin

AUTORES

Angelo João Stopiglia

Eduardo Harry Birgel

Gláucio Pereira de Assis

José Antonio Visintin

Ricardo de Albuquerque



São Paulo, 2019

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

REITOR

Vahan Agopyan

VICE-REITOR

Antonio Carlos Hernandez

PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO

Edmund Chada Baracat

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO

Carlos Gilberto Carlotti Junior

PRÓ-REITOR DE PESQUISA

Sylvio Roberto Accioly Canuto

PRÓ-REITORA DE CULTURA E EXTENSÃO

Maria Aparecida de Andrade Moreira Machado

FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA E ZOOTECNIA

DIRETOR

José Antonio Visintin

VICE-DIRETOR

José Soares Ferreira Neto

COMISSÃO ORGANIZADORA

Andrea Micke Moreno

Angelo João Stopiglia

Daniel Marcelo Dias Entorno

Durval Antonio Porto de Araujo

Eduardo Harry Birgel

Enrico Lippi Ortolani

Fernando José Benesi

Gláucio Pereira de Assis

Ivete Aparecida Silva

Jairo Carlos Filho

Joana Ferreira Dias de Vasconcelos

Marcio Antonio Brunetto

Marcos Veiga dos Santos

Maria Paula Habitante Thomas

Maurício Candido da Silva

Mayra Elena Ortiz D'Avila Assumpção

Ricardo de Albuquerque

Suely Stringari de Souza

FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA

E ZOOTECNIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO:

100 ANOS DE HISTÓRIA (1919-2019)

Copyright © 2019 by FMVZ-USP

Distribuição Gratuita

COORDENAÇÃO GERAL

José Antonio Visintin

FOTOS

Arquivos FMVZ-USP

REVISÃO

Eliza Tiosse Corrêa

Joana Vasconcelos

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Negrilo Produção Editorial

TIPOLOGIA

Garamond Premier Pro

PAPEL

Couché fosco 115 g/m²

TIRAGEM

2.500 exemplares

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Lis Gráfica

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO
(Biblioteca Virginie Buff D'Ápice da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo)

Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo: 100 anos de história (1919-2019) / organização de: José Antonio Visintin... [et al.]. – São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, 2019.
256 p.: il.: col.; 23 × 28 cm.

ISBN: 978-65-87778-05-1

DOI: 10.11606/9786587778051

1. Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP (História). 2. Ensino da Medicina Veterinária. 3. Universidade de São Paulo. 4. História – São Paulo (Estado). 1. Stopiglia, Angelo João. 11. Birgel, Eduardo Harry. 111. Assis, Gláucio Pereira de. 11. Visintin, José Antonio. 11. Albuquerque, Ricardo de.

LC SF615

Sumário

PREFÁCIO.....	6	Capítulo 5	DA FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA À FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA E ZOOTECNIA DA USP (1938-1969).....	99
Vahan Agopyan			Angelo João Stopiglia	
APRESENTAÇÃO.....	7	Capítulo 6	A FMVZ NO <i>CAMPUS</i> FERNANDO COSTA DA USP EM PIRASSUNUNGA	129
Mário Eduardo Pulga			Ricardo de Albuquerque	
AGRADECIMENTOS	8	Capítulo 7	DOS BARRACÕES PROVISÓRIOS ÀS INSTALAÇÕES DEFINITIVAS DA FACULDADE (1969-1999)	163
Capítulo 1			Angelo João Stopiglia	
A HISTÓRIA MUNDIAL DA VETERINÁRIA: COMO NASCE UMA PROFISSÃO E COMO SURGE O ENSINO	9	Capítulo 8	HISTÓRIA DO CENTRO ACADÊMICO DA FMVZ-USP	213
Eduardo Harry Birgel			José Antonio Visintin	
Capítulo 2			Gláucio Pereira de Assis	
ANTECEDENTES DA CRIAÇÃO DO CURSO DE MEDICINA VETERINÁRIA EM SÃO PAULO.....	19	Capítulo 9	PRESENTE E FUTURO DA FMVZ-USP	221
Gláucio Pereira de Assis			José Antonio Visintin	
Capítulo 3				
FATORES DETERMINANTES NA CRIAÇÃO DO CURSO DE VETERINÁRIA NO ESTADO DE SÃO PAULO	35			
Gláucio Pereira de Assis				
Capítulo 4				
DO INSTITUTO DE VETERINÁRIA À ESCOLA DE MEDICINA VETERINÁRIA DE SÃO PAULO (1919-1937) ..	47			
Gláucio Pereira de Assis				

Prefácio

Para comemorar o centenário da instituição, decidiu-se preparar este texto onde está registrado toda a história dessa renomada Faculdade, inclusive relatando o desenvolvimento da profissão desde a sua efetivação no século XVIII. É um livro denso, repleto de informações, relatando detalhes importantes e curiosos que a Faculdade viveu nesses 100 anos.

Gostaria de discorrer um pouco sobre o ambiente em que essa instituição de ensino foi implantada, num momento muito importante da história do nosso país e do nosso estado. Pois nada acontece ao acaso, sempre podemos constatar que o momento foi apropriado e pessoas competentes atuaram.

A antiga província de São Paulo, em meados do século XIX, mesmo sendo uma das regiões relativamente mais pobres do país, contava na sociedade com lideranças políticas, empresariais e intelectuais bem esclarecidas, que acreditavam na educação como um propulsor imprescindível para o desenvolvimento econômico e social. Assim começaram a implantar com recurso locais, as escolas laicas, as escolas profissionais e, no fim daquele século e no começo do século XX, as faculdades profissionais.

Logo após a proclamação da República, no estado de São Paulo, já adotando a nova denominação, existia apenas a tradicional Faculdade de Direito de São Paulo, no Largo de São Francisco, mantida pelo governo central. Os líderes, quase todos participantes do movimento republicano, perceberam a necessidade de melhor preparar os jovens para atender às necessidades do crescimento do estado, ainda basicamente de economia agrícola, com um pouco de pecuária e algumas poucas indústrias de bens de consumo. Inicialmente previam o funcionamento de mais 3 instituições, voltadas para o ensino de: Engenharia (Escola Politécnica, implantada em 1893), de Agricultura (inicialmente Escola Agricultura e depois Escola Superior de Agricultura Luís de Queiroz, em 1901) e de Medicina (de 1913). Nesse meio tempo, uma escola livre acabou resultando na Faculdade de Odontologia e Farmácia (1900), e constatou-se a necessidade de ampliar o apoio ao campo, com a Faculdade de Medicina Veterinária, em 1919, muito bem descrita aqui, e o Instituto de Educação, que teve uma

vida curta e foi incorporada na então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), logo depois da fundação da Universidade de São Paulo (USP).

A própria instalação da USP, juntando as instituições isoladas já existentes com a implantação da nova FFCLH, trazendo docentes de prestígio da Europa pré-guerra, para ministrar aulas em São Paulo, disseminou e consolidou os princípios de indissociabilidade do ensino com a pesquisa e com as atividades de extensão.

Nesse ambiente promissor, o curso de Medicina Veterinária foi implantado no Instituto de Veterinária, até se tornar uma instituição independente em 1928 e depois se incorporar à USP, em 1934, com todos os percalços descritos nesta publicação. Integrada à USP, a Faculdade incorporou os modernos conceitos da universidade, oferece o ensino num ambiente de pesquisa, ampliou as suas atividades em Pirassununga e oferece o treinamento e a aplicação dos conhecimentos desenvolvidos no Hospital Veterinário. Atingir a excelência da FMVZ não foi uma tarefa simples, exigiu esforço, dedicação, persistência e criatividade. A leitura deste livro explica todo o trabalho investido para se conseguir a qualidade que a instituição obteve, reconhecida nacional e internacionalmente.

Parabenizo os autores, a direção e toda a comunidade da Faculdade pela produção deste livro, que registra os feitos da instituição. São registros detalhadamente descritos que permitem ao leitor acompanhar o desenvolvimento da instituição. Na parte final do texto está uma análise sobre o futuro da FMVZ, incluindo o seu Hospital, cuja leitura é importante para se compreender o que se está pretendendo como diretriz para seu desenvolvimento futuro.

Por fim, devo parabenizar toda a comunidade, os docentes, os funcionários técnicos e administrativos e os alunos, tanto os atuais como os antigos, pela Faculdade que forjaram nesse século de vida – o sucesso e a excelência da instituição é fruto do trabalho coletivo.

VAHAN AGOPYAN
Reitor

Apresentação

Ao receber o convite para escrever algumas palavras para o livro comemorativo do centenário da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo (FMVZ-USP), confesso que fiquei um pouco apreensivo. Como sintetizar em poucas palavras – me encomendaram uma lauda – a grandeza da instituição na qual me formei no ano de 1979?

Assim decidi não recorrer ao histórico, esse, tenho certeza, será retratado soberbamente no livro, mas ouvir ao coração, e este tem uma grande gratidão por essa escola. Recordo da alegria familiar ao ver o meu nome na lista de aprovados da USP, numa manhã de domingo. Buscando na memória, automaticamente, vem à mente os grandes mestres, a qualidade das aulas, os colegas e os amigos, mas não só isso era aquela faculdade. Mais do que nos ensinar Medicina Veterinária, ela nos ensinava a sermos curiosos, a desenvolvermos raciocínio lógico, a pensarmos grande e termos ética na condução da nossa futura profissão. Tínhamos aulas presenciais, teóricas e práticas, de manhã até a tarde.

Neste momento, na condição de presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP), desafio que a classe generosamente me outorgou, vejo com preocupação a abertura de novas escolas de forma desenfreada e a criação de cursos sobre a forma de Ensino a Distância (EAD). Não sou contra este recurso, desde que seja usado de forma complementar ao presencial.

A base de tudo tem que ser a qualidade, e isto a FMVZ-USP teve e tem de sobra, sendo pioneira na obtenção da acreditação que o Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) instituiu no sistema para avaliação da qualidade das escolas de Medicina Veterinária.

Parabéns à nossa Escola, por seu centenário glorioso e futuro promissor, formando não somente médicos-veterinários, mas principalmente cidadãos e líderes para o mundo.

Que venham mais 100 anos.

MÁRIO EDUARDO PULGA
Presidente do CRMV-SP
(2018-2021)

Agradecimentos

Os autores gostariam de agradecer, pelo apoio à publicação:

- Alexandre Merlos Ruiz
- Camila Molgara Gamba
- Carmen Lucia Francisco Costa Ferreira
- Diego Pinto Muras
- Esleibe Ghion
- Maria Aparecida Laet
- Michel Luiz Vilas Boas Rebelo
- Solange Vicentini Moessemboeck

I

CAPÍTULO I

A história mundial da Veterinária:
como nasce uma profissão e como
surge o ensino

Eduardo Harry Birgel



Por consenso cosmopolita, o ano de 2011 foi considerado o Ano Mundial da Veterinária, pois festejava-se de forma condigna uma significativa efeméride de nossa digna profissão: o seu 250º aniversário, marcado pela criação do primeiro curso de Veterinária no mundo – a Escola de Veterinária de Lyon, em 1761. Assim se estabeleceu uma nova profissão liberal, a Medicina Veterinária. Para todos ficou marcado e bem definido que a nossa nobre profissão passou a existir de forma incontestável a partir dessa data.

No Brasil, considera-se existir o ensino formal da Medicina Veterinária há 108 anos, e no estado de São Paulo planeja-se festejar o centenário do ensino de graduação superior no entrante ano de 2019.

Apesar da oportuna situação de se festejarem essas significativas efemérides, deve-se destacar que, segundo ilustres historiadores, a estreita relação entre os humanos e os animais remonta há mais de 10 mil anos – apenas considerando-se a domesticação dos animais a partir dos bovinos, há mais de 8 mil anos, na Anatólia (hoje na Turquia) e dos ancestrais dos suínos, domesticados em 6500 a.C., na Europa, Pérsia, África e China. Só posteriormente, há cerca de 5 mil anos, houve a domesticação dos equídeos e, mais recentemente, segundo Coockril (1984), entre 2.500 e 1.400 anos a.C, houve a domesticação dos búfalos (*Bubalus bubalis*) na Índia e China. Ressalte-se, entretanto, que o búfalo africano (*Sincerus caffer*) jamais foi domesticado, sendo considerado animal intratável e perigoso (Dunlop; Williams, 1996).

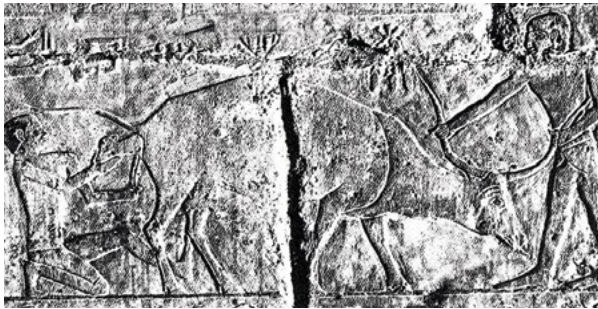
Nos primórdios da civilização, os animais somente eram utilizados para a manutenção da vida dos humanos, como alimento, serviços de carga e tração, aquecimento pelo calor da queima das fezes ressecadas ou no revestimento das paredes das cabanas e uso da pele nas vestimentas. Gradativamente, a simples utilização dos animais foi transformada pela necessidade da criação e manutenção dos animais domesticados, para finalmente haver a preocupação com a manutenção da saúde e o tratamento dos animais doentes.

Considerando o preâmbulo apresentado, é forçoso admitir a proposta apresentada no título do livro *Geschichte der Tiermedizin – 5000 Jahre Tierheilkunde* (História da Medicina Veterinária – 5000 anos de tratamento dos animais), dos historiadores von den Driesch e Peters (2003, 2. ed.).

Neste livro, os historiadores von den Driesch e Peters apresentam a figura de um auxílio obstétrico prestado a uma vaca parturiente, gravada numa tumba em Sakkara – Cemitério de Memphis, antiga capital do Egito (durante a quinta dinastia). A tumba foi construída em homenagem a dois funcionários, com categoria da realeza – Nianchchnum e Chnumhotep¹. As gravuras estão em exposição no Instituto de Egptologia de Munique, na Alemanha.

1. Os nomes dos graduados funcionários significava, respectivamente, “a vida pertence à divindade” e “divindade satisfeita”, pois *chnum* = “divindade”; *nianch* = “a vida pertence” e *hotep* = “satisfação/satisfeita”.

Auxílio obstétrico no parto de uma vaca. Figura da Quinta Dinastia Egípcia (2492-2344 a.C.)



Na evolução das atividades da Veterinária houve importantes momentos descritos pelos historiadores que se dedicaram ao assunto, a grande maioria deles com formação profissional na *Ars Veterinariae*. No desenrolar dos tempos e das eras, a Medicina Veterinária evoluiu, incorporando em suas atividades informações culturais e tradições de antigos povos e civilizações. Além de conhecimento, foram incluídas às práticas veterinárias superstições e credências, muitas das quais vigoram até hoje. Na Idade Média (800-1.700 a.D.), houve uma estagnação dos estudos relacionados às ciências e aos estudos humanísticos, com maléficis resultados para a pecuária, justamente quando a população necessitava do aumento da produção de alimentos para suprir as necessidades da humanidade, que crescia de forma exponencial.

Muitas pragas, pestes ou epizootias ocorreram nos três primeiros séculos da Era Cristã, mas foram reconhecidos e marcados os surtos que ocorreram no século VI, após as invasões dos bárbaros, período das migrações das populações²: dos hunos, sob o comando de Átila (também conhecido como a Praga ou Flagelo de Deus, que viveu de 406 a 453), e dos godos e visigodos ao território Europeu. As epizootias, causadas pela movimentação das populações e dos animais e rebanhos, resultaram em grande mortalidade de animais e consequente fome nos séculos seguintes (do século VI ao X).

Na época, as necessárias medidas médicas não foram tomadas, até o surgimento da morte negra, peste negra – doença assim denominada pelas grandes manchas negras que apareciam na pele dos enfermos – ou peste bubônica (posteriormente, foi identificado como agente etiológico a *Yersinia pestis*). Numa sequência de surtos, haveria grande mortalidade nas populações do século XIV. Em razão do desastre funesto da pandemia de peste bubônica, que matou cerca de 35 milhões de pessoas nas décadas de 1340-1350, os camponeses perderam a fé – a religião católica era a sede do saber e responsável pela

2. *Völkerwanderung* para os alemães, ocorrida nos anos 300 a 500 a.D. Destaque-se que a palavra “bárbaro”, no grego antigo, significava simplesmente “estrangeiro”.

orientação e conforto das populações – e aderiram aos rituais místicos, de magia e ao charlatanismo para o aconselhamento da terapia dos animais enfermos.

A pecuária sofreu, ainda, percalços de graves enfermidades infecciosas ou parasitárias. Na época, descreveram-se inúmeras “pestes” que dizimaram os rebanhos bovinos da Europa, dando-se ênfase à peste bovina, à febre aftosa, ao carbúnculo e à pneumonia. O tratamento dos bovinos enfermos era realizado por elementos das castas inferiores da sociedade, como pastores, boiadeiros, ferreiros, entre outros, sendo que a terapia empírica, dominada por superstições e fetichismos, contava com uma ativa participação da Igreja cristã, que, ao se adaptar aos costumes da época, recomendava oferendas votivas, bênçãos e procissões implorativas.

No início da Idade Moderna, a Guerra dos Trinta Anos – envolvendo vários países no combate ao Sacro Império Romano-Germânico, com grande rivalidade – teve o objetivo direto de impedir o furor expansionista da dinastia Habsburgo. Apesar de os combates ocorrerem predominantemente na Alemanha, a guerra teve vários períodos: Palatino-Boêmia (1618-1624); Período Dinamarquês (1624-1629) e Período Sueco (1630-1648). Durante a guerra, houve um crescente aperfeiçoamento europeu dos serviços da Medicina, inclusive da Veterinária, em face à necessidade de ensinar os serviços a tratar dos animais feridos ou enfermos. Talvez esses momentos tenham constituído os primórdios informais do ensino da Veterinária.

Foi nessa época que surgiu a necessidade de formação dos veterinários, que, no alvorecer de nossa história, eram denominados de alveitar ou *albeitar* (médico de cavalos, curandeiro de doenças de animais ou ferrador de cavalgaduras), em Portugal e na Espanha, respectivamente; *écuyer* (escudeiro), na França; *Rossarzt* (atualmente “hipiatra”) ou *Stallmeister* (cavalição hoje técnico em criação e manejo de equinos), respectivamente na Áustria e na Alemanha; *marescalciou marechalcho* (marechal), nas regiões que hoje compõem a Itália; e *marshals, cow Leeches* e *shepherd* (pastor) nos países de língua inglesa.

O Renascimento, ou Renascença, pode ser considerado como a fase de transição entre as trevas da era medieval e o Iluminismo, preparatório da era contemporânea, mas na realidade foi o longo período de readaptação da humanidade aos novos conceitos da civilização e de vivência das populações. O homem passou a ser o parâmetro do mundo, caracterizando sua história por grandes revoluções; a visão humana modificou-se radicalmente, pois, no período anterior, todos os campos do saber humano tendiam a voltar-se para explicações teocêntricas, ressurgindo os estudos de ciências humanas, tor-

nando-se o homem, ao mesmo tempo o objeto de observação e o observador! Os renascentistas implantaram ou adaptaram ao seu modo de ver alguns conceitos que, na prática, impulsionaram de forma efetiva a ciência, de modo a tornar o histórico período o marco inicial da ciência moderna.

A história confirma as realizações desse período, pois foram inventados inúmeros equipamentos e instrumentos científicos, conhecidas e elucidadas diversas leis naturais, cabendo grande destaque à Medicina e sua sempre companheira, a Veterinária – com ênfase em algumas especialidades, como a fisiologia e a anatomia topográfica. No século XVII, o francês René Descartes concebeu um modelo de verdade incontestável, que abriria espaço para a Idade Contemporânea da história da humanidade e de nossa civilização.

A Idade Contemporânea compreende o espaço de tempo que vai da Revolução Francesa (1789) aos nossos dias. Está marcada, de maneira geral, pelo desenvolvimento e consolidação do regime capitalista no ocidente e, conseqüentemente, pelas disputas das grandes potências europeias por territórios, matérias-primas e mercados consumidores. E, no âmbito da Medicina Veterinária, pelo aparecimento de Centros ou Escolas de Ensino da *Ars Veterinariae*, inicialmente na região ocidental do hemisfério norte, depois nos demais países europeus e, mais tardiamente, também, no hemisfério sul.

O mundo estava se preparando para o crescimento cultural e científico de nossa moderna civilização. O treinamento e preparo técnico e intelectual dos profissionais necessários para o pleno desenvolvimento dos povos exigia um novo pragmatismo, diferenciado de acordo com as qualificações exigidas para o ensino da Medicina Veterinária no mundo contemporâneo. Havia premente necessidade da criação e implantação de cursos específicos para a formação dos modernos veterinários de então.

Segundo registros históricos, a evolução cronológica da fundação de Escolas de Veterinária, no mundo, destacando apenas aquelas pioneiras, é a seguinte: Escolas de Veterinária de Lyon e Alfort, na França, respectivamente em 1761 e 1765; Curso de Veterinária de Viena, na Áustria, em 1768, Escola de Veterinária de Turim, na Itália, em 1769; Ensino de Veterinária em Skara, na Suécia, em 1775; Escola Superior de Veterinária de Hannover, na Alemanha, em 1778; Curso de Veterinária em Budapeste, na Hungria, em 1781; Royal Veterinary College em Londres, na Grã-Bretanha, em 1791; e Escola de Veterinária, na região de Aragón, na Espanha, em 1793, tendo como professores os *mariscalis* – veterinários do Exército. Somente em 1830 instalou-se em Lisboa a Real Escola de Veterinária, por decisão do rei Dom Miguel. Ressalte-se que a implantação desses cursos, no hemisfério sul, foi ainda mais tardia.



Ilustração de tratamento do timpanismo em bovino, por punção do vazio do flanco esquerdo, com trocarte. Copenhague, E. N. Virborg's, 1972.

Portanto, como se vê, a Medicina Veterinária moderna, organizada a partir de critérios científicos, começou a desenvolver-se com o surgimento da primeira escola de Medicina Veterinária do mundo em Lyon, na França, criada pelo hipologista e advogado francês Claude Bourgelat (1712-1779).

A Escola de Veterinária de Lyon foi criada em 9 de agosto de 1761, por solicitação de Bourgelat e por ato real assinado pelo rei francês Luís XV³, no palácio de Versalhes Este pioneiro centro de formação de médicos veterinários, considerado o primeiro curso formal do ensino de graduação superior em Medicina Veterinária, começaria a funcionar apenas em 19 de fevereiro de 1762, com oito estudantes. Em 1765, também na França, foi criado o segundo curso de Veterinária, idealizado e organizado também por Claude Bourgelat na Escola de Alfort, em Paris. No desenvolvimento de suas atividades, recebeu a colaboração de eminentes luminares das ciências biológicas e médicas, muitos dos quais considerados veterinários por atuações relevantes em áreas específicas da Medicina Veterinária, entre os quais se destacaram Louis Pasteur, Camille Guérin, Albert Calmette e Gaston Ramon.

Em números, podemos destacar que no final do século XVIII existiam dezenove escolas de veterinária, das quais dezessete ainda estão em pleno funcionamento. Por questões de óbvio entendimento, a data da criação e implantação da primeira escola de Veterinária – a pioneira e tradicional Escola de Lyon – foi considerada a data oficial da criação da profissão do médico veterinário.

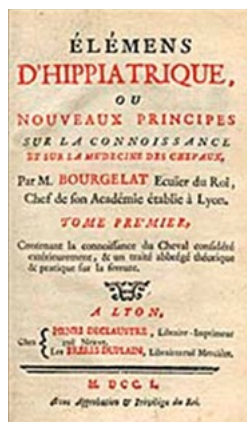
Em resumo, pode-se afirmar que, dos 5 mil anos de tratamento dos animais, conforme a avaliação já mencionada dos historiadores von den Driesch e Peters (2003), os últimos dois séculos e meio correspondem à real existência da profissão de veterinário, instituída com a implantação formal do primeiro

3. Luís XV nasceu em Versalhes em 15 de fevereiro de 1710 e também morreu em Versalhes, em 1774, de varíola, a primeira doença infecciosa de origem viral a ser erradicada do planeta.

Claude Bourgelat (1712-1779), Patrono da Medicina Veterinária Mundial.

Capa do livro Elementos de Hippiatria ou Novos Principios sobre Conhecimentos e sobre a Medicina dos Cavalos – Tomo I. Contendo o conhecimento do cavalo considerado externamente, e um tratado teórico resumido e e prático de ferrageamento de equinos. Por Claude Bourgelat, Escudeiro do Rei e Chefe da Academia em Lyon (1750).

Vista atual do portal da Escola Nacional de Veterinária de Lyon.



curso de formação de médicos veterinários. Assim, podemos dizer que o exercício de uma profissão é a responsável pela criação e implantação de seu ensino de graduação superior, legalizado segundo as normas jurídicas de cada país.

No contexto do centenário do ensino da Veterinária no Brasil e do anunciado centenário do ensino da Medicina Veterinária no estado de São Paulo, antes de o proclamarmos em versos e loas, devemos nos ater a, inicialmente, registrar os primórdios da Medicina Veterinária no Brasil.

Se nossa nobre profissão existe há 250 anos, de forma regulamentada – considerando a data de criação do primeiro curso superior na França –, as reminiscências da Medicina Veterinária brasileira demonstram que, nos primeiros 60% desse período de dois séculos e meio, as tentativas da implantação do ensino superior de Veterinária no Brasil foram frustradas por diferentes razões. Para esclarecimento dessa afirmação, vamos considerar as afirmações da professora Clotilde de Lourdes Branco Germiniani, ilustre historiadora, falecida em 2017, em seu artigo “A história da Medicina Veterinária no Brasil”. Supostamente, no final do século XVIII, teria havido proposta para a criação e implantação de uma Universidade no Brasil Imperial, como recomendação dos inconfidentes mineiros, que incluíram a criação de uma universidade nos planos propostos para o pleno desenvolvimento brasileiro. Pois entre os conspiradores de Minas Gerais figuravam patriotas que participaram da vida ativa de universidades da Inglaterra, de Portugal (Coimbra) e da França. Um desses intelectuais, ex-estudante de Montpellier (na França, cuja universidade foi fundada em 1220), teria apresentado a ideia da criação de uma Escola de Veterinária no Brasil, com base no sucesso que vinham obtendo as escolas de Lyon (1762) e de Alfort (1765). Infelizmente, a ideia malogrou, assim como a primeira tentativa de libertação nacional.

Entretanto, outras tentativas da implantação do ensino das ciências agrárias, datam da época da chegada da Corte Portuguesa ao Brasil (1808), em fuga do assédio e do risco de invasão das tropas de Napoleão. A transferência da Corte do rei D. João VI e de parte da realeza portuguesa para a jovem colônia deu a esta o *status* de Império – tendo Salvador, na Bahia, como capital. Nesse momento, uma decisão política foi muito importante para o ensino: a assinatura, em 18 de fevereiro de 1808, do ato de criação da Faculdade de Medicina da Bahia, com aulas ministradas no antigo Colégio dos Jesuítas, no Terreiro de Jesus, em Salvador.

Na evolução dos tempos, em 1810, o conde de Linhares, ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros da Guerra, apoiado em decreto do rei D. João VI, criou o cargo de veterinário, com responsabilidade de orientar e apoiar, tecnicamente, os trabalhos de hipologia e hipiatria no 1º Regimento de Cavalaria do Exército – criava-se assim, praticamente, a profissão dos médicos veterinários no Brasil. E, a seguir, no mesmo Regimento, em 1818, D. João VI implantou um curso de alveitaria cuja coordenação ficou a cargo do artista veterinário português João Batista Moncuet. Na realidade, o objetivo desse ato real era a criação do ensino veterinário no país, mas, infelizmente, tais nobres objetivos não foram alcançados.

Na análise da história do ensino da veterinária no Brasil, é frequentemente destacada a correspondência entre o Imperador D. Pedro II (datada de 25 de março de 1876) e sua filha, a princesa Isabel, na qual o imperador faz menção à criação de cursos superiores, ao dizer: “Lembro a criação de Escolas de Veterinária e de Farmácia, a primeira, sobretudo”. A professora doutora Clotilde Germiniani, em seu elucidativo artigo, afirma que alguns autores contam que D. Pedro II, em viagem anterior, teria visitado a Escola Nacional de Veterinária de Alfort, nos arredores de Paris, e assistido a aulas ministradas por

Colin, professor de fisiologia. Maravilhado com o que ouvira, pretendia criar, no Brasil, o ensino de veterinária. A prioridade seria da Escola Imperial de Agronomia e Veterinária de Pelotas, no Rio Grande do Sul. A Escola foi instalada em propriedade doada pela família do coronel Eliseu Antunes Maciel e, assim, após sua construção, recebeu a denominação de Escola Eliseu Maciel, tendo o professor Claude Marie Rebourgeon tomado as providências para o funcionamento da nova escola. Em 8 de dezembro de 1883 foi inaugurada a Escola de Agronomia e Veterinária, toda equipada com material importado da França, possuindo inúmeros animais, principalmente reprodutores bovinos, suínos e ovinos de raças europeias. Todavia, por problemas administrativos e de prioridades, a escola foi extinta em 1885, e o contrato com o professor francês, rescindido. Na realidade, a Escola de Pelotas não chegou a ter alunos no curso de Veterinária.

Na década de 1950, Cícero Neiva, professor catedrático de terapêutica, farmacologia e arte de formular da pioneira Escola de Medicina Veterinária de São Paulo, atualmente FMVZ-USP, apresentou substancial texto sobre um ícone da ciência médica brasileira: “Adolfo Lutz e a medicina veterinária”. No início do artigo, Neiva realça que, já na fase imperial do Brasil, foi implantada a primeira organização responsável pela agropecuária nacional, a Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (Lei n. 1.067, de 28 de julho de 1860), que, no evoluir do nosso desenvolvimento político e econômico, se transformaria no atual Ministério da Agricultura (criado pela Lei n. 1.606, de 29 de dezembro de 1906, começando, porém, a atuar três anos depois, em obediência ao Decreto n. 7.501, de 12 de agosto de 1909).

Em 31 de dezembro de 1910, as instalações do Serviço de Veterinária do Ministério da Agricultura se distribuíam pelos estados, contando com onze inspetorias aparelhadas para exames clínicos, microscópicos e bacteriológicos. Mas, no final do século XIX e início do século XX, já existia em plena atividade o Instituto Manguinhos – atual Instituto Oswaldo Cruz –, onde se faziam pesquisas sobre algumas doenças dos animais. Merece destaque o trabalho de Godoy e Gomes de Faria, com a descoberta da vacina contra o carbúnculo sintomático – a conhecida “manqueira dos bovinos” (Godoy; Gomes de Faria, “Sobre o processo de vacinação contra o carbúnculo synptomático”, 1908). Outra contribuição notável de pesquisadores da Casa de Oswaldo Cruz, produzida por Parreira Horta, estabelecia o diagnóstico da epizootia de raiva, que grassava em bovinos e equinos de Biguaçu (Santa Catarina).

Contemporaneamente, ou muito antes das implantações formais do ensino superior de Veterinária no Brasil, as atividades relacionadas à nossa profissão eram realizadas por



Capa do livro de Johann Ernst Wredens, publicado em Hannover, 1745, sob a égide do Principado de Wallis. Exame e Cirurgia Corporal: A peste epidêmica da criação de gado sugerindo alguns remédios e considerações como ela, provavelmente, poderiam ser curadas e prevenidas.

veterinários estrangeiros ou brasileiros formados no exterior, como também por profissionais de outras áreas, principalmente médicos que tinham interesse e obrigação de atuar nas áreas de interesse da saúde pública. Nesse aspecto, Cícero Neiva, notável patrono da Academia Brasileira de Medicina Veterinária (Abramvet), considerou Adolfo Lutz pioneiro sábio e incansável da Medicina Veterinária, pois fez, entre nós, numerosas observações, contribuindo para o conhecimento de entidades mórbidas dos animais, abrindo largos horizontes na zootecnia.

Em 2011, a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e a Associação Mundial Veterinária (WVA) comemoraram o 250º aniversário da criação do primeiro curso de veterinária do Mundo, a Escola de Veterinária de Lyon (1761). Na festividade de inauguração do Ano da Medicina Veterinária, destacou-se, que além de amplamente comemorado, o ano seria declarado e conhecido como o ano da erradicação da peste bovina no mundo, sendo esta a segunda enfermidade viral erradicada no planeta, depois do extermínio da varíola.

A ocorrência da peste bovina no estado de São Paulo, na segunda década do século XX, foi adequada e detalhadamente descrita na publicação da Abramvet *História da Medicina Veterinária no Brasil*. Essa obra, patrocinada pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), foi dirigida com maestria pelos acadêmicos professores doutores Miguel Cione Pardi e Sérgio Coube Bogado, participando dela também ou-

Peste dos Bovinos, mortalidade em rebanho da Rodésia (1896). Foto: Dr. Stuart K. Hargheaves, Departamento de Veterinária do Zimbabwe. Driesch & Peters, 2. ed., 2003.



tros acadêmicos. Aproveitamos a oportunidade para resumir a matéria em foco, que talvez tenha sido a primeira grande vitória da veterinária brasileira nos vinte primeiros anos de sua vida como profissão formalmente formada na existência de cursos superiores de graduação em Medicina Veterinária.

A peste bovina foi considerada um dos flagelos da humanidade, sendo causada por um *Morbillivirus* (família *Paramixoviridae*), com morbidade de até 100% e mortalidade entre 50% e 90%. Na Idade Média, a peste bovina teve grande participação entre as causas da grande fome que atingiu os povos da Europa. Nas duas primeiras décadas do século XVIII, em apenas dez anos (1707-1717), estima-se a mortalidade de 3 milhões de cabeças de gado na Europa Ocidental e na Rússia.

As pestes dos animais, desde as primeiras décadas do século XVII, foram uma preocupação constante das populações e dos trabalhadores relacionados à pecuária, como se depreende da análise da capa de um livro publicado em Hannover no ano de 1745. O epítome do texto em alemão destaca: “A página inicial do título de um tratado sobre a denominada Peste dos Bovinos editada no mencionado ano”.

No Brasil houve apenas um surto de peste bovina, em 1921, no estado de São Paulo, evidenciado em matadouro do atual município de Osasco, quando, em março daquele ano, o médico veterinário Pietro Foschini – inspetor veterinário junto ao frigorífico Continental Products Co, de Osasco, compareceu à Inspeção Veterinária do 5º Distrito do Serviço de

Indústria Pastoral do Ministério da Agricultura comunicando que bois de trabalho do mencionado frigorífico padeciam de uma doença até então não diagnosticada. O atento inspetor veterinário, complementando sua comunicação, afirmou que vários animais haviam morrido. Além do mais, pediu auxílio da Inspeção e cooperação do Laboratório de Higiene da Faculdade de Medicina de São Paulo.

O diagnóstico, combate e controle dessa virose constituem motivos de real orgulho nacional, com a participação efetiva e decisiva da medicina veterinária e de seus profissionais. No evento devem ser destacados alguns nomes de profissionais ilustres: Alcides da Rocha Miranda, médico diretor do Serviço de Indústria Pastoral do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, pelos relatórios apresentados e pelo trabalho do médico veterinário Taylor Ribeiro de Mello, patrono da Abramvet, formado em 1917, na primeira turma da Escola Superior de Agronomia e de Medicina Veterinária do Rio de Janeiro (ESAMV-RJ). Mello atuava na Inspeção Federal, em São Paulo, ao lado do colega Paulo Maugé, veterinário francês contratado pelo governo federal. Mello e Maugé foram ambos considerados responsáveis pelo diagnóstico clínico da enfermidade. Nos relatórios apresentados, demonstrou-se, de forma patente, a dedicação de outro notável veterinário: o acadêmico patrono da Abramvet prof. dr. Moacyr Alves de Souza, também formado na primeira turma da ESAMV-RJ, na época atuando no Posto Experimental de Veterinária, no Rio



de Janeiro. Em São Paulo, teve autorização para trabalhar no Instituto Butantan, sendo responsável por quase uma centena de necropsias de bovinos doentes, colaborando, assim, de forma ativa na evidência da infecção viral cuja identificação foi feita pelo dr. Smillies, da Fundação Rockfeller e diretor do Laboratório de Higiene da Faculdade de Medicina de São Paulo⁴.

Nos últimos anos, as ações do CFMV foram fundamentais para o aperfeiçoamento do ensino da Medicina Veterinária, visando à melhor formação profissional, tendo sido marcante a ênfase na preparação do recém-graduado. Esse desiderato teve um de seus pontos culminantes há alguns anos, quando foram criadas a Comissão Nacional de Ensino da Medicina Veterinária (CNEMV-CFMV), a Comissão de Especialistas de Ensino em Medicina Veterinária (CEEMV, da Secretaria de Educação Superior, do Ministério da Educação), com efetiva atuação na Comissão do Curso de Medicina Veterinária do Exame Nacional Cursos (ENC-INEP/MEC). A criação da Comissão Nacional de Residência em Medicina Veterinária (CNRMV), em 2002, deu continuidade às atividades implantadas pela Portaria CFMV n. 028, de 12 de maio de 1994, procurando regulamentar uma atividade de ensino de pós-graduação “*lato sensu*, caracterizado por aperfeiçoamento em serviços sob constante supervisão”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COCKRILL, W. R. Water buffalo. In: MASON, I. L. (ed.). *Evolution of domesticated animals*. London/New York: Longman, 1984, p. 52-63.
- DUNLOP, R. H.; WILLIAMS, D. J. *Veterinary medicine: an illustrated history*. St. Louis: Mosby, 1996.
- DRIESCH, von den. A.; PETERS, J. *Geschichte der Tiermedizin – 5000 Jahre Tierheilkunde*. Stuttgart: Schattauer, 2003.
- GERMINIANI, C. L. B. A história da medicina veterinária no Brasil. *Archives of Veterinary Science*, v. 3, n. 1, pp. 1-8, 1998.
- GODOY, A.; GOMES DE FARIA, J. Sobre o novo processo de vacinação contra o carbúnculo symptomático. Memória apresentada ao VI Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia. *Revista Medica de São Paulo*, ano 11, n. 16, 1908, p. 332-348.
- MANHOSO, F. Panorama dos PRMVs reconhecidos pela CNRMV/CFMV. II Seminário Brasileiro de Residência em Medicina Veterinária, Brasília, 2010.
- NEIVA, C. Adolfo Lutz e a Medicina Veterinária. *Memorias do Instituto*, v. 15, n. Único, p. 114-120, 1955.
- PARREIRAS HORTA, P. F. A epizootia de Biguaçu. *Rev. Vet. Zoot.*, v. 1, n. 1, p. 5-29, 1911.

Lesão da mucosa bucal de bovino, observada em casos de Peste dos Bovinos. Foto: Geschichte der Tiermedizin. Driesch & Peters, 2. ed., 2003, p. 165.

4. Informações suplementares podem ser encontradas na publicação da Abramvet/CFMV *História da Medicina Veterinária no Brasil*, seção 3.1.3, “A Peste Bovina no Brasil” (2002, p. 121-131).

2

CAPÍTULO 2

Antecedentes da criação do curso de Medicina Veterinária em São Paulo

Gláucio Pereira de Assis



A ECONOMIA CAFEIEIRA

Tamás Szmrecsányi, em “As instituições de pesquisas do estado de São Paulo na Primeira República, 1890-1930”, afirma, na introdução, que, nos primeiros anos da Primeira República, a partir de 1889, São Paulo transformou-se definitivamente no estado mais desenvolvido do país. Essa hegemonia não se manifestou na época no plano demográfico, pois Minas Gerais ainda mantinha o primeiro lugar. No entanto, o primeiro censo econômico realizado no Brasil, em 1920, indicou que São Paulo era responsável por quase um terço da produção nacional, tanto na agricultura como na indústria.

Se a produção do café era o carro-chefe da origem dessa prosperidade, era também verdadeiro que esse complexo econômico era integrado por atividades e unidades econômicas não somente agrícolas, mas também comerciais, financeiras e industriais. Ainda segundo Szmrecsányi, a referida supremacia de São Paulo foi mais econômica que política, graças ao comando e controle das elites regionais que se mantiveram durante a Primeira República, garantindo seus privilégios econômicos e sociais. Nesse período vigorou em São Paulo um regime de partido único, no qual exerciam suas influências os representantes dessas elites regionais.

Segundo o autor Joseph Love (1980), em “A locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira, 1889-1937”, a alta capacidade de aglutinação dessas elites políticas e econômicas, assim como seu elevado grau de articulação, foram bastante facili-

tados pelas suas origens sociais comuns e pela homogeneidade cultural de seus membros. Nada menos que 90% de seus integrantes tinham uma formação universitária completa, e a maioria de seus expoentes ou já havia estudado e vivido no exterior, ou mantinha relações econômicas diretas com empresas de capital estrangeiro. Tratava-se, em suma, da camada dominante mais bem educada e mais cosmopolita do país.

A economia cafeeira paulista expandiu-se primeiramente no Vale do Paraíba, antes de 1850, mas, na segunda metade do século XIX, expandiu-se pelo chamado Oeste Paulista, nas regiões de Campinas, Mogi-Mirim, Casa Branca, Ribeirão Preto, Jaboticabal, Jaú e Piracicaba. No final do século XIX, os cafezais ocupavam grande parte do território paulista, acompanhando as linhas férreas instaladas após 1870. As regiões paulistas eram conhecidas pelos nomes das ferrovias: Paulista, Mogiana, Sorocabana, Alta Paulista, Araraquarense ou Noroeste.

Nesse contexto, a expansão da economia cafeeira paulista e o crescente incentivo à imigração, subvencionada pelo estado para substituir a mão de obra escrava, contribuíram fortemente para aumentar os problemas de ordem sanitária. Isso se deu sob a forma de diversas epidemias, chegadas com a imigração aos portos brasileiros, principalmente os de Santos, Rio de Janeiro e Salvador. Eram necessárias soluções rápidas e eficientes – para não prejudicar a economia cafeeira – capazes de conter o alastramento dessas doenças nas várias regiões do estado de São Paulo. Dessa forma, urgia a adoção de uma política sanitária que erradicasse por completo e definitivamente as epidemias de cólera, febre amarela, varíola e outras, para



Acima, esq.: São Paulo, década de 1890.

Acima, dir.: Embarque de café no Porto de Santos, década de 1910.

À direita: São Paulo, Vale do Anhangabaú, 1920.



continuar atraindo colonos estrangeiros para São Paulo. Portanto, esse foi o ponto de partida da política de saúde pública para o estado de São Paulo.

SAÚDE PÚBLICA EM SÃO PAULO

É fundamental destacar que os problemas de saúde mais importantes do período que seguiu a proclamação da República eram as epidemias, em decorrência da intensa imigração e das más condições de saneamento, além do contágio. Entre essas epidemias, predominavam a febre amarela, a cólera, a peste, a varíola, a tuberculose e a malária, e, em menor extensão, as doenças parasitárias. Algumas dessas doenças eram passíveis de controle por ações sobre o meio ambiente, como saneamento básico, obras de drenagem e combate a vetores. Para tanto, havia que se diagnosticar corretamente e ter à disposição soros e vacinas. Os recursos humanos eram críticos quanto à qualidade, tanto para conduzir as investigações clínicas como para produzir os imunoterápicos. Identificado o

agente etiológico da epidemia, preparado o soro para tratá-la e a vacina para preveni-la, era possível ao estado, dada a sua riqueza material, aos engenheiros já existentes e aos poucos médicos disponíveis, por meio de uma ação concentrada e pontual, reduzir a incidência da febre amarela, da peste e da cólera, por meio da eliminação do mosquito transmissor, da melhoria da qualidade da água, do sistema de esgoto e da desratização. Esse estilo de ação tornou-se conhecido na época como polícia sanitária.

No entanto, São Paulo seria o primeiro estado brasileiro a criar instituições de pesquisas bacteriológicas permanentes. Com a adoção do sistema federativo, as questões de saúde pública no Brasil passaram para a competência dos governos estaduais. Em vista disso, o estado de São Paulo criou uma forte estrutura de saúde pública, cujo objetivo era reunir os serviços existentes. A criação da Farmácia do estado data de 1890, e a organização do Serviço Sanitário do estado, de 1891, com uma rede de laboratórios voltados prioritariamente para o diagnóstico de doenças epidêmicas, a elaboração de imunobiológicos

e a produção de insumos para as desinfecções. Os institutos ligados ao Serviço Sanitário representaram a incorporação das ciências e da tecnologia às atividades exercidas pelo estado, sendo fundamentais para a institucionalização das ciências e de sua difusão. Os institutos de pesquisa constituíram-se em centros formadores dos cientistas paulistas e brasileiros, disseminadores dos métodos científicos para concepção da pesquisa empírica e experimental, dos conhecimentos científicos, e divulgadores dos produtos de alto conteúdo científico por eles descobertos e fabricados, como vacinas e soros.

A CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS DE PESQUISAS EM SAÚDE PÚBLICA EM SÃO PAULO

A organização do Serviço Sanitário do estado foi estabelecida pela Lei n. 12, de 28 de outubro de 1891, regulamentada no ano seguinte. Segundo a lei, o Serviço Sanitário ficava sob a direção da Secretaria do Interior e era integrado por três entidades: o Conselho de Higiene, a Diretoria de Higiene e a Seção de Engenharia Sanitária. O órgão executivo era a Diretoria de Higiene, que se apoiaria nas atividades técnicas e científicas de quatro laboratórios: o Bacteriológico, o Vacinogênico, o Farmacêutico e o de Análises Químicas.

A criação do Instituto Bacteriológico

A Lei Estadual n. 43, de 18 de julho de 1892, do governo de Cerqueira Cesar, criou o Laboratório Bacteriológico de São Paulo, o qual, após regulamentação, passou a operar sob a orientação do biólogo francês, Félix-Alexandre Le Dantec. Tinha a incumbência de realizar pesquisas microbiológicas aplicadas ao estudo das endemias, epidemias e epizootias presentes no estado, cabendo-lhe ainda, além da produção de vacinas antibacterianas, a realização periódica de cursos para a formação de pessoal técnico especializado. Adolfo Lutz assumiu essa orientação alguns meses depois da saída de Le Dantec. Permaneceu no cargo de 1893 a 1908, quando se transferiu para o Instituto Manguinhos, no Rio de Janeiro, a convite de Oswaldo Cruz. Em 1897, o dr. Vital Brasil ingressava como ajudante nesse Instituto.

A criação do Instituto Vacinogênico

O Instituto Vacinogênico tinha como objetivo preparar a vacina jenneriana –antivariólica. Seu diretor era o médico Arnaldo Vieira de Carvalho. Pelo Decreto n. 94, de 20 de agosto de 1892, definiu-se como finalidade do Instituto o fornecimento contínuo e em quantidade indeterminada da linfa



Prédio central do Instituto Vacinogênico de São Paulo, 1894. Museu de Saúde Pública Emílio Ribas.

vacínica ao Serviço Sanitário do Estado e aos médicos. Segundo o Regulamento que o criou, o Instituto deveria contar com um ajudante, Alfredo Augusto de Castro Medeiros, um escrivão e dois encarregados de serviços gerais. Também deveria ter em seu quadro um médico veterinário, cargo que não chegou a ser ocupado, apesar da presença de animais para a produção de vacina. Em 1894, o Instituto iria para o bairro do Cambuci, na esquina das ruas Pires da Motta com Mazini, onde ficava uma construção composta por cinco pavilhões. Foi a primeira repartição do Serviço Sanitário de São Paulo a ter sede própria. Em 1913, depois de vinte anos à frente do Instituto Vacinogênico, o dr. Arnaldo Vieira de Carvalho foi convidado pelo governo do estado para comandar a implantação da Faculdade de Medicina. Em seu lugar assumiu Alfredo de Medeiros. Em 1917, a Lei 1.596, que reorganizou o Serviço Sanitário do Estado, determinou que o Instituto Vacinogênico se transformasse em um setor do Instituto Bacteriológico. O cargo de diretor foi suprimido, e o Instituto perdeu sua autonomia administrativa. Em 1925, tanto o Instituto Bacteriológico como o Vacinogênico uniram-se ao Instituto Butantan, subordinado ao diretor geral do Serviço Sanitário pela reforma Paula Souza, conforme relatam Luiz Antonio Teixeira e Marta de Almeida em “Primórdios da vacina antivariólica em São Paulo: uma história pouco conhecida”.

O governo do estado transformou, então, pelo Decreto n. 878-A, de 23 de fevereiro de 1901, o laboratório que funcionava na Chácara Butantã, como dependência do Instituto Bacteriológico, em Instituto Seroterápico do Estado de São Paulo, instituição autônoma. O local possuía mais de 200 alqueires de terras, onde foram feitas várias instalações para laboratório, sangria de animais e cocheiras de animais imunizados. O dr. Vital Brasil foi indicado para dirigir esse novo estabelecimento, responsável pela produção de soro antipestoso, devido ao surto epidêmico na Baixada Santista. Ao longo dos anos, teve a função oficial do preparo de soros e vacinas contra doenças

Instituto Pasteur
na Avenida
Paulista, 1903.



epidêmicas que atacavam o estado. Mesmo voltado mais fortemente para as pesquisas no campo do ofidismo, não deixou de produzir os imunobiológicos demandados pela Saúde Pública.

O Instituto Pasteur de São Paulo – instituição privada de caráter filantrópico – teve sua inauguração em 18 de fevereiro de 1904. Diferentemente de outras instituições que surgiram no país com a mesma denominação, o Pasteur de São Paulo se voltou para a pesquisa científica, além da produção e tratamento antirrábico. A partir de 1906, sob a direção do médico italiano Antonio Carini, o Pasteur produziu um grande número de trabalhos científicos em medicina humana e também foi ativo no campo da veterinária, elaborando vários trabalhos para os criadores paulistas, como vacinas, soros e reagentes para diagnósticos. Em 1916, tornou-se uma entidade estadual através de doação de seus equipamentos e instalações ao governo (Reichmann, 2005).

Conforme comentado por Nadai (1987), em “Ideologia do progresso e ensino superior”, foi a implantação pelo estado, na mesma época, de uma ampla e onerosa política de saúde pública que veio imprimir um caráter de urgência à formação dos profissionais de medicina. Até o final do Império, essa formação só podia ser obtida nas escolas de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, motivo pelo qual muitas famílias da elite econômica e política enviavam seus filhos para estudos médicos no exterior.

No entanto, o projeto de instalar uma Escola de Medicina em São Paulo não era aceito por todos, e havia divergências quanto a sua natureza e organização. Houve uma tentativa em 1891 pela Lei n. 19, de 24 de novembro de 1891, do presidente do estado, Américo Brasiliense de Almeida Mello, referendada pelo secretário do Interior, Augusto de Freitas Villalva, a qual, porém, não encontrou espaço para ser regulamentada.

O único resultado concreto de todas essas discussões foi a criação, em outubro de 1898, de uma Escola Livre de Farmácia, instalada em fevereiro do ano seguinte e mantida por

particulares, mas que seria subsidiada pelo estado durante todo o período. Mais tarde veio a ser incorporada à Universidade de São Paulo (1934) com o nome de Faculdade de Farmácia e Odontologia. Durante esse período de mais de 20 anos, entre 1891 e 1912, houve também diversas tentativas de implantação de cursos livres de medicina mantidos pela iniciativa privada.

A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA NA FORMAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR DA MEDICINA VETERINÁRIA

Por muito tempo permaneceu o setor da agropecuária brasileira sem estímulo oficial para o estudo e observação das doenças dos animais domésticos. Em 29 de dezembro de 1906, porém, foi criado o Ministério da Agricultura por pressão e mobilização da Sociedade Nacional de Agricultura, entidade essa surgida para preencher o vazio deixado pela extinção da Secretaria dos Negócios da Agricultura em 1892. Somente quatro anos depois, em 12 de agosto de 1909, com a exposição de motivos e o decreto de instalação do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, assinado pelo presidente Nilo Peçanha, começou a funcionar o Ministério da Agricultura, com a nomeação como ministro do secretário paulista de Agricultura, dr. Antônio Candido Rodrigues. Em 31 de outubro de 1910, o Decreto n. 8.331 criou o Serviço de Veterinária, no Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, aprovando o respectivo regulamento. O presidente da República era Nilo Peçanha, e o ministro da Agricultura, Rodolfo Nogueira da Rocha Miranda.

A instalação do Serviço de Veterinária data de 31 de dezembro de 1910. Distribuía-se pelos estados em onze inspetorias, aparelhadas para exames clínicos, microscópicos e bacteriológicos. Mesmo na organização oficial do Ministério da Agricultura, os cargos privativos dos profissionais de veterinária eram ocupados por pessoas estranhas à profissão. O primeiro médico veterinário nomeado para aquele Ministério, em 1911, foi o dr. Epaminondas de Souza, diplomado pela Universidade de Cornell, nos Estados Unidos, pois eram estrangeiros os médicos veterinários existentes no Brasil (Neiva, 1955).

Por sua vez, a montagem da estrutura administrativa do governo estadual de São Paulo se deu com o advento da República, com a criação da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Organizada em 1892 e passando por várias reorganizações, em 1896 passou a ter um diretor geral. Porém, a reforma introduzida por Carlos Botelho, em 1907, a reestruturou de forma completa, com a criação de cinco diretorias que prevaleceram até 1927. São Paulo já dispunha de serviço

veterinário criado no Posto Zootécnico Central, como veremos mais adiante.

Foi neste ambiente que intelectuais, grandes fazendeiros do chamado Oeste Paulista, agrônomos formados nas famosas escolas agrícolas da Europa, como Grignon e Montpellier na França, Hohenheim na Alemanha e o Institut Agricole de L'État de Gembloux, na Bélgica, advogados, políticos, queriam trazer para a agricultura paulista o que de mais moderno era feito e usado em países do Velho continente e nos Estados Unidos, no intuito de modificar sua feição, sua característica. Queriam produzir muito e barato, produzir diversos produtos, com reduzida, porém qualificada mão de obra, e com sabedoria científica, por isso, o seu “nome”: agricultura científica, racional, moderna, nas palavras daquelas pessoas. Mas as propostas de modernização agrícola não foram acompanhadas de poucos debates e contradições (Henriques, 2011).

São Paulo tornava-se um lugar privilegiado das transformações socioeconômicas, urbanísticas, físicas e demográficas. Diante do crescimento da lavoura cafeeira e das tensões ligadas à crise final da escravidão no país, a cidade se transformava de forma acelerada na “metrópole do café”. Esse conjunto de fatores implicou, por sua vez, alterações profundas nas funções e espaços da cidade, em favor de um maior controle e racionalização, de modo a assegurar para São Paulo o importante centro comercial e financeiro privilegiado para as relações entre a lavoura cafeeira paulista e o capital internacional.

Nessa profusão de ideias e discussões surge, no cenário paulista, a *Revista Agrícola*, criada pela Sociedade Pastoral e Agrícola em 1895, que trabalhava em colaboração com a Sociedade Paulista de Agricultura, sendo a porta voz do projeto de modernização da agricultura paulista. A Sociedade Paulista de Agricultura nasceu no interior da própria Secretaria da Agricultura e era formada por grandes fazendeiros e exportadores de café, intimamente ligados ao governo do estado. No corpo editorial da *Revista Agrícola* atuavam os cientistas mais expressivos ligados à Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo e do Instituto Agrônomo de Campinas. Tratava-se de um importante canal para divulgação científica e de um espaço de colaboração entre cientistas de diversas instituições do período. Os principais redatores eram os médicos Carlos José de Arruda Botelho, Luiz Pereira Barreto e José Nogueira Jaguaribe Filho. A *Revista Agrícola* era, assim, o ponto de convergência de interesses políticos, econômicos e científicos dos fazendeiros. Exercia uma função política ao procurar influenciar as diretrizes estaduais para a agricultura estadual, visando a seus interesses.

Segundo Marly Therezinha Germano Percin (2004), o médico Luiz Pereira Barreto, retornado da Europa, onde graduara-se pela Universidade de Bruxelas, na Bélgica, “enxergava o país como o grande enfermo vitimado por dois males congêntos, a colônia e o escravismo, que respondiam pela mentalidade atrasada do brasileiro, em especial a do agricultor, inerte, infenso à tecnificação”. Parte do que defendia estava no sistema educacional, que devia ser aparelhado para oferecer o ensino científico e para formar o profissional técnico embasado nas ciências matemático-físicas e da natureza, a serem ministradas nas escolas secundárias e superiores, indispensáveis à agricultura e à indústria do país. Defendia, em seus artigos, o aproveitamento do solo, a comprovação da fertilidade das terras, o aproveitamento do trabalhador brasileiro – o que contrariava a política da imigração subvencionada, sem critérios seletivos. Foi intransigente defensor da diversificação agrícola e da agroindústria como alternativa à monocultura. Associava a monocultura agroexportadora à crise financeira, à vergonhosa importação de gêneros alimentares e à carestia de vida.

Posição semelhante era o do agrônomo brasileiro, mineiro nascido em Itabira do Campo, Antonio Gomes do Carmo, formado pela École Nationale d'Agriculture de Montpellier, que também foi editor da *Revista Agrícola*, além de membro da Sociedade Nacional da Agricultura, da Sociedade Paulista de Agricultura, agrônomo do Instituto Agrônomo de Campinas e autor do livro *Reforma da agricultura brasileira*, editado em 1897. Defendia uma agricultura inteligente, ou seja, racionalizada, científica e mecanizada, submetida a investimentos de capital, ciência e tecnologia. As máquinas deviam substituir os milenares instrumentos da roça, a enxada, a foice, o machado. Os homens livres deviam habilitar-se para o trabalho mediante treinamento; qualificar-se por ação educativa e escolaridade específica, não apenas nas escolas agrícolas, mas nas fazendas-modelo, nos campos de experiência e demonstração. Havia pontos em comum na crítica que se fazia ao modelo agroexportador, à agricultura predatória, que erradicava a mata, explorava irracionalmente o solo e seguia adiante. Dizia Antonio Gomes do Carmo:

É a agricultura a ciência da natureza, sustenta o comércio, anima a navegação, promove a abertura de estradas, fonte da riqueza nacional e mãe da prosperidade pública, como se acha entre nós tão abatida? Como a vemos tão arrasada? Podíamos abastecer as nações europeias de café, cacau, fumo, algodão, anil, aguardente, açúcar, centeio, etc. Exportamos apenas alguns destes gêneros em ponto minúsculo e vergonhosamente, compramos os outros do estrangeiro! E por que tudo isso? Porque os nossos estadistas não se importam com a agricultura. (Percin, 2004)

Outro nome que também participava da *Revista Agrícola* com artigos de divulgação da agricultura científica era Edmundo Navarro de Andrade, formado em Agronomia, na Universidade de Coimbra, em Portugal. De volta ao Brasil, foi contratado pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Tornou-se consensual entre os membros da intelectualidade de São Paulo o reconhecimento da ciência como elemento transformador da economia e da educação como necessária à felicidade dos povos.

O projeto do ensino técnico de nível superior e médio foi defendido sobre essa base pelos seus representantes comprometidos com as áreas da saúde, agricultura moderna e industrialização, entre os quais Antônio Francisco de Paula Souza. Tido em São Paulo como o principal teórico da industrialização, Paula Souza o foi também para o ensino técnico de nível médio e superior, pelo seu envolvimento com o projeto da modernização da economia e da sociedade por meio das engenharias que implantou, inclusive a agrônoma, na Escola Politécnica, como seu projeto de vida. Saindo do Brasil aos 12 anos, submeteu-se à escolaridade em áreas de cultura germânica: cinco anos em Dresden (Alemanha), três anos no Polytechnikum de Zurique (Suíça), de nível secundário, e três anos no curso de engenharia de Karlsruhe (Alemanha). Revelava-se inconformado com a realidade brasileira. Os projetos aplicados às duas Escolas – a Politécnica e a Luiz de Queiroz – demonstram o interesse de Paula Souza em proporcionar técnicos habilitados para a modernização de São Paulo. A proposta original de vir a qualificar, em São Paulo, um novo profissional, portador de formação técnico-científica com sólido conhecimento das ciências básicas e das ciências aplicadas, equivalia a formar o politécnico de nível superior dentro dos diversos cursos propostos, inclusive o de agronomia.

CRIAÇÃO DO POSTO ZOOTÉCNICO CENTRAL – EMBRIÃO DO INSTITUTO DE ZOOTECNIA

O final do século XIX foi marcado pela surpreendente evolução da lavoura cafeeira, que absorvia toda a atenção dos agricultores, comerciantes e políticos. Entretanto, já preocupado com o abandono de terras exauridas pela cultura do café e com a oferta de atividades alternativas para essas áreas, o governo tentou por duas vezes criar um Posto Zootécnico no Instituto Agrônomo de Campinas, para atribuir-lhe a função de desenvolver pesquisas também na área animal, o que, entretanto, não surtiu efeito (Lei n. 473, de 22 de dezembro de 1891 e Decreto n. 523, de 3 de fevereiro de 1898). As tentativas de promover um trabalho em favor da pecuária somente era

mencionado em documentos, sem no entanto criar condições concretas de efetivá-las.

Segundo Mário Roberto Ferraro (2010), em *A modernização da agricultura e da silvicultura paulista (início do século XX)*:

Em 1904, a SPA [Sociedade Paulista de Agricultura] chega ao poder com a eleição de seu associado Jorge Tibiriçá, que nomeia Carlos Botelho para a Secretaria da Agricultura, que se encarrega de transformar a modernização da agricultura em política do Estado. É a primeira vez que a ciência se torna política pública no país em se tratando de agricultura, o que significa que se começa a dar um tratamento mais sistemático e eficiente a questões referentes à nacionalidade. (Ferraro, 2010)

Para promover e divulgar a pecuária, o governo do Estado, determinou que se organizasse a I Exposição de Animais, aliás, a primeira do gênero no país. A revista *O Criador Paulista*, publicação oficial da Secretaria da Agricultura do estado de São Paulo, comenta em seu fascículo de fevereiro de 1906 sobre as exposições regionais e a Exposição de Animais, que se iniciou em 15 de julho de 1905: “É por isso que o ano de 1905, que veio nascer as primeiras exposições do Estado, merece ser assinado com uma cruz de ouro na história da criação paulista”. Portanto, 15 de julho de 1905 passou a ser considerado o dia do nascimento do atual Instituto de Zootecnia.

A criação do Posto Zootécnico Central no bairro da Mooca, na cidade de São Paulo, foi a primeira iniciativa oficial de estudo zootécnico do rebanho bovino. O Decreto n. 1.460, de 10 de abril de 1907, organizou oficialmente o Posto Zootécnico Central. Entre outras atribuições, o decreto cria vários cursos, sob o ponto de vista essencialmente prático, cuja duração não passava de três meses: Leiteria, Zootecnia, Alveitaria, Agrostologia e Bromatologia, Adestramento e Avicultura. As condições de admissão em cada um desses cursos, assim como o programa detalhado, foram divididas em três categorias: Escola de Laticínios, Escola de Zootecnia e Escola de Alveitaria. Além disso, o Posto Zootécnico Central tornou-se o local para as exposições estaduais de animais e também de hospedagem de aqueles importados para premunicação de carrapatos para posterior utilização dos criadores paulistas. Visando preencher esses vários fins, o Posto deveria possuir um rebanho composto por reprodutores pertencentes às principais raças das diversas espécies domésticas. O Decreto n. 6454, de 18 de abril de 1907, aprovou o regulamento para a importação de animais reprodutores.

Antes da criação do Posto Zootécnico Central, era comum os secretários da Agricultura solicitarem a autorização do secretário do Interior para os préstimos profissionais do dr. Ro-

bert Hottinger, veterinário e professor da Escola Politécnica para estudos e meios de debelar as epizootias que acometiam as criações de gado, no interior de São Paulo. O dr. Robert Hottinger era formado pela Universidade de Zurique e foi contratado em 1898 pelo governo paulista para ser professor na área de veterinária e zootecnia do curso de Agronomia, da Escola Politécnica. Em vista da falta de profissionais de veterinária naquela época, tornou-se rotina o trabalho do prof. Hottinger junto aos criadores paulistas. Ele também foi fundador da Sociedade Científica de São Paulo, juntamente com Adolfo Lutz e Vital Brasil.

Devido ao declínio da lavoura de café no norte do estado de São Paulo, a pecuária surgia como uma possibilidade alternativa para os produtores rurais. A pesquisa zootécnica seria voltada exclusivamente para a pecuária paulista. Segundo Adolpho B. Uchoa Cavalcanti, em *Curso de zootecnia geral e especial* (1902): “A pecuária no Estado de São Paulo não se destacava economicamente, mas já era sentida a necessidade de criar instrumentos capazes de gerar os conhecimentos técnico que pudessem orientar os produtores incipientes da época”. As obras de adaptação para o funcionamento do Posto Zootécnico Central foram feitas na antiga chácara do sr. Raphael de Barros, arrendada pelo governo do estado. A direção dos trabalhos do Posto Zootécnico esteve a cargo do agrônomo Emilio Castello Junior, e a das obras de construção, Augusto Léfrevé. Em 16 de março de 1906, após solicitar exoneração, Emilio Castello Junior deixa o cargo de diretor do Posto Zootécnico Central. Posteriormente foi contratado o prof. Hector Raquet, engenheiro-agrônomo formado em 1884 pelo Instituto de Gembloux, na Bélgica, e médico veterinário pela Escola de Alfort, na França, para reorganização do Posto Zootécnico Central, sendo seu diretor até abril de 1907. Em 11 de abril de 1907, o dr. Hector Raquet voltava à Bélgica para assumir sua cadeira de catedrático no Instituto Gembloux, após o término de seu contrato com o governo paulista. O subdiretor era o dr. Louis Misson, sendo o dr. Otto Bohmer o chefe da 1ª Seção do Posto. Após a conclusão de obras, o Posto Zootécnico torna-se ponto de atração às autoridades que visitam São Paulo.

Em 13 de fevereiro de 1908, a Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo publicou um edital aos criadores paulistas interessados na aquisição de reprodutores bovinos, suínos, equinos, caprinos e ovinos que seriam importados da Europa. A seleção dos reprodutores ficou a cargo do prof. Hector Raquet, e os animais foram destinados ao Posto Zootécnico Central. Em 25 de março de 1908, o ministro da Indústria solicitou ao seu colega da pasta das Relações Exteriores, o barão do Rio Branco, seus pres-

timos para conseguir que o governo da Bélgica concedesse licença para o prof. Hector Raquet, do Instituto Gembloux, para vir organizar no Rio o Posto Zootécnico, nos moldes do existente em São Paulo.

Organizado o Posto Zootécnico Central de São Paulo, em 28 de março de 1908 o Decreto n. 1.579-B aprovou os regulamentos e programas dos cursos de Zootecnia, Alveitaria e Laticínios. Os cursos foram inaugurados em 20 de abril de 1908 pelo marechal Hermes da Fonseca, por ocasião de sua visita a essa dependência. Os cursos de Agrostologia e Bromatologia foram regidos pelo dr. Louis Misson, engenheiro agrônomo e vice-diretor do Posto; os de Zootecnia e Higiene, pelo dr. Nicolau Athanassof, engenheiro agrônomo búlgaro, formado em Gembloux, e os de Laticínios, pelo dr. Emile Tobias. Foram inicialmente diplomados nove alunos com certificado de Laticínios e quatro com certificado de Zootecnia. A organização do curso foi parcialmente modificada pelo Decreto n. 1.757-A, que criou a Diretoria de Indústria Animal, tendo em vista que a escola fundada no Posto era uma repetição desnecessária da Escola de Agricultura de Piracicaba. Todas essas iniciativas ocorreram na gestão do dr. Carlos Botelho como secretário da Agricultura.

A Diretoria de Indústria Animal era dependente da Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do estado de São Paulo, sendo então presidente do estado o dr. Manuel Joaquim de Albuquerque Lins e secretário da Agricultura o dr. Antonio Cândido Rodrigues. A missão da Diretoria era prestar serviços zootécnicos ao produtor rural com a finalidade de realizar trabalhos nos campos da zootecnia, veterinária, indústria de laticínios e alimentação dos animais e matérias afins. Os resultados seriam divulgados por meio de sua publicação oficial, *O Criador Paulista*. Foram nomeados: como diretor, Louis Misson, engenheiro agrônomo; subdiretor, Mario Brandão Maldonado, engenheiro agrônomo formado pela Esalq e que assumia a direção após a saída de Louis Misson, em 1914; e o médico veterinário, Luiz Picollo.

Com a Lei n. 1.545, de 30 de dezembro de 1916, assinada pelo presidente do estado, dr. Altino Arantes, e pelo secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, dr. Cândido Motta, a Diretoria de Indústria Animal passou a denominar-se Diretoria da Indústria Pastoral. Permaneceu no mesmo local, na Mooca, até 1929, e depois foi transferida para o Parque da Água Branca durante a gestão do dr. Fernando Costa como secretário da Agricultura.

ARTIGOS EM JORNAIS SOBRE VETERINÁRIA E A NECESSIDADE DE CRIAR NO BRASIL UMA ESCOLA SUPERIOR DE VETERINÁRIA

Em 8 de outubro de 1905, o dr. Ulysses de Freitas Paranhos, médico formado pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1902, publicou no jornal *Correio Paulistano* uma carta aberta aos drs. Amâncio de Carvalho e Luiz T. de Queiróz, respectivamente diretor e vice-diretor da Escola de Farmácia de São Paulo. Nessa carta, dr. Ulysses relata, por ocasião de sua viagem à Europa, a visita feita à Escola de Medicina Veterinária de Alfort, na França, descrevendo maravilhado as instalações daquela instituição de ensino. Na sua volta ao Brasil, propõe aos dirigentes da Escola de Farmácia a criação de um curso de medicina veterinária. Suas justificativas são bastante interessantes, considerando o potencial de crescimento do rebanho brasileiro, que convivia com epidemias e mortes de animais e a falta de veterinários em exercício nos centros de criação. Dr. Ulysses vai ainda mais longe, sugerindo, inclusive, o curso de quatro anos, baseado no programa de ensino da escola de Zurique ou de Berna.

Em 8 de julho de 1907, é publicado no jornal *O País* um artigo sobre a introdução de uma Escola de Veterinária na reforma do Instituto de Manguinhos, proposta feita pelo senador Érico Coelho, que considerava haver no país médicos demais e veterinários de menos. Em 20 de julho do mesmo ano, no mesmo jornal, na coluna “Tópicos do Dia”, destaca-se o problema de fiscalização da matança de animais, do comércio de derivados do leite e carnes e da ocorrência de moléstias de animais. Em face da escassez de pessoal competente nesses assuntos, a coluna apoia a criação de uma Escola de Veterinária, fazendo referência à sugestão do senador Érico Coelho.

Em 28 de janeiro de 1908, são contratados dois médicos veterinários franceses, Dupuy e Ferret, para servirem no Exército brasileiro, no Rio de Janeiro. Dupuy e Ferret estabeleceram as bases da medicina veterinária, melhorando as condições dos animais e determinando as regras para suas criações.

Em 29 de dezembro de 1908, é publicado no jornal *Correio Paulistano* o artigo “A veterinária e o Brasil”, de autoria do dr. Adalberto A. Fagundes, sobre os efeitos benéficos das escolas de veterinária da Dinamarca, Bélgica e Alemanha no melhoramento da pecuária e desenvolvimento da indústria pastoril daqueles países. Em consequência, prega também que o Brasil possa ter na ciência veterinária os meios para controle das moléstias dos animais, evitando perdas consideráveis, e que veterinários possam contribuir para a prosperidade da atividade pastoril.

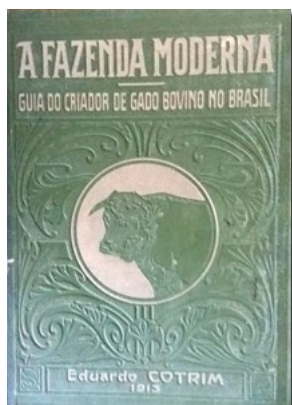
Em 12 de agosto de 1910, o dr. Eduardo Cotrim, em conferência na Sociedade Paulista de Agricultura, defende o melhor

aparelhamento da indústria da carne, em vista do sucesso dos países produtores como Argentina, Estados Unidos e outros, para que o Brasil desenvolva sua atividade pastoril. Eduardo Augusto Torres Cotrim era engenheiro civil formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1878, além de fazendeiro, criador de gado selecionado, na região de Resende (RJ). Dedicado à agricultura e pecuária, foi um dos fundadores da Sociedade Nacional da Agricultura, em 1897. Transformou sua fazenda em um eficiente laboratório de processos zootécnicos. Representou o Brasil em várias conferências no exterior. Ele defende, em sua conferência, que o futuro industrial e comercial dos matadouros modelos dependia, na sua maior parte, do melhoramento das nossas raças de gado e da expansão industrial dos rebanhos melhorados. E termina sua conferência dizendo:

Com seus extensos campos de forragem barata e boa, o Brasil precisa criar o novilho industrial, capaz de transformar as energias de nossa terra aquecidas pelo sol benéfico dos trópicos e envia-los sob a forma de carne, manteiga, queijo, etc. aos consumidores europeus em troca de productos de sua indústria fabril representada pelos admiráveis machinismos e artefactos que o commercio adeantado espalha por todos os cantos do universo.

Em 17 de outubro de 1910, Eduardo Cotrim publica no *Correio Paulistano* um artigo intitulado “Impressões de viagem”, relatando sua visita à Escola de Veterinária de Montevideo, no Uruguai, criada por decreto do poder Executivo em 1904. Ele descreve que a visita foi acompanhada pelo dr. Daniel Elmer Salmon, formado em 1872 em Ciências Veterinárias pela Cornell University, nos Estados Unidos, e contratado pelo governo do Uruguai, além de selecionado pelo conselho universitário. O dr. Salmon exercera a chefia do Bureau of Animal Industry, em Washington, entre 1884 e 1905. Em Montevideo, tomou posse em abril de 1907 para organizar a escola e o ensino veterinário na Universidade de Montevideo. O curso tinha duração de quatro anos e sessenta estudantes matriculados, nas várias séries. Ainda nesse artigo, Cotrim comenta:

Na oportunidade que tenho de visitar um estabelecimento como a Escola de Veterinária de Montevideo, não me posso furtar ao desgosto de considerar que o nosso paiz ainda agora se não tenha occupado de matéria tão importante, deixando-nos assim distanciados das Repúblicas do Prata, quando já deveríamos possuir mais de uma instituição similar cujos serviços nos seriam de valor inestimável.



Capa do livro
A Fazenda Moderna e foto
de seu autor,
Eduardo Cotrim.

E ainda continua:

Uma vez que parece despertar no sentido da exploração industrial dos animais domésticos e, por conseguinte no que diz respeito ao melhoramento das raças, é preciso ficar consignado que a Veterinária é complemento rigorosamente necessário.

Cotrim termina o artigo destacando:

Sem a medicina veterinária a higiene das cidades e dos campos é uma instituição manca. Da saúde dos animais depende, em grande parte, a saúde do homem, e por isso mesmo, a polícia sanitária animal, bem como a medicina veterinária moderna, constituem práticas indispensáveis na civilização actual. (Grifo nosso)

Em 1913, é publicado o livro de sua autoria *A fazenda moderna – Guia de gado bovino no Brasil*, em Bruxelas (Bélgica), porém em português. Trata-se de uma edição de grande qualidade, com capa dura decorada em baixo-relevo. Divide-se em sete capítulos, desde o estabelecimento de uma fazenda, práticas de bovinocultura, alimentação e forragem, até raças bovinas, exploração econômica, higiene do gado bovino e noções práticas de veterinária.

PRIMEIRAS TENTATIVAS DE CRIAÇÃO DE UMA ESCOLA DE VETERINÁRIA EM SÃO PAULO

Em 24 de janeiro de 1911, o jornal *Correio Paulistano* publicou uma nota da Sociedade Paulista de Agricultura sobre uma reunião em sua sede, da qual tomariam parte vários médicos, lavradores e criadores do estado. O objetivo da assembleia era tomar providências no sentido de ser criada em São Paulo uma Escola de Medicina Veterinária. Presidiria a reunião o barão Raymundo Duprat, prefeito municipal da capital paulistana.

A cobertura da reunião, realizada em 25 de janeiro de 1911 – data comemorativa do aniversário da cidade de São Paulo –, na sede da Sociedade Paulista de Agricultura, dá conta de que ela foi presidida por Augusto Carlos da Silva Telles, presidente da Sociedade Paulista de Agricultura, e secretariada por Ulysses Paranhos. Foram expostos os motivos da reunião e aprovadas duas comissões, uma para tratar da organização técnica da Escola e de seus Estatutos e outra para angariar donativos para sua manutenção. Faziam parte da primeira dr. Antonio Carini, dr. Ulysses Paranhos, farmacêutico Meira. Da segunda: conde de Prates, barão de Duprat, dr. José de Paula Leite de Barros e outros. Estiveram presentes na reunião dr. Antonio de Padua Salles, secretário da Agricultura; Raymundo Duprat, prefeito municipal; dr. Augusto Carlos da Silva Telles, presidente da Sociedade Paulista de Agricultura e professor da Escola Politécnica; dr. Ulysses Paranhos, dr. Alfredo de Castro, dr. José de Paula Leite de Barros, médico formado pela Faculdade de Medicina da Pensilvânia em 1878; dr. Antonio Carini, médico italiano e diretor do Instituto Pasteur; dr. Louis Misson, dr. Mario Maldonado e dr. Luiz Picollo, respectivamente, diretor, vice-diretor e veterinário do Posto Zootécnico Central; dr. Luiz Zamith, pelo Centro Agrônomico; dr. Meira e dr. Leopoldo de Freitas.

Na sede do Centro de Fazendeiros, em 5 de fevereiro de 1911, reuniu-se a Comissão Técnica encarregada da fundação de uma Escola de Veterinária em São Paulo, presidida pelo dr. Eduardo Guimarães, para ler o regulamento e dar posse ao corpo docente que dirigiria o ensino. Na ocasião, foram eleitos como diretor o dr. João Zeferino Velloso e como secretário geral José Meira de Vasconcelos. A posse do diretor da Escola de Veterinária, dr. João de Zeferino Velloso, se dá em 20 de fevereiro de 1911. Em breve seriam iniciados os cursos da escola em edifício adaptado para essa atividade, dotado dos aprestos necessários para o ensino técnico, segundo os métodos mais modernos. O curso da nova instituição de ensino se dividiria em quatro séries, compreendendo as seguintes disciplinas:

- 1ª série
- Química e física
- História natural
- Anatomia normal e comparada
- 2ª série
- Histologia e embriologia
- Patologia geral e microbiologia
- Fisiologia

- 3ª série
- Anatomia, patologia e técnica das necropsias
- Matéria médica e farmácia veterinária
- Zootecnia

- 4ª série
- Terapêutica, arte de formular e dietética
- Patologia interna e clínica interna veterinária
- Patologia cirúrgica e clínica cirúrgica veterinária
- Higiene e polícia sanitária veterinária

A organização da Escola foi feita sob o patrocínio do conde de Prates, barão de Duprat, coronel Francisco Schmidt e doutores Pádua Salles Silva Telles, José Leite de Barros, Candido Rodrigues, Rodolfo Miranda e Carlos Botelho. Porém, não se teve mais notícias sobre o funcionamento dessa Escola de Veterinária.

Surgimento da Universidade “Livre” de São Paulo – Curso de Medicina Veterinária

Na visão das correntes políticas em São Paulo, desde 1870 grupos de positivistas e de adeptos do liberalismo reprovavam qualquer ação para a criação de universidades estatais. Para tais grupos, o ensino superior não era função do Estado, pois eram contra a intervenção do Estado no ensino em todos os níveis. A partir da República, os positivistas passaram a controlar a política educacional, ligados a Benjamin Constant, ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos que permitiu também a particulares fundar escolas em todos os níveis. Segundo Luiz Antônio Cunha (1980), no período de 1891 a 1910, antes da Reforma Rivadávia Corrêa, foram criadas 27 escolas superiores, sendo nove de Medicina, Obstetrícia, Odontologia e Farmácia, oito de Direito, quatro de Engenharia, três de Economia e três de Agronomia. Até então, havia apenas duas escolas médicas no país, na Bahia e no Rio de Janeiro. A Lei Rivadávia Corrêa, de 5 de abril de 1911, retirou da União o monopólio da criação de instituições de ensino superior, tornando possível a criação de universidades pela iniciativa particular.

Em consequência da lei, proliferaram em todo o estado de São Paulo, principalmente na capital, escolas privadas de todos os tipos. Foi nessa conjuntura que a Universidade de São Paulo “Livre” foi fundada, em 19 de novembro de 1911. O responsável pelo encaminhamento foi o médico Eduardo Augusto Guimarães, deputado constituinte em 1891 e positivista que fazia campanha aberta pelo ensino privado no Brasil. A sociedade fundadora da Universidade era composta por onze médicos, quatro farmacêuticos, três dentistas e dois advogados que se

uniram a Luiz Antônio dos Santos, considerado o capitalista, para a fundação da chamada Universidade de São Paulo Livre. Instalada em 23 de março de 1912, suas aulas se iniciariam em maio, na rua Bento Freitas, n. 60. Além do reitor, dr. Eduardo Guimarães, e do vice-reitor, dr. Ulysses Paranhos, o Conselho Superior da Universidade era composto pelos diretores das escolas criadas: Matias Valadão (Medicina), Gabriel Rezende (Direito), Artur Mota (Engenharia), Alexandre Albuquerque (Belas Artes), Sérgio Meira (Veterinária), Ferreira Ramos (Agronomia), Spencer Vampré (Comércio), Vicente Carvalho (Ciências e Letras), Névio Barbosa (Odontologia) e José Malhado Filho (Farmácia). Foram convidados para o corpo docente alguns dos principais nomes da área médica paulista, ligados à Santa Casa, Sociedade de Medicina e Cirurgia, Instituto Pasteur, Instituto Bacteriológico, Instituto Butantan e outros.

Em face dos debates entre os defensores e críticos do ensino superior privado, os responsáveis pela direção da USP “Livre” convidaram para o corpo docente também médicos e professores que se opunham à concepção do projeto universitário privado, como os drs. Arnaldo Vieira de Carvalho, Rubião Meira, Luiz Pereira Barreto e Diogo de Faria. No entanto, estes se negaram a assumir qualquer função na instituição por discordar da maneira como fora constituída e também pela escolha de professores farmacêuticos para o ensino da medicina. Finalmente, em 19 de dezembro de 1912, o dr. Arnaldo Vieira de Carvalho, em jogo político com o governo do estado, o qual reativara a legislação de 1891 que já havia aprovado uma escola oficial de Medicina, foi convidado para organizar a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, como seu primeiro diretor.

Um tanto contraditório, pois, em 1891, a razão de essa faculdade não ter sido instalada era sua pouca importância para o progresso e a modernização do estado, já que a prioridade eram as escolas de Engenharia, Agricultura e Comércio. Outra razão, esta no campo da medicina, é que já existia em São Paulo uma série de institutos de profilaxia, de caráter preventivo, responsáveis pelo atendimento à população. Insere-se também nesse antagonismo a busca das elites do governo de Rodrigues Alves pela promoção da pacificação interna entre as várias correntes divergentes do Partido Republicano Paulista (PRP).

Segundo André Mota, em *Tropeços da Medicina Bandeirante* (2001, cap. 4), “Grande parte das dificuldades que compunham o andamento da Faculdade de Medicina livre apareceria de maneira incontestável no dia-a-dia dessa instituição oficial, colocando o seu diretor frente a desacordos, falta de aparelhamento físico, problema na formação de seu corpo docente, má preparação dos alunos que ingressavam em sua faculdade, etc.”. E conforme André Mota, em *USP avant USP* (2004):

Contudo, mesmo diante desses obstáculos, um ponto comum reunia o dr. Arnaldo e seu grupo: uma escola médica como núcleo fundador de um ensino voltado para os interesses políticos e científicos do Estado, com repercussão em todo o país. A formação dos médicos paulistas seria desatrelada das faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, ao mesmo tempo em que seu diretor esperava uma deferência à Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo a partir dos encaminhamentos pretendidos no âmbito da pesquisa e do ensino.

Uma diferença, no entanto, era que o ensino superior organizado pelo grupo do dr. Arnaldo voltava-se para os interesses políticos e científicos do Estado. Quanto à Escola de Medicina Veterinária da USP “Livre”, seu diretor nomeado era Sérgio Meira, e seu o corpo docente era assim formado:

- 1ª série
- Primeira cadeira: Anatomia normal e comparada – Dr. Raul Carlos Briquet
- Segunda cadeira: Histologia e embriologia – Dr. Eduardo Marques
- Terceira cadeira: Fisiologia – Dr. José Valeriano de Souza

- 2ª série
- Primeira cadeira: Patologia geral e microbiologia – Dr. Ulysses Paranhos
- Segunda cadeira: Anatomia patológica e técnica das autópsias – Dr. Antonio Carini
- Terceira cadeira: Zootecnia – Dr. Louis Misson
- Quarta cadeira: Farmacologia veterinária – Bacharel João F. Meira de Vasconcellos

- 3ª série
- Primeira cadeira: Arte de formular, terapêutica e dietética – Dr. Nicolau da Gama Cerqueira
- Segunda cadeira: Patologia interna e clínica médica veterinária – Dr. Luiz Piccolo
- Terceira cadeira: Patologia externa e clínica cirúrgica veterinária – Dr. Paulo Maugé
- Quarta cadeira: Higiene e polícia veterinária – Dr. Sérgio Meira

Conforme informações dos jornais da época e relatórios consultados, matricularam-se nas nove escolas em exercício e cursaram as aulas 787 alunos, sendo:

- No curso preliminar médico, 321
- No curso preliminar farmacêutico, 61

- No curso preliminar de Engenharia, 51
- Na 1ª série de Medicina, 58
- Na 1ª série de Direito, 132
- Na 1ª série de Odontologia, 88
- Na 1ª série de Comércio, 16
- Na 1ª série de Medicina Veterinária, 4
- Na 1ª série de Belas Artes, 8
- Na Escola Secundária, 48

Os cursos de Medicina, Farmácia e Odontologia foram os que tiveram maior número de alunos inscritos durante o período de funcionamento da Universidade de São Paulo Livre, de 1912 a 1917. Com relação à frequência dos quatro alunos matriculados no curso de Medicina Veterinária, não se tem informações sobre exames e continuidade do curso, além dessas matrículas. Dificuldades financeiras e a iniciativa da criação de uma faculdade de medicina oficial paralela colocaram um sério obstáculo à continuidade da Universidade “Livre” de São Paulo, mesmo que esta já houvesse obtido o reconhecimento de seus diplomas pelo governo federal. Ainda, em 1917, as mudanças ocorridas na legislação referente ao ensino superior, que reavaliariam o ensino livre no país, colocavam em xeque a própria existência dessa universidade. Assim, a USP “Livre” encerrou suas atividades em 1918.

André Mota, na conclusão do seu trabalho intitulado “USP Avant USP”, assim descrevia a situação:

Era uma discussão que em seu final foi desvendando a pluralidade de forças que estavam envolvidas na discussão da implementação de uma universidade de São Paulo indicando o quanto o personalismo de figuras eminentes fez parte das disputas em torno do tema. Tema este que permanece como pauta, nos dias de hoje, a respeito dos encaminhamentos que foram e devem ser dados ao ensino superior brasileiro, ao mesmo tempo em que podemos acompanhar as forças políticas e econômicas envolvidas num debate dessa magnitude. (Mota, 2004, p. 220)

Sobre essa experiência da primeira universidade em São Paulo, destacam os autores do trabalho “Montando um quebra-cabeça: a coleção ‘Universidade de São Paulo’ do Arquivo Público do Estado de São Paulo”, Maria Lucia Mott, Ivomar Gomes Duarte e Marcela Trigueiro Gomes:

Se analisarmos a documentação pesquisada à luz de outras coleções, é possível traçar a trajetória dos alunos que aí estudaram. Dos 16 que defenderam tese na Faculdade de Medicina em 1917, cinco revalidaram seus diplomas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 10 na da Bahia e um na de Belo Horizonte. Dos

107 registros de médicos efetuados pelo Serviço Sanitário de São Paulo, em 1918, uma dezena defendeu tese na Universidade Livre de São Paulo. Isso significa que chegaram ao mercado de trabalho, antes mesmo dos primeiros alunos da Faculdade de Medicina oficial, cujos alunos se inscreverão a partir da década seguinte.

Deve ser destacado que o Instituto Pereira Barreto (Hospital de Caridade do Braz), o primeiro hospital escola no Estado, construído para tal fim, e a Policlínica do Bom Retiro, fazem parte da memória dos habitantes da cidade.

Os poucos anos de funcionamento da Universidade Livre de São Paulo não destituíram de importância, nem invalidam o interesse de se debruçar sobre sua história. O significado da instituição vai além do reconhecimento dos diplomas, do pequeno período de funcionamento e da história institucional “stricto sensu”, seja pelas ideias que defendeu, pelas relações mantidas com outras instituições, pelo espaço que docentes e alunos ocuparam na vida social, pelo cenário que ajudou a desenhar na cidade. (Mott; Duarte; Gomes, 2007, pp. 64-65)

I Congresso de Ensino Agrícola

Foi aberto em sessão solene, em 25 de maio de 1911, o I Congresso de Ensino Agrícola, no salão nobre da Escola Prática de Comércio “Álvares Penteados”. O Congresso foi convocado por Antonio de Pádua Salles, secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, durante o governo de Manuel Joaquim de Albuquerque Lins. O evento contou com a presença de figuras ilustres, que apresentaram teses de relevo na época para a equação dos pontos relativos ao tema agrícola. Dentre os nomes dos congressistas, destacam-se: Jacques Arié, Arthaud Berther, Rosário Aversa Saccá, Horace Lane, Otto Pittsch e Amos Post, cientistas contratados pelas instituições da época. Na presidência do Congresso, Assis Brasil, e na vice-presidência, Luiz Pereira Barreto. O objetivo do Congresso, segundo Antonio de Pádua Salles, era proporcionar a discussão dos investimentos para o setor agrícola e propor uma revisão geral no ensino agrícola, que naquela época se apresentava bastante valorizado para o desenvolvimento da agroindústria paulista. O questionário distribuído entre as comissões tinha os seguintes pontos:

I – No Estado atual da nossa agricultura convém cuidar desde já da organização do ensino agrícola sob os três aspectos, elementar, médio e superior?

II – O tipo dos aprendizados agrícolas do Estado preenche as condições exigidas para o ensino elementar ou carece de modificações? Quais?

III – As escolas preliminares das povoações rurais deverão ter no seu programa o ensino elementar agrícola? Qual deverá ser?

IV – A Escola Agrícola Prática “Luiz de Queiroz” de Piracicaba, satisfaz o ensino agrícola médio ou carece de modificações? Quais?

V – Convém desde já criar no Estado escolas especiais de agriculturas? Quais?

VI – Há ou não vantagens em desenvolver o ensino nômade agrícola, e no caso afirmativo qual será o modo que melhor se adapte às nossas condições?

VII – Cogitando o governo federal da criação de uma escola superior de agricultura, deverá o Estado cogitar criar outra?

VIII – Como e onde deve o professorado público habilitar-se para ministrar o ensino de história natural agrícola? Convirá a criação de duas cadeiras, uma de agricultura e outra de zoologia agrícola nas escolas normais e complementares?

IX – Convém desde já criar um conselho superior de ensino agrícola no Estado?'

Uma das pretensões do secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Antonio de Pádua Salles, com o advento do Congresso era constituir uma assembleia consultiva formada por especialistas em agricultura que, ao formular e debater as teses originadas das questões em pauta, proporcionasse, por meio de resoluções do evento, influências nas novas orientações para o próprio ensino agrônomico paulista.

Em 26 de maio de 1911, o dr. Ulysses Paranhos, membro da segunda comissão, apresentou no Congresso a seguinte memória: “O futuro do Brasil está, sem dúvida alguma, fundado principalmente na agricultura e na indústria pastoril”. Prosseguindo em sua explanação, diz:

Temos um território imenso, campos uberrimos que daqui a annos estarão em grande parte cultivados, prados extensos que serão, não muito longe, povoados por milhares de animaes. E sem querer nos illudir, podemos augurar que, no futuro, seremos o celleiro do velho mundo, onde ele virá não só buscar as bebidas exóticas – como o matte e o café – mas ainda os cereaes e a carne, estes dois alimentos primordiales da vida. Para chegarmos a essa época de Promissão, não tem os governos e os particulares feito economia nem poupado sacrificios. Installações de ensino agrícola são fundadas, postos zootechnicos se installam nas zonas criadoras, prêmios de animação são decretados e, de um modo constante, procura-se melhorar as raças de gado nacional com o cruzamento de sangue estrangeiro. Mas,

1. Retirado da Dissertação: *Literatura e educação na memória de uma cidade: um olhar sobre Thales Castanho de Andrade*, de Fernando Luiz Alexandre, Faculdade de Educação USP, 2007, p. 44.

não basta inovar, instituir novos serviços, importar reprodutores selecionados; é preciso mais do que isso, protegermos e garantirmos o que já temos e, sobretudo, resguardar os nossos animais contra as diversas doenças e principalmente contra as epizootias que tanto os dizimam. Para isso se exige pessoal competente, organizado e em condições de bem prover a essas necessidades. Somente com um corpo de veterinários bem preparados e exercitados na sua profissão se atingirá a meta buscada. Ora esses veterinários não os possuímos ainda, urge, pois, criá-los. Portanto, o ensino veterinário nos parece uma necessidade para no Brasil, que há muito já devia ter seguido o exemplo de certos países sul-americanos de menor recurso e que, entretanto, já possuem escolas onde se estudam, com orientação moderna e prática, as doenças dos animais.

E mais adiante exalta a importância da profissão do veterinário:

Espíritos mais pessimistas, e talvez com menor razão acham o mistér veterinário humilhante e temem não haver quem deseje abraçar a profissão. Isso é um absurdo. Hoje a veterinária está muito longe da velha arte de alveitar, e, para bem e cientificamente exercê-la se faz necessária uma educação técnica especial, em muitos pontos, mais exigente do que na medicina humana. Demais, tendo conhecimento de uma tentativa de criação de uma Escola de Veterinária em S. Paulo, muitas pessoas vieram pedir informações a respeito das condições de admissão. Assim foram criadas, segundo estamos informados, cadeiras de zootechnia e veterinária em diversos institutos agronômicos e em varias Escolas de Engenharia; cursos de microbiologia, com aplicação ás doenças dos animais têm sido professados em alguns dos nossos laboratórios de bacteriologia. Tudo isso, porém, são fragmentos, não forma um todo harmonioso capaz de aparelhar alguém para o exercício da profissão de veterinário. É necessária a criação de uma escola com instalações modernas, laboratórios aptos a preencherem sua missão e professores habilitados a formarem profissões dignos deste nome. A capital de S. Paulo parece um ponto digno de preferencia para ser a sede de um instituto de ensino veterinário.

Conclui com a seguinte moção:

O primeiro Congresso de Ensino Agrícola, convicto da grande utilidade do ensino veterinário em nosso país, faz votos para que os governos estadual e federal entrem em accôrdo afim de que, no mais breve praso possível seja creada em S. Paulo, uma escola de medicina e veterinária.

PRIMEIRAS ESCOLAS DE MEDICINA VETERINÁRIA NO BRASIL

1. Escola de Veterinária do Exército (Rio de Janeiro-RJ). A origem da Escola de Veterinária do Exército foi atribuída por vários autores às pesquisas realizadas pelo médico João Moniz de Aragão no Laboratório de Microscopia Clínica e Bacteriologia, inaugurado em 2 de junho de 1896 no Serviço de Saúde do Exército. As pesquisas tinham por objetivo as doenças que acometiam aos animais e eram transmitidas aos militares. Entre 1904 e 1910, o então capitão Moniz de Aragão dedicou-se à bacteriologia e patologia dos animais domésticos, destacando estudos sobre o mormo no homem e a febre aftosa em Cantagalo (RJ). Nessa época, o governo brasileiro solicitou ao Instituto Pasteur, na França, a indicação de dois médicos veterinários para orientarem a instalação de um curso prático de Veterinária. Vieram ao Brasil, então, o tenente-coronel Antonie Dupy e o capitão Paul Ferret, em 10 de maio de 1908, permanecendo até 1911. Em 6 de janeiro de 1910, foi publicado o Decreto n. 2.232, que regulamentava a nova organização do Serviço de Saúde do Exército. No entanto, somente em 17 de julho de 1914 a Escola de Veterinária do Exército foi instalada como curso prático de Veterinária nas dependências do quartel do Grupo de Obuses, no bairro São Cristóvão, sob instruções da segunda missão francesa de médicos militares veterinários, que chegou ao Brasil em 1913: capitão André Vantillard e primeiro-tenente Henri Marliangeas. A coordenação do curso de três anos ficou a cargo do capitão médico João Moniz Aragão. A data de formatura da primeira turma dessa Escola de Medicina Veterinária ocorreu em 1917 com seis formandos, dos quais quatro militares e dois civis: segundo-tenente João do Couto Telles Pires, sargento-ajudante Pedro Quintino de Lemos, primeiro-sargento Francisco Correa de Andrade Melo, cabo Gastão Goulart, Antonio Ramos dos Santos e Carlos Bosen. Contudo, em 1937 a Escola de Veterinária do Exército diplomou sua última turma e encerrou suas atividades. Os alunos remanescentes foram transferidos para a Escola Nacional de Veterinária.

2. Escola Superior de Agricultura e Veterinária (Rio de Janeiro-RJ). Outra iniciativa no ensino da veterinária no Brasil aconteceu também no Rio de Janeiro, pelo decreto, de 20 de outubro de 1910, que criou a Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária, estabelecendo as bases do ensino da Agronomia e da Veterinária no Brasil. No ano seguinte, 1911, a escola instalava sua sede no bairro do Maracanã. A inauguração oficial aconteceu em 4 de julho de 1913. O curso de Medicina Veterinária tinha três anos de duração. A primeira turma graduou-se em 3 de julho de 1917 com quatro formandos: Antonio Teixeira Vianna, Jorge de Sá Earp, Moacyr Alves

de Souza e Taylor Ribeiro de Mello. A Escola transferiu suas instalações para vários locais – para Pinheiral, depois para Niterói, voltando para o Rio de Janeiro –, e finalmente foi integrada, em 1965, à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, localizada no km 47 da rodovia Rio-São Paulo.

3. Escola de Veterinária de Olinda (PE). A fundação da instituição deu-se em 3 de novembro de 1912 sob a denominação de Escola Agrícola e Veterinária do Mosteiro de São Bento de Olinda, através de seu superior, o abade dom Pedro Roeser. Tinha como padrão de ensino as clássicas instituições agrícolas da Alemanha. Concluídas as obras no final de 1913, a inauguração da Escola ocorreu em 1º de fevereiro de 1914, sendo dom Pedro Roeser o fundador e o primeiro diretor da instituição. Formou o primeiro veterinário do país, Dyonísio Meilli, em 1915, pois este já tinha sido diplomado como farmacêutico pela Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia e entrou diretamente no terceiro ano de veterinária. Já a primeira turma do curso de Medicina Veterinária formou-se em 11 de janeiro de 1917, com quatro formandos: Armando Maia e Silva, Benjamin Cavalcanti de Melo, Francisco Xavier Pedrosa e Manuel de Barros Bezerra.

4. Escola Mineira de Agronomia e Veterinária (Belo Horizonte-MG). Foi criada em 1914, por iniciativa de particulares à frente dos quais se achavam os professores dr. Henrique Marques Lisboa, Benjamin Flores, dr. Álvaro Astolpho da Silveira e dr. José Dantas. Em 31 de julho de 1914 os estatutos foram aprovados e foram abertas as matrículas para os alunos interessados, no prédio do Gymnasio Mineiro. O curso de Veterinária, cujo currículo foi aprovado em março de 1918, era ministrado em dois anos. Em 15 de março de 1924 uma mudança curricular no curso de Veterinária aumentou a duração para quatro anos. Em 1934, denominava-se Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária de Belo Horizonte. Até 1941, último ano de existência dessa Escola, tinha formado 161 veterinários.

5. Faculdade de Medicina Veterinária de Pouso Alegre (MG). Fundada em 12 de outubro de 1917, por conta das estruturas de unidades do Exército que tinham um significativo contingente de cavalaria na cidade. Foi reconhecida pela Lei Estadual n. 761, de 6 de setembro de 1920. A primeira turma formou-se em 1920 com um único profissional: José Marques de Oliveira. No entanto, o veterinário mais conhecido formado em Pouso Alegre foi o dr. Adolpho Martins Penha, em 1922. Formou sua última turma em 1937.

6. Instituto de Veterinária (São Paulo). Criado pela Lei Estadual 1.695-C, de 18 de dezembro de 1919, promulgada pelo presidente do estado de São Paulo, Altino Arantes Marques, sendo secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Candido Nazianzeno Nogueira da Motta. Essa lei criou o

curso de Medicina Veterinária no Instituto de Veterinária do Estado e deu autonomia ao Instituto de Veterinária, através do cargo de diretor, mantido subordinado à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. O ensino da Medicina e da Higiene Veterinárias se dava por meio de um curso regular de três anos. Aos alunos que concluíam o curso era conferido o título de “veterinário”, que os habilitava a exercer a Medicina Veterinária no estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDRE, F. L. *Literatura e educação na memória de uma cidade: um olhar sobre Thales Castanho de Andrade*. São Paulo: Faculdade de Educação USP, 2007, p. 44.
- CAVALCANTI, A. B. U. *Curso de zootechnia geral e especial*. São Paulo: Diário Oficial, 1902.
- COTRIM, E. *A fazenda moderna – Guia de gado bovino no Brasil*. Brussels: Typ V. Verteneuil et L. Desmet, 1913.
- CUNHA, L. A. *A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- FERRARO, M. R. *A modernização da agricultura e da silvicultura paulista (início do século XX)*. Anápolis: Universidade de Goiás, 2010.
- HENRIQUES, A. B. A moderna agricultura no final do século XIX em São Paulo: algumas propostas. *História*, v. 30, n. 2, p. 359-380, ago./dez. 2011.
- MOTA, A. USP avant USP: o caso da Faculdade de Medicina em 1911. *Revista USP*, n. 61, p. 210-221, 2004.
- MOTT, M. L. B.; DUARTE, I. G.; GOMES, M. T. Montando um quebra-cabeça: a coleção “Universidade de São Paulo” do Arquivo Público do Estado de São Paulo. *Cadernos de História da Ciência*, v. 3, p. 57-72, 2007.
- NADAI, E. *Ideologia do progresso e ensino superior. São Paulo, 1891-1934*. São Paulo: Loyola, 1987.
- NEIVA, C. Adolfo Lutz e a Medicina Veterinária. *Memórias do Instituto*, v. 15, n. Único, p. 114-120, 1955.
- PERECIN, M. T. G. *Os passos do saber: a Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz*. São Paulo: Edusp, 2004.
- REICHMANN, M. de L. Instituto Pasteur: trajetória histórica. *Cadernos de História da Ciência*, v. 1, n. 1, 2005.
- SZMRECSÁNYI, T. Origens da liderança científica e tecnológica paulista no século XX. Trabalho apresentado no Simpósio Internacional Elites, Cuestión Regional y Estado Nacional: Argentina y America Latina, siglo XIX y primeras décadas del siglo XX. Tucumán (Argentina), 24-26 abr. 1996.
- TEIXEIRA, L. A.; ALMEIDA, M. Primórdios da vacina antivariólica em São Paulo: uma história pouco conhecida. *História, Saúde, Ciência-Manguinhos*, v. 10, supl. 2, p. 475-498, 2003.

3

CAPÍTULO 3

Fatores determinantes na criação do curso de Veterinária no estado de São Paulo

Gláucio Pereira de Assis



Segundo Luiz Antonio Teixeira, autor do texto “Repensando a História do Instituto Butantan” (2001), a grande reviravolta na trajetória do Instituto Butantan se deu a partir de 1917, quando assumiu a direção do Serviço Sanitário de São Paulo o dr. Arthur Neiva: “Houve uma reformulação e o Butantan deixou de ser visto apenas como uma instituição produtora de imunizantes para debelar possíveis epidemias, passando a ser considerado como uma agência central na execução de diversas ações de saúde pública”.

Grande parte das reivindicações de Vital Brasil como diretor científico do Instituto Butantan foram atendidas pelo governo paulista ainda em 1917 na forma de um plano de desenvolvimento científico para o Instituto, do qual constavam as necessidades de pessoal qualificado, sugerindo o envio de técnicos para especialização no exterior e provisão de auxiliares de laboratório. Sua meta era transformar o Soroterápico num instituto de higiene capaz de nuclear os estudos científicos ligados à medicina e a diversas ações de higiene.

O período que se estende de 1917 a 1919 também foi marcado pelo desenvolvimento das pesquisas científicas. Novas disciplinas científicas foram criadas, como botânica e química, além da ampliação da biblioteca e maior envolvimento com as atividades para a educação sanitária.

Segundo Luiz Antonio de Castro Santos, em “Poder, ideologias e saúde no Brasil da Primeira República” (2004), a expansão das ações sanitárias, embora tivesse a intenção precípua de melhorar as condições de saúde nas áreas rurais, a despeito

dos interesses políticos dos fazendeiros, se fez simultaneamente à criação de agências responsáveis pelo desenvolvimento de serviços ligados à agricultura e pecuária, possibilitando, assim, o maior desenvolvimento econômico dessas regiões.

A reforma do Serviço Sanitário de 1917, sob a direção do dr. Arthur Neiva, se apresenta como o marco de surgimento desse novo modelo de atuação. O Serviço de Profilaxia Geral, criado nesse momento, era a instância permanente da higiene nas áreas rurais, ficando a seu cargo todas as atividades relacionadas à polícia sanitária das fazendas e de outros estabelecimentos das zonas interioranas. A implantação deste novo modelo de atuação da saúde pública geraria novas demandas para o Instituto Butantan.

Nas palavras de Luiz Antonio Teixeira:

As novas atribuições do Butantan, consagradas pela reforma de 1917 já revelam a nova situação, mas é a criação das novas seções do Instituto que evidenciam, de forma inequívoca, que o novo objetivo a ele atribuído era de dar sustentação às recém-criadas atividades da saúde pública. No organograma do Butantan, as novas atividades traduziram-se na criação dos serviços de botânica e química, do horto para o cultivo de plantas medicinais, dos laboratórios de opoterapia e de fabricação de soluções medicamentosas. Em situação ambígua ficou o Instituto de Veterinária: estava subordinado a outra secretaria – a da Agricultura, Comércio e Obras Públicas – mas tinha de obedecer à orientação técnica do Butantan. (Teixeira, 2001, pp. 6-9.)

Portanto, a partir de 1917, com as reformas executadas pelo dr. Arthur Neiva, no Instituto do Butantan foram dadas as condições para a criação do Instituto de Veterinária no atendimento aos pecuaristas paulistas. Por outro lado, a Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, criada em 1892 e regulamentada pelo Decreto n. 58, de 2 de maio de 1892, até a reforma de Carlos Botelho, em 1907, é considerada por Carlos Schmidt e José Reis (1943) como a primeira das três fases de desenvolvimento da ação oficial. A segunda iria dessa data até seu desdobramento em 1927, quando assume como secretário da Agricultura o dr. Fernando Costa.

Dessa forma, poderemos conferir nas narrativas seguintes que as posses do dr. Altino Arantes Marques no governo do estado de São Paulo e do dr. Cândido Motta na secretaria da Agricultura, em 1º de maio de 1916, viriam a transformar o ambiente agropecuário, criando plenas condições para o desenvolvimento do setor, principalmente em relação à pecuária paulista. Na primeira fase, de 1892 a 1907, a Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas tinha várias repartições incumbidas das questões de colonização, imigração, estudo do território paulista, flora, fauna, reservas minerais, demarcação de terras devolutas. Na verdade, não havia um plano de ação organizada, planejada. Com a criação das Comissões Municipais de Agricultura, a organização do ensino agrícola e das escolas de trabalhadores rurais, fica clara a intenção de bem orientar a questão da melhoria geral do padrão de produção da época.

No entanto, foi a partir da reforma Carlos Botelho, em 1907, que se definem melhor os vários setores de ação da Secretaria. As questões agropecuárias vão se reunir na Diretoria da Agricultura, que logo depois se desdobra em duas Diretorias: a de Agricultura e a de Indústria Animal, esta abrangendo o Posto Zootécnico Central, o Posto de Seleção de Gado nacional de Nova Odessa e as Estações Zootécnicas Regionais. Também houve a reorganização do Instituto Agrônômico. Em 1911, a Diretoria de Indústria Animal sofre uma reorganização na criação do Serviço Veterinário e de um curso elementar de veterinária e zootecnia, no Posto Zootécnico Central. São criados os Serviços de Defesa Agrícola, o Ensino Agrícola Ambulante e o Museu Agrícola. Ocorre também o Primeiro Congresso de Ensino Agrícola, no qual estiveram representadas as instituições oficiais e as associações de agricultores. Ainda, são criados o Serviço Florestal, do Departamento Estadual do Trabalho (encarregado da reorganização da Hospedaria dos Imigrantes) e do Patronato Agrícola (para estabelecer normas adequadas à melhoria nas condições de trabalho na lavoura).

No entanto, o ano de 1914, quando dr. Paulo de Morais Barros era secretário da Agricultura, marcou-se uma notória regressão na atividade no setor da pecuária paulista. A

Secretaria foi novamente reorganizada com a extinção das Diretorias de Agricultura e de Indústria Animal, passando a Diretoria de Agricultura a denominar-se Diretoria de Agricultura e Indústria Pastoral. Foram extintos também o Posto de Monta Central, as Estações Zootécnicas Regionais, o Serviço Botânico, a Galeria de Demonstrações de Máquinas e o Museu Comercial. A nova organização reduziu drasticamente os serviços zootécnicos.

Ainda, de acordo com Carlos Schmidt e José Reis (1943), a importância da pecuária paulista exigia a restauração de um departamento independente, e, ao findar-se o ano de 1916, já no novo governo de Altino Arantes Marques e com o secretário da Agricultura, dr. Cândido Nogueira da Motta, os criadores paulistas viram reconstituir o órgão oficial sob a denominação de Diretoria da Indústria Pastoral, atendendo as necessidades de orientação e desenvolvimento da pecuária. Naquele ano, realizou-se o I Congresso Paulista de Pecuária em São Paulo. Novos estabelecimentos zootécnicos foram reorganizados: Posto de Seleção e Haras Paulista, Fazenda de Criação, em Amparo, destinada ao gado Red Polled; Fazenda de Barueri para cuidar da criação de suínos e de bovinos Schwytz. O Posto Zootécnico de São Paulo foi restabelecido em 1918 como estação de monta e recinto de exposições de animais, na Mooca. Ainda foi instalada a Fazenda de Criação de Itapetininga para criação das raças Hereford e Durhan puros e o Posto Zootécnico de Botucatu como estação de monta. Foi criado também o Livro de Registro de Criadores, destinado à inscrição de criadores residentes no estado, no intuito de vantagens como: recebimento de vacinas distribuídas gratuitamente; preferência para compra de animais reprodutores que o governo venderia em estabelecimentos zootécnicos; requisição de veterinários da Secretaria, em casos de epizootia de animais de sua propriedade.

Em 1919, a Secretaria da Agricultura concluiu o levantamento estatístico agrícola e zootécnico no estado de São Paulo com os seguintes dados, para um rebanho de 9.542.241 cabeças:

Bovinos: 3.108.205
Equinos: 551.005
Asininos e muares: 428.348
Caprinos: 366.048
Ovinos: 106.061
Suínos: 4.989.574

Segundo Carlos Schmidt e José Reis (1943), o fato de a Secretaria da Agricultura não ter sido organizada, desde o início, num só bloco, e sim originada por anexações de antigas

repartições da província, fazia o titular da pasta em 1917, dr. Candido Nogueira da Motta, ver aí a causa de certas falhas na sua organização, consubstanciadas na insuficiência de pessoal técnico ou especializado nas diversas funções. Devido a isso, a Secretaria da Agricultura não estava aparelhada para enfrentar qualquer dificuldade séria que pudesse sobrevir. Além disso, o arco amplo de funções dessa Secretaria – face aos serviços da agricultura em geral, da pecuária, das obras públicas, da viação férrea e de rodagem, conservação de pontes e balsas, serviço geográfico e geológico, introdução de imigrantes, colonização, ensino rural e profissional agrícola, abastecimento de água, serviço de esgoto da capital, saneamento de Santos, serviço meteorológico e outros – era tratado com recursos limitados. A atuação dos antigos secretários de Agricultura era constantemente desviada e absorvida pelo volumoso expediente e pela urgência das soluções exigidas pelos assuntos relacionados às estradas de ferro, mineração, transporte e obras públicas.

O secretário da Agricultura dr. Candido Nogueira da Motta dizia: “Até aqui temos feito o possível para agir dentro dos limites do que encontramos, mas é convicção minha que esta Secretaria não se acha convenientemente aparelhada para enfrentar qualquer dificuldade séria que surja, nem ter a eficiência que a natureza dos serviços a seu cargo está a exigir” (Schmidt e Reis, 1943).

É interessante conhecer o conteúdo do I Congresso Paulista de Pecuária, iniciativa da Sociedade Paulista de Agricultura (SPA), com apoio da Secretaria da Agricultura, realizado no período de 18 a 29 de setembro de 1916, em São Paulo, a fim de entender a grande repercussão do evento para o futuro da pecuária brasileira. Além da participação dos órgãos públicos estaduais e federais, havia representantes e criadores dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Goiás e Piauí. A participação de vários estados conferiu ao evento uma importância nacional. Na abertura dos trabalhos, o sr. Francisco Ferreira Ramos, vice-presidente da SPA, chamou a atenção dos congressistas: “Há bem pouco tempo parecia temerário se falar em exportar carne para os mercados consumidores” (*Anais do Primeiro Congresso Paulista de Pecuária*, p. 8). E leu o texto enviado pelo presidente da SPA, dr. Augusto Carlos da Silva Telles, que expunha o seguinte:

Nunca teria sido mais oportuna a reunião de um Congresso de Pecuária e acredita a Sociedade Paulista de Agricultura ter prestado útil serviço á causa dos grandes interesses nacionaes, convocando as maiores competencias, os mais adeantados criadores e industriaes para, em livre troca de idéias e de ensinamentos, concorrerem para affirmação dos verdadeiros principios em

que se deve desenvolver a indústria pastoril brasileira (*Anais do Primeiro Congresso Paulista de Pecuária*, p. 9).

Ainda, no início dos trabalhos, o discurso enviado pelo dr. Pereira Barreto e lido pelo coronel Arthur Diederichsen dizia: “Estamos assistindo ao mais extraordinário exemplo de rapidez, que jamais se viu na exportação das carnes congeladas: saltamos sem transição da insignificante quantia de seis contos de réis, que tanto foi o valor da nossa exportação no primeiro anno, á inverossímil quantia de cem mil contos de réis no segundo anno” (*Anais do Primeiro Congresso Paulista de Pecuária*, p. 15).

Após 10 dias de trabalhos, as conclusões aprovadas no referido Congresso, discutidas nas suas oito sessões foram as seguintes, entre outras:

- 1 – O Estado de São Paulo, por suas pastagens e boas aguadas, tem facilidade em constituir-se como centro de criação.
- 2 – Nas distancias maiores das estações ferroviárias no Estado de S. Paulo podem se estabelecer fazendas da engorda ou invernada.
- 3 – Nas zonas cafeeiras é de bom conselho economico a anexação de fazendas de criação.
- 4 – As raças bovinas estrangeiras aconselhadas para o Estado são: “Hollandeza”, “Flamenga”, “Jersey”, “Guernesey”, “Schwitz”, “Simmenthal”, “Hereford”, “Limosina”, “Garoneza”, “Red-Polled” e outras.
- 5 – Domina nos Estados de Minas e Matto Grosso o Zebú e no Estado do Paraná o gado creoulo.
- 6 – A aclimação das raças estrangeiras varia com a idade dos animaes e a estação em que são importados.
- 7 – As raças estrangeiras se reproduzem em regulares condições.
- 8 – Para se obterem bons reproductores, deve-se fazer a importação quando se quizer realizar o refinamento, sendo a criação local rodeada dos precisos cuidados.
- 9 – O governo deve não só importar como auxiliar a importação particular das raças reconhecidas como as mais convenientes ao Estado de São Paulo, nas suas diversas aptidões. Os particulares podem adquirir ao governo os reproductores, que este importar, por meio de leilões periódicos.
- 10 – O Congresso reconhece as qualidades do gado “Caracú”. Esse gado deve ser criado e mantido em boas pastagens, garantindo-se assim a fixação dos caracteres estabelecidos pela associação do “Herd Book Caracú”.
- 11 – O Congresso recommenda a criação de gado nas fazendas de café como subsidiaria das mesmas. Esse gado será productor de fertilisantes e de derivados directos. Como leiteira acha que a raça “Flamenga” preenche seus fins e como mixtas a “Schwitz” e a “Red-polled”.

12 – O Congresso reconhece nossas pastagens de jaraguá e gordura roxa como insuperáveis no nosso clima, entretanto aconselha o ensaio de novas forragens entre as quaes o Capim de Rhodes (Cloris Gayana) e a cultura da alfafa, como a melhor e mais pratica das leguminosas. Além disso, a canna e o milho são de grandes vantagens para supprir a alimentação dos animaes na estação sêcca.

13 – O Congresso avalia a população bovina de S. Paulo, Minas, Mato Grosso, Goyas e Paraná em 16.826.880 cabeças;

14 – O Estado de São Paulo, embora não produza presentemente para o seu consumo, virá a fazel-o proxivamente, deixando para a exportação a produção dos Estados tributarios dos seus frigoríficos.

15 – O novilho nacional que abatido dá em 200 a 300 kilos, produz carne que nenhuma repulsa tem tido pelos mercados consumidores; entretanto o Congresso entende que as proporções das suas diferentes categorias precisam ser modificadas de accôrdo com as proporções existentes nas bôas raças estrangeiras.

16 – O couro do novilho nacional é bom quanto ao peso, mas frequentemente depreciado devido ás cicatrizes bernentas.

17 – A importancia e a acção dos frigoríficos na pecuaria do Estado, dada a inteira acceitação dos productos manipulados, tem sido benefica quanto á animação que lhe vem dando e quanto á melhoria dos preços.

18 – Os suínos existentes no Estado são deficientes para a exportação, e os frigoríficos affirmam ser urgente o seu melhoramento no sentido de produzirem menos gordura e mais carne quando destinados à fabricação de fumados e salsichas.

19 – Com relação á criação de ovinos, o Congresso nada pode afirmar, sem a experimentação prévia official ou particular nos campos de montanha, que são os mais apropriados.

20 – O Congresso entende que os meios de transporte de gado, os embarcadouros, a hygiene e a policia sanitaria estão por fazer.

A seguir, exploraremos alguns trechos das conferências realizadas no Congresso.

Opinião do conselheiro Antonio da Silva Prado, cafeicultor, banqueiro e empresário proprietário do frigorífico de Barretos, sobre o tema “O Desenvolvimento da Pecuária no Brasil, especialmente no Estado de São Paulo”: “Os consumidores europeus de carne batem á nossa porta e é preciso não perder a oportunidade de colocar o Brasil no quadro das nações exportadoras de carne, criando para ele essa nova fonte de riqueza e de prosperidade econômica” (*Anais do Primeiro Congresso Paulista de Pecuária*, p. 318). Mais adiante, enfatiza:

O futuro da pecuária no Estado depende da acção de dois factores – a iniciativa particular e a acção do governo. Nada haveria

que recetar desse futuro se ele dependesse sómente da iniciativa particular. A immigração, as estradas de ferro, a cultura cafeeira, que substituiu a matta virgem por mata intérmina de cafeeiros, facto este considerado por um dos nossos ilustres visitantes como o facto econômico mais importantes do século dezenove, ahí estão para mostrar a pujança do esforço paulista na obra esplendida do nosso progresso material. Não devemos, portanto, descrer do futuro deste novo empreendimento. – colocar o Brasil no quadro das nações de maior produção de gado bovino das raças puras européas e da raça crioula aperfeçoada. Mas, para que esta aspiração patriótica se torne realidade é preciso que a acção do governo auxilie eficazmente a iniciativa particular nessa obra de progresso. A responsabilidade do governo nesta emergência é tremenda. Sem prontas e eficazes providencias de policia sanitária animal, a importação de reproductores será um desastre. Estou certo que o governo de S. Paulo tudo fará para evitar semelhante desastre”.

Memorial apresentado pelo sr. Arlindo Martins Ribeiro, comerciante e fazendeiro no Paraná:

Bastou que beneméritos emprehendedores promovessem a fundação de matadouros frigoríficos e que algumas vias de comunicação, penetrassem zonas productoras para que as riquezas que ali jaziam estagnadas, fossem canalizadas e aproveitadas. Se essas providencias se tivessem antecipado de dez ou vinte annos, talvez já encontrassem, a industria pastoril de então, igualmente aparelhada para fornecer sobras para a exportação.. (...)

Essa paralização, no nosso progresso pastoril, foi consequência da falta de commercialização dos productos, na intensidade sufficiente para gerar o interesse que teria trazido outra orientação na industria, levando os criadores a cuidarem melhor de seus gados e de suas pastagens. O interesse é a molla real de todos os empreendimentos.. (...)

Os primeiros frigoríficos surgiram porque o ambiente commercial éra favorável ao seu apparecimento e porque havia uma riqueza latente que permittia o seu desenvolvimento.. (...)

Mobilizar riquezas significa collocar-as em situação de serem proveitosamente utilizadas. Por toda a extensão do território nacional se acham esparsos grandes recursos pecuários que não são aproveitados ou o são muito imperfeitamente, por falta de uma organização aparelhada para o seu econômico aproveitamento (pp. 225-229).

Pronunciamento do Sr. Julio Brandão Sobrinho, representante da revista *O Criador Paulista*:

S. Paulo é um dos Estados que muito terão a lucrar com a criação; só os productos da pecuaria poderão constituir para eile uma nova riqueza tão ou mais opulenta que a do café. Inspector de agricultura durante muitos annos e em differentes zonas que abrangiam todo o territorio paulista, tive mais que oppor-tunidade de pezar a situação e as aspirações do Estado e conjecturar sobre o seu futuro economico. E esse futuro surgia em minha imaginação symbolisado no boi; pois só a criação notadamente a criação bovina, poderá impedir que se transformem em desertos tantas regiões opulentas, ora occupadas por caféeiros, mas já nos últimos arrancos de fertilidade (p. 250).

Conferência feita por Eduardo Augusto Torres Cotrim, engenheiro, pecuarista no Rio de Janeiro, sobre “O problema pecuário no Estado de S. Paulo”:

Se o gado indiano tem de facto de dominar no futuro, a nossa criação, que se coloque a questão nos seus verdadeiros termos, isto é – que se providencie para, aproveitando a sua rusticidade, se corrijam suas formas, se modifiquem sua estrutura geral, se transforme sua capacidade industrial, de maneira a tornal-o apto a preencher os fins industriaes a que se destinam os bois de corte, mas que se eliminem as fantasias, que só podem trazer resultados funestos á criação brasileira em geral, embora constituindo fontes de renda injustificáveis para os criadores que dele se occupam unicamente como “bicho” e não como machinas vivas, que devem ser, de transformação das forragens em productos sempre mais e mais aperfeiçoados, de maneira a suportar a concorrência que é a lei fatal do domínio comercial (*Anais do Primeiro Congresso Paulista de Pecuária*, p. 307).

E mais:

A eterna e interminável controvérsia, em que não se adianta um passo e em que os nossos criadores e homens do campo, em grande numero, pretendem que o sólo brasileiro é incapaz de fornecer boas forragens para o gado fino e que a solução do problema se encontra na Índia onde nunca se organizou um Herd Book e de onde um animal de mérito relativo não consegue sahir por opposição das autoridades do paiz... S. Paulo, com ser o Estado mais adeantado do Brasil e onde a agricultura se estabeleceu sobre bases solidas e hoje indestructiveis, póde e deve vir a ser o typo dos Estados criadores.

Cada fazenda de café precisa ter hoje como annexo ou accessorio a exploração de gado, seja elle qual fôr, de acordo com a conveniencia de cada agricultor. Na agricultura moderna, a exploração do gado, como elemento de trabalho, mas sobretudo como productor de fertilizantes para a terra, é hoje considerada

indispensavel, e os resultados vantajosos delles obtidos estão já no domínio publico.

Essa parte do problema, que cabe inteira e exclusivamente á iniciativa particular, deve contar com o auxilio dos poderes públicos, se, traduzindo nos socorros veterinários e no estudo systematico das epizootias e dos meios de evital-as ou combatel-as. *O serviço de prophylaxia e hygiene e socorros veterinários é inadivél e tarefa do governo, secundando e protegendo a acção dos particulares e das empresas de criação...*

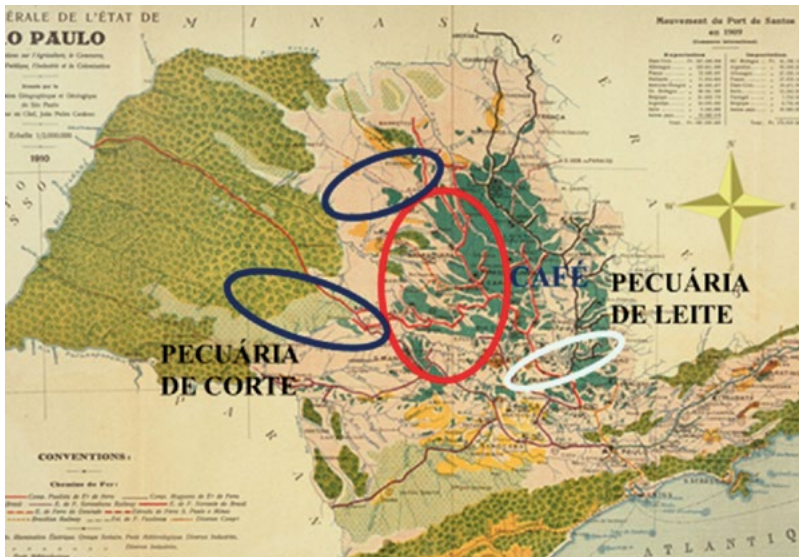
Ainda nesse caso, e, como se trata de uma industria nova a encaminhar, a acção dos poderes públicos se póde exercer no effeito consultivo, por meio de inspectores zootechnicos e veterinários, que fixarão regras para o verdadeiro “control” da criação, se os agricultores paulistas quizerem manter uma bôa diretriz, na sua exploração pecuaria...

Na indústria pecuaria uma outra modalidade que tem de occupar sériamente os paulistas é o estabelecimento e multiplicação das invernadas, para o engordamento e preparo dos animaes criados nos Estados visinhos, que virão fatalmente procurar essas invernadas. (Grifos nossos)

No encerramento do Congresso, o secretário da Agricultura, dr. Candido Nogueira da Motta, declarou:

Há poucos dias, tive o prazer de ouvir de uma das vozes mais autorizadas deste Congresso que, para que a pecuária entre nós tome o incremento de que carece, é necessário o consorcio e o concurso de duas forças: a iniciativa privada e a acção official. Quanto á iniciativa privada, o melhor atestado do seu valor está na reunião deste primeiro Congresso, para o qual affluiram de tão bôa vontade, não só criadores paulistas, como os de Estados visinhos; quanto á acção official, a prova de que ella não tem faltado para secundar, animar, fortalecer a iniciativa privada, está nessa moção que tão gentilmente acabaes de votar, na qual reconheceréis o interesse e a bôa vontade do governo do Estado, relevados em auxiliar a solução dos problemas que, nesse particular, tanto vos interessam.

O I Congresso Paulista de Pecuária aconteceu em um momento de grande desenvolvimento da exportação de carne congelada brasileira. No período anterior a 1914, a participação do Brasil na exportação de carne era insignificante. Giovanna Soares Almeida (2017), em *O processo de formação e expansão da cadeira agroalimentar de carne bovina no Brasil e o caso paulista (1909-1989)*, inicia a introdução ressaltando que “até 1908, a única forma disponível na colônia para preservar a carne, era a salga”. As charqueadas tiveram importante função econômica no Ceará, durante o século XVIII, e no Rio



Grande do Sul, durante o século XIX. Tais estabelecimentos aproveitavam a carne para a elaboração do charque e comercializavam o couro. As demais partes do animal abatido eram desperdiçadas e depositadas no meio ambiente. Em 1909, foi iniciada a construção do primeiro frigorífico no Brasil, com a importação de todos os equipamentos necessários, o qual, diferente das charqueadas, implantou o completo e higiênico aproveitamento da rês e a preservação da carne pelo emprego do frio artificial.

Mais adiante, no Capítulo 2, Almeida afirma:

O período de 1909 a 1938, abordado neste capítulo, começa com a instalação da empresa frigorífica de abate, processamento de carne bovina no Brasil, o que foi possível graças a acumulação que o complexo cafeeiro gerou e pelos investimentos feitos através das economias centrais, potencializados com os efeitos da Primeira Guerra Mundial. Tal instalação introduz no país uma nova tecnologia de abate, processamento, preservação, comercialização e de aproveitamento dos subprodutos do bovino. Isso impactou nos hábitos de consumo dos brasileiros, na pecuária, no aproveitamento econômico da rês abatida e na balança comercial brasileira, á medida em que a carne preservada pelo sistema de frigorificação e pela fabricação de conserva, expandiu-se para o mercado estrangeiro, especialmente com a demanda dos países envolvidos na Primeira Guerra Mundial. (Almeida, 2017)

E segue descrevendo a instalação da indústria frigorífica no Brasil, citando as principais empresas do setor no eixo Rio-São Paulo. O conselheiro Antonio da Silva Prado, presidente da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, iniciou a

construção do primeiro frigorífico no Brasil em Barretos (SP) em 1909, finalizando-o em 1913 – a Companhia Frigorífica e Pastoral de Barretos. Enviou em 1914, através do porto de Santos, o primeiro carregamento marítimo de carne congelada para a Inglaterra. A razão de sediar o frigorífico em Barretos devia-se ao fato de que a cidade era o principal mercado de gado na região conhecida como Brasil Central Pecuário (faixa que englobava o sul de Goiás, o sul de Mato Grosso, o Pantanal e o norte e o nordeste de Minas, que forneciam as boiadas para o frigorífico).

Em 1913, o americano Percival Farhuar, da Brazil Land, Cattle and Packing Company, associado a Sulzverger, frigorífico de Chicago, iniciou a construção do matadouro-frigorífico Continental Products Company, em Osasco (SP), o qual entrou em funcionamento em 1915, com a primeira exportação de carne congelada para os Estados Unidos. Com o crescimento do comércio mundial de carne bovina, o Brasil passou a ser um fornecedor de carne frigorificada para os países em guerra, exportando principalmente para Itália, Reino Unido e França. Segundo a exigência dos países importadores, o governo federal organizou, em 1915, o Serviço de Inspeção e seu Regulamento.

Enquanto isso, Armour & Co, um dos gigantes de Chicago, iniciava em 1916 as obras na cidade de São Paulo para o maior frigorífico da América do Sul, concluídas em 1919, com capacidade para abater 2 mil bovinos, 3 mil suínos e 2 mil ovinos por dia. Em 1917, o governo federal isentou de taxas alfandegárias todo o equipamento importado necessário para a construção de frigoríficos exportadores e concedeu descontos em fretes de carne em ferrovias federais. A empresa Armour & Co. também se instalou em Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul, para abater 800 bovinos/dia, realizando sua primeira exportação de carne congelada do estado sulista em 1918.

Ainda em 1917, a empresa britânica Anglo-Brazilian Meat Company deu início à construção de um matadouro-frigorífico em Mendes (RJ), com capacidade para 700 bovinos/dia. No mesmo ano, é instalada a Companhia Frigorífica de Santos, iniciativa da mesma empresa que controlava a Companhia Frigorífica e Pastoral de Barretos, com capacidade para abater mil cabeças de bovinos/dia, operando a partir de 1919. Um dado interessante levantado no trabalho de Giovanna Soares Almeida, por meio de uma tabela, mostra a exportação de carne bovina do Brasil em relação a outros países exportadores a partir de 1909 (Tabela 3.1). Consideramos apenas até o ano de 1919.

Com a deflagração da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o comércio mundial de carne bovina passou por um

Tabela 3.1 Exportação de carne bovina – principais países exportadores mundiais, inclusive sebo, no período de 1909 a 1919 (em toneladas)

Ano	Argentina	Uruguai	Estados Unidos	Austrália	Nova Zelândia	Brasil	Países Baixos
1909	244.481	58.303	32.269	–	28.648	850	15.784
1910	292.653	68.741	57.790	49.636	29.960	804	14.453
1911	353.009	67.059	42.465	49.344	15.999	473	13.618
1912	390.307	62.755	29.202	64.505	16.843	475	16.445
1913	401.948	81.872	18.171	99.300	16.331	941	17.234
Média 1909-1913	336.480	67.746	36.907	59.011	21.556	708	15.507
1914	404.176	86.569	15.025	132.479	34.406	700	14.392
1915	409.230	120.199	125.899	52.016	43.379	11.159	18.543
1916	494.750	98.070	145.209	109.807	55.231	42.109	13.694
1917	520.677	122.516	146.405	81.760	49.033	82.404	2.756
1918	718.423	129.743	317.517	54.427	41.988	83.498	193
1919	558.909	146.621	122.968	54.921	51.560	86.121	16.933

período de grande crescimento, especialmente a partir de 1915, repercutindo até 1919. O Brasil passou a ser um fornecedor de carne frigorificada para os países em guerra, exportando principalmente para Itália, Reino Unido e França, os quais juntamente com Alemanha, Países Baixos, Uruguai e Estados Unidos importavam mais de noventa por cento de toda a carne comercializada pelo Brasil no exterior, entre 1914 e 1923.

O salto do volume de exportação de carne brasileira ocorreu, portanto, a partir de 1915, quando chegou a 11.159 toneladas, crescendo até chegar a 86.121 toneladas em 1919. Com tamanha expansão econômica e de capacidade de abate em período tão curto, o rebanho brasileiro tendia a diminuir sensivelmente, o que ocasionou a intervenção do governo federal em 1918, proibindo o abate de novilhas e de vacas com idade inferior a oito anos aptas à reprodução. Em decorrência também do surto da peste bovina em 1921, as exportações brasileiras foram afetadas, sendo paralisadas momentaneamente.

Em sua tese de doutorado pela Universidade Federal Fluminense (UFF), *Do pastoreio à pecuária: a invenção da modernização rural nos sertões do Brasil Central*, Joana Medrado (2013) menciona Roberto Simonsen, que, além de professor, historiador e empresário, era um estudioso da indústria de carne do Brasil. Tanto que foi convidado, em 1917, para a presidência da Cia. Frigorífica de Santos, e designado para fazer parte da Missão Comercial Brasileira à Inglaterra em 1919. A visão de Simonsen ajuda a compreender qual era a questão que se colocava nos auspiciosos anos finais da década de 1910. Na tentativa de dar conta das demandas internacionais de uma

Europa beligerante, desejava-se investir em gêneros de primeira necessidade, e não repetir os gêneros coloniais de exportação – tão malquistos pelos ideólogos da economia brasileira. Tanto assim que, na introdução de uma obra sua sobre aspectos da política econômica nacional, Simonsen usa uma frase de Pandiá Calógeras, ministro da Agricultura entre 1912 e 1914, segundo a qual “ser país forte e independente importa em cousa mais alta do que produzir gêneros coloniais – cacau, café, açúcar, borracha, fumo – que alimentam o consumo voluntário e não necessidades essenciais da vida”. Esse parece ser o cerne das preocupações de Simonsen, a justificativa para seu entusiasmo em proteger e estimular a produção de carne do Brasil.

Outra questão de acirramento entre os criadores de bovinos e que se refletiu nos debates do I Congresso de Pecuária Paulista referia-se ao tipo de raça bovina mais adequada ao Brasil. Os tradicionais criadores paulistas de gado que abasteciam o mercado interno tinham o modelo de melhoramento genético baseado nas raças europeias ou no gado Caracu selecionado, em estreita relação com o governo do estado, com incentivos à importação, aclimação, transporte e exposições. Os animais importados, subsidiados totalmente, ou não, pelo governo federal, eram enviados para as fazendas modelos, estações experimentais ou zootécnicas do estado. Enquanto isso, do outro lado, criadores de gado indiano do Triângulo Mineiro, oriundos do comércio, como José Borges de Araujo, João Martins Borges, Armel Miranda entre outros, resolveram trazer gado zebu da Índia para criar e revender no Brasil, sem apoio expresso do governo do estado de Minas ou do governo

Altino Marques Arantes, presidente do Estado de São Paulo no período de 1916 a 1920. Anteriormente foi secretário do Interior, pasta que englobava Educação e Saúde, nos governos de Albuquerque Lins (1911-1912) e de Rodrigues Alves (1912-1915). Assinou como secretário do Interior de Rodrigues Alves a Lei n. 1.357, de 19 de dezembro de 1912, que implantou a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. Como presidente do estado, iniciou o governo com o lema “produzir e economizar”.



federal. Esses criadores do Triângulo Mineiro somente tiveram apoio oficial do Estado durante o curto período de João Pينهeiro, de 1906 a 1908, que subsidiou a importação de alguns animais da raça zebu da Índia. A Inglaterra, principal país no comércio de carnes congeladas, já desenvolvia em território indiano instalações de fazendas experimentais e a seleção de zebuínos, o que facilitava o trabalho dos criadores triangulinos na importação de zebus para o Brasil. O período de maior importação de zebuínos, contudo, aconteceu entre 1912 e 1917, com os criadores do Triângulo agenciando importações. Entre 1904 e 1921, mais de 45 viagens foram feitas entre a Índia e o Brasil, totalizando cerca de 5.500 cabeças, segundo Maria Antoniera Borges Lopes et al. (2001).

Diante da discussão entre os “zebuzeiros” e “europeus”, o discurso dos criadores paulistas favorecia a Inglaterra, que desejava tanto exportar reprodutores quanto importar carne e ampliar seu consumo na Europa, o que significa que a discussão sobre a raça de gado mais adequada ao Brasil não era apenas diletantismo dos criadores ou uma resposta ao paladar dos consumidores, mas sim, na verdade, atravessada por interesses do comércio internacional.

Dessa forma, os criadores paulistas passaram a ter concorrentes na indústria da carne e promoveram, entre os anos de 1917 a 1921, uma verdadeira “guerra” contra o zebu, através de artigos em jornais e da publicação de manuais de zootecnia, usando argumentos de que a carne era dura, imprópria para o consumo e que não produziriam leite suficiente. Por outro

lado, os mineiros defendiam o zebu pela sua adaptação ao clima tropical e resistência a carrapatos e outros ectoparasitos. E como os criadores paulistas eram estreitamente mais articulados com o aparelho do Estado que os triangulinos, pressionavam para impedir a importação de zebuínos, alegando que as condições sanitárias da Índia eram precárias e que colocavam em risco o rebanho brasileiro. Face a essa ofensiva paulista, o governo brasileiro vetou, em 1921, a vinda de novas remessas de zebuínos. A saída para os criadores mineiros foi exportação de zebu para o México, Bolívia, Cuba e Estados Unidos.

Segundo Joana Medrado (2015) em “A guerra contra o zebu”, o estudioso das raças zebuínas no Brasil Alberto Alves Santiago sugere que 1930 seja o marco da conciliação entre os defensores das duas correntes, zebuínos e europeus, quando o zebu começa a entrar no estado de São Paulo. Ainda conforme Joana Medrado: “Porém, o que definiu esse contexto de conciliação foram a afinação política, os interesses em comum e as associações que fizeram transitar os personagens e diluir a querela zootécnica”.

No relatório apresentado ao dr. Altino Arantes, presidente do estado de São Paulo, o dr. Candido Nogueira Motta, secretário da Agricultura, referente ao período de 1915 a 1917, enfatiza, no capítulo da Polícia Sanitária Animal, a necessidade de uma Escola de Veterinária para São Paulo:

Em relação à polícia sanitária animal, procurei dotar o Estado dos possíveis recursos para dar combate às epizootias, contratando maior número de veterinários e adquirindo em grande escala os necessários específicos. A deficiência de profissionais brasileiros está a pedir uma prompta providencia, pois que os que nos vem da Europa, além de muito caros, não trazem o preparo necessário para enfrentar as moléstias que, entre nós, assumem muitas vezes um caracter inteiramente diferente das que, com o mesmo nome, conheceram nos seus respectivos paizes. Eis porque acha de indeclinável necessidade a fundação de uma Escola de Veterinaria, embora em proporções bem modestas mesmo porque estas serão uma condição de sua viabilidade num momento difficil como este.

A importância cada vez mais evidente dos problemas sanitários das lavouras e das criações fez surgir, em 31 de dezembro de 1917, um marco com a criação do Instituto de Veterinária, subordinado à Secretaria da Agricultura e sob a orientação técnica do diretor do Instituto Butantan. A essa nova unidade competiam estudos e trabalhos que visavam à extinção de insetos nocivos à agricultura e à pecuária, bem como estabelecer meios de profilaxia desses parasitas e de cura das moléstias por eles ocasionadas.

Devido à crescente necessidade de profissionais ligados à área de saúde animal com o crescimento da pecuária no estado de São Paulo, e visando ao controle de zoonoses, foi criado, em 18 de dezembro de 1919, no Instituto de Veterinária, o curso de Medicina Veterinária.

Nas palavras de José Anthero Pereira Júnior (1934), secretário do Instituto de Veterinária, mais tarde secretário da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo e posteriormente secretário da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de São Paulo (USP):

A Lei nº 1.695-C, deu autonomia ao Instituto de Veterinária, e criou um curso de Medicina Veterinária em três anos, a cargo do mesmo, além das suas antigas atribuições, o qual teve o seu início já em prédio próprio, nas proximidades do Instituto Butantan, prédio inaugurado oficialmente em 19 de Abril de 1920, tendo comparecido ao ato o presidente do Estado, Dr. Altino Arantes, e Secretário da Agricultura, Dr. Candido Motta, criadores do Instituto e do curso de Medicina Veterinária”.

Vê-se, assim, a partir dos fatos narrados, relativos ao período que antecedeu a criação do curso de Medicina Veterinária no estado de São Paulo, que foi decisiva para isso a determinação do governo do estado, nas figuras do dr. Altino Marques Arantes, presidente do estado, e de seu secretário da Agricultura, dr. Cesário Nogueira Motta, além do apoio do dr. Mário Brandão Maldonado, diretor de Indústria Animal, que contribuíram decisivamente para a instalação do ensino veterinário no estado de São Paulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, G. S. *O processo de formação e expansão da cadeia agroalimentar de carne bovina no Brasil e o caso paulista (1909-1989)*. 2017. 188 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.
- CONGRESSO PAULISTA DE PECUÁRIA, 1. 1916, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: Sociedade Paulista de Agricultura, Typografia Piratininga, 1916.
- MEDRADO, J. *Do pastoreio à pecuária: a invenção da modernização rural nos sertões do Brasil Central*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.
- _____. A “guerra contra o Zebú”: notas sobre o animal que dividiu as elites pecuaristas brasileiras. *RURIS*, v. 9, n. 2, 2015.
- PEREIRA JÚNIOR, J. A. A Escola de Medicina Veterinária de São Paulo (ligeiro histórico). *Revista de Indústria Animal*, v. 2, n. 1, p. 125-129, 1934.
- SANTOS, L. A. C. Poder, ideologias e saúde no Brasil da Primeira República: ensaio de sociologia histórica. In: HOCHMAN, G.; ARMUS, D. (orgs.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004, p. 249-293.



Candido Nazianzeno Nogueira da Motta, secretário da Agricultura Comércio e Obras Públicas de São Paulo (1916-1920). Formado em Direito pela Faculdade do Largo São Francisco. Foi promotor público e delegado de polícia. Aos 27 anos, prestou concurso e foi aprovado para a Faculdade de Direito. Participou ativamente da vida política, sendo vereador, deputado e senador estadual, além de deputado federal. Como secretário da Agricultura, presidiu o I Congresso de Estradas de Rodagem. Além disso, reestruturou vários órgãos desativados anteriormente, dando agilidade e importância para a agropecuária paulista.

SCHMIDT, C. B.; REIS, J. *Rasgando horizontes: a Secretaria da Agricultura no seu Cinquentenário*. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, 1942.

TEIXEIRA, L. A. Repensando a história do Instituto Butantan. In: DANTES, M. A. M. (org.). *Espaços da ciência no Brasil: 1800-1930*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001, p. 159-180.

4

CAPÍTULO 4

Do Instituto de Veterinária à Escola de Medicina Veterinária de São Paulo (1919-1937)

Gláucio Pereira de Assis



Quando o Instituto de Veterinária ainda estava em estudos, em meados de 1917, o secretário da Agricultura de São Paulo, dr. Candido Motta, em companhia do dr. Arthur Neiva, diretor-geral do Serviço Sanitário e do dr. Mário Brandão Maldonado, diretor da Indústria Pastoril estiveram no Instituto do Butantan para encontrar um ponto conveniente para a sua instalação.

Enquanto o Projeto n. 49, que tratava da criação do Instituto de Veterinária, era discutido na Câmara Legislativa de São Paulo, as justificativas para a aprovação do projeto versavam sobre o estudo das várias epizootias que tão frequentemente dizimavam a pecuária paulista e da profilaxia dos insetos nocivos à agricultura. “Na área de veterinária, muito havia para se fazer, onde imensos problemas de moléstias graves se achavam ainda sem a desejada solução, como babesioses, ‘mal das cadeiras’, tuberculose e aftosa.”

Finalmente, foi aprovada a Lei Estadual n. 1.597, em 31 de dezembro de 1917, que criou o Instituto de Veterinária de São Paulo, sediado no Instituto Soroterápico do Butantã e subordinado à seção de Indústria Pastoril da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado, cabendo sua orientação científica ao diretor do Instituto Butantã. O Instituto de Veterinária tinha por fim o estudo de questões de medicina e higiene veterinária, regime alimentar e outras questões do interesse da pecuária, bem como a extinção dos insetos nocivos à agricultura.

Sobre esse tema, vale observar que o dr. Vital Brasil mostrou-se contrário à criação do Instituto de Veterinária naquelas condições:

Queremos deixar aqui consignado que desde o primeiro momento fomos contrários à criação do Instituto de Veterinária nas condições de dependência do Instituto de Butantan, pensando que um estabelecimento nessa ordem, afecto a um serviço especial, subordinado a uma Secretaria do Estado diferente da que superintende os serviços que nos foram confiados, devia ter uma organização perfeitamente autônoma, com pessoal idôneo e responsável.

Na realidade, o dr. Vital Brasil justifica sua oposição à criação do Instituto de Veterinária devido à sua localização dentro do Instituto Butantan, e com uma administração subordinada à de outra autarquia pública.

Em 28 de junho de 1918 são assinados os decretos de nomeação dos funcionários do Instituto de Veterinária:

- dr. Octávio Veiga, em comissão, para o cargo de bacteriologista;
- dr. Cassio Motta para o cargo de anátomo-patologista;
- dr. Alcides da Nova Gomes para o cargo de parasitologista;
- dr. Costabile Rosano, em comissão, para o cargo de clínico veterinário;

- dr. João Batista do Amaral, para o cargo de clínico veterinário auxiliar;
- sr. Benedicto Laurindo de Moraes, para o cargo de auxiliar de laboratório;
- sr. José Elói Pupo, para o laboratório;
- srs. Francisco Joaquim da Silva e Ernani Botelho como serventes.

Em 13 de março de 1919, foi nomeado o dr. Eduardo Augusto Pirajá como bacteriologista.

O início das atividades do Instituto de Veterinária se dá em 31 de junho de 1918, provisoriamente nas dependências do Instituto Soroterápico do Butantã. O dr. Vital Brasil, diretor do Instituto Butantan, e o dr. Mario Maldonado, diretor de Indústria Pastoral, estiveram em 1º de agosto de 1918 com o dr. Cardoso de Almeida, titular da pasta da Fazenda e interinamente à frente da Secretaria da Agricultura, a propósito da febre aftosa no estado de São Paulo. Nesse encontro, ficou resolvido que o Instituto do Butantan iniciaria o preparo de um soro preventivo e curativo contra a febre aftosa e, ao mesmo tempo, de uma vacina contra a moléstia, conhecida como “batedeira dos porcos”.

A Lei n. 1.655, de 25 de outubro de 1919, criou o Serviço de Polícia Sanitária Animal, pelo dr. Altino Arantes, presidente do estado de São Paulo, subordinado à Diretoria de Indústria Pastoral, da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Para a execução dos trabalhos, a Diretoria de Indústria Pastoral tinha, sob sua dependência, o Instituto de Veterinária, o lazareto quarentenário do porto de Santos, um laboratório para pesquisas bacteriológicas de urgência para exames de materiais procedentes de animais enfermos e análise de produtos terapêuticos para uso veterinário e um lazareto quarentenário em Itararé, assim como postos de inspeção em pontos de passagem de animais. Além disso, o pessoal empregado no Serviço de Polícia Sanitária teria um veterinário chefe e oito veterinários regionais.

Enquanto o prédio do Instituto de Veterinária estava ainda em construção, conforme publicação de 3 de dezembro de 1918 do jornal *Correio Paulistano*, o dr. Mário Brandão Maldonado enviou ofício ao dr. Candido de Mello Leitão, diretor da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, no Rio de Janeiro, solicitando nomes de profissionais veterinários formados por aquela Escola para a possibilidade de contratação para serviços oficiais em São Paulo.

Em 26 de dezembro de 1918, por ato do secretário da Agricultura, foram nomeados os drs. Mario Maldonado, diretor de Indústria Pastoral; Cassio Motta, médico anátomo-patologista do Instituto de Veterinária, e Nicolau Athanassof, professor

catedrático de zootecnia da Escola Agrícola Luiz de Queiroz para, em comissão, elaborarem o regulamento para a execução da Lei n. 1.597, de 31 de dezembro de 1917, que criou o Instituto de Veterinária. Em 19 de maio de 1919, o secretário da Agricultura, dr. Candido Motta, visitou o edifício do Instituto de Veterinária, que se achava em construção. Acompanharam o secretário o dr. Mário Maldonado, diretor de Indústria Pastoral, e o dr. Cassio Motta, diretor do Instituto de Veterinária. Em 17 de julho de 1919, chega de Nova York J. R. Roberts, contratado pela Secretaria da Agricultura como especialista do Instituto de Veterinária.

A CRIAÇÃO DO CURSO DE MEDICINA VETERINÁRIA NO INSTITUTO DE VETERINÁRIA

Em 7 e 11 de novembro de 1919, o Projeto n. 52, que criava o ensino de Medicina Veterinária no Instituto de Veterinária, era debatido na Comissão de Instrução Pública da Câmara de Deputados do estado de São Paulo.

Há uma corrente liderada pelo deputado estadual Freitas Valle, que defende o projeto como está proposto, com indicações de funcionários administrativos e técnicos à livre nomeação do governo. A iniciativa do Projeto n. 52 nasceu na própria Secretaria da Agricultura, e o secretário, dr. Candido Motta, encarregou vários dos altos funcionários da secretaria, alguns fazendo parte do estabelecimento em questão, para apresentar ideias quanto à organização da Escola de Veterinária. A posição contrária, defendida pelo deputado estadual João Martins, questiona essa livre nomeação, tendo em vista que, na criação do Instituto de Veterinária, os indicados aos cargos de direção não tinham a devida competência e experiência necessárias para tal responsabilidade em uma instituição científica. Por outro lado, Freitas Valle se apegava aos argumentos encaminhados pelo dr. Eduardo Pirajá, anexados ao projeto para sua aprovação, que eram os seguintes:

A organização do curso superior de medicina veterinária no Instituto de Veterinária da capital tem por fim preparar a todas as pessoas que queiram dedicar-se a essa profissão conferindo-lhes o direito de exercer a medicina veterinária em todo o território do Estado de São Paulo e ocupar cargos oficiais para cujo desempenho sejam necessários os conhecimentos de sua profissão. Atualmente torna-se um fato comprovado a importância capital que deve ter o estudo de medicina veterinária em nosso país, sobretudo no Estado de São Paulo, atendendo-se ao extraordinário progresso da nossa indústria pastoril e ao empenho que o governo do Estado dispensa ao desenvolvimento da pecuária, procurando lançar mão de todos os meios práticos e científicos com o fim de



aclimar ao nosso país, as melhores raças estrangeiras de animais domésticos, de apurar as nossas raças creoulas, tornando-as de cotação superior.

O governo estadual estava firmemente empenhado nesse projeto, que foi finalmente votado e aprovado em 18 de dezembro de 1919.

A Lei Estadual n. 1.695-C, de 18 de dezembro de 1919, foi promulgada pelo presidente do estado de São Paulo, Altino Arantes Marques, sendo seu secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Candido Nazianzeno Nogueira da Motta. Essa lei criava o curso de Medicina Veterinária no Instituto de Veterinária do estado e dava autonomia ao Instituto de Veterinária, através do cargo de diretor dentre os assistentes professores nomeados e que fica mantido subordinado à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. O ensino da medicina e da higiene veterinárias se daria por meio de um curso regular de três anos. Aos alunos que concluíssem o curso, seria conferido o título de “veterinário”, com o qual poderiam exercer a medicina veterinária no estado de São Paulo. O curso de Medicina Veterinária do Instituto de Veterinária compreendia nove cadeiras.

Para ter admitida sua matrícula no primeiro ano, o candidato deveria provar, com certidões, atestados ou documentos equivalentes:

- idade mínima de 16 anos;
- ter sido vacinado ou revacinado e não sofrer de moléstia contagiosa ou repugnante;
- ter sido aprovado, perante bancas de preparatórios ou estabelecimentos do Estado, nos exames de português, francês, geografia, história do Brasil, aritmética e geometria;
- ter sido aprovado no exame vestibular, versando sobre as seguintes matérias: noções de física geral, noções de química inorgânica e noções de botânica e zoologia;
- ter pago a primeira prestação (metade) da taxa de matrícula, comum a todos os anos e fixada em cem mil réis (100\$000) anuais.

Eram dispensados do exame vestibular os formados pela Escola Agrícola Luiz de Queiroz, pelos ginásios e escolas normais do Estado. Seriam inicialmente admitidos à matrícula no 1º ano vinte candidatos, número que poderia ser posteriormente aumentado, tendo-se em vista a capacidade das salas e dependências do estabelecimento.

No entanto, antes da criação do curso de Medicina Veterinária, em 18 de dezembro de 1919, o dr. Vital Brasil desligou-se do Instituto Soroterápico do Butantã, em 11 de julho de 1919 insatisfeito com as constantes interferências do Serviço Sanitário na administração do Butantã e com novas diretrizes que, a

Prédio próprio do Instituto de Veterinária, atual Pavilhão Lemos Monteiro. Segundo o turismólogo José Roque, “Corresponde à construção típica da arquitetura oficial da época do ecletismo italiano; o sobrado do porão alto, de alvenaria de tijolos, apresenta enfeite de massa nas molduras das portas de entrada, representando cobras, microscópios, etc. e as paredes do saguão contém ladrilhos de grande valor artístico” www.flickr.com/people/roquesampa.

seu ver, ameaçavam transformar o Instituto numa fábrica, em detrimento do trabalho científico. O dr. Vital Brasil deixou a instituição acompanhado de grande parte de seus colegas pesquisadores. Foi fundar um instituto particular, produtor de imunizantes, na cidade de Niterói (RJ), com o apoio do governador do Rio de Janeiro Raul de Moraes Veiga, que concedeu o terreno e uma subvenção (*Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil, 1832-1930*).

Com a saída do dr. Vital Brasil, o dr. Antônio Pinheiro de Ulhôa Cintra, diretor do Instituto Bacteriológico ficou responsável por dirigir interinamente o Instituto Soroterápico, de 11 de julho de 1919 a 31 de outubro de 1919. A partir de dezembro desse ano, foi sucedido por Afrânio Pompílio Bransford Bastos do Amaral até setembro de 1921, quando então assumiu o dr. Rudolph Kraus, ex-diretor do Instituto Bacteriológico de Buenos Aires, permanecendo de 7 de setembro de 1921 a 11 de julho de 1923.

Por meio do Decreto n. 3.143, de 13 de janeiro de 1920, foi aberto à Secretaria de Agricultura, Comercio e Obras Públicas um crédito especial de 250:000\$000 para conclusão do prédio destinado ao Instituto de Veterinária. No despacho de 13 de janeiro de 1920 do secretário da Agricultura, Candido Nogueira da Motta, com o dr. Altino Arantes, presidente do estado, foram assinados os seguintes decretos: nomeando dr. Luiz Picollo para exercer o cargo de veterinário chefe do Serviço de Polícia Sanitária Animal da Diretoria de Indústria Pastoral e nomeando os drs. Cícero de Moura Neiva, José Mércio Xavier, Napoleão Coelho Leal e Camillo Xavier como veterinários regionais.

Em 20 de janeiro de 1920, pelo Decreto n. 3.153, em despacho, Candido Nogueira da Motta submete à assinatura de Altino Arantes o decreto que aprova o Regulamento do Instituto de Veterinária de São Paulo. Foram nomeados para o estabelecimento: como secretário, José Anthero Pereira Júnior; como farmacêutico, João de Almeida Vergueiro; como escriturários, Frederico Santangelo e Mário Blasco. Como porteiro, Francisco José da Silva; como serventes, Angelo Milanese e Luiz Sant'Anna Silva. As disciplinas do curso seriam distribuídas em três anos, da seguinte forma:

1º ANNO

1ª Cadeira: Química Orgânica e Biológica

2ª Cadeira: Anatomia dos Animais Domésticos e Elementos de Histologia (1ª Parte)

3ª Cadeira: Fisiologia

4ª Cadeira: Zoologia e Parasitologia (1ª Parte)

Exercícios práticos destas disciplinas e da parte geral de bacteriologia.

2º ANNO

1ª Cadeira: Anatomia dos Animais e Elementos de Histologia (2ª Parte)

2ª Cadeira: Zoologia e Parasitologia (2ª Parte)

3ª Cadeira: Microbiologia e Preparação de Sôros

4ª Cadeira: Clínica Veterinária (médica) (1ª Parte)

Exercícios práticos destas disciplinas.

3º ANNO

1ª Cadeira: Anatomia e Fisiologia Patológicas

2ª Cadeira: Clínica Veterinária Cirúrgica e Obstétrica (2ª Parte)

3ª Cadeira: Zootecnia e Elementos de Polícia Sanitária Animal

4ª Cadeira: Higiene Aplicada aos Animais, Inspeção dos Elementos de Origem Animal

Estudos das Forragens

5ª Cadeira: Therapeutica, Matéria Médica e Pharmacologia

Exercícios práticos destas disciplinas.

Os trabalhos escolares teriam dois períodos: o primeiro das 8h às 10h e o segundo das 12h às 16h. O professor de cada disciplina sujeitaria de dois em dois meses os seus alunos a provas escritas e práticas da matéria lecionada, e as notas obtidas nessas provas deveriam influir no resultado dos exames finais para a promoção de ano. Os exames vestibulares versariam sobre as seguintes matérias: noções de física, química inorgânica e de história natural.

O número de alunos, admitidos à matrícula do 1º ano, seria limitado a vinte. No caso de grande afluência à matrícula, teriam preferência: a) os alunos matriculados no ano anterior e que tivessem perdido o ano; b) os nascidos no estado de São Paulo ou que tivessem prestados todos os exames de admissão exigidos pelo regulamento; c) a estes, seguir-se-iam os que tivessem feito exame de admissão em maior número de matérias, seguidos pelos que fossem portadores de diplomas das Escolas Normais, Ginásios do Estado e Escola Agrícola Luiz de Queiroz, bem como dos estabelecimentos oficialmente reconhecidos. Um mesmo professor poderia acumular, provisoriamente, a regência de duas disciplinas, sem ônus maior para o Tesouro. Nos exames finais haveria três graus de aprovação: distinção, plenamente e simplesmente. O aluno que fosse reprovado em mais de uma cadeira do ano em que estivesse matriculado teria de repetir este. O aluno reprovado três vezes seguidas nas matérias de um ano seria eliminado do curso.

Em 26 de janeiro de 1920, é publicado o Edital para as inscrições no período de 1º a 10 de fevereiro para os primeiros exames vestibulares de admissão ao 1º ano do curso de Medicina Veterinária do Instituto de Veterinária. Em 27 de janeiro de 1920, o secretário da Agricultura submete ao governador



de Estado a nomeação, pelos decretos, dos seguintes nomes para o Instituto de Veterinária:

- Primeiro diretor: dr. Eduardo Augusto Pirajá
- Assistentes: dr. Altino Augusto de Azevedo Antunes, dr. Antônio Augusto Brandão, dr. Cassio Motta, dr. Lino da Rocha Leão, dr. Alcides da Nova Gomes, dr. José Ribeiro de Oliveira Netto, dr. Guy Alexandre Roberts
- Auxiliares de laboratório: Attilio Ruoppi e Jorge Lucchesi

Em 4 de fevereiro de 1920, é nomeado o dr. Armando da Costa Negraes como professor assistente na área de Química.

Em relação ao corpo docente do curso de Medicina Veterinária, é a seguinte a origem dos professores acima quanto à formação profissional: apenas dois são veterinários: Antônio Augusto Brandão, formado em 1918 pela Escola de Medicina Veterinária de São Bento (PE) e Guy Alexandre Roberts, veterinário norte-americano contratado.

Os outros são médicos: dr. Eduardo Augusto Pirajá, médico, formado em 19 de janeiro de 1900 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; dr. Altino Augusto de Azevedo Antunes, médico, formado em 1918, na primeira turma da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo; dr. Cassio Adeodato de Azevedo Motta Magalhães, médico, formado em 1911 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; dr. Lino da Rocha Leão, médico, formado em 1919 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; dr. Alcides da Nova Gomes, médico, formado em 26 de novembro de 1914 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; dr. José Ribeiro de Oliveira Netto, médico, formado em 1915 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

De acordo com relatório da Secretaria da Agricultura de 1921, o Instituto de Veterinária, inaugurado oficialmente em

19 de abril de 1920, funcionou normalmente durante o ano de 1920. No curso de Medicina Veterinária, matricularam-se 17 candidatos dos 29 candidatos inscritos para os vestibulares. Desses 17 matriculados, desistiram durante o ano 3 alunos; desistiram do exame final 2 alunos e foram reprovados 3 alunos. Assim, passaram para o 2º ano do curso 9 alunos.

A inauguração do Instituto de Veterinária de São Paulo aconteceu em 19 de abril de 1920, com a presença do dr. Altino Arantes Marques, presidente do estado de São Paulo, do dr. Oscar Rodrigues Alves, secretário do Interior, de Candido Nogueira da Motta, secretário da Agricultura, do dr. Antônio Alvares Lobo, presidente da Câmara dos Deputados, do general Luiz Barbedo, comandante da II Região Militar, do dr. Arthur Neiva, diretor do Serviço Sanitário, do dr. Mário Brandão Maldonado, diretor da Indústria Pastoral, do dr. João Pereira Ferraz, da Escola Politécnica, dr. Francisco Tito de Souza Reis, da Esalq, dr. José Frederico de Borba, da Escola de Farmácia, do dr. Eduardo Augusto Pirajá, diretor do Instituto de Veterinária, além do corpo docente e discente do Instituto de Veterinária e representantes da imprensa.

A condução dos alunos e professores até o Instituto de Veterinária era feito em duas “jardineiras”, uma delas por tração animal e a outra por veículo motorizado. O pessoal técnico desenvolvia atividades na produção de vacinas, soros e estudos das enfermidades epizoóticas e enzoóticas do Instituto de Veterinária, assim como no ensino de medicina veterinária.

Em junho de 1920, foi contratado pelo governo de São Paulo o dr. Oscar D’Ultra e Silva, para a direção científica do Instituto de Veterinária. Em 9 de junho de 1920, por iniciativa dos funcionários técnicos da seção de Veterinária da Diretoria do Serviço de Indústria Pastoral, foi fundada a Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária, com sede no Rio de Janeiro. Para presidir os destinos da nova entidade, foi eleita a seguinte diretoria:

Naquela época, era formado por dois pavimentos, o térreo e o superior onde ficavam os laboratórios, a biblioteca e as salas de aula. No subsolo, a copa, laboratório de fotografias, sala de preparação de culturas. No centro da escadaria da entrada do prédio, haviam fileiras de vasos adornados com cabeças de animais (conservando essas características até hoje). Na parte externa encontravam-se as cocheiras, viveiros de cobaieas e seria construído o anfiteatro de anatomia.

- Presidente: Franklin de Almeida
- Vice-presidente: Epaminondas Alves Souza
- 1º secretário: Jorge de Sá Earp
- 2º secretário: Taylor de Mello
- Tesoureiro: Alpheu do Amaral Braga

Um fato pitoresco aconteceu em 10 de agosto de 1920: a ausência de alunos do curso de Medicina Veterinária no Instituto de Veterinária foi confundida como uma greve, conforme noticiário de jornal. Foi preciso que os alunos desmentissem a notícia devido às dificuldades de condução para o Instituto, uma vez que este ficava a 2,5 km de distância do ponto de bonde no Largo de Pinheiros.

Em 27 de agosto de 1920, foi publicada a proposta do dr. Henrique Rocha Lima sobre a criação de um Instituto de Pesquisas Científicas que englobasse os institutos Soroterápico e de Veterinária. O dr. Henrique Rocha Lima, então, foi convidado pelo governador de São Paulo para assumir a direção do Instituto Soroterápico do Butantã, porém sua sugestão não foi adiante, por estar trabalhando na Alemanha.

Em 5 de dezembro de 1920 era publicado pelos jornais o resultado dos exames finais dos alunos do 1º ano do curso de Medicina Veterinária do Instituto de Veterinária: “distinção”, Jayme Bueno Romeiro; “plenamente”, Otto Stephan, Alexandre de Mello e Darwin de Araujo; e “simplesmente”, Cyro Pacheco da Silveira, Alfredo dos Santos Oliveira Sobrinho, Manuel Joaquim de Mello, José Carlos Bulcão Ribas, Alcebíades de Queiróz, Hermínio Vaz Ferreira e Dorival Calazans Luz. Dos aprovados como “simplesmente”, dois alunos ficaram dependendo da disciplina de parasitologia e um foi reprovado.

Em 8 de dezembro de 1920, a Lei n. 1.750 tornou o Instituto de Veterinária subordinado à Secretaria do Interior do estado de São Paulo. Em 24 de dezembro de 1920, foi publicado o Edital estabelecendo o período de 27 de dezembro de 1920 a 10 de janeiro de 1921 para inscrições ao vestibular para o 1º ano em 1921 no curso de Medicina Veterinária. As matrículas para o 1º e 2º anos ocorreriam no período de 15 a 30 de janeiro de 1921.

Conforme consta num requerimento da Secretaria da Agricultura, fornecido ao dr. Gabriel Sylvestre Teixeira de Carvalho, datado de 9 de fevereiro de 1939, foram onze os alunos matriculados na 1ª série do Instituto de Veterinária em 1921: Osorio Corrêa Soares, Gabriel Sylvestre Teixeira de Carvalho, Alberto Corrêa Soares, José Corrêa Soares, Amancio Candido Esquibel, Carlos Bernardelli, Gastão Novais, José Getulio Escobar Bueno, Eulalio Rosa Cruz, Waldemar de Castro e Alexandre Ribeiro.

MUDANÇA DE DIREÇÃO NO INSTITUTO DE VETERINÁRIA

Em 10 de fevereiro de 1921, através de decretos, foram autorizados o dr. Eduardo Augusto Pirajá, assistente professor e diretor do Instituto de Veterinária, e o dr. Garcia Neves de Macedo Forjaz, médico alienista do Hospício de Alienados do Juquery, a permutar os respectivos cargos. O dr. Eduardo Pirajá foi dispensado, a pedido, do cargo de diretor do Instituto de Veterinária. Com a saída do dr. Eduardo Augusto Pirajá, foi indicado para assumir interinamente a direção do Instituto de Veterinária o dr. Armando da Costa Negraes. Em 19 de maio de 1921, foi designado para dirigir o Instituto de Veterinária o dr. Garcia Neves de Macedo Forjaz¹.

Corpo docente do Instituto de Veterinária em 1921

- Segundo diretor: dr. Garcia Neves de Macedo Forjaz
- Orientador científico: dr. Oscar D’Ultra e Silva
- Professores:
- Parasitologia: dr. Altino Augusto de Oliveira Antunes e dr. Antônio Augusto Brandão.
- Anatomia Patológica: dr. Cassio Motta, dr. Lino da Rocha Leão, dr. José Ribeiro de Oliveira Netto.
- Bacteriologia: dr. Alcides da Nova Gomes.
- Química: dr. Armando da Costa Negraes.

O dr. Garcia Neves de Macedo Forjaz era médico, formado em 1906 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. O dr. Oscar D’Ultra e Silva era médico, formado em 1913 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Em 14 de novembro de 1921, foi publicado o Edital para matrículas nos 1º e 2º anos do curso de Medicina Veterinária para o ano de 1922.

Em 2 de janeiro de 1922, foi publicado o Edital de inscrições para matrículas nos 1º, 2º e 3º anos do curso de medicina veterinária, no período de 2 a 22 de janeiro de 1922. Foram matriculados, em 1922, cinco alunos no 1º ano, quatro alunos no 2º ano e nove no 3º ano. Foram realizados os exames finais para os alunos do 1º, 2º e 3º anos do curso de Medicina Veterinária nos dias 18 e 20 de novembro de 1922.

Nos exames finais em 1922, dos alunos do 1º, 2º e 3º anos do curso de Medicina Veterinária:

1. Na pesquisa, identificamos que o dr. Garcia Neves de Macedo Forjaz, na realidade, tinha “Júnior” no sobrenome e era filho do médico clínico carioca de mesmo nome – dr. Garcia Neves de Macedo Forjaz –, este nascido em 2 de dezembro de 1855, em Vassouras (RJ), formado em 12 de janeiro de 1878 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e falecido em 21 de abril de 1902, na cidade de Barra do Pirajá (RJ). Teve cinco filhos, entre eles Garcia Neves de Macedo Forjaz.

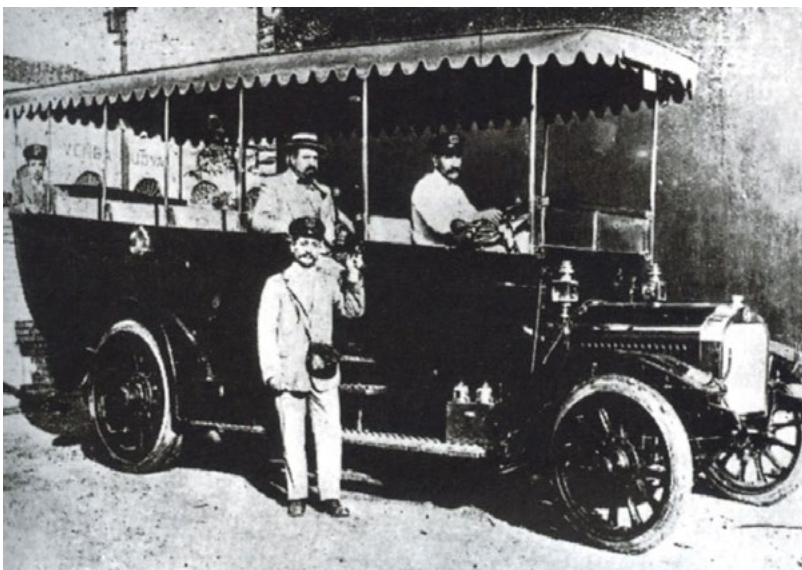


À esq.: Escada da entrada para o piso superior, de madeira e corrimão trabalhado, tudo original. O subsolo ainda conserva a construção típica da época, divisórias de forma arqueadas.

Abaixo, esq.: Os vitrais das janelas das salas do piso superior conservam as iniciais "IV", correspondentes a "Instituto de Veterinária".

Abaixo, dir.: As duas fileiras de vasos ornamentados com cabeças de animais são da construção original de 1919.





Ônibus "jardineira" da marca Sauer, importado da Alemanha, que servia as linhas de transporte público nas ruas de São Paulo, na década de 1920. site São Paulo Antiga - Ônibus Paulistanos.

1º ano: plenamente aprovados: Hermínio Vaz Ferreira; simplesmente aprovados: João Batista de Camargo; simplesmente aprovados dependendo da cadeira de Anatomia: Júlio de Oliveira Barreto. Não se inscreveram por falta de frequência dois alunos desta série.

2º ano: plenamente aprovados: Amâncio Candido Esquibel, Gabriel Sylvestre Teixeira de Carvalho, Alberto Soares e Alexandre Ribeiro.

3º ano: plenamente aprovados: Alexandre de Mello, Otto Stephan, Jayme Bueno Romeiro, Manuel Joaquim de Mello e Cyro Pacheco da Silveira; simplesmente aprovados: Alfredo dos Santos Oliveira Sobrinho, José Carlos Bulcão Ribas, Alcebiades de Queiróz e Darwin de Araújo.

Corpo docente do Instituto de Veterinária em 1922

Segundo publicação da Secretaria do Interior, a composição do corpo docente do Instituto de Veterinária em 1922 era a seguinte:

- Diretor: dr. Garcia Neves de Macedo Forjaz
- Orientador científico: dr. Oscar D'Ultra e Silva
- Professores: dr. Cássio Motta, dr. Alcides da Nova Gomes, dr. Armando da Costa Negraes, dr. José Ribeiro de Oliveira Netto, dr. Lino da Rocha Leão, dr. Altino Augusto de Azevedo Antunes, dr. Antonio Augusto Brandão.

Na formatura dos graduandos de 1922, a primeira turma do Instituto de Veterinária, o paraninfo foi o dr. Paulo Moraes

Barros, presidente da Sociedade Rural Brasileira, e o homenageado, dr. Altino Augusto de Azevedo Antunes. Foram nove formandos:

- Alcebiades de Queiróz
- Alexandre de Mello
- Alfredo dos Santos Oliveira Sobrinho
- Cyro Pacheco da Silveira
- Darwin de Araujo
- Jayme Bueno Romeiro
- José Carlos Bulcão Ribas
- Manuel Joaquim de Mello
- Otto Stephan

No ano de 1923 não houve matrículas para o 1º ano, apenas Edital para matrículas nos 2º e 3º anos a partir de 13 a 21 de abril de 1923. Em 21 de novembro de 1923 acontecem os exames finais para os alunos matriculados nos 2º e 3º anos do curso de Medicina Veterinária:

- 3º ano: na matéria Higiene, sala n. 1 à 9h:
- Alberto Corrêa Soares
- Alexandre Ribeiro
- Gabriel Sylvestre Teixeira de Carvalho
- Armando Candido Esquibel

- 3º ano: na matéria Clínica, sala n. 1, às 10h30:
- Alberto Corrêa Soares
- Alexandre Ribeiro
- Gabriel Sylvestre Teixeira de Carvalho
- Amancio Candido Esquibel

- 2º ano: na matéria Clínica, sala n. 1, às 10h20:
- Hermínio Vaz Ferreira
- João Baptista de Camargo

A formatura dos graduados de 1923, segunda turma do Instituto de Veterinária, teve quatro formandos:

- Alberto Correa Soares
- Alexandre Ribeiro
- Amâncio Candido Esquibel
- Gabriel Sylvestre Teixeira de Carvalho

Em 13 de abril de 1924, o Instituto de Veterinária publicou nota em jornais dizendo que os candidatos à matrícula nos diversos anos do curso de Medicina Veterinária terão condução para o Butantã todos os dias úteis às 10h40 no largo de

Pinheiros. Essa condução achava-se em correspondência com o bonde de Pinheiros, que partia da cidade às 10h.

Corpo docente do Instituto de Veterinária em 1924

A Secretaria do Interior, em 1924, publica a composição do corpo docente do Instituto de Veterinária instalado no Butantã:

- Diretor: dr. Garcia Neves de Macedo Forjaz
- Assistentes: dr. Cássio Motta, dr. Alcides da Nova Gomes, dr. Armando da Costa Negraes, dr. José Ribeiro de Oliveira Netto, dr. Lino da Rocha Leão, dr. Altino Augusto de Azevedo Antunes e dr. Antônio Augusto Brandão.

Em 10 de abril de 1924, foi nomeado o dr. Benjamin Reis para exercer o cargo de professor de Terapêutica do Instituto de Veterinária. Em 23 de maio de 1924, o jornal *A Gazeta* publica que foram nomeados no mês de abril os dr. Philemon Marcondes e dr. Benjamin Reis para os cargos de professores de Zootecnia e Terapêutica do Instituto de Veterinária, respectivamente.

SAÍDA DO CURSO DE MEDICINA VETERINÁRIA DO INSTITUTO DO BUTANTAN PARA A RUA PIRES DA MOTTA

Em ofício assinado em 15 de abril de 1924 por Geraldo de Paula Souza, diretor-geral do Serviço Sanitário, dirigido ao dr. Sebastião Camargo Calazans, diretor do Instituto Bacteriológico, solicitando a troca de sedes, o Instituto Vacinogênico (subordinado ao Bacteriológico) iria para o Butantã, e a Escola de Veterinária, para o prédio do Instituto Vacinogênico, na rua Pires de Motta:

Sr. Diretor – de acordo com autorização do dr. Secretário do Interior, solicito a v. s. promover com urgência a mudança desse Instituto para o edifício que em Butantã ocupava a Escola Veterinária. Requisitará essa diretoria transporte ao Desinfetório Central que efetuada a transferência fornecerá diariamente condução ao pessoal da cidade para o Butantã. Feita a mudança, solicito-lhe pôr o prédio atual desse Instituto á disposição da Diretoria do Hospital do Isolamento. Tenho a honra de reiterar a v. s. os protestos de minha distinta consideração.

Em 22 de abril de 1924, o jornal *A Gazeta* publica a seguinte notícia:



Foi há pouco transferido de Cambucy para o Butantã, o Instituto Vacinogênico e agora acabam de ser inauguradas as suas novas e excelentes instalações em dependências do edifício do Instituto de Veterinária. Representando a Escola de Veterinária com alojamento no local de animais doentes para o curso de clínica, constante perigo de contaminação para os produtos soro-terapêuticos do Butantã, há dois anos suspenso pela Diretoria do Serviço Sanitário o funcionamento das clínicas e há muito se cogitava de transferir o estabelecimento para ponto agastado, providencia que se leva agora a efeito, mudando-o para o prédio que acaba de deixar o Instituto Vacinogênico. Esta solução oferece ainda a vantagem de permitir a remoção também do Instituto Bacteriológico para o Butantã onde ficará melhor instalado no edifício suficientemente espaçoso construído para a Escola de Veterinária. Promove-se neste momento essa transferência de que resultará o benefício considerável de se condensarem em um só local vários laboratórios inter-dependentes evitando dispersão de esforços com melhor aproveitamento de pessoal e até economia de custeio do serviço.

Instituto
Vacinogênico,
1924.

A aula inaugural na rua Pires da Motta foi proferida em 13 de junho de 1924 pelo dr. Philemon Marcondes, nomeado pelo governador do estado para a cadeira de Zootecnia do curso de Medicina Veterinária, já na rua Pires da Motta. Antes dessa nomeação, o dr. Philemon tinha exercido por mais de 23 anos o magistério, na Escola Complementar de Itapetininga e em vários estabelecimentos de ensino da capital paulista.

A partir de 1º de setembro de 1924, o dr. Vital Brasil reassume a direção do Instituto Butantã, convidado pelo governo do estado. Com a saída do dr. Rudolf Kraus, em 11 de julho de 1923, assumiu interinamente a direção do Instituto Butantã José Bernardino Arantes, até 31 de agosto de 1924,

quando transmitiu o cargo para o dr. Vital Brasil. Portanto, quando o dr. Vital Brasil volta ao cargo de diretor do Instituto Butantan, a Escola de Veterinária já tinha sido transferida para a rua Pires da Motta, n. 1.

Ao reassumir a direção do Instituto Butantan, o dr. Vital Brasil dedica boa parte de seu primeiro relatório a um balanço dos motivos que haviam determinado seu afastamento em 1919, entre eles: “tendo dirigido e orientado o Instituto pelo largo espaço de 20 anos, vi de uma hora para outra mudada a sua orientação por quem tinha o direito de o fazer, pois ocupava um posto hierárquico superior”. Contrapunha ao que julgava ser a esfera legítima de atuação de um instituto oficial – “investigar tudo quanto pudesse á higiene e só preparar produtos reclamados pela defesa sanitária” – as funções que o dr. Arthur Neiva pretendia incorporar, ilegítimas por serem da iniciativa privada. Enumerava outros erros que teriam sido cometidos: “celebração desvantajosa do contrato com a Amburst, precipitada inclusão do Instituto de Quinino Oficial e a criação do Instituto Veterinário”, e nesse caso relatava: “Refiro-me a criação do Instituto de Veterinária, subordinado a direção da Indústria Pastoral da Secretaria da Agricultura, instalado nos terrenos do Butantã e com a orientação, científica do diretor deste estabelecimento”. E prossegue:

Debalde procurei mostrar o erro de criar-se responsabilidades do Diretor do Butantã, sem conferir-lhe autoridade alguma na direção do novo estabelecimento; em vão mostrei a inconveniência de colocar-se dentro do Butantã, uma repartição pública estranha e subordinada a uma secretaria diferente daquela a que estava ligado o Instituto e da vizinhança de uma clínica de animais doentes, junto à cocheira e pastagens de animais destinados a produção de soros terapêuticos.

E conclui: “O erro foi levado a feito, de nada valendo as advertências e bons conselhos”.

Em 21 de novembro de 1924, eram divulgados os resultados dos exames finais para os alunos do 2º e 3º anos do curso de medicina veterinária: Roberto Migliano aprovado simplesmente para o 3º ano. Hermínio Vaz Ferreira, aprovado plenamente; João Baptista de Camargo e Júlio de Oliveira Barreto aprovados simplesmente (formados em 1924).

Pela Lei n. 2.027, de 27 de dezembro de 1924, o Instituto de Veterinária voltou à Secretaria da Agricultura, tendo sido revogada a disposição do artigo 23 da Lei n. 1.750, de 8 de dezembro de 1920, pelo dr. Carlos de Campos, governador do estado de São Paulo, tendo José Mantel Lobo como secretário dos Negócios do Interior.

Relatório da Secretaria da Agricultura, de 1925, publicava que, no ano de 1924, matricularam-se no 1º ano cinco candidatos; no 2º ano, um aluno; e no 3º ano, três alunos que concluíram o curso, recebendo os respectivos diplomas. Durante o ano de 1924, a biblioteca do Instituto, contendo 622 obras sobre Medicina Veterinária e agricultura em geral, foi regularmente consultada tanto pelos professores como pelos alunos.

Em 1924, a formatura de graduados, a terceira turma do Instituto de Veterinária, contou com três formandos:

- Hermínio Vaz Ferreira
- Júlio de Oliveira Barreto
- João Baptista de Camargo

Corpo docente do Instituto de Veterinária em 1925

A partir do ano de 1925, uma clínica veterinária na rua Pires de Motta, n. 1, da Escola de Veterinária de São Paulo, atendia gratuitamente todos os dias úteis, das 8h30 às 9h30 da manhã, conforme propaganda nos jornais da época. Também em 1925, a Secretaria do Interior publicou que o Instituto de Veterinária, sediado na rua Pires de Mota n. 1, era composto pelos seguintes professores:

- Diretor: dr. Garcia Neves de Macedo Forjaz
- Assistentes: dr. Garcia Neves de Macedo Forjaz Filho, dr. Cassio Motta, dr. Alcides da Nova Gomes, dr. Jose Ribeiro de Oliveira Netto, dr. Lino da Rocha Leão, dr. Altino Augusto de Azevedo Antunes, dr. Antônio Augusto Brandão, dr. Benjamin Reis e dr. Philemon Marcondes.

Os professores recém-nomeados, dr. Benjamin Reis e dr. Philemon Marcondes, foram colegas de turma na Faculdade de Medicina em São Paulo e membros do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz em 1916. O dr. Benjamin Reis era médico, formado em 1918 pela Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. Foi secretário da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo entre 1920 e 5 de fevereiro de 1922. Já o dr. Philemon Marcondes, também médico, formou-se em 1920 pela Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo.

Em 13 de outubro de 1925, há um projeto de lei para reorganização do Instituto de Veterinária, a fim de transformá-lo em Escola de Medicina Veterinária.

O secretário da Agricultura, dr. Carlos de Campos, envia ao Congresso Legislativo do estado de São Paulo o projeto de lei para reorganizar o Instituto de Veterinária e transformá-lo em Escola de Medicina Veterinária. Na exposição de motivos para essa reorganização, são listadas a localização distante do

Instituto de Veterinária e a complexidade de atribuições ao pessoal técnico, que tinha de ministrar o ensino de medicina veterinária e, ao mesmo tempo, ocupar-se dos estudos e pesquisas para a Diretoria de Indústria Pastoril. Além disso, as aulas do curso de Medicina Veterinária haviam sido suspensas em 1925, também pela circunstância de existir, no fim de 1924, um único aluno matriculado, promovido do 2º para o 3º ano.

Portanto, no ano de 1925 não houve formatura, pois em 1923 as matrículas para o 1º ano tinham sido suspensas. E também não houve matrículas em 1925.

Sobre essa pouca procura pelo curso de Medicina Veterinária, Martins (1991) cita frase de José G. Queiróz, em *Medicina Veterinária no Brasil e São Paulo: história* (1991), segundo o qual “aos poucos que se decidiam, o governo dava bolsa de estudos nos países europeus, na escola de escolha do aluno, porque era mais barato do que financiar uma escola para poucos alunos”.

Corpo docente do Instituto de Veterinária em 1926

A Secretaria do Interior publica, em 1926, o corpo docente do Instituto de Veterinária, sediado na rua Pires de Mota, n. 1, com a seguinte composição:

- Diretor: dr. Garcia Neves de Macedo Forjaz
- Assistentes: dr. Cássio Motta, dr. Alcides da Nova Gomes, dr. José Ribeiro de Oliveira Netto, dr. Lino da Rocha Leão, dr. Altino Augusto de Azevedo Antunes, dr. Antonio Augusto Brandão, dr. Benjamin Reis e dr. Philemon Marcondes.

Quanto ao corpo discente, em 26 de março de 1926 foi indeferido pelo secretário da Agricultura o requerimento em que o aluno Roberto Migliano solicita matrícula no 3º ano do curso de medicina veterinária.

Em 21 de maio de 1926, por Edital do diretor do Instituto de Veterinária, abrem-se as inscrições para matrículas na 3ª série do curso de Medicina Veterinária durante 8 dias. Em 1926 não há matrículas para o 1º e 2º anos, e, para o 3º ano, matricula-se apenas um aluno. Conforme relatório da Secretaria da Agricultura de 1927, as matrículas para a 1ª e a 2ª séries do curso de Medicina Veterinária continuaram trancadas, aguardando a resolução do Congresso Legislativo sobre a reorganização do Instituto Veterinário. Apenas na 3ª série foi admitido um aluno, o qual havia sido aprovado nas duas séries anteriores e que, submetido em época regulamentar a exames finais, foi diplomado em 1926.

Em 24 de novembro de 1926, publica-se que Roberto Migliano é aprovado plenamente nos exames finais da 3ª série do curso de Medicina Veterinária. Em 1926, a formatura de graduados, a quarta turma do Instituto de Veterinária, contou um único formando:

- Roberto Migliano

Corpo docente do Instituto de Veterinária em 1927

A Secretaria do Interior publica, em 1927, a composição do corpo docente do Instituto de Veterinária, na rua Pires da Motta, n. 1:

- Diretor: dr. Garcia Neves de Macedo Forjaz
- Assistentes: dr. Cássio Motta, dr. Alcides da Nova Gomes, dr. José Ribeiro de Oliveira Netto, dr. Lino da Rocha Leão, dr. Altino Augusto de Azevedo Antunes, dr. Antonio Augusto Brandão, dr. Benjamin Reis e dr. Philemon Marcondes.

Em 3 de maio de 1927, o jornal *Correio Paulistano* publicava que o dr. Alcides da Nova Gomes, professor assistente do Instituto de Veterinária, tinha sido posto em comissão até o dia 31 de outubro de 1927 para aperfeiçoar na Europa seus conhecimentos de microbiologia. Na sua volta da Europa, o dr. Gomes foi nomeado diretor do Instituto de Veterinária, em 3 de dezembro de 1927, pelo presidente do estado de São Paulo, dr. Júlio Prestes de Albuquerque.

Corpo docente do Instituto de Veterinária em 1928

Em 14 de dezembro de 1927, a secretaria do Instituto de Veterinária, localizado à rua Pires da Motta, n. 1, publicava Edital abrindo as matrículas para o ano letivo de 1928, durante trinta dias, a contar do dia 15 de dezembro de 1927. Os trabalhos escolares teriam início no dia 1º de fevereiro de 1928.

No entanto, a reabertura dos trabalhos escolares deu-se no dia 15 de março de 1928 à rua Pires da Motta, n. 1. Matricularam-se nesse ano dezesseis alunos. Na abertura das aulas, às 13h, estavam presentes, entre outros, o secretário da Agricultura, dr. Fernando Costa; o vice-diretor da Indústria Animal, dr. Paulo de Lima Correa, representando seu diretor; e o diretor do Instituto de Veterinária, dr. Alcides da Nova Gomes.

Na ocasião, o diretor do Instituto de Veterinária, dr. Alcides da Nova Gomes fez uso da palavra, congratulando o secretário da Agricultura pela decisão de devolver às atividades do Instituto de Veterinária. Fez um histórico do Instituto

de Veterinária, mencionando, quando da criação do curso de medicina veterinária em 1919, a determinação de que ficaria subordinado à Secretaria da Agricultura, tirando sua dependência do Instituto Butantan, com novas atribuições. No entanto, nas palavras do dr. Nova Gomes, o prédio utilizado para o ensino comportava salas e laboratórios acanhados e não dispunha do aparelhamento necessário para ser convenientemente ministrado o ensino. Disse ainda:

Aos professores, davam-lhes a função do professorado e do pesquisador. Fácil é prever a impraticabilidade dessa dualidade de atribuições. Ao lento, como não lhe bastasse, a árdua tarefa de professorado, pedia-se-lhe também a capacidade de pesquisador, a quem competia não raro, o estudo de questões fora das cogitações didáticas. Além de tudo, o assistente professor, poderia ser enviado para fora da capital, com o fim de atender a epizootias reinantes nos rebanhos do Estado ou de particulares.

Seguiu o dr. Nova Gomes:

Além daqueles inconvenientes, grande entrave ao bom andamento dos cursos era a distância onde se achava a Escola. Situada em local distante do centro urbano, de cerca de 12 quilômetros e difícil acesso, pode-se bem avaliar as dificuldades do transporte de professores e alunos, feito em modestas viaturas de tração animal, verificada de todo a impraticabilidade de um automóvel antiquado que a princípio se pretendeu fazer funcionar... Por determinação governamental foi transferida para o local onde se encontra hoje (Rua Pires da Mota) e finalmente doloroso é dizer o fechamento de suas matrículas.

No entanto, arrematou o dr. Nova Gomes:

A despeito de tantos óbices, foi o ensino ministrado com relativa eficiência, tanto assim que alunos daqui saídos – e isso digo com orgulho – permitam-me a imodéstia tem levado bem alto o nome dessa casa, havendo-se de modo dos mais brilhantes em memorável concurso realizado na capital da República em competição vantajosa com profissionais saídos de escolas melhor aparelhadas. Na vida prática, muitos alunos desta Escola se tem imposto como profissionais prolectos, cujos serviços são disputados nas repartições oficiais. Soou felizmente, senhores, a hora da remissão para a nossa escola e o benemérito governo do Estado já cogita de sua reorganização, dotando-a de todos os requisitos materiais indispensáveis á maior eficiência de seus cursos, procurando nivelar este ensino aos demais que se ministram em São Paulo.

Em 13 de julho de 1928, instalou-se o Conselho do Ensino Agrícola, às 14h, no salão da Biblioteca da Secretaria da Agricultura, sob a presidência do dr. Fernando Costa, secretário da Agricultura. Estiveram presentes: dr. Eugenio Lefèvre, diretor-geral da Secretaria; dr. Amadeu Mendes, diretor-geral da Instrução Pública; dr. Mello Moraes, diretor da Escola Agrícola de Piracicaba; dr. Mario Maldonado, diretor de Indústria Animal; dr. Theodureto de Camargo, diretor do Instituto Agrônômico de Campinas; dr. Nova Gomes, diretor da Escola de Veterinária; dr. Cyro de Godoy, diretor do Fomento Agrícola; dr. Arthur Neiva, diretor do Instituto Biológico; dr. Octávio Vecchi, diretor do Horto Florestal; dr. Sampaio Ferraz, diretor da Secção de Publicidade; dr. Lourenço Granato, inspetor geral do Ensino Agrícola, dr. E. Navarro Andrade, dr. Rangel Moreira e Queiróz Telles, membros efetivos do Conselho.

Narra o artigo “Ligeiro histórico”, publicado pelo secretário da Escola, José Anthero Pereira Júnior, na *Revista de Indústria Animal*, em junho de 1934:

Finalmente, o Instituto de Veterinária sob o bafejo oficial, começará as suas atividades. Iniciava nova fase de sua vida com segurança e firmeza. Entretanto a pratica de alguns anos, tendo apontado falhas em sua organização, foi designada pelo Dr. Nova Gomes, então Diretor da Escola, uma comissão de professores para estudar conjuntamente com a Diretoria, a reforma necessária. Isso realizado, o Governo do Estado baseado nos trabalhos da aludida comissão e bem compreendendo quão útil seria dotar o Estado de uma Escola de Veterinária de programa mais amplo, reformou o antigo Instituto, transformando-o na Escola de Medicina Veterinária (criada pela Lei n. 2.354, de 31 de dezembro de 1928).

Foram realizados os exames finais do 1º ano do curso de Medicina Veterinária entre os dias 19 e 22 de dezembro de 1928. Em 1928, estavam matriculados no 1º ano dezesseis alunos, sendo que, destes, oito prestaram os exames finais: Francisco de Paiva, Francisco Roca Dordal, Jacob Medeiros de Miranda, João Benedicto de Aquino, Luiz Taddei, Paulo Pinto Bittencourt, Pedro Paulo Larocca e Walmiro Henrique Cardim.

Química orgânica e Anatomia dos animais domésticos (1ª e 2ª cadeiras): dia 19, das 8 às 12 horas: Luiz Taddei, Walmiro Henrique Cardim, Pedro Paulo Larocca, Paulo Pinto Bittencourt. Suplentes: os alunos inscritos n. 5 a 8.

Química orgânica e Anatomia dos animais domésticos (1ª e 2ª cadeiras): dia 20, das 8 às 12 horas: João Benedicto de Aquino, Francisco de Paiva, Jacob Medeiros de Miranda, Francisco Roca Dordal.

Microbiologia e Parasitologia (3ª e 4ª cadeiras): dia 21, das 8 às 12 horas: Luiz Taddei, Walmiro Henrique Cardim, Pedro Paulo Larocca, Paulo Pinto Bittencourt. Suplentes: os alunos inscritos n. 5 a 8

Microbiologia e Parasitologia (3ª e 4ª cadeiras): dia 22, das 8 às 12 horas: João Benedicto de Aquino, Francisco Paiva, Jacob Medeiros de Miranda, Francisco Roca Dordal.

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO E CONSELHO SUPERIOR DE AGRICULTURA

Em 14 de julho de 1927, Fernando de Sousa Costa assumiu a Secretaria da Agricultura do governo de Júlio Prestes de Albuquerque. A partir da posse de Costa, a pasta passou a denominar-se Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, desmembrada que foi com a criação de outra, a Secretaria de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas. De acordo com Martins (1991):

É clara a intenção da medida de manter sob o mesmo comando administrativo os setores primário, secundário e terciário, responsáveis pela produção e geração de riquezas, dando, ao mesmo tempo, espaço específico para o desenvolvimento das atividades inerentes à infra-estrutura.

Pois os antigos secretários da Agricultura tinham a atenção constantemente desviada e absorvida pelo volumoso expediente e por vários assuntos, das estradas de ferro aos meios de comunicação e transporte, à execução de importantes obras públicas.

Quanto à nova denominação do órgão, a Diretoria de Indústria Animal, encarregada das seções técnicas de Zootecnia, de Veterinária, de Defesa Sanitária Animal, de Caça e Pesca e outros estabelecimentos de pesquisa e fomento, visava ao melhoramento dos rebanhos, à valorização dos produtos pecuários, à realização de exposições, aos concursos de animais e à proteção da fauna.

Em 23 de novembro de 1927, a Lei n. 2.209-A criava o Conselho Superior de Agricultura do estado. Esse Conselho, presidido pelo secretário do estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, tinha como membros: o diretor-geral da Secretaria de Estado, o inspetor geral do Ensino de Agricultura, o diretor do Instituto Agrônômico de Campinas, o diretor de Indústria Animal, o chefe do Serviço Florestal, o diretor de Publicidade, o diretor da Escola Agrícola “Luiz de Queiroz”, o diretor do Instituto de Veterinária e o diretor-

geral da Instrução Pública. Cabia ao Conselho, entre outras atribuições:

- fomentar o ensino agrícola sob todas as suas formas;
- propor ao governo a criação ou reforma de estabelecimentos de ensino agrícola e veterinário, escolas de administradores rurais, condutores de trabalhos agrícolas, escolas femininas de indústrias rurais, curso de estagiários e escolas especiais de agricultura;
- organizar periodicamente congressos de ensino agrícola;
- fomentar a criação de bolsas de estudo, a cargo do governo do estado e das câmaras municipais;
- examinar e propor modificações nos programas de ensino agrícola e para os destinados aos campos de demonstração;
- promover a introdução do ensino agrícola nas escolas normais e complementares e também o ensino de história natural agrícola nas escolas primárias oficiais e particulares.

A INAUGURAÇÃO DO PARQUE DA ÁGUA BRANCA, EM 2 DE JUNHO DE 1929

Como se sabe atualmente, o parque da Água Branca foi inaugurado pelo secretário da Agricultura, dr. Fernando Costa, em uma área transferida pela prefeitura para o estado em troca do terreno da chamada “Fazenda do Estado”, hoje parque do Ibirapuera. O parque da Água Branca foi idealizado para abrigar a Exposição Estadual de Animais, que era realizada na Mooca em instalações pouco espaçosas. Também construiu-se no parque um prédio para as cinco seções da Diretoria da Indústria Animal: Zootécnica, Defesa Sanitária, Veterinária, Caça e Pesca e Expediente.

FUNDAÇÃO DA SOCIEDADE PAULISTA DE MEDICINA VETERINÁRIA

Segundo artigo publicado no jornal *O Correio Paulistano* de 22 de junho de 1929, em 10 de junho de 1929 foi realizada a primeira reunião por médicos veterinários paulistas com o intuito de fundar a Sociedade Paulista de Medicina Veterinária (SPMV), na Diretoria de Indústria Animal, localizada na av. Água Funda, n. 53. Foi então eleita a primeira diretoria da SPMV: presidente, Luiz Picollo; secretário, Cícero Neiva; e tesoureiro, Otto Stephan. Para a elaboração dos seus estatutos, foram designados os drs. René Straunard, Otto Stephan e José Carlos Bulcão Ribas. A nova sociedade tinha em mira defender o interesse dos seus associados e, especialmente, propugnar pela difusão da pecuária estadual.



Parque da Água Branca, aberto em 1929. Foto: Reprodução/TV Globo.

Entrada do parque da Água Branca, década de 1920.



Em 10 de agosto de 1929, no salão das arquibancadas da Diretoria de Indústria Animal, na av. Água Branca, n. 53, realizou-se uma sessão ordinária da SPMV. Da ordem do dia constou o seguinte: eleição da Diretoria; “Pesquisas de Salmonelas em bovino” pelo dr. Cícero Neiva; “Pseudo anomalia de um coração bovino” pelo dr. José Ribeiro Netto, catedrático da Escola de Medicina Veterinária do Estado; “Sobre o emprego de septicemia na febre catarral de cães” pelo dr. Jayr Moreira da Fonseca. Nessa data foi eleita a primeira Diretoria da SPMV: presidente, Luiz Picollo; vice-presidente, Adolpho Martins Penha; secretário geral, Cícero Neiva; secretário, Julio de Oliveira Barreto e tesoureiro, Otto Stephan.

Em 13 de dezembro de 1929, o jornal *Diario Nacional* recebeu o primeiro número da *Revista da Sociedade Paulista de Medicina Veterinária*, destinada à divulgação de trabalhos científicos. O dr. Cícero Neiva era o redator.

Em 5 de setembro de 1929, uma comissão de alunos do curso de Medicina Veterinária visitava os jornais e relatava a situação em que a prefeitura de São Paulo vinha nomeando para cargos específicos para veterinários outros profissionais, em grave detrimento para os diplomados daquela Escola.

criação da escola de medicina veterinária de são paulo

Em 19 de dezembro de 1928, é aprovado o Projeto n. 94 pela Assembleia Legislativa do estado, sobre a criação da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo. A Escola de Medicina Veterinária de São Paulo é criada pela Lei n. 2.354, de 31 de dezembro de 1928, assinada pelo dr. Julio Prestes de Albuquerque, presidente do estado de São Paulo, sendo o dr. Fernando de Souza Costa o secretário da Agricultura. Seguem alguns artigos dessa lei:

a) O curso seria de quatro anos, com as matérias distribuídas nas respectivas séries. b) O corpo docente seria constituído por dezessete professores catedráticos, escolhidos mediante concurso, nomeados por decreto, vitalícios desde a posse e que constituiriam a Congregação da Escola. c) O cargo de diretor poderia ser exercido em comissão por um dos professores designados pelo secretário da Agricultura. d) Para o ano de 1929, o corpo docente da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo teria um diretor; dez professores; dois assistentes e seis preparadores. e) O número de alunos admitidos à matrícula seria limitado sob proposta do diretor de acordo com a capacidade da Escola. f) A habilitação em todas as matérias do curso da Escola daria ao aluno o direito ao diploma de médico veterinário. g) Os professores e auxiliares de ensino seriam médicos ou médicos veterinários, exceto pelos seguintes casos: a cadeira de Química poderia ser regida por agrônomo, químico ou farmacêutico diplomados em escola oficial. A cadeira de Zootecnia e Bromatologia poderia ser regida por agrônomo. h) As cadeiras de Clínicas seriam obrigatoriamente regidas por médicos veterinários.

Para ser admitido à matrícula no 1º ano da Escola, o candidato deveria apresentar certificado de aprovação nos seguintes exames preparatórios: Português, Francês, Inglês, História do Brasil, Geografia Geral, Corografia do Brasil, Aritmética, Álgebra, Geometria, Física, Química e História Natural. Seriam dispensados os candidatos diplomados pelos ginásios do Estado, pelas escolas normais.

Além de incluir matérias inerentes à medicina, o curso ministraria conhecimentos de conservação de carnes e derivados, de higiene e polícia sanitária animal, indústria e fiscalização dos produtos alimentícios de origem animal.

As matérias seriam assim distribuídas:

PRIMEIRO ANNO

- 1ª Cadeira: Physica, Conservação de Carnes e Derivados
- 2ª Cadeira: Chimica Geral e Inorganica (Chimica 1ª Parte)
- 3ª Cadeira: Anatomia Descritiva dos Animais Domesticos (1ª Parte)
- 4ª Cadeira: Parasitologia

SEGUNDO ANNO

- 1ª Cadeira: Chimica Organica e Biologica (Chimica 2ª Parte)
- 2ª Cadeira: Anatomia descriptiva dos Animais Domesticos (2ª Parte)
- 3ª Cadeira: Physiologia
- 4ª Cadeira: Histologia e Embryologia
- 5ª Cadeira: Pharmacologia

TERCEIRO ANNO

- 1ª Cadeira: Pathologia Geral
- 2ª Cadeira: Microbiologia
- 3ª Cadeira: Zootechnia e Bromatologia
- 4ª Cadeira: Technica Cirurgica, Podologia
- 5ª Cadeira: Clinica Medica (1ª Parte)
- 6ª Cadeira: Clinica Cirurgica e Obstetrica (1ª Parte)

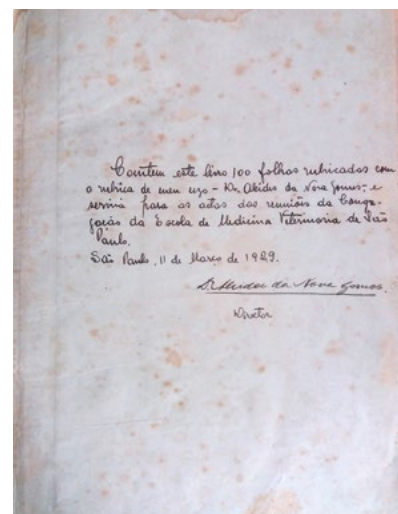
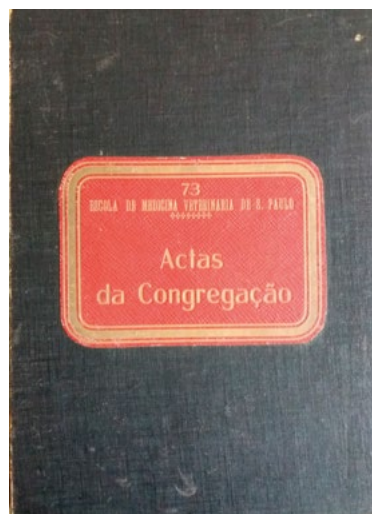
QUARTO ANNO

- 1ª Cadeira: Anatomia Pathologica
- 2ª Cadeira: Therapeutica e Arte de Formular
- 3ª Cadeira: Hygiene e Policia Sanitaria Animal
- 4ª Cadeira: Industria e Fiscalisação dos Produtos Alimentícios de Origem Animal
- 5ª Cadeira: Clinica Medica (2ª Parte)
- 6ª Cadeira: Clinica Cirurgica e Obstetrica (2ª Parte)

Corpo docente da Escola de Medicina Veterinária em 1929

- Primeiro diretor: dr. Alcides da Nova Gomes.
- Professores: dr. Garcia Neves de Macedo Forjaz Junior, dr. Benjamin Reis, dr. Lino da Rocha Leão, dr. José Ribeiro de Oliveira Netto, dr. Cassio Motta, dr. João Ortale, dr. José Barbosa Rodrigues, dr. José Luiz Marques.

Além dos professores vindos do Instituto de Veterinária, houve a nomeação de três novos assistentes professores: João Ortale, farmacêutico formado pela Escola de Farmácia e Odontologia de São Paulo, José Barbosa Rodrigues e José Luiz Marques. Saíram publicados os resultados dos exames finais em 20 de novembro de 1929 dos sete alunos matriculados no 2º ano do curso de Medicina Veterinária:



- Plenamente aprovado: Luiz Taddei.
- Simplesmente aprovado: Francisco Roca Dordal, Walmiro Henrique Cardim e Francisco de Paiva.
- Simplesmente aprovado dependendo da 4ª cadeira: João Benedicto de Aquino.
- Reprovado: um aluno.

Livro de Atas da Escola de Medicina Veterinária, 1929 a 1934.

Abertura do livro de Atas em 11/3/1929.

Corpo docente da Escola de Medicina Veterinária em 1930

Atraídos pelas vantagens apresentadas pela nova Escola de Medicina Veterinária, entre as quais o título de médico veterinário, afluíram à matrícula 50 candidatos. Os alunos do 2º ano, por se haverem matriculado sob o regime do regulamento anterior, tiveram suas provas parciais de dois em dois meses. Nos exames finais realizados de acordo com ambos os regulamentos, no 1º ano foram aprovados em todas as matérias sete alunos, um aluno ficou dependendo de uma cadeira e nove alunos desistiram do curso. No 2º ano, cinco alunos conseguiram aprovação em todas as disciplinas, um foi reprovado em duas cadeiras e um aluno não continuou o curso.

Em 7 de fevereiro de 1930 foi publicado o agradecimento do dr. Abílio Martins de Castro ao secretário da Agricultura pela sua nomeação para professor de Histologia da Escola de Medicina Veterinária. Seu nome completo era Abílio Alvaro Martins de Castro, médico formado em 1909 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Em 12 de fevereiro de 1930, o dr. João Vieira de Camargo também agradeceu ao secretário da Agricultura por sua nomeação para professor de Fisiologia da Escola de Medicina Veterinária. Ele era médico, formado pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1909.

O jornal *Correio Paulistano* publicava Edital de 11 de março de 1930 para matrículas na Escola de Medicina Veterinária. Detalhe: conforme Edital publicado, as inscrições seriam para matrículas nos 1º e 2º anos da Escola de Medicina Veterinária e 3º ano do curso do Instituto de Veterinária. Assim, os cinco alunos do 3º ano terminariam o curso de três anos de duração, conforme o regulamento anterior, no ano de 1930, enquanto os alunos do 2º ano, iniciados em 1929 pelo novo Regulamento, de duração de quatro anos, concluiriam o curso em 1932. Portanto, não houve formaturas no ano de 1931.

Matricularam-se em 1930, no 1º ano do curso de Medicina Veterinária, treze alunos ingressantes e, no 2º ano, oito alunos, totalizando 21 alunos.

O jornal *Correio Paulistano* publicava que no dia 15 de março de 1930 teriam início as aulas do curso de Medicina Veterinária, cujas matrículas se encerrariam no dia 14. A aula inaugural do ano letivo seria dada pelo professor de Anatomia Patológica, dr. Altino Augusto de Azevedo Antunes.

Em 2 de abril de 1930, o jornal *O Correio Paulistano* publicava a maquete do projeto de um prédio grandioso para abrigar a nova Escola de Medicina Veterinária de São Paulo. Nessa reportagem, o jornal descrevia alguns detalhes da Escola de Medicina Veterinária.

No seu início, isto é, antes de dezembro de 1928 denominou-se Instituto de Veterinária que era muito diferente da Escola atual. Fica situada na Rua Pires da Motta, n. 1 e funciona num grupo de pavilhões onde são dadas as aulas do curso de veterinária. Como as melhorias introduzidas não fossem ainda suficientes muito em breve a Escola de Medicina Veterinária terá um edifício amplo, num tipo moderno de construção – o de bloco central onde funcionarão as aulas das disciplinas do curso.

O jornal em seguida, publicava o relato de um funcionário da Escola sobre o projeto do novo prédio:

Este tipo de construção é menos dispendioso e proporciona uma fiscalização rápida. Então as clínicas começarão a ser dadas em hospital anexo à Escola e que será dotado de instalações próprias. Na frente da vasta área destinada à Escola de Medicina Veterinária fica o edifício das aulas num sóbrio neo-clássico. Nos fundos do edifício entre canteiros simétricos ficarão os pavilhões médico-cirúrgicos, laboratórios de análises, farmácia e diversas dependências para o isolamento de animais enfermos de moléstias infecciosas. A Terapêutica terá sua sala própria para balconterapia (sic).

Prosseguia o informante:

Durante três anos o prédio do antigo Instituto de Veterinária ficou fechado. Era pequeno demais para São Paulo. Quando abriu de novo denominava-se Escola de Medicina Veterinária. A lei 2.354, de 31 de dezembro de 1928 assim o determinou. As dependências antigas sofreram profundas reformas. As instalações existentes estavam maiores. Nas obras tinha sido instalado um almoxarifado. Um pequeno pavilhão existente para atender às necessidades da cadeira de Microbiologia foi adaptado para a secção “meios de cultura”. Aí se preparam as sementeiras para o estudo dos germes. A cadeira de Anatomia foi dotada de material necessário para seu estudo prático. A cadeira de Microbiologia dispõe de aparelhos de esterilização, de microscópio e ultra-microscópio. A cadeira de Parasitologia com o ensino melhorado familiariza os estudantes com a morfologia dos parasitas. O curso hoje é muito diferente do que era antes. Foi modificado. Passou para 4 anos. Concatena as diversas disciplinas de maneira a tornar melhor assimiláveis os conhecimentos das matérias. A cadeira de Química é feita agora em dois anos. Da cadeira de Anatomia foi desmembrada a cadeira de Histologia, tão necessária para o estudo perfeito da Anatomia Patológica. Ao curso foram anexadas outras cadeiras de grande eficiência. Quanto aos ambulatórios tem sido grande o número de animais que passaram por eles durante o ano de 1929, 135 foi o número registrado. A maior parte de cães. Seguiam-se-lhes felinos, os bovinos e os equinos. Atualmente, a Escola só dispõe de ambulatórios. No projeto aprovado pela Secretaria da Agricultura figura um grande hospital. Quando essas instalações hospitalares estiverem concluídas, os animais doentes, então, poderão ser recebidos e tratados mesmo na Escola.

E concluía:

Os cursos funcionaram regularmente. As aulas teóricas e práticas foram numerosas. Os exames parciais e finais efetuaram-se em épocas pré-estabelecidas. Os primeiros tiveram início no dia 15 de maio; os segundos exames parciais realizaram-se em 15 agosto. No mês de novembro tiveram lugar os exames finais e por eles se poderão julgar do interesse que vai tendo entre nós o curso que funciona com tão bons resultados, nesta capital.

O prof. Eduardo Harry Birgel (2014), em “As passagens do ensino da Veterinária em S. Paulo!”, descreve assim esse projeto:

Na década de 1930, grandiosa era a intenção do Governo Paulista para dar pleno desenvolvimento ao ensino da Medicina Veterinária em nosso torrão natal – e São Paulo merecia, pela sua pujança no desenvolvimento agropecuário. Assim sendo, se encontram em velhos alfarrábios, as figuras de antigo projeto de construção do Hospital Veterinário, que seguramente incluiria a antiga Escola de Medicina Veterinária de São Paulo. Evidentemente, foi mais uma quimera política, que não surtiu o desejado resultado!

Em 2 de agosto de 1930, é publicada nos jornais a nomeação do dr. Arlindo Lemos Júnior como catedrático de Clínica Cirúrgica e Obstetrícia da Escola de Medicina Veterinária.

Em 1930, a formatura dos graduados, a quinta turma do Instituto de Veterinária, contou cinco formandos:

- Francisco de Paiva
- Francisco Roca Dordal
- Luiz Taddei
- João Benedicto de Aquino
- Walmiro Henrique Cardim

Em 3 de janeiro de 1931 foi publicada a nomeação do dr. Honorato Faustino Júnior como catedrático de Física da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo. Era médico, formado em 1926, na sexta turma da Faculdade de Medicina de São Paulo.

E, em 16 de fevereiro de 1931, foram nomeados interinamente o dr. Cícero de Almeida Moraes, médico formado em 1929 na Faculdade de Medicina de São Paulo para o cargo de assistente da cadeira de Clínica Cirúrgica e Obstetrícia e o dr. Jorge Sainati, médico formado em 1928 pela Faculdade de Medicina de São Paulo para preparador da cadeira de Anatomia Descritiva dos Animais Domésticos. Martinho Bixio, Henrique Frontini e Oswaldo de Oliveira Machado foram nomeados preparadores da cadeira de Química Geral e Inorgânica e Biológica.

REORGANIZAÇÃO DA ESCOLA DE MEDICINA VETERINÁRIA

Em 18 de março de 1931, era publicado o Decreto n. 4.934, assinado pelo coronel João Alberto Lins de Barros, interventor federal no estado de São Paulo, que reorganizava a Escola de Medicina Veterinária de São Paulo. As principais mudanças se deram na composição do corpo docente de quinze professores, além da obrigatoriedade das cadeiras de Terapêutica, Farmacologia e Arte de Formular; Patologia; Clínica Cirúrgica e Obstetrícia; Patologia, Propedêutica e Clínica Médica Veterinária; Higiene e Polícia Sanitária Animal. A inspeção de produtos alimentícios de origem animal só poderia ser exercida por médicos veterinários.



gica e Obstetrícia; Patologia, Propedêutica e Clínica Médica Veterinária; Higiene e Polícia Sanitária Animal. A inspeção de produtos alimentícios de origem animal só poderia ser exercida por médicos veterinários.

Por ocasião da reunião da Congregação da Escola de Medicina Veterinária, em 26 de março de 1931, o diretor, dr. Alcides da Nova Gomes, informou aos seus membros que, em consequência do Decreto n. 4.934, de 18 daquele mês, o dr. Garcia Neves de Macedo Forjaz fora transferido para uma dependência do Serviço Sanitário, o dr. Benjamim Reis seria aposentado e os drs. Genésio da Silva e Arlindo de Lemos Júnior colocados em disponibilidade. Nessa mesma reunião, o dr. Altino Antunes discordava da forma como a comissão fora composta e nomeada, com cinco membros para tratar da reorganização da Escola de Medicina Veterinária sem consulta à Congregação. A Comissão para reorganizar a Escola de Medicina Veterinária de São Paulo foi nomeada em 19 de fevereiro de 1931 e tinha entre seus membros o dr. Alcides da Nova Gomes, o dr. Milton de Souza Piza e o dr. Alexandre de Mello, que entregou a conclusão dos trabalhos sobre a reorganização da Escola em 18 de março de 1931.

E na sessão da Congregação da Escola de Medicina Veterinária de 1º de abril de 1931, o dr. Alcides da Nova Gomes comunicou aos que aquela seria a última reunião que presidiria, pois tinha apresentado seu pedido de demissão como diretor da Escola, datada de 30 de março, ao secretário da Agricultura. Dentre os motivos alegados: “Á Diretoria desta Escola não passou despercebido de algum tempo a esta parte, a perda continuada da confiança que áquelle cargo é indispensável por parte dos detentores do poder”. Além disso, justificava sua participação na Comissão nomeada pelo governo do estado para tratar da reorganização da Escola de Medicina Veterinária. Na realidade, a mudança na composição do corpo docente da Escola era bastante significativa, pois as diversas disciplinas do curso de Medicina Veterinária deveriam ser exercidas exclusivamente por profissionais veterinários. E essa exigência não era do agrado dos docentes médicos da Escola.

Projeto da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo – idealizado em 1930.



Dr. Alexandre de Mello.

Corpo docente da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo em 1931

Matricularam-se em 1931, na Escola de Medicina Veterinária de São Paulo: 37 alunos ingressantes no 1º ano, 8 alunos no 2º ano e 9 alunos no 3º ano, totalizando 54 alunos.

Em 21 de abril de 1931 ocorreu a homenagem dos amigos, através de um almoço, ao dr. Alexandre de Mello pela sua indicação como diretor da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo. Coordenada pelo dr. Cícero Neiva, aderiram a essa homenagem os drs. Mario Maldonado, Paulo de Lima Corrêa, Luiz Picollo, Antonio Gualberi de Oliveira, Plínio Piza, Otto Stephan, Agenor Couto de Magalhães, Alcebíades de Queiróz, Victor Carneiro, René Straunnard, Xito dos Santos, Luiz Taddei, Amilcar Teixeira Pinto e J. Marcondes de Mattos, os profs. Theodorico de Oliveira, Jorge de Oliveira Paiva, os drs. Ricardo A. Guimarães, Paulo Medina, J. R. Siqueira Zumith, e Adolpho Martins Penha, major José Romulo Junqueira, drs. Costabile Rosano, Ernesto Silvino, Alpheu Pacheco, Tranquilino Avelino de Freitas Junior, Oscar Fleury e Anatolio Djalma Caldas.

Em 26 de abril de 1931, era nomeado o dr. Alexandre de Mello para exercer, interinamente, o cargo de professor catedrático da cadeira de Terapêutica, Farmacologia e Arte de Formular e, cumulativamente, o de diretor da Escola de Medicina Veterinária. Com a nomeação do dr. Alexandre de Mello, a Escola de Medicina Veterinária teve o seu segundo diretor e o primeiro diretor veterinário, o que proporcionou à classe veterinária ascender na composição do seu corpo docente, nas cadeiras específicas de ensino técnico profissional da área de veterinária, até então dominadas por médicos. Antes, apenas um veterinário figurava como professor da Escola, o dr. Antonio Augusto Brandão.

A seguir, o dr. René Straunard também foi nomeado para a cadeira de Clínica Cirúrgica da Escola de Medicina Veterinária. O dr. René Straunard era um médico veterinário belga, formado em 1906 pela Escola de Medicina Veterinária de Cureghem, em Bruxelas. Imigrou para o Brasil em 1913 para assumir o cargo de veterinário do governo federal em Catalão (GO). Durante a Primeira Guerra Mundial voltou a Europa, servindo como veterinário no Exército belga. Retornou ao Brasil em 1920, ocupando os cargos de veterinário da Indústria Pastoral e, posteriormente, inspetor veterinário da Indústria Animal. Em 1929, entrou para o serviço de veterinária do Jockey Club de São Paulo.

O dr. Alexandre de Mello, nascido na capital paulista em 21 de dezembro de 1896, tinha se diplomado em Medicina Veterinária em 1922, na 1ª turma do Instituto de Veterinária,

e em Medicina, pela Faculdade Fluminense de Medicina, em 1931. Em 1924, exerceu o cargo de veterinário do Corpo de Bombeiros. Em 1928, foi nomeado Inspetor da 3ª Seção da Diretoria de Indústria Animal, e, em 1930, foi presidente da Sociedade Paulista de Medicina Veterinária.

Em 7 de junho de 1931, era nomeado o dr. Tancredo Lejeune de Barros, veterinário, para interinamente exercer o cargo de preparador da cadeira de Terapêutica, Farmacologia e Arte de Formular, da Escola de Medicina Veterinária.

O Decreto Estadual n. 5.066, de 13 de junho de 1931, foi aprovado o Regulamento da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo, através de ato do coronel João Alberto Lins de Barros, interventor federal no estado de São Paulo, sendo o secretário da Agricultura o dr. Edmundo Navarro de Andrade.

A primeira reunião da Congregação da Escola de Medicina Veterinária presidida pelo diretor dr. Alexandre de Mello aconteceu em 30 de junho de 1931. Participaram dessa sessão pela primeira vez, além do dr. Alexandre de Mello, os outros dois veterinários nomeados: drs. Cícero de Moura Neiva e René Straunnard, em decorrência do Decreto n. 4.834. Já fazia parte da Congregação o docente veterinário dr. Antonio Augusto Brandão. O novo diretor apresentou esclarecimentos decorrentes do pedido de demissão de diretor da Escola de Medicina Veterinária, o dr. Alcides da Nova Gomes, na reunião anterior da Congregação ocorrida em 1º de abril de 1931, justificando o trabalho da Comissão que reorganizou a Escola, a fim de valorizar o profissional veterinário, no ensino de graduação da Medicina Veterinária.

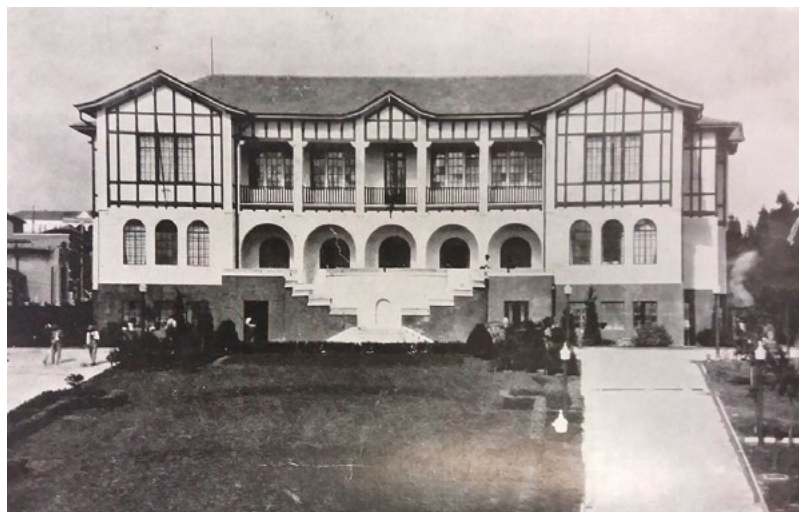
TRANSFERÊNCIA DA ESCOLA DE MEDICINA VETERINÁRIA PARA O PARQUE DA ÁGUA BRANCA

Em reunião da Congregação da Escola de Medicina Veterinária realizada em 27 de agosto de 1931, o diretor, dr. Alexandre de Mello, narrou sua conversa com o ex-secretário da Agricultura, dr. Edmundo Navarro de Andrade, do qual obtivera a promessa de erguer um pavilhão central para laboratórios, salas de aulas e parte administrativa e um pavilhão para as clínicas com as respectivas enfermarias. Essas obras ficariam em torno de trezentos contos de réis, e os primeiros passos chegaram a ser dados no sentido de sua realização. No entanto, houve necessidade de compressão nas despesas públicas e sobreveio a mudança de governo, assumindo a pasta da Agricultura o dr. Adalberto de Queiroz Telles. Mello narrou ao novo secretário as dificuldades de espaço e condições mínimas para o aumento de novas turmas nos anos vindouros. Telles esteve nas dependências da Escola, visitando as suas instalações. Entretanto, as verbas não comportariam novos gastos. Nesse meio-tempo,

dois professores da Escola procuraram o dr. Mario Maldonado no sentido de uma possível transferência da Escola para o prédio da Diretoria de Indústria Animal. O secretário da Agricultura era favorável a essa solução. E o dr. Mario Maldonado, num gesto de boa vontade, mostrou interesse pelo destino da Escola de Medicina Veterinária para cuja fundação concorreu decisivamente. Em seguida, o dr. Altino Antunes narrava que, em companhia do dr. Rocha Leão, tiveram conversas com o dr. Mario Maldonado e que inicialmente seria uma cadeira transferida, a da Anatomia Patológica. Mas que logo se ampliou a possibilidade de mudança da Escola toda para a sede da Diretoria de Indústria Animal, no parque da Água Branca. Em outras conversas subsequentes com a presença do diretor da Escola, chegaram a um feliz resultado, pondo o dr. Mario Maldonado à disposição da Escola os laboratórios, salas de aulas e demais dependências.

Porém, as Clínicas não poderiam ser transferidas porque funcionavam no parque da Água Branca estação de monta, posto zootécnico e periodicamente ocorriam exposições agropecuárias. Uma vez resolvidas as questões de ordem material, restava discutir o lado legal ou regulamentar do caso, o *modus vivendi* entre a Escola e a Diretoria de Indústria Animal. O dr. Mario Maldonado reputava o inconveniente de duas direções numa casa e que sua autoridade de diretor não podia ficar sujeita ao controle de outro diretor vindo de fora. Assim, o diretor da Escola, dr. Alexandre de Mello, disse que isso não seria impedimento a uma solução que beneficiaria a Escola, pois considerar-se-ia exonerado, dando conhecimento ao secretário da Agricultura de sua atitude. O dr. Altino Antunes prosseguiu explicando que, suprimindo o cargo de diretor da Escola, criar-se-ia o de vice ou subdiretor da Escola, e que o Regulamento ficaria mantido integralmente respeitados os direitos da Congregação.

O diretor dr. Alexandre de Mello lembrava que o dr. Mario Maldonado condicionava sua aquiescência a que a resolução fosse de agrado da Congregação. Após mais algumas considerações, o dr. Altino Antunes encerrou sua exposição. Continuando os trabalhos, o diretor da Escola declarou que submetia à discussão o assunto em foco, o que mereceu a apreciação de todos os professores presentes, esclarecendo-se amplamente os debates. Posta em votação, a proposta de mudança da Escola de Medicina Veterinária para as dependências da Diretoria de Indústria Animal foi aprovada por unanimidade. Participaram dessa decisão os seguintes membros: drs. Mario Maldonado, Alexandre de Mello, Benjamin Reis, Altino Antunes, Abílio Martins de Castro, João Vieira de Camargo, Cícero Neiva, Antonio Augusto Brandão, Milton de Souza Piza e Philemon Marcondes, secretariada por José Anthero Pereira Júnior.



O secretário da Escola, José Anthero Pereira Júnior, na *Revista de Indústria Animal* (junho 1934), assim justifica a transferência da Escola de Medicina Veterinária para o parque da Água Branca em 1931:

Prédio da Diretoria de Indústria Animal, parque da Água Branca, 1931.

Nesse mesmo ano, devido às instalações localizadas na rua Pires da Mota, já mal comportarem total de alunos matriculados nos 4 anos de curso, passou a Escola a ocupar algumas das dependências da Diretoria de Indústria Animal, ficando subordinada à mesma, em virtude do Decreto nº 5.194, de 14 de Setembro de 1931, permanecendo nas antigas instalações da Rua Pires da Mota, somente as cadeiras de Clínica da Escola e seu Hospital

Pelo Decreto Estadual n. 5.194, de 14 de setembro de 1931, do dr. Laudo Ferreira de Camargo, interventor federal no estado de São Paulo, e do dr. Adalberto Queiroz Telles, como secretário da Agricultura, a Escola de Medicina Veterinária do estado passou a ser subordinada à Diretoria de Indústria Animal da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. Segundo esse decreto, competia ao diretor de Indústria Animal a direção e todos os trabalhos escolares. Ficava suprimido o cargo de diretor da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo e criado o cargo de subdiretor do mesmo estabelecimento.

Nessa data, foi nomeado dr. Alexandre de Mello, inspetor veterinário da 3ª Secção da Defesa Sanitária Vegetal da Diretoria de Indústria Animal, para, em comissão, exercer o cargo de subdiretor da Escola de Medicina Veterinária. Parte da Escola foi transferida para o parque da Água Branca, ficando as Clínicas e o Hospital nas dependências da rua Pires da Motta.

Dr. Mário Brandão
Maldonado.



Com a mudança da Escola de Medicina Veterinária para o parque da Água Branca, assumiram o terceiro diretor da Escola de Medicina Veterinária, o dr. Mário Brandão Maldonado, que era diretor da Indústria Animal, e, como subdiretor, o dr. Alexandre de Mello.

O dr. Mário Brandão Maldonado, nascido em 14 de julho de 1880, em Piracicaba (SP), diplomou-se pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (Esalq) em 1909. Foi nomeado auxiliar e eventual substituto do cargo de diretor do Posto Zootécnico Central no mesmo ano. Com a partida de Louis Misson, em 1914, assumiu a direção da Diretoria de Indústria Animal. Promoveu as reformas em 1916 e em 1927, no governo do dr. Júlio Prestes e do secretário dr. Fenando Costa. Em eventos sucessivos de exposições estaduais de animais, foram feitas as instalações no parque da Água Branca. Deve-se também ao dr. Mário Maldonado a organização dos estudos de medicina veterinária em São Paulo, pois foi um dos inspiradores da criação do Instituto de Veterinária, no Butantan. Era também diplomado em medicina pela Faculdade Fluminense de Medicina em 1923. Foi médico chefe do Hospital de Convalescentes da Força Pública no Estado de São Paulo, estabelecido no parque da Água Branca, por ocasião da Revolução Constitucionalista de 1932, tendo como subordinados os médicos e veterinários dr. Alexandre de Mello, Amancio Esquibel e Otto Stephan.

Em 2 de outubro de 1931, era nomeado o dr. Bento Lima Brito para exercer o cargo de professor da 1ª cadeira (Física) da Escola de Medicina Veterinária.

Em 19 de outubro de 1931, era nomeado o dr. René Straunard como professor catedrático da cadeira de Patologia e Clínica Cirúrgica e Obstetrícia, tomando posse na Congregação no dia 2 de novembro de 1931.

Nesse mesmo ato de nomeação foram designados pelo secretário da Agricultura os drs. Philemon Marcondes, Honorato Faustino Júnior, Luiz Piccolo, Augusto Oliveira Lopes e Otto Stephan como componentes que constituiriam a banca examinadora no concurso a ser realizado na segunda quinzena de outubro para o preenchimento do cargo de professor catedrático da cadeira de Terapêutica, Farmacologia e Arte de Formular da Escola de Medicina Veterinária e o dr. Abílio Martins de Castro da mesma Escola para delegado do governo junto à referida banca.

Em 1º de dezembro de 1931, foram nomeados Anatólio Djalma Caldas e dr. Humberto Cerruti para exercerem interinamente os cargos de assistente e preparador das cadeiras de Patologia Clínica e de Cirurgia e Obstetrícia, respectivamente, da Escola de Medicina Veterinária.

O dr. Anatólio Djalma Caldas era veterinário formado em 1919 pela Escola Agrícola e Veterinária de São Bento de Olinda (PE). Foi pioneiro na organização da Clínica Veterinária na cidade de São Paulo, funcionando desde 1938.

Dr. Humberto Cerruti, nascido em Buenos Aires, Argentina, migrou para São Paulo, onde fez seus primeiros estudos no Grupo Escolar São João. Médico, formado em 1929 pela Faculdade de Medicina de São Paulo e médico veterinário formado pela Escola de Medicina Veterinária em 1937.

Em 20 de dezembro de 1931, foi nomeado o dr. Ari Ferreira da Silva para exercer interinamente o cargo de preparador da 10ª cadeira de Terapêutica, Farmacologia e Arte de Formular da Escola de Medicina Veterinária.

O Decreto n. 3.333, de 4 de janeiro de 1932, modificava o Regulamento da Escola de Medicina Veterinária. Considerava que o Decreto n. 4.934, de 18 de março de 1931, que reorganizara a Escola de Medicina Veterinária de São Paulo, carecia de correções que não alterariam o seu espírito nem a sua finalidade, assim como o Decreto n. 5.066 de 13 de junho de 1931, que aprovara o Regulamento da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo.

Em 5 de fevereiro de 1932, o Decreto n. 5.374 modificou o Decreto n. 5.194, de 14 de setembro de 1931, na parte referente aos vencimentos do cargo de diretor superintendente de Indústria Animal e Escola de Medicina Veterinária, da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio.

Em 5 de março de 1932 foram nomeados interinamente para os seguintes cargos de preparadores das respectivas cadeiras: Eloy Hardmann Cavalcanti de Albuquerque, veterinário formado na Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento de Olinda, na turma de 1926 e Avelino de Freitas Junior para a 12ª cadeira Propedêutica, Patologia e Clínica Médica; Humberto Cerruti para a 4ª cadeira Histologia



Alunos do 1º ano da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo. Aula de Anatomia em 1932.

e Embriologia; Alcebiades de Queiróz, veterinário formado no Instituto de Veterinária, na turma de 1922 para a 11ª cadeira Patologia, Clínica Cirúrgica e Obstetrícia; Luiz Gonzaga Ramos de Oliveira para a 13ª cadeira Anatomia Patológica; e Dorival da Fonseca Ribeiro para a 8ª cadeira Microbiologia.

Matricularam-se em 1932, na Escola de Medicina Veterinária de São Paulo: 35 alunos ingressantes no 1º ano, 21 alunos no 2º ano, 8 alunos no terceiro ano e 8 alunos no 4º ano, totalizando 72 alunos.

O CENTRO ACADÊMICO DE MEDICINA VETERINÁRIA REINICIA SUAS ATIVIDADES

Em 9 de abril de 1932, o jornal *Diário Nacional* publicava:

Reiniciando suas atividades, o Centro Acadêmico de Medicina Veterinária, em sessão realizada nessa data, constituiu a seguinte Diretoria que regerá os destinos no corrente ano: Presidente: Antonio de Paiva Fóz; Vice-Presidente: Lauro Coelho de Oliveira; Secretário: Geraldo Rodrigues Alckmin; Tesoureiro: Francisco Soares da Silva Filho e Orador: Cesário Ramos Machado.

Em 10 de abril de 1932, o jornal *Diário Nacional* também se referia ao problema criado pela aprovação de excedentes ao 1º ano: “As matriculas que se fizeram em 1932 já nas novas

instalações, tiveram significativo aumento, levando 17 candidatos ao primeiro ano com suas pretensões não atendidas por falta de acomodações”.

Em 14 de abril de 1932, foi nomeado o dr. Cícero de Moura Neiva para exercer o cargo de professor catedrático da 10ª cadeira, Terapêutica, Farmacologia e Arte de Formular, após prestar concurso na Escola de Medicina Veterinária de São Paulo. Era veterinário, formado em 1918 pela Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Rio de Janeiro. Sua posse deu-se no dia 27 de abril de 1932 perante a Congregação da Escola. Nessa mesma data foi reintegrado ao corpo docente o dr. Cassio Magalhães Motta, através de ato do interventor federal, Pedro de Toledo, no cargo de professor catedrático, na cadeira de Parasitologia, após um ano afastado.

No dia 17 de maio de 1932 tomou posse na sessão da Congregação da Escola de Medicina Veterinária o dr. Otto de Magalhães Pecego como catedrático da cadeira de Inspeção de Produtos Alimentícios de Origem Animal, após aprovação em concurso da mesma Escola. Era veterinário, formado em 1921 pela Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Rio de Janeiro.

Em 16 de julho de 1932, o jornal *Diário Nacional* publica o ofício da Congregação da Escola de Medicina Veterinária dirigido ao secretário da Agricultura, Francisco Junqueira, hipotecando solidariedade e apoio à Revolução Constitucio-

SERA' INAUGURADO DENTRO EM BREVE O HOSPITAL PARA CONVALESCENTES INSTALADO NA AGUA BRANCA

Contando com 200 leitos iniciais, o estabelecimento fundado por iniciativa do secretário da Agricultura recebe os primeiros soldados feridos em combate

Acaba-se completamente instalado, com cerca de 200 leitos iniciais, o Hospital para convalescentes organizado no Parque da Água Branca por um grupo de médicos chefiado pelo dr. Mário Maldonado, sob inspiração do sr. secretário da Agricultura.

Este Hospital foi aparelhado com enxergas para o Estado, graças ao concurso de excentrismos famílias, negociantes, industriais e funcionários da Diretoria da Indústria Animal. Grande parte da aparelhagem hospitalar foi aproveitada do material dos laboratórios daquele Departamento da Secretaria da Agricultura. A inauguração oficial do Hospital da

AS CONTRIBUIÇÕES

Entre as contribuições para instalação do Hospital asilantes a da Casa Labor, que oferece por empréstimo uma instalação completa do tipo X e uma moderna mesa de operação, e a do sr. Luis Roselli que, além de agradecer grande quantidade de material de algodão e coucho, ofereceu para prover ao serviço desta com o material e pessoal necessários.

Grande parte da roupa do Hospital foi confeccionada pelas funcionárias da Diretoria da Indústria Animal, que para isso, organizaram uma pequena seção de costura.

Diretor, dr. Mário Maldonado.
Cirurgia — chefe, dr. Bento Teobaldo Ferraz.
Assistentes, drs. Amarel Carvalho e Araldo J. Reis.
Clínica médica — chefe, dr. Tarcísio Leopoldo Silva.
Assistentes, drs. Alexandre Mello, Otto Stephan, Palteimon, Xisto Monteiro e Ernesto Silvino.
Bacteriologia — chefe, dr. Genesio Pacheco.
Assistente, dr. Vitor Carneiro.
Radiologia — chefe, dr. José Fajardo.
Assistente, dr. Artur Fajardo Filho.
Farmácia — Farmacêuticos, Edgar do Amaral, Análido de Melo e Cesar Irlin.



nalista para servirem como profissionais ou como soldados onde mais útil fosse a sua atuação. Assinam os abaixo-assinados: drs. Mário Maldonado, Alexandre de Mello, Altino Antunes, José Ribeiro Netto, João Vieira de Camargo, Alcides da Nova Gomes, Antonio Augusto Brandão, Honorato Faustino, Philemon Marcondes, Benjamin Reis, Otto Magalhães Pecego, Abílio Martins de Castro, Cícero de Moura Neiva, Renê Straunard e Cássio Adeodato Motta Magalhães.

Em 4 de agosto de 1932, o jornal *Correio de São Paulo* publicava que em breve seria inaugurado o hospital para convalescentes instalado no parque da Água Branca. Com cerca de 200 leitos, seria utilizado para convalescentes, organizado por um grupo de médicos chefiado pelo dr. Maldonado, médico e agrônomo, sob inspiração do secretário da Agricultura. Do corpo clínico participavam também os médicos e veterinários Alexandre de Mello, Otto Stephan e Amâncio Candido Esquibel. Em 19 de setembro de 1932 era nomeado Francisco Roca Dordal, veterinário formado em 1930 pelo Instituto de Veterinária, para exercer interinamente o cargo de preparador da cadeira de Parasitologia da Escola de Medicina Veterinária. Em 30 de setembro de 1932, aposentava-se compulsoriamente o sr. Albino Pereira, porteiro da Escola de Medicina Veterinária, após 39 anos de serviços efetivos prestados à instituição.

Em 14 de outubro de 1932, o diretor-geral da Secretaria da Agricultura oficiou ao diretor superintendente da Indústria

Animal, autorizando a reabertura das aulas no dia 15 daquele mês. Em 19 de novembro de 1932, reuniu-se o Centro Acadêmico de Medicina Veterinária para eleger a diretoria que regeria os destinos da entidade em 1932/1933. Os trabalhos foram dirigidos por Antonio Paiva Fóz e secretariado por Cesário Machado. Aberta a sessão, o presidente fez o necrológico do sócio Luiz Straunard, pedindo aos presentes um minuto de silêncio. Em seguida, ficou assim constituída a nova diretoria: presidente: José Bifone; vice-presidente: Leão Amaral Rogick; 1º secretário: Raphael Castro Bueno; 2º secretário: Paschoal Mucciolo; tesoureiro: Francisco Soares da Silva Filho; orador: José Norberto Macedo; e bibliotecária: Virginie Buff.

Na formatura dos graduados de 1932, a primeira turma da Escola de Medicina Veterinária, os paraninfos foram o dr. Mário Maldonado, diretor superintendente da Indústria Animal, e o dr. Alexandre de Mello, subdiretor da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo. A colação de grau aconteceu no dia 16 de janeiro de 1933, no salão nobre da Escola, no Parque da Indústria Animal. Sete alunos se formaram:

- Antônio de Paiva Fóz
- Cesário Ramos Machado
- Cícero Ferraz Lopes
- Leovigildo Pacheco Jordão
- Maurício Hanclau
- Paulo Pinto Bittencourt
- Pedro Paulo Larocca

Em 21 de fevereiro de 1933, era publicada no jornal *Correio de São Paulo*, a seguinte manchete: “Pelo direito de voto aos maiores de 18 anos”:

O movimento que se observa nos meios universitários daqui e dos Estados, em prol da concessão do direito de voto a todos os estudantes das escolas superiores. O diretório central dos estudantes dessa capital assumiu a direção do movimento e conta com a adesão das organizações acadêmicas: Grêmio Politécnico, XI de Agosto, Centro Acadêmico Oswaldo Cruz, Centro Acadêmico de Medicina e da Veterinária, Centro Acadêmico Horácio Lane, Centro Acadêmico de Farmácia e Odontologia e Letras, Grêmio Eletrotécnico 18 de Outubro.

Pela legislação eleitoral, era necessário que fossem maiores de 21 anos. Dessa forma, encaminharam um memorial ao ministro da Justiça, citando, entre os argumentos, os seguintes:

O que se verifica em geral, é a entrada para as faculdades, com idade de 17 a 18 anos em média, o que estabelece naturalmente

um critério que evita a participação no direito de voto de individualidades ainda em formação. Se se concede o direito de voto aos indivíduos apenas alfabetizados, por que negá-lo aos estudantes? Apenas por uma diferença de idade? Mas essa diferença não é fartamente recompensada pela preparação intelectual, pelos numerosos anos de estudos do universitário? E o colono ignorante de 21 anos, pode votar? O primeiro, anistia de direito de 19 anos podendo advogar no Fórum Criminal, não tem o mesmo direito? A lei quando fixa um limite mínimo de idade para o exercício do direito de voto, visa apenas selecionar um eleitorado com capacidade de discernimento e independência mental.

No ano de 1933, matricularam-se na Escola de Medicina Veterinária de São Paulo: 59 alunos ingressantes no 1º ano, 31 alunos no 2º ano, 21 alunos no 3º ano e 8 alunos no 4º ano, chegando a 119 alunos no total.

No dia 16 de maio de 1933, tomou posse o dr. Benedicto Bueno da Silva, perante a Congregação da Escola de Medicina Veterinária, como catedrático na Cadeira de Propedêutica Patológica e Clínica Médica, depois de prestar concurso e ser aprovado com louvores. Era o quarto veterinário concursado a compor o corpo docente da Escola. Silva era médico veterinário formado na turma de 1923 da Escola de Veterinária do Exército com a patente de aspirante a oficial e foi orador da sua turma de formatura. Quando assumiu esse cargo de catedrático, era primeiro-tenente, e quando optou pelo posto de oficial do Exército em 14 de janeiro de 1938, após sua saída da Escola de Medicina Veterinária, tinha o posto de capitão.

O Decreto n. 23.133, de 9 de setembro de 1933, do chefe do governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, regulava o exercício da profissão veterinária no Brasil. Criou o padrão do ensino de Medicina Veterinária no Brasil, constituído pela Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária do Ministério da Agricultura. Segundo o art. 7º, eram atribuições privativas dos médicos veterinários a organização, regulamentação, direção ou execução dos serviços técnicos oficiais, federais, estaduais e municipais, referentes às atividades seguintes:

Direção das escolas de veterinária ou medicina veterinária, em concorrência com os agrônomos e engenheiros-agrônomos, quando os dois cursos estiverem anexados em um mesmo estabelecimento;

Ensino da medicina veterinária, nos seus diferentes graus, de acordo com o especificado no art. 10 e respectivos parágrafos;

Fiscalização das escolas ou institutos de medicina veterinária equiparadas ou em via de equiparação;

Polícia e defesa sanitária animal;

Inspeção, sob o ponto de vista de defesa sanitária, de estábulos, matadouros, frigoríficos, fábricas de banha e de conservas de origem animal;

Direção técnica dos hospitais e policlínicas veterinárias;

Organização dos congressos, nacionais ou estrangeiros, relativos à medicina veterinária e a representação oficial dos mesmos.

E no seu artigo 10º - Nas escolas ou institutos de ensino de medicina veterinária oficiais federais, ou equiparadas à escola padrão, e fiscalizadas nos termos do art. 2º, cabe aos médicos veterinários: Privativamente, a regência das cadeiras relativas ao ensino das seguintes disciplinas: anatomia descritiva, comparada e topográfica dos animais domésticos; anatomia e histologia patológicas, patologia geral: patologia interna e externa; propedêutica e clínica médica; clínica cirúrgica e obstétrica; higiene e polícia sanitária animal; terapêutica, farmacologia e arte de formular; inspeção de produtos alimentícios de origem animal; moléstias infecciosas e parasitárias dos animais domésticos.

Na sessão da Congregação da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo, ocorrida em 2 de outubro de 1933, houve um debate sobre o Decreto Federal n. 23.133, conforme a ata transcrita no Livro de Atas da Congregação;

O Dr. Alexandre Mello abrindo a sessão declarou que o fim mesmo era para opinar sobre a supressão da cadeira de Patologia Geral e também para que a Congregação tomasse conhecimento do Decreto Federal nº23.133 de 9 de setembro de 1933 que regula o ensino Veterinario no Brasil. Em seguida, foi autorizada a leitura da acta da sessão anterior, a qual posta em discussão e depois em votação, foi aprovada sem emendas. Continuando os trabalhos, o Dr. Alexandre Mello pergunta se não seria mais conveniente iniciar o expediente pela leitura do acima referido Decreto Federal nº23.133. Pedindo a palavra, o Dr. Altino A. A. Antunes propõe que se trate apenas do desdobramento da Cadeira de Anatomia Patologica e supressão da cadeira de Patologia Geral, respondendo-se ao Exmo. Sr. Secretario de Agricultura sobre o assumpto. Acha que a Congregação não deve tomar conhecimento do Decreto sobre a Regulamentação da profissão do Veterinario, enquanto o Governo do Estado não tomar as devidas providencias. O Dr. Antonio Augusto Brandão, tomando a palavra diz que está em desacordo com o Dr. Altino Antunes quanto á sua apreciação sobre o assumpto, achando que compete á Directoria da Escola providenciar com relação a Regulamentação, e sugere á Directoria a conveniência de consultar o Governo sobre o particular, atendendo a que os actuaes alunos a diplomarem-se pela Escola, possam gozar das regalias estatuidas no Decreto Federal em discussão, devendo portanto a Escola tomar conhecimento do

Decreto desde já. Tomando a palavra o Dr. José Ribeiro Netto, diz corroborar a opinião do Dr. Altino A. A. Antunes, isto é, a de que a Congregação não poderia tomar conhecimento do Decreto Federal e nem sobre elle expender juízo, a não ser a pedido do Governo. Os dois professores acima mencionados, de passagem, fazem critica severa de alguns textos do Decreto. Externando ligeiramente seu modo de ver a respeito do Decreto n° 23.133, diz o Dr. Alexandre Mello que realmente o mesmo apresenta certas disposições excessivas e incoerentes, que seria desejar não existissem, mas que, de qualquer modo, representava uma justa conquista da classe e que a sua execução só poderia vir em favor do prestígio moral e salvaguardar dos interesses materiais e scientificos dos profissionais que a compunham. Não vê no mesmo, intuito de desconsideração aos médicos que trabalham no campo da Medicina Veterinária, aos quaes toda a gratidão e respeito são devidos como os grandes colaboradores que foram da profissão Veterinária no paiz. Fallou ainda em defesa do mesmo Decreto, o professor Antonio Augusto Brandão e o professor Otto de Magalhães Pecego que justificando a sua entrada no recinto depois dos trabalhos instalados, declara que os direitos adquiridos estão previstos na lei, e que, no seu modo de ver, a discussão do Decreto em apreço está sendo feito sob um ponto de vista um pouco pessoal, o que prejudica a serenidade dos debates. Acha que a Congregação de Escola deve manifestar-se ao Governo em relação ao assumpto. Que a Regulamentação da profissão do medico veterinário era de grande valor moral pelo que vinha cohibir o abuso da expedição de diplomas a falsos profissionais sahidos de escolas de Veterinaria de suspeitíssima idoneidade. O Dr. Otto de Magalhães Pecego, tomando a palavra novamente diz que a Directoria da Escola está na obrigação de tomar conhecimento do Decreto, visto tratar-se de um acto oficial que foi publicado no "Diario Official" do Estado para que chegasse ao conhecimento de todos. Dr. Altino A. A. Antunes propõe que a Congregação não deva tomar conhecimento oficial do assumpto, podendo, entretanto, sugerir ao Governo do Estado que os diplomas dos Veterinarios da Escola sejam regulamentados. O Dr. José Ribeiro Netto discorda dessa proposta porque qualquer modo essa iniciativa implicaria no conhecimento do Decreto em causa, insistindo no seu ponto de vista de que a Congregação não devia conhecer do mesmo. O Dr. Alexandre Mello diz que a questão de saber se um Decreto Federal deve ou não ser referendado pelo Governo do Estado para ser executado, é uma questão de ordem jurídica, não estando a casa habilitada, ao que lhe parecia a resolver o assumpto. Pergunta se é um direito da Congregação tomar ou não conhecimento de um Decreto expedido pelo Governo Federal. Decreto esse de absoluto interesse para o ensino da Escola a que pertencia

a Congregação, uma vez que se tratava da Regulamentação de profissão Veterinaria. O Dr. Altino A. A. Antunes levando em consideração a dúvida creada apresenta nova proposta, pedindo que se retire da ordem do dia o assumpto em causa. Posta em discussão e votação, foi aprovada unanimemente.

Participaram dessa sessão: drs. Alexandre Mello, Altino A. A. Antunes, Antonio Augusto Brandão, João Vieira de Camargo, Cassio A. A. Motta Magalhães, Honorato Faustino Junior, José Ribeiro de Oliveira Netto, Phylemon Marcondes, Benedicto Bruno da Silva, Abilio Martins de Castro, Cícero de Moura Neiva e Otto de Magalhães Pecego.

Diante do debate ocorrido na sessão da Congregação em 2 de outubro de 1933, pode-se constatar que a posição dos docentes médicos era bastante defensiva. O Decreto Federal n. 23.133 era de suma importância para a classe veterinária, pois regulava o exercício da profissão no Brasil e ampliava a atuação na área do ensino da Medicina Veterinária. Até então, não havia nenhuma regulamentação sobre o exercício da profissão. Somente a partir de 9 de setembro de 1933, através desse decreto, é que as condições e os campos de atuação do médico veterinário foram normatizados. Foi um marco na evolução da profissão e foi escolhida a data para se comemorar o Dia do Médico Veterinário Brasileiro.

Em 23 de novembro de 1933, o jornal *A Gazeta* publica que o Centro Acadêmico da Medicina Veterinária recebeu em doação da sra. Thereza Rosano, viúva do dr. Costabile Rosano, médico veterinário recentemente falecido, parte da sua considerável biblioteca. Em homenagem à oferta recebida, o Centro Acadêmico mandou confeccionar uma estante que recebeu o nome do veterinário. Em 7 de dezembro de 1933, no prédio da Escola de Medicina Veterinária, tomou posse a nova diretoria do Centro Acadêmico para a gestão 1933/1934. A cerimônia teve início às 15h, com abertura pelo ex-presidente Mário D'Apice, após relatório da gestão anterior. Contou com a presença do secretário da Escola, dr. Anthero Pereira, representando a diretoria da Escola, e de um representante do jornal *A Gazeta*. A nova diretoria era composta pelos seguintes membros: presidente, Renato Lopes Leão; vice-presidente, Natale Mastrofrancisco; 1º secretário, Raphael Bueno; 2º secretário, Aldo Bartholomeu; 1º orador, José Macedo; 2º orador, Coriolano Caldas; tesoureiro, Olintho Araujo.

Em 1933, formaram-se, na segunda turma da Escola de Medicina Veterinária, sete veterinários. A colação de grau aconteceu no dia 28 de dezembro de 1933, às 16h, no salão nobre da Escola de Medicina Veterinária, à av. Água Branca (Parque de Indústria Animal). A cerimônia foi presidida pelo

diretor superintendente da Indústria Animal e Escola de Medicina Veterinária, dr. Mário Maldonado, sendo o subdiretor o dr. Alexandre de Mello. O paraninfo da foi o dr. Antônio Augusto Brandão, catedrático da Cadeira de Moléstias Infecciosas e Parasitárias. Foram convidados o interventor federal, dr. Armando de Salles Oliveira, e o secretário da Agricultura, dr. Adalberto Bueno Neto. Os formandos eram:

- Francisco Soares da Silva Filho
- Joaquim Orthman de Almeida
- José Bifone
- José Custódio Canto Guimarães
- Lauro Coelho de Oliveira
- Oswaldo Branco de Araújo
- Paulo Alves Ferreira

INCORPORAÇÃO DA ESCOLA DE MEDICINA VETERINÁRIA À UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

O Decreto n. 6.283, de 25 de janeiro de 1934, criou a Universidade de São Paulo (USP). Armando de Salles Oliveira, interventor federal no estado de São Paulo, criou a USP com os seguintes institutos oficiais já existentes e datas de fundação das instituições:

- Faculdade de Direito (11 de agosto de 1927)
- Faculdade de Medicina (9 de dezembro de 1912)
- Faculdade de Farmácia e Odontologia (Farmácia: 12 de outubro de 1898; Odontologia: 7 de dezembro de 1900)
- Escola Politécnica (24 de agosto de 1893)
- Instituto de Educação (21 de fevereiro de 1933)
- Escola de Medicina Veterinária (18 de dezembro de 1919)
- Escola Superior de Agricultura (3 de junho de 1901)

Criou ainda:

- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
- Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais
- Escola de Belas Artes

Além disso, a USP incorporaria: Instituto Biológico, Instituto de Higiene, Instituto Butantan, Instituto Agrônomo de Campinas, Instituto Astronômico e Geográfico, Museu de Arqueologia, História e Etnografia e o Serviço Florestal.

O Decreto n. 6.533, de 4 de julho de 1934, aprovou o Estatuto da Universidade de São Paulo. Na Seção VII, “Da Escola de Medicina Veterinária”, o artigo 32 determina que o curso de Medicina Veterinária possui quatro anos e compreende

as seguintes cadeiras: Química Orgânica e Biológica; Anatomia Descritiva dos Animais Domésticos; Microbiologia; Zoologia Médica e Parasitologia; Histologia e Embriologia; Fisiologia; Zootecnia Geral e Bromatologia; Zootecnia Especial, Exterior dos Animais Domésticos; Terapêutica, Farmacologia, Arte de Formular; Patologia, Clínicas Cirúrgicas e Obstetrícia; Propedêutica, Patologia e Clínica Médicas (1ª cadeiras); Propedêutica, Patologia e Clínica Médicas (2ª cadeiras); Anatomia Patológica; Doenças Infecciosas e Parasitárias; Indústria e Inspeção dos Produtos Alimentícios de Origem Animal; Patologia Geral; Física Biológica. Conservação de Produtos Alimentícios de Origem Animal e Higiene e Polícia Sanitária Animal.

Em 23 de julho de 1934, realizou-se uma grande reunião de médicos veterinários para deliberar sobre a organização do Sindicato Médico Veterinário do Estado de São Paulo, através de uma comissão composta por: Moacyr Monteiro, Olyntho Alves Rodrigues e Adolpho Martins Penha. Empossada, a comissão passou a se reunir na sede provisória, na praça da Sé, n. 43. A comissão organizadora contava com o apoio do Consórcio Médico Veterinário de São Paulo, de diversos Centros Acadêmicos de Medicina Veterinária e de profissionais do interior do estado e do Rio de Janeiro.

Em 1934, matricularam-se na Escola de Medicina Veterinária de São Paulo 96 alunos no 1º ano, sendo 7 repetentes em 1 cadeira, 41 alunos no 2º ano, 25 alunos no 3º ano e 19 alunos no 4º ano, num total de 181 alunos, segundo Pereira Júnior (1934). Ainda nesse relatório, o autor constata a importância da incorporação da Escola de Medicina Veterinária à Universidade de São Paulo:

[...] Maior ainda a afluência de candidatos à matrícula no 1º ano, no corrente ano letivo de 1934, atingindo a número de 116. Deante de numero tão avultado de pretendentes á profissão de Veterinario, viu-se a direção da Escola deante do dilema; – conceder matrícula a todos pretendentes com prejuízo da eficiência do ensino, levando em conta os recursos de que dispunha, ou então limita-la para numero máximo, admissível, deixando de atender a muitos dos que tinham ocorrido a esta casa de ensino Superior em busca de meios que permitissem a conquista legitima de um diploma de Medico Veterinario. – Adotada esta última alternativa, propôz a direção da Escola, estribada em disposições regulamentares, fossem matriculados todos os portadores de certificados de exames ginasiais, estes em número de 96. Esta proposta, prova evidente de boa vontade em vista da limitada capacidade das instalações, recebeu o beneplácito do Secretario da Agricultura, ficando a Escola de Medicina Veterinaria de São Paulo, com cerca de 200 alunos, dez vezes mais, aproximadamen-

te, do que nos custosos tempos do início dos seus cursos. Fato não menos auspicioso para a Escola foi o ato do Governo do Estado incorporando-a à Universidade de São Paulo, ficando provado de sobejo que os altos poderes públicos bem compreenderam a finalidade da mesma, a qual entre outras tem a atribuição utilíssima de formar técnicos com sólidos conhecimentos científicos e aptos para bem exercerem a Medicina Veterinária, como está comprovado pelas situações de destaque que chegaram a ocupar muitos dos seus antigos alunos, um dos quais, o Snr. Dr. Alexandre Mello, foi nomeado Diretor da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo.

DESINCORPORAÇÃO DA ESCOLA DE MEDICINA VETERINÁRIA DA USP

A responsabilidade pela direção da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo continuava com o diretor superintendente da Diretoria de Indústria Animal, dr. Mario Brandão Maldonado, e seu subdiretor, dr. Alexandre de Mello.

No entanto, o Decreto n. 6.606, de 16 de agosto de 1934, subordinou à Secretaria da Educação e da Saúde Pública as Escolas de Medicina Veterinária e Superior da Agricultura de Piracicaba. Dessa forma, enquanto a Escola estava subordinada à Secretaria da Agricultura, o diretor era de sua nomeação. Passando a supervisão da Escola de Medicina Veterinária para outra Secretaria, a da Educação e Saúde Pública, as nomeações seriam a cargo da Secretaria da Educação. Ela se tornou responsável pela indicação do Diretor da Faculdade.

Mas, passado menos de um mês, o Decreto n. 6.639, de 5 de setembro de 1934, restabelece o cargo de Diretor da Escola de Medicina Veterinária, criando um precedente para a nomeação de um novo diretor para a Escola, pois o atual, dr. Alexandre de Mello, tinha solicitado demissão do cargo, após a transferência da Escola para a Secretaria da Educação.

Patrocinada pelo Centro Acadêmico de Medicina Veterinária, era publicada nota em 8 de setembro de 1934 sobre um banquete a realizar-se no Clube Comercial, a 15 de setembro, em homenagem ao dr. Alexandre de Mello, diretor da Escola de Medicina Veterinária, desde 1931. A comissão foi formada pelo presidente do Centro Acadêmico, Renato Lopes Leão, o orador da entidade estudantil, José Norberto Macedo; da Diretoria da Indústria Animal, dr. Otto Stephan; e por representante do corpo docente da Escola, dr. Milton de Souza Piza, e dos funcionários da Escola, Martinho de Paiva Meira. Na oportunidade se manifestaram, em nome dos funcionários da Indústria Animal, o dr. Paulo de Lima Corrêa; o dr. Milton Piza em nome da congregação; Menelick de Mattos em nome

dos funcionários e o acadêmico José Norberto Macedo em nome dos estudantes.

Enquanto o dr. Alexandre de Mello permaneceu como diretor da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo, aumentou significativamente o número de profissionais veterinários no Corpo Docente da Instituição. De apenas um docente veterinário quando assumiu o cargo em 1931, até 1934 esse número cresceu para cinco veterinários docentes catedráticos, e muitos outros, interinos e preparadores, foram nomeados nesse período. Prova de que sua gestão à frente da Escola foi de reconhecimento à classe veterinária para a formação dos profissionais veterinários aos órgãos de pesquisas, ensino e atendimento aos pecuaristas do estado de São Paulo.

Em 15 de setembro de 1934, circularam os dois primeiros órgãos de divulgação dos estudantes de Veterinária. O início da greve dos estudantes do Curso de Veterinária, em São Paulo antecipou a circulação do noticioso *O Renovador*, o primeiro jornal dos estudantes da Escola. Essa pioneira edição foi dedicada ao dr. Alexandre de Mello. O redator foi o estudante Osvaldo Domingues Soldado. O outro jornal que apareceu como órgão oficial do Centro Acadêmico de Medicina Veterinária, da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo, foi o *Incitatus*, cujo diretor era o estudante José Assis Ribeiro e o secretário, Paschoal Mucciolo.

Greve na Escola de Medicina Veterinária de São Paulo

Em 13 de setembro de 1934, os alunos da Escola de Medicina Veterinária, reunidos em assembleia geral extraordinária no Centro Acadêmico, declaram-se em greve. O que motivou esse gesto extremo foi o fato de o secretário da Educação, Márcio Pereira Munhoz, não ter recebido os estudantes, que almejavam a nomeação de um professor veterinário para a diretoria da Faculdade, quando era sabida a intenção do Secretário da Educação e da Saúde Pública de nomear para a direção da Escola um profissional da medicina humana. Cerca de um mês antes, o subdiretor, dr. Alexandre de Mello, havia pedido demissão. Ao mesmo tempo, os estudantes enviaram ao interventor do estado de São Paulo, Armando de Salles Oliveira, um memorial no qual transcreveram as atribuições privativas do médico veterinário na direção das escolas de veterinária ou medicina veterinária, conforme determinado pela legislação vigente (Decreto de n. 23.133, de 21 de setembro de 1933, o qual estabelecia no seu artigo 7º, alínea a, que “compete privativamente aos médicos veterinários a direção das escolas de veterinária”.

A demanda dos estudantes de Veterinária na greve de 1934

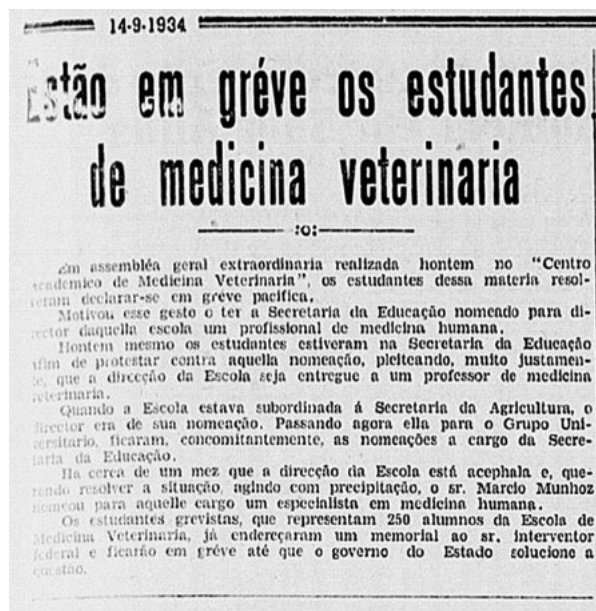
Em 14 de setembro de 1934, o jornal *Correio Paulistano* publicou o apoio à causa, através de abaixo-assinados, de presidentes de centros acadêmicos das escolas filiadas à Universidade de São Paulo: Paulo de Camargo, do CA Oswaldo Cruz; Paulo Bastos Cruz, do CA XI de Agosto; José Luiz de Almeida Nogueira Junqueira, do Grêmio Politécnico; e Paulo Affonseca de Barros Faria, do CA Farmácia e Odontologia.

Em 16 de setembro de 1934, o órgão do Centro Acadêmico de Medicina Veterinária publicou os motivos que levaram os estudantes a decretar a greve:

A nomeação de um médico humano para a direção da nossa Escola já não constitui o motivo único da nossa atitude. As razões do movimento vão mais além – é ele a explosão de idéias recalçadas, de aspirações sopitadas de direitos conspurcados. Não visamos com este proceder fazer campanha contra pessoas – o nosso objetivo é mais nobre – é a moralização da classe que á custa de nosso esforço pertenceremos e á custa de nosso ideal defenderemos. A nossa victoria não significará simplesmente a satisfação de um dispositivo legal – ella representará a victoria de nossa classe, a victoria dessa plêiade de esforçados que constituem a classe medico-veterinaria, e que, a despeito de tudo quanto se lhe tem feito no sentido de diminuil-a, se mantém e se manterá galhardamente no lugar de destaque de que se fez merecedora e que á força do direito será reconhecida. A nossa derrota, tambem não significará simplesmente a inobservância, por parte do poder publico, ás leis dele proprio emanadas – ella representará o entrave aos nossos progressos, talvez mais, a fallencia da nossa classe, e afinal, a pena de morte ás nossas aspirações. Mantenhamos pois nessa posição altiva e nobre e esperemos com destimidez o veredictum – que será além do mais, a pedra de toque do nosso futuro e da nobreza de character dos homens que nos dirigem.

Ainda na edição do jornal *Correio Paulistano* do dia 16 de setembro, menciona-se ofício do Centro Acadêmico dirigido ao interventor federal expondo a matéria, ao mesmo tempo que outros chegaram às mãos do governo mandados pela Sociedade Paulista de Medicina Veterinária e pela sua congênere do Rio, este assinado por notabilidades médico-veterinários, como Ascanio de Farias e Américo Braga. Apesar disso, nada se resolveu, e a intenção da diretoria do Centro no sentido de se dirigir verbalmente ao interventor foi por diversas vezes frustradas.

No dia 17 de setembro de 1934, o jornal *Correio de São Paulo* publica que o presidente do Centro Acadêmico de Medicina Veterinária, Renato Lopes Leão, esteve na redação do



jornal com a comissão do movimento grevista para exigir a nomeação de um médico-veterinário como diretor da Escola. Declarou ainda o presidente Renato Lopes Leão:

Que de acordo com artigo 57 do decreto estadual nº6533 que criou a Universidade de São Paulo, o diretor dos estabelecimentos sob regime universitário tem que sair do próprio corpo docente [...] há ainda outro decreto, que é o de nº 23.133, de 21 de setembro de 1933, o qual estabelece no seu artigo 7º, alínea a – compete privativamente aos médicos veterinários a direção das escolas de veterinária.

E continuou:

é que vários lentes da Escola não são veterinários, e a escolha de um desses professores redundaria numa desconsideração ao corpo docente e num desmerecimento para o ensino veterinário. Durante vários anos exerceu o cargo de diretor da Escola de Medicina Veterinária, o dr. Alexandre de Mello, que se formou na própria Escola e é atualmente vice-diretor da Diretoria da Indústria Animal do Estado. O dr. Alexandre de Mello deixou ultimamente a diretoria da Escola e em face disso, resolveram os estudantes, de acordo com o Centro Acadêmico do estabelecimento que teve o apoio de todos os demais centros universitários desta Capital, levar a efeito a greve e dirigir-se ao Interventor Federal e ao titular da Educação um memorial expondo suas pretensões.

Nesse memorial, Leão pede a nomeação para diretor do estabelecimento dos professores Antonio Augusto Brandão, da Cadeira de Moléstias Infecciosas e Parasitárias por 14 anos, ou Otto Magalhães Pecego, lente de Inspeção de Alimentos de Origem Animal. Afirma ainda que os estudantes não voltarão às aulas enquanto não ficar resolvida sua situação. Nesse sentido, dirigiram ainda um telegrama ao sr. interventor federal solicitando providências. Outro telegrama foi enviado pelos alunos da Escola de Medicina Veterinária à Escola Agrícola Luiz de Queiroz, de Piracicaba

Em 2 de outubro de 1934, a greve dos estudantes da Escola de Medicina Veterinária continuava, e o impasse da nomeação de um médico veterinário para a direção ainda não tinha sido resolvido. Enquanto isso, exercendo as funções de diretor interino, em condições excepcionais estava o dr. José Anthero Pereira Júnior, secretário do estabelecimento.

Porém, em 5 de outubro de 1934 foi nomeado pelo interventor federal em São Paulo o dr. Altino Antunes como quarto diretor da Escola de Medicina Veterinária, contrariando todo o corpo discente em greve. Antunes tomou posse no dia 8 de outubro de 1934, conforme ata da Congregação da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo. Antunes fez uso da palavra, saudando os antecessores na direção da instituição:

Exmo. Sr. Dr. Mario Maldonado – Exmo. Sr. Dr. Alexandre de Mello, Exmos. Srs. Professores da Escola de Medicina Veterinária – Senhores, investindo-me do alto cargo que não pleiteei nem ambicionei, mas que acabo de ascender pela honrosa confiança que em mim depositou o digno Governo do nosso Estado, tenho bem nítida a noção das responsabilidades que assumo, aumentadas ainda pela circunstancia de vir suceder a Mario Maldonado. A guiza de programma que a praxe manda se adular nas ocasiões como esta, poderia dizer-vos que me sentirei satisfeito se puder seguir de perto as pegadas de meu antecessor, e orientar-me como elle, pelo critério da bondade que não redunde em fraqueza e escravizado indissolvelmente aos ditames da justiça. Seria desnecessário, mas não me posso furtar a isso dizer qual tem sido a actuação de Mario Maldonado nesta casa que, desde sua fundação se agasalhou sob o pallio firme de sua proteção amiga. O antigo Instituto de Veterinaria de São Paulo foi criado por inspiração sua e por elle orientado em que tivesse vida autónoma; em sua sala de trabalho da Rua do Carmo, reuniam-se, quase diariamente os professores e lá se concertavam os planos de trabalhos a serem executados no luxuoso prédio do Butantan. Melindres injustificados levava o então director do Instituto a se afastar de Mario Maldonado e a criar certo estado de incompatibilidade que nos privou de seus conselhos e ajuda, entrando nosso Instituto em dificuldades que se agravaram de

mais em mais e culminaram com seu fechamento, realizado no Governo Whashington Luiz. Transferindo para a Rua Pires da Motta, dentro em pouco foi a direção do Instituto confiada a Nova Gomes que realizou com ajuda de Mario Maldonado a reabertura dos cursos e a reforma do Instituto, transformando-o na actual Escola de Medicina Veterinaria. Não podemos silenciar sem ofensa da justiça, o que a Escola deve a Nova Gomes, seu antigo diretor e incansável organizador. Com o advento da Revolução de 30, nessa phase que alguém nesta casa já apelidou de “idade média brasileira” não poderia nossa Escola escapar á subversão geral que empolgou nosso Estado e se furtar á cobiça dos apetites deflagrados por estarem de ha muito contidos. Foi nessa emergência ainda que Mario Maldonado nos veio valer, impedindo ruína e indicando para a diretoria da Escola, um ex-aluno, Alexandre de Mello, diplomata perfeito que conseguiu, com raro tacto, harmonizar os ânimos e refrear as paixões, iniciando uma phase de trabalho proficuo e útil. Mas, não queriam os fados, não estavam terminados nossos martyrios, não havíamos exgottado o cálice: a falta de installações problema com que de há muito vimos luctando e luctamos ainda, ia determinar nova interrupção de nossos trabalhos se não fora a intervenção bondosa de Mario Maldonado que com abundancia de coração nos abrio de para em par as portas de sua casa acolhendo-nos com carinho de um pae que perdoa os desatinos do filho prodigo. Assumindo a direção de nossa Escola deu-lhe Mario Maldonado boa parte de suas energias e proporcionou-lhe meios de se robustecer e aprestar para de novo partir quiça para situação definitiva. A 25 de janeiro, criava o benemérito do Governo de São Paulo, a sua Universidade e na lista de seus institutos está incluída a Escola de Medicina Veterinaria. Não posso relatando tão facto auspicioso, olvidar o nome de Julio de Mesquita Filho, um dos grandes batalhadores de tal realização. O que tem sido a nossa vida sob a direção directa de Mario Maldonado, o que de beneficios e de melhoria temos tido por sua acção, não vos preciso dizer, é de assunto de hoje ainda. Deixa hoje Mario Maldonado a direção da Escola de Medicina Veterinaria, mas não deixa e nem deixará de ser o nosso grande amigo e um dos maiores credores de nosso respeito e gratidão. Ao Dr. Alexandre de Mello, cooperador efficiente e dedicado na direção desta Escola, integrado desde o inicio em sua vida, não apresentarei despedidas direi apenas até logo, pois estou certo, em tempo não muito remoto vel-o hemos de novo entre os nossos.

No dia 6 de outubro de 1934, uma comissão de estudantes da Escola de Medicina Veterinária em greve esteve na redação de jornais da capital paulista para apelar a todos os estudantes que não voltassem às aulas enquanto perdurasse a situação, pois esperava-se para depois das eleições de 14 de outubro a

mudança de governo. Depois da nomeação, os estudantes convocaram uma reunião geral no dia 9 de outubro de 1934, às 9h, na Escola, para decidirem sobre o movimento grevista. O compromisso assumido pelos alunos foi o de não voltar às aulas enquanto o governo do estado não reconsiderasse a decisão.

A greve continuava, e os representantes dos estudantes em greve estiveram na redação do jornal *Correio Paulistano*, que estampava na sua primeira página, no dia 10 de outubro de 1934: “Os estudantes de Medicina Veterinária novamente em greve”. Essa comissão de estudantes era formada por: Natalino Mastrofrancisco, vice-presidente do Centro Acadêmico, Rolando Cury, Sebastião Nicolau Piratininga, José Assis Ribeiro, Francisco de Paula Assis, Martinho Penteado Prado, Sylvio Bittencourt, Joaquim Ribeiro de Moraes, Eduardo Estrella, Francisco de Buone e José Barcker. O jornal publica que a Comissão foi ao Palácio do Governo no início da vacância do cargo de diretor da Escola de Medicina Veterinária para expor os motivos da greve ao interventor federal, dr. Armando de Salles Oliveira. Tinham recebido deste a promessa de que seria nomeado imediatamente o diretor, desde que cessasse a greve dos acadêmicos de veterinária. Estes puseram termo à greve depois de impor, frente ao interventor federal, a condição de ser o diretor nomeado um médico veterinário, o que foi aceito. No entanto, foi nomeado o médico dr. Altino Antunes, catedrático de Anatomia Patológica na direção da Escola, o que desconcertou profundamente a todos os estudantes.

Diante desse fato, os acadêmicos se declararam em greve geral até que o governo decidisse nomear um diretor médico veterinário. Na redação do jornal, os acadêmicos declararam o seguinte:

Não temos absolutamente nenhuma antipatia pessoal pelo Dr. Altino Arantes; pelo contrário votamos-lhe uma profunda admiração e ampla simpatia. Entretanto, o dr. Antunes recém-nomeado para dirigir a nossa Escola não corresponde absolutamente à promessa que nos fez o interventor federal de nomear um médico veterinário para a direção da mesma, pois aquele senhor nosso catedrático de anatomia patológica é formado em medicina humana. Queremos também que fique patente que o ato de nomeação do prof. Antunes para a direção da Escola não passa de um capricho do governo, pois dentro de nossa faculdade, existem cinco catedráticos formados em medicina veterinária, a saber: drs. Otto Magalhães Pecego, Antonio Augusto Brandão, Cícero de Moura Neiva, Benedicto Bruno e René Straunard; ora a nomeação de qualquer um desses professores, sem distinção de nenhum satisfaria plenamente o nosso desejo. Em vista da atitude do governo que timbra em não atender as nossas aspirações, assignámos como todos os alumnos da nossa Escola, um



compromisso de não voltar às aulas nem tomar parte nos exames enquanto não for nomeado para a direção de nossa Escola, um profissional de medicina veterinária. Assumimos esse compromisso e não voltaremos atrás enquanto não virmos satisfeito esse nosso desejo.

Declararam ainda os estudantes:

Além disso, imediatamente à posse do novo diretor da Escola, em sessão realizada no mesmo dia, foi nomeado para o Conselho Técnico Administrativo um agrônomo. Ora, não é da alçada de um agrônomo, que, evidentemente, não está afeito as matérias que estudamos, pôr e dispor na medicina veterinária. Temos que o governo, na sua ânsia de nos descontentar, nomeará para a cadeira de anatomia-pathologica, um otho-rino-laringologista e para a de cirurgia, um professor de francês.

Em 13 de outubro de 1934, o dr. Altino Antunes pediu demissão do cargo de diretor da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo, o que foi aceito pelo Secretário da Educação.

No impasse estabelecido, o interventor federal no Estado de São Paulo Armando de Salles Oliveira, edita o Decreto n. 6.809, de 5 de novembro de 1934, desincorporando a Escola de Medicina Veterinária de São Paulo da USP, com justificativas que não tinham relação nenhuma com os fatos originados pela greve dos estudantes, ou seja, foi uma represália contra os anseios da classe médica veterinária em sua luta pelo reconhecimento enquanto profissão e defesa do ensino da medicina veterinária. O Decreto n. 6.809, assinado pelo dr. Armando de Salles Oliveira, interventor federal no estado de São Paulo, e Márcio Pereira Munhoz, secretário da Educação, transferiu a

Escola para a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio. Essas justificativas genéricas que embasam tal decreto de desincorporação da Antiga Escola de Medicina Veterinária de São Paulo da Universidade de São Paulo são apresentadas a seguir:

- considerando que não produziu os resultados desejados a incorporação da atual Escola de Medicina Veterinária à Universidade de São Paulo;
- considerando que à Universidade deverá ser incorporado, sob novos moldes, um estabelecimento do ensino de medicina veterinária a ser criado.

Ainda, os artigos seguintes complementam o objetivo do decreto:

1º – Desincorpora e transfere para a Secretaria da Agricultura a atual Escola de Medicina Veterinária que passa a funcionar com a organização que tinha anterior ao decreto 6.283, de 25 de janeiro de 1934;

§ único – A Escola ora desincorporada reger-se há pelo regulamento aprovado pelo decreto 5.333, de 4 de janeiro de 1932, suprimido, no entanto, o cargo de subdiretor.

2º – Serão suspensas em 1935, as matrículas ao 1º ano da Escola de Medicina Veterinária; em 1936, as matrículas aos 1º e 2º anos e assim sucessivamente até sua extinção.

3º – A proporção que cessarem as funções dos respectivos cargos, os professores catedráticos, assim como os funcionários efetivos, com mais de cinco anos de exercício serão postos em disponibilidade remunerada, caso e enquanto não forem nomeados ou designados para outros cargos, a juízo do Governo, na mesma Escola de Medicina Veterinária ou outro estabelecimento ou repartição, da Secretaria da Agricultura ou de outra Secretaria de Estado.

4º – Ficam transferidos para a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, os saldos das verbas orçamentárias do corrente exercício, destinadas a Escola de Medicina Veterinária.

Após a desincorporação da antiga Escola de Medicina Veterinária de São Paulo da USP foi a seguinte: o jornal *Correio Paulistano*, de 13 de novembro de 1934, publicou uma nota referindo-se ao fato mencionado:

O acto do sr. Interventor referente á Escola de Veterinaria, não encerra nenhum cuidado pelo interesse publico. É uma simples medida de represália. Historiamos os factos: Creada a Universidade de S. Paulo, foi a ella incorporada a Escola de Veterinaria, como as demais escolas superiores do Estado. Tendo que mudar o diretor do estabelecimento em virtude da determinação orgânica

da Universidade, o secretario da Educação tentou nomear um medico humano, amigo do interventor para o cargo. Foi, entretanto, procurado por uma comissão de alunos para solicitar fosse escolhido um dos médicos veterinários dentre os professores do estabelecimento como, aliás, determina imperativamente o decreto federal 23.133 de 9 de setembro de 1933, que regulamentou a profissão de veterinário. Isto, porque a Escola deveria se moldar no padrão federal para efeito de reconhecimento de seus diplomas, ponto essencial para os que fazem o seu curso. Os rapazes não foram sequer recebidos pelo sr. Munhoz, na ocasião mais se ocupando com a derrubada dos prefeitos municipais, uma das mais originaes formula para renovação dos costumes políticos adoptados pelo governo puritano que ahi está. Maltratados assim, e vendo os direitos da sua classe espezinhados por um governo que não está á altura dos seus encargos, os alunos da Escola de Veterinaria declararam-se em greve, e só voltariam ás aulas com a victoria de sua causa. Mas, deante da promessa do governo de que seriam atendidos e tendo em consideração que achavam comprometidos na greve todos os estudantes das demais Escolas da Universidade, muito criteriosamente resolveram voltar ás aulas.

Passados alguns dias é, com surpresa geral dos rapazes, nomeado o mesmo medico humano, professor Altino Antunes, amigo do peito do sr. Salles Oliveira! Declara-se nova parede. Mas estávamos nas vésperas da eleição de 14 de outubro, e o governichio que não contava com a opinião publica, não queria também perder o apoio dos poucos estudantes que lhe eram sympathicos. Concertou com o professor Altino Antunes a demissão deste a pedido e prometeu – aqui está a suprema felonía! – nomear oportunamente um medico veterinário.

Passadas as eleições, em vez da nomeação do novo diretor medico veterinário, é a Escola extincta, para satisfazer aos caprichos de um governo sem directrizes e incapaz de comprehendere que não se mutila assim o ensino superior e nem se fere desse modo o erário publico.

Não venha o sr. interventor dizer que a Escola de Medicina Veterinaria não satisfazia as nossas necessidades. É antes um estabelecimento que preenche a todos os seus fins, estando em virtude da recente reforma de 1931, acima mesmo da Escola Nacional de Veterinaria, subordinado ao ministro da Agricultura. É, pois, a primeira Escola no gênero, do país. “Tem os seus defeitos, mas estes iam se corrigindo aos poucos, mesmo porque sendo uma profissão nova no Brasil, é difficil obter os elementos indispensáveis de chofre.

Nessa mesma edição, o jornal ouviu o presidente do Centro Acadêmico da Medicina Veterinária, Martinho Penteado da Silva Prado, que disse o seguinte:

O decreto 6.809, que desincorpora a Escola de Medicina Veterinária e ao mesmo tempo a extingue gradativamente, é injustíssimo”. De facto não atinge a honra dos estudantes, mas fere insolitamente a reputação dos nossos professores. Estes são postos em disponibilidade como se fossem ineptos, apesar de muitos delles terem dirigido e lecionado na Escola muitos anos. A razão de ser desta atitude do governo resulta de uma greve que os estudantes de veterinária declararam por ter sido nomeado diretor da Escola um medico não especializado em veterinária, quando há muitos professores na Escola que são veterinários e o governo bem podia ter escolhido, entre esses, um para diretor da Escola. Estavamos nestas condições antes das eleições de 14 de outubro, quando se preparava um movimento universitário (pois os universitários nos apoiavam). O governo, então, resolveu ceder aos justos anseios dos estudantes, aceitou a demissão do medico que elle havia nomeado para a Directoria da Escola de Veterinaria e prometeu a nomeação de um veterinário. Passadas as eleições, porém, resolveu o governo extinguir a Escola. E isto fez sem nenhuma consideração pelos alumnos e com o máximo despreito para com os nossos mestres. Os alumnos do 4º anno que agora se formam, não poderão ter seus diplomas reconhecidos federalmente, pois a lei que regulamenta a profissão não aceita diplomas fornecidos por escolas não equiparadas á escola-padrão do Rio. E a nossa, ainda por culpa exclusiva do governo, não pode ser equiparada. Os alumnos do 1º anno, que forem reprovados não podem mais estudar veterinária no Estado de S. Paulo, pois o governo houve por bem não permitir matriculas no 1º anno desde 1935. E estes coitados também não podem pedir transferência para nenhuma outra escola do Brasil por serem as outras federalizadas. Mas, o governo pretende crear uma nova Escola de Veterinaria. Nós estamos convencidíssimos, de que a criação da nova Escola tem por fim exclusivo afastar da direção da mesma os veterinários. Há muitas pessoas que não são veterinários e que gostariam, por um capricho extravagante, serem diretores de Escola de Veterinaria. E o governo, ou por que os deseja collocar ou por motivos secretos que não podemos penetrar, faz questão fechada de proteger a aspiração desses estranhos. E com este intuito eil-o a crear uma Escola nova, prejudicando os interesses dos alumnos, e a boa fama dos actuaes professores. Antes das eleições de 14 de outubro, o governo tinha duas honrosas soluções: ou mantinha o diretor por elle nomeado, apesar do movimento, ou cedia diante da logica e nomeava um veterinário para a direção da Escola de Veterinaria. “Depois das eleições, o governo que havia prometido ceder, resolveu-se por um meio termo vingativo que culminou com o fechamento da Escola á prestações”.

Em 9 de novembro de 1934, ocorreram as eleições para a directoria do Centro Acadêmico para 1934/1935. Foram elei-

tos os seguintes membros: presidente, Martinho Penteado da Silva Prado; vice-presidente, Rolando Cury; 1º secretário, Aldo Bartholomeu; 2º secretário, José Maria d’Eça; tesoureiro, Plínio Pinto e Silva; 1º orador, Quineu Corrêa e 2º orador, Luiz Fontes Romeiro. Na posse, vários oradores se sucederam: Renato Lopes Leão, Martinho Penteado da Silva Prado e Quineu Corrêa.

Em 6 de dezembro de 1934, o Centro Acadêmico de Medicina Veterinária enviou ao interventor federal um officio no sentido de reincorporar a Escola de Medicina Veterinária à USP. E, para isso, enumerava vários prejuízos decorrentes da desincorporação aos alumnos matriculados nas séries do curso.

O prof. Ernesto de Souza Campos, um dos fundadores da Universidade de São Paulo, em seu livro *A História da Universidade de São Paulo* (1954, p. 122), descreve a reunião da 24ª sessão do Conselho Universitário em relação à desincorporação da Escola de Medicina Veterinária. Assim relata os fatos:

Na reunião de 16 de novembro (24ª) apresentou-se problema assaz interessante. Existia uma Escola de Medicina Veterinária official, do governo estadual, criada, se não nos falha a memória ao tempo do governo Altino Arantes. A escola não havia dado os resultados esperados, mas tinha sido incorporada, como as outras, na Universidade nascente. Como a instituição se encontrava em nível bem inferior às demais, seria necessário remodelá-la ou extingui-la criando-se outra. O segundo alvitre foi o adotado pela administração pública. O Secretário da Educação e Saúde Pública (naquele tempo a Universidade estava sujeita àquela Secretaria de Estado) expediu decreto desincorporando a mencionada escola da Universidade. Não houve, porém, audiência prévia da Universidade. Ora, o decreto n. 24.279 de 22 de maio, estabelecia em seu artigo 11 que as universidades estaduais equiparadas, obedientes à legislação federal, só poderiam introduzir modificações em seus estatutos por proposta do Conselho Universitário e sansão do Governo, ouvido o Conselho Nacional de Educação. Tratando-se de uma situação de fato, o Reitor submetia o decreto à aprovação do Conselho. O processo foi afeto à Comissão e Recursos. Na 25ª sessão, realizada em 29 de novembro, ocorreu o epilogo dessa questão curiosa em que um ato de governo (autoridade maior no caso, pela dependência universitária da Secretaria de Educação) foi submetido à aprovação do Conselho. Imaginem se não fosse aprovado! Felizmente tudo se acomodou. O Conselho aprovou a desincorporação, uma vez que fosse imediatamente instituída uma nova Faculdade de Medicina Veterinária. Em seguida o caso foi levado ao conhecimento do Conselho Nacional de Educação. E um conselheiro propôs, a seguir, que os novos catedráticos da futura Faculdade, fossem escolhidos por concurso. E assim aconteceu. A boa von-

tade e compreensão dissipou as nuvens de um conflito de ordem legal e administrativa.

Como se pode observar na publicação do prof. Ernesto de Souza Campos, essa era a versão oficial daqueles que justificaram os atos oficiais da desincorporação da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo da USP.

No livro *USP 70 anos – Imagens de uma história vivida* (2006), organizado por Shozo Motoyama, o autor descreve historicamente, no Capítulo 1, cada instituição que fez parte da USP, mas deixa de fora a Escola de Medicina Veterinária. Nenhuma linha sequer menciona a incorporação e desincorporação dessa instituição à USP. Do Capítulo 2, “A construção da Universidade: 1930-1969” (p. 126), consta textualmente

A Universidade de São Paulo resultou da junção da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, Escola Politécnica, Faculdade de Medicina, Faculdade de Farmácia e Odontologia, Instituto de Educação e Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” de Piracicaba – já existentes –, com Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, especialmente criada para ser o elo de ligação entre eles.

Essa publicação simplesmente omite a Escola de Medicina Veterinária de São Paulo como uma das instituições existentes que formaram a USP, conforme Decreto n. 6.283, de 25 de janeiro de 1934, que criou a USP.

Eleição do dr. Altino Antunes como representante da Congregação da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo, no Conselho Universitário da Universidade de São Paulo

Na sessão da Congregação da Escola de Medicina Veterinária, em 9 de fevereiro de 1934, o diretor, dr. Mario Brandão Maldonado, na abertura da sessão, declara que o objetivo daquela sessão era tratar de assunto relativo ao parágrafo 3º do artigo 46 do Decreto n. 6.283, de 25 de janeiro de 1934: “As Escolas, Faculdades, Institutos e Instituições da Universidade farão, dentro de 15 dias da publicação deste Decreto, o sorteio de seus representantes no conselho Universitário”. Dessa forma, conforme consta na ata daquela sessão da Congregação da Escola de Medicina Veterinária:

Isto terminado, pedio a palavra, o Dr. José Ribeiro de Oliveira Netto que, em traços largos accentua a importância da instituição da Universidade em São Paulo, terminando por solicitar que, em officio fosse enviado um voto aos Srs. Secretarios da Agricultura e Educação pela incorporação da Escola d Medicina Veterinaria á

citada Universidade. Continuando os trabalhos, pedio a palavra o Dr. Altino A. A. Antunes, propondo fosse isso extensivo ao Sr. Dr. Interventor Federal, que foi quem mais desejara e quem creara a Universidade de São Paulo. Postas em votação, as propostas dos Drs. José Ribeiro de Oliveira Netto e Altino A. A. Antunes foram as mesmas aprovadas por unanimidade de votos, tendo o Dr. Mario Maldonado declarado que a Diretoria da Escola também se congratulava com o Sr. Interventor e membros do Governo pela criação da Universidade de São Paulo. Continuando os trabalhos o Dr. Mario Maldonado disse que ia proceder ao sorteio para representante da Congregação da Escola junto a Universidade, de accordo com o Decreto nº 6.283, de 25 de janeiro de 1934, já citado, lendo após o nome de cada um dos professores da Escola escriptos em pequenas cédulas. Tendo sido as mesmas dobradas separadamente foram postas em uma urna para o sorteio. Convenientemente agitada a urna em questão pedio o Dr. Mario Maldonado ao professor mais antigo Dr. Cassio A. A. Motta Magalhães que retirasse da urna uma das cédulas ali colocadas. Tendo o Dr. Cassio A. A. Motta Magalhães atendido a solicitação do Dr. Mario Maldonado, entregou a cédula retirada da urna ao mesmo, o qual, fez a leitura do nome do Dr. Altino A. A. Arantes escripto na cédula em questão, tendo sido após, o Dr. Altino Antunes, felicitado pelo Dr. Director Superintendente e demais membros da mesa. A seguir, pedio a palavra o Dr. Altino A. A. Antunes declarando que momentos antes diserra ao Dr. Milton de Souza Piza não aceitar a representação se for acaso fosse sorteado, entretanto tendo sido o escolhido pela sorte e percebendo que tal cousa fora acolhida com sympattia pela casa, resolvera, apesar de suas ocupações e estado de saúde a aceitar a incumbência, prometendo a bem servir a Escola no posto para o qual fora sorteado, pedindo aos seus collegas que o ajudassem na tarefa, agradecendo após, as felicitações o Dr. Mario Maldonado e demais componentes da mesa.

Na primeira sessão do Conselho Universitário da Universidade de São Paulo, em 17 de fevereiro de 1934, o representante da Escola de Medicina Veterinária, dr. Altino Augusto de Azevedo Antunes, participou da instalação do Conselho Universitário, conforme consta da ata da referida sessão. O dr. Fernando de Azevedo propôs que se consignasse em ata um voto de louvor ao governo pela criação da instituição. O oitavo assinante da ata foi o prof. dr. Altino Augusto de Azevedo Antunes, além dos presentes: Victor da Silva Freire, Salvador de Toledo Piza, Cantidio de Moura Campos, Henrique da Rocha Lima, Raul Briquet, Affonso de E. Taunay, Theodureto de A. Camargo, Lúcio Martins Rodrigues, Fernando de Azevedo e José de Melo Moraes.

Represália e consumação da desincorporação

Então, como se explica essa omissão em não reconhecer a Escola de Medicina Veterinária de São Paulo como uma das instituições integrantes da criação da Universidade de São Paulo? Outro autor, estudioso do ensino superior na área das Ciências Agrárias, Guy Capdeville, no livro *O ensino superior agrícola no Brasil* (1991, p. 89), assim descreve a desincorporação:

Alguma coisa deve ter ocorrido que impediu a produção dos “resultados desejados” com a incorporação. O fato é que professores e servidores estáveis foram sendo paulatinamente postos em disponibilidade remunerada, sem que o decreto previsse a possibilidade de sua incorporação à USP, mas somente a outros órgãos da Secretaria da Agricultura. É de observar que isso não aconteceu a Luiz de Queiroz, também incorporada à USP. É de crer que, no caso da Esalq, a incorporação “produziu os resultados desejados”.

Da mesma forma que os autores anteriores, Guy Capdeville baseado nas informações compartilhadas da versão oficial, reproduz um erro histórico que passou a ser uma “verdade” que ora se acerta. Para resgatar a história da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo, nas palavras do prof. dr. Eduardo Harry Birgel:

cabe dizer que dos 21 Diretores da FMV-USP, cinco (24%) foram docentes ou se formaram na “Antiga Escola”, bem como dois Veterinários graduados na “Antiga Escola” foram Magníficos Reitores da USP, Prof. dr. Gabriel Sylvestre Teixeira de Carvalho, formado em 1923 e Prof. dr. Orlando de Marques Paiva, formado em 1937. Além do mais, 19 Médicos Veterinários graduados na Escola de Medicina Veterinária de São Paulo participaram por longo tempo do Corpo Docente da FMV-USP, que podem ser classificados da seguinte forma:

Professores Catedrático: nove (9): Professor Doutor Gabriel Sylvestre Teixeira de Carvalho, formado em 1923; Professor Doutor Paschoal Mucciolo, formado em 1934; Professor Doutor Ernesto Antônio Matera, formado em 1935; Professor Doutor Mário D’Ápice, formado em 1935; Professor Doutor José de Fatis Tabarelli Neto, formado em 1935; Professor Doutor Sebastião Nicolau Piratininga, formado em 1935; Professor Doutor João Soares Veiga, formado em 1935; Professor Doutor Theodoro Lion de Araújo, formado em 1937; Professor Doutor Orlando Marques de Paiva. Formado em 1937.

Professores Adjuntos: três (3): Professor Doutor Plínio Pinto e Silva, formado em 1935; Professor Doutor Armando Chieffi,

formado em 1937; Professor Doutor Humberto Cerruti, formado em 1937.

Professores Assistentes: oito (8): Professora Virgínia Buff D’Ápice, formada em 1935; Doutor Oswaldo Fabri, formado em 1935; Professor Doutor Quineu Corrêa, formado em 1935; Doutor Manoel Lopes Cintra, formado em 1936; Doutor Celso Soares Haberbeck Brandão, formado em 1936; Professor Doutor João Barisson Villares, formado em 1937; além do Professor Assistente Interino, Doutor Milton Müller da Silva, formado em 1937.

Esclarecida e caracterizada a competência didática e científica dos graduandos da Antiga Escola de Medicina Veterinária de São Paulo, devem-se ressaltar as condições de oferta do Curso da “Antiga Escola”, considerando primordialmente as condições das instalações.

Na realidade, havia na reunião do dia 16 de novembro de 1934, da 24ª Sessão do Conselho Universitário, a questão da desincorporação da Escola de Medicina Veterinária para ser resolvida, conforme cópia da ata dessa sessão. Estavam presentes Reynaldo Porchat, reitor; os professores Mello Moraes, Theodureto de Camargo, Benedicto Montenegro, Otavio Teixeira Mendes, Fonseca Telles, Lucio Rodrigues, Cantídio de Moura Campos, Fernando de Azevedo, Almeida Prado, Affonso de Taunay, Raul Briquet, Waldemar Ferreira; e o dr. Alayr Porchat, secretário do reitor.

Ainda no expediente, informa o reitor ter sobre a mesa um ofício do senhor secretário da Educação e Saúde Pública, em que é submetido à aprovação do Conselho Universitário o decreto do Governo estadual desincorporando da Universidade a Escola de Medicina Veterinária. Explica o senhor Reitor que o decreto, como é do conhecimento do Conselho foi assinado e publicado sem sua prévia audiência. Sabe ainda o conselho que o governo não podia fugir a essa audiência. O decreto 24.442, de 21 de junho de 1934, em seu artigo 17 dispõe: “Os Institutos de Ensino Superior mantidos pelos governos estaduais, congregados ou não em Universidade, deverão entender-se com a Diretoria Nacional de Educação em tudo quanto se referir à execução da legislação federal do ensino”. O decreto 24279, de 22 de maio último, mais expressamente, em seu artigo 14º, determina: “Em qualquer Universidade estadual equiparada, as modificações em seus estatutos, que obedecerão à legislação federal em vigor, só poderão ser efetivadas por proposta do Conselho Universitário e sansão do respectivo governo, devendo ser ouvido o Conselho Nacional de Educação”. Estava, entretanto, o Conselho em frente de uma situação de fato. Já tivera com o senhor secretário uma conferência em que ficara resolvido fosse o decreto submetido à aprovação do Conselho, sendo-lhe na mesma ocasião, apresen-

tado também um decreto criando dentro da Universidade uma Escola de Medicina Veterinária. Pareceu-lhe que a solução era a única diante do fato e que tudo ficaria sanado se o Conselho, em sua lata sabedoria, aprovasse o decreto governamental para que fosse, a seguir, e tratando-se, como se trata, de caso urgente, mandaria o ofício e o decreto à Comissão de Ensino para o necessário parecer. Observa o professor Fonseca Telles que, dada a importância do assunto, fora útil ouvir também a Comissão de Legislação e Recursos, o que é aprovado.

Conforme a leitura da ata da 24ª sessão do Conselho Universitário, observa-se que a Universidade de São Paulo foi ferida em sua autonomia administrativa, pois o interventor federal de São Paulo baixou um decreto de desincorporação de uma unidade da USP sem consultar o órgão máximo da Universidade. Esse fato criou um constrangimento ao Conselho Universitário logo no primeiro ano de sua existência.

Somente foi consumada a desincorporação da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo depois de ouvida a Comissão de Legislação e Recursos, além da Comissão de Ensino Superior. Assim, numa outra sessão do Conselho Universitário, houve a necessidade de submeter ao órgão máximo da Universidade “um arranjo” para a aprovação da desincorporação da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo da USP. Para isso, a Interventoria Federal apresentou um anteprojeto de criação imediata de uma Faculdade de Medicina Veterinária, conforme ata dessa referida sessão, transcrita a seguir:

Ata da vigésima quinta sessão do Conselho Universitário. Aos vinte e nove do mês de novembro de mil novecentos e trinta e quatro, com a presença de Professor Reynaldo Porchat, Reitor da Universidade, dos professores Mello Moraes, Raphael Sampaio, Carvalho Lima, Fonseca Telles, Waldemar Ferreira, Otavio Teixeira Mendes, Gaspar Ricardo Junior, Almeida Prado, Benedito Montenegro, Affonso de Taunay e do Dr. Alcyr Porchat, secretário particular do Senhor Reitor, nada havendo no expediente, é posto em debate o item primeiro da ordem do dia, concernente ao projeto de criação da Faculdade de Medicina Veterinária, submetido pelo Governo à aprovação do Conselho. Pelo secretário Geral é lido o parecer apresentado pelas Comissões reunidas de Legislação e Recursos e Ensino e Regimentos, nos seguintes termos: “Por não ter produzido os resultados, que se esperavam, da incorporação da Escola de Medicina Veterinária à Universidade de São Paulo, resolveu a Interventoria Federal desmembrá-la desta e fê-lo pelo decreto 6.809, de 5 de novembro de 1934. Passou ela a funcionar com a organização que tinha anteriormente ao decreto n. 6.283 de 25 de janeiro de 1934, subordinada ao regulamento aprovado

pelo decreto nº 5.333, de 4 de janeiro de 1932 – Operando aquela desintegração, salientou a Interventoria Federal, na justificação de motivos de seu decreto, dever incorporar-se sob novos moldes, um estabelecimento de medicina veterinária, a ser criado, à Universidade de São Paulo”. Importou aquela desagregação, sem dúvida, numa modificação dos Estatutos da Universidade, suprimindo-se um dos seus institutos universitários. Praticado esse ato, como foi, sem prévia audiência ou sem a iniciativa do Conselho Universitário, trouxe-o, no entanto, a Interventoria Federal ao seu conhecimento, enviando-lhe ao mesmo passo, um anteprojeto destinado a criar, na Universidade de São Paulo, a Faculdade de Medicina Veterinária. Está o Conselho Universitário, portanto, diante de um fato consumado. Pelo conhecimento que tem os seus conselheiros, dos nobres intuitos que o ditaram, não há senão aprová-lo, desde que se lhe siga, imediatamente, a conversão em lei do projeto, que lhes foi submetido a exame. Pelo que dispõe o artigo quatorze do decreto 2.4.279, de 22 de maio de 1934, “em qualquer universidade estadual equiparada, as modificações em seus estatutos, que obedecerão à legislação federal em vigor, só poderão ser efetivadas por propósito do Conselho Universitário e sansão do respectivo Governo, devendo ser ouvido o Conselho Nacional de Educação”. Quando deve ser este ouvido. Antes ou depois da sansão do Governo do Estado, afim de ser encaminhado ao Governo Federal para aprovar? Não o disse o decreto 2.4.279. Invocando os precedentes, verifica-se que, aprovados os Estatutos da Universidade de São Paulo pelo Governo do Estado, pelo decreto nº 6.283, de 25 de janeiro de 1934, foram eles submetidos ao Conselho Nacional de Educação e, de acordo com o parecer deste aprovado pelo Governo Federal, pelo decreto nº 39, de 3 de setembro de 1934. – Em tais condições, propomos: I – Que seja aprovado ato Governamental de desagregação da Universidade da Escola de Medicina Veterinária, nos termos do decreto nº 6.809, de 5 de novembro de 1934, desde que o Governo do Estado, imediatamente, crie a Faculdade de Medicina Veterinária nos termos do anteprojeto, com as seguintes modificações: a) – a 10ª cadeira será a de “Indústria, inspeção e conservação de produtos alimentícios de origem animal”, na conformidade do parecer em anexo, parte integrante deste; b) – o artigo quatro terá esta redação: “o provimento das cadeiras será feito nos termos dos Estatutos da Universidade de São Paulo e à medida das necessidades do Ensino, podendo ser aproveitados, mediante indicação do Conselho Universitário, professores da Escola de Medicina Veterinária”; II – Que, publicado o decreto da criação da Escola de Medicina Veterinária, seja encaminhado ao Conselho Nacional de Educação afim de ser aprovado pelo Governo Federal. – Assinado: Waldemar Ferreira, Raphael Sampaio, de Almeida Prado e José de Mello Moraes e Fonseca Telles, com a seguinte

restrição: “Não se trata de supressão de cadeira de física biológica, mas de sua incorporação na 10ª cadeira”. – Parecer anexo: “Nós, abaixo assinados, membros das Comissões de Ensino e Legislação, incumbidos de nos manifestar sobre a parte técnica do ato do Governo que substitue por uma nova Faculdade a Escola de Medicina Veterinária em vias de extinção, julgamos aceitável, como base para estudo, o ante-projeto da criação dessa Faculdade que acompanha o ofício de 14 de novembro de 1934, nº 2457, da Secretaria da Educação e Saúde Pública e concordamos com a organização das cadeiras em que serão ensinadas as disciplinas constantes desse programa, nada tendo a objetar contra a supressão da cadeira de Física Biológica, que figurava na organização da Escola extinta. Somos de opinião que, para favorecer o alcance do alto nível universitário a que se propõe a nova Faculdade, devem ser submetidos a rigoroso concurso todas as cadeiras desta ou ao menos todas aquelas, para as quais se apresentassem candidatos idôneos, isto é, com suficiente atividade prática no assunto da especialidade ou recomendáveis trabalhos sobre o mesmo, a juízo do Conselho Universitário. Assinado: H. da Rocha Lima, A. de Almeida Prado”. Dada a importância do assunto, pergunta o Sr. Reitor si o Conselho deseja adiar a discussão do parecer ou se sente suficientemente informado para fazê-lo ainda nesta sessão. Observa o professor Raphael Sampaio que a solução do caso é urgente, porquanto o decreto governamental mutilara a Universidade, desincorporando dela a Escola de Medicina Veterinária. Para reconstituir o organismo mutilado era mister criar, imediatamente o novo instituto. O parecer resolvia o caso nesse sentido. Era por isso de opinião fosse ele discutido com urgência. Aprovada esta, explica o professor Waldemar Ferreira em que diverge o parecer do projeto trazido ao Conselho pelo Governo e as razões que levaram a Comissão a modificá-lo. O professor Fonseca Telles diz concordar com a opinião dos companheiros de Comissão, desejando, entretanto, apresentar emenda de redação, destinada a melhor esclarecer o pensamento da comissão, a qual, na realidade, não suprimiu nenhuma cadeira, mas englobou apenas a de Física Biológica na de Indústria e inspeção de produtos alimentícios de origem animal, alterando o nome da cadeira que passou a intitular-se Indústria, inspeção e conservação de produtos alimentícios de origem animal. Encerrada a discussão, é posto em votação o parecer com a emenda sendo ambos aprovados, solicitando o professor Gaspar Ricardo Junior dispensa de voto sob alegação de não estar bem a par da questão. Observa o professor Raphael Sampaio que não lhe parece permitido abster-se um membro do Conselho de opinar em questão de tão relevante importância. Acha que se alguém se sente insuficientemente esclarecido, deve pedir adiamento da discussão. Responde o professor Gaspar Ricardo Junior que a urgência aprovada mostrara-lhe a incohe-

rencia de uma solicitação desse gênero. Abstinha-se, pois, de votar e pedia fosse consignada na ata sua abstenção.

Portanto, pode-se concluir, pelas atas das sessões do Conselho Universitário, que a desincorporação da Escola de Medicina Veterinária da USP foi sim uma interferência do interventor federal na autonomia da Universidade de São Paulo. E, para que fosse aprovada essa desincorporação, o Conselho Universitário exigia a criação imediata de uma nova unidade de medicina veterinária.

O representante da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo no Conselho Universitário nesse período era o dr. Milton de Souza Piza, conforme consta na Ata da Congregação da Escola de Medicina Veterinária, ocorrida em 8 de outubro de 1934, portanto antes da edição do Decreto n. 6.809, de 5 de novembro de 1934 – que desincorporou o Curso de Medicina Veterinária da Universidade de São Paulo –, não havendo assinatura do dr. Milton de Souza Piza nas atas das sessões referidas, pois a Escola de Medicina Veterinária voltou a ser subordinada à Secretaria da Agricultura. Naquela sessão da Congregação, tomou posse o dr. Altino Antunes e, como diretor presidiu a sessão quando da eleição do dr. Milton de Souza Piza:

o Dr. Altino A. A. Antunes, declarou que de acordo com os estatutos da Universidade de São Paulo, ia ser procedido a eleição do novo representante da Congregação da Escola no Conselho Universitário. Continuando os trabalhos foi por mim secretário feita a chamada dos professores cathedáticos presentes, tendo respondido a mesma os Srs. Dr. Abílio Martins de Castro, Antonio Augusto Brandão, Benedicto Bruno da Silva, Cícero de Moura Neiva, Cassio A. A. Motta Magalhães, Honorato Faustino Junior, João Vieira de Camargo, Lino da Rocha Leão, Milton de Souza Piza, Otto de Magalhães Pecego, Philemon Marcondes e René Straunard. Realizada a votação, o Dr. Altino A. A. Antunes nomeou para secretariar a apuração de votos, os Srs. Drs. Antonio Augusto Brandão e Milton de Souza Piza, votação essa que teve o seguinte resultado: Dr. Milton de Souza Piza 7 (sete) votos – Dr. Otto de Magalhães Pecego, 4 votos – Dr. Benedicto Bruno da Silva, 1 voto – Dr. Cícero de Moura Neiva, 1 voto, pelo que foi declarado eleito por maioria de votos o Sr. Dr. Milton de Souza Piza, para representante da Congregação no Conselho Universitario.

O referido decreto de desincorporação foi, portanto, editado sem a consulta prévia ao Conselho Universitário e a ainda pior, sem a possibilidade de defesa da maior interessada na questão, a Congregação da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo.

Em 7 de dezembro de 1934, o jornal *Correio Paulistano* publica o ofício que o Centro Acadêmico enviou ao sr. interventor sobre a desincorporação da Escola de Medicina Veterinária da USP:

O Centro Acadêmico de Medicina Veterinária, em nome dos alumnos que representa, vem expor á v. excia. o seguinte: Antes da criação da Universidade de São Paulo, a Escola de Medicina Veterinaria era subordinada á Secretaria da Agricultura, sendo, portanto um estabelecimento oficial, e era regido pelo decreto 5.333 de 4 de janeiro de 1932. Em 9 de setembro de 1933, o governo federal resolveu expedir o decreto 23.133, regulamentando a profissão veterinária no Brasil e prometendo a criação de uma Escola padrão para o estudo da veterinária, a qual serviria de modelo ás que pretendessem ser officializadas ou equiparadas. Effectivamente, em 8 de fevereiro do corrente anno, pelo decreto 23.858, foi creada a Escola Nacional de Veterinaria, mais ou menos um mez depois da criação da Universidade de São Paulo. Logo depois do aparecimento do decreto 23.133, o governo do Estado e o corpo docente pensaram em enquadrar a Escola nos dispositivos daquele decreto, a fim de que os diplomas expedidos pela mesma pudessem ser reconhecidos pelo governo federal. Enquanto se cogitava da defesa dos interesses dos alumnos, procurando officializar-se a Escola de Medicina Veterinaria de São Paulo, v. excia. houve por bem crear a Universidade de São Paulo a 25 de janeiro do anno corrente, Instituto de Ensino Superior officializado e reconhecido em todo o território nacional. Em face do disposto no art. 3º. Letra H, foi a Escola de Medicina Veterinaria incluída no grupo de instituições oficiais que constituem a Universidade, ficando por isso, os alumnos nella matriculados, com seus direitos garantidos e reconhecidos em todo o Brasil. Agora, porém, justamente nas vespersas dos exames finaes, o governo de v. excia. pelo decreto 6.809, desincorporou da Universidade a Escola de Medicina Veterinaria, e a extinguiu gradativamente. Quer dizer que a garantia que o governo concedera aos estudantes nella matriculados, foi retirada “ex-abrupto”, sem que o governo de v. excia. tivesse se interessado junto ao governo federal pela expedição de um decreto que viesse garantir os direitos dos actuaes estudantes da referida Escola. É justamente isto que os signatários vem requerer a v. excia., no mais justo e aceitável dos pedidos pedem eles que o governo de v. excia. interceda junto ao governo federal, a fim de que seja expedido com a urgência possível, um decreto, reconhecendo a validade dos diplomas fornecidos pela Escola de Medicina Veterinaria de São Paulo, emquanto, nella houver alumnos matriculados. Requerem ainda que seja alterado o artigo 2º do decreto 6.809, permitindo-se a matricula no primeiro anno do curso, aos alumnos que, por qualquer motivo, tenham necessidade de

repetir o anno. Si não parecer oportuna e possível ao governo de v. excia, essa intervenção junto ao governo federal, desejariam os signatários ver revogado o decreto 6.809 até que estivessem a salvo todos os direitos e regalias que v. excia. lhes outorgou em virtude da anexação da Escola á Universidade.

Em 9 de dezembro de 1934, o jornal *Correio Paulistano* publica uma entrevista com o presidente do Centro Acadêmico, Martinho Penteado da Silva Prado:

Um vespertino ouviu o vice-reitor da Universidade de S. Paulo sobre a extinção gradativa da Escola de Medicina Veterinaria que até há pouco era filiada á Universidade. Diz o dr. Cantidio de Moura Campos, que na reunião de 29 de novembro, o Conselho Universitario apreciou o decreto de desincorporação da Escola da Universidade, tendo sido o mesmo aprovado. Foi aprovado ainda na mesma reunião o projecto de organização de uma nova Escola de Veterinaria. Allega ainda o sr. vice-reitor: “quanto á situação dos alumnos da Escola de Medicina Veterinaria, isto é, as suas transferências para a nova Escola, etc, será naturalmente cuidada em ocasião oportuna”. O sr. vice-reitor está enganado, o decreto aprovado pelo Conselho Universitario não prevê a possibilidade das transferências, e isto porque extingue a actual Escola a prestações, creando a nova da mesma maneira. Diz o decreto no seu art. 2º: “Serão suspensas em 1935 as matrículas ao 1º anno da Escola de Medicina Veterinaria; em 1936, as matrículas ao 1º e 2º anno, e assim successivamente até sua extinção”. Ora um alumno que está no 2º ou 3º anno da Escola desincorporada não vae, pelo simples prazer de ser universitário, matricular-se no 1º anno na nova Escola. Nem o governo vae crear mais do que um 1º anno na nova Escola, para não ter duas Escolas de Veterinaria funcionando simultaneamente. O decreto que desincorpora a Escola de Veterinaria attenta contra direitos adquiridos pelos alumnos. Em sendo universitários, os diplomas expedidos são válidos em todo o território nacional, emquanto que, com a desincorporação, a Escola de Veterinaria passa a ser uma Escola Estadual que é subordinada á Secretaria da Agricultura. Os diplomas que ella expedir não podem ser reconhecidos pelo Governo Federal porque a Constituição e o programma da nossa Escola não respeitam a lei da Regulamentação da profissão de Veterinaria. O mal seria sanado si fossemos novamente incorporados á Universidade, porque os diplomas por esta expedidos são reconhecíveis pelo Governo Federal, e si a Escola de Veterinaria a ella pertencesse, ipso facto os seus diplomas também seriam validos por todo o Brasil. Mas o mais interessante é que a Escola de Medicina Veterinaria foi desincorporada da Universidade e ninguém, nem o governo nem o Dr. Cantidio de Moura Sampaio (vice-reitor) explicaram os motivos da desincorporação, apesar

deste último ter sido entrevistado especialmente pelo vespertino a que me referi. Se um motivo justo originou o decreto citado, por que bulir com a curiosidade alheia?

Considerando fatos descritos, é plausível que o motivo principal da desincorporação da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo da USP tenha sido uma represália ao movimento dos estudantes do curso de graduação pela nomeação de um docente veterinário para o cargo de diretor da referida Escola.

Por fim, o Decreto n. 6.874, de 19 de dezembro de 1934, cria na Universidade de São Paulo a Faculdade de Medicina Veterinária, assinado pelo dr. Armando de Salles Oliveira, interventor federal no estado de São Paulo. A medicina veterinária seria ensinada em um curso de quatro anos, compreendendo disciplinas distribuídas por 16 cadeiras. O provimento das cadeiras seria feito nos termos dos Estatutos da USP e, dependendo das necessidades do ensino, poderiam ser aproveitados, mediante indicação do Conselho Universitário, professores da Escola de Medicina Veterinária. A Faculdade teria 16 professores catedráticos, 18 assistentes de clínica ou de acordo com o que dispusesse o Regulamento da Faculdade.

Dessa forma, com a criação da Faculdade de Medicina Veterinária pela USP, a ser iniciada em 1935, o estado de São Paulo passou a ter duas Escolas de Medicina Veterinária em funcionamento simultâneo: a anterior, que, desincorporada da USP, voltava a ser subordinada à Secretaria de Agricultura, e a recém-criada, ligada à Universidade de São Paulo.

A colação de grau dos graduados em 1934 – a terceira turma da Escola de Medicina Veterinária – ocorreu em 20 de dezembro de 1934, no salão nobre da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo, na av. Água Branca, n. 53. O paraninfo foi o prof. Otto Magalhães Pecego. Foram 19 formandos:

- Accacio Wey
- Alberto Cyro da Cunha Mattos
- Anthero Ramos de Mello
- Caetano Henrique Biffone
- Coriolano Francisco Caldas Filho
- Enio Di Franco
- Francisco Amaral Rogick
- Francisco de Buono
- Geraldo Rodrigues Alckmin
- João Henrique Bezerra Cavalcanti
- José de Assis Ribeiro
- José Norberto Macedo
- Leão Amaral Rogick
- Paschoal Mucciolo
- Pedro Treu

- Renato Lopes Leão
- Salvador Aluizio Panades
- Sylvio França Bittencourt
- Whashington Belleza

Em 1935, a Secretaria da Agricultura publicou a composição do corpo docente da Escola de Medicina Veterinária sediada na av. Água Branca, n. 53. Depois da desincorporação da Escola de Medicina Veterinária da USP, o diretor voltou a ser o dr. Mário Brandão Maldonado, quinto diretor da Escola de Medicina Veterinária.

- Diretor superintendente: dr. Mário Brandão Maldonado
- Secretário da Escola: dr. Anthero Pereira Júnior
- Professores: Alcides da Nova Gomes; José Ribeiro de Oliveira Netto; Cassio Motta; Philemon Marcondes; Altino Augusto de Azevedo Antunes; Lino da Rocha Leão; Honorato Faustino Júnior; Abílio Martins de Castro; João Vieira de Camargo; Milton de Souza Piza; Antonio Augusto Brandão; Renê Straunard; João Ortale; Otto Magalhães Pecego e Cícero Neiva.

Em 16 de janeiro de 1935, o jornal *Correio Paulistano* publicou a nova diretoria do Sindicato Médico Veterinário:

- Presidente: dr. Adolpho Martins Penha
- Secretário: dr. Haroldo Moreira Gomes
- Tesoureiro: dr. Venâncio B. Cruz
- Membros do Conselho Fiscal: drs. Moacyr Monteiro, A. Ubirajara Monteiro e João Cunha Rodge

O Decreto n. 7.016, de 15 de março de 1935, assinado pelo interventor federal no estado de São Paulo, considerava necessária a modificação do art. 4º do decreto anterior, n. 6.874, que criava a Faculdade de Medicina Veterinária, em vista do que resolvera o Conselho Nacional de Educação:

O provimento das cadeiras será feito nos termos dos Estatutos de Universidade de São Paulo e a medida das necessidades do ensino, podendo ser aproveitados os professores que gozam de vitaliciedade e pertencentes à Escola recentemente desincorporada, para o ensino das mesmas disciplinas que ensinavam naquela Escola.

§ Parágrafo único – os professores da Escola desincorporada que forem transferidos para a Faculdade de Medicina Veterinária continuarão percebendo os atuais vencimentos, caso estes sejam superiores aos da tabela anexa.

Foi preciso estabelecer uma “fórmula” com esse decreto para regularizar a situação dos docentes transferidos da antiga Escola para a nova Faculdade de Medicina Veterinária.

Conforme relato do prof. dr. Euclides Onofre Martins (1995, p. 2) no livreto sobre a história da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo:

Em 1935 funcionaram as seguintes cátedras:

Química orgânica e Biológica cujo provimento interino esteve a cargo do Professor Catedrático de Zootecnia Geral, Genética Animal e Bromatologia, Prof. Milton de Souza Piza;

Anatomia Descritiva dos Animais Domésticos (1ª parte), provida interinamente pelo catedrático de Fisiologia, Prof. dr. João Vieira de Camargo;

Zoologia Médica e Parasitologia, sob a regência do catedrático de Anatomia Patológica, Prof. Altino Augusto de Azevedo Antunes;

Histologia e Embriologia, sob a regência do catedrático efetivo, Prof. Abílio Martins de Castro.

NB: Todos esses professores vieram por transferência da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo, em fase de extinção.

Por essa narrativa do prof. dr. Euclides Onofre Martins, fica provado que as justificativas para a desincorporação da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo da USP não se sustentavam, pois eram os professores da nova Faculdade todos da antiga Escola, em evidente contradição de que ela “não produziu os resultados esperados”. Ainda mais, por decreto de 26 de março de 1935, foi nomeado por transferência da Escola de Medicina Veterinária o sr. José Anthero Pereira Júnior para o cargo de secretário da Faculdade, o qual ele já ocupava desde o Instituto de Veterinária, em 1920. Houve, então, mais um “conserto” para resolver os problemas criados pela dependência (segunda época) dos alunos da antiga Escola com a desincorporação da Universidade.

O Decreto n. 7.020, de 21 de março de 1935, assinado pelo interventor federal no estado de São Paulo, com alterações no art. 96 e seus parágrafos do Regulamento da Escola de Medicina Veterinária, versava sobre a dependências de alunos em disciplinas para obter matrícula nos anos seguintes. Dessa forma foi possível resolver a pendência dos alunos repetentes ou de segunda época do 1º ano do curso de graduação da Escola de Medicina Veterinária. Diz o artigo 96 modificado:

O aluno que ficar dependendo de uma cadeira em qualquer ano do curso, poderá obter matrícula provisória no ano imediato, ficando sujeito ao exame prévio da cadeira de que depender, e caso seja no mesmo aprovado, poderá prestar em

primeira época os exames finais das cadeiras do ano em que estiver matriculado.

As contradições das decisões do interventor federal, Armando de Salles Oliveira, relativas à desincorporação da Escola de Medicina Veterinária da USP continuaram: a nomeação do primeiro diretor da Faculdade de Medicina Veterinária da USP, prof. dr. Altino Augusto Azevedo Antunes, expõe de forma contundente uma represália aos estudantes da antiga Escola de Medicina Veterinária, uma vez que nessa nova instituição não havia alunos que pudessem contestar o novo diretor. Ironia da história. Na *Página Universitária*, publicada em 6 de novembro de 1935, no jornal *Correio Paulistano*, há algumas notas sobre a Escola de Medicina Veterinária de São Paulo, elaboradas com base dos depoimentos dos estudantes Alcebíades Marques e Aldo Barthomeu, que eram candidatos a secretário e presidente nas próximas eleições do Centro Acadêmico da Medicina Veterinária. Alcebíades declarou:

Nossa Escola apesar das vicissitudes por que tem passado, desde outubro do ano findo, culminando com o decreto de extinção gradativa com que nos mimoseou o governo Armando Salles, está, indubitavelmente, na phase de maior eficiência e aproveitamento científico, pois alunos e professores, procuram numa comunhão de forças mostrar ao governo que ella preenche os fins a que foi destinada. Nota-se em todos os mestres o máximo empenho em dar aos alunos, maior margem possível de conhecimentos technicos relativos á zootriatria.

Questionado sobre suas impressões do concurso realizado no Instituto Biológico, disse o acadêmico:

redundou em uma brilhante victoria para nossa Escola. Deu oportunidade a que se revelassem novos valores da medicina veterinária paulista. Rolando Cury, Mario D'Apice, Virginie Buff e Francisco de Paula Assis, todos doutorandos, houveram-se honrosamente naquele concurso apesar de concorrerem com candidatos já formados por diversas Escolas do Brasil, Washington Belleza, Cícero Ferraz Lopes, Ennio Franco, e Sylvio França Bittencourt formados por nossa Escola, conseguiram também optima classificação. É necessário notar que todos os classificados cursaram este estabelecimento de ensino superior.

Depois, o acadêmico Aldo Bartholomeu, candidato à presidência do Centro Acadêmico, disse ao referido jornal:

Na situação delicada em que se encontra a Escola, difícil é me falar alguma coisa sobre realizações vindouras ou promessas de

directoria. Tres annos faz, que labuto junto ao Centro Academico e, não me lembro de entusiasmo maior que este anno. Somos poucos, porém, todos querem dar seu esforço para o bem da Escola. Todo colega que ocupar um cargo na directoria por singelo que seja, será um esteio para o Centro. Em nossa recente viagem ao Rio tivemos ocasião de expor ao sr. dr. Odilon Braga, ministro da Agricultura, a grande significação que teria em se realizar na presente época, sob os auspícios do Ministerio da Agricultura, um Congresso Academico de Medicina Veterinaria. Sobre os fructos que poderemos colher em uma reunião onde tomaria parte toda mocidade brasileira nesta especialidade não tomaria parte toda mocidade brasileira nesta especialidade não preciso relatar. Opportunamente voltarei a dar pormenores sobre a realização deste Congresso, logo que obtenha resposta dos demais Estados do Brasil, já que o sr. ministro da Agricultura, nos deu todo e qualquer apoio.

A propósito da projetada incorporação da Escola Nacional de Veterinária à Universidade do Brasil, o Centro Acadêmico de Medicina Veterinária, órgão dos alunos da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo em fase de extinção, manifestando-se sobre esse projeto, em 23 de maio de 1937, resolveu hipotecar apoio ao discurso em que o ministro da Agricultura, Odilon Duarte Braga, advertia que aquela incorporação se queria fazer com prejuízo das conquistas alcançadas nas prerrogativas que lhe conferia o regulamento da profissão.

O doutorando Plínio do Amaral, presidente do Centro Acadêmico de Medicina Veterinária, fez a seguinte declaração:

Como defensor da tradição do bom nome da Escola de Medicina Veterinária, subordinada à Secretaria da Agricultura, ora em phase de extinção [...] A Escola de Medicina Veterinaria antiga, tem sobejas provas de sua eficiencia nos resultados dos concursos realizados no Rio e em São Paulo. Do próprio corpo docente da escola nova fazem parte veterinários formados pela antiga. É sabido que a extinção da nossa escola foi um acto de prepotência, que, quando discutido na Assembleia do Estado, não pode ser defendido pelo sr. Edgard França. Não consegui esse deputado justificar a criação da nova escola, senão com o argumento de que havia sido legal porque foi determinada por decreto do governo do Estado.

O jornal *Correio Paulistano* publicava, em 10 de maio de 1938, a seguinte notícia: “Representação dirigida ao dr. Adhemar de Barros pela Sociedade Paulista de Medicina Veterinária”. Em audiência com o interventor federal em São Paulo, Adhemar de Barros, através de uma Comissão indicada pela entidade, por médicos veterinários formados na antiga Escola, Hermínio Vaz Ferreira, Leovigildo Pacheco Jordão, Raphael



Bueno, Renato Lopes Leão e Plínio do Amaral entregaram uma representação com o seguinte conteúdo:

A Sociedade Paulista de Medicina Veterinaria, agremiação que retine a totalidade dos médicos veterinários de São Paulo e que tem como finalidade defender os interesses da classe, reconhecendo os altos méritos de que v. exc. é portador, pede permissão para vir á presença de v. exc., pleitear o gesto largo e nobre de reparação da grande injustiça que se praticou no governo passado, em detrimento de uma classe que hoje já é uma realidade e da qual muito depende o engrandecimento de nossa terra.

Como é do conhecimento de v. exc. em 1934 o governo do Estado por motivos inexplicáveis, extinguiu a Escola de Medicina Veterinaria de São Paulo (nessa época ligada á Universidade) fundando logo a seguir uma Faculdade destinada a substitui-la na Universidade.

Extincta a Escola, os seus professores poderiam ser transferidos para a Faculdade a juizo do governo; entretanto o que se presenciou, foi a transferencia de somente parte do corpo docente, não se conhecendo qual o critério adoptado nessa transferencia. Assim, entre os professores que haviam prestado concurso para ingressar na Escola, um deles, o dr. René Straunard foi aproveitado, enquanto que outro, o dr. Cicero de Moura Neiva, não o foi.

Entre os professores que não prestaram concurso e que lecionavam na Escola de Medicina Veterinaria, uns foram aproveitados (drs. Abilio Martins de Castro, João Vieira de Camargo, Milton de Souza Piza, Alcides da Nova Gomes e Altino de Azevedo Antunes) tendo sido outros postos á margem (drs. Antonio Augusto Brandão, José Ribeiro Neto e Cassio Motta). Deixa de ser citada a situação dos professores drs. Otto Magalhães Pecego

e Benedicto Bruno da Silva, porque os mesmos em virtude das desaccumulações já se haviam exonerado da Escola.

Deante daquela disparidade, qual teria sido o critério adoptado para a seleção dos professores? V. exc. Mesmo em memorável discurso pronunciado na sessão da Assembléa legislativa em 22 de setembro de 1936, abordou esta questão, perguntava porque não transferiu o governo para a Faculdade de medicina Veterinaria, os professores por concurso da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo.

V. exc. ainda perguntava nessa ocasião: “Todos os professores da Faculdade que foram aproveitados, trazidos da Escola de Medicina Veterinaria nunca fizeram concurso. São eles: Altino Antunes que exige dos outros uma prova a que nunca se submeteu; Milton Piza, Alcides da Nova Gomes, João Vieira de Camargo e Abilio Martins de Castro. Foram estes nomeados porque estavam na Escola. E porque não foram aproveitados nas mesmas condições, de idêntica igualdade, outros professores da Escola, como por exemplo: Cassio Motta e J. Ribeiro Netto? Qual foi o critério da seleção, senão o arbítrio do sr. Altino Antunes. Poderia Altino Antunes avaliar o conhecimento de outros professores, fora de sua especialização que é Anatomia Pathologica?”.

O que houve sr. Interventor, o que dominou a questão foi o arbítrio pessoal exclusivo, premiando amizades e sympathias e castigando a independência e o amor que á sua profissão consagravam os docentes veterinários da Escola de Medicina Veterinaria!

Entretanto, sr. Interventor, as directrices da Faculdade deveriam enquadrar-se rigidamente dentro do espírito e da letra do decreto que regulamentou a profissão veterinária no Brasil. O artigo 7º do referido decreto, é bem claro nas suas disposições taxativas, quando diz que são privativas dos médicos veterinários, a organização, regulamentação, direção ou execução dos serviços technicos officiais, federaes, estaduais e municipaes, referentes ás atividades seguintes:

- direcção das escolas de Veterinaria ou Medicina Veterinaria, e em concorrência com os agrónomos, quando os dois cursos estiverem anexados em um mesmo estabelecimento;
- ensino da Medicina Veterinaria, nos seus diferentes graus, de acordo com o especificado no artigo 1º e respectivos parágrafos; e etc.

Pois bem, sr. Interventor, a Faculdade de Veterinaria da Universidade de São Paulo é uma viva contravenção da aludida Lei Federal pois, seu director e vice-director são médicos; a cadeira da Moléstias Infectuosas, Hygiene, Anatomia Pathologica e Anatomia Descriptiva, privativas de veterinários, estão sendo regidas por médicos; não há no Conselho Universitario um só veterinário para representar legitimamente os interesses do ensino da sua escola.

Enquanto isto succede, alguns dos antigos professores da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo foram espoliados das suas cadeiras, a quem prestaram o brilho de quase 20 anos de atividade profissional, ficando adido a outras repartições ou em inatividade. Lesaram-se direitos indiscutíveis: degradou-se a dignidade do magistério, criou-se para o governo do Estado uma duplicidade de orçamentos, incompatível com a boa gestão dos direitos públicos; entre esses professores devemos focalizar o nome do dr. Antônio Augusto Brandão, professor da cadeira de Moléstias Infeciosas, nome de grande projecção na classe, grande cultura e acurado tirocínio profissional e didático que soube em 18 anos de exercício da sua cathedra fazer-se credor da estima e gratidão de todas as gerações de estudantes a quem proporcionou o saber e a experiência que os tornaram aptos para enfrentar a vida profissional.

Se o critério adoptado nas transferências fosse baseado na cultura, capacidade didática e formação profissional, logico seria o aproveitamento do professor dr. Antônio Augusto Brandão para exercer a mesma cadeira da Faculdade!

O não aproveitamento desse ilustre professor criou uma lacuna no ensino veterinário entre nós, pois ele é insubstituível na sua especialidade!

No momento o seu substituto na Faculdade é um médico. Deixou-se de lado o brilho de quase 20 anos de magistério para substitui-lo por uma interinidade exercida por um técnico cuja atividade neste sector está em flagrante conflito com o disposto no artigo 10º do Decreto Federal 23.133 de 9 de setembro de 1933, que regulou a profissão veterinária no Brasil garantindo a criatividade dos médicos veterinários em certas cadeiras.

Eis ali sr. Interventor, rapidamente bosquejado o que a Sociedade Paulista de Medicina Veterinária deseja agitar diante da visão arguta de v. exc. Soam ainda em nossos ouvidos as palavras candentes com que v. exc. Na última legislatura estadual verberava do alto da tribuna, os factos revoltantes que acabamos de referir! De v. exc. A quem erigimos em supremo juiz da questão, esperamos a sentença fulminante que confundirá a prepotência e salvara o Direito, a Razão e a Justiça, ordenando que se cumpra em toda a plenitude o Decreto nº 23.133 de 9 de setembro de 1933 relativo á regulamentação da profissão veterinária no Brasil. Pela Sociedade Paulista de Medicina Veterinaria (a.a) Renato Lopes Leão, vice-presidente; Leovigildo Jordão, secretario.

Ainda em 14 de junho de 1938, foi publicado no jornal *Correio Paulistano*, e entregue a Adhemar de Barros, interventor federal em São Paulo, um abaixo-assinado que reuniu a assinatura de 93 veterinários da capital, pedindo que fosse aplicada ao ensino veterinário a legislação que, mais uma vez, ressurge como uma reivindicação pela qual a classe vinha lu-

tando. O assunto era bem conhecido de Adhemar, que já o debatera na tribuna da Assembleia do estado. O abaixo-assinado demonstrava que o problema interessava toda a classe veterinária, pois o elevado número de profissionais que o subcreveram representava a quase totalidade dos veterinários da capital. Esse documento está assim redigido:

Os abaixo-assinados, veterinários de São Paulo, aguardam, confiantes no espírito do seu ilustre interventor Federal – Dr. Adhemar de Barros – patrono egrégio que foi e é da classe veterinária, tão abandonada pelos poderes públicos, a integral aplicação da legislação federal no ensino veterinário paulista. (Decreto 23.133, de 9 de setembro de 1933) – São Paulo, maio de 1938. Seguem os nomes dos 93 veterinários.

No relatório da Assembleia Legislativa de São Paulo, de 1936, sobre a Faculdade de Medicina Veterinária, foi destacado que em 2 de maio de 1935 a Faculdade de Medicina Veterinária da USP foi instalada no prédio n. 79 da rua São Luiz, arrendado ao estado, que o adaptou para os fins a que se destinava.

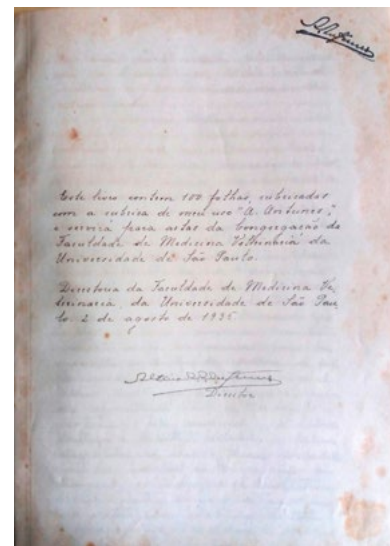
Matricularam-se no 1º ano do curso normal, único que funcionou naquele ano, 37 alunos, dos quais 13 obtiveram promoção ao 2º ano. No ano de 1936, matricularam-se 24 alunos no 1º ano e 13 no 2º ano. O início das aulas ocorreu em 15 de março de 1935.

Dos 37 estudantes no 1º ano da Faculdade de Medicina Veterinária da USP, 5 foram aprovados no vestibular da Universidade dos 11 inscritos e 32 eram repetentes do 1º ano da Escola de Medicina Veterinária. Somente 9 desses estudantes matriculados em 1935 se formaram na 1ª Turma da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de São Paulo, em 1938.

Em 11 de maio de 1935, em Assembleia Geral Extraordinária foram eleitos novos membros para os cargos vagos do Centro Acadêmico de Medicina Veterinária para 1935: presidente, Rolando Cury; vice-presidente, Salvador Berardinelli; 1º secretário, Aldo Bartholomeu; 2º secretário, José Gomes Vieira; tesoureiro, Plínio Pinto e Silva; 1º orador, Quineu Corrêa e 2º orador, Oswaldo Ayres Carvalho.

O Decreto n. 7.204, de 11 de junho de 1935, aprova o Regulamento da Faculdade de Medicina Veterinária da USP.

Em 13 de agosto de 1935 foram dispensados o dr. João Vieira de Camargo da regência interina da cadeira de Anatomia Descritiva, por ter sido nomeado para exercer o cargo de professor da cadeira de Fisiologia, e o dr. Milton de Souza Piza da regência interina da cadeira de Química Orgânica e Biológica, por ter sido nomeado para exercer o cargo de professor da 7ª cadeira de Zootecnia Geral, Genética Animal e Bromatologia da Faculdade de Medicina Veterinária da USP.



Em 24 de agosto de 1935 foi publicada a nomeação do dr. Plínio Martins Rodrigues para exercer interinamente o cargo de preparador da cadeira de Microbiologia da Escola de Medicina Veterinária. Rodrigues era médico formado em 1930 pela Faculdade de Medicina de São Paulo.

Nas palavras do prof. dr. Euclides Onofre Martins (1995, p. 73), sobre o Centro Acadêmico da Faculdade de Medicina Veterinária da USP:

Em 12 de setembro de 1935, no velho casarão da Rua São Luiz nº 79, no centro da cidade de São Paulo, na sala das provas escritas da Faculdade de Medicina Veterinária da USP, criada pelo decreto nº 7.016 de 15 de março de 1935, reuniram-se os então alunos para discutir e aprovar os estatutos dessa agremiação, elaborado pela comissão composta pelos alunos Euclides Onofre Martins, Fausto Cardoso, José Maria Guimarães D’Eça e Arnaldo Costa. Foi a nova agremiação estudantil batizada de “Centro Acadêmico IX de Julho” porquanto existia o Centro Acadêmico Medicina Veterinária, pertencente a Escola de Medicina Veterinária de São Paulo, em fase de extinção.

Mais adiante:

A 28 de setembro de 1935, ainda sob a presidência do Diretor da Faculdade prof. dr. Altino A. A. Antunes, realizaram-se as eleições para o preenchimento dos cargos da primeira Diretoria do Centro Acadêmico, para um mandato de um ano, em que ficou assim constituída:

Presidente: Euclides Onofre Martins
Vice Presidente: Arnaldo Costa

Livro n. 1 de Atas da Faculdade de Medicina Veterinária da USP.

Primeira página da abertura do Livro de Atas, assinada pelo diretor, dr. Altino Antunes.

1º Secretário: José Maria Guimarães D’Eça

2º Secretário: Mário Panelli

Tesoureiro: Fausto Cardoso

Em 28 de setembro de 1935 seguiu para o Rio de Janeiro, a caravana de estudantes da Escola de Medicina Veterinária patrocinada pela sra. Jandyra Prado, chefiada pelo dr. Cícero Neiva, catedrático da Escola e secretariado pelo acadêmico Aldo Bartholomeu. Visitará várias instituições científicas para um maior intercâmbio entre os estudantes de veterinária desta e daquela capital.

Realizou-se na segunda quinzena de novembro de 1935, o concurso para provimento efetivo da cadeira de Zoologia Médica e Parasitologia, tendo-se inscrito 3 candidatos e resultando a nomeação do dr. Zeferino Vaz e em março último realizou-se o concurso para catedrático de Química Orgânica e Biológica com 2 candidatos, tendo sido nomeado, o dr. Dorival da Fonseca Ribeiro.

Viagens

Em 25 de dezembro de 1935, o presidente do Centro Acadêmico, Aldo Bartholomeu, publicou no *Correio Paulistano*, o relatório dessa viagem, apesar de todas as dificuldades, encontradas para a realização desse deslocamento. “Cumprimentados na gare pelos Drs. Octávio Dupont, diretor da Escola Nacional de Veterinária e Cesar Daubrieux, e muitos colegas entre os quais, Yderzio Luiz Vianna, presidente do Diretório Acadêmico da Escola Nacional de Veterinária.” Mais adiante, escreve: “De grande proveito foi á classe estudentina, visitar e ver estabelecimentos como o Instituto de Manguinhos; forja de cientistas e a alavanca do progresso”. Cita os mestres, Cezar Pinto e Miguel Osório, que explicaram seus últimos estudos. Continua sua descrição: “Instituto de Biologia Animal, Hospitais Veterinários, tudo novo, grande como bem comportaria São Paulo, terra onde o campo de experiências veterinárias requer maior expansão”. No hospital municipal, estabelecimento otimamente localizado e muito bem adaptado, oferece aos veterinários um campo de ação vastíssimo para aprimorar seus conhecimentos. “Quem conhece em São Paulo uma fazenda Modelo, faz uma ideia do que seja o Posto Experimental Deodoro, no Rio. Porém, em Deodoro, há mais veterinários e técnicos á testa dos serviços e pelos seus estudos constantes e progressivos trazem á luz da ciência ensinamentos novos, produtos de meses e meses de pesquisas.” E completa: “O que vimos e apreciamos levaram-nos a crer que para a formação de técnicos é preciso de lugares apropriados e estabelecimentos modelares”.

Em 7 de setembro de 1935, o Centro Acadêmico de Medicina Veterinária promoveu uma excursão esportiva pelas

idades de Matão, Araraquara e Taquaritinga, enfrentando no domingo, dia 8 de setembro, o Juventus da Capital.

Enquanto isso, os componentes do “five” da Veterinária jogarão basquetebol a equipe Stella di Itália. Os integrantes da equipe de futebol e do basquete são praticantes de alguns clubes da Capital. Fazem parte da caravana chefiada pelo vice-presidente do Centro: no futebol, Fabbri, Carlos, Pola, Anísio, Bragu, Andreazzi, Sbrigni, Edgard, Pardini, Caio e Cintra. No basquete, Nelson, Raimo, Zopello, Muller e Alcides.

Em 17 de outubro de 1935, o Centro Acadêmico IX de Julho, da Faculdade de Medicina Veterinária da USP, divulgava pelo jornal *Correio Paulistano* sua nova diretoria para o exercício 1935/1936: presidente, Euclides Onofre Martins; vice-presidente, Arnaldo Costa; 1º secretário, José Maria Guimarães D’Eça; 2º secretário, Mario Panelli e tesoureiro, Fausto Cardoso.

Em 14 de novembro de 1935, as eleições para a diretoria do Centro Acadêmico de Medicina Veterinária, da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo, tiveram várias chapas e candidatos independentes. Em renhida disputa, entre as chapas destacavam-se a “Publicista” e a “Evolucionista”. Coube à chapa Publicista maior número de lugares, pois, dos sete cargos em disputa, quatro foram ocupados por membros dessa chapa, enquanto dois por componentes da “Evolucionista” e um por candidato independente. Portanto, os membros da próxima diretoria seriam: presidente, Aldo Bartholomeu (Publicista); vice-presidente, Salvador Berardinelli (Evolucionista); 1º secretário, Alcebíades Marques (Publicista); 2º secretário, José di Fatis Tabarelli Netto (Publicista); tesoureiro, Pedro Furtado Gouvêa (Evolucionisata); 1º orador, João Soares Veiga (Publicista) e 2º orador, Antonio Carlos de Campos Salles (Independente). A posse aconteceu no dia 29 de novembro no salão nobre da Escola de Medicina Veterinária.

A formatura de graduandos em 1935 – a quarta turma da Escola de Medicina Veterinária – teve cerimônia de colação de grau no dia 27 de dezembro de 1935, no salão nobre do Centro do Professorado Católico. Compareceu à cerimônia o secretário Piza Sobrinho, representando o governador do estado, e numerosas pessoas da família e convidados. O diretor da Escola, dr. Mário Maldonado abriu os trabalhos, com a palavra o orador da turma Quíneu Correa e em seguida o paraninfo, dr. René Straunard. Foram homenageados os professores Alcides da Nova Gomes, Antonio Augusto Brandão, Antonio Godoy e Costa Sobrinho, Benedito Bruno da Silva, Milton de Souza Piza, Otto de Magalhães Pecego e Philemon Marcondes. Foram 24 formandos:

- Adolpho Bueno Pamplona
- Anísio Ferreira Filho
- Álvaro da Silva Braga
- Edmundo Seixas Martinelli
- Ernesto Antônio Matera
- Ewald Ernesto Trapp
- Francisco de Paula Assis
- Fidelis Alves Netto
- Joaquim Gomes Escobar
- Justino Antunes de Oliveira
- Mário D'Apice
- Nelson Monici
- Olynto Araújo
- Oswaldo Fabbri
- Oswaldo Leme
- Paulo de Castro Bueno
- Plínio Pinto e Silva
- Quineu Corrêa
- Raphael de Castro Bueno
- Rolando Cury
- Sebastião Nicolau Piratininga
- Tulio Malzoni
- Vicente Octávio Guida
- Virginie Buff

Segundo relato feito pelo acadêmico Alcebíades Marques, em 26 de fevereiro de 1936, a caravana “Mário Maldonado”, formada por estudantes da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo, saiu de São Paulo com destino a Campinas, chefiada pelo dr. Antonio Augusto Brandão, catedrático da cadeira de Moléstias Infecciosas e Parasitárias, da Escola de Medicina Veterinária. Nessa primeira parada visitaram o Instituto Agrônomo, Seção de Sericultura da Indústria Animal, Fazenda Sant’Ana e Fazenda do Barreiro, do dr. Eliseu Teixeira de Camargo. O médico veterinário dessas fazendas, dr. Ewald Trapp (formado pela turma de 1935), acompanhou o grupo na visita às fazendas, com as preleções do dr. Antonio Augusto Brandão sobre criação bovina e outros assuntos. Depois visitaram as redações de jornais. À noite seguiram para Araraquara, chegando de manhã do dia seguinte para visitar a Exposição Agropecuária de Araraquara, e à tarde conheceram a Faculdade de Farmácia e Odontologia. Na madrugada seguinte seguiram para Matão, em visita às fazendas da Cia. Agrícola Fazendas Paulistas, na companhia do dr. Túlio Malzoni, médico veterinário residente nessa cidade e formado também na turma de 1935. Sempre disposto, o dr. Antonio Augusto Brandão retomou as preleções sobre as vantagens do gado zebu e detalhes no terreno patológico. Depois retornaram,



Quadro de formandos da Escola de Medicina Veterinária, 1935.

em 1º de março, para Araraquara para visitar as Usinas da Companhia Paulista de Laticínios, terminando à noite com baile oferecido pelo Clube Araraquarense. Participaram dessa visita os seguintes estudantes: Aldo Bartholomeu, Luis Felipe, Rolando Reina, Luiz Berardinelli, René Correa, Plínio Faria, Nelson Vanconcelos, José de Souza Pinto, Alcebíades Marques, José Soares Veiga, José Tabarelli Netto, Jayme Moraes, Margarida Romeiro, Armando Chieffi, Lydia Sanciosi e Morato Ogakawa.

Em 29 de fevereiro de 1936 foram nomeados para assistentes interinos da Faculdade de Medicina Veterinária da USP Plínio Pinto e Silva da 2ª cadeira de Anatomia Descritiva dos Animais Domésticos, dr. José Ribeiro do Valle da 3ª cadeira de Fisiologia e Cesário Ramos Machado da 7ª cadeira de Zootecnia Geral, Genética Animal e Bromatologia.

Em 18 de março de 1936 foi designado dr. João Vieira de Camargo professor da 3ª cadeira Física, da Faculdade de Medicina Veterinária da USP, para reger interina e cumulativamente a 2ª cadeira de Anatomia Descritiva dos Animais Domésticos do mesmo estabelecimento, até seu provimento definitivo por concurso. Iniciando o período letivo de 1936 da Escola de Medicina Veterinária no dia 17 de março, às 16h, na av. Água Branca, 53, o dr. Benedicto Bueno da Silva catedrático de Clínica Médica dissertaria sobre o tema “Conceitos sobre a acidose e alcalose”.

As atividades no ano letivo de 1936 desenvolveram-se normalmente. Em virtude do Decreto n. 6.809, de 5 de novembro de 1934, funcionaram apenas a 3ª e a 4ª séries. Nesta matricularam-se 43 alunos e naquela 41, sendo que, dos 43 alunos matriculados na 4ª série, diplomaram-se 42 alunos. Em 30 de março de 1936, o dr. Dorival Ribeiro da Fonseca foi nomeado para exercer o cargo de professor catedrático da

1ª cadeira de Química Orgânica e Biológica da Faculdade de Medicina Veterinária.

Em 4 de abril de 1936, seguiram para Pirassununga (SP) os estudantes do 4º ano da Escola de Medicina Veterinária para efetuar diversos estudos em virtude do recente surto de “epizootia de fluxão periódica”, que irrompeu nos animais do 2º Regimento de Cavalaria Divisionária. “Portanto, Pirassununga sempre foi importante na formação dos Médicos Veterinários da FMVZ”. Os acadêmicos estavam sob a chefia do dr. Benedito Bruno, catedrático e respectivo assistente, preparador e técnico da cadeira de Clínica Médica da Escola. No domingo visitaram várias fazendas na cidade e vizinhanças de Leme (SP), onde constataram diversas moléstias entre diarreia branca, mormo e pneumoenterite. A caravana, sob chefia do dr. Benedito Bruno, catedrático de Clínica Médica retornaria no dia 06, segunda-feira. E no dia 8, os alunos do 3º ano da Escola de Medicina Veterinária partiriam para Pindamonhangaba (SP) em visita ao Haras Paulista, onde permaneceriam por 2 dias em estudos e depois iriam para a cidade de Cruzeiro (SP) para visitar as usinas de leite e laticínios da cidade. O regresso seria no dia 12 do corrente mês.

Em 6 de abril de 1936, a caravana de estudantes da Faculdade de Medicina Veterinária da USP foi em viagem de estudos à Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária de Viçosa (MG). Os alunos componentes da comitiva, num total de 11, foram acompanhados pelo professor dr. Milton de Souza Piza, que no decorrer da excursão, dissertou sobre os diversos aspectos culturais em proveito dos alunos. O regresso foi no dia 12, à noite. A comitiva era assim constituída: Euclides Onofre Martins, presidente do Centro Acadêmico IX de julho, Arnaldo Costa, Mario Panelli, Mário Anunziata, Ernani Valente, Carlos Gomes Agostinho, Manuel Consentino, Fernando Andreasi, Mario Augusto Guastini, Dario Alves Costa e Leonel Cianciosi Rinaldo Junior.

Em 29 de abril de 1936, foi dispensado a pedido o dr. Fernando de Oliveira Bastos do cargo de assistente interino da 5ª cadeira de Zoologia Médica e Parasitologia, da Faculdade de Medicina Veterinária da USP.

Em 10 de maio de 1936, o Centro Acadêmico de Medicina Veterinária comunicava que iniciaria a campanha antirrábica, tendo como sede o Hospital Veterinário, situado na rua Turiasú, n. 146. O trabalho será feito pelos doutorandos do curso de medicina veterinária da Escola de Medicina Veterinária.

Em 18 de junho de 1936, foi publicada a nomeação do dr. Max de Barros Erhart para exercer o cargo de professor catedrático da 2ª cadeira de Anatomia Descritiva dos Animais Domésticos, da Faculdade de Medicina Veterinária da USP, e dispensado o dr. João Vieira de Camargo da 2ª cadeira

Anatomia Descritiva dos Animais Domésticos, por ter sido esta preenchida por concurso.

Em 27 de junho de 1936 seguiu para Minas Gerais, organizada pelo Centro Acadêmico de Medicina Veterinária, da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo, uma caravana composta de alunos do 3º ano e professores da Escola de Medicina Veterinária. Acompanhavam os acadêmicos os drs. Benedito Bruno, João Pares e Jorge Macário, respectivamente catedráticos e assistentes das cadeiras de Clínica Médica e Zootecnia Geral da Escola. A cidade de Viçosa (MG) recebeu os acadêmicos, onde aconteceram palestras e estudos práticos com visitas às diversas fazendas de criação do governo. Na parte recreativa, competições esportivas e festival de confraternização. Permaneceram em Viçosa até o dia 3 de julho, embarcando para Belo Horizonte a convite do secretário da Agricultura de Minas Gerais. O regresso estava marcado para o dia 10, com parada no Rio de Janeiro para presenciarem os preparativos para a 5ª Exposição de Pecuária.

Em 17 de julho de 1936 viajaram para o Rio de Janeiro, no noturno das 7h10, os estudantes da Faculdade de Medicina Veterinária da USP. Os acadêmicos orientados pelo prof. Cesário Machado permaneceram na capital federal por cinco dias de visita à V Exposição Nacional de Pecuária. Tomaram parte os alunos: Euclides Onofre Martins, Mário Panelli, Arnaldo Costa, Mário Annunziata, Leonel Cianciosi Rinaldo Júnior, Fernando Andreasi, Benício Alves dos Santos, Ernani Valente, Carlos Gomes Agostinho, Manuel Consentino, Romeu Nunes, Laerte Machado Guimarães e Manuel Simões.

Em 17 de outubro de 1936, o Centro Acadêmico de Medicina Veterinária, da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo, realizou as eleições para renovação de diretoria para a gestão 1936/1937. Apresentaram-se para as eleições desse ano duas chapas, Independente e Liberal, além de inúmeros candidatos avulsos. A chapa Liberal que foi a mais cotada para vencer nas eleições, era assim constituída: presidente, Plínio do Amaral; vice-presidente, Orlando Paiva; 1º secretário, Oswaldo Santiago; 2º secretário, Antonio Renê Ribeiro; tesoureiro, Manuel Vieira Palma; 1º orador, José de Sousa Pinto e 2º orador, Arinos Horta Kersseling. Por sua vez, a chapa Independente levava duas candidatas em sua composição: presidente, Theochryso Ribeiro Saboya; 1º secretário, Anísio Machado Cesar; 2ª secretária, Margarida Marcondes Romeiro; tesoureiro, Dario Grecchi; 1º orador, Renato de Castro e 2ª oradora, Lydia Cianciosi. E como candidatos avulsos, os acadêmicos José Gomes Vieira, Heitor Vianna Rebello, Oswaldo Carvalho e Paulo Siqueira para os cargos de vice-presidente e oradores.

Embora a Escola de Medicina Veterinária estivesse em fase de extinção, em meio ao maior entusiasmo realizaram-se as

eleições para o Centro Acadêmico de Medicina Veterinária. O pleito foi presidido pelo dr. Jorge Macário de Mello, Assistente da Escola e secretariado pelo acadêmico Alcebíades Marques.

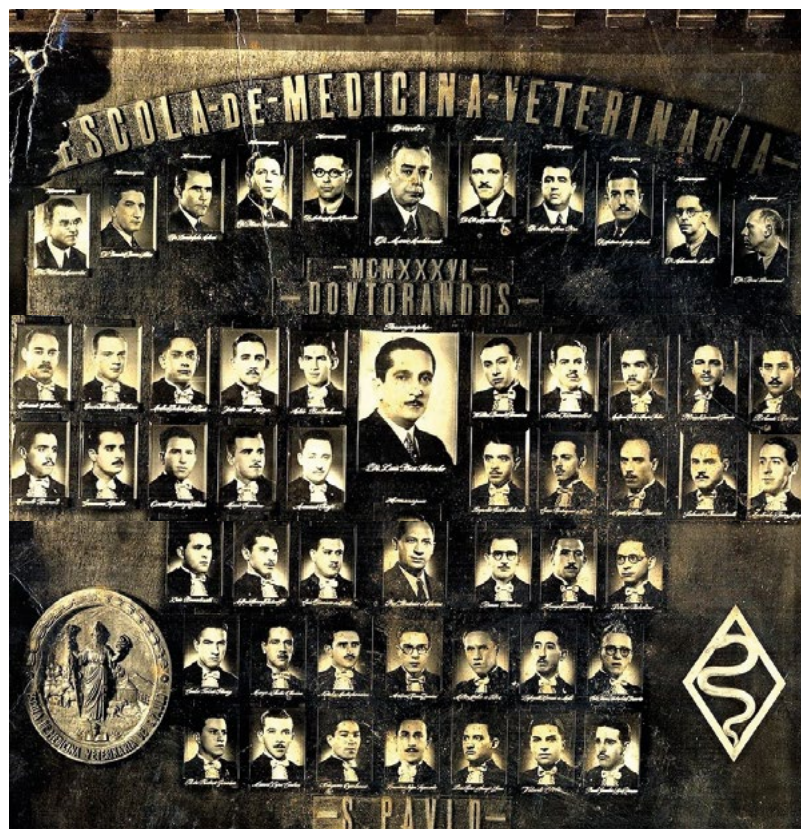
Funcionou como fiscal geral o doutorando Pedro Furtado Gouvêa. Foram ainda fiscais pela Chapa Liberal Jorge Miguel e pela Chapa Independente, Alberto Sampaio Dias; pelos avulsos, Nelson Hildebrando Fabbri e Alberto Cabral Botelho. O escrutínio foi iniciado pelo prof. Theodorico de Oliveira, secretário da Escola.

Foi o seguinte resultado final: Presidente, Plínio do Amaral; vice-presidente, José Gomes Vieira; 1º secretário, Anísio Machado Oscar; 2º secretário, Antonio Renê Ribeiro; tesoureiro, Dario Grecchi; 1º orador, José de Sousa Pinto e 2º orador, Heitor Vianna Rebello.

Em 14 de novembro de 1936, os médicos veterinários recém-formados pela Escola de Medicina Veterinária de São Paulo viajaram para Santos como complemento das aulas ministradas durante o corrente ano. Chefiava a caravana o dr. Otto de Magalhães Pecego, catedrático de Inspeção de Produtos Alimentícios de Origem Animal, acompanhado do professor Theodorico de Oliveira, secretário da Escola. Visitaram as instalações do Instituto de Pesca Marítima e, em seguida, assistiram a conferência que o dr. Otto fez no Instituto.

A formatura dos graduados de 1936 – a quinta turma da Escola de Medicina Veterinária – realizou-se no dia 21 de novembro de 1936, no salão nobre da Secretaria da Agricultura. Compareceu o dr. Plínio Pompeu Piza, diretor interino da Escola de Medicina Veterinária, sendo o paraninfo, Luiz Piza Sobrinho, presidente do Departamento Nacional do Café. Foram 42 formandos:

- Aldo Bartholomeu
- Alfredo Camargo Filho
- Antonio Carlos Campos Salles
- Antonio Romeu Zanini
- Armando Chieffi
- Caio Damásio dos Santos
- Carlos Toledo Fleury
- Celso S. Haberbecke Brandão
- Cesar Rodrigues de Lima
- Eduardo Estrella
- Ernesto Ranali
- Erwin Waldemar Bathram
- Flávio Palestino
- Germano Tipaldi
- Gumercindo de Mesquita
- Henrique Francisco Raimo
- João Soares Veiga



- José de Almeida
- Lafayette Homem de Mello
- Lavoisier Neger Segurado
- Leopoldo Gioso Sobrinho
- Lúcio Cesar de A. Lima
- Luiz Berardinelli
- Manuel Lopes Cintra
- Mário Cerveira
- Martinho de Paiva Meira
- Martinho P. da Silva Prado
- Milton Muller da Silva
- Miguel Albino Bianco
- Moacyr dos Santos Oliveira
- Natale Mastrofrancisco
- Nelson Vasconcelos
- Noryassu Oyakawa
- Oswaldo Domingos Soldado
- Paulo Geraldo de Lemos Romano
- Pedro Furtado Gouveia
- Plínio Nascimento Faria
- Rolando Reina
- Romeu Pardini

Quadro de formandos da Escola de Medicina Veterinária, 1936.

- Salvador Berardinelli
- Vicente Costa
- Wilton Brandão Pereira

Em 16 de dezembro de 1936, era publicado no jornal *Correio Paulistano*, no espaço “Página Universitária”, o requerimento do deputado Mariano Wendel, ex-aluno da Escola Politécnica, solicitando à Secretaria de Educação e de Saúde Pública as seguintes informações:

- Quais as razões que determinaram a extinção da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo e sua desincorporação da Universidade?
- Por quais processos são aproveitados os professores da Escola de Medicina Veterinária, na regência da Faculdade de Medicina Veterinária?
- Os professores já aproveitados na Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de São Paulo deram provas de sua competência, em concurso, que lhes abriu as portas da Escola de Medicina Veterinária ou foram para esta por decreto?
- A escolha desses professores para a Faculdade de Medicina Veterinária depende dessa competência ou do arbítrio pessoal do atual diretor dessa Faculdade?
- As nomeações efetivas dos funcionários administrativos da Faculdade de Medicina Veterinária obedecem ao disposto no art. 87, n.2 da Constituição Estadual?

Em 1937, diz o Relatório da Assembleia Legislativa de São Paulo referente à Faculdade de Medicina Veterinária da USP:

Em 1936, sua 2ª série do curso com 13 alunos matriculados e 24 alunos na 1ª série. Para o funcionamento normal dos cursos foram tomadas todas as medidas necessárias, como a nomeação, por transferência da Escola de Medicina Veterinária, do Prof. Alcides da Nova Gomes e após concurso, dos Professores Dorival Fonseca Ribeiro e Max de Barros Erhart respectivamente para as cadeiras de microbiologia e Imunologia, de Química Orgânica e Biológica e de Anatomia Descritiva dos Animais Domésticos. Foram feitas novas adaptações no prédio em que funciona aquela Faculdade, à Rua São Luiz, 79, bem como instalados convenientemente os respectivos laboratórios, de molde a permitir o máximo de eficiência no ensino que ali é ministrado. Foi também comissionado junto aquela Faculdade para superintender os serviços da secção de agentes físicos, Honorato Faustino Junior, professor, em disponibilidade, da Escola de Medicina Veterinária. Para o cargo de vice-diretor, foi nomeado Dr. Zeferrino Vaz, professor de Zoologia Médica e parasitologia naquela

Faculdade. Para a cátedra de Clínica Cirúrgica e Obstetrícia foi nomeado por transferência da Escola de Medicina Veterinária, o Professor René Straunard.

Em relação à Escola de Medicina Veterinária de São Paulo, o relatório da Assembleia Legislativa informa que desenvolveu normalmente, as suas atividades no ano letivo de 1936. Em virtude do decreto nº6.809, de 5 de novembro de 1934, funcionaram apenas a 3ª e 4ª séries. Nesta matricularam-se 43 alunos e naquela 41, sendo que dos 43 alunos matriculados na 4ª série, diplomaram-se 42.

Em 5 de janeiro de 1937, conforme vinha sendo publicado no *Diário Oficial*, estavam abertas matrículas para as inscrições vestibulares da Faculdade de Medicina Veterinária da USP, cujo encerramento se daria a 20 do corrente mês de janeiro. As inscrições eram feitas na secretaria da Faculdade, rua São Luiz, n. 79, das 13h às 17h horas. Os exames vestibulares teriam início no próximo dia 1º de fevereiro, às 8h, com provas escritas de Física, e às 14h as provas escritas da mesma disciplina.

Em 11 de março de 1937, por decreto da Secretaria da Educação, foram contratados dr. Gabriel Sylvestre Teixeira de Carvalho para reger a 12ª cadeira de Terapêutica, Farmacologia e Arte de Formular e dr. Cesário Ramos Machado para reger a 8ª cadeira de Zootécnica especial e exterior dos animais domésticos da Faculdade de Medicina Veterinária da USP.

Em 17 de março de 1937, por decreto da Secretaria da Agricultura, foi concedida a aposentadoria solicitada pelo dr. Mário Brandão Maldonado, diretor superintendente do Departamento de Indústria Animal, após 35 anos no serviço público. Para seu lugar foi nomeado o dr. Paulo de Lima Corrêa. Em 18 de março de 1937, foi publicada nos jornais a decisão do Conselho Nacional de Educação: o parecer n. 22, que foi aprovado, sobre o requerimento feito ao Conselho Nacional de Educação pelo Centro Acadêmico de Medicina Veterinária a respeito da validade dos diplomas a serem expedidos aos alunos matriculados em 1934. Decisão:

Se a Escola extinta continua sob a fiscalização e responsabilidade do Estado de São Paulo, deverão ser registrados os diplomas por ella expedidos, naturalmente sujeitos á validação os dos alumnos em cuja vida escolar houver irregularidades sanáveis” e que “no caso contrário, deverão os alumnos em apreço ser transferidos para a Faculdade de Medicina Veterinaria da Universidade de São Paulo onde concluirão o curso respectivo, sem qualquer interrupção.

Assim, o Conselho Nacional de Educação, além de validar os diplomas aos alunos matriculados em 1934 e que se formariam em 1937 pela Escola de Medicina Veterinária, garantiu

também aos estudantes que ficassem impossibilitados de continuar o curso na Escola de Medicina Veterinária em extinção a transferência para a Faculdade de Medicina Veterinária.

Em 21 de março de 1937, o jornal *Correio Paulistano* publicava a notícia da posse da nova diretoria eleita do Centro Acadêmico IX de Julho, da Faculdade de Medicina Veterinária da USP para reger os seus destinos durante o período de 1936/1937. A nova diretoria estava assim constituída; presidente, Euclides Onofre Martins (reeleito); vice-presidente, Carlos Gomes Agostinho; 1º secretário, Omar Jacques Marzagão Barbuto; 2º secretário, Mario Augusto Guastini e tesoureiro, Mario Annunziata.

Em 9 de abril de 1937, foi publicada a nomeação de Celso Soares Haberbecke Brandão para exercer, a partir de 1º de maio, o cargo de assistente da 15ª cadeira de Patologia e Clínica Médica da Faculdade de Medicina Veterinária da USP.

Em 17 de maio de 1937 era nomeado o dr. Paulo de Lima Corrêa para o cargo de diretor superintendente do Departamento de Indústria Animal, em substituição ao dr. Mário Maldonado que se aposentara do serviço público.

Em 15 de maio de 1937, alunos do 4º ano da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo realizaram uma excursão de estudos à cidade de Santo André (SP) em visita às instalações frigoríficas da firma Di Giulio, Martinelli e Cia., proprietários do Frigorífico Dimar, por iniciativa do Centro Acadêmico de Medicina Veterinária. Nas instalações, em Utinga, os professores dr. Anatolio Djalma Caldas, Quineu Correa e Sylvio Bitencourt expuseram aos alunos conceitos sobre a inspeção de produtos de origem animal. Dali rumaram para o Haras Plahy, de criação de José Luiz Martinelli. Como parte final do programa, foi oferecido um churrasco aos alunos e professores pelos proprietários Di Giulio, Martinelli e Cia.

Em 30 de maio de 1937, o Centro Acadêmico de Medicina Veterinária, da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo, promoveu uma excursão de caráter científico aos alunos doutorandos. Seguiram para Pindamonhangaba (SP), onde ficaram até 2 de junho. Receberam aulas práticas e experiências que se realizaram nos diversos departamentos da Secretaria da Agricultura ali instalados. As pesquisas, experiências e explanações versaram sobre inseminação artificial, processos de silagem, estudo especial das raças de puro sangue. Depois conheceram a Fazenda Curuputuba, especializada em criação de raças equinas de puro sangue. A caravana foi chefiada pelo dr. Milton de Souza Piza, catedrático de Zootécnica Especial e Bromatologia, da Escola de Medicina Veterinária, e teve como auxiliares os diretores do Centro Acadêmico.

Em 16 de julho de 1937, a caravana de doutorandos da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo fez viagem pro-



Quadro de formandos da Escola de Medicina Veterinária, 1937.

movida pelo Centro Acadêmico de Medicina Veterinária ao Rio Grande do Sul. Visitaram as mais importantes firmas e estabelecimentos de pecuária durante 10 dias no estado sulino. A viagem de ida foi por mar, embarcando em Santos, e a volta foi feita por trem, com paradas em Santa Catarina e Paraná. Na capital paranaense ficaram por uma semana em visita às instalações frigorífica, fazendas de criação, Universidade e estabelecimentos oficiais. A caravana foi chefiada por Humberto Cerruti e Jorge Macário de Mello, ambos professores da Escola de Medicina Veterinária. Os alunos que fizeram parte da caravana: Cyrillo Eduardo Mafra, José de Souza Pinto, Alcebíades Marques, Joaquim Moraes, Roberto Romeiro, Theodoro Lion Araújo, Murillo Pinto Coelho, Emílio Varoli, Hércules Pereira Dortal, Dario Grecchi, Oswaldo Santiago, Orlando Marques de Paiva, Renê Correa, Heitor Viana Rebello, Alberto Cabral Botelho, Jorge Miguel, Nelson Fabbri, Alfredo Martinelli, Lydia Ciansiosi, Margarida Romeiro, José de Fatis Tabarelli Netto, Romário Niero, Paulo Siqueira e José Gomes Vieira.

Em 14 de agosto de 1937, atendendo a um convite especial, os doutorandos da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo visitaram as novas instalações da Cooperativa Central de Laticínios. Assistiram a uma demonstração do novo processo de pasteurização do leite. Após conhecerem os departamentos e laboratórios da Cooperativa, o acadêmico Heitor Vianna Revello, 2º orador do Centro Acadêmico, agradeceu a recepção dispensada em nome dos doutorandos.

Em 25 de setembro de 1937, uma caravana composta por 35 estudantes da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo foi a Campinas (SP). Chefiando os estudantes, Plínio do Amaral e José de Souza Pinto, diretores do Centro Acadêmico, acompanhados dos professores Quineu Correa, Salvador Berardinelli e Jorge Macario de Mello. Visitaram o Instituto Agrônômico, o Instituto de Sericultura do Departamento

da Indústria Animal, a Inspeção de Alimentação Pública, o Frigorífico Municipal e a Fonte São Paulo. No domingo, realizaram uma partida de futebol no Colégio Atheneu Paulista, depois um banquete dançante oferecidos pela diretoria daquele estabelecimento.

Sob a chefia do prof. Otto de Magalhães Pecego, catedrático de Inspeção de Produtos Alimentícios de Origem Animal, uma caravana foi também a Barretos, visitaram as modernas instalações do Frigorífico Anglo, além de charqueadas e fazendas das redondezas. Estiveram na Fazenda de Joaquim Barcellos e a Fazenda Itambé, com criação de zebu. Foram em Porto Cemitério, importante passagem de gado procedente dos estados de Minas e Goiás. Visitaram Colina e percorreram fazendas de criação de cavalos Mangalarga. O prefeito de Barretos, Jeronymo Barcellos, ofereceu um churrasco aos visitantes em uma das fazendas da proximidade de Barretos. Em retribuição, os doutorandos convidaram as autoridades municipais para um banquete, em que o acadêmico Paulo Siqueira, membro da Comissão de Intercâmbio Cultural da Escola de Medicina Veterinária, fez uso da palavra em agradecimento. O regresso foi pelo noturno, devendo chegar em São Paulo pela manhã do dia 6 de outubro.

O dr. José Joaquim Cardozo de Mello Neto, interventor no estado de São Paulo, decretou (Decreto n. 8.806, de 13 de dezembro de 1937):

Artigo 1º – A Escola de Medicina Veterinária, do Departamento de Indústria Animal, da Secretaria da Agricultura e Comércio e extinta pelo Decreto nº 6. 809, de 5 de novembro de 1934, encerrará sua vida escolar e administrativa no dia 31 de dezembro corrente.

Artigo 2º – No período de 15 a 30 deste mês realizar-se-ão todos os atos escolares e administrativos, inclusive os exames de que dependem os alunos.

§ único – Depois desse tempo os certificados da vida escolar de alunos serão fornecidos pela repartição que responder pelo arquivo da Escola.

Artigo 3º – O pessoal docente e administrativo ficará provisoriamente adido à Diretoria do Departamento de Indústria Animal, até ser aproveitado no posto em disponibilidade, na forma prevista pelo art. 3º do Decreto 6.809.

ÚLTIMA TURMA FORMADA PELA ESCOLA DE MEDICINA VETERINÁRIA DE SÃO PAULO

A colação de grau dos graduados de 1937 – a sexta e última turma da Escola de Medicina Veterinária – ocorreu em 20 de dezembro de 1937, no Departamento de Indústria Animal,

Torçafolia. 21 de Dezembro de 1937

Collaram grão os medicos-veterinarios de 1937 pela Escola de Medicina Veterinária

A missa, em acção de graças, realizada na Basílica de S. Bento — Entrega de diplomas, hontem, no Departamento de Industria Animal

Realizaram-se, hontem, as cerimoniaes comemorativas da formatura da turma de medicos-veterinarios de 1937, formados pela Escola de Medicina Veterinaria. A's 9 horas, foi celebrada missa, em acção de graças, na Basílica de São Bento, com a presença dos doutorandos e professores da escola. Foi officiante o padre Bento Serrica, da Ordem de São Bento, tendo presido o sermão da praça, o padre Paulo Freire, director do archivo da Curia Metropolitana e chancelista religioso da "Paula da Manhã". Effectuou-se, ás 21 horas, no Departamento de Industria Animal, a collação de grau dos novos medicos-veterinarios. O ataque as moedas de propaganda combeida ou de caracter esportadico, constituem um factor de des-entimo pelos avaliados prejutros, mas periodicas e altamente mortiforas. Na imensidão do territorio brasileiro esse é um dos graves problemas da criação. O ataque as moedas de propaganda combeida ou de caracter esportadico, constituem um factor de des-entimo pelos avaliados prejutros, mas A obervação do leite higienico é outro problema que vem merecendo especiais atencões dos povos civilizados, competindo ao medico veterinario, acção educacional e orientadora, junto ás fontes de produção. Desses mister está, um sector delicado da vossa actividade, no sentido de resolver, questão que é da maior importancia para os centros urbanos. De facto, sejam quaes forem as doutrinas da moderna pediatria ou da dietetica dos adultos em geral e particularmente da velhice, o emprego do leite requer sempre maiororia absoluta de adequação, tal a evidencia do seu espiandido sobre a formação fisica do homem



Grupo apinhado após a collação de grau dos novos medicos veterinarios. Vê-se, entre os presentes, o dr. Paulo de Lima Corrêa, paranympho da turma

à av. Água Branca, 53. Foi paraninfo da turma o dr. Paulo de Lima Correa, diretor do Departamento de Indústria Animal e sexto Diretor da Escola de Medicina Veterinária.

- Alberto Cabral Borelho
- Alberto Sampaio Dias
- Alcebiades Marques
- Alfredo Francisco Martinelli
- Anísio Machado Cesar
- Antonio Rennó Ribeiro
- Arinos Geraldo Horta Kesselring
- Brasileiro Candido Alves
- Carlos Scalzo Filho
- Cirillo Eduardo Mafra Machado
- Dario Grecchi
- Emílio Varoli
- Heitor Vianna Rebello
- Hércules Pereira Dortal
- Humberto Cerruti
- João Barisson Villares
- Joaquim Ribeiro de Moraes
- Jorge Miguel
- José Maria Branley Barker
- José de Fatis Tabarelli Netto

- José Gomes Vieira
- José de Sousa Pinto
- Lydia Ciansiosi
- Manuel V Palma
- Margarida Marcondes Romeiro
- Mauro Alves dos Santos
- Murillo Pinto Coelho
- Nelson Hildebrando Fabbri
- Ocillo de Andrade Ferraz
- Orlando Marques de Paiva
- Oswaldo Alves de Carvalho
- Oswaldo Santiago
- Paulo Cardoso Siqueira Netto
- Plínio Amaral
- Renato de Castro
- Renê Correa
- Roberto Bueno Romeiro
- Romário Niero
- Theocryso Ribeiro Saboya
- Theodoro Lion de Araújo
- Ubirajara de Andrade Ferraz
- Wandick Vianna

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDRE, F. L. *Literatura e educação na memória de uma cidade: um olhar sobre Thales Castanho de Andrade*. 2007. 230 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- ALMEIDA, G. S. *O processo de formação e expansão da cadeia agroalimentar de carne bovina no Brasil e o caso paulista (1909-1989)*. 2017. 188 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.
- BIRGEL, E. H. As passagens do Ensino da Veterinária em S. Paulo! 95 anos de Ensino de Medicina Veterinária no Estado, dos quais: 80 anos na Universidade de São Paulo. In: ACADEMIA PAULISTA DE MEDICINA VETERINÁRIA. *Reminiscências e história da Veterinária*. São Paulo: Apamvet, 2014. Disponível em: <https://www.apamvet.com/11-11-2014.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2019.
- CAMARGO, A. M. F. de. *Os impasses da pesquisa microbiológica e as políticas de saúde pública em São Paulo (1892 a 1934)*. 1984. 226 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1984.
- CAMPOS, E. S. *História da Universidade de São Paulo*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1954.
- CAPDEVILLE, G. *O ensino superior agrícola no Brasil*. Viçosa: UFV, 1991.
- CARMO, A. G. *Reforma da agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Casa da Moeda, 1897.
- CASTRO SANTOS, L. A. *Power, ideology, and public health in Brazil, 1889-1930*. 1987. 358 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Sociologia, Universidade de Harvard, Cambridge, MA, 1987.
- CONGRESSO PAULISTA DE PECUÁRIA, 1., 1916, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: Sociedade Paulista de Agricultura: Typographia Piratininga, 1916.
- CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA; ACADEMIA BRASILEIRA DE MEDICINA VETERINÁRIA. *História da Medicina Veterinária no Brasil*. Brasília: CFMV, 2002.
- COTRIM, E. *A fazenda moderna: guia do criador de gado bovino no Brasil*. Brussels: Typ. V. Verteneuil et L. Desmet, 1913.
- ESCOLA AGRÍCOLA E VETERINÁRIA DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO DE OLINDA. In: Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, [20--]. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/escagvetoli.htm>. Acesso em: 28 fev. 2019.
- ESCOLA DE VETERINÁRIA DO EXÉRCITO. In: Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, [20--]. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/escvetex.htm>. Acesso em: 28 fev. 2019.
- ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA E MEDICINA VETERINÁRIA. In: Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, [20--]. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/escsagmevetrij.htm>. Acesso em: 28 fev. 2019.
- FERRARO, M. R. *A modernização da agricultura e da silvicultura paulista (início do século XX)*. Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, 2010. (Coleção Olhares, n. 10).
- _____. O papel da Revista Agrícola no processo de modernização da agricultura paulista, no final do século XIX. In: Encontro Nacional de História da Mídia, 10., 2015, Porto Alegre. *Anais [...]*. Porto Alegre: Alcar, 2015.
- GERMINIANI, C. L. B. A história da Medicina Veterinária no Brasil. *Archives of Veterinary Science*, v. 3, n. 1, p. 1-8, 1998.
- GUTMANIS, D. et al. Detalhe esquecido da história da Moóca: o berço do Instituto de Zootecnia. In: SEMINÁRIO DE PATRIMÔNIO AGROINDUSTRIAL, 2., 2010, São Carlos. *Lugares de memória: anais*. São Carlos: USP, 2010. Disponível em: <https://www.iau.usp.br/sspa/arquivos/pdfs/papers/03503.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2019.
- HENRIQUES, A. B. A moderna agricultura no final do século XIX em São Paulo: algumas propostas. *História*, v. 30, n. 2, p. 359-380, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742011000200017>. Acesso em: 19 fev. 2019.
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO. *São Paulo em quatro séculos: temas sobre alguns aspectos da história e da geografia de São Paulo e assuntos correlatos*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954. v. 2.
- LABORATÓRIO DE BACTERIOLOGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. In: Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, [20--]. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/labbasesp.htm>. Acesso em: 28 fev. 2019.
- LEAL, N. S. Dos homens e dos bois: genética e transmissão de substâncias na pecuária de gado de elite. In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – React, 4., 2013, Campinas. *Anais [...]*. Campinas: Unicamp, 2014. v. 1, n. 1. Disponível em: <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/react/article/view/1201>. Acesso em: 18 fev. 2019.
- LEMO, F. C. Contribuição à história do Instituto Bacteriológico, 1892-1940. *Revista do Instituto Adolfo Lutz*, v. 14, p. 5-161, 1954. Número especial.
- LOVE, J. L. *A locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira, 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- MARTINS, E. O. *Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia*. 2. ed. São Paulo: FMVZ-USP, 1995.
- MARTINS, Z. *Agricultura paulista: uma história maior que cem anos*. São Paulo: Secretaria da Agricultura e Abastecimento, 1991.

- MEDRADO, J. A. “guerra contra o Zebú”: notas sobre o animal que dividiu as elites pecuaristas brasileiras. *Ruris*, v. 9, n. 2, 2015.
- MELO, L. E. H. et al. De alveiteiros a veterinários: notas históricas sobre a medicina animal e a Escola Superior de Medicina Veterinária São Bento de Olinda, Pernambuco (1912-1926). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 17, n. 1, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702010000100007>. Acesso em: 19 fev. 2019.
- MENEZES, J. C. *Setor externo e política econômica do Brasil, 1913-1918*. 2015, 325 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- MORETI, A. C. C. C.; FONSECA, T. C. (org.). *Do Posto Zootécnico Central ao Instituto de Zootecnia: 100 anos de história (Coletânea)*. Nova Odessa: Instituto de Zootecnia, 2005. Disponível em: <http://www.iz.sp.gov.br/pdfs/1440007395.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.
- MOTA, A. USP avant USP: o caso da Faculdade de Medicina em 1911. *Revista USP*, n. 61, p. 210-221, mar./maio 2004.
- MOTOYAMA, S. (org.). *USP 70 anos: imagens de uma história vivida*. São Paulo: Edusp, 2006.
- MOTT, M. L.; DUARTE, I. G.; GOMES, M. T. Montando um quebra-cabeça: a coleção “Universidade de São Paulo” do Arquivo Público do Estado de São Paulo. *Cadernos de História da Ciência*, v. 3, n. 2, p. 37-72, 2007. Disponível em: http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1809-76342007000200004&lng=pt&nrm=iss&tlng=pt. Acesso em: 20 fev. 2019.
- NADAI, E. *Ideologia do progresso e ensino superior: São Paulo, 1891-1934*. 1981. 421 p. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.
- NEIVA, C. Adolfo Lutz e a medicina veterinária. *Revista do Instituto Adolfo Lutz*, v. 15, n. 1-2, p. 114-120, 1955.
- ODÁLIA, N.; CALDEIRA, J. R. C. (org.). *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*. São Paulo: Unesp, 2010. v. 2: República.
- OLIVEIRA, J. L. Cronologia do Instituto Butantan (1888-1981): 1ª Parte (1888-1945). *Memórias do Instituto Butantan*, v. 44/45, p. 11-79, 1980/1981.
- PERECIN, M. T. G. *Os passos do saber: a Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz*. São Paulo: Edusp, 2004.
- PEREIRA JÚNIOR, J. A. A Escola de Medicina Veterinária de São Paulo (ligeiro histórico). *Revista de Indústria Animal*, v. 2, n. 1, p. 125-129, 1934.
- REICHMANN, M. L. A. B. Instituto Pasteur: trajetória histórica. *Cadernos de História da Ciência*, v. 1, n. 1, p. 109-114, 2005.
- SCHMIDT, C. B.; REIS, J. *Rasgando horizontes: a Secretaria da Agricultura no seu Cinquentenário*. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, 1942.
- SZMRECSÁNYI, T. J. M. K. Origens da liderança científica e tecnológica paulista no século XX. *Gestão & Conexões*, v. 2, n. 2, p. 181-206, 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/ppgadm/article/view/6137/4525>. Acesso em: 20 fev. 2019.
- TEIXEIRA, L. A. Pesquisa biomédica e produção de imunobiológicos em São Paulo: um duelo entre o público e o privado. *Cadernos de História da Ciência*, v. 2, n. 1, p. 105-123, 2006. Disponível em: <http://periodicos.ses.sp.bvs.br/pdf/chci/v2n1/v2n1a05.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.
- _____. Repensando a história do Instituto Butantan. In: DANTES, M. A. M. (org.). *Espaços da ciência no Brasil: 1800-1930*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001, p. 159-180.
- TEIXEIRA, L. A.; ALMEIDA, M. Os primórdios da vacina antivariólica em São Paulo: uma história pouco conhecida. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 10, supl. 2, p. 475-498, 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702003000500003>. Acesso em: 20 fev. 2019.
- TRINDADE, D. F. Dr. Arnaldo Vieira de Carvalho e sua contribuição para a medicina paulista. *História da Ciência e Ensino: construindo interfaces*, v. 12, p. 46-53, 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/hcensino/article/view/22639>. Acesso em: 20 fev. 2019.
- Fonte de referência para a pesquisa da história da Medicina Veterinária em São Paulo*
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Hemeroteca digital*. Rio de Janeiro: [20--]. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: dez. 2016-jan. 2019.

5

CAPÍTULO 5

Da Faculdade de Medicina Veterinária à Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP (1938-1969)

Angelo João Stopiglia



FATOS RELEVANTES QUE MARCARAM O PERÍODO

Se comparados os períodos, com os seus respectivos acontecimentos, que antecederam a nova fase da Faculdade de Medicina Veterinária (FMV), considerando os anos situados entre 1934 a 1969, ou, como querem alguns, 1938, ano em que a Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de São Paulo (USP) formou a sua primeira turma de médicos veterinários, conforme colegas historiadores, caso do prof. Euclides Onofre Martins, que, orgulhoso, comentava pertencer à primeira turma da Faculdade, até 1969, observar-se-á, quiçá, que foi a etapa menos tumultuada da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de São Paulo, excetuando-se as diversas mudanças de sua sede, necessárias por motivos diversos, entre as quais para o parque da Água Branca, em 1931 (av. Água Branca n. 53), para a rua São Luiz, em 1935 (rua São Luiz, n. 79), por duas ocasiões para a rua Pires da Mota, em 1924 e 1937 (rua Pires da Mota n. 1 e n. 159, respectivamente) e, finalmente, para a Cidade Universitária, localizada na zona oeste da cidade de São Paulo, próximo ao longínquo bairro do Butantã (av. Lucio Martins Rodrigues, travessa 4).

Deve ser considerada, também, durante este período, como importante acontecimento na vida da unidade, a doação de uma fazenda no município de Pirassununga pelo governo do estado de São Paulo, para a Faculdade de Medicina Veterinária, na década de 1950, que será comentada em capítulo

especial. Outro ponto a destacar diz respeito ao final desse período, em seus últimos seis anos, entre 1964 e 1969, quando foram iniciados os estudos, em curto prazo de tempo, partindo do governo federal, em suas instâncias superiores, até alcançar os estados, e a USP, para um processo de profundas mudanças na forma de ser das universidades brasileiras. Tais mudanças se processaram de maneira rápida e atingiram o cerne das instituições de ensino superior no país. Entre elas se destacam a extinção da cátedra e a criação, em substituição, da função de chefe de departamento, e o surgimento dos departamentos acadêmicos e seus respectivos conselhos departamentais como órgãos administrativos das antigas cadeiras. Além disso, a Faculdade, em seu início, por volta da década de 1930 e até o final da década de 1940, contava com uma série de professores catedráticos cuja formação era a medicina humana, alguns dos quais a esse tempo ocuparam, inclusive, a diretoria da Faculdade – Altino Augusto de Azevedo Antunes, patologista (1935-1938), Max de Barros Erhart, anatomista (1939-1943), Alcides da Nova Gomes, histologista (1943-1945) e Zeferino Vaz, parasitologista (1945-1947). A partir do momento em que as cadeiras iam se tornando vagas, a Faculdade iniciou o provimento delas, sempre por concurso, de professores catedráticos com formação em medicina veterinária. Há, contudo, que se notar que, exceção a esse quadro, foi a permanência do catedrático Zeferino Vaz até o final da década de 1960, embora estivesse formalmente afastado da Faculdade, há alguns anos, para tratar da criação de outras faculdades e universidades.



Vista aérea das construções instaladas no CIZIP, na década do início dos anos 1960, no município de Pirassununga, sob direção do professor catedrático João Soares Veiga. A foto era usada como cartão de visitas do casal João e Mariinha Veiga. Arquivo Angelo Stopiglia.

Dessa forma, durante as décadas seguintes, a Faculdade tratou de suprir, com os mais gabaritados médicos veterinários, as cadeiras e que pudessem fazer frente às responsabilidades de um professor catedrático da Universidade de São Paulo. Tais professores, assim, durante quatro décadas, aproximadamente, conduziram os destinos da Faculdade no que dissesse respeito à parte administrativa e do ensino, pesquisa e extensão universitária de sua cadeira, em um número relativamente pequeno deles, ressaltando-se, inclusive, aspectos relacionados ao poder de mando, com a imposição de regras claras a serem seguidas por todos, assistentes, alunos e funcionários, como também regras de sociabilidade vigentes em um ambiente acadêmico, em que se sobressaía o respeito e a obediência hierárquica incontestável. Vale dizer, cada um dos segmentos sabia o seu papel dentro da Universidade.

A plêiade de professores catedráticos que compuseram o quadro da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de São Paulo, sendo um número elevado deles provenientes da Escola de Medicina Veterinária, de 1928, foi composta pelos seguintes docentes:

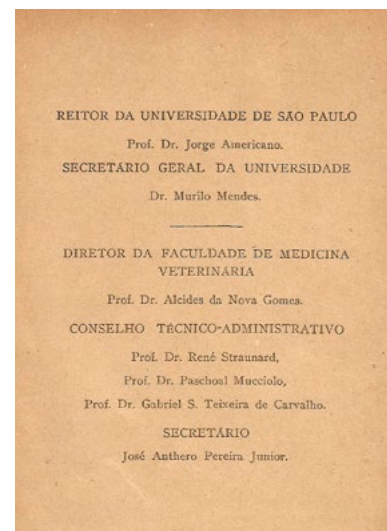
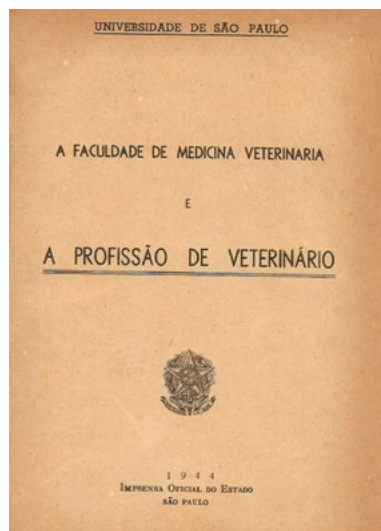
- René Straunard, formado na Bélgica, cátedra de Patologia e Clínicas Cirúrgica e Obstétrica;
- Benedito Bruno da Silva, cátedra de Propedêutica, Patologia e Clínica Médica;
- Gabriel Sylvestre Teixeira de Carvalho, médico veterinário e farmacêutico, diretor da unidade em 1947-1948 e reitor da USP em 1957-1960, cátedra de Farmacologia, e, após, Terapêutica, Farmacologia e Arte de formular;
- Alcides da Nova Gomes, diretor do Instituto de Veterinária em 1927-1928 e da Escola de Veterinária de São Paulo em 1929-1931, diretor da Faculdade em 1943-1945, cadeira de Histologia e Embriologia;
- Max de Barros Erhart, médico e 1º assistente de Alfonso Bovero, diretor da Faculdade em 1939-1943, cátedra de Anatomia Descritiva dos Animais Domésticos;
- Zeferino Vaz, médico, fundador do curso de Medicina em Ribeirão Preto e da Universidade Estadual de Campinas, cujo *campus* tem o seu nome, diretor da Faculdade entre 1945-1947 e reitor da UNB entre 1962-1964 e da Unicamp entre 1966-1978; cátedra de Zoologia Médica e Parasitologia;
- Antonio Guimarães Ferri, vice-diretor da Faculdade, vice-reitor da USP, fundador da Escola de Comunicações e Artes (ECA) e seu diretor por duas gestões (1968, 1976-1980), diretor do Instituto Oceanográfico (1985-1989), interventor da Universidade Federal de São Carlos e, após sua aposentadoria, representante dos ex-alunos da USP junto ao Conselho Universitário por vários mandatos, 2º catedrático de Histologia e Embriologia;
- Orlando Marques de Paiva, diretor da FMV e da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ) da USP em 1965-1972, vice-reitor e reitor da USP em 1973-1977, diretor do Museu Paulista, 2º catedrático de Anatomia Descritiva dos Animais domésticos;
- Ernesto Antônio Matera, vice-diretor da FMV, 2º catedrático de Patologia e Clínicas Cirúrgicas e Obstétrica;
- Euclides Onofre Martins, diretor da FMV em 1956-1965 e fundador da Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu, sendo seu entre 1963-1967, 2º catedrático de Anatomia Patológica;
- Altino Augusto de Azevedo Antunes, médico e diretor da Escola de Veterinária de São Paulo em 05/10/1934 a 13/10/1934 e 1º diretor da Faculdade em 1935-1938, cátedra de Anatomia Patológica;
- Romeu Diniz Lamounier, cátedra de Patologia e Clínica Médicas, 2º cadeira, após Animais Poligástricos;
- Adolpho Ribeiro Netto, diretor da Faculdade em 1972-1976 e fundador e diretor presidente da Fundação Carlos Chagas por vários mandatos, cátedra de Higiene, Saúde Pública e Bioestatística;
- José de Fatis Tabarelli Neto, cátedra de Fisiologia;
- Dorival da Fonseca Ribeiro, diretor da Faculdade em 1950, cátedra de Química Orgânica e Biológica;
- Paulo Maria Gonzaga de Lacerda Júnior, cátedra de Microbiologia e Imunologia;
- João Soares Veiga, diretor do IZIP, e do Centro de Intraunidade de Zootecnia e Indústrias Pecuárias, CIZIP,

- e da FMV em 1950-1956, cátedra de Zootecnia Especial e Exterior dos Animais Domésticos e, após, Zootecnia;
- Paschoal Mucciolo, cátedra de Indústria, Inspeção e Conservação de Produtos Alimentícios de Origem Animal;
 - Mário D'Apice, 2º catedrático de Doenças Infectuosas e Parasitárias;
 - Sebastião Nicolau Piratininga, catedrático de Patologia e Clínica Médicas, 1º cadeira, após Animais Monogástricos;
 - Theodoro Lion de Araújo, cátedra de Higiene e Polícia Sanitária Animal;
 - Milton de Souza Piza, diretor da FMV em 1949-1950, cátedra de Zootecnia Geral, Genética Animal e Bromatologia;
 - Fernando Varela de Carvalho, diretor da FMVZ em 1976-1980, 2º catedrático de Terapêutica, Farmacologia e Arte de formular;
 - Metry Bacila, catedrático de Bioquímica e Biofísica;
 - Laerte Machado Magalhães, cátedra de Doenças Infectuosas e Parasitárias;
 - Dinoberto Chacon de Freitas, 2º catedrático de Microbiologia e Imunologia;
 - Abilio Martins de Castro, médico, Departamento de Histologia e Embriologia;
 - Honorato Faustino Oliveira Junior, médico, Departamento de Radiodiagnóstico e Fisioterapia.

Quando uma cátedra vagava, era ocupada, interinamente, por um professor catedrático da Faculdade, como é o caso do prof. Straunard, que ocupou interinamente as cátedras de Patologia e Clínica Médicas, 1º e 2º partes, até o concurso dos professores Piratininga e Lamounier, ou por um professor substituto, livre-docente, como foi o caso de Fernando Andreasi, substituindo João Soares Veiga ou, ainda, por um professor contratado pela Faculdade.

Para aqueles interessados, especificamente, nas fases relatadas nos capítulos anteriores e início deste, a fase embrionária do curso de Medicina Veterinária, mas, também, da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo, é interessante ouvir em *compact disc* a brilhante entrevista do professor associado de Anatomia em São Paulo e, posteriormente, em Botucatu, Plínio Pinto e Silva, realizada pela professora titular de Anatomia dos Animais Domésticos Irvênia Luiza de Santis Prada, em 23 de maio de 1980, portanto há 39 anos, pela Comissão Científica da Faculdade, sob presidência do prof. José de Angelis Cortês.

Pode-se observar, nas imagens a seguir, como era constituída a Faculdade de Medicina Veterinária da USP sob a égide dos professores catedráticos em 1944, portanto uma década após a incorporação da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo na formação da Universidade como Faculdade.



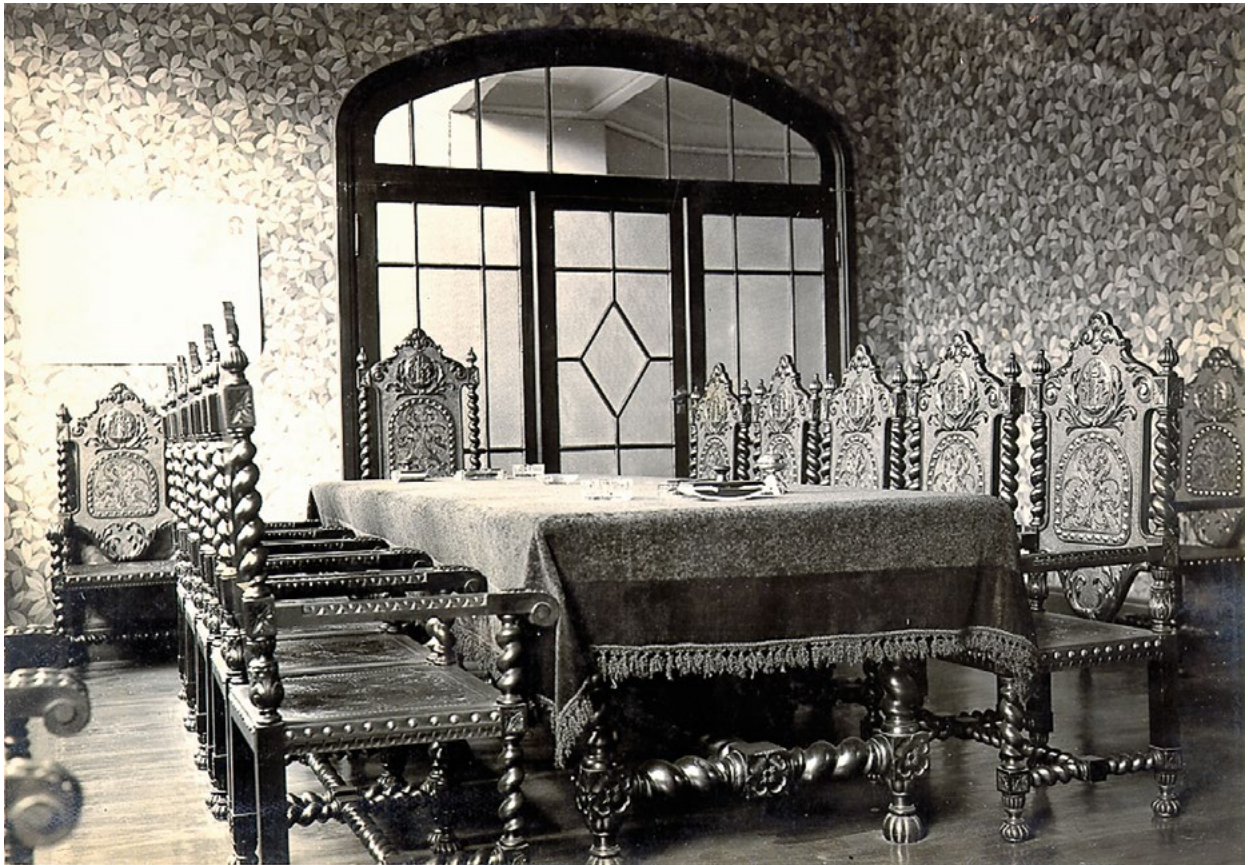
Esquerda: Libreto publicado pela FMV em 1944 de divulgação da Profissão de Veterinário. Direita: Composição do CTA da Faculdade.

CORPO DOCENTE	
PROFESSORES CATEDRÁTICOS	
Dr. Dorival de Feres Ribeiro	QUÍMICA ORGÂNICA E EIOLOGIA
Dr. Max de Barros Ebert	ANATOMIA DESCRITIVA DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS
Dr. João Ysira de Camargo	FISIOLOGIA
Dr. Abilio Martins de Castro	HISTOLOGIA E EMBRIOLOGIA
Dr. Zeferino Vas	ZOOLOGIA MÉDICA E PARASITOLOGIA
Dr. Alcides da Nova Gomes	MICROBIOLOGIA E IMUNOLOGIA
Dr. Milton de Souza Piza	ZOOTECNIA GERAL, GENÉTICA ANIMAL E BROMATOLOGIA
Dr. João Soares Veiga	ZOOTECNIA ESPECIAL E EXTERIOR DOS ANIMAIS DOMEST.
Dr. Altino A. A. Azevedo	ANATOMIA PATOLÓGICA
Dr. Paschoal Mucciolo	INDÚSTRIA, INSPEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DE ORIGEM ANIMAL
Dr. Theodoro Lion de Araújo	HIGIENE E POLÍCIA SANITÁRIA ANIMAL
Dr. Gabriel S. T. de Carvalho	TERAPÊUTICA, FARMACOLOGIA E ARTE DE FORMULAR
Dr. Laerte Machado de Guimarães	DOENÇAS INFECTUOSAS E PARASITÁRIAS
Dr. René Straunard	PATOLOGIA E CLÍNICAS CIRÚRGICA E OBSTÉTRICA
Dr. René Straunard (substituto)	PATOLOGIA E CLÍNICAS MÉDICAS (1ª cadeira)
Dr. Gabriel S. T. de Carvalho (substituto)	PATOLOGIA E CLÍNICAS MÉDICAS (2ª cadeira)

ASSISTENTES	
Dr. Virgílio Bonelli	QUÍMICA ORGÂNICA E EIOLOGIA
Dr. Orlando Marques de Paiva	ANATOMIA DESCRITIVA DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS
Dr. Plínio Pinto e Silva	FISIOLOGIA
Dr. Humberto Cervini	HISTOLOGIA E EMBRIOLOGIA
Dr. Dino de Melo Malheiro	ZOOLOGIA MÉDICA E PARASITOLOGIA
Dr. Natalino Mastromarino (substituto)	MICROBIOLOGIA E IMUNOLOGIA
Dr. Fernando Andreasi	ZOOTECNIA GERAL, GENÉTICA ANIMAL E BROMATOLOGIA
Dr. Armando Chaffi	ZOOTECNIA ESPECIAL E EXTERIOR DOS ANIMAIS DOMEST.
Dr. Rubens Escobar Pitta	ANATOMIA PATOLÓGICA
Dr. Eudélio Costa Martins	INDÚSTRIA, INSPEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DE ORIGEM ANIMAL
Dr. Arnaldo Costa	HIGIENE E POLÍCIA SANITÁRIA ANIMAL
Dr. José de Fátima Taboada Neto	TERAPÊUTICA, FARMACOLOGIA E ARTE DE FORMULAR
Dr. Paulo Maria Gomes de Lacerda Junior	DOENÇAS INFECTUOSAS E PARASITÁRIAS
Dr. Ernesto Antonio Malera	PATOLOGIA E CLÍNICAS CIRÚRGICA E OBSTÉTRICA
Dr. Sebastião Nicolau Piratininga	PATOLOGIA E CLÍNICAS MÉDICAS (1ª cadeira)
Dr. Renato Dinis Lamounier	PATOLOGIA E CLÍNICAS MÉDICAS (2ª cadeira)

Corpo docente dos Catedráticos e respectivos Assistentes. Arquivo Angelo Stopiglia.

Sala da Congregação da Faculdade de Medicina Veterinária da USP, situada na rua São Luiz, n. 59. As cadeiras, ricamente entaladas, serviram à reuniões do CTA até o início dos anos 2000 e encontram-se, hoje, em uma sala de reuniões. Arquivo FMVZ-USP.

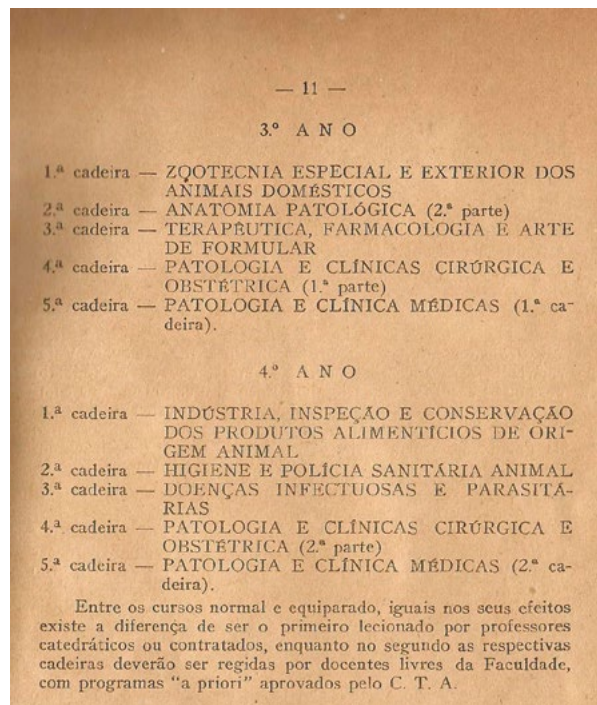
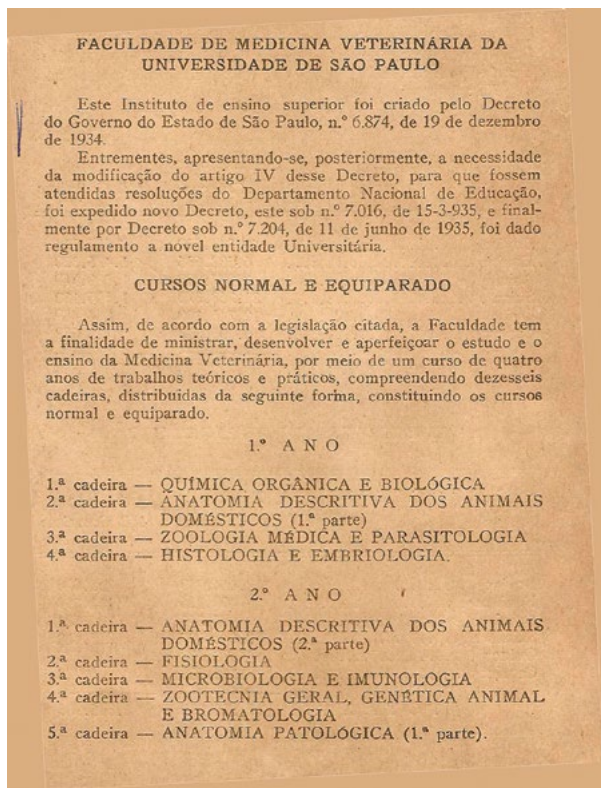


Professores assistentes da FMV-USP, na rua Pires da Mota, no início dos anos de 1960. Em pé, da esquerda para a direita, Omar Jacques Marzagão Barbuto, Antônio Alberto D'Errico, Antônio Fernandes Filho, Adayr Mafuz Saliba, Eduardo Harry Birgel, Osmar Hadler de Lucca, Angelo Vincenzo Stopiglia, Arlindo Garcia Moreno, Roberto Grecchi, Noé Masotti. Sentados, Mário Annunziata, Paulo Pereira de Carvalho, Virginie Buff D'Ápice, entre outros docentes. Arquivo FMVZ-USP.





À esquerda: Um jantar de confraternização, oferecido pelos docentes da Faculdade ao novo professor assistente livre-docente após a obtenção do título, setembro de 1962, Cantina Roma. Ao lado esquerdo, sra. Conceição Teixeira de Carvalho, Gabriel Sylvestre Teixeira de Carvalho, Virginie Buff D'Ápice, Mário D'Ápice, Armando Chieffi, Paschoal Mucciolo, Paulo Pereira de Carvalho. À direita, o então secretário Márcio Goldman. Arquivo Angelo Stopiglia. À direita: Professores catedráticos João Soares Veiga e Euclides Onofre Martins, década de 1960. Arquivo FMVZ-USP.



À esquerda: Currículo da FMV da USP, 1935. Acima: Currículo do curso de Medicina Veterinária no início da FMV na Universidade de São Paulo. Atentar para a existência de dois cursos: um normal, ministrado por catedráticos, e um equiparado, ministrado por docentes livres da Faculdade. Arquivo FMV-USP.

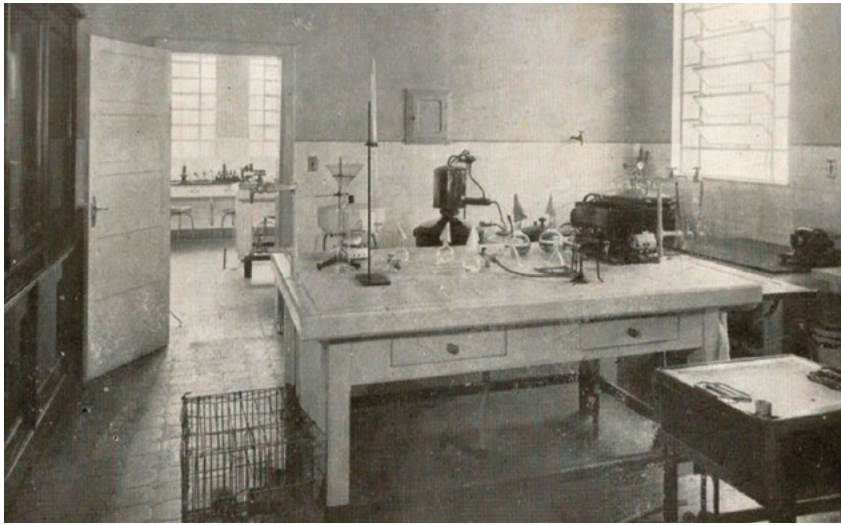
Prédio da administração da Faculdade de Medicina Veterinária no início da década de 1940, onde se observam os alunos aguardando o início das atividades. Arquivo FMVZ-USP.

Recinto da cátedra de Anatomia Descritiva dos Animais Domésticos, onde se encontrava instalado um museu com peças em exposição, década de 1940. Arquivo FMVZ-USP.

Aulas práticas no início da década de 1940, na cátedra de Zoologia Médica e Parasitologia. Arquivo FMVZ-USP.

Professor catedrático Paschoal Mucciolo em atividade prática com alunos de graduação na década de 1940, em frigorífico. Arquivo FMVZ-USP.



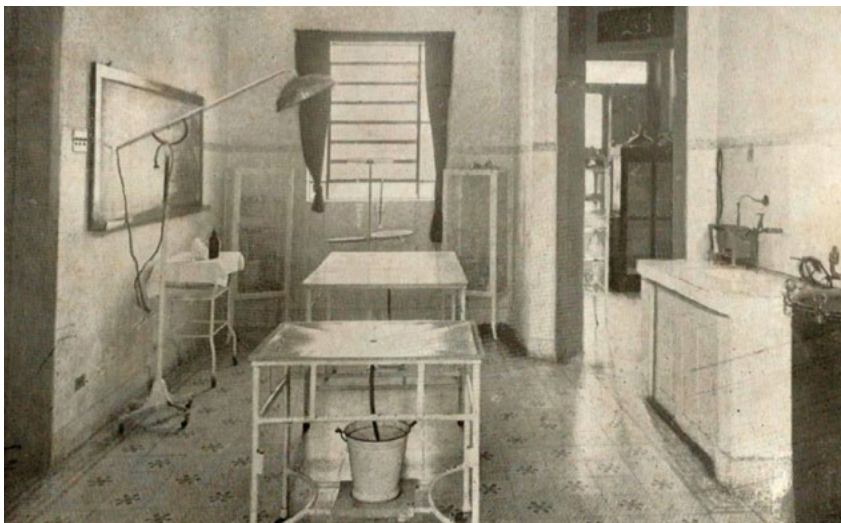
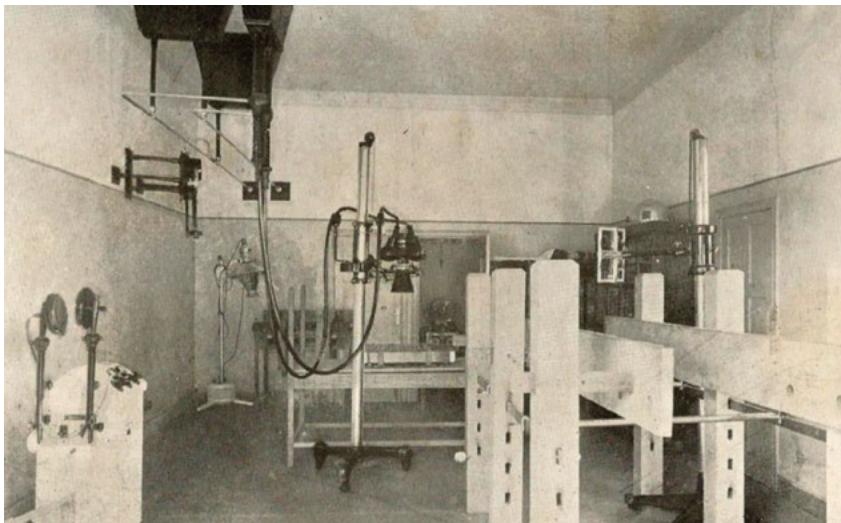


Vista parcial dos laboratórios de microbiologia e imunologia ainda na FMV-USP, à rua Pires da Mota, n. 159, início da década de 1940. Arquivo FMV-USP.

No início da década de 1940, a seção de Rádio-diagnóstico e Fisioterapia sob o comando do médico Honorato Faustino Ribeiro Júnior. A referida seção não se constituía em uma cátedra, sendo, portanto um departamento. Arquivo FMV-USP.

Ambulatório de atendimento de cães e gatos da cátedra de Patologia e Clínicas Cirúrgicas e Obstétrica no início dos anos 1940. Serviço do prof. René Straunard. Arquivo FMV-USP.

Os laboratórios de aulas práticas de Histologia, que se constituía em cátedra, e de Anatomia Patológica, na rua Pires da Mota, n. 159, cujos catedráticos eram, respectivamente, Abílio Martins de Castro e Altino A. A. Antunes. Arquivo FMV-USP.



Encontro dos professores catedráticos e assistentes da Faculdade de Medicina Veterinária, início dos anos de 1940 (data provável). Entre outros docentes, destacam-se, sentados, da esquerda para a direita, Paschoal Mucciolo, Milton de Souza Piza, João Vieira de Camargo, Max de Barros Erhart, René Joseph Ghislain Straunard, Virginie Buff D'Ápice e Sebastião Nicolau Piratininga. Em pé, da esquerda para a direita, Arnaldo Costa, Humberto Cerruti, João Soares Veiga, Ernesto Antônio Matera, Armando Chieffi, Orlando Marques de Paiva, Theodoro Lion de Araújo e Gabriel Sylvestre Teixeira de Carvalho. Arquivo FMVZ-USP.



A docente Virginie Buff D'Ápice, junto com outras mulheres, esposas de médicos veterinários, criou a Associação das Senhoras dos Médicos Veterinários de São Paulo em 1954, da qual foi presidente até sua morte, em 2 de julho de 1984, quando foi substituída por Dalila Souza Carvalho, esposa do prof. Fernando Varela de Carvalho. As senhoras reuniam-se uma vez por mês e arrecadavam verbas para doarem a instituições de pessoas carentes. A Associação foi extinta em dezembro de 2007, com a presença das senhoras Olga D. Panelli (fundadora), Myrian N. L. Correa, Dulce Naufel e Shirley B. F. Stopiglia, com a expressão em latim *Opus Coronat est*, e mais sete testemunhas do fim das atividades, quando os últimos R\$ 360,00 em caixa foram doados para a Pastoral da Criança por meio da senhora Paulo Bueno. São identificadas as senhoras Max Ferreira Migliano (sra. Dora), Ernesto Antônio Matera (sra. Luzia), Angelo Vincenzo Stopiglia (sra. Shirley), Mário D'Ápice (dra. Virginie), Gabriel Sylvestre Teixeira de Carvalho (sra. Conceição), Fernando Varela de Carvalho (sra. Dalila), João Soares Veiga (sra. Mariinha), entre outras. Agosto de 1955. Arquivo Angelo Stopiglia.





À esquerda: Theodoro Lion de Araújo, professor catedrático da Cadeira de Higiene e Polícia Sanitária Animal, nascido em março de 1916, tornou-se catedrático em 1942, aos 26 anos, sendo, de fato, o professor mais jovem da história da Faculdade a obter esse cargo, falecendo em janeiro de 1957. Exerceu a diretoria da Faculdade entre os anos de 1952-1955, como vice-diretor em exercício, devido ao afastamento do professor catedrático João Soares Veiga, para viagem de estudo aos Estados Unidos, 1956. Arquivo Durval Antônio Porto de Araújo.

À direita: Adolpho Ribeiro Netto, nascido em 1930, professor catedrático de Higiene, Saúde Pública e Bioestatística, obtendo o cargo em 1958, aos 28 anos de idade, foi diretor da FMVZ-USP entre outubro de 1972 e outubro de 1976, sendo o último professor catedrático a se aposentar, em 1984. Arquivo FMVZ-USP.



Antigo onibus Chevrolet - década de 1950
Prof. Matera reúne os estudantes e programa o terno de Pirassununga com o Chofer Daniel



Onibus da FMV-USP década de 1960

À esquerda: Excursão do prof. Ernesto Antônio Matera com alunos de graduação, década de 1960 (Antonio Celso Paternostro Gomes Caldas e Aldous Albuquerque Galetti), em retorno de Pirassununga. Arquivo Eduardo Harry Birgel. À direita: Ônibus adquirido no final da década de 1960, moderno e confortável, com excursão de alunos da FMV-USP. Arquivo FMVZ-USP.



À esquerda: Professores da Anatomia dos Animais Domésticos, diante da moderna placa instalada à frente do prédio da Administração da FMV-USP, rua Pires da Mota, n. 159. Sem data. Antonio Fernandes Filho, Antônio Alberto D'Errico e José Peduti Neto. Arquivo Antonio Fernandes Filho. À direita: Professor catedrático Orlando Marques de Paiva, diretor da FMV-USP, provavelmente em 1966, ladeado pelo secretário da Faculdade Pyro Massella, a secretária de diretoria, dona Elda, esposa do dr. Pyro, e o jovem docente anatomista José Peduti Neto. Arquivo FMVZ-USP.

Professor catedrático Orlando Marques de Paiva, diretor da FMV-USP, provavelmente em 1966, ladeado pelo secretário da Faculdade Pyro Massella, pelo docente Vicente Borelli e pelos funcionários Aldo e Osmar, do serviço de manutenção da Faculdade. Arquivo FMVZ-USP.

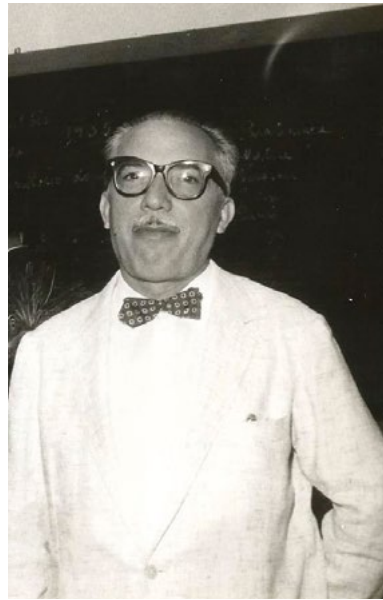


Fotografia do professor adjunto de Anatomia dos Animais Domésticos, Plínio Pinto e Silva, por ocasião da reunião em comemoração ao trigésimo aniversário de formatura da turma da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo. Dezembro de 1935-1965. O Museu de Anatomia Veterinária leva o seu nome. Arquivo Walter Buff Júnior.



Professora assistente Virginie Buff D'Ápice, docente de Doenças Infectuosas e Parasitárias, primeira responsável pela Biblioteca da Faculdade, que hoje leva o seu nome. Trigésimo aniversário de formatura da turma de médicos veterinários da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo. Dezembro de 1965. Arquivo Walter Buff Júnior.





Esquerda: 30º Aniversário de formatura da turma de 1935 da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo. Professor catedrático Sebastião Nicolau Piratininga, cadeira de Patologia e Clínica Médicas (1ª cadeira) – Animais Monogástricos. Dezembro de 1965. Arquivo Walter Buff Júnior. Centro: Professor catedrático Ernesto Antônio Matera, Cadeira de Patologia e Clínica Cirúrgica e Obstétrica. Fotografia de dezembro de 1965, trigésimo encontro da turma de 1935 da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo. Arquivo Walter Buff Júnior. Direita: Professor catedrático Orlando Marques de Paiva, cadeira de Anatomia Descritiva dos Animais Domésticos, 1965, e diretor da FMV-USP por ocasião da celebração do trigésimo aniversário de formatura da turma de 1935 da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo. Arquivo Walter Buff Júnior.



Turma dos formandos de 1935 da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo, 1965. O professor catedrático Mário D'Ápice falecera três meses antes da fotografia. O segundo em pé da esquerda para a direita é Rolando Cury, que militou muitos anos no Instituto Biológico e após na Faculdade de Medicina Veterinária da USP. Arquivo Walter Buff Júnior.

Homenagem a Turma de Doutorandos de 1945

É com prazer misto de pesar que "O Colostro" deixa consignada esta modesta, mas sincera homenagem à turma de doutorandos de 1945.

Com prazer porque a Faculdade de Medicina Veterinária forma mais um grupo de moços aptos a defender no seu vasto conceito, tão vasto que de há muito ultrapassou os limites do país.

Com pesar, ao mesmo tempo, por-

que saem da Faculdade de Medicina Veterinária, para constituir seu prolongamento na v da prática, levando o título de Veterinário.

Porque os poderes competentes permitem continuem os nossos doutorandos colando grau numa Faculdade de Medicina Veterinária e recebendo o título de Veterinário? Se a Medicina é uma só, por que separar o qualificativo "veterinário" do substantivo "médico"?



A fotografia acima mostra um grupo desses prezados doutorandos, que da esquerda para a direita são: — primeiro plano — Oswaldo Castri gnano, Osmar A. Bastos, Eduardo Garcia dos Santos, Carlos Henrique Rapp. Ao fundo — Leon Eugene, Arthaud Berthé, Noé Masotti, Max Lu z Rodrigues Rezende, Wilson Or-

landi e José Benedicto Passos Guimarães.

A redação de "O Colostro" sente não estarem presentes os doutorandos Carlos Eduardo de Salles Gomes, José Expedito Lobo, Gabriel Maugé e Teturo Yamada, que por motivo de força maior não se achavam presentes no momento em que nosso reporter batia a chapa.



Acima: Festa de confraternização de docentes da FMV-USP, em meados da década de 1960, com o prof. Ernesto Antônio Matera, de costas, docente Antonio Fernandes Filho e professor Orlando Marques de Paiva se abraçando. Mais ao fundo, com a mão nos óculos, professor Max Ferreira Migliano, docentes Eduardo Harry Birgel e Raphael Valentino Riccetti. Atrás do prof. Paiva, Omar Marzagão Barbuto. Arquivo FMVZ-USP.

Esquerda: Reportagem de outubro de 1945 do jornal *O Colostro*, órgão de propaganda da Chapa Unificadora, da Medicina Veterinária, em que são homenageados os doutorandos de 1945. A referida chapa era constituída por Mauro Ferreira de Camargo, Lauro Albano Sandoval, Angelo Vincenzo Stopiglia, Ayrton Pinheiro de Souza e Daniel Sartori. Arquivo Angelo Stopiglia.

Abaixo: Sessão solene de abertura, no anfiteatro René Straunard, das comemorações alusivas aos 30 anos de formados da turma de 1935 da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo, 1965. Arquivo Angelo Stopiglia.

Professores catedráticos João Soares Veiga, cadeira de Zootecnia e Zeferino Vaz, cadeira de Zoologia Médica e Parasitologia, em 1947, na viagem a Montevideú, acompanhando alunos de graduação da FMV da USP. Arquivo Angelo Stopiglia.





Fotografia clássica, por ocasião do término do curso em Medicina Veterinária da FMV da USP, em 1955, com todos os formandos e alguns docentes. Sentados, da esquerda para a direita, Antoine Berberian, Celso Azevedo do Amaral, Walter Dupas, Moacir Colombo, Antonio Campana, prof. catedrático Ernesto Antônio Matera, Nevio Zucchi, Rafael Ricardo Riera, Orlando Rojas, Osmar José Benedito Hadler de Lucca e José Torres Rojas. Em pé, da esquerda para a direita, Mario Nakano, Celia Cuba dos Santos, Jair Duarte Rodrigues, Hannelore Fuchs, Oswaldo Lenci, Raul José Riera, Francisco Cisneros Junior, Clodomiro Caricati, Jeronimo Fernandes Ibarra, Domingos Eugenio Xavier, Hanson Farkas, Geraldo Mosse, Nelson Antunes e Herrera Ramon Jose Arape Riera. Arquivo Angelo Stopiglia; colaboração de Oswaldo Lenci.



Jogo de futebol com o time formado por professores e assistentes da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de São Paulo. Sem data (provável final dos anos 1940). Entre eles, em pé, Fernando Andreasi, Paschoal Mucciolo e Angelo Vincenzo Stopiglia. Agachados, José Silva Marcondes Veiga e Noé Masotti. Arquivo Angelo Stopiglia.



Excursão didática à fazenda com alunos do curso de Medicina Veterinária em 1959. Observam-se os futuros docentes como Antonio Matera (agachado), Renato Campanarut Barnabe (mão no bolso), Oziel Bizzuti (de camiseta) e Sylvio Ferri (braços cruzados, ao lado do prof. Angelo Vincenzo Stopiglia), 1959. Arquivo Angelo Stopiglia.

Sessão pública de defesa de tese para obtenção do título de livre-docente pela Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de São Paulo, 1962. À direita, secretário Pyrro Massella, profs. Romeu Diniz Lamounier, José de Fatis Tabarelli Neto, Fernando Andreasi, Antonio Matera, José Silva Marcondes Veiga, Eduardo Harry Birgel, Paulo de Carvalho Pereira, Plínio Pinto e Silva e Flavio Prada. À esquerda, Virginie Buff D'Ápice, Mário D'Ápice, Karin Gursching, Tamara Nikitin, Masaio Mizuno e Arlindo Garcia Moreno. Arquivo Angelo Stopiglia.



Foto da turma de formando de 1964 junto à porta do anfiteatro René Straunard, na rua Pires da Mota, próximo às cocheiras. Observam-se os futuros docentes Edson de Barros Figueira de Mello, Mário Mariano, Aramis Augusto Pinto, José Cezar Panetta, Raphael Valentino Riccetti, Leonardo Miranda de Araújo e Sergio de Moraes. Observa-se que as alunas se sentavam junto aos docentes, Victor Elias Cury, José Kerbauy, Antonio Matera, prof. Ernesto Antônio Matera, livre-docente Angelo Vincenzo Stopiglia, assistente voluntário José Silva Marcondes Veiga e Augusta Maria Rosa Munhoz Kerbauy (criadora do primeiro banco de sangue da Faculdade). Arquivo Angelo Stopiglia.



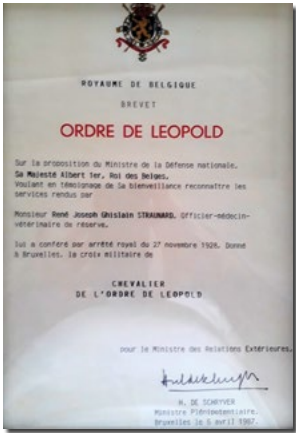


Professor
catedrático
Euclides Onofre
Martins, cadeira
de Anatomia
Patológica (geral
e especial),
observando lâmina
em microscópio
óptico de luz. Sem
data. Arquivo
FMVZ-USP.

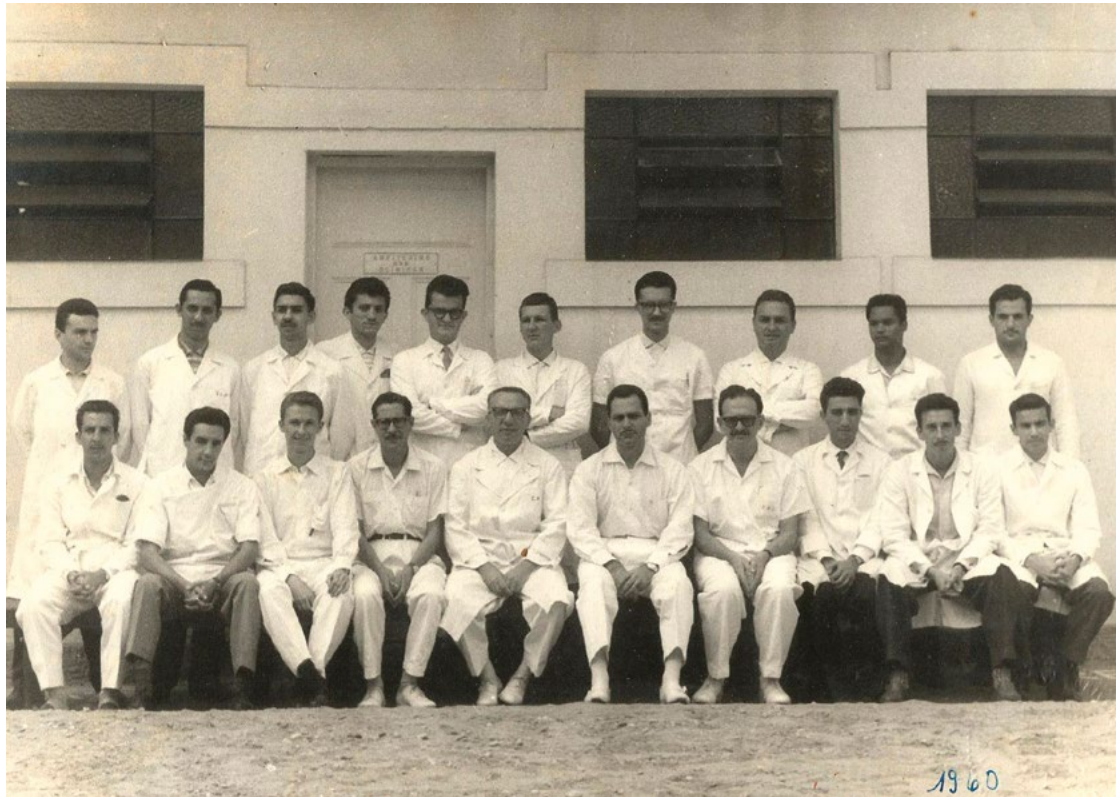


Esquerda: Intervenção cirúrgica em pequenos animais em 1949 realizada por Ernesto Antônio Matera e auxiliado por Angelo Vincenzo Stopiglia. O funcionário que monitora os batimentos cardíacos do animal, movimentos respiratórios e necessidade de aprofundamento da anestesia é um técnico de nível médio, senhor Edgar. Arquivo Angelo Stopiglia.

Acima: Aula prática de Anatomia Descritiva dos Animais Domésticos na rua Pires da Mota. À esquerda observa-se o professor catedrático Max de Barros Erhart; na segunda mesa da direita, o docente Plínio Pinto e Silva; e na mesa à esquerda, ao fundo, o docente Orlando Marques de Paiva. Arquivo FMVZ-USP.



Acima: O rei da Bélgica condecora o prof. René Straunard, em 1928, pelos relevantes serviços prestados durante a Primeira Guerra Mundial com a Ordem de Leopold (1967). Arquivo René Straunard.



Formandos de 1960 da Faculdade de Medicina Veterinária da USP. Pode-se observar os futuros docentes Sylvio Ferri (de pé, primeiro à direita), Albino Joaquim Rodrigues, Renato Campanarut Barnabe (quinto em pé), Antonio Matera (sétimo) e Ozziel Bizutti (primeiro em pé à direita). Sentados, os docentes José Silva Marcondes Veiga, Ernesto Antônio Matera, Angelo Vincenzo Stopiglia e Osmar Hadler de Lucca. Arquivo Angelo Stopiglia.



Aqueles que frequentaram as salas de cirurgia de pequenos animais, entre os anos de 1969 e 1999, devem se recordar desta fotografia na sala de preparo do cirurgião, datada de 1962, durante curso prático de cirurgia realizado na rua Pires da Mota. Anestesista, Antonio Matera; auxiliar, José Silva Marcondes Veiga; cirurgião Ernesto Antônio Matera; observador, Angelo Vincenzo Stopiglia. Arquivo FMVZ-USP.

A REFORMA UNIVERSITÁRIA E O FIM DA CÁTEDRA

Talvez a mudança mais radical sofrida pela Universidade de São Paulo, desde a sua fundação, em 1934, até os dias de 2019, em seus 85 anos de longa trajetória, tenha sido a vigência de um novo Estatuto da Universidade de São Paulo, de 18 de dezembro de 1969.

O Decreto n. 52.326, do governador do estado de São Paulo, Roberto Costa de Abreu Sodré, publicado no *Diário Oficial*, aprovava o Estatuto da Universidade de São Paulo, tendo em vista a deliberação do Conselho Estadual da Educação, de 24 de novembro de 1969 e fundamentada no artigo 5º da Lei Federal n. 5.540, de 28 de novembro de 1968, além do artigo 2º, inciso IX, da Lei n. 9.865, de 9 de outubro de 1967. À época da publicação, ocupava a reitoria da USP o professor catedrático Miguel Reale, da Faculdade de Direito do Largo São Francisco.

Com a vigência do referido Estatuto, a Universidade iria passar pelas mais profundas e significativas modificações havidas desde a sua fundação, por meio do Decreto Estadual n. 6.283, de 25 de janeiro de 1934, que criava a Universidade de São Paulo, e modificado pelo Decreto-Lei n. 13.855, de 29 de fevereiro de 1944, pelo qual a USP passava a autarquia de regime especial, com autonomia didático-científica, administrativa, financeira e disciplinar, sujeita, entretanto, à fiscalização do governo do estado, no que dissesse respeito à tomada de contas e inspeção da contabilidade.

No que tange à nossa unidade, esta passa em 1969 a ser designada como Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, conforme se observa no novo Estatuto em seu artigo 4º, item 16, do Capítulo I, “Das Unidades”, ocasião em que a Faculdade era dirigida pelo professor Catedrático Orlando Marques de Paiva. A Congregação houvera aprovado a mudança do nome da unidade em 30 de outubro de 1968, após o professor Paiva ter explanado, em reunião de Congregação que, no dia 28 de outubro de 1968, durante sessão do Colendo Conselho Universitário, defendeu a proposta de mudança de nome da Faculdade e que, após longa discussão, em que a Esalq, entre outras, não concordava com a mudança do nome da Unidade, a proposta da FMV foi a vencedora, por ocasião de sua votação. Na Congregação, o prof. Zeferino Vaz, ao cumprimentar o diretor pela posição tomada na reunião do Conselho Universitário, propôs o nome de Faculdade ou Instituto de Medicina Veterinária e Zootecnia.

No entanto, o que viria a promover e provocar, imediatamente e nas próximas décadas, as significativas modificações no próprio espírito inicial da criação da Universidade de São Paulo, nos moldes das universidades europeias, entre outras



Professor titular João Palermo Neto, de Farmacologia e Terapêutica Clínica, do Departamento de Patologia, em discurso durante evento de 70 anos da FMVZ como constituinte da Universidade de São Paulo. Funcionária, técnica acadêmica Eliza Tiosse Corrêa, 2004. Arquivo FMVZ-USP.

medidas adotadas, encontrava-se descrito nos artigos 45 a 53 do Estatuto publicado. Assim, ao se compulsar o Artigo 52, em seu *caput*, fica explicitado que o Conselho do Departamento elegeria seu chefe, devendo a escolha recair em docente integrante da mais alta categoria existente no Departamento. Encontra-se, ainda, no parágrafo único do artigo 52, determinado que o mandato do chefe seria de quatro anos – posteriormente modificados para dois anos –, permitida a recondução sucessiva somente quando não houvesse outro docente de categoria igual ou superior no Departamento. E, finalmente, diz o artigo 53: “O Chefe é o agente executivo do Departamento, com atribuições fixadas no Regimento da Unidade”.

O que se pode depreender apenas pela observância dos dois artigos ora citados é que as referidas modificações, levadas a efeito, diminuiriam de forma drástica o exercício do poder do professor catedrático em sua cátedra, o qual tinha total controle do que seria desenvolvido em seu domínio, devendo, em tese, a partir de então, ser ouvido o Conselho de cada Departamento, que passa a elaborar os projetos de sua alçada, a discussão de contratos de docentes e concursos públicos, a divisão das disciplinas afeitas à natureza dos departamentos, com docentes responsáveis por cada uma delas, a aplicação dos recursos departamentais, entre muitos outros assuntos, até então sob a égide da cátedra e, portanto, do professor catedrático.

O texto agora produzido para o livro que, ao comemorar os 100 anos de existência ininterrupta do curso de Medicina Veterinária, procura contar a história de rica trajetória, não tem como objetivo abordar criticamente as mudanças ocorridas nesse período da década de 1960 e seguintes, mas, sim, informar como as mudanças e seus efeitos podem modificar, substancialmente, os rumos de uma Universidade, seja qual for, por força de modificações estatutárias e regimentais.

Professores do Departamento de Cirurgia e Obstetrícia. À esq., Rosano Elias Randi, Raul Gastão Mucciolo, Angelo João Stopiglia, José de Alvarenga, Laudinor De Vuono, Wilson Gonçalves Vianna, secretária Suzel, Antonio Matera e José Alberto Pereira da Silva. À dir., Wilson G. Vianna, Rosano E. Randi, Angelo J. Stopiglia, secretária Suzel, José de Alvarenga, Marlene Pezzutti Holzchuh e José Alberto P. da Silva, 1978. Arquivo Angelo Stopiglia.



Como bem expõe o prof. João Palermo Neto, ex-diretor da Faculdade por dois mandatos, em “História do Departamento de Patologia” (1995), publicada no livreto em comemoração aos 60 anos da Faculdade na USP:

Há que se comentar neste momento e ainda que “an passant” pelos fatos que levaram à Reforma Universitária. As iniciativas concretas para uma reformulação geral do ensino superior já haviam sido anunciadas pelos militares, logo após a tomada de poder em 1964. Nas declarações do então Ministro da Educação, Suplicy Lacerda, ficava claro que a urgência resultava da necessidade de disciplinar o estudantado – “Os estudantes devem estudar e os professores ensinar e não fazer política”.

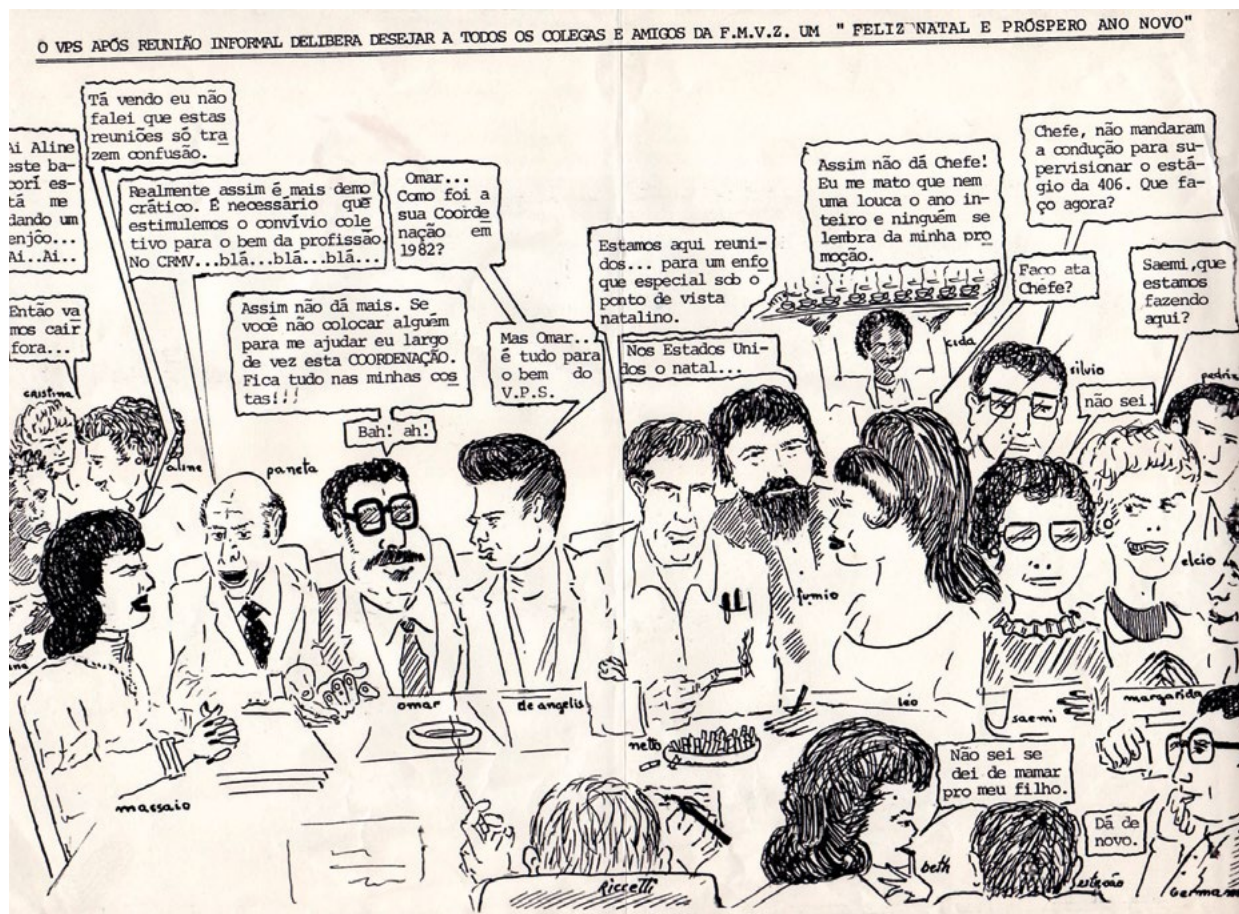
Continua o prof. Palermo:

De fato, as intensas atividades políticas na área estudantil eram tidas na época como uma ameaça à “Segurança Nacional”. Assim, em 1965, forma-se uma Comissão de especialistas que deveriam elaborar um estudo detalhado da Universidade brasileira, seus impasses, e suas necessidades, com vistas a propor uma nova estrutura de funcionamento. Esta comissão, constituída de um convênio entre o MEC e USAID, compunha-se de cinco americanos e dois brasileiros. Em julho de 1968 um decreto do Presidente Costa e Silva confiava a um grupo de trabalho, constituído de 10 membros, a tarefa de apresentar um projeto-de-lei para a reforma do Ensino Superior dentro de um mês. Concluído o trabalho, foi o projeto imediatamente aprovado pela Câmara e pelo Se-



nado. Essa Lei – 5.540 –, em essência, refletia o pensamento da Comissão MEC-USAID e baseava-se no modelo universitário norte-americano.

Ainda mais, o mesmo Estatuto, em seu artigo 85, cria a carreira docente em Cargos e Funções: assistente, assistente doutor, professor assistente, professor adjunto e professor titular. É interessante notar que a carreira contemplava dois degraus com praticamente a mesma nomenclatura, vale dizer, assistente e professor assistente. O docente, nesse primeiro momento, ainda que com os títulos de mestre e doutor, não é considerado professor, cabendo essa designação àqueles que tivessem obtido o título universitário de livre-docente. Mesmo porque, até 1969, eram praticamente inexistentes cursos que outorgavam os títulos de mestre e doutor. Dessa forma, havia o professor catedrático e seus assistentes, nomeados pelo governador do estado. Quando um dos assistentes desejava obter um título universitário, partia para a livre-docência, existente na USP havia várias décadas. Mas, mesmo com esse título, continuava na situação de assistente ou, por vezes, professor assistente. Desse modo, a partir de 1969, não mais apenas o professor catedrático passa a ser designado como professor, mas os livre-docentes, os adjuntos e os titulares. Decorridos pouco mais de seis meses da publicação do Estatuto, de 18 de dezembro de 1969, em 3 de julho de 1970, o Decreto n. 52.483, altera dispositivos do Estatuto da USP e esse artigo sofre significativa modificação, passando a carreira docente a incluir o mestre como professor assistente, e o doutor,



Caricatura de docentes e funcionários do Departamento de Medicina Veterinária Preventiva e Saúde Animal (VPS), em reunião, no início da década de 1980, realizada pelo professor doutor Raphael Valentino Riccetti, assinado Riccetti.

como professor assistente doutor. O livre-docente passava à condição de professor livre-docente. Em caso de áreas com inexistência de mestres e doutores, aceitava-se a contratação, por três anos, de graduado, como auxiliar de ensino, a fim de participar das atividades departamentais e realizar a pós-graduação no novo modelo proposto pela Universidade, tema a ser tratado mais adiante.

Mas, para que se possa entender a abrangência da modificação proposta na estrutura de poder da Universidade, centralizada na figura dos catedráticos, e das mudanças ocorridas, por conseguinte, na Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, para além do fim da cátedra, deve se falar da história das universidades e da origem das cátedras.

A história das universidades data da Idade Média, sendo a primeira delas a de Bolonha, na Itália, fundada em 1088. Segundo Fávero (2000),

eram constituídas como uma corporação de mestres, organizados com seus discípulos, que aspiravam à universalidade do saber e

que a este se dedicavam. As universidades, em sua origem, são marcadas pelo surgimento da cátedra ou cadeira, onde os seus regentes ficavam sentados em um plano superior aos seus ouvintes, detentores de amplos poderes onde mantinham convívio estreito com seus alunos e discípulos. Lendo livros, fazia-os repetirem enquanto coordenavam os debates com habilidade de argumentação.

No Brasil, avançando no tempo mais de setecentos anos, observa-se que os ditos "privilégios" dos professores catedráticos se constituíram em uma aquisição histórica. Segundo Moacyr¹ (1936, *apud* Fávero, 1990) e Cunha (1980), desde a origem do ensino superior em nosso país, o regime da cátedra é a *alma mater* dessas instituições. A partir de 1808, o príncipe D. João vi, ao chegar ao Brasil, determina a criação, entre outras, da cadeira de Anatomia, no Rio de Janeiro, e de Cirurgia,

1. P. Moacyr, *A instrução e o império: subsídios para a história da educação no Brasil, 1823-1853*. São Paulo, Nacional, 1936.



Professores do Departamento de Cirurgia e Obstetrícia (vco). Valquiria Hipólito Barnabe, Renato Campanarut Barnabe secretária Suzel e José Antonio Visintin, 1978. Arquivo Angelo Stopiglia.

Vicente Borelli, professor titular aposentado de Anatomia Topográfica, em 2004, por ocasião das comemorações dos 70 anos da FMVZ na USP e 85 anos do curso de Medicina Veterinária. Ex-diretor do CIZIP e da FMVZ, entre 1981-1985.



no Rio de Janeiro e na Bahia. No entendimento desses autores, tais cadeiras podem ser consideradas o embrião das faculdades de Medicina, criadas posteriormente.

Já a Carta de Lei de 1827 do imperador D. Pedro I, criando em São Paulo e em Olinda os primeiros cursos jurídicos, segundo Venâncio Filho² (1977, *apud* Fávero, 1990), mostra de forma evidente o sentido de propriedade da cátedra, cuja característica nesse aspecto permanece no ensino superior público durante mais de um século. Havia a necessidade precípua de que os lentes deveriam ter, por exemplo, a visão da ordem política vigente no país. Merece atenção, além da ideia de propriedade, a de associação do magistério com o poder Judiciário, ainda que estes, independentes, gozem de garantias e perpetuidade no cargo, associação essa absorvida, mais tarde, na obtenção de vitalidade nas instituições universitárias públicas do país.

No entendimento de Fávero (2000):

proclamada a República em 1889, as reformas dela oriundas continuam a conter dispositivos sobre a Cátedra, prevendo seu preenchimento por nomeação do Governo, sendo, entretanto, que as reformas Carlos Maximiliano (1915) e a de Rocha Vaz (1925) preveem concurso, como pré-requisito, para o acesso a Cátedra, mantendo a vitaliciedade dos Catedráticos.

Continuando, enfatiza a pesquisadora:

a Revolução de 1930 coloca o País frente ao desafio de empreender uma transformação em suas instituições. Isso, porém, não chega a se concretizar, tendo em vista que a renovação da estrutura de poder se limita, na maioria das vezes, à mera mudança

de quadros oriundos dos mesmos grupos dominantes que anteriormente prevaleciam. Como decorrência, a renovação que as instituições universitárias deveriam experimentar era igualmente limitada. Para tais grupos, uma instituição universitária tinha sua razão de ser desde que preparasse uma nova elite ilustrada e modernizadora, capaz de garantir a continuidade da estrutura do poder vigente. Nesse contexto, em 1931, é aprovada a Reforma do Ensino Superior, também conhecida como Reforma Francisco Campos, cujo projeto compreende três partes: uma geral, denominada Estatuto das Universidades Brasileiras; outra contendo a reorganização da Universidade do Rio de Janeiro e, a terceira, em que se cria o Conselho Nacional de Educação. Em relação à cátedra, o Estatuto ratifica o professor catedrático como o primeiro na hierarquia do corpo docente e coloca em termos de exigência para o provimento no cargo o concurso público de títulos e provas.

Prevê, também, a nomeação de professor sem concurso, no caso de

“candidato insigne” que tenha realizado invento ou descoberta de alta relevância, ou tenha publicado obra doutrinária de excepcional valor. Para tanto, a indicação deveria ser proposta por um dos professores catedráticos, mas só poderia ser efetivada mediante parecer de uma comissão de cinco membros, devendo os mesmos possuírem conhecimentos aprofundados da disciplina em concurso, dos quais dois seriam indicados pela Congregação e três escolhidos pelo Conselho Técnico Administrativo (CTA), dentre professores de outros institutos de ensino superior.

conforme instrui o Decreto n. 19.851/31, artigos 54 e 56. Sobre a cátedra universitária, Fávero (200) acrescenta:

a reforma dispõe ainda que a primeira nomeação do catedrático, após homologação pela congregação do concurso, era válida por dez anos. A seu término, o Estatuto admitia que se o professor se candidatasse novamente ao cargo, proceder-se-ia apenas um concurso de títulos, ao qual somente poderiam concorrer professores catedráticos e livres docentes, da mesma disciplina ou de disciplinas afins, tendo no mínimo cinco anos de exercício do magistério. Uma vez reconduzido o professor catedrático passava a gozar das garantias de vitaliciedade e inamovibilidade, vantagens que somente perderia por abandono do cargo ou em virtude de sentença judiciária. Após trinta anos de magistério ou quando atingisse sessenta e cinco anos, o professor catedrático poderia ser aposentado. Quanto aos demais professores, auxiliares dos catedráticos, fossem eles “chefes de clínica”, “chefes de laboratórios”, “assistentes” ou “auxiliares de ensino” deveriam ser

2. A. Venâncio Filho, *Das arcadas ao bacharelismo: 150 anos de ensino jurídico no Brasil*. São Paulo, Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, 1977.

de confiança do respectivo catedrático, por ele escolhido e cuja permanência no cargo, dele, quase sempre dependia. Embora a exposição de motivos que encaminha o projeto da Reforma do Ensino Superior de 1931 assinala, em determinado momento, que o professor – e aqui entendemos o catedrático – não deva ser a autoridade suprema, que decide em última instância, essa situação persiste durante décadas. “Mantendo a cátedra, nos termos dessa Reforma, a criação de uma carreira do magistério é postergada”.

A ideia de cátedra contida no Estatuto das Universidades Brasileiras ganha força com as constituições de 1934 e 1946. Na primeira, são estabelecidos os seguintes requisitos: garantia da liberdade de cátedra; vedada a dispensa do concurso de títulos e provas no provimento dos cargos do magistério oficial; garantia aos professores nomeados por concurso para os institutos oficiais da vitaliciedade e da inamovibilidade nos cargos e, em casos de extinção da cadeira, o professor seria aproveitado [artigos 155 e 158].

Ademais, segundo a autora, a Constituição de 1946, ao tratar da matéria, prescreve:

para o provimento das cátedras, no ensino secundário oficial e no ensino superior oficial ou livre, exigir-se-á concurso de títulos e provas”. Aos professores admitidos por concurso de títulos e provas, será assegurada a vitaliciedade”. A seguir dispõe: “É garantida a liberdade de cátedra” [artigo 168, incisos VI e VII].

Em síntese, no que se refere a essa questão, a Carta Magna de 1946 consagra três pressupostos, à época considerados fundamentais. São eles: provimento das cátedras por concurso de títulos e provas, liberdade de ensino e vitaliciedade. Quanto à Constituição de 1937, não há menção à cátedra. Contudo, segundo Fávero, citando Hermes Lima (1978),

o problema mais sério não está aí. O mais grave, é como pensar em liberdade de cátedra, tal como fora consagrado na Carta de 1934, quando a abertura aventada pela Revolução de 30 passa a ser vista, a partir de 1935, como um erro a ser corrigido. Como pensar em liberdade de pensamento e de cátedra, quando a “pecha de comunista” passa a ecoar como a de um feiticeiro da Idade Média, quando professores são presos e afastados de suas cátedras e “o atestado de ideologia converteu-se em complemento de cidadania prestante?”

Nesse contexto, não se pode esquecer do papel exercido por intelectuais ligados ao poder, na composição de forças que tornaram possível o Estado Novo. A essa tarefa dedicou-se

Francisco Campos (1940, *apud* Fávero, 1990). Um intelectual no exercício do poder que, ao explicitar o conteúdo da Constituição de 1937 – de sua autoria –, no que se refere à educação, assim se pronuncia:

Nos termos em que a carta constitucional define [o] conjunto de normas para a educação, a escola integra-se no sentido orgânico e construtivo da coletividade, não se limitando ao simples fornecimento de conceitos e noções, mas abrangendo a formação de novos cidadãos, de acordo com os verdadeiros interesses nacionais. O ensino é, assim, um instrumento em ação para garantir a continuidade da Pátria e dos conceitos cívicos e morais que nela se incorporam [...], cabendo ao Estado [...] promover a disciplina moral, de maneira a prepará-la ao cumprimento de suas obrigações com a economia e a defesa da nação³.

Na mesma direção se expressa o ministro Capanema (1937, *apud* Fávero, 1990), que deu continuidade à política educacional durante esse período, afirmando ser mister insistir que:

[...] o Brasil precisa de uma grande falange de homens altamente preparados nas ciências, nas letras e nas artes. Tais elementos, destinados à grave tarefa de organizar, orientar, conduzir a vida nacional, merecem do Estado atenção e cuidados especiais. Para prepará-los nenhum sacrifício deve ser poupado⁴.

Dessa forma, chegamos à década de 1930, com os anseios do estado de São Paulo em criar uma Universidade no estado.

Retornando ao Decreto de 1969, e comparando-o, agora, ao Decreto n. 6.283 que criou a USP, em 25 de janeiro de 1934, publicado no *Diário Oficial do Estado*, pode-se cotejar as significativas modificações havidas no que fosse concernente ao professor catedrático. Assim, Armando de Salles Oliveira, interventor federal no estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe conferia o Decreto Federal n. 9.398, de 11 de novembro de 1930,

considerando que a organização e o desenvolvimento da cultura filosófica, científica, literária e artística constituem as bases em que se assentam a liberdade e a grandeza de um povo; considerando que, somente por seus institutos de investigação científica, de altos estudos, de cultura livre, desinteressada, pode uma nação

3. F. Campos, *O estado nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1940.

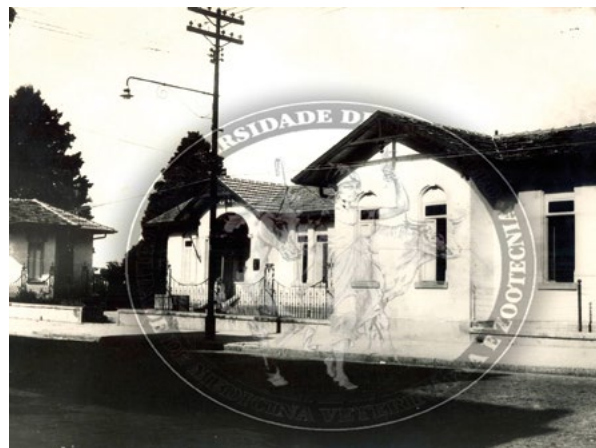
4. G. Capanema, Discurso pronunciado no dia 12.12.1937, na solenidade comemorativa ao 1º Centenário do Colégio Pedro II, em Brasil, Ministério da Educação e Saúde Pública, *Panorama da educação nacional: discursos do presidente Getúlio Vargas e do ministro Gustavo Capanema*. Rio de Janeiro, 1937.

Em 1962, por feliz coincidência, nasceram as cadeiras de clínicas nas instalações pertencentes ao Instituto Vacinogênico, do qual fora diretor um eminente cirurgião paulista, o pioneiro a praticar aqui a gastrectomia total e a quinta em todo o mundo, dr. Arnaldo Vieira de Carvalho, fundador e orientador da Faculdade de Medicina de São Paulo. Rua Pires da Mota, n. 1. Arquivo FMVZ-USP.

moderna adquirir a consciência de si mesma, de seus recursos, de seus destinos; considerando que a formação das classes dirigentes, mormente em países de populações heterogêneas e costumes diversos, está condicionada à organização de um aparelho cultural e universitário, que ofereça oportunidade a todos e processe a seleção dos mais capazes; considerando que, em face do grau de cultura já atingido pelo Estado de São Paulo, com Escolas, Faculdades, Institutos, de formação profissional e de investigação científica, é necessário e oportuno elevar a um nível universitário a preparação do homem, do profissional e do cidadão, Decreta: Art. 3º – A Universidade de São Paulo se constitui dos seguintes institutos oficiais:

Faculdade de Direito;
Faculdade de Medicina;
Faculdade de Farmácia e Odontologia;
Escola Politécnica;
Instituto de Educação;
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras;
Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais;
Escola de Medicina Veterinária;
Escola Superior de Agricultura;
Escola de Belas Artes

Parágrafo único – As instituições enumeradas neste artigo são autônomas dentro das normas do presente decreto e podem expedir certificados, diplomas e conferir grau nas diversas atividades profissionais. Art. 37 – O corpo docente de cada uma das Faculdades, Escolas, ou Institutos será constituído de professores catedráticos, auxiliares do ensino, docentes livres, e, eventualmente, professores contratados (nacionais e estrangeiros) e comissionados, e outras categorias, de acordo com a natureza peculiar do ensino de cada Faculdade, Escola ou Instituto. Art. 38 – A Congregação de cada uma das Escolas, Faculdades, ou Institutos da Universidade, será constituída pelos professores catedráticos, pelos docentes livres na regência de disciplina, por um representante dos docentes livres eleito pela respectiva corporação, e, ainda, pelos atuais professores substitutos efetivos. Art. 39 – Compete aos professores catedráticos e aos contratados ou comissionados, entre outras funções inerentes a seus cargos: 1) realizar, promover e orientar pesquisas, inquéritos, e monografias científicas; 2) realizar conferências ou participar dos cursos de conferências que forem organizados; 3) eleger a lista tríplice, a ser enviada ao governo do Estado, para provimento do cargo de diretor das respectivas Faculdades, Escolas ou Institutos; 4) indicar os seus assistentes e preparadores, bem como os livres docentes, para auxiliá-los nos cursos normais, ou reger cursos normais ou complementares, dos institutos universitários e a concorrer, pelo



tirocínio do magistério, para a formação do corpo de professores. Art. 42 – Nos estatutos da Universidade será estabelecido o processo de concurso de títulos e provas para o provimento de cargo de professor catedrático e de livre docente, observadas as seguintes normas fundamentais: a) obrigatoriedade de se constituir, pela Congregação, uma comissão julgadora, de especialistas na matéria, pertencentes ou não ao quadro docente universitário; b) reconhecimento do direito de voto à Congregação, que não poderá, no entanto, alterar a classificação por merecimento feita pela comissão julgadora. § 1º – o professor catedrático só será efetivado depois de dez anos de exercício, e mediante o voto de dois terços da Congregação, sob o parecer de uma comissão de especialistas nomeada de acordo com a letra “a” deste artigo. § 2º – O título de livre docente deverá ser revalidado de cinco anos, mediante a apresentação de títulos julgados em conformidade com o § 1º deste artigo.

Deste modo, os professores catedráticos que em 1969 ainda não haviam optado pela aposentadoria em grande maioria foram deixando a carreira universitária no decorrer dos anos seguintes à mudança estatutária, restando, de forma mais duradoura, aqueles cujo prestígio científico e político lhe asseguravam a continuidade no processo opinativo em diferentes assuntos relativos à USP.

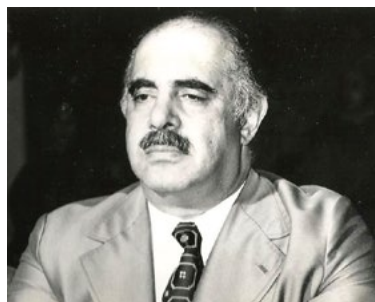
Colocados esses aspectos inerentes a cátedra, se constatará que, em 1959, pouco mais de uma década antes da publicação do Decreto n. 52.326, de 18 de dezembro de 1969, a então Faculdade de Medicina Veterinária da USP contava em sua constituição com quinze cadeiras ou cátedras, todas preenchidas por concurso público de títulos e provas.

- Química Orgânica e Biológica – Dorival da Fonseca Ribeiro

- Anatomia Descritiva dos Animais Domésticos – Orlando Marques de Paiva
- Fisiologia – José de Fatis Tabarelli Neto
- Histologia e Embriologia – Antonio Guimarães Ferri
- Zoologia médica e Parasitologia – Zeferino Vaz
- Microbiologia e Imunologia – Paulo Maria Gonzaga de Lacerda Júnior
- Zootecnia – João Soares Veiga
- Anatomia Patológica (Patologia Geral e Especial) – Euclydes Onofre Martins
- Indústria, Inspeção e Conservação dos Produtos Alimentícios de Origem Animal – Paschoal Mucciolo
- Higiene, Saúde Pública e Bioestatística – Adolpho Ribeiro Netto
- Terapêutica, Farmacologia e Arte de Formular – Gabriel Sylvestre Teixeira de Carvalho
- Doenças Infecciosas e Parasitárias – Mário D'Ápice
- Patologia e Clínicas cirúrgica e obstétrica – Ernesto Antônio Matera
- Patologia e Clínica Médicas (1º Cadeira) – Animais Monogástricos – Sebastião Nicolau Piratininga
- Patologia e Clínica Médicas (2º Cadeira) – Animais Poligástricos – Romeu Diniz Lamounier

Muitas das cadeiras ora citadas já eram ocupadas pelos respectivos professores catedráticos havia muitos anos, enquanto outras tinham jovens catedráticos, como Adolpho Ribeiro Netto, que assumiu a cadeira em novembro de 1958, sucedendo ao prof. Theodoro Lion de Araújo, catedrático da cadeira de Higiene e Polícia Sanitária Animal. O prof. Theodoro realizou seu concurso para a cátedra aos 26 anos de idade, em 1942, sendo o mais jovem professor catedrático da Faculdade. À época do falecimento precoce do prof. Theodoro, a cadeira passa a ser denominada de Higiene, Polícia Sanitária Animal e Bioestatística, e o último professor catedrático a se aposentar na Faculdade foi o dr. Adolpho Ribeiro Netto, em 1984, permanecendo na ativa, portanto, quinze anos como professor da unidade, mesmo após a extinção da cátedra.

Decorridos dez anos da publicação do citado decreto, algumas cadeiras modificaram a sua denominação e o seu professor catedrático, caso da Química Orgânica e Biológica, que passou a denominar-se Bioquímica e Biofísica, ocupada por docente oriundo do Paraná, Metry Bacila. A cadeira de Anatomia Descritiva dos Animais Domésticos passou a denominar-se Anatomia Descritiva e Topográfica, permanecendo o mesmo professor catedrático, Orlando Marques de Paiva. A cátedra de Microbiologia e Imunologia passa a ser apenas de Microbiologia, e em 1969 encontrava-se vaga. Estavam vagas,



O prof. catedrático Metry Bacila, de Bioquímica Bromatológica, proveniente do Paraná, foi o último professor catedrático a ser incorporado à FMV-USP, 1975. Arquivo Angelo Stopiglia.

também, a cátedra de Fisiologia, a de Zootecnia, que passara a contemplar a 1º e a 2º partes, a de Inspeção e Tecnologia dos Produtos de Origem Animal, sofrendo, portanto, mudança em seu nome, e a de Doenças Infecciosas e Parasitárias, além das 1º e 2º cadeiras de Patologia e Clínica Médicas – Animais Monogástricos e Animais Poligástricos. A cadeira de Terapêutica, Farmacologia e Arte de Formular passou a ser designada de Terapêutica Clínica, contando com o novo catedrático Fernando Varela de Carvalho.

A CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS BÁSICOS E A RESTRUTURAÇÃO DEPARTAMENTAL

Assim como a extinção do regime de cátedras na Universidade de São Paulo foi sentida, por certo tempo, no início dos anos 1970, a criação dos Institutos Básicos, da mesma forma, teve impacto direto na Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP. Se, até então, durante os quatro anos de curso, ampliados em 1972 para quatro e meio anos (ou nove semestres) no novo formato do curso, e finalmente, em 1995, para cinco anos (ou dez semestres), o corpo discente mantinha contato estreito com os docentes da Faculdade e com os colegas das demais turmas, em um local único onde se situava a Faculdade, a partir da década de 1970 iriam, nos dois primeiros anos do Curso, salvo exceções, ficar confinados nos Institutos.

Realizando um exercício analítico, a modificação no nome de algumas cadeiras da Faculdade, anterior ao Estatuto de 1969, talvez sinalize que já pairavam sobre as unidades de ensino, partindo da cúpula universitária brasileira e paulista, ideias acerca da estrutura dos institutos, escolas e faculdades que compunham as universidades, incluindo a USP, como a proposta de criação de novos institutos básicos para onde deveriam migrar as cadeiras relativas às disciplinas não profissionalizantes, bem como a criação dos departamentos e o fim das cátedras.

Observando o artigo 4º do Estatuto de 1969, encontra-se a constituição dos Institutos: de Biociências, de Ciências

Biomédicas, de Matemática e Estatística e o de Química, que passariam a ministrar, não somente aos alunos de Medicina Veterinária, mas também de outros cursos afins em Ciências Médicas, as disciplinas básicas dos seus respectivos cursos profissionalizantes, como a Medicina, a Odontologia e a Farmácia. A Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais abrigava, até então, os cursos de Psicologia, Química, Física e Biologia. A partir de 1969, os referidos cursos se transformaram em institutos autônomos em relação à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

Tal circunstância demandaria a necessidade da passagem dos professores, não somente os catedráticos, mas seus assistentes, da sua antiga unidade de ensino para os recém-criados institutos, os quais contariam, em cada um de seus departamentos – como os de Anatomia, Farmacologia, Fisiologia, Microbiologia, Parasitologia, entre outros – e em suas disciplinas não apenas com os docentes oriundos de uma das unidades de origem, mas com catedráticos e professores assistentes das outras unidades da USP, correspondentes aos cursos fins de suas atividades.

O artigo 4º explicita: “Os Institutos, Faculdades e Escolas, todos de igual hierarquia e organizados em função da natureza e fins de suas atividades, constituem as Unidades Universitárias”. Artigo 5º: “São as seguintes, com a respectiva localização, as Unidades que compõem a Universidade: 1 – na Capital: 1) Instituto de Biociências, 2) Instituto de Ciências Biomédicas, 5) Instituto de Matemática e Estatística, 6) Instituto de Química”, entre outros constituídos à época.

Assim, viu-se a recém-nomeada Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP sem várias de suas importantes lideranças, não somente no ensino como também do ponto de vista político administrativo. Para o Instituto de Química foi deslocado o professor catedrático Metry Bacila, e para o Instituto de Ciências Biomédicas, o professor catedrático Antonio Guimarães Ferri e seus assistentes, Sylvio Ferri e Luís Otávio Medeiros – Sylvio Ferri viria a ocupar cargos na reitoria da USP e em São Carlos, participaria da criação e diretoria da ECA e de Institutos como o Oceanográfico e, mesmo aposentado, representou os ex-alunos da USP no Conselho Universitário por vários anos. Outro assistente de Antonio Guimarães Ferri, o prof. dr. Luiz Ferreira Martins, da turma de 1957 da FMV, sairia da USP para a Unesp, onde foi reitor e, ainda, foi secretário de estado de Educação de São Paulo. Para o mesmo instituto deslocou-se o professor catedrático Zeferino Vaz, da Zoologia Médica e Parasitária, deixando a faculdade de contar com sua presença em reuniões de Congregação. Foram com ele seus assistentes, Décio de Mello Malheiros, Edson de Barros Figueira de Mello, Gabriel de Carvalho Mauge, Milton Santos

de Campos – que ocupou o cargo de Secretário da FMV-USP – e Uriel Franco Rocha, entre outros. Para o Departamento de Microbiologia do Instituto de Ciências Biomédicas (ICB) foi transferido Aramis Augusto Pinto, que iria posteriormente para a FCAV-Unesp em Jaboticabal, Eduardo do Nascimento Mós, José Américo Bottino, que voltaria para o Departamento de Patologia da Faculdade, destacando-se como um grande desenvolvedor da avicultura paulista.

Com os nomes ora citados, pode-se aquilatar as modificações que ocorreram em breve espaço de tempo na constituição da Faculdade, com a saída de significativo número de professores, lotados em outra unidade de ensino e, ao mesmo tempo, a criação de novos departamentos, com a constituição de seu Conselho Departamental e grandes modificações em sua constituição.

Contudo, duas cátedras conseguiram manter-se na Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP, após a criação dos departamentos e disciplinas: a cadeira de Anatomia Descritiva dos Animais Domésticos, que passou a receber o nome de disciplina de Anatomia Descritiva e Topográfica, e a cátedra de Patologia e Clínicas Cirúrgica e Obstétrica, que foi dividida em várias disciplinas, como Patologia e Clínica Cirúrgica e Técnica Cirúrgica; Reprodução Animal, Obstetrícia e Inseminação Artificial, que, unidas à recém-criada disciplina de Radiologia, passam a formar o Departamento de Cirurgia e Obstetrícia (VCO), no início de 1970. Contava o novo Departamento com os profs. Orlando Marques de Paiva, diretor da unidade, vice-reitor e reitor da USP, e Ernesto Antônio Matera, vice-diretor da FMV-USP e que, por vinte anos, modificou o ensino da Cirurgia em Medicina Veterinária no Brasil, com renome que ultrapassava as fronteiras do país, graças a sua experiência no exterior e capacidade de liderança. Pertenciam ao Departamento, na época, assistentes, livre-docentes e adjuntos como Plínio Pinto e Silva, que se mudou, após a aposentadoria, para a Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu, Mário Annunziata, tendo iniciado a vida acadêmica na Cirurgia, Antonio Alberto D’Erri, anatomista, Antônio Fernandes Filho, com inigualável saber anatômico, Vicente Borelli, diretor da FMVZ-USP e do CIZIP, Irvénia Luiza de Santis Prada, neuroanatomista, José Pedutti Neto, conhecedor das raças animais e juiz de provas, Nilson Ferreira, responsável pela Anatomia Topográfica, e João Gilberto Lopes Pereira. Para o lado das disciplinas profissionalizantes, o Departamento contava com Benedicto Wladimir de Martin, instituidor da Radiologia Veterinária Brasileira e diretor do Hospital Veterinário (Hovet), Masao Iwasaki, radiologista, diretor do Hovet e da FMVZ-USP, Renato Campanarut Barnabe, vice-diretor da Faculdade, organi-

zador do Departamento de Reprodução Animal (1988) e do curso de pós-graduação em Reprodução Animal, Walquíria Hypólito Barnabe, Inseminação Artificial, Raul Gastão Mucciolo, Reprodução Animal, José de Alvarenga, Obstetrícia e Cirurgia, vice-diretor do Hovet e diretor da FMVZ-USP, Walter Spicciatti, cirurgião com excepcional didática, Antonio Matera, professor de Técnica Cirúrgica e Clínica Cirúrgica, com destaque na constituição do novo núcleo de clínica cirúrgica a partir de 1973. Deve-se ressaltar que o Departamento de Cirurgia e Obstetrícia sofre uma modificação com a finalidade de dar origem, em 1988, ao Departamento de Reprodução Animal (VRA), graças ao empreendimento do prof. Renato Campanarut Barnabe e sua equipe, e com a colaboração fundamental de docentes da área Cirúrgica, Antonio Matera, Julia Maria Matera, Walter Spicciatti. O Departamento oriundo das antigas cadeiras passa a ser denominado, então, Departamento de Cirurgia (VCI).

O segundo departamento da FMVZ que se constituiu da junção das antigas cadeiras foi o recém-criado Departamento de Patologia e Clínica Médicas (VPC), que contava com a Anatomia Patológica, do prof. Euclides Onofre Martins, diretor da FMV-USP de 1956 a 1965, dirigindo-se posteriormente para Botucatu a fim de constituir grupo de fundação da FCMB de Botucatu, que contava com curso de Medicina Veterinária; com a Terapêutica Clínica, cujo catedrático era Fernando Varela de Carvalho, diretor da Faculdade de 1976 a 1980; e, ainda, com a Patologia e Clínica Médicas, 1º e 2º cadeiras (Monogástricos e Poligástricos), que se encontravam vagas. Esse novo departamento, constituído de quatro antigas cátedras, daria origem, em 1983, ao Departamento de Patologia (VPT), que engloba as áreas de Terapêutica Clínica, Farmacologia Aplicada, Toxicologia e Patologia Geral e Especial, e ao Departamento de Clínica Médica (VCM), em que se encontram as Clínicas Médicas de Pequenos e de Grandes Animais, além das Doenças Nutricionais.

Assim, o Departamento de Patologia e Clínica Médicas, em 1970, contava com os seguintes assistentes, livre-docentes e adjuntos: Max Ferreira Migliano, clínico de pequenos animais e proprietário de famoso Hospital Veterinário em São Paulo, Adayr Mafuz Saliba, patologista e diretor-presidente da Fundação Parque Zoológico de São Paulo por muitos anos, Mário Mariano, patologista e pesquisador de alto gabarito, responsável pelo curso de pós-graduação em Patologia Experimental e Comparada da Faculdade, aposentou-se no ICB como professor titular de Imunologia, Roberto Grecchi, Maristela Silva Prandini, Antonio Celso Paternostro Gomes Caldas, patologistas, responsáveis por aulas práticas e teóricas, Benjamin Eurico Malucelli, proveniente do Paraná,

grande incentivador da pesquisa na graduação, Sérgio de Moraes, farmacologista, transferiu-se para o ICB, no Departamento de Farmacologia, Ariel de Oliveira Guedes, farmacologista, morrendo precocemente, Heitor Segundo Medina, farmacologista, João Palermo Neto, farmacologista, conceituado na área de neurofarmacologia, constituindo linha de pesquisa de prestígio mundial, foi diretor da FMVZ por dois mandatos, Eduardo Harry Birgel, que comandava a disciplina de Patologia e Clínica Médica de Poligástricos, responsável pelo Hospital de Grandes Animais, coordenador de Serviço Médico Cirúrgico e Hospitalar, anterior ao Hovet, e instituidor do curso de pós-graduação na área de Clínica de Bovinos, Leonardo Miranda de Araújo, Clínica de Ruminantes, Carlos Eduardo Reichmann, Poligástricos, com grande tino clínico mas que faleceu precocemente, Paulo Pereira Carvalho, da área de Poligástricos e da área de Pequenos Animais Luiz Carrieri, docente e clínico de renome na Mooca, Marina Moura, Monogástricos, Fábio Cavalari, Equinos, e Luiz Bortolai Migliano, Equinos.

Nos Anais da Semana Histórico-Cultural, alusivos aos 60 anos da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia junto à USP (e 75 anos desde o Instituto de Veterinária, de 1919), ocorrida em maio de 1995, encontram-se as explicações da permanência de duas cadeiras básicas na Faculdade. Manifesta-se assim a profa. Irvênia Luiza de Santis Prada, à página 43:

Em decantada batalha, no Conselho Universitário, o Professor Paiva consegue convencer o colegiado a permitir a permanência da Anatomia Veterinária junto à sua Faculdade. Muito embora pudessem existir razões de ordem política nesse processo – como querem alguns –, o Professor Paiva alegou particularmente razões de ordem econômica – havíamos acabado de mudar para instalações construídas adequadamente para grandes e pequenos animais – e de ordem ética, que envolviam a dificuldade de conter, num mesmo ambiente, peças anatômicas humanas e de animais.

Já sobre a permanência da cadeira de Terapêutica Clínica, manifesta-se, no mesmo volume, o prof. João Palermo Neto, à página 30:

O Professor Fernando Varela de Carvalho entende com seus Assistentes que grande parte do conteúdo didático que ministravam era específica da área de Medicina Veterinária, como consequência propõe à Congregação da Faculdade e os órgãos



Benedicto W. De Martin, professor titular aposentado do vci, José Antonio Visintin e funcionária Josephina Amália Panetta dos Santos, 2004.



Imagem da década de 1980, com a reforma universitária plenamente implementada, em que se observa, ao centro, o professor titular de Patologia Geral e Especial Adayr Mafuz Saliva. À sua esquerda, o professor de Anatomia Antonio Fernandes Filho e o professor de Ornitopatologia Osmane Hypólito. Arquivo FMVZ-USP.

da Reitoria aprovam a transformação da Disciplina de Farmacologia, Terapêutica e Arte de Formular em Terapêutica Clínica.

Seja lícito comentar que as unidades de ensino, passando e sentindo tais transformações – fim das cátedras e criação dos Institutos –, fizeram-nas repercutir no ensino dos alunos de graduação.

Tome-se um aluno, hipotético, de graduação no curso de Medicina Veterinária, no primeiro semestre do ano de 1970. Vamos introduzi-lo em uma sala de aulas teóricas de uma determinada disciplina básica, agora sediada em um instituto básico, ainda que com docentes médicos veterinários. Deve-se ressaltar que nem todas as disciplinas básicas contavam com profissionais dessa área específica. A forma de ensino e aprendizado, provavelmente, devia sofrer modificações em relação ao modo clássico, com aulas expositivas. Assim, o docente indicava um livro-texto e, a cada dia da semana, indicava um capítulo do livro para estudo. Vinte e quatro horas após, perguntava a uma classe com oitenta alunos se havia restado alguma dúvida. Afora alguns colegas que as tinham, ninguém mais se manifestava, e ia-se ao segundo capítulo, até o seu término. Se nas aulas teóricas o método soava muito moderno, ao aluno hipotético as aulas práticas, no entanto, eram no velho modelo, isto é, um professor para cada cinco alunos, tirando as dúvidas surgidas durante a aula prática. Deduz-se que, nessa disciplina, o aluno sabia bem a prática, mas muito pouca teoria.

Em outra disciplina, adotava-se a seguinte forma: aulas teóricas formadas por 25% da turma de médicos, 25% de veterinários, 25% de odontologistas e os demais da farmácia. Além do clima pouco cordato entre os quatro grupos, as práticas

Festejos dos 25 anos do Hovet da FMVZ. Pode-se observar os professores catedráticos Adolpho Ribeiro Netto (vps), titular; Benedicto W. de Martin (vci), associado; José Alberto Pereira da Silva (vra); dra. Clair Motos de Oliveira (vra), médica veterinária (Hovet); funcionárias administrativas (FMVZ) e os professores associado José Antonio Visintin (vra) e titular Masao Iwasaki (vci), 2006. Arquivo FMVZ-USP.



Esquerda: Professores Adolpho Ribeiro Netto e José Américo Bottino por ocasião dos 70 anos da FMVZ-USP. Ao fundo observa-se a profa. dra. Maria Regina Baccaro, 2004. Arquivo FMVZ-USP.

Direita: Professor titular Eduardo Harry Birgel, de Patologia e Clínica Médica de Ruminantes do VCM. Atrás do professor, a docente Maria Helena M. Akao Larsson, do VCM, 2004. Arquivo FMVZ-USP.



eram com o seu grupo de origem, de futuros médicos veterinários. As notas não eram muito homogêneas.

Em outra disciplina, como já frisado, não havia nenhum docente da sua faculdade de origem, e tanto as disciplinas teóricas quanto as práticas eram, de certa forma, bastante traumáticas. Essa fórmula de junção de turmas, de diferentes cursos, foi abandonada em 1975, sendo as disciplinas ministradas apenas aos alunos de Medicina Veterinária, segundo nos informa ex-aluno formado em 1979. Mas o aluno hipotético auxiliou, talvez sem que saiba, no novo modelo de ensino e aprendizado da USP, à espera do terceiro ano.

Além dos dois departamentos ora citados, iriam constituir, em sua nova estrutura, a Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP mais dois recém-criados departamentos com origem nas antigas cátedras unidas. O Departamento de Medicina Veterinária Preventiva e Saúde Animal origina-se de três cadeiras, a saber, Doenças Infecciosas e Parasitárias (que, após 1970, passam a ser duas disciplinas isoladas, à semelhança das demais cátedras transformadas em duas ou mais disciplinas), Higiene, Saúde Pública e Bioestatística (a Bioestatística, com a reforma universitária, passa a ser ministrada pelo Instituto de Matemática e Estatística) e a de Inspeção e Tecnologia de produtos de origem animal. O referido departamento, à época, contava com um único professor catedrático: Adolpho Ribeiro Netto. Os professores assistentes eram Virginie Buff D'Ápice, Rolando Cury, Margarida de Fátima Mendes, Saemi Ogassawara, Elizabeth Oliveira da Costa (criadora do Nape-Gama), Nobuko Kasai, Tamara Nikitin, Omar Miguel, Masaio Mizuno Ishizuka, José de Angelis Côrtes, Arlindo Garcia Moreno, Omar Jaques Marzagão Barbuto, José César Panetta, Tony Isey, Raphael Valentino Riccetti.

O segundo departamento criado a expensas de cadeiras já existentes na Faculdade foi o de Produção Animal (VPA),



que nasceu das cátedras de Zootecnia Geral, Genética Animal e Bromatologia e de Zootecnia Especial e Exterior dos Animais Domésticos – 7º e 8º cadeiras (fundidas em 1953, com a aposentadoria do professor catedrático Milton de Souza Piza), que passou a contar com apenas uma cadeira, chamada Zootecnia (1º e 2º partes). Eram docentes Fernando Andreasi, Noé Masotti, João Silva Marcondes Veiga, Carlos de Souza Lucci, Flávio Prada, Cássio Xavier de Mendonça Júnior (diretor da FMVZ) e Esleibe Ghion, Lício Velloso, Antonio Pedro Schlindwein, Francisco Prado Rennó. Um terceiro departamento oriundo de cadeiras já existentes na Faculdade foi o Departamento de Criação de Ruminantes e Alimentação Animal (VCA), em 1984, como extensão ao anteriormente citado, sendo, contudo reunidos pela Congregação em 1997.

O que se pode tirar de tudo quanto exposto, desde a criação da USP, em 1934, até o final de 1969, com a extinção das cátedras e a criação dos departamentos acadêmicos, é que se perdeu a centralização de poder político e de ensino oriundo

Discurso proferido pelo mais antigo ex-aluno à época, prof. dr. Waldemar Baroni dos Santos, formado em 1939, na segunda turma da USP, com 87 anos, nas comemorações dos 70 anos da FMVZ USP, 2004. Arquivo FMVZ-USP.

Professores Fernando José Benesi, José Luiz D'Angelino e Wilson Roberto Fernandes na comemoração dos 25 anos do Hovet, em São Paulo, 2006. Arquivo FMVZ-USP.

Nos 25 anos do Hovet, em 2006, os professores Marcelo Alcindo de B. V. Guimarães, Pietro Sampaio Baruselli, a funcionária Thaís Longarço, Laudinor De Vuono, Wanderley P. de Araújo, Aline Ambrósio, André Luís do Valle Zoppa, 2006. Arquivo FMVZ-USP.

Almoço de despedida pela aposentadoria do professor titular Noé Masotti, em Pirassununga, no restaurante Cachoeira da Emas, onde se pode observar vários docentes de diferentes departamentos da FMVZ-USP, de São Paulo e de Pirassununga, com a ausência de professores catedráticos, e sendo a mais nova a professora assistente Anneliese de Souza Traldi, formada em 1979, 1988. Arquivo FMVZ-USP.



das determinações de poucos docentes envolvidos, o que, sem dúvida alguma, facilitava as normatizações de condutas em cada uma das cadeiras, quer no relevante aos alunos, no ensino, aos assistentes realizando pesquisas, quer na administração da cátedra. Por outro lado, o surgimento dos departamentos, com eleição de chefes, representantes de todas as categorias, entre outras novidades advindas, possibilitou um aumento significativo no leque de oportunidades tanto para os alunos como para os docentes vinculados à vida acadêmica, fazendo o tripé do Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária sofrer um salto qualitativo e quantitativo, como será observado no capítulo seguinte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIRGEL, E. H. As passagens do ensino da Veterinária em S. Paulo! 95 anos de Ensino de Medicina Veterinária no Estado, dos quais: 80 anos na Universidade de São Paulo. In: ACADEMIA PAULISTA DE MEDICINA VETERINÁRIA. *Reminiscências e história da Veterinária*. São Paulo: Apamvet, 2014. Disponível em: <https://www.apamvet.com/11-11-2014.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2019.



Acima, esq.: Professor titular Esleibe Ghion, do Departamento de Produção e Nutrição Animal, 2004. Arquivo FMVZ-USP. Acima, dir.: Professor doutor aposentado do VCM da FMVZ-USP, Ricardo Coutinho do Amaral, presidente da SPMV e Anclivepa-SP, 2004. Arquivo FMVZ-USP.

Esquerda: Inauguração da placa dando o nome do reitor professor catedrático Gabriel Sylvestre Teixeira de Carvalho à travessa aos fundos da FMVZ USP. Presença de seu filho, professor catedrático Fernando Varela de Carvalho, sua nora Dalila e sua neta, além do dr. Pyro Massella e do prof. João Palermo Neto. Arquivo FMVZ-USP.

CUNHA, L. A. *A universidade temporã: o ensino superior da Colônia à Era Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

FÁVERO, M. L. A. Da cátedra universitária ao departamento: subsídios para discussão. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 23., 2000, Caxambu, MG. *Trabalhos apresentados*. Rio de Janeiro: Anped, 2000. Disponível em: <http://23reuniao.anped.org.br/textos/1118t.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2019.

FÁVERO, M. L. A. et al. A cátedra na Faculdade Nacional de Filosofia. *Educação Brasileira*, Brasília, v. 12, n. 24, p. 77-100, 1990.

MOTOYAMA, S. (org.). *USP 70 anos: imagens de uma história vivida*. São Paulo: Edusp, 2006.

SEMANA HISTÓRICO CULTURAL ALUSIVA AOS 60 ANOS DA FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA E ZOOTECNIA. São Paulo, 1995. *Anais [...]*. São Paulo: USP-FMVZ, 1995.

SOUZA, E. C. *História da Universidade de São Paulo*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004. Edição fac-similar.

6

CAPÍTULO 6

A FMVZ no *Campus* Fernando Costa da USP em Pirassununga

Ricardo de Albuquerque



OS ANTECEDENTES DO ENSINO DA PRODUÇÃO ANIMAL

Pelos decretos n. 6.874, de 19 de dezembro de 1934, e 7.016, de 15 de março de 1935, foi criada, na Universidade de São Paulo, a Faculdade de Medicina Veterinária, e, pelo Decreto n. 7.204, de 11 de junho de 1935, foi aprovado o seu Regulamento. O primeiro docente ligado às raízes do atual Departamento de Nutrição e Produção Animal da FMVZ-USP foi o prof. Milton de Souza Piza. Conta-nos Ernesto de Souza Campos, ao escrever a história da Universidade de São Paulo, que, na criação da nossa Faculdade, pelo então interventor federal Armando de Salles Oliveira, foram aproveitados alguns professores da extinta Escola de Veterinária, entre os quais figuravam Altino Augusto de Azevedo Antunes, o primeiro diretor da FMV-USP, e Milton de Souza Piza.

Nessa Escola de Veterinária, 1928 a 1937, o ilustre mestre ministrou aulas de “Zootechnia” Geral, de Bromatologia, de Genética e de “Zootechnia” Especial, no período de 1930 a 1934, sendo auxiliado em Exterior dos “Animaes” Domésticos por Jorge Macário de Mello e Cezário Machado.

Pelo decreto de sua criação, a Faculdade de Medicina Veterinária da USP deveria ministrar o ensino da Medicina Veterinária em quatro anos, e entre as disciplinas listadas como obrigatórias encontravam-se duas que julgamos importantes, a “Zootechnia” Geral, Genética Animal e Bromatologia e a “Zootechnia” Especial e Exterior dos Animaes Domésticos,

que deveriam ser distribuídas, respectivamente, na 7ª e 8ª cadeiras.

O primeiro regulamento da nova Faculdade, ao distribuir as cadeiras nos quatro anos do curso, posicionou a Zootecnia Geral no 2º ano, chamando-a de 4ª cadeira, e a Zootechnia I Especial no 3º ano, nominando-a de 8ª cadeira. Ambas devem ser consideradas os alicerces que deram origem ao hoje chamado Departamento de Nutrição e Produção Animal.

Na época, o corpo docente da nossa Faculdade deveria ser composto de professores catedráticos (não mais que dezesseis), de docentes livres, de auxiliares de ensino e de professores contratados. O provimento das cadeiras seria feito mediante o aproveitamento dos professores que gozavam vitaliciedade na extinta Escola de Veterinária, por transferência, e também serem providas mediante concurso de títulos e provas, podendo, no caso específico das 7ª e 8ª cadeiras, serem regidas por professores formados em Medicina Veterinária ou Agronomia.

Aqui seria interessante fazer um parêntesis e lembrar que Zootecnia, de *zoon*, animal, e *tekhne*, arte industrial, “é a ciência aplicada para estudar e aperfeiçoar os meios de promover a adaptação econômica do animal ao ambiente criatório e deste àquele”. Assim considerando, seria não só uma ciência econômica aplicada, como também uma arte na sua execução. Como arte, tem sua origem mais de 6 mil anos a.C., quando o homem primitivo, caçador e pescador, ao ver escassearem os recursos ao seu redor, e reconhecendo a utilidade nos animais hoje

domésticos, apreendeu-os, multiplicou-os e os domesticou. Como ciência, é bem mais recente, aparecendo na segunda metade de 1700, como parte secundária de um curso de Agricultura, sendo batizada por De Gasparin. A 1ª cátedra dessa matéria constitui-se no Instituto Agrônômico de Versalhes, cujo titular foi Beaudment, o qual lhe deu forma científica e homogeneidade equivalente à de outras ciências aplicadas.

Retornando à nossa história, verificamos, à luz dos documentos compulsados, que o prof. Milton de Souza Piza, ao ser aproveitado pela nova unidade da USP, continuou a ministrar sua especialidade, ou seja, a Zootecnia Geral, assim o fazendo até 1953. A 8ª cadeira, Zootecnia Especial e Exterior dos Animais Domésticos, foi regida inicialmente e até fins de 1938 por Cezário Machado, tendo a auxiliá-lo, a partir de março de 1937, ou um pouco antes, Armando Chieffi, o qual ficou conosco até 1960, quando se transferiu para o Departamento de Produção e Indústria Animal da Secretaria da Agricultura, com sede no parque da Água Branca, conhecido como Instituto de Zootecnia, onde realizou profícuo trabalho.

Em maio de 1939, um episódio importante: colocada em concurso e tendo como candidatos inscritos Cezário Machado e João Soares Veiga, a 8ª cadeira teve como novo catedrático o ilustre prof. João Soares Veiga. Português naturalizado brasileiro, esse eminente médico veterinário, idealista, arrojado, persistente, de grande visão profissional, com grande capacidade de trabalho e tino administrativo, líder nato, de fácil comunicação oral e escrita, autoritário em alguns episódios, tornou-se personagem importante no cenário da zootecnia brasileira e também no contexto da nossa Faculdade, da qual foi o diretor no período de 1950 a 1956. Esse emérito professor catedrático muito contribuiu para a evolução do ensino e da pesquisa em nossa unidade, estando sempre atento às necessidades físicas e às progressões futuras, no tocante às instalações, equipamentos e animais. Depois de muito trabalho e contribuição, como ainda veremos, aposentou-se em 1966.

A 8ª cadeira, por sua vez, continuou sendo regida pelo prof. Milton de Souza Piza até 1953, que a enriqueceu, por volta de 1940, com a presença do então jovem Fernando Andreasi, o qual, regressando do exterior já como conceituado pesquisador e docente livre, deu novos rumos ao ensino, definindo linhas de pesquisa na área de Bromatologia, fazendo escola. Essa 8ª cadeira, contava então, com os profs. Milton de Souza Piza e Fernando Andreasi, vindo o prof. João Soares Veiga a substituí-lo, quando se ausentou para especializar-se nos Estados Unidos. A 8ª cadeira dispunha também dos trabalhos de Armando Chieffi. Com a aposentadoria do prof. Milton de Souza Piza, o prof. João Soares Veiga reuniu as duas cadeiras em uma única, fato também histórico.

É sabido, por outro lado, que a nossa Faculdade, à época da sua criação, não tinha casa própria, sendo instalada em agosto de 1935, precariamente, num prédio da rua São Luiz, transferindo-se, posteriormente, para a rua Pires da Mota, local onde pôde acomodar melhor as suas cadeiras. Se a 7ª cadeira tinha condições para desenvolver suas atividades laboratoriais, nessa nova sede a 8ª necessitava de maior espaço físico, pois, como já se afirmava em 1942, “era impossível ministrar ensinamentos zootécnicos com simples auxílio de pedra e giz”.

Com esse fundamento, sempre atento àquela necessidade de sua cátedra e talvez também impulsionado pelo seu instinto natural lusitano, de conquista e expansão, o prof. Veiga, aproveitando-se da intenção da também jovem Universidade de São Paulo em concentrar suas unidades de ensino e departamentos em um único *campus*, o do Butantã, onde fora previsto, na denominada zona de Biologia, um setor de Agricultura e Medicina Veterinária, com campo de experimentação e parque zootécnico, viu, após ingentes esforços, não só de natureza acadêmica como política, em 1952, coroada de êxito sua aspiração, com a instalação, para pleno funcionamento, dos pavilhões de bovinos. Estes eram constituídos por um estábulo leiteiro, com capacidade para oitenta vacas, bezerreiros, usina completa de laticínios, esterqueiras, estábulo de touros, com laboratório anexo, para a prática da inseminação artificial, e câmara climática. Foram implantados, também, um campo agrostológico, pastagens, capineiras e a construção de residências para funcionários.

Foi nessa época que a nossa Faculdade ganhou outro jovem promissor, contratado em 1951, inicialmente como professor assistente e logo em seguida designado para funções específicas relacionadas aos trabalhos de pesquisa e funcionamento do Posto de Inseminação Artificial, marco que entendemos fundamental e importante na área de Reprodução desta Faculdade. Referimo-nos ao mestre e prof. Doutor Noé Masotti, aposentado em 1988.

É justo lembrarmos aqui dos trabalhos pioneiros, de repercussão internacional, realizados por Chieffi, Veiga e Masotti, no âmbito da inseminação artificial, divulgando a possibilidade da conservação de sêmen de bovinos com a utilização de diluidores vegetais. Coube a Noé Masotti ser o primeiro a estender esse serviço à comunidade, inicialmente representada pelos sitiantes e granjeiros existentes nas proximidades do Butantã e posteriormente no interior do estado, levando pessoalmente material seminal resfriado, aplicando e ensinando a técnica da inseminação artificial.

Na década de 1950, além do reforço conseguido com a contratação do prof. Noé para a Zootecnia Especial, Exterior dos Animais Domésticos e agora também Inseminação

Artificial, incluída no programa de ensino, a Bromatologia conseguia os préstimos de João Silva Marcondes Veiga, o sempre lembrado “Veiguinha”, que, como veterinário, exerceu inicialmente funções técnicas de laboratório, passando posteriormente para assistente. Trabalhou até os anos 1980, quando então se aposentou.

Em meados da mesma década, a Faculdade passou a cumprir o compromisso assumido com a reitoria de transferir paulatinamente suas cátedras da rua Pires da Mota para a Cidade Universitária, lá se assentando primeiramente as dos profs. Zeferino Vaz (Zoologia Médica e Parasitologia), José de Fatis Tabarelli Neto (Fisiologia), Gabriel Sylvestre Teixeira de Carvalho (Terapêutica, Farmacologia e Arte de Formular) e João Soares Veiga, esta ocupando espaço cedido no edifício da Botânica, mais precisamente no 2º andar de sua ala esquerda.

Prevedo o preenchimento lógico que deveria ocorrer do espaço físico ainda livre e existente no *campus* do Butantã pelas outras unidades da USP, também ávidas por áreas para a sua implantação e crescimento, o prof. Veiga pressentiu a vulnerabilidade da sua minifazenda e a certeza da sua inviabilidade de lá continuar, em futuro próximo.

OS ANTECEDENTES DO CAMPUS EM PIRASSUNUNGA: FERNANDO COSTA E A ESCOLA PRÁTICA DE AGRICULTURA

Enquanto a vida da Faculdade transcorria em São Paulo, em Pirassununga, que no primeiro terço do século XX era uma pequena e pacata cidade do interior do estado, uma série de eventos iria ocorrer e faria com que seus destinos no futuro viessem a se estreitar. A sua história poderia ser dividida entre o período anterior e posterior ao surgimento daquele que viria a ser considerado o seu benemérito, Fernando de Sousa Costa, nascido na cidade de São Paulo em 10 de junho de 1886. Cursou o primário e o secundário na capital paulista e depois seguiu para Piracicaba (SP), onde ingressou na Escola de Agricultura Luís de Queiroz. Ao diplomar-se engenheiro agrônomo em 1907, em curso feito com distinções sucessivas, casou-se com a pirassununguense Anita da Silveira Costa, indo residir em Pirassununga, cidade onde iniciou verdadeiramente a sua carreira profissional e se dedicou com afinco e competência, que lhe eram peculiares. Fundou uma pequena propriedade industrial (Indústria de Fiação e Tecelagem), cuja situação próspera resultou da energia com que se lançou ao trabalho. Sua atuação naquele meio apareceu imediatamente. Perceberam logo os habitantes da terra que espécie de homem a providência lhes mandara.



A sua personalidade se afirmou de tal modo que o saudoso chefe político local coronel Manoel Franco da Silveira julgou imprescindível a sua colaboração nos negócios públicos, tendo Fernando Costa aceito o convite que lhe foi dirigido. O coronel Franco da Silveira teve nele um colaborador eficaz e desprovido de ambição e, após falecer, Fernando Costa foi aclamado como seu sucessor. Foi o grande empreendedor do século XX da cidade. Ingressa na política e elege-se prefeito municipal em 1912. Pôs no engrandecimento do município o mesmo empenho progressista que pusera em sua propriedade particular. A próspera Pirassununga dos dias atuais é uma criação de Fernando Costa, pois, na época, a conhecida cidade do antigo tronco da Companhia Paulista era um aglomerado urbano que insinuava poucas esperanças. Vitalidade reduzida, comércio fraco, indústria insignificante, aspecto exterior nada impressionante.

O mais notável é que Pirassununga não era um município de fartos recursos, que pudessem ajudar, pelo simples peso da economia local, o esforço do administrador. Não obstante, a cidade transformou-se num prazo relativamente curto. A bagagem de suas realizações, naquela terra, é extensa e brilhante. Atuando com grande eficiência e visão de futuro, o município progrediu extraordinariamente. Costa modernizou a cidade, ampliou os recursos, conseguindo uma série enorme de melhorias, como a fundação de um asilo e de um orfanato. Restaurou a Santa Casa de Misericórdia, ampliou e reconstruiu o sistema rodoviário, difundiu o ensino rural, construiu rede

Foto de 1912 com Fernando Costa como prefeito e a Câmara de Pirassununga.

Fernando Costa, interventor do estado de São Paulo e criador da Escola Prática de Agricultura, atual *campus* Fernando Costa da USP de Pirassununga. Primeira metade da década de 1940.



Vista do portão principal e anexos. Foto publicada na Revista Acrópole de dezembro de 1944, nas proximidades do término das construções da Escola Prática de Agricultura “Fernando Costa” em Pirassununga.

Edifício principal (fachada e lago). Foto publicada na Revista Acrópole de dezembro de 1944, nas proximidades do término das construções da Escola Prática de Agricultura “Fernando Costa” em Pirassununga.



de água e esgotos, instalou uma usina hidrelétrica e fez instalações para o fórum e a cadeia. Foi eleito deputado estadual em 1918, exercendo o mandato até 1927, tendo apresentado inúmeros projetos importantes em diversas áreas. Preocupou-se também com a valorização e a defesa do pequeno agricultor, propondo a implementação do crédito agrícola, com a divisão das grandes propriedades, a revitalização das terras cansadas e a irrigação do solo.

Em 1927, foi indicado para chefiar a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, onde também atuou com grande eficiência e espírito inovador, quando, entre outras ações importantes, iniciou a campanha em prol da citricultura, instalou o Museu Agrícola e o parque da Água Branca, incentivou o interesse pela cultura do trigo. Foi também de sua inspiração as leis que criaram o Conselho Superior de Agricultura e o Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal. Retornando a Pirassununga, reassumiu a direção de sua indústria têxtil. Porém, tornou a exercer função pública, ocupando a presidência do Departamento Nacional do Café, cargo no qual deu início, em âmbito nacional, à campanha de cafés finos.

Posteriormente, foi nomeado ministro da Agricultura, cargo que ocupou de 1937 a 1941. Sob seu comando, projetos para a construção de escolas e de instituições ligadas à agricultura, pecuária e veterinária tomaram novo impulso. Houve investimentos no setor, reformas e reorganização das instituições, conforme descreve o próprio Fernando Costa em relatório ao presidente da república, Getúlio Vargas: “desde há muitos anos constitui objeto de preocupação nos meios técnicos o aparelhamento e articulação dos trabalhos de pesquisa e experimentação agrícolas, [...] para maior eficácia e preparo do pessoal técnico”. Lançou a campanha do gasôgênio, medida que se mostrou benéfica quando, com o advento da Segunda Guerra Mundial, ocorreram restrições à importação de petróleo. Também incentivou pesquisas de exploração do subsolo que resultaram na descoberta, em janeiro de 1939, do poço petrolífero de Lobato, na Bahia. No mesmo ano, instituiu novos órgãos no ministério, como o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônômicas, com sede no quilômetro 47 da rodovia Rio-São Paulo (Escola Nacional de Agronomia), o Serviço de Publicidade Agrícola, o Serviço de Economia Rural, o Serviço Florestal, o Serviço de Meteorologia, o Departamento Nacional da Produção Vegetal, a Divisão de Terras e Colonização e a Superintendência do Ensino Agrícola. Getúlio Vargas o chamava de “ministro do Entusiasmo” porque tinha entusiasmo de fazer surgir riquezas das terras brasileiras e assim resolver nossos vastos problemas.

No início de junho de 1941, foi nomeado interventor federal em São Paulo, cargo que ocupou até 1945. Foi responsável,



Prédio principal da Escola Prática de Agricultura Fernando Costa, 1948. Atual *Campus* Fernando Costa em Pirassununga.

Portão de acesso da Escola Prática de Agricultura Fernando Costa, década de 1940-1950. Atual *campus* Fernando Costa em Pirassununga.



direta ou indiretamente, pela vinda para Pirassununga das mais importantes e históricas instituições da cidade, como a Academia da Força Aérea, o 13º Regimento de Cavalaria Mecanizado, a Universidade de São Paulo, o Instituto de Educação Estadual Pirassununga, a atual Escola Estadual Pirassununga, o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Peixes Continentais. Todas essas instituições provocaram, a partir da metade da década de 1950, um importante ciclo de crescimento populacional e econômico, com resultados que perduram até os dias atuais.

Fernando Costa, ainda, pelo Decreto-Lei n. 13.855, de 29 de fevereiro de 1944, transformou a Universidade de São Paulo, com todos os seus institutos universitários, em uma autarquia sob a tutela administrativa do governo do estado e sob o controle econômico-financeiro da Secretaria da Fazenda, no que dizia respeito à tomada de contas e inspeção da contabilidade. Assim, a Universidade teria dotação global, com poder de decisão e distribuição de recursos.

Fernando Costa, então nomeado interventor, até por ser homem do setor procurou incentivar bastante a agricultura. Nessa questão, tinha o anseio de combater a imagem do homem do campo abandonado pelo governo. Considerou que seria adequado levar instrução aos trabalhadores rurais por meio da implantação de instituições em locais distantes dos centros mais desenvolvidos e das capitais. Nesse sentido, consideramos que pode ser traçado um paralelo com o que é descrito pelo escritor Monteiro Lobato em seu livro *Urupês*, cujo personagem principal, o Jeca Tatu, é descrito como um caipira indolente, avesso ao trabalho, desleixado, sempre de cócoras e pés descalços, desprovido de cultura, ambição ou mesmo disposição para melhorar de vida. Teles & Iokoi (2005) descreveram bem essa metáfora do Jeca Tatu: “era inconcebível no projeto de Fernando Costa [...] a imagem criada por Monteiro Lobato do Homem do campo”. A figura do Jeca Tatu preocupava esses dirigentes, de um lado, por considerá-la preconceituosa, e, de outro, por perceberem que de fato a monocultura e o latifúndio haviam apartado o camponês, o trabalho rural e o pequeno sítio dos benefícios que os fazendeiros obtinham do fundo público do país.

Fernando Costa era homem ligado ao campo e conhecia os problemas que afligiam a população paulista. Segundo o recenseamento de setembro de 1940, a população total do país era de 41.570.341 habitantes, dos quais 28.456.743 se localizavam na zona rural. Esses números eram eloquentes: aproximadamente, na época, 70% da população habitava a zona rural e apenas 30% residiam em cidades. Dessa maneira, através do Decreto-lei Estadual n. 12742, publicado no dia 03 de junho de 1942, determinou a criação das Escolas Práticas de Agricultura (EPAs)

e colocou em prática o seu projeto, seguindo a intenção de estabelecer uma escola em cada uma das zonas administrativas do estado. O objetivo, conforme declaração do interventor, era “tornar o homem do campo apto a encontrar no meio em que vive elementos para o seu progresso econômico e para sua estabilização social e que lhe possam proporcionar uma existência digna e feliz”, e era urgente combater as endemias reinantes em diversas regiões, como a maleita. Tratava-se, portanto, de uma aposta no papel transformador da educação, em sua capacidade de “reformular e melhorar os meios de trabalho”, bem como os “costumes de um povo”.

Do Decreto estadual n. 12.742, publicado em 3 de junho de 1942, que dispõe sobre a criação de Escolas Práticas de Agricultura, pinçamos alguns itens de seu conteúdo que achamos interessante ressaltar:

Artigo 2º – As EPAs serão Institutos educacionais destinados à formação do produtor rural e terão organização e orientação de caráter essencialmente prático e utilitário.

Artigo 20º – Os filhos de homens do campo, de pequenos lavradores e de trabalhadores agrícolas, terão preferência para matrícula ou gozarão de vantagens no concurso de seleção, nos termos que o regulamento estabelecer.

O destaque que damos para esses dois artigos do decreto que criou as EPAs deve-se ao foco em um ensino predominantemente prático (o educando deve aprender fazendo e descobrir o porquê das coisas no trato contínuo dos fatos e problemas rurais). As aulas técnicas, na parte teórica, visariam apenas consolidar os conhecimentos adquiridos nos trabalhos práticos. Também se deve ressaltar o método de seleção de alunos, pois as EPAs destinavam-se principalmente a recrutar alunos entre as famílias de trabalhadores rurais, partindo do princípio de que os filhos destes, se convenientemente amparados e educados para as tarefas da terra, não trocariam o campo pela cidade. A seleção, todavia, não excluía sistematicamente os candidatos procedentes das cidades. Esse procedimento antecede bastante os sistemas de cotas que observamos com frequência hoje em dia.

Em 1945, cinco das EPAs foram inauguradas: Bauru, Guaringuetá, Itapetininga, Pirassununga (atual *campus* Fernando Costa) e Ribeirão Preto. Depois, por um novo decreto, o interventor criou a EPA de São José do Rio Preto, já prevista anteriormente. As outras quatro EPAs programadas (Amparo, Araçatuba, Marília e Presidente Prudente) não chegaram a ser construídas, pois esse planejamento foi prejudicado pela crise no Estado Novo, a partir de 1945, e a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial.



As EPAs foram consideradas importantes para a qualificação da mão de obra interna naquele período, considerando as dificuldades acarretadas pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945), pois a guerra estava funcionando como um mecanismo de contenção da exportação de mão de obra da Europa para o Brasil. Acreditamos que uma boa visão sobre o projeto de Fernando Costa pode ser obtida com a leitura do artigo publicado por Francisco de Assis Iglesias, diretor do Ensino Agrícola na revista *Acrópole* (1944):

A EPA Fernando Costa em Pirassununga faz parte do grande plano de educação do homem rural, elaborado e posto em prática pelo operoso, inteligente e patriótico Interventor Federal de São Paulo. A distribuição geográfica das 10 EPAs que integram o aludido plano obedeceu ao critério de zonas agrícolas, de tal maneira que o raio de ação de cada uma chegue a encontrar a esfera de ação das demais.

Estas escolas destinam-se ao preparo do futuro trabalhador do campo, tendo todas elas cursos idênticos com pequenas variantes relativas à produção da zona em que estão colocadas. A de Pirassununga, por exemplo, como se acha situada em zona pastoril terá um curso mais desenvolvido no que se refere à criação e lactícínios.

Todos esses estabelecimentos estão localizados em grandes glebas, verdadeiras fazendas, onde serão feitas culturas destinadas ao ensino assim como a manutenção da escola, pois é do programa econômico das mesmas a autossuficiência. Se conseguirmos atingir esse desiderato, teremos realizado o máximo do esforço útil. A EPA Fernando Costa possui uma área de mais ou menos 1000 alqueires de terra. A topografia levemente ondulada das terras que integram a fazenda permitiu que se fizesse uma perfeita dis-



Edifício principal da EPA Fernando Costa. Ao fundo, notam-se o pavilhão de almoxarifado e a sequência de residências de professores. Décadas de 1940-1950.

Edifício principal da EPA Fernando Costa. Ao fundo nota-se o ginásio de esportes. Décadas de 1940-1950.

Placa de bronze com mensagem de incentivo de Fernando Costa aos estudantes. Placas semelhantes foram colocadas nas EPAs inauguradas durante sua interventoria.

tribuição de todas as dependências que constituem esse instituto pratico de ensino. Nesta distribuição não foi postergada, pelo contrário, foi uma constante preocupação a parte estética do conjunto, o edifício principal e todos os seus anexos estão localizados dentro de um parque que será o maior de nosso estado, pois consta de uma área de 70 alqueires, incluído um belo capão de mato, característico da região.

Como seria incompleto dar-se instrução ao indivíduo doente e fraco, as escolas possuem cada uma, dependência para tratamento da saúde, assim como completo estádio, onde o físico poderá se desenvolver de acordo com os preceitos modernos da educação física, pondo em pratica o velho adágio latino. A



Casa do diretor da Escola Prática de Agricultura, atual sede administrativa da FMVZ, campus Fernando Costa em Pirassununga. Décadas de 1940-1950.

escola de Pirassununga terá capacidade para 300 alunos internos e 150 semi-internos. Desde, porém que haja grande afluência de alunos, como é de se esperar, as atuais instalações, com a simples providência de duplicação de leitos comportarão o dobro dos números acima citados.

Grande será o benefício que essa escola, assim como suas irmãs, prestará a economia rural de nosso estado. E, sem diminuir as outras importantes realizações do governo do Dr. Fernando Costa, pode-se afirmar, sem receio de cair em erro, que as EPAS serão o traço característico com que essa brilhante administração passará para as páginas da história do estado de São Paulo.

A construção ocorreu de forma bastante rápida, principalmente considerando-se o tamanho do empreendimento. Tudo foi previsto para erigir-se uma escola padrão. O estado contratou a Sociedade Construtora Brasileira S/A para erguer os prédios e montar toda a infraestrutura. Na época, era uma das maiores obras públicas do país, e, além do prédio central, houve a necessidade de se construir casas para professores, funcionários, direção, ginásio de esportes, refeitório da escola, barragens, canal de irrigação, calçamento, rede de eletricidade, encanamento, rede de esgotos, oficinas, praça de esportes, pavilhões de indústrias, coelhos, galinheiros, suínos, entre outras obras. Havia dormitórios e áreas de lazer, mantendo-se um atuante cinema. Os prédios foram construídos no estilo neo-colonial, e desde a desapropriação da área até a inauguração transcorreram, aproximadamente, apenas três anos.

O jornal *O Movimento*, de Pirassununga, em sua edição de 14 de outubro de 1945, noticiou de forma alvissareira:

Pirassununga assistiu ontem, engalanada e festiva, a inauguração da EPA “Fernando Costa”. É a primeira escola desse tipo a ser inaugurada no estado e faz parte de um programa sábio, que um homem de boa vontade, entregue de coração e alma à causa pública, arquitetou para semear um futuro, mais sólido para o seu povo e futuras coletividades. [...] A história da educação guardará para sempre a iniciativa desta renovação do aprendizado agrícola, pois ela tende a modificar a vida do ambiente rural, procurando dar incentivo e felicidade ao “HOMEM DA TERRA”. Ele enfeitou seu século, com realizações tão grandes que elas perdurarão diante dos olhos das gerações vindouras. Essas realizações germinarão em todos os recantos do território Bandeirante. O fruto é o construtivo das Escolas agrícolas. É mais uma vitória da inteligência humana, nestes tempos de flagelos e desesperos [...].

Fernando Costa exonerou-se em 27 de outubro de 1945 do cargo que ocupava. Dedicava-se à campanha eleitoral como candidato ao Executivo paulista quando veio a falecer, em desastre de automóvel, na rodovia Anhanguera, no dia 21 de janeiro de 1946. A partir de então, o interesse no projeto das EPAS não foi mantido por seus sucessores, e o que se seguiu foi uma fase de decadência que levou ao esgotamento do projeto de ensino agrícola da forma como estava implantado, havendo ociosidade e grandes custos. Godói (2017) relata que o espaço físico ia “caindo aos pedaços”, como se um esqueleto fosse. A manutenção era precária, e o número de alunos, ano a ano, se reduzia. Portanto, considerou-se que seria melhor destinar suas instalações a outros usos do que manter seu uso original. Podemos assim inferir que, o que deveria ter sido um projeto de longo prazo, acabou terminando em, praticamente, cinco anos.

Nas lembranças do tempo da EPA, a semente de uma filosofia educacional que deixou uma infraestrutura física, fundamental para atender as necessidades que viriam a seguir. Alunos, funcionários e professores da EPA não contavam que a escola, que tinha uma infraestrutura especial, seria desativada de maneira tão rápida, após uma vida curta. Zaidan (2006) escreveu que, com a mudança da conjuntura política nacional, a EPA Getúlio Vargas de Ribeirão Preto começou a sofrer cortes de verbas e, no governo Ademar de Barros, por exemplo, os funcionários ficaram seis meses sem receber. Quem achou outro emprego saiu da escola, que passou a ser cada vez menos procurada. Mesmo sem muitos alunos, teve sua infraestrutura mantida ainda por um período de tempo. Procuramos e obtivemos confirmação de fatos similares para a EPA Fernando Costa de Pirassununga, através de Almiro Metzner, egresso de família que teve uma gleba de terra desapropriada para a construção da escola e que se tornou funcionário da EPA em

1943, aposentando-se após 45 anos de trabalho. Metzner, em comunicação pessoal, nos relatou que, em meados de 1955, chegou a ficar cerca de três meses sem receber salário.

Conforme notícias do jornal *O Movimento*, temos que a EPA de Pirassununga abriu suas portas em 1945, principiando a funcionar em caráter experimental, com os alunos inscritos até então: 165 rapazes. Em 1956, não obstante o progressivo e visível definhamento da instituição, noticiava em tom eivado de otimismo a formatura da décima turma de agrários:

Continua a EPA cumprindo a sua elevada missão, tudo fazendo para enobrecer o nome de seu criador e patrono, o saudoso Dr. Fernando Costa. A escola dentro de seu currículo regular mantém o curso básico com duração de 2 anos, onde o aluno adquire conhecimentos gerais agropecuários e que são aperfeiçoados em seguida, durante um ano em 2 modalidades: Agricultura e Horticultura ou Zootecnia e Defesa Sanitária Animal. Formam-se neste ano 42 agrários. Destes 42 jovens, mesmo antes de sua formatura, 68%, ou seja, 29 já estão encaminhados para trabalhos em propriedades agrícolas. Totaliza a EPA com a atual turma, 561 agrários formados, o que vem mostrar que este estabelecimento, embora lutando com toda sorte de dificuldades oriundas da falta de verbas, não desmerece a confiança que o Sr. Governador do estado nela depositou, quando resolveu não transformá-la em Hospital de psicopatas, e atendendo aos anseios de nossa cidade, categoricamente afirmou, que a EPA Fernando Costa seria mantida como escola de Agricultura, como até agora vinha sendo. Vê-se, portanto, que tendo empenhado o Senhor Governador sua palavra, a EPA tem sobremaneira se desdobrado em esforços para merecer cada vez mais a admiração de nossa cidade e estar à altura da resolução do Senhor Governador.

A realidade, porém, é que, em meados de 1956-1957, se trabalhava nos bastidores para que outro destino fosse dado à EPA, pois praticamente não tinha função definida. Não se assemelhava a uma propriedade rural e não conseguia se manter como escola. O prefeito Alziro Pozzi, muito preocupado com essa questão, em reunião com o governador e prefeitos da Região, apresentou reivindicações, sendo a primeira delas uma escola de veterinária em Pirassununga. Ao fazer a síntese do debate e definir a posição do governo, Jânio Quadros, examinando a reivindicação, afirmou a sua resolução de transferir para o interior a escola de veterinária, pois não compreendia o seu funcionamento na capital de São Paulo. Disse que não seria fácil a tarefa, mas que, dentro das normas legais, tudo faria para realizá-la. De outra feita, a notícia era sobre o Instituto de Menores de Pirassununga:



Acima: Dormitório e refeitório situados no edifício principal da EPA, atual Campus Fernando Costa. Décadas de 1940-1950.

Esquerda: Edifício da cavaleriça da EPA Fernando Costa.



Prédio da Indústria e Produção Animal da Escola Prática de Agricultura Fernando Costa, atual edifício prof. dr. João Soares Veiga, *campus* Fernando Costa em Pirassununga. Décadas de 1940-1950.

Referendando autorização do Secretário da Viação, o Governador autorizou acréscimo ao valor das obras de adaptação do Parque Fernando Costa da EPA para nele ser instalado novo Instituto de Menores sob a jurisdição do Serviço Social de Menores do Estado.

Ritter, relator oficial das ações de Fernando Costa como interventor, descreveu desta maneira a “importância social” do plano que seria instalado:

É preciso que o aluno se apegue ao conforto e à beleza para que, depois, na sua existência de trabalhador rural, ambicione as mesmas comodidades a que se habituara, deseje manter os mesmos costumes que adquirira e assim tudo faça por alcançá-las e mantê-los, provocando nos outros, pelo exemplo diuturno, igual disposição para tal melhoria de vida, o que, uma vez generalizado, culminará no que se chama progresso.

Todavia, temos o contraponto que aparece na fase de declínio do projeto, poucos anos depois, na crítica do deputado Aníbal Furlan:

quero dar o meu testemunho pessoal a respeito das chamadas Escolas Práticas de Agricultura. Acontece que, na prática, é o mais retumbante fracasso. O indivíduo sai da fazenda, entra na Escola e fica vagabundo, porque durante os três anos de permanência na Escola, se acostuma com água quente, com cinema, teatro, etc. Nunca mais voltará para a fazenda de onde saiu filho de colono. Dessa forma penso que o problema da Escola Prática de Agricultura, como se situa hoje, é um problema superado. Não dá, absolutamente, resultado algum.



Diante da celeuma que estava estabelecida no estado quanto ao destino das EPAs, consideramos adequado transcrever o testemunho escrito de Zeferino Vaz, de 1952, conforme descrito por Ferraz (2005), relacionado à cessão da área da então nova Faculdade de Medicina da USP em Ribeirão Preto:

foi uma batalha se conseguir a transferência dos edifícios e de uma área de 200 alqueires para a nova faculdade, na Fazenda Monte Alegre, local que tinha sido a sede do império do rei do café, Coronel Francisco Schmidt a 4 quilômetros da cidade. A classe rural encontrou-se dividida com a proposta, e formaram-se duas correntes e havia necessidade de conciliar interesses: urgia provar que o menino que vinha da roça e passava a estudar na Escola Prática, para ser capataz, custava quase tanto quanto um médico, e com um agravante: dos 300 e poucos saídos dali com um diploma, apenas um voltara para a lavoura. Os demais ficaram como garçons, balconistas, escriturários, trabalhando em bancos e, até mesmo em bares. E era natural, humano. Quem usufruía, em 3 anos, de todo conforto, boa cama, sabonete, toalha, instalação sanitária, campo de esportes, comida farta, não iria retornar a vida primitiva nas fazendas de então, cujas casas de colônia, sequer tinham água encanada, todas de construção tosca, o que era comum na época. De posse dos dados estatísticos comprovantes do que se alegava sobre a EPA “Getúlio Vargas” de Ribeirão Preto, o Governo do Estado deliberou transferir os alunos da mesma para Pirassununga, cedendo as instalações de Monte Alegre para a novel Faculdade de Medicina, ali iniciando a série de reformas e construção de outros pavilhões.

É interessante lembrar que tanto a primitiva EPA (1945-1957) como seus sucessores IZIP (1957-1974) e CIZIP (1974-



1989) tiveram sempre agregado às suas denominações, o nome de Fernando Costa, durante 44 anos. O *campus*, todavia, ao ser criado, recebeu apenas o nome da cidade onde se localiza, ou seja, Campus Administrativo de Pirassununga. Não encontramos explicação plausível para tal fato, o qual acarretou descontentamento. Sobre ele, por reiteradas vezes ouvimos reclamos dos professores Noé Masotti, Esleibe Ghion e Rui Laerte Gobesso, entre outros. A atitude para que o nome de Fernando Costa voltasse para o lugar de onde nunca deveria ter saído foi do prof. Ricardo de Albuquerque, da FMVZ, o qual encaminhou, no final de 2012, memorando fazendo a solicitação.

A tramitação dessa solicitação foi longa, e o assunto entrou em pauta para deliberação em reunião do Conselho Universitário em 13 de outubro de 2015, tendo sido anexados documentos como a Aprovação do Conselho Gestor do Campus, em reunião de 20 de maio de 2013, Parecer da Congregação da FMVZ, a qual aprova por unanimidade de votos a proposta de alteração do nome do Campus Administrativo de Pirassununga para Campus USP Fernando Costa, pareceres da Congregação da FZEA e da Comissão de Legislação e Recursos (CLR), também favoráveis à proposta de alteração do nome, Requerimento da Prefeitura Municipal de Pirassununga, Ofício do Diretor da Esalq, dr. Luiz Gustavo Nussio, encaminhando uma moção de apoio da Congregação da Unidade à solicitação, Minuta de Resolução que altera dispositivo do Regimento Geral da USP e Minuta de Resolução que altera dispositivos do Regimento do Campus. Portanto, era uma reivindicação com muito respaldo das comunidades universitária e pirassununguense.

O magnífico reitor Marco Antonio Zago, em sua manifestação, disse:

de fato, é uma justiça muito grande que se faz ao propor, e quem sabe aprovar, a denominação Campus 'Fernando Costa', assim homogeneizando com os demais, como Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira e outras, porque entre todas as qualidades que aqui se destacou, estava principalmente a do educador, quer dizer, uma pessoa realmente preocupada com a educação dos jovens e foi para isso, exatamente, que ele criou essa rede de Escolas Técnicas, cujo local hoje está ocupado pelo nosso Campus. Nada mais justo do que homenagear um grande educador da história do Estado de São Paulo.

Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado para a votação da proposta: Sim, 78 votos; Não, três votos; Absenções, uma. Total de votantes, 82. Assim, foi aprovada a proposta de alteração do nome do *campus* de Pirassununga, que voltou a ter o nome de "Fernando Costa", 26 anos após ter sido retirado.

Fernando Costa é, portanto, um dos principais responsáveis pela existência do que hoje é o *campus* da USP de Pirassununga, e tem o justo reconhecimento no saguão do prédio central, onde chama a atenção a presença de seu busto e, ao seu lado, inseridas numa placa de bronze, três frases bastante incisivas e profundas, revelando a sabedoria e as intenções do grande estadista: "Moços, nesta escola o Governo do Estado vos proporciona os meios de vencer na vida. O vosso sucesso depende, porém, de esforço e persistência no estudo e no trabalho. Lembrai-vos, pois, que na vida só o indivíduo pode lançar os alicerces da própria felicidade".

Pavilhão de garagem à esquerda, almoxarifado à direita, pavilhão de oficinas no centro e pavilhão de máquinas agrícolas mais atrás. Vista da área posterior ao edifício principal da EPA Fernando Costa).

Vista de um dos conjuntos de residências de funcionários da EPA Fernando Costa (Colônia do Mato).

O IZIP E A VINDA DA FMVZ PARA PIRASSUNUNGA

Casal Maria Ferri Soares Veiga (dona Mariinha) e prof. João Soares Veiga.

Prof. dr. João Soares Veiga, primeiro diretor do IZIP Fernando Costa, Jânio da Silva Quadros, governador do estado de São Paulo e prof. dr. Euclides Onofre Martins, diretor da FMV, da esquerda para a direita. Alojamento do IZIP Fernando Costa em Pirassununga, meados de 1957.

O casal João Soares Veiga e Maria Ferri Soares Veiga (ou dona Mariinha, como era conhecida) foi extremamente importante na implantação do Instituto de Zootecnia e Indústrias Pecuárias Fernando Costa (IZIP) e obtenção desse grande patrimônio para a Universidade de São Paulo, que hoje constitui o Campus Fernando Costa. Nessa narrativa, abrimos um parêntesis para descrever um pouco da história do casal e seu envolvimento com os cursos técnicos do IZIP: dona Mariinha era pedagoga e tinha uma visão bastante inovadora sobre ensino; eles se casaram em 1938 e realizaram muitas experiências em parceria no trabalho conjunto, tiveram uma escola de alfabetização de adultos em São Paulo, chamada Escola para Todos. Também, ela o auxiliava no campo em anotações e em diluição de sêmen.

Em 1950 foram para os Estados Unidos, com bolsa da Fundação Rockefeller, para conhecer diversas regiões do país, todavia, ela preferiu permanecer em Washington onde teria oportunidade de entrar em contato com novas técnicas de educação, incluindo o estudo dirigido e novas técnicas de avaliação. O presidente da Fundação Rockefeller, encantado com aquele casal, ofereceu-lhes a oportunidade de permanecerem nos Estados Unidos. Ele respondeu que não poderia permanecer porque, por gratidão, como imigrante, tinha que voltar ao Brasil para pagar por tudo que recebera de graça aqui com seus estudos. Em 1955, dona Mariinha presta concurso e é aprovada em primeiro lugar, começando a trabalhar como diretora de Grupo Escolar no bairro da Freguesia do Ó, na capital paulista.

A possibilidade de mudança da Faculdade de São Paulo para o interior do estado foi, por um longo período, objeto de discussão acalorada, com os grupos contrários e favoráveis defendendo suas posições de maneira renhida. O corpo discente normalmente apoiava a transferência, tendo inclusive chegado a deflagrar greve para marcar sua posição. Acreditamos que o prof. dr. João Soares Veiga tenha sido o docente que mais se empenhou nessa causa, e exatamente quando ocupava a diretoria da Faculdade, em 1956, o governador do estado de São Paulo, Jânio Quadros, pela Resolução n. 570/56, nomeou uma comissão integrada pelos professores Paulo Maria Gonzaga de Lacerda júnior, Zeferino Vaz e José de Fatis Tabarelli Neto para manifestar sobre a conveniência e a possibilidade de mudança e indicar em relatório qual cidade do interior do estado seria mais propícia para a instalação da Faculdade. Em sessão da Congregação para debater o assunto, destacamos os pronunciamentos do prof. Sebastião Nicolau Piratininga, o qual disse lamentar o que considerava um desprestígio para a Faculdade,



ou seja, a designação de uma comissão pelo governador para tratar de assunto da Universidade, sem audiência do Conselho Universitário ou da Congregação. O prof. Gabriel Sylvestre Teixeira de Carvalho relatou ter dito ao reitor que a Faculdade não seria transferida sem o prévio pronunciamento da Congregação, adiantando mais, que sua Magnificência autorizou a consignação de verba para prosseguimento da construção da Faculdade na Cidade Universitária. Carvalho considerava esse fato indicativo de que o governo ainda não tomara posição definitiva a respeito do problema. Posta a consulta em votação, por 13 votos contra uma abstenção, a Congregação



A mesa que presidiu a solenidade de inauguração do IZIP em 21 de março de 1959: prof. dr. Marcelo Dammy Souza Santos, diretor do Instituto de Energia Atômica e catedrático da Faculdade de Filosofia, José Maria Onofre de Santa Fé Martins, diretor administrativo do IZIP, Alziro Pozzi, prefeito municipal, prof. dr. João Soares Veiga, prof. dr. Euclides Onofre Martins, diretor da FMV, Maria Ferri Soares Veiga, Zeferino Vaz e coronel Geraldo Magela Moroso Anastácio, comandante do 17º Regimento de Carros de Combate.

manifestou-se contrária à mudança da Faculdade preconizada pelo governo do estado.

Em 1956, o prof. João Soares Veiga comunica à Congregação que as obras de instalação do reator atômico na Cidade Universitária haviam avançado 320 metros dentro da área da Faculdade, ocupando mais da metade dos terrenos do Departamento de Zootecnia. Embora o reitor houvesse solicitado providências no sentido de ser procedida a devida compensação, era evidente a vulnerabilidade e causava preocupação a permanência do Departamento de Zootecnia na capital do Estado. Assim, nesse mesmo ano o prof. Veiga passou a viajar pelo interior do estado de São Paulo, a pedido do governador Jânio Quadros, à procura de um local para instalar a Faculdade de Medicina Veterinária, pois era desejo do governador que esta fosse ao interior. Juntamente com os profs. Euclides Onofre Martins e Zeferino Vaz, dois eméritos docentes da Faculdade que muito contribuíram para o ensino médico e médico veterinário neste país, encontrou disponível, em 1956, uma área com quase mil alqueires no município de Pirassununga, área pertencente à Secretaria da Agricultura onde, na década de 1940, se instalara a EPA, que alcançara grande sucesso mas que, nessa época, já se encontrava totalmente desprovida de sua finalidade inicial e em fase de degradação física evidente.

Pirassununga foi então escolhida. A cidade estava apreensiva com a possibilidade bastante concreta e comentada, na época, de vir a ser instalado um presídio no local da antiga Escola Prática de Agricultura e viu com muito bons olhos essa alternativa. Outras cidades do interior do estado de São Paulo que haviam recebido instalações das antigas EPAs não tiveram a mesma sorte de Pirassununga. Embora procurassem se manifestar contrárias, São José do Rio Preto, Bauru e Itapetininga viram serem criados educandários para menores, ou, como eram chamados, “Institutos Penais Agrícolas”, vinculados à Febem. O jornal *A Notícia*, de São José do Rio Preto, relatou em abril de 1955: “repugna ao bom senso, pensar no fechamento de um educandário para abrir uma prisão”. Todavia, em 16 de julho de 1955, noticiava: “o Instituto Penal Agrícola (IPA) de Rio Preto começará a funcionar na próxima segunda-feira com os primeiros 20 detentos”, tendo como diretor o sr. Javert de Andrade, que enaltecia o “comportamento exemplar dos condenados” que estavam por chegar, ressaltando que todos possuíam penas “relativamente pequenas”, na tentativa de abrandar a situação e acalmar a comunidade local.

O fato é que, sonhando com algo maior que a minigranja leiteira que o Departamento de Zootecnia tinha na Cidade Universitária e contando com o apoio político do doutor Alziro Pozzi, prefeito de Pirassununga, e também do governador



Portão de acesso pela rodovia Anhanguera ao Instituto de Zootecnia e Indústrias Pecuárias Fernando Costa (IZIP), Campus Fernando Costa em Pirassununga. Demolido por ocasião da duplicação da rodovia no final dos anos 1970. Década de 50.

Descerramento de fita no antigo edifício da Associação Agropecuária do Vale do Mogi-Guaçu, atual Centro de Eventos do Campus Fernando Costa em Pirassununga. Maria Ferri Soares Veiga (dona Mariinha), prof. João Soares Veiga e Fausto Victorelli, então vice-prefeito de Pirassununga. Meados de 1960.

Jânio Quadros, apoiado pelo prof. Euclides Onofre Martins, então nosso diretor, conseguiu o ilustre prof. Veiga, pela Lei n. 4.489, de 24 de dezembro de 1957, criar o Instituto de Zootecnia e Indústrias Pecuárias Fernando Costa (IZIP), órgão anexo à Faculdade de Medicina Veterinária, nele inserindo quatro departamentos: o Administrativo, o de Cursos Médios, ambos polêmicos ao longo da história, o de Zootecnia e o de Indústria, Inspeção e Conservação de Produtos de Origem Animal, este oriundo da cátedra do prof. Paschoal Mucciolo, além de uma Escola Normal Rural, que nunca foi instalada.

Recebia a Faculdade naquela data, 24 de dezembro de 1957, de porteiros fechadas, como “presente de Natal”, um imóvel rural de grande área, situado num ponto central do estado dotado de boas aguadas, com fácil acesso rodoviário, possuindo solo fértil e de ótima qualidade, rico em edificações suficientes e próprias para a administração, alojamento de alunos, lazer, residência de funcionários e instalações para animais, além de rebanhos de quase todas as espécies de interesse zootécnico. Esse patrimônio foi enriquecido com a transferência da Câmara Climática, do Posto de Inseminação Artificial, de equipamentos da Usina de Laticínios e dos animais existentes em São Paulo, além de alguns funcionários.

A lei que criou o Instituto de Zootecnia e Indústrias Pecuárias Fernando Costa, anexo à Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de São Paulo, também dava outras providências e, no parágrafo 1º do artigo 5º, definia que o diretor do Instituto seria designado pelo governador entre os catedráticos de Zootecnia e de Indústria, Inspeção e Conservação dos Produtos Alimentícios de Origem Animal, coincidindo o respectivo mandato com o do diretor da Faculdade de Medicina Veterinária, a quem ficaria subordinado. Em 1958, o prof. Veiga transferiu-se com sua família para Pirassununga,



pois fora indicado diretor daquele Instituto. A diretoria do IZIP deveria ser alternada entre os catedráticos dos departamentos de Zootecnia e de Inspeção, acontecimento que nunca se efetivou nesse início, permanecendo o prof. Veiga no cargo até sua aposentadoria, em 1966.

O artigo 4º da referida lei discriminava suas finalidades:

I – No setor da pesquisa:

- a) realizar pesquisas de caráter científico e técnico no campo da Zootecnia e da Industrialização de Produto de Origem Animal;
- b) realizar ensaios de máquinas e de aparelhos usados na Indústria da Carne e do Leite;
- c) realizar exames e ensaios sobre produtos destinados à alimentação animal;
- d) prestar assistência técnica às indústrias de alimentos de origem animal;
- e) prestar assistência zootécnica aos criadores;
- f) colaborar com outras entidades públicas dedicadas aos serviços de extensão e fomento da produção animal;

II – No setor de ensino:



Vista do edifício da Associação Agropecuária do Vale do Mogi-Guaçu, atual Centro de Eventos do *campus* Fernando Costa em Pirassununga.

Prof. João Soares Veiga na suinocultura do IZIP Fernando Costa.

- a) realizar cursos de pós-graduação para diplomados por escolas superiores;
- b) ministrar, no curso normal da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de São Paulo, as cadeiras de Zootecnia e de Indústria, Inspeção e Conservação dos Produtos Alimentícios de Origem Animal;
- c) ministrar cursos técnicos nos moldes estabelecidos pela legislação orgânica do ensino agrícola;
- d) ministrar ensino normal rural, nos moldes da legislação estadual.

Ainda, em seu Parágrafo 1º descrevia que para a realização dessas finalidades o Instituto teria:

- 1) usina piloto de beneficiamento e de industrialização do leite;
- 2) matadouro piloto;
- 3) indústria piloto de produtos cárneos;
- 4) criação de reprodutores das várias espécies domésticas indicadas para a região de sua influência no Estado de São Paulo;
- 5) posto de inseminação artificial;
- 6) secção de agrostologia para produção de sementes forrageiras.

A Inauguração oficial do IZIP deu-se em 21 de março de 1959. Na ocasião, o diretor da Faculdade, prof. dr. Euclides Onofre Martins, em seu discurso, enaltecendo a abnegação de quem tanto lutara para conseguir aquele vasto território para a Universidade, disse:

Prof. Veiga, acompanhado de sua esposa, renuncia à comodidade de sua posição em São Paulo, fecha sua casa, tira seus filhos dos colégios, abandona seu círculo de amigos, deixa a comodidade de que fazia jus após longos anos de trabalho, de dedicação ao ensino e à pesquisa, e com passo firme dirige-se para esta generosa

terra afim de plantar a semente fecunda de seu labor, cujos frutos, os primeiros, colhemos neste momento.

O casal veio para Pirassununga em 1958, mesmo tendo recebido um abaixo-assinado dos moradores do bairro da Freguesia do Ó, com aproximadamente 5 mil assinaturas, propondo que dona Mariinha se candidatasse como vereadora pelo bairro em função das melhorias conseguidas para a comunidade, graças à sua atuação como diretora. Ela abdicou desse trabalho e optou por vir ajudar a organizar o IZIP em Pirassununga, pois não queriam perder a oportunidade de obter o Instituto para a Faculdade.

Dona Mariinha, indicada pelo prof. Sólon Borges dos Reis, apresentou ao governador um projeto de uma escola de ensino médio fundamentada nos princípios da Escola Democrática do escocês Alexander Sutherland Neill, autor do livro *Liberdade sem medo*, obra especialmente recomendada a educadores, pais e psicólogos. O projeto era ainda acrescido de estudo dirigido, métodos justos de avaliação, sistema integrado com o curso médio técnico, em período integral e em regime de internato misto, o que causou grande espanto naquela época. A desobrigação do comparecimento às aulas fazia parte do aprendizado de que a ampla liberdade pressupõe também ampla responsabilidade.

Jânio Quadros nomeou dona Mariinha diretora do Departamento de Cursos Médios. Assim, ela criou uma escola que chamava de Escola Humanizada. Foi uma experiência inovadora e marcou a vida de seus alunos. Era uma escola muito acolhedora, sem precedentes, tanto que Florestan Fernandes escreveu um livro *Educação e Sociedade no Brasil*, com um capítulo inteiro – “Uma experiência promissora” – sobre a escola.

Edifício do Serviço de Inseminação Artificial do IZIP Fernando Costa, atual Centro de Biotecnologia de Reprodução Animal (CBRA) do Departamento de Reprodução Animal da FMVZ. Década de 1960-1970.



Prédio Central do Instituto de Zootecnia e Indústrias Pecuárias Fernando Costa (IZIP), Campus Fernando Costa em Pirassununga. Meados década de 1960.

Foram feitos muitos trabalhos comunitários, e o desempenho na sociedade foi, e até hoje é, considerado muito bom.

O casal Veiga e Mariinha acreditava na grandeza da formação técnica e via na expansão da pecuária, da agricultura e no avanço da indústria de produtos cárneos e lácteos o avanço da nação. O curso médio do IZIP foi considerado uma escola muito moderna para sua época, e a grande maioria de seus egressos obteve bastante sucesso profissional, muitos trabalhando como técnicos, pois tinham mercado de trabalho e boa formação. Outros continuaram estudando e fizeram curso superior.

É incrível como um período pequeno de tempo influenciou a vida toda desse grupo de pessoas, hoje em sua maioria idosos, e o quanto foi marcante em seu modo de pensar e de viver. Os alunos permaneciam por três anos para realizar o curso médio no IZIP; todavia, por período de tempo que já ultrapassou os cinquenta anos, perdura o reconhecimento à instituição, aos funcionários e professores, que é devotado pelos alunos, mas, sobretudo, é admirável a canalização de sentimentos para o casal Veiga-Mariinha, que são verdadeiramente amados pelos alunos. Afirmam que se sentem filhos de Mariinha, se orgulham em dizer que jamais deixarão de serem izipianos. A gratidão por tudo que passaram e aprenderam nos três anos de curso deu sustentação para, após formados, aplicarem técnicas no campo, mas, sobretudo, afirmam que o mais relevante foi terem aprendido lições para toda a vida, e têm as marcas da instituição cravadas na mente e no coração.

Em reconhecimento à escola, os ex-alunos do IZIP construíram um memorial, localizado próximo ao prédio central do *campus*, no local denominado praça do Izipiano Maria Ferri Soares Veiga. Tal memorial foi inaugurado em 16 de novembro de 2013, dedicado a alunos, professores, diretores e reitores, e representa uma bela homenagem das quinze turmas formadas no período de 1961 a 1975, num total de 723



formandos, com nomes gravados em baixo-relevo em granito, em uma estrutura de concreto. É oportuno ressaltar que parte do aqui descrito sobre a história do casal Veiga-Mariinha, e seu envolvimento com o IZIP, foi extraído da fala da filha do casal, Ana Cecília Ferri Soares, por ocasião da inauguração do memorial, e está contida em gravação de DVD que registrou tal evento (Memorial Izipiano).

É importante salientar também que a USP obteve o patrimônio hoje chamado Campus Fernando Costa em Pirassununga do governo do estado, sem qualquer ônus, mediante a proposta elaborada pelos ilustres profs. drs. Euclides Onofre Martins e João Soares Veiga, grandes batalhadores pelo IZIP Fernando Costa. A origem do patrimônio poderia ser descrita da seguinte forma: nos termos do Decreto-Lei n. 12544/42, foi declarado de utilidade pública, para efeito de desapropriação e emissão de posse, terras situadas no município de Pirassununga, constituídas de pequenas propriedades rurais produtivas, necessárias à instalação de uma escola profissionalizante. As despesas com o pagamento das indenizações correram por conta de crédito especial aberto à Secretaria da Agricultura, a quem competiu a instalação e coordenação do funcionamento da EPA de Pirassununga.

Na escritura pública de doação, lavrada em 25 de maio de 1959 no 22º Tabelião de Notas da Cidade de São Paulo, e nos termos do artigo 8º da Lei n. 4.489, de 24 de dezembro de 1959, o poder Executivo fez a doação à Universidade de São Paulo do imóvel constituído de terras com demais benfeitorias e instalações, anteriormente ocupado pela EPA Fernando Costa de Pirassununga, destinando-o à Faculdade de Medicina Veterinária. Como outorgada donatária, a USP, representada pelo reitor da época, com a aprovação do Conselho Universitário, em sessão de 30 de janeiro de 1959, manifestou-se de acordo e aceitou a escritura em seus termos expressos. Assim, o consentimento da parte interessada, no

caso a USP, deu-se o imperativo e aquiescência a forma e formalidades preestabelecidas.

Os cursos técnicos do IZIP persistiram até 1975, pois, como relata Godói (2017), não recebia investimentos, a procura diminuía e a formação não era de acordo com o que a Universidade e a sociedade queriam. Assim, houve sua desativação.

Nessa narrativa, voltemos a discorrer, então, sobre fatos relacionados à utilização do IZIP pela nossa Faculdade. Para implementar as atividades de administração, de pesquisa e de ensino, no novo Instituto, a presença dos docentes naquele próprio estadual era imprescindível. Obedecendo a determinação superior, o prof. Noé Masotti, em 1959, passou a viajar para Pirassununga, lá permanecendo por períodos semanais ou quinzenais, encarregando-se dos rebanhos e das atividades, cada vez mais crescentes, e do Posto de Inseminação Artificial.

Em 1960, também se transferiu com a família definitivamente para o interior, passando a residir no IZIP, como era “conveniente e obrigatório”. As aulas, entretanto, continuaram a ser ministradas em São Paulo, tanto as da Zootecnia Geral como as teóricas de Zootecnia Especial, estas pelo prof. Armando Chieffi, pelo prof. Noé Masotti e, esporadicamente, pelo prof. João Soares Veiga, que se revezavam no deslocamento entre Pirassununga e São Paulo.

Aulas práticas somente em novembro, como estágio, por não mais do que dez dias. Nessas oportunidades, visitavam-se as criações, realizavam-se as esperadas e curiosas práticas de inseminação artificial e algumas aulas de Exterior I.

Em 1960, como já relatamos, o prof. Chieffi nos deixou, havendo o preenchimento de sua vaga somente no ano seguinte, com a contratação especificamente para atuar em Pirassununga do prof. Renato Campanarut Barnabe, o qual, de maneira brilhante, iniciou suas atividades profissionais como um polivalente, com atuação em quase todos os setores das criações e também na inseminação artificial. Suas atividades didáticas foram iniciadas no Departamento de Cursos Médios, passando a exercê-las, logo em seguida, no Departamento de Zootecnia.

A partir de janeiro de 1962, a convite do prof. João Soares Veiga e por sua indicação, como veterinário integrante do convênio celebrado entre a Faculdade, o Departamento de Zootecnia e o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, é admitido o recém-formado médico veterinário Esleibe Ghion, para dar início às pesquisas a serem conduzidas pelo Departamento, na Câmara Climática. Em 24 de março de 1962, este inicia cumulativamente atividades didáticas, como prof. de Cultura Técnica, junto ao Departamento de Cursos Médios do IZIP. Essas atividades foram exercidas até fins de 1965, quando, por indicação do prof. João Soares Veiga, passa a pertencer somente ao quadro de docentes do Departamen-



to, também como polivalente, na área da Zootecnia Especial, sediado em Pirassununga.

As pesquisas no campo da Climatologia Animal visavam obter, principalmente, subsídios sobre a adaptação dos bovinos aos climas tropicais e subtropicais e sua tolerância ao calor. Esse laboratório, desde sua transferência da Cidade Universitária para Pirassununga e até então, estava inativo. Vários trabalhos, nesse período inicial (1962-1965), foram concluídos e publicados, inclusive dissertações de mestrado, como a dos profs. Renato Campanarut Barnabe e Esleibe Ghion.

A aptidão natural e a habilidade adquirida e demonstrada pelo ainda jovem prof. Renato logo despertaram o interesse do prof. Ernesto Antônio Matera, o qual, sabiamente, negociou e conseguiu do prof. Veiga a anuência para a transferência de Renato para o Departamento de Patologia e Clínicas Cirúrgicas e Obstétricas, onde o saudoso mestre necessitava de profissional com potencial para desenvolver a fisiopatologia da reprodução.

O êxito desse investimento é indiscutível, pois sabemos, hoje, o quanto representa para nossa Unidade o atual Departamento de Reprodução Animal (VRA), concebido sob sua orientação. Durante os anos de 1963 e até fins de 1966, o prof. Fernando Andreasi, depois de ingentes esforços no sentido de sanar lacunas e preparar novos profissionais para o ensino e a pesquisa das sempre crescentes áreas de sua especialização, conseguiu indicar e admitir, respectivamente, Flávio Prada e Cássio Xavier de Mendonça Júnior. Em agosto de 1966, a Zootecnia Especial, com a saída dos profs. Renato e Veiga, ficava reduzida a apenas dois docentes, Noé Masotti e Esleibe Ghion, os quais vinham a São Paulo para ministrar as aulas teóricas, ministradas às segundas-feiras à tarde e às terças-feiras pela manhã, o que fizeram até o primeiro semestre de 1968. No segundo semestre, o prof. Esleibe viajava a São Paulo to-

Memorial Izipiano no Campus Fernando Costa da USP de Pirassununga.

Vista de antigas instalações do setor de avicultura do IZIP Fernando Costa. Década de 1960-1970.



Vista do Grupo Escolar Rural Professor Altino Antunes no IZIP Fernando Costa. Posteriormente, instalações foram adaptadas para funcionamento do Hospital Veterinário (Hovet) e, a partir de 2010, do Centro de Apoio ao Ensino e à Pesquisa (Caep).



das as quintas-feiras para, às 20h, após o término das aulas de Anatomia Patológica I, obrigatoriamente acompanhar os alunos até Pirassununga, onde, nas sextas-feiras o dia todo e nos sábados pela manhã, ministrava aulas, devendo voltar a São Paulo, acompanhando os alunos, após as 12h.

Depois de muito batalhar, e agora sob a chefia do prof. Fernando Andreasi, os profs. Noé Masotti e Esleibe Ghion conseguiram, em 1969, que os alunos fossem a Pirassununga e lá ficassem durante a última semana de cada mês, para receberem aulas de Criação. Essa possibilidade foi concretizada graças aos entendimentos havidos com o Departamento de Histologia e a compreensão e colaboração do prof. dr. Antonio Guimarães Ferri. É interessante recordar também que a parte de Exterior dos Animais Domésticos oferecida aos alunos ingressantes, chegou a ser ministrada, em 1969 e 1970, somente aos sábados pela manhã e na Cidade Universitária, o que impedia a visita a propriedades particulares ou estabelecimentos oficiais, estes seguramente sem expediente nos finais de semana.

A seguir, outra ocorrência importante. No início dos anos 1970, ou um pouco antes, segundo os fatos registrados, entendemos que a coletividade docente da Faculdade passou por um período de grande transição, com inquietações de ordem administrativa e mesmo política, face às avaliações e discussões sobre o ensino até então ministrado, a criação de novas disciplinas, novos conteúdos programáticos, a reestruturação da carreira, novos cargos, enfim, com relação à reforma universitária que estava sendo proposta, já considerada mais do que necessária e prestes a vigorar.

Com a reforma universitária, as disciplinas básicas foram transferidas para os Institutos, sendo acompanhadas dos seus docentes, deixando lacunas e saudades até hoje sentidas, e com resultados, em algumas áreas, ainda insatisfatórios. As demais, que ficaram ou foram reformuladas, mais as recém-introduzidas, permitiram a criação de quatro novos departamentos:

Departamento de Cirurgia e Obstetrícia, Departamento de Patologia e Clínicas Médicas, Departamento de Medicina Veterinária Preventiva e Saúde Animal e Departamento de Produção Animal, reconhecidos pelas siglas VCO, VPC, VPS e VPA. Com a publicação do nosso regimento interno e de acordo com o Estatuto da USP de 1969, o extinto Departamento de Zootecnia emprestava, naquele momento, o seu nome ao da nossa Faculdade, que passou a chamar-se Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, episódio primeiro da implantação do futuro curso de Zootecnia.

Se os três primeiros departamentos puderam ser constituídos, pois tinham representantes docentes em pelo menos quatro das categorias da carreira necessárias para comporem seus Conselhos Departamentais, ao VPA, aliás, ao DPA como primeiramente foi nomeado, faltava um docente na categoria de doutor, o que o impossibilitou de ser implantado. Uma comissão, conforme mandava o Estatuto da Universidade, foi designada para dirigir os seus destinos, sendo integrada pelos profs. Ernesto Antonio Matera, Metry Bacila e Omar Jacques Marzagão Barbutto, os quais, por questões éticas, não aceitaram a tarefa. Uma segunda comissão, constituída pelos profs. Fernando Andreasi, Noé Masotti, João Silva Marcondes Veiga, Renato Campanarut Barnabe e o aluno Gervásio Bechara foi empossada, reunindo-se pela primeira vez em 23 de abril de 1970, desenvolvendo durante quase vinte meses a árdua mas profícua tarefa, encerrada em 1º de dezembro de 1971, quando o Departamento conseguiu proceder a eleições para composição do seu primeiro Conselho. O cargo na categoria de doutor fora preenchido com a contratação do dr. Carlos de Souza Lucci. Com as novas disciplinas criadas e a opção dos docentes então existentes por duas delas (Fernando Andreasi, Flávio Prada, João Silva Marcondes Veiga, Cássio Xavier de Mendonça Junior para a Nutrição Animal e Noé Masotti e Esleibe Ghion para a de Criação Animal), ficavam a

descoberto, desprovidas de docentes, as disciplinas de Exterior dos Animais Domésticos, Tecnologia dos Produtos de Origem Animal, Ecologia e Melhoramento Animal, Alimentação, Pastagens e Plantas Forrageiras, Economia Rural e Estudos de Problemas Brasileiros, situação grave e que mais à frente iremos comentar.

O CIZIP E O CURSO DE ZOOTECNIA DA FMVZ-USP

Acrescente-se a esse contexto de falta de docentes, a transferência da sede do departamento, definitivamente, para Pirassununga, onde, concomitantemente, o então IZIP transformava-se em CIZIP, ou seja, num Centro Intraunidade, abrindo melhores oportunidades para sua utilização pelos outros Departamentos da Faculdade. Mudanças na grade curricular, com antecipação do oferecimento das disciplinas, retorno da Tecnologia de Produtos de Origem Animal ao VPS, divisão de equipamentos, propostas de formação de dois tipos de profissionais veterinários, um especializado no ramo produção animal (zootecnia) e outro na área médica, aconteceram ou caíram por terra.

Com a vigência da Resolução n. 393, de 5 de abril de 1974, o reitor da USP, prof. dr. Orlando Marques de Paiva, ex-diretor da FMVZ, fez editar o novo regimento da Faculdade, em consonância com o Regimento Geral da USP, atualizado de acordo com os termos da Lei n. 5540 (Diretrizes e Bases), incorporando o IZIP na condição de Centro Intraunidade (*in verbis*):

Artigo 19 – O Instituto de Zootecnia e Indústrias pecuárias Fernando Costa, IZIP, criado pela Lei Estadual de número 4489 de 24 de dezembro de 1957, localizado na cidade de Pirassununga, SP, e considerado como Instituto anexo à Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP, passa a constituir Centro Intraunidade, nos termos do regimento Geral da USP, com a denominação de Centro Intraunidade de Zootecnia e Indústrias Pecuárias Fernando Costa (CIZIP).

Onde locar fisicamente, no CIZIP, o Departamento de Produção Animal? Que investimentos seriam necessários? Como dotar o departamento para bem executar a sua missão? Onde encontrar especialistas para as novas disciplinas e como contratar funcionários para auxiliá-los? Felizmente, a Comissão encontrou soluções, recebendo apoio dos profs. Orlando Marques de Paiva e Adolpho Ribeiro Netto, nossos ex-diretores. O primeiro, como vice-reitor, fez gestões junto à Secretaria da Agricultura tentando conseguir alguns de seus técnicos especializados para lecionarem, ainda que precaria-



Inauguração do Curral de Gado de Corte. Prof. Noé Masotti descerra a placa, ladeado por Adolpho Ribeiro Netto, diretor da FMVZ, e Orlando Marques de Paiva, ex-professor da FMVZ e, na época, reitor da USP. Outubro de 1976.

mente, no departamento, sofrendo, entretanto, séria oposição daquela entidade, que se negava a emprestá-los. Carlos de Souza Lucci, em carta dirigida ao prof. Fernando Andreasi, manifestava o seu desejo em deixar aquela secretaria e iniciar atividades como docente, sendo o primeiro a ser contratado e vindo posteriormente a se tornar um dos nossos eminentes professores titulares. Lício Velloso foi o segundo, com igual sucesso. Vieram para as áreas de Bovinos de Leite e de Corte, respectivamente. Um terceiro veterinário, Bianor Côrrea Neto, foi sugerido e veio a colaborar, temporariamente, na disciplina de Ecologia e Melhoramento Animal, sendo substituído, ao nos deixar, pelo primeiro agrônomo a fazer parte do nosso departamento, Antonio Pedro Schlindwein. Em contrapartida, já tínhamos o médico veterinário Francisco Prado Rennó lecionando a disciplina de Pastagens e Plantas Forrageiras, como especialista, pois já tinha mestrado na área.

Somado a esses acontecimentos, o prof. Adolpho Ribeiro Netto buscava recursos financeiros para a nossa Faculdade, encontrando-os pelo Programa do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o que propiciou a apresentação de projetos que permitiram reformas e construções substanciais. A sede do departamento, no atual edifício Professor Doutor João Soares Veiga, foi concluída. Foram projetados os aviários experimentais e a cunicultura pelo prof. Esleibe Ghion, o curral para o gado nelore e o confinamento pelo prof. Lício Velloso, os quais viram iniciadas as suas construções.

Com seus docentes titulados e em número suficiente, realizando aperfeiçoamento no exterior, com apoio das diretorias da Faculdade e do CIZIP e com o mínimo necessário em equipamentos, o ensino e as pesquisas no departamento floresceram, os setores de criação puderam ser reformados, e os rebanhos, melhorados. Julgamos ser 1975-1980 o período

Implantação total do curso de Zootecnia em Pirassununga: reitor da USP, Antônio Hêlio Guerra Vieira; diretor da FMVZ, Vicente Borelli; prefeito de Pirassununga, Fausto Victorelli; e governador do estado de São Paulo, André Franco Montoro, 1984.



Traslado dos restos mortais de Fernando Costa para o CIZIP. Observam-se, entre outros: prefeito de Pirassununga, Fausto Victorelli; governador do estado de São Paulo, André Franco Montoro; reitor da USP, José Goldenberg; prof. Noé Masotti e prof. e diretor da FMVZ José Cesar Panetta. Década de 1980.



áureo do ensino da Produção Animal aos acadêmicos do curso de Medicina Veterinária, cujas manifestações de elogios se faziam realidade, mediante as seguidas homenagens prestadas aos seus docentes.

O IZIP teve então como seu diretor, desde sua criação (1957), o prof. João Soares Veiga, permanecendo este no cargo até sua aposentadoria em 1966. Posteriormente, as diretorias de IZIP e CIZIP foram ocupadas pelos seguintes professores nos respectivos períodos: Omar Jaques Marzagão Barbuto (1966-1972), Noé Masotti (1972-1976 e 1985-1987), Vicente Borelli (1976-1981), Renato Campanarut Barnabé (1981-1983), Arlindo Garcia Moreno (1983-1985) e, finalmente, na fase de transição para *campus*, Esleibe Ghion (1987-1989).

Face à importância da Zootecnia no contexto nacional e internacional, cuja profissão foi legalmente instituída no Brasil pela Lei n. 5.550/68, a Congregação da FMVZ aprovou a criação do curso superior de Zootecnia, o único da USP. De início, as disciplinas básicas foram lecionadas pelos Institutos de Química, Matemática, Ciências Biomédicas e de Biociências da Universidade, localizados na Cidade Universitária, em São Paulo.

Todavia, a semente lançada, em 2 de junho de 1972, com a visita dos profs. Fernando Varela de Carvalho, nosso vice-diretor, e de Orlando Marques de Paiva, vice-reitor, os quais vieram especialmente ao departamento para expor “O ponto de vista da Reitoria” sobre a instalação de um curso de Zootecnia na nossa Faculdade, germinara, criara raízes, começava a inquietar, e, sob certa pressão, finalmente foi criado o curso de Zootecnia com duração prevista para quatro anos. Em 1979, das cem vagas que a nossa Unidade oferecia, vinte foram destinadas e providas com candidatos ao novo curso, que a princípio deveria ser oferecido, em seus quatro primeiros semestres, pelos institutos básicos da Universidade, e, nos quatro restantes, pela Faculdade, concentrando-se as disci-

plinas profissionalizantes no nosso antigo Departamento de Produção Animal (VPA).

Cumpre-nos inserir nesse episódio os trabalhos desenvolvidos pelo prof. dr. Vicente Borelli em Pirassununga, como diretor do CIZIP, durante os anos de 1976 a 1981 e continuados, já então como diretor da Faculdade, até 1985. Em 1981, além das responsabilidades didáticas com o curso de Medicina Veterinária, o VPA iniciava sua participação na formação dos novos zootecnistas da USP, valendo-se da colaboração de seus docentes e de outros oriundos da Esalq, Unesp de Botucatu, Institutos da USP e da “promessa” da contratação futura de novos, à medida que os semestres se sucedessem.

Nesse início dos anos 1980, e com o curso de Zootecnia tentando se afirmar, problemas recorrentes eram muitas vezes debatidos na Faculdade, como a difícil situação orçamentaria, dificuldades para custeio, recursos para atender alojamento de alunos no CIZIP, ocorrências disciplinares e conduta disciplinar inadequada. Não se pode deixar de lado a situação do ensino, pois o VPA havia aumentado gradativamente, possuindo um corpo docente de razoável tamanho, constituindo-se em sua maior parte por jovens auxiliares de ensino de diferentes profissões, que precisavam ser bem orientados e adequadamente entrosados no contexto. Em 22 de agosto de 1980, em sessão da Congregação, o prof. Esleibe Ghion declarou que, inobstante a difícil situação orçamentaria, reiterara pedidos já formulados pelo VPA e concernentes à contratação de docentes para o departamento, sem o que não haveria possibilidade de serem ministradas inúmeras disciplinas pertinentes à parte de aplicação do curso de Zootecnia. Tais questões provocaram desgaste, e Pirassununga ficava quase sempre no foco dos debates.

Mal vencidas essas primeiras dificuldades, no momento em que, após ter acolhido as três primeiras turmas, poderia o VPA avaliar a sua atuação e sustentação futuras, a coletividade

docente, com sede em Pirassununga, viu-se assoberbada, mais uma vez, pela decisão, sem consulta prévia ou discussões, no início de 1984, da transferência para Pirassununga de todo o curso de Zootecnia, a partir da sexta turma de ingressantes. Objetivando a unificação física do aludido curso, assim como o melhor aproveitamento das dependências do CIZIP, a Congregação da FMVZ acolheu a proposta do prof. dr. Vicente Borelli, então diretor do CIZIP, e deliberou que fossem transferidas para Pirassununga, a partir do 1º semestre de 1984, as disciplinas do ciclo básico.

Com as responsabilidades citadas, o departamento encontrava-se, em 1984, hipertrofiado. Praticamente, ministrava carga horária (3.600 horas) muito próxima à soma total que seus coirmãos o faziam em conjunto (3.705 horas) para o curso de Medicina Veterinária, contando o VPA com um elenco de 39 docentes de várias profissões.

Em 6 de dezembro de 1984, pela Resolução n. 2.824 do reitor Antonio Hélio Guerra Vieira, o “macro” VPA foi subdividido em dois departamentos, com as denominações e códigos “Departamento de Produção Animal (VPA)” e “Departamento de Criação de Ruminantes e Alimentação Animal (VCA)”, repartindo-se igualmente as atribuições, cargas horárias, docentes e equipamentos entre as duas chefias.

A TRANSFORMAÇÃO DO CIZIP EM CAMPUS DA USP EM PIRASSUNUNGA

A discussão sobre o destino de Pirassununga já ocorria havia anos no âmbito da FMVZ, porém, particularmente no ano de 1986, a Congregação esteve envolvida em longa discussão e análise do parecer elaborado pela Comissão Especial incumbida de relatar propostas pertinentes à avaliação dos cursos de graduação em Medicina Veterinária e Zootecnia no CIZIP. A referida Comissão Especial, devido à extrema complexidade do assunto, que havia um longo tempo necessitava de resolução prática e definitiva para o bem da Faculdade e do CIZIP, apresentou um elenco de propostas sintetizando os pronunciamentos dos corpos docente e discente dessa unidade. Assim, em sessão de 4 de setembro de 1986, após amplamente debatido o assunto da possível criação ou não no CIZIP de um curso de Medicina Veterinária, a congregação deliberou secretamente, por catorze votos contra cinco e um em branco, contrariamente a essa proposta. Prosseguindo, a Congregação passou a discutir o assunto “Absorção do curso de Zootecnia pelo curso de Medicina Veterinária”, passando-se de oitenta para cem as vagas oferecidas aos vestibulandos de Medicina Veterinária. A respeito do assunto se pronunciaram de um modo geral todos os membros da Congregação, e, após

longamente debatida a questão, o diretor, prof. José Cesar Panetta, submeteu à votação a proposta discriminada. Feita a votação secretamente, verificou-se que, por onze votos a favor e nove contrários, a Congregação deliberou pela não absorção do curso de Zootecnia pelo curso de Medicina Veterinária. Consideramos essa ter sido a decisão correta, pois não faria sentido e seria um retrocesso a extinção de um curso cerca de oito anos após a sua criação.

Nos anos que se seguiram à criação de VPA e de VCA (1984 a 1992), registramos o crescimento de uma ansiedade manifestada em parte de seus docentes, principalmente nos mais novos, oriundos de diversas profissões, além da medicina veterinária, e também da coletividade acadêmica. Assim, no final dos anos 1980 é instituído pela Portaria GR n. 2.334/88, sob a presidência do prof. Antônio Guimarães Ferri, um grupo de trabalho incumbido de estudar a instalação de um *campus* em Pirassununga. O assunto deu margem a amplos debates e manifestações, algumas contrárias, outras favoráveis, e resultou num movimento separatista. O fato é que era patente o desejo da reitoria em promover a reestruturação do CIZIP, tanto que, em visita à Congregação da Faculdade, o reitor prof. José Goldenberg alertou: “se a Faculdade não equacionar a questão do CIZIP, seguramente a Universidade tomará a iniciativa de determinar as providências cabíveis para melhor aproveitamento do referido centro”. Finalmente, em 22 de agosto de 1989, a Congregação, por unanimidade de votos, manifestou-se favoravelmente à instituição do *campus* de Pirassununga, a ser constituído, naquele momento, pela FMVZ, núcleo de apoio à pesquisa e Hospital Veterinário. O *campus* deveria proporcionar, dentro de suas possibilidades, meios para que os departamentos da Faculdade pudessem nele bem desenvolver suas atividades didáticas e científicas. Consigne-se também que a Congregação, por unanimidade de votos, manifestou a intenção de estudar a possibilidade de separação entre a Medicina Veterinária e a Zootecnia. Dessa maneira, a Faculdade permitiu a concretização dos desejos políticos da reitoria, pela Resolução n. 3.588, de 17 de outubro de 1989 (reitor José Goldemberg), quando o Conselho Universitário aprovou a transformação do CIZIP em um *campus* autônomo.

Esse movimento separatista, todavia, não tinha força política e procurou se estruturar e também se fazer ouvir por diferentes ações. Nesse sentido, podemos considerar como tendo sido de grande importância a atuação da Associação Pirassununguense dos Docentes da USP (APDUSP), criada visando “intensificar a solidariedade entre seus associados pelas atividades científico-culturais, sociais, recreativas e esportivas”, como descrito no artigo 2º de seu Estatuto, que trata de seus objetivos. Realmente, se dedicou a esse mister, promovendo



Prédio João Soares Veiga. Sede dos Departamentos de Produção Animal (VPA) e de Criação de Ruminantes e Alimentação Animal (VCA). Década de 1980.

inúmeros eventos e trazendo maior congraçamento do corpo docente que atuava no *campus* de Pirassununga. Contava com aproximadamente quarenta associados, ou perto de 95% dos docentes do *campus*, os quais, em sua maioria, eram jovens que procuravam crescer na carreira universitária, concluir seus cursos de doutoramento e, ao mesmo tempo, tinham intensa atividade didática, ministrando as diversas disciplinas do curso de Zootecnia, enquanto alguns poucos também ministravam aulas para o curso de Medicina Veterinária.

Os docentes dos dois departamentos, então sediados em Pirassununga, ressentiam-se de uma melhor estrutura para o desenvolvimento de suas atividades. Pela APDUSP, na época atuando como importante polo reivindicatório de melhorias, eram feitas solicitações das mais diversas ordens, como instalação de posto de serviço ou atendimento bancário, instalação de serviços de assistência médico-odontológica e hospitalar aos servidores da USP em Pirassununga, recapeamento e pavimentação de vias e melhorias dos acessos ao *campus*, instalação de central telefônica com distribuição de ramais. Também elaborou documento sobre condições mínimas necessárias para o adequado desenvolvimento das atividades no antigo CIZIP, atual *campus*. Tal documento se intitulava: “Proposta para efetiva consolidação do Campus da USP de Pirassununga”. A APDUSP, dessa maneira, se manifestava perante diferentes instâncias e rompia uma provável barreira hierárquica, que porventura pudesse impedi-la de se fazer ouvir. Nesse sentido, registramos ofício do então reitor Roberto Leal Lobo e Silva Filho, de 29 de novembro de 1990: Congratulo-me com a APDUSP pelo visível anseio de cooperação e apoio que vem dando ao Prefeito do Campus, Pedro Eduardo de Felício no desenvolvimento de seu trabalho”.

A seguir, corroborando com tudo quanto descrito anteriormente e ainda ampliando a visão sobre a atuação da APDUSP nessa época, transcrevemos na íntegra o Requerimento n. 11/42 do então vereador João Carlos Sundfeld, aprovado por unanimidade pela Câmara Municipal de Pirassununga em sessão de 18 de fevereiro de 1992:

Considerando que a APDUSP encaminhou expediente a Câmara Municipal solicitando apoio à proposta da entidade na criação da Faculdade de Ciência Animal no campus da USP de Pirassununga;

Considerando que a sugestão visa oferecer três cursos de graduação: Zootecnia, Medicina Veterinária e Tecnologia de Produtos de Origem Animal;

Considerando que a criação da referida faculdade compatibiliza com o perfil do campus por ser o mesmo eminentemente agropecuário;

Considerando que na inauguração do aviário experimental no campus de Pirassununga no dia 07 de fevereiro de 1992, o Magnífico Reitor Roberto Leal Lobo e Silva Filho proferiu discurso alarmado com a vasta extensão da área do Campus de Pirassununga, sem a devida e efetiva utilização, que apesar das dificuldades econômicas e sociais que o país atravessa, é perfeitamente possível desenvolver um projeto viável para ocupação total da área, que solicitou ao vice-reitor a criação de um grupo de trabalho, para estudar a ampliação das atividades do campus, principalmente na implantação de novos cursos;

Considerando que a comunidade pirassununguense reconhece os excelentes trabalhos desenvolvidos pelas atuais atividades do campus, entretanto, vigilante, reconhece também, devido ao potencial físico, a necessidade de ampliação de cursos;

Considerando o empenho deste vereador na implantação de cursos superiores nas dependências do CIZIP, atual Campus da USP; Considerando ainda que manteve por diversas vezes contato pessoal com o Dr. Vicente Borelli, ex-diretor do CIZIP, tratando deste mesmo assunto.

Nestas condições, requeiro à mesa e pelos meios regimentais e conclamo a todos os edis, a subscrever a presente MOÇÃO DE APOIO à proposta da APDUSP, que propõem a reitoria da USP, a criação da Faculdade de Ciência Animal, no campus de Pirassununga, tendo em vista que a sugestão revela cunho educacional e social. Seja dessa deliberação dado ciência ao reitor da USP e a APDUSP.

Acreditamos que o documento supracitado permite uma boa compreensão da época e sintetiza os acontecimentos correlacionados. Permitimo-nos ainda acrescentar, na sequência, para melhor compreensão, trechos do pronunciamento do reitor Roberto Leal Lobo e Silva Filho por ocasião da inau-



guração de novas instalações do Aviário Experimental, em 7 de fevereiro de 1992:

Pirassununga tem sido um objeto de preocupações, minhas em particular, durante muito tempo. Estive aqui pela primeira vez em 1987, e fiquei preocupado com o que vi... uma área como essa de 1000 alqueires. Se ela não tiver uma plena utilização para a população do país, nós estamos cometendo uma enorme injustiça. O Brasil precisa ter trabalho, e precisa ocupar seus espaços e precisa ter projetos, e projetos trazem recursos, e recursos trazem gente. Então é perfeitamente possível se fazer um projeto para Pirassununga, que de fato ocupe essa área. Eu quero dizer isso para deixar muito claro que o que nós estamos inaugurando hoje, não nos satisfaz. Não satisfaz a Universidade. Certamente não satisfaz aos docentes da veterinária. Certamente não satisfaz aos docentes de Pirassununga e também certamente não satisfaz a comunidade de Pirassununga. Muito mais é preciso fazer aqui para que esse espaço seja realmente um espaço plenamente utilizado para o país. Diante de todos esses fatos, eu queria informar que solicitei ao vice-reitor, prof. Ruy Laurenti, que monte um grupo de trabalho para estudar a ampliação das atividades no campus de Pirassununga, também com respeito a possibilidade de implantação de novos cursos. Um campus como esse não pode ter 20 alunos, nem 50, nem mesmo 100 [...] temos que botar gente moça nesse campus permanentemente [...] um projeto de aumento do número de vagas em Pirassununga, aumento do número de projetos, aumento da obtenção de recursos para pesquisa, para que isso aqui se torne o todos nós queremos: um grande Campus e um centro internacional de referência na área de produção animal.

Em sessão da Congregação de 28 de maio de 1992, comparece como convidado o vice-reitor prof. Ruy Laurenti para prestar esclarecimentos sobre o estudo elaborado pela comi-



são especial instituída pela Portaria GR n. 2727/92, visando a melhor utilização do Campus Administrativo de Pirassununga. O documento que a comissão especial elaborou continha as seguintes sugestões:

- Instalação de uma nova unidade da USP denominada Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos (FZEA).
- O curso de Zootecnia deve ser desvinculado, ampliando-se o número de vagas de 20 para 30, já para o vestibular de 1993.
- O novo curso de Engenharia de Alimentos também deverá oferecer 30 vagas a matrícula inicial.
- A FMVZ continuará com 80 vagas, e continuará ministrando seus cursos de graduação em Pirassununga. Quanto a transferência de docentes para a faculdade a ser criada, terão os mesmos direitos de opção, conforme estabelece o artigo 130, parágrafo 1º do Regimento Geral da USP.
- Implantação de cursos técnicos de caráter temporário ou permanente em nível de colegial ou pós-colegial.
- Implantação de cursos de longa duração.
- Além dos institutos propostos, sugere-se a instalação de uma nova unidade orçamentária incluída como matadouro escola, laticínio escola, fábrica de ração.

A comunidade pirassununguense pôde então acompanhar o Conselho Universitário deliberar, em 16 de junho de 1992, sobre a criação da Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos (FZEA), efetivada, finalmente, pela Resolução Reitoral n. 3.946, de 3 de julho de 1992. Nesse período ora relatado, ocupavam a diretoria da nossa Faculdade os profs. drs. José Cezar Panetta e João Palermo Neto, que tiveram participação ativa e importante na busca de soluções possíveis e mais plausíveis para as diversas situações por que passou a nossa Unidade.

O Núcleo de Apoio à Pesquisa da Glândula Mamária (NAP Gama) foi inaugurado em 1991, e em 15 de outubro de 1999, após receber melhorias, teve descerramento de placa com as presenças da profa. dra. Elizabeth Oliveira da Costa Freitas Guimarães, profa. Ada Pelegrini Grinover (pró-reitora de Graduação da USP), prof. João Palermo Neto (diretor da FMVZ).

Inauguração de Reforma e Modernização do Centro de Pesquisa em Toxicologia Veterinária (CEPTOX). Profa. Solange Maria Gennari, prof. Felix Ribeiro, de Lima, profa. Ada Pelegrini Grinover (pró-reitora de Graduação da USP), prof. João Palermo Neto (diretor da FMVZ) e profa. Helenice de Souza Spinoza. 15 de outubro de 1999.

Vista da inauguração de melhorias no VNP. Prof. Felix Ribeiro, de Lima, profa. Ada Pelegrini Grinover (pró-reitora de Graduação da USP), prof. João Palermo Neto (diretor da FMVZ) e prof. Carlos Augusto Fernandes de Oliveira. Apoio Financeiro: Fapesp/Infra 4, 15 de outubro de 1999.



Esse último acontecimento, a criação da FZEA, permitiu, face aos Estatutos da Universidade, a livre opção pela nova Unidade de vários professores, deixando alguns deles, com atuação no Curso de Graduação em Medicina Veterinária, lacunas difíceis de serem preenchidas em curto prazo, principalmente se considerarmos que o departamento havia investido nesses docentes, enviando-os ao exterior para aprimoramento. Alguns, claro, puderam ser negociados e preenchidos; outros, como os decorrentes de aposentadorias ou demissões ficaram congelados ou extintos, sofrendo o VPA com a falta de docentes.

No início de 1995, Esleibe Ghion, primeiro professor da Veterinária a fazer toda a carreira docente em Pirassununga, no atual *campus*, se aposentava, após exatos 33 anos de efetivo exercício, sempre em tempo integral e dedicação exclusiva ao Ensino, Pesquisa e Extensão à Comunidade. Nesse momento, o VPA contava com oito docentes, enquanto o VCA, com apenas com cinco docentes.

Por uma definição numérica (quinze), sem considerar o seu histórico e a sua importância relativa na Unidade, os departamentos foram classificados na categoria de microdepartamentos, questionando-se a sua existência e até a sua sobrevivência. Que ironia do destino. Um pouco antes era considerado hiper ou macro, abrigando trinta disciplinas, sendo seis da Veterinária e 24 da Zootecnia, mais do que demonstrando a sua importância, capacidade de servir e produzir cientificamente. Embora pequenos, o VPA e o VCA conseguiam mesclar perfeitamente a experiência dos mais velhos com o arrojo dos mais novos, existindo os que se dedicavam a ruminantes e a não ruminantes. O equilíbrio entre os dois departamentos mantinha uma perfeita harmonia de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A parte de ensino em pós-graduação, por ocasião da criação da FZEA, sofreu um duro golpe, devido à perda de número significativo de docentes. Havia inclusive o receio de que essa tarefa não pudesse ser levada à frente com êxito, devido à exi-

guidade de recursos. Felizmente, sob a batuta do prof. Carlos de Souza Lucci, conseguimos manter sob nossa responsabilidade o curso de pós-graduação em Nutrição Animal, fato realmente louvável.

O ensino de graduação também merece uma consideração especial, pois houve um momento em que se cogitou que a Zootecnia passasse a ser ministrada aos estudantes de Veterinária pela recém-criada FZEA. Felizmente, um pequeno grupo de docentes recebeu o apoio de nossa Faculdade, e a Congregação decidiu por unanimidade manter incólume seu ensino de Zootecnia. Com a cisão, ficamos reduzidos em número de docentes, mas com a vantagem de que poderíamos agora ditar a filosofia de ensinamento da Zootecnia aos nossos estudantes. Durante o período em que a FMVZ foi responsável pelo curso de Zootecnia, tivemos a diplomação de onze turmas, perfazendo um total de 155 zootecnistas formados pela FMVZ.

O recém-criado Campus da USP de Pirassununga teve indicado pelo reitor como seu primeiro prefeito o médico veterinário diplomado pela USP prof. dr. Pedro Eduardo de Felício, proveniente da Faculdade de Engenharia de Alimentos da Unicamp, o qual ocupa o cargo no período de 1989 a 1993. Em seu relatório de gestão, Felício apresenta um Diagnóstico da situação encontrada:

Após 3 décadas de administração por colegiados, órgão estava deteriorado, como resultante da subordinação administrativa aos colegiados da Faculdade. Grande parte das terras cultiváveis estava comprometida em parcerias, sem preocupação com produtividade. Outra parte das terras estava ocupada há uma década com um projeto de cruzamento de bovinos gerenciado externamente ao Campus. Havia convênios espoliativos: A usina de laticínios estava arrendada para a 3ª de uma série de cooperativas, que exploraram instalações e equipamentos, desde 1975, pagando uma taxa mínima por litro de leite resfriado. Este convênio foi rescindido no final de 1991 e o prédio recebido deteriorado, bem como os equipamentos. O centro de treinamento da Massey Ferguson (Maxion) ocupava prédio e galpão no parque Fernando Costa, desde 1985, sem pagar aluguel. Em troca aceitava uns poucos alunos de Zootecnia em seus cursos e ocasionalmente emprestava equipamentos, dependendo da disponibilidade. O Matadouro Escola encontrava-se desativado. Como se vê a USP possuía uma fazenda enorme, porém, improdutivo e dispendiosa.

Escreve que, como prioridades iniciais, procurou desenvolver ação imediata em duas frentes: agricultura e comercialização. Assim, foram feitas compras de tratores, implementos e insumos para plantio. Também reformou o Abatedouro Escola para viabilizar abates. Para o laticínio, adquiriu tanque de

resfriamento, resfriador e vacas holandesas. Fez uma reforma geral para adaptação de imóveis em laboratórios: NAP Gama e Aquicultura. Acompanhou e fiscalizou a construção de quatro salas de aula para quarenta alunos. No final de 1990, realizou o asfaltamento que liga a via de acesso do prédio central ao edifício João Soares Veiga (onde funcionam os departamentos de ensino), que foi denominada de “Estrada do Povo”. O setor de bubalinocultura teve instalações construídas pela prefeitura e compreendem currais, brete, tronco e balança, estábulo, sala de leite, laboratório e bezerreiro, além de pastagem.

Nas Considerações Finais de seu relatório, o dr. Pedro Eduardo de Felício descreve ainda:

Acreditamos, inclusive, que as condições para ampliação das atividades de ensino e pesquisa, tenham sido criadas, porém, lamentavelmente, não chegamos a ver o resultado de tanto trabalho traduzido em número de estudantes e em volume e qualidade de projetos de pesquisa. Vimos, isto sim, a separação de 2 cursos, um dos quais deu origem à FZEA, que até o presente momento (dezembro de 1993), só aumentou o número de vagas de 20 para 30, o que não chega a ser significativo em termos de otimização de recursos.

Considero que ainda há muito por fazer no sentido da otimização deste Campus, de modo a devolver a sociedade em ensino, pesquisa e extensão o que ela tem de direito pelos impostos que paga. Movidos por este ideal, trabalhamos pela criação e implantação da FZEA, como trabalhamos pela criação de um curso vinculado à Faculdade de Direito, que até hoje não foi aprovado.

O segundo prefeito do *campus*, prof. dr. Sinval Silveira Neto, vem da Esalq de Piracicaba e ocupa o cargo no período de 1994 a 1997. Realiza uma gestão muito dinâmica e, pela boa quantidade de recursos que obteve junto à Fapesp, com apoio de docentes da FMVZ e também da FZEA, consegue uma série de obras para o *campus*, como a substituição de telhados antigos dos edifícios onde funcionam escritórios e laboratórios, que apresentavam goteiras; infraestrutura viária, com recapamento de asfalto; reformulação total do sistema de abastecimento de água, o qual funcionava precariamente a partir de um antigo manancial que ficava praticamente seco no último trimestre de cada ano e que exigiu recursos de grande monta; troca de redes elétricas de alta e baixa tensão. Nessa fase de implantação do *campus*, conforme o *Jornal da USP* publicou em 2002, foi feito pela Fapesp e por outras agências de fomento um investimento de aproximadamente 10 milhões de dólares para ampliação da rede hidráulica, elétrica, esgotos, informática, laboratórios, equipamentos e vias asfaltadas, preparando assim o *campus* para a ampliação do ensino.

Na gestão do reitor Jacques Marcovitch, houve um acordo com as diretorias de FMVZ e FZEA, considerando que já haveria maturidade e concórdia no *campus* que possibilitariam um mandato dividido. Dessa maneira, de 1998 a 1999, o prefeito do *campus* foi o prof. dr. Edison Schalch da FZEA e o vice-prefeito, o prof. dr. Ricardo de Albuquerque da FMVZ, os quais, no período seguinte (2000 a 2001), invertem as posições.

Posteriormente, temos ocupando o cargo de prefeito do *campus*, de 2002 a 2005, o prof. dr. Marcus Antonio Zanetti, e de 2006 a 2009, o prof. dr. Marcelo Machado De Luca de Oliveira Ribeiro. O cargo de vice-prefeito nessas duas gestões foi ocupado por professores da FMVZ, inicialmente o prof. dr. Paulo Henrique Mazza Rodrigues e o prof. dr. Rubens Paes de Arruda. A partir de então, temos como prefeito o prof. Marcelo (reeleito para o período 2010-2013), o prof. dr. Flavio Vieira Meirelles (2014-2017) e o prof. dr. Arlindo Saran Neto desde o início de 2018. Nessas últimas gestões, os suplentes de prefeito indicado têm sido professores da FZEA.

A FMVZ EM PIRASSUNUNGA

Em 1997, a Congregação da FMVZ delibera pela fusão de VPA e VCA, os quais passaram a constituir o Departamento de Nutrição e Produção Animal (VNP), sendo este legalmente constituído a partir de 28 de junho de 1997, pela Resolução n. 4.404, do reitor Flávio Fava de Moraes. O primeiro chefe eleito para o novo departamento foi o prof. Carlos de Souza Lucci, que vem a se aposentar aproximadamente um ano depois, sendo substituído na chefia pelo prof. Ricardo de Albuquerque.

Essa fase inicial de vida do VNP é um tanto quanto turbulenta, pois o departamento ainda continua sendo considerado pequeno. Nessa época, sob estímulo da Comissão de Atividades Acadêmicas da Reitoria, é implantado na FMVZ um período de discussão sobre a reestruturação de departamentos da Faculdade. Cogitou-se a ocorrência de novas fusões departamentais, agora envolvendo o VNP com o VRA, inicialmente, e depois com o VPT. Após amplos debates, a Faculdade delibera pela manutenção de sua estrutura.

Em substituição ao prof. Ricardo de Albuquerque, que assume como prefeito *pro tempore* do *campus*, toma posse na chefia do VNP o prof. Felix Ribeiro de Lima, eleito em 10 de abril de 2000. Esse professor por dois mandatos consecutivos comanda os destinos do VNP. No livro de atas do departamento, encontramos breve explanação sobre a satisfação pelos dois mandatos na chefia, quando, ao fim do período, deixa-o em perfeitas condições, não somente no âmbito financeiro como na estrutura institucional, definitivamente fora do perigo de fusão, e com um bom ambiente de trabalho para todos os

Laboratório de
Pesquisa em
Suínos Noé
Masotti, do VNP-
FMVZ-USP.

Laboratório de
Pesquisa em Aves
Professor Esleibe
Ghion, do VNP-
FMVZ-USP.



funcionários e docentes. Faz menção também à situação da pós-graduação, que, nesse mesmo contexto, também apresenta considerável evolução. Grandes esforços foram feitos para garantir aos alunos a manutenção do período letivo em Pirassununga na grade curricular, favorecendo-os, portanto, didática e qualitativamente.

Na verdade, se fôssemos usar uma palavra para definir os acontecimentos relacionados aos primeiros anos do VNP, essa palavra seria “resistência”. Houve necessidade de muita força de vontade, adaptação e espírito de luta para ultrapassar essa fase. Havia muita incerteza quanto ao futuro, era um departamento fragilizado, e isso se acentua ainda mais com a aposentadoria, em 2004, do até então seu único professor titular, prof. Aleksandrs Spers. Outra importante perda foi a do prof. Felix Ribeiro de Lima, que ocorre em 2005. O prof. Felix foi um grande defensor das causas do VNP no período e tinha muita fibra, como demonstra, aliás, a realização de seu concurso para galgar ao grau de professor titular poucos meses antes de seu falecimento, quando comparece ao concurso com visível debilidade orgânica e usando aparelho de respiração artificial.

Era um departamento visado, boatos frequentes circulavam dizendo sobre a extinção das atividades da FMVZ em Pirassununga e a passagem de suas instalações de pesquisa para a FZEA, o que certamente era do interesse de um determinado grupo. A melhor resposta que poderia ser dada diante desse cenário seria pelo trabalho, e foi o que efetivamente ocorreu. No período de 2002-2006, o montante de 1.751.161,00 reais foi captado pelos docentes do VNP em 54 projetos individuais de pesquisa financiados por agências de fomento à pesquisa e empresas, o que demonstra claramente a determinação dos docentes em obter recursos externos para o desenvolvimento de suas pesquisas.

Uma situação emblemática e que muito marcou o período em que o VNP procurava se estruturar ocorreu no setor

de gado de leite. Houve um início de construção em local à vista de todos, por ser próximo aos locais de aula e acesso aos setores de criação. Todavia, por ter havido um subdimensionamento de recursos, a obra não foi completada. Saltava aos olhos toda aquela situação caótica: uma construção inconclusa, sem animais, com mato invadindo e uma caixa d'água metálica grande jogada ao relento. Isso perdurou por um bom tempo e causou muita celeuma, sendo motivo de muitas reclamações, apesar de tentativas de se tentar solucionar esse problema. O caso só foi resolvido com a contratação do prof. dr. Francisco Palma Rennó, a partir de 2006, com o apoio do então diretor prof. dr. Cassio Xavier de Mendonça Junior. Conseguindo recursos, tivemos que, finalmente, a caixa d'água foi instalada e o setor deslanchou, tornando-se um dos mais expressivos laboratórios de ensino e pesquisa do VNP. Após sua instalação, já passou por reformas e ampliações, tendo hoje aproximadamente 7 mil metros quadrados de área construída, laboratórios equipados e produtivos, além de uma área total de 55 hectares (pastagem e cultivo de forragens). Consideramos esse episódio um verdadeiro divisor de águas entre os anos iniciais de vida do VNP, que são de grandes dificuldades, pois é considerado um departamento pequeno, com docentes procurando progredir na carreira universitária e se titularem para poderem produzir pesquisa e se equiparar aos outros departamentos da Faculdade.

Após o VNP ultrapassar sua primeira fase de existência, quando caracterizamos que a palavra “resistência” poderia definir sua existência até então, segue-se uma fase de prosperidade, de muito trabalho, para a qual talvez pudéssemos agora usar então a palavra “crescimento”. Inicialmente, uma série de melhorias foi efetuada no departamento mediante o esforço dos professores, na tentativa de instalar e/ou melhorar a estrutura de trabalho. Assim, projetos de infraestrutura da Fapesp são aprovados, inicialmente sob coordenação dos profs.



Laboratório de Pesquisa em Alimentos e Fisiologia do Exercício de Equinos do VNP-FMVZ-USP.

Centro de Pesquisas em Nutrologia de Cães e Gatos (Cepen Pet) do VNP-FMVZ-USP.

Felix Ribeiro de Lima e Carlos Augusto Fernandes de Oliveira. Novos laboratórios de pesquisa vêm sendo implantados também desde então, mediante obtenção de recursos externos, o que fortaleceu sobremaneira o ensino e a pesquisa da unidade.

O VNP vem, ao longo dos anos, evoluindo em direção a uma maior interatividade de assuntos e áreas que compõe os conteúdos programáticos das diferentes disciplinas do próprio departamento e do curso de Medicina Veterinária como um todo, na procura de uma linha filosófica de unidade departamental que trabalhe em congruência com a linha filosófica da unidade. Nesse trabalho multidisciplinar junto com a estrutura curricular da unidade, há a inserção de suas disciplinas num eixo que caracteriza, dentro da grande área da Medicina Veterinária que é a Produção Animal, a Medicina de População de Animais, uma vez que os assuntos estão invariavelmente ligados entre si nos propósitos que se ligam à agroindústria e que também reúne professores que se especializam nas diversas espécies domésticas. Tem no seu conjunto de disciplinas a Nutrição Animal e a Tecnologia de Produtos de Origem Animal, que apresentam interação importante com várias disciplinas dentro de áreas de atuação do médico veterinário. Assim, há o trabalho de formação de grupos de professores especialistas dentro de espécies, mas com visão interativa no campo da produção de alimentos, tanto carne como leite e ovos. Treina assim o aluno para uma visão global interativa no estudo da Produção Animal, em que vários assuntos estão interligados para a formação generalista do profissional médico veterinário.

O VNP, portanto, vem caracterizar-se num departamento que possui ampla área de abrangência, as quais podem ser categorizadas em três principais: a) Produção Animal, b) Nutrição e Alimentação Animal interativa com a Produção Animal e c) Tecnologia de Produtos de Origem Animal, que define o final da cadeia produtiva. Possui como infraestrutura para as atividades de graduação e pós-graduação um anfiteatro com

capacidade de 120 lugares; uma sala de aula com capacidade de trinta lugares; uma sala pró-aluno com capacidade para trinta alunos; uma sala multimídia com capacidade para trinta alunos; uma sala de estudo (pós-graduação), com capacidade para trinta alunos. Conta ainda com uma enorme e bem aparelhada rede de laboratórios que dão apoio total ao ensino, pesquisa e extensão:

1. Laboratório de Análises Socioeconômicas e Ciência Animal;
2. Laboratório Multiusuário de Nutrição Animal e Bromatologia;
3. Laboratório de Nutrição de Ruminantes;
4. Laboratório de Pesquisa em Suínos Noé Masotti;
5. Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em Helicicultura e Zooterapia Profa. Dra. Lor Cury;
6. Laboratório de Pesquisa em Qualidade do Leite;
7. Laboratório de Lignina;
8. Laboratório de Ciência da Carne;
9. Laboratório de Pesquisa em Bovinos de Leite;
10. Laboratório de Pesquisa em Aves Professor Esleibe Ghion;
11. Laboratório de Pesquisa em Gado de Corte;
12. Laboratório de Genômica Funcional;
13. Laboratório de Pesquisa em Alimentos e Fisiologia do Exercício de Equinos;
14. Laboratório de Bioquímica e Fisiologia Animal;
15. Laboratório de Preparo de Rações Experimentais;
16. Laboratório de Nutrição de Monogástricos;
17. Laboratório de Melhoramento Animal;
18. Centro de Pesquisas em Nutrologia de Cães e Gatos (Cepen Pet).

Até o ano de 2016, a FMVZ tinha, segundo dados da Superintendência do Espaço Físico da Universidade (SEF-USP),

Laboratório de Pesquisa em Bovinos de Leite do VNP-FMVZ-USP.

Laboratório de Pesquisa em Gado de Corte do VNP-FMVZ-USP.



um total de 20.978 metros quadrados de área construída no Campus Fernando Costa, em Pirassununga. Todavia, a esse número podemos adicionar mais 1.200 metros quadrados de área construída e infraestrutura, com a inauguração, em 24 de agosto de 2017, do Centro de Pesquisas em Nutrologia de Cães e Gatos (Cepen Pet). Esse centro é a 18ª unidade laboratorial do VNP, com investimento total de 3 milhões de reais, sendo resultado de um convênio técnico-científico firmado entre a Universidade de São Paulo e a empresa brasileira da área de nutrição para animais de estimação Premier Pet. Conta com auditório, sala de aula para cem alunos, sala de reuniões, canil com boxes individuais e gatil com áreas interna e externa para abrigar entre vinte e cinquenta animais, laboratório equipado para análises clínicas, sala de matérias-primas, ambulatório, sala de banho e tosa, dormitórios para estudantes e escritório administrativo. Esse projeto inovador é exemplo da cooperação da Universidade com a iniciativa privada para a produção e a transferência de conhecimento e vem agregar maior importância à atuação do Departamento, tanto na pesquisa quanto na formação de recursos humanos na área de nutrição de animais de estimação.

Sem dúvida, se considerarmos toda estrutura de pesquisa e ensino de que o VNP dispõe no Campus Fernando Costa em Pirassununga, temos que não existe estrutura similar, quer seja considerando o *campus*, o estado de São Paulo, o Brasil ou mesmo o mundo. A FMVZ tem atualmente 55 convênios internacionais com instituições de renome na área de Medicina Veterinária, e seguramente muito disso se deve ao potencial de seus profissionais, equipamentos e suas instalações de Pirassununga (cerca de 22 mil metros quadrados de área construída e 90 hectares de área total). Destacamos também que o curso de graduação em Medicina Veterinária da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo foi um dos três acreditados com excelência pelo Con-

selho Federal de Medicina Veterinária (o selo de acreditação garante mais credibilidade aos cursos de Medicina Veterinária e é referência para o médico veterinário que procura uma formação de qualidade).

No que concerne ao ensino de graduação, no 5º período letivo semestral, os alunos são conduzidos ao Campus Fernando Costa, onde ficam alojados durante todo o semestre para o aprendizado de ciências relacionadas à área da Produção Animal. Nesse período, concentra-se parte expressiva do ensino sobre Produção Animal, complementado com disciplinas de Reprodução Animal oferecidas imediatamente antes e imediatamente após este 5º semestre. O aprendizado sobre as espécies de animais de produção, sua manutenção, reprodução e sanidade configuram aspectos primordiais para o aprimoramento do desempenho da cadeia produtiva da agropecuária. Nesse sentido, é mister que o cenário apropriado para esse aprendizado seja o ambiente rural, o que é proporcionado pelo Campus Fernando Costa. Por essa razão, esse *campus* torna-se essencial para o ensino, pesquisa e extensão da FMVZ. Ao longo do curso, nas diversas disciplinas ministradas em São Paulo, estão previstas excursões às instalações da FMVZ-USP no Campus Fernando Costa, com vistas ao exercício de atividades práticas com animais de produção, para o exercício das habilidades nas respectivas áreas do conhecimento da medicina veterinária. Essas excursões têm, em geral, duração de uma semana e acontecem com as disciplinas relacionadas às áreas de Clínica, Cirurgia, Patologia, Reprodução Animal e Medicina Veterinária Preventiva, ou seja, a FMVZ possui implantados, no Campus Fernando Costa, os seus seis departamentos para atender os seus alunos de graduação e pós-graduação na área do agronegócio.

A expansão do ensino da Universidade de São Paulo em Pirassununga, no início do século XXI, era uma necessidade para a Universidade e para a sociedade. Todavia, não foi um processo simples, pois cursos ventilados ou não para Pirassu-



Centro de Apoio ao Ensino e à Pesquisa (CAEP-FMVZ-USP).

Centro de Pesquisa em Toxicologia Veterinária do VPT da FMVZ-USP.

nunga acabaram sendo criados em outros *campi*. Nesse período aproximado, tivemos a implantação do Campus 2 de São Carlos, em 2002, do Campus na zona leste da cidade de São Paulo, em 2005 (Escola de Artes, Ciências e Humanidades, EACH) e da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, em 2007. Pirassununga consegue ampliar seu ensino de graduação apenas a partir de 2009, com os cursos de Engenharia de Biosistemas e o novo curso de Medicina Veterinária da FZEA. A respeito dessa questão, Ada Pellegrini Grinover, pró-reitora de Graduação da USP de 1997 a 2001, relatou, conforme descrito por Motoyama (2006): “trabalhei muito para a ampliação dos cursos de Pirassununga, conseguida com muitas dificuldades. Mas o Campus, uma enorme fazenda com edificações já prontas ainda está subutilizado. Meu projeto era criar outros cursos em Pirassununga”.

No grande desenvolvimento que atualmente observamos no VNP, merece ainda registro o Programa de Pós-Graduação do Departamento, que em 2018 completou quarenta anos de atividade. O curso foi implantado em 1978, no antigo Departamento de Produção Animal (VPA), na área de Nutrição Animal e em nível de mestrado, abrindo novas perspectivas para pesquisa na FMVZ. Desde então, vem promovendo o desenvolvimento de estudos científicos, formando grande número de pesquisadores e proporcionando a formação dos pós-graduandos em consonância com as necessidades da sociedade.

O objetivo fundamental do curso é o desenvolvimento da capacidade de análise crítica e do método científico nos diversos ramos da nutrição e produção animal. Isso posto, o curso tem cumprido o seu objetivo e tem formado recursos humanos à altura das necessidades de universidades, empresas, centros de pesquisas, organizações não governamentais e diferentes cadeias produtivas do agronegócio, desenvolvendo e implementando novas técnicas, produtos e políticas públicas com o objetivo de aumentar a produtividade de modo sustentável

do agronegócio, garantir a saúde e o bem-estar das populações animais, a proteção do meio ambiente e da diversidade das espécies e a saúde das pessoas. As disciplinas que compõem o programa de pós-graduação em Nutrição e Produção Animal passaram por atualizações periódicas quanto ao conteúdo programático, cargas horárias, e outras novas foram criadas em consonância com a evolução técnica e científica, havendo as disciplinas de formação básica e as de formação aplicada.

Fatos importantes relativos ao programa de pós-graduação foram a ampliação da área de concentração em outubro de 2006, que passou a ser programa de pós-graduação em Nutrição e Produção Animal e, dessa maneira, em melhores condições de enquadrar todas as suas atuações e produções, de forma mais adequada. Isso contribuiu significativamente para a luta pela melhoria do seu conceito. Outro fator importante foi a implantação do doutoramento, ou seja, o Conselho de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo autorizou a extensão, em nível de doutorado, do programa de pós-graduação em Nutrição e Produção Animal, iniciando as atividades curriculares a partir de 2010.

O Corpo de Orientadores do PPGNA tem promovido seminários, referatas, cursos de extensão, palestras, simpósios e congressos, em nível nacional e internacional. Docentes têm frequentado conclave, na grande maioria das vezes com apresentação de trabalhos. As linhas de pesquisa têm-se mostrado direcionadas e definidas, avolumando-se no decorrer dos anos. Os orientadores têm procurado acompanhar a dinâmica científica, mantendo-se atualizados, com reflexos sobre o corpo discente, quer da graduação, quer da pós-graduação.

O programa de pós-graduação em Nutrição e Produção Animal mantido pelo VNP (conceito Capes 5) tem convênio de dupla titulação com uma universidade francesa, e o primeiro aluno com dupla titulação defendeu sua tese de doutoramento em 2018. Até o momento, foram titulados pelo programa

ma aproximadamente 300 mestres e 50 doutores, dos quais 12 são estrangeiros pertencentes a diversas nacionalidades. Entre eles há muitos que atuam no segmento da nutrição animal e também como pesquisadores e professores, desenvolvendo atividades em inúmeras outras instituições.

O VNP conta, atualmente, com catorze professores em atividade, todos em Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP). A distribuição de acordo com a titulação é a seguinte: quatro titulares, quatro associados e seis doutores. Trata-se, sem dúvida, de um quadro docente experimentado e altamente qualificado, sendo que nada menos do que oito desses docentes já tiveram a oportunidade de fazer pós-doutoramento, alguns no exterior. O VNP é o único departamento da FMVZ que está totalmente sediado no Campus de Pirassununga, mas sua atuação não ocorre desvinculada dos outros departamentos da FMVZ em São Paulo, pois todos esses apresentam extensões de ensino, pesquisa e extensão no Campus de Pirassununga, assim como o VNP está implantando a sua extensão em São Paulo.

Citamos, nesse aspecto, inicialmente, o Departamento de Patologia (VPT), que tem o Centro de Pesquisa em Toxicologia Veterinária (CEPTOX), implantado pelo ex-diretor da Faculdade, prof. dr. João Palermo Neto, atualmente sob responsabilidade da profa. dra. Silvana Lima Gorniak. Desenvolve pesquisas em plantas tóxicas, teratologia e os efeitos dos agentes tóxicos em animais de criação, criando alternativas para extinguir seus efeitos e minimizando os prejuízos causados à pecuária brasileira. Oferece o serviço de reconhecimento de casos de intoxicação por plantas a campo.

O Departamento de Cirurgia (VCI) e o Departamento de Clínica Médica (VCM) tinham forte atuação no Campus Fernando Costa de Pirassununga, através do Hospital Veterinário (Hovet) desde sua inauguração em 18 de maio de 1984. Todavia, com a inauguração em 2010 da Unidade Didático-Clínico-Hospitalar do novo curso de Medicina Veterinária implantado em Pirassununga pela FZEA-USP, houve o entendimento pela FMVZ de que seria desejável se fazer uma reordenação. Assim, o Hovet de Pirassununga foi transformado no Centro de Apoio ao Ensino e à Pesquisa (Caep), extensão dos Departamentos de Cirurgia e Clínica Médica, atuando no apoio do ensino, da pesquisa e da extensão do Curso de Graduação em Medicina Veterinária da FMVZ-USP.

O Departamento de Reprodução Animal (VRA) teve, em 14 de setembro de 1990, a reativação do Centro de Inseminação Artificial. Foi criado ainda o Centro de Biotecnologia em Reprodução Animal (CBRA) no Campus USP Fernando Costa. O Centro está localizado em área aproximada de 210 mil metros quadrados, com área construída inicial de mil

metros quadrados, duplicada para 2 mil metros quadrados, constituindo de laboratórios de fisiologia e endocrinologia molecular, biotecnologia do sêmen e andrologia, biotecnologia de ovinos e caprinos, sala para colheita de sêmen e embriões, curral aberto para manuseio em tronco de contenção de oito animais concomitantemente, câmara climática para experimentação ambiental, quatro salas para docentes e sala para aulas teóricas, doze piquetes (12 mil metros quadrados), seis pastos (176 mil metros quadrados) e capineiras (20 mil metros quadrados). O VRA, pelos quatro docentes sediados no *campus* e outros que para lá se dirigem em diversas ocasiões, exerce no Centro de Biotecnologia em Reprodução Animal intensa atividade de ensino, pesquisa e extensão de serviços à comunidade, proporcionando estágios curriculares, orientação e execução de projetos científicos, dissertações e teses, além de orientação técnica dos rebanhos do *campus* e atendimento externo, envolvendo a esfera reprodutiva. O CBRA abrange especificamente os seguintes laboratórios de pesquisa: Laboratório de Biotecnologia de Ovinos e Caprinos, Laboratório de Biotecnologia do Sêmen e Andrologia, Laboratório de Andrologia e Tecnologia de Embriões Suínos Prof. Dr. Aníbal de Sant'Anna Moretti, Laboratório de Fisiologia e Endocrinologia Molecular e Laboratório de Ensino e Pesquisa em Patologia da Reprodução.

O Departamento de Medicina Veterinária Preventiva e Saúde Animal (VPS) tem dois docentes baseados em Pirassununga, os quais são, respectivamente, responsáveis pelos Laboratórios de Sanidade Animal e Centro de Estudos Comparativos em Saúde, Sustentabilidade e Bem-Estar (CECSBE). O CECSBE foi criado em março de 2014 e vem trabalhando com Pesquisa, Ensino e Extensão em Bem-estar Animal e tem a missão de melhorar o bem-estar animal, pela pesquisa sobre ambiente pré-natal e neonatal.

Um fator extremamente importante para o bom desenvolvimento dos trabalhos integrados da Faculdade em Pirassununga foi o estabelecimento, a partir de 2007, pelo diretor prof. dr. José Antônio Visintin, da Assistência Administrativa de Pirassununga, contando com seção de apoio administrativo, seção de serviços gerais, setor de apoio financeiro/compras, apoio sustentabilidade/gestão de resíduos, informática, motorista. Esse fator ocasionou uma maior agilidade em tomada de decisões e execução de atividades, pois, anteriormente, esses aspectos eram centralizados em São Paulo, e a distância, muitas vezes, dificultava o bom andamento dos trabalhos.

O Departamento de Nutrição e Produção Animal realiza diversas atividades de cultura e extensão, entre assessorias, cursos e trabalhos de divulgação e prestação de serviço. Dentro da prestação de serviços destacam-se as análises de leite

e derivados (aspectos microbiológicos e físico-químicos) e outras análises laboratoriais, como análises bromatológicas de ingredientes para rações, de rações, plantas forrageiras, cuja arrecadação de renda industrial é revertida para custeio de manutenção laboratorial e projetos dentro do VNP. Outra atividade de prestação de serviços à comunidade são as de cunho educacional com animais (assistência ao idoso carente, à criança excepcional e estudantes de modo geral), as quais possibilitam ampla difusão de conhecimentos e projetam o departamento junto à comunidade.

Os docentes e funcionários do VNP têm atuado na orientação e assessoria das atividades de criação, manejo e nutrição das diversas espécies de animais de produção, assim como em atividades de conscientização e educação sobre bem-estar animal para crianças do ensino fundamental e médio. A transferência de conhecimentos acadêmicos e orientações técnicas levadas aos produtores e profissionais afins influem decisivamente no aumento da produtividade dos diversos rebanhos, promovendo a obtenção de divisas para o país e a melhoria da qualidade de vida da população.

As atividades de cultura e extensão desenvolvidas pelo departamento contribuem efetivamente para o aprendizado acadêmico, assim como inserem o conhecimento e ampliam a sua participação na comunidade e no convívio com os demais segmentos da Universidade, valorizando o corpo docente e funcional do departamento. Além de atender aos alunos de graduação em Medicina Veterinária da FMVZ-USP, o VNP concede estágios curriculares e extracurriculares para alunos de graduação provenientes de diversas instituições de ensino de todo o Brasil e exterior, para acompanhamentos das atividades desenvolvidas pelos docentes nos laboratoriais, bem como nos setores de criações de animais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É bem verdade que a história caminha para a frente, mas ela não se faz sem a memória do passado. Assim, finalizando, poderíamos destacar que o tempo fez bem para o Campus Fernando Costa da USP de Pirassununga e trouxe prosperidade para ambas as unidades de ensino, pesquisa e extensão, que cresceram bastante. É evidente que percalços, conflitos e divisões aconteceram, mas o destino foi encaminhando o *campus* para um futuro glorioso. Porém, sua grandeza hoje em dia não pode ser considerada apenas com base em sua extensão territorial, pois é grande também na geração de conhecimento, na formação de profissionais, na importância para a Universidade, para a região e para o Brasil. Sem dúvida, a semente plantada por Fernando Costa, depois replantada pelo prof.

João Soares Veiga e, por fim, cuidada por tantos outros abnegados, cresceu e frutificou. A reflexão sobre essa trajetória nos remete inevitavelmente ao passado e à constatação de que essa história foi escrita com a contribuição de todos aqueles que participaram de vários momentos decisivos. O percurso não foi fácil, e os personagens são testemunhas das dificuldades, desafios e vitórias. Nesse momento, pinçamos uma frase do saudoso professor e ex-diretor Euclides Onofre Martins: “Aquele que não cultua o passado não merece o futuro”. Assim, temos hoje a FMVZ em Pirassununga que se orgulha de suas raízes do passado (100 anos), trabalha com afinco e perseverança no presente e sempre mirando o futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AL ASSAL, M. R. B. *Arquitetura e identidade nacional no Estado Novo: as escolas práticas de agricultura do Estado de São Paulo*. São Paulo: Annablume, 2013.
- COSTA, F. *Vida administrativa de São Paulo em 1943*. Relatório apresentado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Dr. Getúlio Vargas, pelo Interventor Federal. Imprensa Oficial do Estado, 1944.
- FERRAZ, J. B. F. *Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – USP: criação e impacto no ensino médico*. Ribeirão Preto: Funpec Editora, 2005.
- GODÓI, F. R. *Territórios universitários: O Campus em Pirassununga*. Fabrício Ribeiro dos Santos. 2017. 195p. (Mestrado) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2017.
- O HOMEM e a Economia: Através de quatro anos de realizações do sr. Fernando Costa no governo de São Paulo*. São Paulo: Siqueira, 1945.
- IGLESIAS, F. de A. Escola Prática de Agricultura “Fernando Costa”. *Acrópole*, v. 7, n. 80, p. 245, 1944.
- MARTINS, E. O. *Minha profissão: algumas palavras*. 2. ed. São Paulo: (s.n), 1996.
- MASCARO, L. P. Escolas Práticas de Agricultura: arquitetura neocolonial no interior paulista. In: SEMINÁRIO DE PATRIMÔNIO AGROINDUSTRIAL: lugares de memória, 2., 2010, São Carlos. *Conferências e Palestras (...)*. São Carlos: SAP/EESC/USP, 2010. Disponível em: <https://www.iau.usp.br/sspa/arquivos/pdfs/papers/01520.pdf>. Acesso: 15 mar. 2019.
- MOTOYAMA, S. *USP 70 anos. Imagens de uma história vivida*. São Paulo: Edusp, 2006.
- RITTER, M. *Fernando Costa na interventoria do Estado de São Paulo*. São Paulo: Tipografia das Flores, 1943.
- SÃO PAULO (Estado). Departamento de Imprensa e Propaganda. *Fernando Costa e sua vida pública*. São Paulo: Gráfica Siqueira, 1943.
- SOARES, A. C. F. Depoimento em 16 nov. 2013. In: INAUGURAÇÃO do Memorial Izipiano. Pirassununga: Faculdade de Medicina Veterinária, 2013. 1 DVD (1h 46min.).
- SOUZA, E. C. *História da Universidade de São Paulo*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004. Edição Fac-similar.
- TELES, T. C.; IOKOI, Z. M. G. *Campus de Pirassununga da USP: memória e história*. São Paulo: Edusp, 2005.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia. Departamento de Nutrição e Produção Animal. *História do Departamento de Nutrição e Produção Animal: 10 anos (do) VNP*. Pirassununga: VNP, 2007.
- Z Aidan, R. *Memórias de Monte Alegre: as histórias do campus da USP de Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto: USP-CCS/PCARP, 2006.

7

CAPÍTULO 7

Dos barracões provisórios às instalações definitivas da Faculdade (1969-1999)

Angelo João Stopiglia



INTRODUÇÃO

Em cada uma das etapas pelas quais passou a Faculdade de Medicina Veterinária e a Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP, considerando, grosso modo, essas fases em três décadas, aproximadamente, observa-se que estas se caracterizaram por iniciativas tomadas ou pela Universidade de São Paulo, ou pela Faculdade, e após as mesmas podem ser constatadas modificações expressivas. O capítulo em tela foi um dos mais ricos em realizações levadas a efeito, tanto no que concerne ao ensino, mas, também, no que alude à pesquisa e à extensão universitária. Sigamos, então, tais iniciativas.

O SERVIÇO MÉDICO CIRÚRGICO E HOSPITALAR

ANGELO JOÃO STOPIGLIA

Durante várias décadas, o serviço de atendimento ao público para o tratamento dos animais doentes foi executado pelas cátedras de Clínica Médica de Monogástricos e Poligástricos, Clínicas Cirúrgica e Obstétrica, Doenças Infecciosas e Parasitárias e de Patologia. A partir de 1981, foi criado um órgão intraunidade, o Hospital Veterinário da FMVZ-USP, com a finalidade de promover a interação dos diferentes serviços prestados pelos departamentos acadêmicos da Faculdade, entre os quais o Departamento de Cirurgia e Obstetrícia, o Departamento de Patologia e Clínica Médicas, o Departamento de Medicina Veterinária Preventiva e Saúde Animal.



Grupo de alunos da graduação, com o prof. dr. José Américo Bottino, à época docente de Microbiologia e Imunologia, em frente ao estacionamento do Ambulatório Geral do SMCH. À esq., o prédio das disciplinas de Anatomia Descritiva e Topográfica do Departamento de Cirurgia e Obstetrícia, 1973. Arquivo Angelo Stopiglia.

Contudo, antes da criação do Hospital Veterinário (HO-VET), um serviço intermediário, para um acerto preliminar entre as normas vigentes na cátedra, passando aos departamentos, até o funcionamento do Hospital, foi instituído pelo professor catedrático Adolpho Ribeiro Netto, na condição de diretor da Faculdade, que, por meio da Portaria n. 5/73, de 27 de fevereiro de 1973, designava os profs. drs. Adayr Mafuz Saliba, Benedicto Wladimir de Martin, Eduardo Harry Birgel e José de Alvarenga, sob a presidência do diretor da Faculdade, para constituírem comissão especial com o ob-

Blocos provisórios da av. Lúcio Martins Rodrigues, travessa 4.

À esq., a parte traseira do prédio da disciplina de Radiologia. Ao fundo, à esq., a sala de preparo de peças anatômicas do barracão 06 de Clínica Cirúrgica. Ao fundo, à dir., o prédio 05 da disciplina de Anatomia Descritiva e Topográfica dos Animais Domésticos, 1995. Arquivo USP.

Últimos dias de utilização dos blocos provisórios. Entrada da Sala de Aulas Práticas de Epidemiologia, Zoonoses, Tecnologia e Inspeção de Produtos de Origem Animal e Doenças Nutricionais. Arquivo USP.



jetivo de coordenar os serviços médico-cirúrgicos. Iniciados os trabalhos dessa comissão, e após curto espaço de tempo, por meio da Portaria n. 12/74, de 6 de setembro de 1974, a presidência dessa comissão especial passou a ser exercida pelo prof. dr. Benedicto Wladimir de Martin, migrando, como um avanço, a presidência da comissão da diretoria da Faculdade e de um docente da área de bioestatística e saúde animal para um da área de radiologia e com experiência no atendimento ao público. A essa época, os estudantes participavam das atividades práticas de atendimento no Ambulatório Central e nos diferentes barracões para onde eram encaminhados os animais doentes.

O 1º Regimento de reformulação do serviço, que passa a ser designado de Serviço Médico Cirúrgico e Hospitalar (SMCH), foi baixado pela Portaria n. 4/75, de 20 de março de 1975, a qual designava como chefe do serviço o prof. dr. Benedicto Wladimir de Martin. Assim, mais um importante passo dava-se rumo à formação do Hospital Veterinário, visto que deixava o serviço de ser administrado por uma comissão e passava a contar com um chefe, indicado pelo diretor da Faculdade e com um regimento que disciplinava as atividades práticas de atendimento entre o serviço e os departamentos acadêmicos da Faculdade.

Com a mudança da direção da FMVZ, o professor catedrático Fernando Varela de Carvalho designa o prof. dr. Eduardo Harry Birgel para chefiar o aludido serviço, por meio da Portaria 7/76, de 29 de novembro de 1976. Os alunos do 5º semestre da Faculdade passavam a ter atividades práticas nas disciplinas aplicadas ou ditas profissionalizantes. Não significa dizer que antes dos anos de 1970 os alunos não tinham disciplinas profissionalizantes, mas deve-se salientar que, com a mudança de estatuto da USP, como ver-se-á mais à frente, os estudantes praticamente ficavam restrito às dependências

dos Institutos de Ciências Básicas, exceção à Anatomia dos Animais Domésticos e à Microbiologia, distantes dos blocos da Faculdade, na av. Lúcio Martins Rodrigues, travessa 4.

Em continuidade sobre o tema, em uma linha do tempo, em 14 de janeiro de 1981, sob a nova direção da Faculdade, o professor titular Vicente Borelli designou o prof. dr. Benedicto Wladimir de Martin e o prof. dr. José Alberto Pereira da Silva, respectivamente, chefe e vice-chefe do Serviço Médico Cirúrgico e Hospitalar, por meio da Portaria 1/81, que, com a colaboração dos profs. drs. José de Alvarenga, Masao Iwasaki e Mitika Kuribayashi Hagiwara, trataram de assestar suas preocupações para o início do Hospital Veterinário da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de São Paulo, que em 2019 completa 38 anos de atividades e é assunto desenvolvido a seguir.

A FORMAÇÃO DO HOSPITAL VETERINÁRIO (HOVET) DA FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA E ZOOTECNIA DA USP

ANGELO JOÃO STOPIGLIA

Quem for buscar informações da existência, ainda que não oficial, de um Hospital Veterinário na USP, encontrará duas informações em jornais do início do século XX. A partir de 1924, havia uma clínica veterinária na rua Pires da Mota, n. 1, da Escola de Veterinária de São Paulo, atendendo gratuitamente, todos os dias úteis, das 8h30 às 9h30 da manhã, conforme anúncio nos jornais da época. Já no livro *Virtuosa Missão*, no Capítulo 8, “Uma profissão estratégica para Brasil”, de João Castanho Dias, publicado pela Academia Paulista de Medicina Veterinária, há uma cópia reprográfica de um anúncio informando no jornal *O Veterinário*, ano 1, número 1, de abril de 1937, o seguinte texto:

AMBULATORIO DE CLÍNICA MÉDICA GERAL
Hospital da Faculdade de Medicina Veterinária
da Universidade de São Paulo
São Paulo
Rua Pires da Motta, 1.164
Segundas, Quartas e Sextas-feiras, – Das 14 às 16 horas
— Consultas absolutamente gratuitas —

Pode-se depreender daí que, embora fundado oficialmente apenas na década de 1980, a vocação de atendimento clínico de animais enfermos, quer as espécies de pequeno porte, quer as de grande porte, a Faculdade a detinha desde a sua fundação. O HOVET foi fundado oficialmente em 1981, através da Resolução n. 8, aprovada pelo Conselho Interdepartamental da Faculdade (CDI) em 23 de março de 1981, que designava o prof. dr. Benedicto Wladimir De Martin seu primeiro diretor. Designava também o primeiro Conselho Hospitalar, constituído pelo vice-diretor, prof. dr. José Alberto Pereira da Silva, pelo chefe do ambulatório, prof. dr. Masao Iwasaki, e pelos coordenadores das áreas clínicas, profa. dra. Mitika Kuribayashi Hagiwara, e cirúrgicas, prof. dr. José de Alvarenga. Funcionou nos antigos barracões na av. Lúcio Martins Rodrigues, travessa 4, na Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira. Porém, quem for lá procurar vestígios daqueles barracões que albergaram o hospital por mais de trinta anos, de 1969 a 1999, não os encontrará, e tampouco encontrará qualquer relíquia que lembre, ainda que de longe, toda a atividade inicial lá levada a efeito. Fato é que, no último ano do século XX, uma grande parte do HOVET deslocou-se para suas estruturas definitivas, lá restando, ainda, todo o atendimento e internação dos equídeos, quer dos serviços de clínica médica, quer da clínica cirúrgica, até o ano de 2005, quando o prédio do chamado Hospital de Equinos foi concluído, faltando, ainda, o Centro Cirúrgico, finalizado em 2008.

No entanto, se for compulsar a história da Faculdade, observar-se-á que, durante toda a sua profícua existência, o serviço hospitalar prestado aos animais de companhia, de serviço e de criação sempre recebeu dos professores, assistentes e alunos o devido cuidado que os animais deveriam merecer dos profissionais, estudantes e funcionários, dentro de tão importante área da Medicina Veterinária. Nos dias atuais, as clínicas, no sentido amplo da palavra, são estrategicamente fundamentais para a profissão, quer pelo respeito que os profissionais dessa área infundem na sociedade civil, quer pelo montante financeiro que esta açambarca. Olhando seis décadas atrás, não se observava o *status* de que hoje gozam os médicos veterinários clínicos. Dessa forma, não é de todo improvável afirmar que o Hospital Veterinário, ou pelo



menos suas atividades, está próximo de completar 100 anos, assim como a Faculdade.

Como já foi registrado nos capítulos anteriores, durante a longa trajetória da Faculdade, esta ocupou diversos prédios, como no Instituto Butantan, na rua Pires da Mota n. 1 (antigo Instituto Vacinogênico de São Paulo, que, durante anos, teve como diretor o médico e professor Arnaldo Vieira de Carvalho), na av. Água Branca n. 53 (quando passou a ser subordinada à diretoria de Indústria Animal), na rua São Luiz n. 16,¹ retornando, após, em 1937, para a rua Pires da Mota n. 159, em melhores, maiores e mais adequadas construções para um curso de Medicina Veterinária. O retorno às instalações da rua Pires da Mota possibilitou o estudo de um projeto para os pavilhões das clínicas, sendo construídos e inaugurados anos depois. O prof. Eduardo Harry Birgel, nos *Anais* da Semana Comemorativa aos 60 anos da FMVZ-USP, em 1995, menciona o prof. Angelo Vincenzo Stopiglia que, em palestra proferida em 1962, sobre a evolução histórica da cirurgia veterinária, afirmava “que no referido local programaram-se e realizarem-se inúmeras adaptações e reformas, sendo que o projetado Pavilhão das Clínicas foi construído e inaugurado em 1944”.

Ou seja, na rua Pires da Mota foram acrescentadas edificações, em muitos metros quadrados de áreas construídas, em local de fácil acesso, provido em sua lateral de entrada dos grandes e pequenos animais, no largo Nossa Senhora da Conceição n. 59, todo ajardinado, aonde os proprietários pudessem aguardar e conversar entre eles enquanto esperavam a abertura dos portões para a triagem dos animais a serem atendidos. Finalmente, na segunda metade da década de 1960, a Faculdade veio para a Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira – próximo à época em que um contingente de professores catedráticos pretendia mudar toda a estrutura da

1. No casarão de propriedade do dr. João Alves de Lima, cuja história e planta-baixa da construção encontram-se discriminadas no livro *De beco a avenida – A história da rua São Luiz*, de José Eduardo de Assis Lefèvre, e que, anos após a saída da Faculdade do local, em 1943, passou a ser o n. 79, onde foi construído um edifício de apartamentos assinado pelo engenheiro Sylvio Jaguaribe Ekman.

FMV-USP para uma fazenda no município de Pirassununga, em face da unidade ter recebido, do governo do estado, uma área com acerca de 980 alqueires, bem diferente da área que a nossa Unidade disporia no *campus* da zona Oeste.

Na Cidade Universitária, a Faculdade foi disposta em barracões novos, cuja construção não era refinada, porém atendia às necessidades da Faculdade no que concerne às disciplinas que lá se instalariam, principalmente levando em conta que a nova mudança para os prédios definitivos deveria ocorrer entre cinco e dez anos. O período de espera, entretanto, para a construção dos novos prédios foi de ao menos trinta anos. Enquanto nos últimos anos de 1960 a área clínica ocupou os barracões, um grupo de professores ocupava, como pioneiros da Veterinária nas mudanças para o Butantã, as instalações do prédio da Botânica (1B), um dos primeiros da Cidade Universitária, e os professores das disciplinas básicas ficaram abarcados nesse prédio, como a Histologia e Embriologia, a Zoologia Médica e Parasitologia e a Fisiologia. Outras disciplinas básicas permaneceram nos barracões, como foi o caso da Microbiologia, da Imunologia e da Anatomia dos Animais Domésticos. Finalmente, em meados da década de 1980, o prof. Vicente Borelli, então diretor da Faculdade, prioriza as primeiras mudanças dos departamentos da Faculdade para um prédio de dois andares, quadrilátero, com possibilidade de ampliação horizontal, à margem da av. Corifeu de Azevedo Marques, n. 3170, época em que não havia muitas vias para lá chegar, somente a travessa Gabriel Sylvestre Teixeira de Carvalho, médico veterinário, cirurgião-dentista, professor da Faculdade e ex-reitor da USP, a qual permitia a chegada pelos fundos da Faculdade.

Uma grande parte da Faculdade, como a Administração e a Biblioteca, muda-se em 1990 para os prédios definitivos e, em seguida, a Clínica de Poligástricos instala-se na antiga garagem da Faculdade, após reforma propiciada por fundos da Fapesp. Em 1999, as Clínicas Médicas, Cirúrgicas e Obstétrica de Pequenos Animais mudam-se para doze prédios recém-construídos, restando, como exceção à regra, e como frisado anteriormente, o atendimento a equídeos nos barracões, até 2005, e o Almoxarifado, o Arquivo Morto, a Oficina e o Centro Acadêmico Moacyr Rossi Nilsson até 2011, sendo as últimas instalações a serem transferidas para a av. Prof. Dr. Orlando Marques de Paiva, n. 87. Finalmente, a FMVZ estava no seu endereço definitivo em São Paulo (Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira) e em Pirassununga, *campus* Fernando Costa. Portanto, a FMVZ desenvolve as suas atividades de pesquisa, ensino e extensão universitária em dois *campi* da USP.

Dessa forma, voltando à história do Hospital, seria interessante considerar como início de suas atividades essa época

– 1928-1944 – como constituindo-se a última data no real atendimento sistematizado das Clínicas, fossem quais fossem, para minorar os sofrimentos dos animais doentes e ensinar, na prática, aos alunos.

As principais cadeiras que realizavam o forte contingente de atendimentos eram: a Patologia e Clínica Médicas de Poligástricos, a Patologia e Clínica Médicas de Monogástricos, a Patologia e Clínica Cirúrgicas e Obstétrica, a Anatomia Patológica e, mais a campo, a Doenças Infecciosas e Parasitárias. Os atendimentos ocorriam durante as aulas práticas das cátedras, após os animais serem selecionados pelo Serviço de Ambulatório Geral, com o apoio da Seção de Radiodiagnóstico e Fisioterapia, sob a égide do médico Honorato Faustino de Oliveira Júnior. Apenas para citar alguns nomes que participavam do atendimento: Cesário Machado, René Straunard, Gabriel Sylvestre Teixeira de Carvalho e, mais adiante, Euclides Onofre Martins e seus assistentes, Romeu Diniz Lamonié e seus assistentes, Ernesto Antônio Matera e seus assistentes, Sebastião Nicolau Piratininga e seus assistentes e Mário D'Apice e seus assistentes.

É provável que várias tentativas, durante anos anteriores, tenham sido levadas à frente no intento de se criar um único hospital, com uma administração centralizada, porém, talvez em face da permanência dos professores catedráticos em suas cadeiras e com suas prerrogativas ativas, não foi possível concretizar isso até o início da década de 1970. Nesse tempo, um grupo de professores encabeçados por Adolpho Ribeiro Netto e Fernando Varela de Carvalho, que ocupavam cargos na diretoria e na vice-diretoria, começaram a pensar na criação inicial de um serviço médico e cirúrgico, conforme já assinalado, que seria o embrião do futuro Hospital Veterinário (HOVET).

O Hospital Veterinário, desde a sua fundação caracterizado como um hospital escola, recebeu em 1981 a sigla HOVET, a qual passou, diga-se, a servir de nomenclatura para diversos hospitais veterinários a seguir fundados, em São Paulo e no Brasil. O HOVET inicia as suas atividades agora na condição de hospital, e não mais como uma junção de atividades das disciplinas dos departamentos, oriundas das cátedras. Há duas formas de se encarar esse início das atividades. Se, por um lado, o a implementação inicial foi custosa e necessitou de muitos debates, por outro lado, muitos eram os pontos positivos. Em primeiro lugar, já não era novidade, como já frisado, o atendimento de animais na Faculdade; em segundo lugar, a instituição já possuía *expertise* nesse tipo de serviço desde a Escola de Veterinária – basta lembrar o escol de nomes que elaboraram a rotina das clínicas –; em terceiro, havia uma excelente infraestrutura, não somente de prédios já construídos e a serem entregues logo adiante, em 1999, mas



Primeiro Centro Cirúrgico do Serviço de Obstetrícia do VCO, no bloco 27-A e, posteriormente, em melhores condições, transferido, 1987. Arquivo FMVZ-USP.

também um excelente material humano e de equipamentos, com um corpo de técnicos de níveis médio e superior, e, graças ao apoio constante da Fapesp, uma estrutura de laboratórios invejável. De outra parte, seja-nos lícito afirmar que, por deter uma experiência de décadas no atendimento clínico-cirúrgico e hospitalar, inclusive com muitos anos de internamentos e cuidados aos finais de semana, cristalizaram-se nas clínicas, em *lato sensu*, protocolos e condutas bem assestadas aos tratamentos preconizados, alguns provenientes até da época das cátedras e que foram passados aos assistentes, futuros professores titulares, inclusive no que tange às normas administrativas.

Dessa forma, se a ideia era a de criar uma unidade de atendimento, tratamento e internamento que visava contemplar todas as disciplinas ditas aplicadas e hospitalares dos departamentos da Faculdade, do ponto de vista da administração, o Hospital possuía corpo técnico-administrativo próprio e mesmo um diretor, indicado pelo diretor da Faculdade. Por outro lado, cada um dos Serviços Técnicos e Acadêmicos, criados pelos departamentos e que passaram a ser oferecidos ao Hospital, exigiam, de certa forma, a conduta ordenada por estes, a qual o HOVET deveria respeitar. Disso resultou, provavelmente, um sistema, *ab ovo*, híbrido, e que deverá

perdurar por certo tempo ainda, em vista de tratar-se de um Hospital Escola.

Assim, nos primeiros tempos do HOVET, se as condutas de ensino foram paulatinamente implementadas, a parte administrativa, por sua vez, correu placidamente, visto que o Hospital contava com um diretor (um docente); um chefe de Ambulatório Central (também docente), responsável pelo primeiro atendimento e pela triagem de animais para as aulas práticas ministradas nos departamentos; e mais cinco docentes responsáveis pelos primeiros serviços a serem instituídos no hospital: Patologia e Clínicas Cirúrgicas, com atendimento de grandes e pequenos animais, além da realização das anestésias; Patologia e Clínica Médicas (Monogástricos); Patologia e Clínica Médicas (Poligástricos); Radiologia e Patologia. Assim, ainda que três diferentes departamentos estivessem envolvidos no HOVET – Cirurgia e Obstetrícia, Clínica Médica e Patologia –, a conjugação dos fatores técnicos e administrativos era resolvida por um conjunto de docentes que, de certa forma, buscava anseios próximos. Outro fator favorável foi o fato de, em 1981, todo o conjunto de atendimento ocorrer nos barracões provisórios da travessa 4 da av. Lúcio Martins Rodrigues, sendo a Patologia o primeiro setor a

mudar-se para as novas instalações na década de 1980, havendo, nesse caso, a necessidade de uma nova sala para necropsia de grandes animais nos barracões.

Com o passar do tempo, a estrutura administrativa hospitalar foi crescendo. Em face da alta demanda por atendimento, houve a criação do Programa de Aprimoramento, em um ou dois anos, oferecido aos médicos veterinários recém-formados, com bolsas da Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap), inicialmente. Os serviços dos departamentos da Faculdade aumentaram em número e oferecem suas especialidades ao Hospital: em 2018, contava o HOVET com dezoito serviços especializados departamentais e um serviço intensivo de monitorização. Observaram-se também uma demanda crescente por funcionários; a ampliação de estruturas físicas; e a melhora do parque de equipamentos, face ao crescente cuidado e atenção dos proprietários de animais com os aspectos de segurança durante o atendimento, anestesia ou intervenções cirúrgicas. O Serviço de Cirurgia de Pequenos Animais, por exemplo, inaugurou, em 2017, com verbas próprias e verbas oriundas da Fapesp, da unidade e da Reitoria, o Centro Cirúrgico com sete salas de cirurgia, segundo a especialidade, comparadas às melhores do mundo.

O HOVET é procurado por alunos e graduados em Medicina Veterinária, sejam de São Paulo, de outros estados da União ou mesmo de países da América Latina ou Europa, para a realização de estágios simples, estágios de conclusão de curso, práticas profissionalizantes (via departamentos), residências médico-veterinárias – com bolsas da Fundap, do Ministério da Educação (MEC) ou particulares (via HOVET) –, cursos de aprimoramento ou especialização, além dos programas de pós-graduação em cursos de mestrado e doutorado, embora oferecidos pelos departamentos acadêmicos, bem como para o pós-doutoramento. Nesses casos, esses alunos valem-se da casuística hospitalar para a elaboração das dissertações e teses defendidas na FMVZ-USP. Todo o processo necessita hoje em dia de instâncias decisórias, em primeiro estágio, como Conselho Hospitalar, Conselho Orientador, Comissão de Residência, Comissão de Ética Hospitalar, entre outras, com representatividade de todos os autores partícipes do projeto hospitalar e suas constantes mudanças.

Mas não nos adiantemos na História do HOVET. O diretor da Faculdade, prof. dr. Vicente Borelli, em 14 de janeiro de 1981 designou, pela Portaria FMVZ-USP n. 1/81, o prof. dr. Benedicto Wladimir de Martin e o prof. dr. José Alberto Pereira da Silva, respectivamente, chefe e vice-chefe do Serviço Médico-Cirúrgico e Hospitalar, como já frisado anteriormente. Pela Resolução FMVZ-USP n. 8/81, de 2 de março de 1981, o prof. dr. Benedicto Wladimir de Martin foi

indicado o primeiro diretor do Hospital Veterinário da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo – função que exerceu galhardamente até o mês de março de 1989, completando, ininterruptamente, oito anos consecutivos de mandato à frente do Hospital Veterinário – e o prof. dr. José Alberto Pereira da Silva, vice-diretor do Hospital. Os dois docentes, com a colaboração dos profs. drs. José de Alvarenga, Masao Iwasaki e profa. dra. Mitika Karibayashi Hagiwara, elaboraram e, mediante tratativas, redigiram o 1º Regimento do Hospital Veterinário, devidamente aprovado pelo então CDI em 20 de março de 1984 e publicado no *Diário Oficial* de 22 de março de 1984. Há que se salientar que o prof. Benedicto é considerado o introdutor da Radiologia Veterinária no Brasil, absorvendo os ensinamentos do médico Honorato Faustino de Oliveira Júnior, instituidor do Serviço de Fisioterapia e Radiodiagnóstico na FMVZ. Na Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia em Botucatu, o prof. De Martin criou o Serviço de Radiologia e foi o primeiro professor titular de Radiologia Veterinária no país, ocupando, hoje, a cadeira n. 14 – cujo patrono é Angelo Vincenzo Stopiglia – da Academia Paulista de Medicina Veterinária, como acadêmico membro titular.

Integrava o Conselho Hospitalar, à época, o chefe do Ambulatório Central, o prof. dr. Masao Iwasaki, de uma antevisão aguçadíssima e uma capacidade administrativa ímpar, o que o fez, em pouco tempo, galgar à condição de diretor do Hospital Veterinário (de abril de 1993 a maio de 1994) e diretor da FMVZ-USP (4 de agosto de 2001 a 5 de agosto de 2003), aposentando-se, precocemente, em 2003, tomando outros rumos, no Direito Público, como advogado. Mitika Kuribayashi Hagiwara, por suas qualidades administrativas, foi também diretora do Hospital Veterinário (de março de 1989 a abril de 1993) e diretora da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP (de 12 de julho de 1993 a 27 de julho de 1997). Já o prof. dr. José de Alvarenga foi vice-diretor do HOVET (de abril de 1987 a março de 1989) e diretor da FMVZ-USP (de 4 de março de 1993 a 12 de julho de 1993). A verdadeira profissão de fé do prof. Alvarenga era a cirurgia – “a que as mãos curam”.

Contudo, como antecipado anteriormente, o hospital era extremamente dinâmico no que alude à parte técnico-científica, mas também no que tange aos anseios administrativos. Assim foi que, após três anos, o 1º Regimento sofreu sua primeira reformulação, em 1984, com a finalidade de adaptar o Hospital Veterinário à filosofia de integrar ao HOVET os serviços oferecidos pelas disciplinas dos diferentes departamentos da Faculdade ligados à prática hospitalar. O 2º Regimento do HOVET, com 38 artigos e aprovado em sessão de 4 de outubro de 1984 pelo CDI, amplia a formação do Conselho Hospitalar,



Ambulatório Central do Hospital Veterinário da FMVZ da USP, nos barracões provisórios na av. Lúcio Martins Rodrigues, travessa 4, 1985.

que passa a contar, além do diretor e do vice-diretor, com o docente responsável pelo Serviço de Ambulatório e Internação de Clínica Médicas de Poligástricos do Departamento de Clínica Médicas (VCM); do Serviço de Ambulatório e Internação de Clínica Médica de Monogástricos do VCM; do Serviço de Patologia e Clínica Cirúrgicas do Departamento de Cirurgia e Obstetrícia (VCO); do Serviço de Obstetrícia do VCO; do Serviço de Radiologia do VCO e do Serviço de Anatomia Pa-

tológica II do Departamento de Patologia (VPT). Contudo, a essa época, constituíam-se em serviços vinculados ao Hospital o Serviço de Técnica Cirúrgica; o Ambulatório de Inseminação Artificial; o Ambulatório de Reprodução Animal, do VCO, assim como o Laboratório Clínico do VCM, o Ambulatório de Ornitopatologia do VPT e o Serviço de Diagnóstico de Zoonoses e outras doenças transmissíveis do Departamento de Medicina Veterinária Preventiva e Saúde Animal.



Entrada principal do HOVET após a reforma em Pirassununga, 1984. Arquivo FMVZ-USP.

Nesse primeiro período do Hospital da Faculdade, que se inicia com a consolidação do atendimento unificado pelas diferentes disciplinas, o qual compreende o período de março de 1981 a novembro de 1984, segundo dados do Relatório HOVET, encaminhado pelo diretor do Hospital ao CDI, observa-se que, entre casos novos e retornos, exames laboratoriais e de imagem, o montante foi de 87.439 casos, com arrecadação de 63.230.282,00 cruzeiros, sendo que, do total arrecadado, a diretoria da Faculdade retornou 50,97% do montante para a direção do HOVET. Nesse mesmo período, foram oferecidos 239 estágios a alunos e profissionais, realizadas 80 reuniões clínicas, com a presença de docentes, médicos veterinários, residentes e estagiários. Entre os assuntos abordados, cumpre assinalar os seguintes, entre muitos outros: dwarfismo hipofisário em cão; persistência do ducto arterioso, *Diocotphyne renalis*, diálise peritoneal, cardiopatias congênitas, carcinoma broncogênico com metástase cardíaca, esteatite em felinos, micoplasmose em caprinos e tétano. Observa-se no início dos anos de 1980 a vocação para o ensino, mas também para a pesquisa, realizada durante o atendimento clínico-cirúrgico.

Por essa época, em 18 de maio de 1984, o HOVET, através de uma iniciativa ousada, com a presença de autoridades como o governador do estado de São Paulo, dr. Franco Montoro; o reitor da USP, prof. dr. Hélio Guerra; ex-diretores e diretores da Faculdade, inaugura, no Centro Intraunidade de Zootecnia e Indústrias Pecuárias (CIZIP) Fernando Costa, no município de Pirassununga, uma outra unidade do HOVET, além daquela situada na Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira, para possibilitar, na região, a pesquisa, o ensino, por meio de



Acima: Unidade do Hospital Veterinário (HOVET) em Pirassununga, reformado e entregue para a utilização de usuários da região, 1984. Arquivo FMVZ-USP

estágios e residência, a extensão universitária e, sobretudo, o atendimento à comunidade pirassununguense.

As mudanças nas estruturas de uma antiga escola denominada Grupo Escolar Altino Antunes no CIZIP foram acompanhadas par e passo pelos profs. Benedicto de Martin e Masao Iwasaki. A reforma do casario constitui hoje, junto à Biblioteca da Faculdade, um rico acervo fotográfico do início até o final das obras, assim como sua pomposa inauguração, que contou com a presença do governador do estado, do reitor da USP, entre outras autoridades. Nesse conjunto, inaugurado em 1984, havia, também, uma casa destinada aos residentes do HOVET, alunos e docentes, além de baias para a internação de grandes animais. É de se fazer um exercício de *mea culpa* que, durante esse tempo de existência do Hospital da Faculdade em Pirassununga, a unidade sempre foi cobrada pelos órgãos da Reitoria sobre qual a verdadeira função da sua existência, pois não havia, regularmente, alunos e docentes. Enfim, com a criação do Hospital pela FZEA, no *campus* da USP em Pirassununga, o HOVET-FMVZ em Pirassununga foi transformado no Centro de Apoio ao Ensino e à Pesquisa (CAEP) dos Departamentos de Clínica Médica e de Cirurgia da FMVZ, propiciando ensino, pesquisa e extensão universitária, ou seja, tendo a constante presença de docentes e alunos.

Com o crescimento em grande ritmo das atividades do HOVET, observava-se entre docentes e órgãos da administração do Hospital e da Faculdade a necessidade precípua de proceder ao estudo de modificações do Regimento em vigência desde 1984. Dessa forma, por necessidades impostas pela própria modificação do Regimento da USP, o diretor do Hospital Veterinário, prof. dr. Angelo João Stopiglia, a pedido do di-



retor da FMVZ João Palermo Neto, designou, pela Portaria HOVET n. 01/95, de 5 de abril de 1995, os profs. drs. José Luiz D'Angelino, Carlos Eduardo Larsson, Masao Iwasaki, Márcia Mery Kogika e Eliana Reiko Matushima, sob a presidência do diretor do HOVET, uma comissão especial incumbida de proceder ao estudo para reforma do Regimento do HOVET. Até esse período tinham sido diretores do HOVET os profs. drs. Benedicto Wladimir de Martin, Mitka Kuribayshi Hagiwara, Masao Iwasaki, Angelo João Stopiglia e José Luiz D'Angelino.

A elaboração do 3º Regimento do HOVET não foi menos trabalhosa. Em 17 de março de 1997, o presidente da referida Comissão Especial entregou ao novo diretor do Hospital Veterinário, prof. dr. José Luís D'Angelino, para providências necessárias, o estudo de anteprojeto de reforma do Regimento do HOVET. A partir dessa data, por ser o Hospital um órgão que interage com os Departamentos Acadêmicos, com alunos de graduação e de pós-graduação e com a Administração da Faculdade, o anteprojeto precisou passar pelo Conselho dos Departamentos Acadêmicos, pelas Comissões Estatutárias de Graduação e Pós-Graduação, depois retornar ao Conselho Hospitalar para emendas, ir ao Conselho Técnico Administrativo (CTA) e à Consultoria Jurídica da USP. Assim, somente, em 2001, após modificações propostas por diferentes órgãos e instâncias, com o prof. dr. Angelo João Stopiglia novamente na diretoria do HOVET, é que foi encaminhado o Regimento à Congregação da Faculdade. Após discussão, foi aprovado por unanimidade em 20 de fevereiro de 2002, completando, em 2018, 16 anos de vigência.

Entre modificações, além de um Conselho Hospitalar, criou-se um Conselho Consultivo, pois não foi possível criar-se um Conselho Deliberativo, visto ser o HOVET um órgão intraunidade, e, portanto, subordinado ao CTA e à Congregação da Faculdade. Para que o Hospital tivesse autonomia com um conselho deliberativo, fazia-se necessário ser transformado em



unidade autônoma em relação à Faculdade e ficar diretamente vinculado à Reitoria, o que à época não pareceu favorável nem ao HOVET, nem à Faculdade. Já nas instalações definitivas, o prof. dr. Luís Cláudio Lopes Correia da Silva, então diretor do HOVET, compôs uma comissão, sob a presidência do prof. dr. Angelo João Stopiglia, para proceder aos estudos para a modificação do Regimento do hospital, a qual seria a 4ª edição.

E mercê dos esforços, sem remuneração pecuniária pelos serviços hospitalares prestados, de forma adjutória, os docentes dos departamentos acadêmicos da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia não mediram esforços para lançar bases sólidas na criação e formação do hospital escola, sem prejuízo de suas atividades de ensino na graduação formal dos estudantes do curso de Medicina Veterinária ou às atividades de ensino vinculadas, em algumas áreas, aos programas de pós-graduação *stricto sensu*, quer em cursos de mestrado ou doutorado, como no pós-doutorado, como supervisores, ou em cursos de aprimoramento e especialização.

Com esse entusiasmo característico dos docentes e o apoio imprescindível dos diferentes diretores que dirigiram a Faculdade, nas pessoas dos profs. drs. Vicente Borelli, José César Panetta, João Palermo Neto, Mitka Kuribayashi Hagiwara e Masao Iwasaki, o HOVET ia crescendo, ano a ano, a olhos vistos, aumentando significativamente o número de casos atendidos, a diversidade de espécies que eram trazidas ao hospital para tratamento e internação, agora os silvestres, o crescimento dos serviços, novos ou que se dividiam em outras especialidades, estas oriundas das disciplinas eletivas dos departamentos acadêmicos, como Dermatologia, Oftalmologia, Cardiologia, entre outras, graças ao ensino e a pesquisa desenvolvidos e oferecidos como rotina ao Hospital Veterinário da USP. Foram ainda diretores do HOVET os profs. drs. Angelo João Stopiglia, Marcia Mery Kogika, Luis Cláudio Lopes Correia da Silva e Sílvia Ricci Luccas.

Recepção ao governador de São Paulo, André Franco Montoro, pelo prof. dr. Antonio Hélio Guerra Vieira, reitor da USP, por ocasião da reforma do HOVET, 1984. Arquivo FMVZ-USP.

Na presença do governador de São Paulo, Franco Montoro; do reitor da USP, Antonio Hélio Guerra Vieira; do diretor da FMVZ-USP, Vicente Borelli; e do diretor do HOVET, Benedicto W. De Martin, foram apresentadas as melhorias do Hospital em Pirassununga, 1984. Arquivo FMVZ-USP.

Residentes, estagiários e médicos veterinários do HOVET-Pirassununga, 1984. Arquivo FMVZ-USP.

Com a inauguração de mais um hospital veterinário no campus da USP em Pirassununga (FZEA), a estrutura da FMVZ foi transformada em Centro de Apoio ao Ensino e à Pesquisa da FMVZ-USP, 2017.



Assim, com o desenrolar frenético da história do HOVET, o diretor da FMVZ-USP prof. dr. José César Panetta, ao assumir a direção da Faculdade em janeiro de 1985, ainda nos barracões, e logo após instalado nos prédios definitivos na av. Orlando Marques de Paiva n. 87, definiu que melhorias e aportes de recursos não deveriam ser mais trasladados para os barracões, com quase 20 anos de idade, mas que todos os recursos deveriam ser aportados para as novas instalações, tanto da Faculdade como do HOVET. Apesar disso, foi construída uma sala de necropsia para grandes espécies com câmara fria de última geração, em que cabia um touro de uma tonelada, devido à mudança do Departamento de Patologia para os prédios definitivos, um escritório para o chefe de Serviços Gerais e um armazém para feno, que em uma manhã de verão incendiou-se, sem vítimas.

O crescimento em grande escala, nos barracões provisórios, começou a trazer problemas de toda a sorte, como dificuldades de abertura de prontuários, controle das cobranças e arrecadação de tarifas – cujo montante, diariamente, deveria ser recolhido à Secção de Tesouraria da Faculdade, responsável pela arrecadação e checagem do arrecadado. Uma vez que a Tesouraria encontrava-se a 5 quilômetros de distância do HOVET – além da estrutura física que se apequenava com os novos serviços criados –, iniciou-se o processo de mudança definitiva que duraria, ainda, alguns anos.

Em continuidade, ao fim do mandato do prof. José César Panetta, constata-se que a situação permanece inalterada no que diz respeito à mudança do HOVET para os prédios novos. Isso se mantém, de igual forma, na gestão do prof. João Palermo Neto, visto que, embora concluídos os oito prédios dos Departamentos de Cirurgia e Obstetrícia, aqueles reservados ao Departamento de Clínica Médica não estavam construídos. Ao final do mandato de João Palermo Neto, por poucos meses permanece o professor titular José de Alvarenga à frente

da diretoria da Faculdade, sendo substituído, em 1993, pela profa. Mitika K. Hagiwara, que, com pulso firme e destemor ímpar, conduz os destinos da Faculdade. Durante os quatro anos de seu mandato, a diretora conta, na condição de diretor do HOVET, com três dirigentes: Masao Iwasaki (de abril de 1993 a maio de 1994); Angelo João Stopiglia (de julho de 1994 a julho de 1996) e José Luiz D'Angelino (de julho de 1996 a agosto de 1997).

As duas próximas direções da FMVZ-USP não podiam se furtar a dois problemas inerentes ao HOVET e, por consequência, aos departamentos acadêmicos da Faculdade. Um deles, já abordado, dizia respeito ao Regimento do HOVET, de 1984 e, como já frisado, aprovado após longo período de tramitação em 2002, junto com o Decreto n. 40.440 do governador Mário Covas, publicado no *Diário Oficial* de 24 de outubro de 1995, aprovando uma norma técnica especial relativa à instalações de estabelecimentos veterinários, estabelecendo regras de infraestrutura e de funcionamento para todos os estabelecimentos veterinários, fossem ambulatorios, clínicas ou hospitais. Embora o setor de Ruminantes já internasse animais doentes havia muitas décadas, com plantões aos finais de semana e docentes da área, pouco era feito sobre o internamento de pequenos animais. E o Decreto n. 40.440 dizia que um hospital veterinário deveria ter internamento e funcionamento 24 horas. Hoje em dia, existem serviços de monitoração dos animais atendidos durante o dia, quer para equinos, quer para bovinos, quer para pequenos animais. O segundo ponto a se considerar dizia respeito às condições insatisfatórias dos barracões, como a falta de bebedouros para cães e público, a ausência de sanitários públicos, inclusive para pessoas com deficiências, entre muitos outros.

Dessa forma, os próximos dois diretores, João Palermo Neto (4 de agosto de 1997 a 3 de agosto de 2001), em seu segundo mandato, por meio de uma portaria, indica que o



Acima, esq.: Com a presença do governador do estado de São Paulo, André Franco Montoro; do reitor da USP, José Goldemberg; do diretor da Faculdade, José Cezar Panetta; do diretor do HOVET, Benedicto Wladimir De Martin; e do vice-diretor do HOVET, José Alberto Pereira da Silva, procedeu-se ao translado dos restos mortais de Fernando Costa para Pirassununga, no *campus* da USP, 1986. Arquivo FMVZ-USP.

Acima, dir.: Com a presença do governador, no momento solene do discurso, acompanhado pelo prof. Antonio Guimarães Ferri, ao fundo, que teve importante atuação na cúpula universitária por vários anos, administrando diversas unidades da USP, 1986. Arquivo FMVZ-USP.



Acima, esq.: Entrega do conjunto de prédios dos Departamentos de Clínica Médica (3 blocos), de Cirurgia (6 blocos) e de Reprodução Animal (2 blocos), mais os 2 prédios e a triagem do Hospital Veterinário para Pequenos Animais. Funcionários do Fundusp; profs. Angelo João Stopiglia, diretor do HOVET e chefe do VCI em exercício, Flávio Prada, Comissão de Obras, Cássio Xavier de Mendonça Júnior, chefe do VCM, engenheiro construtor, João Palermo Neto, diretor da Faculdade, e José Antônio Martins, assistente técnico para assuntos administrativos da Faculdade, abril de 1999. Arquivo FMVZ-USP.

Acima, dir.: Imagem atual do chamado leito carroçável que interliga os serviços do HOVET dos Departamentos de Clínica Médica, Cirurgia e Reprodução Animal, 2017. Arquivo FMVZ-USP.

Inauguração dos blocos 13, 15 e da triagem do HOVET. Novembro de 1999. Arquivo FMVZ-USP.



Comemoração dos 25 anos de inauguração do HOVET, 2006. Arquivo FMVZ-USP.



Professor José Luiz D'Angelino, ex-diretor do HOVET, sendo homenageado pelo diretor do Hospital, Luís Cláudio Lopes Correia da Silva, 2006. Arquivo FMVZ-USP.



Prof. dr. Luís Cláudio Lopes Correia da Silva entrega homenagem ao ex-diretor do HOVET e da FMVZ Masao Iwasaki, 2006. Arquivo FMVZ-USP.



diretor do HOVET, prof. dr. Angelo João Stopiglia (agosto de 1997 a outubro de 2003), tome as providências cabíveis para a reformulação do Regimento do HOVET, conforme já comentado anteriormente, e para as tratativas para a mudança definitiva dos serviços do HOVET (Portaria n. 27/98 do diretor prof. dr. João Palermo Neto, compondo Comissão de Transferência do Complexo Hospitalar dos antigos barracões para as instalações definitivas, composta pelos profs. drs. Masao Iwasaki, Cássio Xavier de Mendonça Júnior, Márcia Mery Kogika, Wilson Gonçalves Viana, José Antônio Visintin, sr. José Antonio Martins, assistente técnico administrativo, e pelo presidente da Comissão, prof. dr. Angelo João Stopiglia – que, em 12 de novembro de 1998, entrega ao senhor diretor, para análise do Conselho Técnico Administrativo da Faculdade, proposta com três páginas, apresentando as necessidades e as expectativas para as mudanças dos departamentos acadêmicos e da área administrativa do Hospital.

Já o prof. dr. Masao Iwasaki (4 de agosto de 1997 a 5 de agosto de 2003) foi o diretor que colocou em pauta para votação em Congregação o 3º Regimento do HOVET, em vigência até o momento, como exposto anteriormente, com 27 artigos,

19 serviços vinculados ao HOVET e dois Conselhos: Hospitalar e Consultivo; duas Comissões: de Residência e de Ética Hospitalar.

Nos próximos anos, o diretor do HOVET, toda a sua equipe e a Assistência Técnica Administrativa da Faculdade – José Antônio Martins, Julia Maria Matera, Wilson Roberto Fernandes, Sandra Fontolan Lucci, entre outros – debruçam-se sobre essas duas missões e, no final de julho de 1999, as Clínicas Médicas, Cirúrgicas, Obstétrica, Laboratórios Clínicos e Serviço de Diagnóstico de Imagem iniciam, finalmente, suas atividades nas esperadas estruturas definitivas. Como alguns prédios encontravam-se prontos havia mais de uma década, necessitaram de novas adequações. Esse trabalho requereu um esforço conjunto de todos, diretoria, departamentos, HOVET e Fundusp, para que a mudança transcorresse de comum acordo e sem transtornos aos serviços fins da Universidade. O grupo de Ruminantes havia se mudado para uma estrutura grande que deveria ser a garagem e a manutenção da Faculdade. Após drástica reforma do ambiente, às expensas da Fapesp, sob a égide de Eduardo Harry Birgel e Wilson Roberto Fernandes, tais estruturas transformaram-se no Hospital de Ruminantes.



Acima: A sala do Conselho Hospitalar porta o nome do primeiro diretor do Hospital, prof. dr. Benedicto Wladimir de Martin (1981-1989). HOVET, 2006. Arquivo FMVZ-USP.

Esquerda: Sessão solene de inauguração do Hospital de Equinos, 2004. Arquivo FMVZ-USP.

Restavam, portanto, nos antigos barracões, as Clínicas de Equídeos, o Centro Acadêmico Moacyr Rossi Nilsson, algumas estruturas de manutenção e o arquivo da Faculdade. Finalmente, na gestão dos profs. drs. Masao Iwasaki (4 de agosto de 2001 a 5 de agosto de 2003) e Cássio Xavier de Mendonça Júnior (3 de setembro de 2003 a 2 de setembro de 2007), a maior parte da construção do prédio que alberga a Clínica de Equídeos encontra-se finalizada e passível de ser ocupada, o que ocorre em 2005, na gestão do prof. Cássio Xavier de Mendonça Júnior. Contudo, entre a época de estudos da estruturação dos novos prédios (1980), o ano de 1999, quando transcorreu a mudança da área de Pequenos Animais, e o ano de 2005, os setores administrativos do Hospital e dos departamentos acadêmicos da faculdade deixaram de ver como tecnicamente viável a concepção original do HOVET, dos anos 1980, de manter em um mesmo prédio o Centro Cirúrgico de Pequenos Animais e o de Grandes Animais, próximos um do outro, inclusive utilizando a mesma sala de preparo dos

cirurgiões. Dessa forma, propôs-se a construção do Centro Cirúrgico de Grandes Animais no interior do prédio dos Equídeos, o que propiciaria a ampliação do Centro Cirúrgico de Pequenos Animais em seu bloco, visto que a rotina dos anos 1980 não era mais a mesma do ano de 2005. Dessa forma, no dia 8 de agosto de 2008, os serviços de intervenção cirúrgica, endoscopia, cirurgias com o animal em posição em estação (em pé) e a internação puderam todas ser realizadas no novo prédio recém-construído, com excelente infraestrutura, para a Clínica Médica de Equinos e Clínica Cirúrgica de Grandes Animais. Assim, na gestão do prof. dr. José Antônio Visintin (4 de setembro de 2003 a 3 de setembro de 2007), as obras faltantes ou iniciadas foram concluídas, como o Centro Acadêmico Moacyr Rossi Nilsson, instalado em galpão provisório junto ao setor de Manutenção, encostado ao muro da av. Corifeu de Azevedo Marques, no ano de 2011.

Nesse ponto, a gestão do prof. José Antônio Visintin pensou em novas obras em espaços livres no quadrilátero da Me-



Alunos e residentes, com médicos veterinários do HOVET e docentes dos departamentos acadêmicos conduzindo atendimento em atividades práticas nos animais da espécie equina. Hospital de Equinos, 2017. Arquivo FMVZ-USP.

medicina Veterinária, visto que a Faculdade, pelos quatro lados, encontra-se cercada por quatro avenidas. Foram construídos um prédio para o Centro Didático da Faculdade, a ampliação do prédio da pós-graduação para receber as comissões estatutárias e os anfiteatros para a defesa de dissertações e teses da pós-graduação, além de um redondel para cavalos, com novas baias, bem como um biotério experimental para equinos. Terminado o espaço horizontalizado, a Faculdade, viu-se na iminência de começar a pensar, ainda, e apesar de ser uma Escola de Veterinária, na verticalização das estruturas de ampliação, projeto já preparado, que recebeu o nome de Plano Diretor da FMVZ-USP (aprovado pelo CTA em 2009) pelo prof. dr. José Antônio Visintin, ainda no seu primeiro mandato, com prédios de até cinco andares. Mas isso ficará para o futuro, para que a Faculdade de Medicina Veterinária da USP possa atender a sociedade quanto ao ensino, à pesquisa e à extensão universitária de alto nível. Assim, não aos saltos, mas em passos, como a ciência, o Hospital foi crescendo em suas atividades. No ano de 1992, iniciou-se o processo de informatização do HOVET, na gestão da profa. dra. Mitika K. Hagiwara como diretora do Hospital, otimizando, assim, as atividades administrativas e técnicas, sendo a complementação do sistema continuado na gestão do prof. dr. Angelo João Stopiglia, que também implantou o controle de medicamentos dos grupos A, B, C (baseado nas normas vigentes do Ministério da Saúde para a área médica, visto não haver, à época, normatização do uso dessas drogas para a veterinária), rede de oxigênio, circuito interno de filmagens para a segurança dos funcionários e usuários, protocolos de serviço junto ao Serviço de Lavadeira e Esterilização, e assepsia hospitalar.



Acima: Professor Carlos Eduardo Larsson do Departamento de Clínica Médica (VCM), criador e fundador do Serviço de Dermatologia do VCM e deste serviço junto ao HOVET.

Na parte relativa às atividades técnicas científicas, com um programa de pós-graduação *lato sensu*, o HOVET mantém, desde 1983, o Programa de Aprimoramento de recém-formados, recebendo o nome de Residência em Medicina Veterinária em quatro áreas: Anatomia Patológica, Clínica Médica e Cirúrgica de Grandes Animais, Clínica Médica e Cirúrgica de Pequenos Animais e Medicina Veterinária Preventiva. O programa como residência médico-veterinária foi reconhecido pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária, enquanto o Programa de Aprimoramento é credenciado pela Secretaria da Saúde do estado de São Paulo (DE 13.919/79), que dotou, nas fases iniciais do processo, as primeiras bolsas de estudo, depois ampliadas. Hoje em dia, com o Programa Único da Saúde da Família, em que o médico veterinário constitui parte ativa, o MEC não somente reconhece os programas do HOVET como disponibiliza bolsas de estudo, sendo que outras advêm da iniciativa privada via FUMVET. Pelo programa de residência passaram 257 bolsistas até o ano de 2005.

Os residentes cumprem jornada semanal de 40 horas, exceção aos de Grandes Animais, que se dedicam a plantões de finais de semana e, mais recentemente, os de Pequenos Animais, que exercem plantões noturnos junto ao Serviço Intensivo de Monitoramento (SIM). Existe o programa anual com 1.760 horas e outro de dois anos com 3.520 horas, em que os residentes realizam suas atividades nos diferentes serviços do HOVET ligados aos departamentos acadêmicos, com treinamento em rotina tanto no *campus* de São Paulo como no de Pirassununga, até a extinção deste há poucos anos.

Os residentes contam com o apoio não apenas de docentes vinculados aos serviços dos seus respectivos departamen-



Atividades nos diferentes serviços dos departamentos acadêmicos junto ao HOVET. Barracões provisórios, 1999. Arquivo FMVZ-USP.

Acima, dir.: Prof. Paulo Sérgio de Moraes Barros, criador e fundador do Serviço de Oftalmologia do Departamento de Cirurgia (vci) e do HOVET, 1999. Arquivo FMVZ-USP.

tos como também com a orientação de dezenas de médicos veterinários do HOVET, muitos com mestrado e alguns com doutorado, afora o acompanhamento de pesquisas de alunos de pós-graduação e pós-doutorandos, embora o Programa de Residência esteja oficialmente vinculado à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, e não à de Pós-Graduação. As Comissões Estatutárias e as Pró-Reitorias criadas na USP ainda serão tema deste capítulo.

A seleção para ingresso no Programa de Residência do HOVET se dá anualmente, com a presença de mais de uma centena de interessados que disputam as vagas disponíveis em cada uma das áreas oferecidas. No momento, algumas das áreas de residência em Clínica Médica e Clínica Cirúrgica de Pequenos Animais oferecem também o terceiro ano de Residência (R3), como Anestesiologia, Cardiologia e Dermatologia, para um melhor aprimoramento.

Em linhas gerais, esse exitoso programa aloca no mercado médico veterinário profissionais para a área docente, principalmente em universidades privadas, profissionais autônomos ou que seguirão a pós-graduação, finalmente se alocando em institutos de pesquisa, laboratórios e empresas.

Conforme previsão no Regimento do HOVET, o Conselho de Residência se incumbiu, junto com os departamentos acadêmicos, de traçar as diretrizes para os residentes, como rodízio pelos serviços, modo de avaliação, trabalho de conclusão dos 1º e 2º anos, comparecimento, afastamento para congressos, entre outros. Foram até o momento presidentes do Conselho de Residência: profa. dra. Mitika Kuribayshi Hagiwara (março de 1985 a março de 1989), profa. dra. Maria Helena Matiko Akao Larsson (abril de 1989 a março de 2000), prof. dr. Carlos Eduardo Larsson (de abril de 2000 a dezembro de 2010), André Luis do Valle De Zoppa (de janeiro de 2011 a março de 2016). Atualmente, a função é ocupada pela profa. dra. Simone de Carvalho Balian. Mas esse programa só foi possível por meio de grandes lutas, tanto na unidade como no estado, nos entes de classe, como o Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) e os Conselhos Regionais de Medicina Veterinária (CRMV), e nos altos escalões federais. O prof. dr. Eduardo Harry Birgel, que desde o início das tentativas de criação da Residência em Medicina Veterinária esteve à frente de inúmeras iniciativas sobre o assunto, expõe a seguir um pouco dessa rica história. Posteriormente, retornaremos ao HOVET.

HISTÓRIA DA RESIDÊNCIA MÉDICO-VETERINÁRIA NO HOVET DA FMVZ-USP

EDUARDO HARRY BIRGEL

No contexto dos centenários, inicialmente do Ensino de Medicina Veterinária no Brasil e agora, em 2019, em São Paulo – comemorando o centenário do curso da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP –, haverá sempre espaço para se ressaltar a existência de uma Residência em Medicina Veterinária (RMV), pois essa pós-graduação *lato sensu* sempre ocupará uma posição de destaque no ensino e no aprimoramento de nossa profissão, pois em 46 anos desse centenário, a Residência em Medicina Veterinária acompanhou *pari passu* a formação e aprimoramento dos veterinários de São Paulo.

Aproveita-se a oportunidade para destacar que Residência em Medicina Veterinária foi um sistema idealizado e, de forma pioneira, implantado em São Paulo no decurso do ano de 1972, quando houve a criação do primeiro Programa de Residência em Medicina Veterinária como um programa de aprimoramento profissional, em nível de pós-graduação *lato sensu*, no curso de Medicina Veterinária da Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho).

O objetivo precípua deste texto é o de apresentar reminiscências da implantação dos Programas de Residência em Medicina Veterinária (PRMV). Não haverá a tentativa de se fazer uma revisão histórica da criação desse clássico sistema de aprimoramento profissional dos médicos, que já usufruem de um sistema estabelecido por legislação específica desde sua instituição pelo Decreto n. 80.281, de 5 de setembro de 1977, constituindo uma modalidade de ensino de pós-graduação e abrigada na Secretaria de Educação Superior (SESU), do MEC. Todavia, tentaremos de forma sucinta relatar os óbices e a satisfação de uma plêiade de médicos veterinários idealistas que, no evoluir do tempo, procuram a padronização e o reconhecimento legal desse sistema de aprimoramento dos veterinários.

Apesar de a Residência em Medicina Veterinária existir, de fato, em algumas instituições de ensino superior brasileiras, há mais de quarenta anos, só foi reconhecida e legalizada por normas do MEC em 2009, por meio da Portaria Interministerial n. 1.077, de 12 de novembro de 2009, que dispõe sobre a Residência Multiprofissional em Saúde e a Residência em Área Profissional da Saúde e institui o Programa Nacional de Bolsas para Residências Multiprofissionais e em Área Profissional da Saúde e a Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde. A Portaria está vigente e, de forma clara, criou a Residência Uniprofissional na área da Medicina Veterinária, atribuindo bolsas aos Programas de Residência em Medi-

na Veterinária das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Apesar disso, a Residência em Medicina Veterinária desde o final do século XX era reconhecida pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), sendo normatizada, em 2008, pelo sistema CFMV e pelos Conselhos Regionais (Resolução CFMV n. 895, de 10 de dezembro de 2008, que estabeleceu as Diretrizes Nacionais para a Residência em Medicina Veterinária).

O curso de Medicina Veterinária de Botucatu foi inicialmente ministrado no núcleo universitário da Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu e do seu Hospital de Clínicas, criado pela Lei n. 6.860, de 1962, como Instituto Isolado de Ensino Superior do estado de São Paulo, transformando-se em autarquia de regime especial pelo Decreto-Lei n. 191 de 1970 (subordinada à Coordenadoria de Ensino Superior do Estado de São Paulo, Csesp), passando como Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia a integrar a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), como determinou a Lei n. 952, de 1976.

Para manter o excelente nível de ensino a que se propunha a comunidade responsável pelo ensino da Medicina Veterinária, em Botucatu, além do preparo didático, científico e profissional, o corpo docente deveria dar vazão à iniciativa e ao espírito de renovação, assim podendo modificar a situação vigente. Por tais razões, no curso de Veterinária era necessário criar e implantar um sistema de aprimoramento profissional que complementasse a formação dos jovens recém-graduados e que lhes transmitisse conhecimentos mais arraigados, permitindo a formação de excelentes profissionais, de modo que a Veterinária fosse exercida por um técnico de nível superior, bem formado no campo geral de seu interesse. Esse treinamento ou aprimoramento profissional deveria ser de uma magnitude que estimulasse os recém-graduados a interagirem no campo da pesquisa e do ensino.

No caso particular do Curso de Medicina Veterinária de Botucatu, a resolução estava bem próxima – no curso de Medicina, com intensa atividade de ensino/aprendizado no Hospital de Clínicas! Pois, na época, já era tradicional e bem-conceituado o Sistema de Residência Médica no aprimoramento da formação dos médicos recém-graduados. Esse aprimoramento profissional era um sistema de ensino de pós-graduação *lato sensu*, exigindo boa infraestrutura física, excelente projeto pedagógico e, principalmente, proficiente preceptoria constituída por docentes capacitados.

Com os princípios e objetivos mencionados, algumas vagas – com as respectivas bolsas de estudo e infraestrutura de atendimento aos residentes (moradia e alimentação) – puderam ser oferecidas ao novel curso de Medicina Veterinária.



Médicos-
Veterinários
Residentes do
HOVET, 2019.
Arquivo FMVZ-USP.

No decurso do ano de 1972, foi formada uma comissão para implantação da Residência em Medicina Veterinária, no curso de Medicina Veterinária da Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu.

A primeira comissão de residência, oficialmente denominada de Conselho de Residência em Medicina Veterinária, era coordenada pelo prof. dr. Paulo Iamaguti (atual acadêmico da Academia Paulista de Medicina Veterinária, Apamvet) e composta pelos profs. Walter Maurício Correa, Cid Figueiredo, Rodolpho Satrapa, Ênio Pedone Bandarra e pela MVR-1 Tereza Maria Pardini de Abreu Carvalhaes. Em 26 de maio 1975, o Conselho de Residência passou a registrar suas atividades em atas e, na primeira delas, um dos destaques encontrados foi a indicação que o Conselho fez para o prof. Ênio P. Bandarra orientar, no Departamento de Patologia, a MVR-1 Agar Costa Alexandrino, hoje pesquisadora do Laboratório de Referência e Tecnologia do Pescado do Instituto de Pesca de São Paulo.

A primeira turma de residentes do curso de Medicina Veterinária da Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu foi constituída por quatro recém-formados, os pioneiros nesse tipo de programa de especialização desenvolvido nessa Faculdade: Alfredo Sampaio Carrijo; Cláudio Antônio Maregatti; José Kazumassa Tahira e José Luiz de Mello Nicoletti.

A partir de 1980, os Programas de Residência em Medicina Veterinária da FMVZ-Unesp, *campus* de Botucatu, tiveram suas áreas de atuação oficialmente reconhecidas pela Fundap, órgão do estado de São Paulo responsável pela atribuição das bolsas de estudos para a remuneração dos residentes. Além do mais, a Fundap considerava a residência em Medicina Veterinária como serviço prestado à comunidade, com treinamento especializado de profissionais médicos veterinários recém-graduados.

Em relação ao pleito da FMVZ-Unesp Botucatu junto à Fundap para o credenciamento de seus Programas de Residência em Medicina Veterinária, cabe destacar que ele contou com a ativa participação do CRMV-SP. A solicitação do prof. dr. Homero Moraes Barros, diretor da FMVZ-Unesp *campus* de Botucatu se deu pelo Ofício 172-83-D, de 13 de abril de 1983, solicitando parecer a respeito da RMV, ressaltando que esse sistema de aprimoramento profissional fora instituído em 1973, e ainda, continuava a ser o único existente em nosso país.

A mencionada Faculdade Paulista de Ensino da Medicina Veterinária, estribada em parecer favorável do CRMV-SP, atenderia à recomendação da Fundap e tomaria as necessárias providências para o pedido de reconhecimento da RMV junto ao MEC. Em 3 de maio de 1983, o prof. dr. José César Panetta, presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária

em São Paulo (atualmente acadêmico da Apamvet) designou pelo ofício DE/OF n. 182/83 o conselheiro efetivo prof. dr. Eduardo Harry Birgel (atual presidente da Apamvet) como relator do processo que apresentou, em 22 de maio de 1983, relatório com parecer favorável. Esse significativo evento de nossa profissão foi, seguramente, a primeira participação do Sistema CFMV/CRMVs para a regulamentação da Residência em Medicina Veterinária e a primeira tentativa dessa modalidade de aprimoramento profissional a ser regulamentada e reconhecida pelo MEC.

Na tradicional Faculdade de Medicina Veterinária da USP, na rua Pires da Mota, n. 159, com entrada dos clientes do Ambulatório Veterinário e do Serviço de Vacinação Antirrábica (mantido pelos estudantes do Centro Acadêmico da Faculdade de Medicina Veterinária) pelo largo Nossa Senhora da Conceição, n. 59, o atendimento da comunidade era realizado quase exclusivamente durante as aulas práticas das cátedras de Clínicas.

O reformulado Regimento do Hospital Veterinário da FMVZ-USP foi aprovado pelo CID em 22 de março de 1984 e, além das diretrizes dos serviços prestados à comunidade, dava normas às atividades de docentes, estudantes, estagiários. Naquele momento, já vislumbrava a atividade de uma nova categoria de estudante pós-graduando, o médico veterinário residente. Assim, foi aprovado o Regimento da Residência em Medicina Veterinária nessa Instituição Estadual de Ensino Superior, publicado no *Diário Oficial* do estado em 3 de janeiro de 1985.

O Programa de Residência em Medicina Veterinária (PRMV) da FMVZ-USP obedeceu, desde seu início, a um caráter generalista, e o médico veterinário residente de 1º nível (MVR-R1), no primeiro ano do programa, faria rodízio nas subáreas de uma das três áreas do Programa:

- Clínica e Cirurgia de Ruminantes;
- Clínica e Cirurgia de Pequenos Animais;
- Patologia Veterinária.

No segundo ano do PRMV, os residentes teriam amplas possibilidades de aprofundar os conhecimentos numa área diferenciada que oferecesse condição para criar um raciocínio mais definido, a fim de possibilitar, posteriormente, a opção por determinada especialidade.

O Conselho de Residência do Hospital Veterinário da FMVZ-USP foi criado em 13 de março de 1985, sendo constituído pelos profs. dr. Benedicto Wladimir de Martin (acadêmico da Apamvet), diretor do HOVET; dra. Mitika Kuribayashi Hagiwara (acadêmica da Apamvet), represen-

tante do Departamento de Clínica Médica; dr. Antônio Matera (atualmente acadêmico da Apamvet), representante do Departamento de Cirurgia e Obstetrícia; dr. José Luiz Guerra, representante do Departamento de Patologia; e a médica veterinária Maria Lúcia Zaidan Dagli, representante dos MVRs. Nessa data foram reformuladas as áreas do PRMV da FMVZ-USP, com redimensionamento do número de vagas, para então realização do primeiro concurso para seleção de médicos veterinários residentes:

- Área de Clínica e Cirurgia de Pequenos Animais: quatro vagas;
- Área de Clínica e Cirurgia de Ruminantes: duas vagas.

Em reunião do Conselho Hospitalar, realizada em 26 de julho de 1983, foi homologado o resultado obtido pelos candidatos submetidos às provas da primeira seleção de MVRs, sendo aprovados os seguintes médicos veterinários recém-graduados. Para a área de Clínica e Cirurgia de Pequenos Animais: Nanci Ferreira; Maria Helena Lucatelli; Eliana Izabel Pavanello; Sonia da Silva Crochik. Na área de Clínica e Cirurgia de Ruminantes: Marcelo João Schonmann Filho; Mauricio Garcia. Em reunião do Conselho Hospitalar realizada em 5 de dezembro de 1983, foi deliberado que das seis vagas existentes para o Programa de Residência, uma fosse cedida para a área de Anatomia Patológica, sendo atribuída, por seleção, para a médica veterinária Maria Lúcia Zaidan Dagli, hoje professora titular da FMVZ-USP.

Em 28 de novembro de 1986, foi instituída a área de Clínica e Cirurgia de Grandes Animais e, em 1987, foi implantado o Programa de Medicina Veterinária Preventiva.

A Fundap foi, no início, o órgão mantenedor das bolsas de aprimoramento atribuídas aos MVRs do PRMV da FMVZ-USP, desde os primórdios dessa atividade de ensino de pós-graduação *lato sensu* (e, em momentos passados, oito bolsas eram subsidiadas pela indústria farmacêutica), exceção feita aos seis primeiros MVRs – R1, quando o Programa foi instituído e implantado sem o provimento de recursos orçamentários específicos. Apenas houve a possibilidade da implantação da programação inicial de residência graças à liberação de seis bolsas de aperfeiçoamento do CNPq. Isso foi feito de forma provisória, com a ressalva de que a cada bolsa deveria corresponder a participação num projeto de pesquisa e a aprovação de um docente, suficientemente titulado para a orientação dessa pesquisa. Essa proposta foi apresentada e defendida na Comissão de Zootecnia e Veterinária do CNPq pelo prof. dr. Eduardo Harry Birgel, na oportunidade membro efetivo e coordenador da mencionada Comissão. Deve-se, entretanto, ressaltar

que essa primeira turma conseguiu o desejado sucesso (alguns foram ou são docentes da FMVZ-USP), permitindo que se conseguisse em seguida a dotação de bolsas de aprimoramento da Fundap; além do mais, é oportuno destacar que os relatórios apresentados ao CNPq foram aprovados com méritos.

Com o escopo de sempre contribuir para a excelência do exercício profissional da Medicina Veterinária, a partir de dezembro de 2002, o CFMV assumiu categoricamente a liderança das ações para regulamentar e avaliar a RMV, vigente em inúmeras IES, responsáveis por cursos de graduação em Medicina Veterinária, pois não existiam regimentos, regulamentos ou mesmo normas que lhes dessem diretrizes legais e que os homogeneizassem nas várias regiões de nosso país.

Já houve uma referência preliminar à pioneira participação do Sistema CFMV/CRMV na oficialização da Residência em Medicina Veterinária no Brasil: ela ocorreu em 13 de abril de 1983, quando o prof. dr. Homero Moraes Barros, ilustre diretor da FMVZ-Unesp, *campus* de Botucatu, solicitou ao CRMV-SP parecer a respeito da Residência em Medicina Veterinária, ressaltando que esse sistema de aprimoramento profissional fora nessa Faculdade instituído em 1973 e deveria atender condição imposta pela Fundap para o reconhecimento da Residência em Medicina Veterinária junto ao MEC. A seguir, apesar de alguns bons resultados terem sido obtidos, o objetivo maior não foi alcançado, pois não se conseguiu a legalização dos PRMV pela SESU-MEC. Passaram-se alguns anos para que fossem formuladas novas tentativas.

Nos arquivos do CFMV consta como primeira tentativa para legalização e implantação dos PRMV nas IES provedoras de cursos de graduação superior de Medicina Veterinária a promulgação da Portaria CFMV n. 028, de 12 de maio de 1994, instituindo a Comissão Especial de Residência Médico-Veterinária do CFMV, constituída pelos médicos veterinários profs. Glênio Cavalcanti de Barros, presidente; Irene Breitsameter; e Armen Thomassian (atualmente acadêmico da Apamvet). A iniciativa do CFMV conclamava os Conselhos Regionais a apresentarem sugestões e intensa colaboração ao desiderato da classe veterinária no referente ao aprimoramento dos profissionais recém-graduados.

O estímulo do CFMV frutificou e desencadeou ações objetivas dos Conselhos Regionais, iniciadas pelo Ofício n. 989/94, de ímpar decisão da Comissão Especial de Residência Médico Veterinária do CRMV-SP, encaminhado, em 19 de junho de 1994, ao presidente do CFMV, médico veterinário Benedito Fortes de Arruda, ao prof. dr. Glênio Cavalcanti de Barros, presidente da Comissão Especial de Residência Médico-Veterinária do CFMV, e ao deputado federal Geraldo Alckmin Filho. Nesse ofício estava anexada minuta de Decre-

to, proposto para a regulamentação da Residência em Medicina Veterinária no Brasil, atendendo aos termos dispostos na Portaria CFMV n. 028, de 12 de maio de 1994.

A Comissão Especial de Residência Médico-Veterinária do CRMV-SP, constituída pela Portaria CRMV-SP n. 11 de junho de 1994, era constituída pelos seguintes ilustres veterinários e professores paulistas: Armen Thomassian, presidente, Aparecido Antônio Camacho; Hélio Langoni; Masao Iwasaki; e pelos médicos veterinários João Heckmaier; Maria Cecília R. Luvizotto; Paulo Magalhães Bressan (atualmente Acadêmico da Apamvet) e Roberto Sartori Filho.

As solicitadas ações integrando atuações do CFMV, do CRMV-SP e do Congresso Nacional visavam determinar providências necessárias para a aprovação de um decreto-lei que criasse a Residência em Medicina Veterinária no Brasil e implantasse esse Programa de Pós-graduação na SESU-MEC, com a criação de uma Comissão Nacional de Residência em Medicina Veterinária. Ressalte-se, a bem da verdade, que, apesar do insólito e dedicado empenho do deputado federal Geraldo Alckmin Filho (filho do veterinário Geraldo José Rodrigues Alckmin, patrono da 22ª cadeira da Apamvet), que propôs, em 1990, o pioneiro Projeto de Lei n. 5.362-B instituindo a Residência em Medicina Veterinária, este foi rejeitado por duas vezes após trâmite parlamentar de mais de uma década.

Na década de 1990, era constante o empenho da classe veterinária para a legalização da Residência em Medicina Veterinária. Tanto isso é verdade que, no IV Seminário Nacional do Ensino da Medicina Veterinária (SENEV), promovido pela Comissão Nacional de Educação da Medicina Veterinária (CNEMV) do CFMV, em Fortaleza (CE), de 22 a 25 de agosto de 1995, um dos grupos de trabalho, coordenado pelo prof. Eduardo de Santos Bastos (da Faculdade de Veterinária da Universidade do Rio Grande do Sul – FAVET-UFRGS), deveria discutir o tema “Residência Veterinária”. O relator foi um estudante de Medicina Veterinária, representante da Executiva Nacional dos Estudantes de Veterinária. O relatório apresentado foi, integralmente, transcrito nos *Anais* desse Seminário, nas páginas 195-197 (1995).

As inúmeras recomendações da mencionada Comissão conjecturavam que as conclusões deveriam ser divulgadas e, a seguir, detalhadamente interpretadas. Recomendava, também, que os órgãos de classe da Medicina Veterinária, as universidades – provedoras de cursos de graduação superior em Medicina Veterinária, os centros de pesquisas relacionadas às Ciências Veterinárias e os colegas médicos veterinários dessem ênfase e disseminassem informações pertinentes às seguintes conclusões:

- Explicitação dos sentidos e objetivos da Residência em Medicina Veterinária, ou seja, explicar de forma clara o que é de fato a Residência como “curso de pós-graduação *lato sensu* para a Medicina Veterinária.
- Engajamento de todos os órgãos de classe num processo de conscientização, da oportunidade e necessidade da Residência em Medicina Veterinária, para o aprimoramento profissional dos veterinários recém-graduados.
- Organização de campanha de mobilização permanente por parte dos órgãos de classe e outras entidades da área de Medicina Veterinária, como Conselho Federal, Conselhos Regionais, Sociedades, Associações, Sindicatos, Academias, Entidades Estudantis, em relevância da Executiva Nacional dos Estudantes de Veterinária, para que ocorra o encaminhamento devido e urgente as propostas ao governo central, ao Congresso Nacional (Senado Federal e Câmara dos Deputados), bem como ao MEC e, assim, consequentemente, se conseguisse a efetiva legalização da Residência em Medicina Veterinária no Brasil.

Pela Resolução CFMV n. 684, de 16 de março de 2001, a Comissão Especial de Residência Médico-Veterinária do CFMV, consciente das dificuldades para a perfeita regulamentação da Residência em Medicina Veterinária no Brasil, recomendou com sucesso a promulgação de Resolução que substituiu a Portaria CFMV n. 028, de maio de 1994. Assim, o Conselho Federal promulgou, em 16 de março de 2001, a Resolução CFMV n. 684, reconhecendo e regulamentando as RMVs. Além do mais, destacou que o órgão responsável pela RMV seria a Comissão de Ensino dos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária, com a necessária homologação da Comissão de Ensino do CFMV, reafirmou o domínio exclusivo da expressão “Residência Médico-Veterinária” e estabeleceu os critérios mínimos de reconhecimento dos PRMVs, possibilitando a criação de Comissões de Ensino nos Conselhos Regionais, atribuindo-lhes responsabilidades de assessoria para a instalação de PRMVs nas IES e nos credenciamentos desses programas.

Já a Resolução CFMV n. 729, de 10 de dezembro de 2002, além de revogar a resolução anterior, reconheceu e regulamentou a Residência em Medicina Veterinária, dando-lhe outras providências, entre as quais a criação da Comissão Nacional de Residência em Medicina Veterinária (CNRMV), com a atribuição de reconhecer os PRMVs, estabelecer os requisitos para o reconhecimento e orientar as IES na elaboração dos programas, como também estabeleceu a necessidade de parecer da Plenária do CFMV para a homologação do reconhecimento. Em 23 de setembro de 2003, em cumprimento à determinação

da Resolução n. 729 do CFMV, a presidência do Conselho, nos termos da Portaria n. 48, designou para compor a CNRMV os seguintes membros médicos veterinários: profs. drs. Eduardo Harry Birgel (presidente – FMVZ-USP); Antônio Felipe Paulino de Figueiredo Wouk (UFPR e PUC-PR); Carlos Afonso de Castro Beck (FAVET-UFRGS); Francisco Armando de Azevedo Souza (Unimar); Júlio César Cambraia Veado (EMV-UFGM) e Marco Antônio Alvarenga (FMVZ/Unesp – Botucatu).

Quanto à avaliação de reconhecimento e de assessoramento aos Programas de Residência em Medicina Veterinária, como foi anteriormente esclarecido, em algumas IES do país existiam, de fato, programas de residência em Medicina Veterinária havia mais de trinta anos, desempenhando papel relevante no aperfeiçoamento dos médicos veterinários recém-graduados, em áreas de exercício prático da profissão.

Inicialmente, para estabelecer os princípios que dariam as diretrizes das ações da CNRMV, determinou-se a avaliação do estado da arte desse sistema de especialização, em nível de pós-graduação *lato sensu*, caracterizado por programa intensivo de treinamento profissional supervisionado em serviços hospitalares e serviços complementares colocados à disposição da comunidade. As informações foram levantadas por consulta às IES que ministravam cursos de Medicina Veterinária reconhecidos pelo MEC. As informações, apresentadas em formulário, demonstraram que, naquele momento (2003), existiam 25 PRMV em pleno funcionamento e que poderiam pleitear o necessário reconhecimento do CFMV.

Os formulários da consulta da CNRMV foram enviados para 108 cursos de Medicina Veterinária de IES, credenciados e/ou autorizados pela SESU-MEC, que já haviam graduados veterinários, sendo essa solicitação reiterada, resultando em 77 (71,3%) respostas.

Os trabalhos da CNRMV do CFMV culminaram com o aperfeiçoamento da Resolução n. 729, resultando em propostas de reformulações que foram aprovadas pela colenda Plenária do Conselho Federal, em 17 de outubro de 2003, promulgando a Resolução n. 752 do CFMV, de 17 de outubro de 2003 (publicada no *Diário Oficial da União* em 7 de novembro de 2003, Seção 1, p. 215), estando cumprindo seu mandado a mesma Comissão. Nesse período, a CNRMV do CFMV aperfeiçoou o Formulário de Solicitação de Reconhecimento dos Programas de Residência em Medicina Veterinária, que passou a conter as informações necessárias para a avaliação da qualidade dos programas, como também padronizou o relato da Comissão Visitadora, que analisa as condições de oferta do PRMV da IES solicitante do reconhecimento.

No período de 2003 a 2006, na vigência da Resolução n. 752, foram avaliadas 34 solicitações de reconhecimento de

PRMVs de IES que ofereciam cursos de graduação em Medicina Veterinária. Tal condição permitiu que os membros participantes da Comissão de Residência em Medicina Veterinária adquirissem grande experiência no assunto, de sorte a, novamente, proporem reformulações na Resolução do CFMV que instituiu a Residência em Medicina Veterinária. As recomendações resultaram na edição da novel Resolução CFMV n. 824, de 31 de março de 2006 (publicação no *Diário Oficial da União* em 25 de abril de 2006, na Seção I, p. 77). Essa Resolução vigeu sendo a base não só para a avaliação das novas Solicitações de Reconhecimentos de PRMV como também para a análise dos PRMV que deviam ser reconhecidos, depois de ultrapassados dois anos de atividade, como Programa reconhecido pelo CFMV.

A Resolução CFMV n. 895, de 10 de dezembro de 2008, estabeleceu as Diretrizes Nacionais para a Residência em Medicina Veterinária baseada na experiência acumulada através de profícuo trabalho, desenvolvido num período de mais de um lustro por sua Comissão Nacional de Residência em Medicina Veterinária (CNRMV). Essa Resolução estabeleceu as diretrizes dos Programas de Residência em Medicina Veterinária (PRMV), caracterizando-os como cursos de pós-graduação em regime *lato sensu*. Para seu reconhecimento ou acreditação, o Programa deveria ter reconhecimento institucional junto ao Conselho de Ensino, Câmara de Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Pós-Graduação ou órgão equivalente. Além do mais, deveria obedecer às normas estabelecidas na mencionada Resolução.

A Resolução n. 1.076, de 11 de dezembro de 2014, estabeleceu em seu artigo 1º as Diretrizes Nacionais para Acreditação dos Programas de Residência e de Aprimoramento Profissional em Medicina Veterinária. No artigo 18, foi determinado que essa avaliação de acreditação fosse realizada, inicialmente, por membros da Comissão Nacional de Residência em Medicina Veterinária (CNRMV), que considerariam o conjunto das condições relacionadas, com ênfase nos incisos II, IV e V do artigo 3º da Resolução 1.076/2.014.

A organização dos Programas de Residência e de Aprimoramento Profissional em Medicina Veterinária, segundo os termos do artigo 3º, devem apresentar de forma bem definida: estrutura administrativa e organizacional; preceptoria; projeto pedagógico; infraestrutura física; casuística para treinamento e *modus operandi* do Programa, com Hospitais Veterinários com funcionamento continuado em regime de 24 horas, durante os 365 dias do ano, e internamento dos animais das diferentes espécies.

O Programa de Aprimoramento Nível I (MVR-I) deve ter caráter generalista, sendo o treinamento do médico veterinário

aprimorando conduzido sob a forma de rodízio por todos os setores que compõem a área de treinamento. O Programa de Aprimoramento Nível II (MVA-II) deve ser desenvolvido predominantemente na área de treinamento.

O Capítulo vi da Resolução CFMV 1.076 é dedicado à Avaliação para Acreditação do Programa: o relatório da CNRMV será submetido ao Plenário do CFMV para deliberação, sendo considerado acreditado o Programa de Residência ou Aprimoramento Profissional em Medicina Veterinária que atingir na verificação *in loco* 85% dos pontos possíveis do Instrumento de Avaliação.

Segundo o artigo 35, a instituição que possuir Programas de Residência e/ou Aprimoramento Profissional em Medicina Veterinária acreditados pelo CFMV poderá registrar tal condição na emissão dos certificados de conclusão dos programas e divulgar a acreditação no seu *marketing* institucional, sendo a duração da acreditação de, no máximo, quatro anos.

Ao entrar em vigor essa Resolução, na data de sua publicação no *DOU*, ficaram revogadas as disposições em contrário, em especial aquelas da Resolução CFMV n. 895, de 10 de dezembro de 2008.

Para não alongar demais o complexo assunto da criação oficial da Residência em Medicina Veterinária, com um histórico de mais de 40 anos de tramitações, cita-se a seguir, para finalizar o assunto sobre a aprovação da matéria em questão, a Portaria Interministerial n. 1.077, de 12 de novembro de 2009, que dispõe sobre a Residência Multiprofissional em Saúde e a Residência em Área Profissional da Saúde e institui o Programa Nacional de Bolsas para Residências Multiprofissionais e em Área Profissional da Saúde e a Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde. A Portaria está vigente e, de forma clara, criou a Residência Uniprofissional na Área da Medicina Veterinária, atribuindo bolsas aos Programas de Residência em Medicina Veterinária das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Tal Portaria também revogou todas as anteriormente publicadas.

Finalmente estava criada a Residência em Medicina Veterinária no Brasil, encerrando uma luta de 40 anos da classe médica veterinária brasileira em prol da excelência no ensino da Medicina Veterinária no nosso país. Os projetos objetivos foram discutidos e, apesar de terem o mérito ressaltados, foram politicamente destruídos, e, com “vontade política exasperada”, a almejada Residência em Medicina Veterinária, como também a residência em outras áreas da Saúde (exceção feita à Residência Médica que manteve a sua modalidade antiga, criada em 1977), surgiu de uma “Lei Frankenstein”, como um apêndice a uma lei que primordialmente objetivava outros assuntos. Trata-se da Lei n. 11.129, de 30 de junho de 2005,

que institui o Programa Nacional de Iniciação de Jovens (Pro-Jovem), criando, também, o Conselho Nacional da Juventude (CNJ) e a Secretaria Nacional de Juventude.

A FUNDAÇÃO MEDICINA VETERINÁRIA (FUMVET)

ANGELO JOÃO STOPIGLIA

Retornando ao Hospital Veterinário: outra grande batalha relativa à criação de uma fundação de apoio à FMVZ e ao Hospital Veterinário mostra também uma história interessante: a Fundação Medicina Veterinária (FUMVET).

Com o escopo precípua de incentivar os procedimentos administrativos do HOVET e da FMVZ-USP, considerando a velocidade de reposição necessária de estoque do hospital, bem como as urgências e emergências advindas da rotina, a profa. dra. Mitika K. Hagiwara, em sua gestão na diretoria da unidade, reunindo um grupo de docentes que partilhavam dos mesmos anseios, resolveu criar uma fundação de direito privado e de apoio às iniciativas da FMVZ-USP, à semelhança de várias outras ligadas a diversas unidades da USP com sucesso excelente em suas atividades, como a Fundação Zerbini, Vanzolini, Fipe, entre várias outras.

Dessa forma, em 1996, 59 docentes, a Sociedade Paulista de Medicina Veterinária (SPMV), a Associação dos Ex-Alunos da Faculdade e a Tecnopec Consultoria, Comércio e Representação Ltda., angariaram um patrimônio de 129.742,00 reais, doados para a constituição de um valor inicial necessário para as atividades a serem realizadas pela Fundação. Esse montante foi oriundo de doações de 500,00 reais de cada um dos docentes à época, ou igual valor em livros de sua propriedade e instrumentais, equipamentos e aparelhos, para alcançar o valor total necessário junto à Promotora das Fundações do estado de São Paulo para a sua instalação. Diga-se que a ideia de fundações não se constituía em novidade na Faculdade, visto que um grupo de docentes da USP, entre os quais o professor catedrático Adolpho Ribeiro Netto, criou, no final da década de 1960, a Fundação Carlos Chagas, que, entre outras atividades passou a aplicar o Exame Vestibular unificado da Universidade de São Paulo, em duas fases, sendo a segunda em caráter prático em três disciplinas: biologia, física e química. Mais adiante, em meados da década de 1970, em reunião com os docentes das áreas de clínica médica e cirúrgica, por ocasião do concurso para obtenção do título de livre-docente do prof. dr. Renato Campanarut Barnabe, o professor catedrático Antônio Guimarães Ferri, com experiência administrativa ímpar na USP, ao ser arguido em como melhorar a utilização de recursos advindos do atendimento hospitalar, antes mesmo da criação oficial do HOVET, respondeu aos docentes, enfa-

ticamente, com aquela sua voz que o caracterizava: “Vocês precisam criar uma fundação própria para administrar o Hospital”; e repetiu: “Vocês precisam criar uma fundação própria para administrar o Hospital”. O professor estava coberto de razão, há mais de 40 anos.

Foi, então, instituída e constituída, em 1996 (livro 1577, folhas 71, 1º traslado, do 14º Tabelião de Notas Vampré), a Fundação Medicina Veterinária (FUMVET), uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, criada com o objetivo principal de assistir, promover, apoiar, incentivar e desenvolver ações educacionais, científicas, tecnológicas, culturais, sociais, inclusivas e relacionadas à área da saúde que visem, precipuamente, ao desenvolvimento da Medicina Veterinária e da Zootecnia. Apresentou um início difícil e muito laborioso, tanto para as diretorias executivas como para o Conselho Curador e Fiscal, face ao pequeno montante em caixa na Fundação e à inexistência de uma sede própria, a qual somente foi obtida no ano de 2013. A FUMVET colabora, através dos meios adequados, para programas de desenvolvimento da Medicina Veterinária, Zootecnia, Saúde Animal e áreas afins, com a FMVZ-USP, com outras unidades da Universidade de São Paulo, com outras instituições públicas e privadas de ensino e pesquisa, entre outros.

Atualmente, as principais atividades realizadas pela FUMVET são: administração de recursos de projetos de pesquisa e serviços, organização e gerenciamento de cursos de especialização, simpósios, seminários, congressos e outros eventos técnico-científicos oferecidos pelas instituições por ela apoiada. Desenvolve e mantém o periódico científico *Brazilian Journal of Veterinary Research and Animal Science*, em parceria com a FMVZ-USP, cujo primeiro número, denominado *Revista da Faculdade de Medicina Veterinária da USP*, foi lançado em abril de 1938, periódico com mais de 80 anos de atividades ininterruptas dentro da Medicina Veterinária, Zootecnia e Saúde Animal. Nessas oito décadas, publicou 54 volumes, 207 fascículos e 2.433 artigos técnicos científicos. Foram editores científicos: Fernando Varela de Carvalho (1972-1974), Fernando Andreasi (1975), Eduardo Harry Birgel (1976-1980), José César Panetta (1981-1984), Irvênia Luiza de Santis Prada (1985-1992), Benjamim Eurico Malucelli (1993-2000), Maria Angélica Miglino (2001-2006), Leonardo José Richtzenhain (2006-2009), Helenice de Souza Spinosa (2010-2012), Solange Maria Gennari (2013-2016) e Marcos Veiga dos Santos (a partir de 2017). Foram editores chefes da revista, quando na Fundação, Angelo João Stopiglia (2002), Wilson Roberto Fernandes (2003-2006), Sílvia Renata Gaido Cortopassi (2006 a 2012) e Sílvio Arruda Vasconcellos (a partir de 2013).

A profa. Mitika encaminha ao reitor da Universidade de São Paulo, Flávio Fava de Moraes, em 1997, o Ofício n. E 169, de 28 de maio, com uma minuta de convênio a ser firmado entre a FUMVET e a FMVZ-USP. Faziam parte da diretoria executiva da Fundação o prof. dr. José Antonio Visintin, presidente; a profa. dra. Julia Maria Matera; diretora científica e o prof. dr. Wilson Roberto Fernandes, diretor financeiro. Por certo, pelo que se depreende do Processo 97.1.23850.1.7, cujo assunto é o reexame da Resolução 3,592/89, que regula as relações entre a USP e as Fundações, a cláusula 2ª do Termo de Convênio poderia soar controversa para alguns setores da USP:

A FUMVET prestará sua colaboração à FMVZ, respondendo, segundo critérios fixados pelo Conselho Curador, respeitados os Estatutos e o Regimento Interno, em função de suas rendas ou de contratos que vier a firmar, por: a) contratação de pessoal necessário ao funcionamento da FUMVET, no desempenho de suas atividades e de cooperação com a FMVZ-USP, nas áreas de ensino, pesquisa e da extensão de serviços à comunidade; b) pela administração de convênios e contratos com entidades públicas e privadas, visando à realização pela FUMVET de pesquisas ou prestação de serviços à comunidade nas áreas de sua competência.

Como não havia de ser de outra forma, a chefe de Gabinete do Reitor (GR), profa. dra. Eunice Lacava Kwasnicka, encaminha a solicitação à Consultoria Jurídica do reitor, em 2 de junho de 1997. No primeiro parecer, afirma a assistente jurídica dra. Maria Paula Dallari Bucci:

Dá análise da Minuta de fls 3/6, depreende-se inexistir objeto determinado para a cooperação que se propõe. Trata-se, rigorosamente, de convênio tipo “guarda-chuva”, nos moldes do que se utilizava na Universidade até o advento da Lei n. 8.666/93 [...]Depois da edição daquele diploma legal, diante das disposições expressas do seu artigo 116, considera-se obrigatória nos convênios a existência de um plano de trabalho, referente ao objeto concreto e determinado, que contenha metas igualmente determinadas e obrigações recíprocas claras.

O referido parecer (Parecer CJ n. 1088/93) se estende, principalmente, no que alude à contratação de funcionários, via FUMVET, para a prestação de serviços de cooperação com a FMVZ no desempenho de suas atividades, que poderia ensejar atividade de intermediação da Fundação em relação a contratos e convênios da FMVZ, o que é vedado por lei. A procuradora chefe, Maria Tereza Dutra Carrijo, concorda com o Parecer e o encaminha ao GR com a sugestão de submeter a matéria tratada à Comissão de Legislação e Recursos (CLR)

como proposta de “alteração da Resolução 3,592/89 e seus reflexos nos demais contratos com as diversas Fundações”. O processo passa a não apenas interessar à Faculdade de Medicina Veterinária, mas às demais fundações existentes como de apoio às unidades da USP.

A Resolução n. 3,592/89, publicada em 7 de julho de 1989, dizia respeito à regulação das relações entre a USP e as Fundações e constava de apenas três artigos que não contemplavam vários aspectos envolvidos nesse tipo de convênio. Daí que o ofício da prof. Mitika, de 28 de maio de 1997, ensejou a abertura de um processo para reexame da Resolução n. 3,592/89. Mais do que isso, havia um parecer de 27 de julho de 1993, emitido pela assessora jurídica Nina Beatriz Stocco Ranieri, cujo assunto aludia às minutas de protocolo de intenções e de convênios em vista da Lei n. 8.666/93.

Dessa forma, a Faculdade, ao pedir a assinatura de um convênio com a Reitoria, entre FMVZ e FUMVET, percebia, então, nas instâncias superiores, que não havia um protocolo para diferentes tipos de convênios, mas uma série de pareceres, conforme o caso. Como frisa a dr. Maria Paula Dallari Bucci, “[...] a disciplina de convênios na Universidade não é nova. A despeito do relativo silêncio legislativo sobre a matéria, desde 1982, pelo menos, há notícia de sistematização jurídica dos convênios por esta Consultoria”, sendo que se encontrava aprovada a Resolução n. 3,592/89, que se mostrava insatisfatória na contemplação de todos os tipos de convênios.

Em seguida, em 1993, também a FFLCH arguiu a Consultoria Jurídica (CJ) acerca dos convênios acadêmicos, que não dependem de verba específica para sua execução, em face da Lei de Licitações. Depois de elaborado parecer, a dr. Maria Paula Dallari Bucci afirma perceber três espécies de convênios:

- o primeiro tipo, em que a autarquia recebe recursos das agências de financiamento, tais como Capes, Finep etc., para realização de pesquisas com a parte que financia o projeto. A financiadora terá o direito de obter, como contraprestação, um resultado bem definido, na forma de pesquisa ou prestação de serviços (tais convênios seguem a regra geral do artigo 116 da Lei n. 8.666/93);
- a segunda espécie são os convênios “acadêmicos”, ajustes envolvendo atividades de intercâmbio de docentes ou recebimento de alunos (mantém-se a aplicação da Lei n. 8.666/93, no que couber, o que resultará na observância mais liberal de seus dispositivos);
- o terceiro tipo de ajuste é aquele que a Consultoria vem chamando de “protocolo de intenções”, cujo objeto se dá em relação aos convênios internacionais em geral, no qual

é indicada a intenção das partes de desenvolverem programas de pesquisas de interesse comum e que os projetos específicos serão regulados em ajustes próprios.

A consultora, resumindo, informa que “todos os convênios a serem celebrados pela Universidade submetem-se ao artigo 116 da Lei n. 8.666/93, independentemente de sua correlação com a temática geral da Lei de Licitação”.

Segue-se longo trajeto à CLR: o prof. dr. Walter Colli, em 20 de outubro de 1997, solicita, via Secretaria Geral – ocupada pela profa. dra. Lor Cury –, ao prof. dr. Álvaro Villaça Azevedo um parecer. O prof. Villaça emite parecer no sentido de que o reexame da Resolução 3.592/89 é necessário em face de inciso II do seu artigo 1º, que conflita diretamente com o artigo 116 da Lei n. 8.666/93. Solicita que a CLR peça providências à CJ para elaboração de Minuta de Resolução que não conflite com a legislação vigente.

Em sessão da CLR, de 10 de novembro de 1997, a conselheira profa. dra. Ada Pelegrini Grinover solicita vista dos autos. Em seu parecer, de 25 de novembro de 1997, a eminente jurista diz que, em seu entender, os convênios acadêmicos não se sujeitam à Lei de Licitações. Diante do presente parecer, a CLR, em sessão realizada em 17 de fevereiro de 1998, aprova a sugestão de ouvir a profa. dra. Odete Medauar, titular de Direito Administrativo da Faculdade de Direito, para examinar o presente processo.

Citando a Resolução n. 6/89, do Tribunal de Contas do estado, a qual se sujeita à Instrução n. 2/85, referente à fiscalização financeira e julgamento de contas de fundações mantidas pela administração direta ou indireta do estado, as fundações privadas que se enquadrem nas seguintes condições:

- a) tenham sido criadas ou seja mantidas por pessoas da Administração Indireta do estado;
- b) estejam sob supervisão ou controle das pessoas acima;
- c) sejam administradas por servidores públicos de quaisquer pessoas da Administração Indireta do estado;
- d) estejam localizadas em imóveis públicos ou destinados ao serviço público;
- e) [...]
- f) ajustem, regularmente, convênios ou contratos com a Administração Direta ou Indireta do estado;
- g) a relatora cita todos esses quesitos.

Contanto, de acordo com a profa. Grinover, no atinente aos convênios acadêmicos desde que não ensejam repasse de recursos da USP para os entes conveniados. Contudo, ressalta que a Resolução 3592/89 deva ser revista. E passa, então, a falar

das FUNDAÇÕES especificamente em Parecer de 10 páginas. O Processo segue agora, em 17 de maio de 1999 para a Comissão de Orçamento e Patrimônio (COP), onde é encaminhado para a relatoria do prof. dr. Antonio Marcos de A. Massola. O Parecer COP, de 14 de setembro de 1999, sugere que a CLR elabore minuta de Resolução, com sete itens essenciais, a ser submetida ao Conselho Universitário (CO). A CLR aprova o parecer do prof. dr. Walter Colli em 4 de outubro de 1999, solicitando que o Processo seja encaminhado à CJ, para que prepare Minuta de Resolução e Minuta de Convênio, levando em consideração as propostas de Odete Medauar, na mesma data. A seguir, a CJ elabora minuta de resolução com 12 páginas, assinada pela dr. Maria Paula Dallari Bucci, em 22 de fevereiro de 2000. Após essa data, várias minutas são apresentadas, cuja resolução disciplina o relacionamento entre a Universidade de São Paulo, as fundações e outras entidades de apoio, até a Minuta de n. 5, que passa por Codage, Cert, COP, CLR, Secretaria Geral. O prof. dr. Irineu Tadeu Velasco, em 13 de março de 2000, com algumas modificações da versão n. 5 da Minuta apresentada pela CJ, encaminha-a à Secretaria Geral. Por ordem do reitor, esta é incluída na pauta do Conselho Universitário. Após isso, há ainda um parecer do prof. Colli e outro do prof. Joaquim José de Camargo Engler, sendo encaminhada novamente pela CLR à Secretaria Geral em 8 de maio de 2000 pela profa. dra. Ivette Senise Ferreira, presidente da CLR.

Nas duas sessões do Conselho Universitário, em que constou de pauta a Resolução que disciplina o relacionamento entre a Universidade de São Paulo, as fundações e outras entidades de apoio, para discussão e aprovação – gestões dos prof. dr. Jacques Marcovitch e prof. dr. Adolpho José Melfi –, a sala do CO foi invadida por grupos contrários à aprovação da Resolução e a sessão teve que ser encerrada em face do tumulto provocado pelos manifestantes. Seriam eles mesmos os prejudicados no futuro se a Resolução não fosse aprovada. Aguarda-se até o momento um convênio oficial, que aborde todos os aspectos entre as Fundações de apoio e a USP.

Mas, ao encerrar esse breve histórico do Hospital Veterinário, pode-se evocar, em paráfrase, as palavras do professor livre-docente Angelo Vincenzo Stopiglia, proferidas em 1962, na palestra Evolução histórica da Cirurgia Veterinária em São Paulo: “Eis, caros colegas, os frutos dessa farta sementeira que é o prestigioso Hospital Veterinário da USP”.

O INÍCIO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO NA FMVZ SEGUNDO A LEGISLAÇÃO ANTERIOR E A LEGISLAÇÃO POSTERIOR A 1969

ANGELO JOÃO STOPIGLIA

Se for fixado um ponto na história para contar uma brilhante trajetória, poder-se-ia citar a Portaria GR. n. 885, de 25 de agosto de 1969, publicada no *Diário Oficial* do estado de São Paulo de 27 de agosto de 1969, que dispõe sobre o regime de pós-graduação na Universidade de São Paulo.

A referida Portaria do Gabinete do Reitor contém 10 artigos, com poucos parágrafos únicos, sem incisos, e 25 pressupostos. Assim, Alfredo Buzaid, vice-reitor em exercício na Universidade de São Paulo, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o decidido pelo Colendo Conselho Universitário em sessões de 14 de abril e 11 de agosto de 1969, baixa a seguinte Portaria:

Artigo 1º – O regime de Pós-Graduação na Universidade de São Paulo regular-se-á pelas normas ora baixadas e demais disposições que forem aplicáveis.

Artigo 2º – Constituem pressupostos, característicos e requisitos do regime de Pós-Graduação na Universidade de São Paulo os seguintes:

A Pós-Graduação compreenderá dois níveis de formação: mestrado e doutorado, que levam, respectivamente, aos graus de Mestre e Doutor.

Seguem os 25 pressupostos até o artigo 10º, situação bem diferente do atual Regimento da Pós-Graduação da USP. Contudo, o artigo 9º, como sempre, abre um interregno àqueles alunos que já se encontravam em regime de pós-graduação em uma sistemática anterior. Diz esse artigo:

A aplicação do regime de Pós-Graduação ora estabelecido será compulsório a partir de 1970.

Parágrafo 1º – Aos candidatos inscritos em doutoramento até a data de vigência dos novos Estatutos da Universidade de São Paulo (18 de dezembro de 1969) ficará, pelo prazo de três anos, assegurado o direito de concluir o processo de doutoramento de acordo com a legislação anterior.

Parágrafo 2º – Aos candidatos matriculados, antes da aprovação do Parecer n. 77/69 do Conselho Federal de Educação, em curso de Pós-Graduação que não conduzam a grau específico, será permitido terminar o curso, até o fim de 1970, no regime em que foi iniciado.

Parágrafo 3º – A critério da Comissão Central de Pós-Graduação (CCP), os cursos de PG já realizados poderão valer como unidade

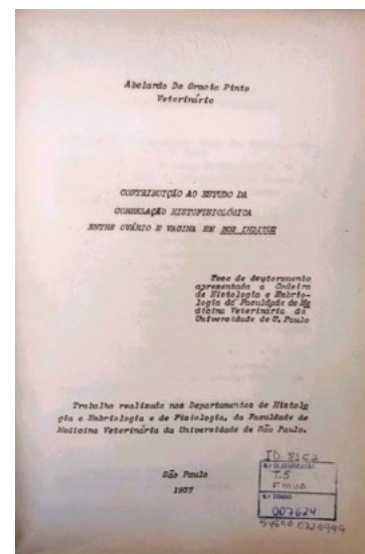
de crédito e sua avaliação dependerá, quantitativamente, da respectiva carga didática.

O primeiro médico veterinário formado pela Faculdade de Medicina Veterinária da USP, em 1952, a obter o título de doutor foi Hugo Zago Filho, na Faculdade de Medicina da USP, em Ribeirão Preto, no ano de 1956. O médico veterinário Abelardo de Gracia Pinto, formado em 1954, foi o primeiro a obter o título de doutor na Faculdade de Medicina Veterinária da USP, nos Departamentos de Histologia e Embriologia e Fisiologia, sob orientação de Max B. Erhart, em 1957.

Se avançarmos no tempo, em 35 anos desta Portaria, observar-se-á, pelas informações colimadas na Introdução do libreto *Pós-Graduação – Construindo o Futuro – 35 anos de Pós-Graduação na USP*, de 2004, segundo se expressa o organizador do volume, Shozo Motoyama, que os números da Pós-Graduação na USP impressionam, visto que, em 2004, são enumerados 219 programas com 271 cursos de mestrado e 255 de doutorado, cobrindo 284 áreas de concentração. Havia então cerca de 21.300 estudantes matriculados – em termos comparativos, cerca de 16,5% dos mestrandos e 27% dos doutorandos matriculados no país em programas de pós-graduação pertenciam a USP. Segundo Motoyama, “à mesma época, na avaliação Capes sobre 2001-2003, a maior universidade paulista obtinha 32,7% de nota 7 – nota máxima possível na avaliação – 22,8% de nota 6 e 19,02% no conjunto de todos os programas desenvolvidos no Brasil”.

Em 2004, (imagine-se, então, em 2019), o prof. Motoyama, baseado em contextos discutidos por Castells, Huntington, Diamond e Hobsbawm, afirmava que estamos vivendo em um período instável, indefinido e violento, o qual quase não apresenta perspectivas para a maioria da população do planeta excluída da economia globalizada. E no cerne do problema situa-se a ciência e a tecnologia. Elas podem muito bem ter acionado o gatilho que deflagrou o processo da globalização, mas são também capazes de propor soluções para as inúmeras dificuldades engendradas no processo em marcha. Atreveria-me a completar – ainda mais em área como a Medicina Veterinária em *lato sensu*. Continua o prof. Motoyama:

Não sem motivo que a Pós-Graduação surge nos anos 60 e 70, com maior importância, juntamente com a revolução informacional e a globalização contemporânea. E a USP vem cumprindo



Capa da tese de doutorado de Abelardo da Graça Pinto, primeiro Médico-Veterinário a obter o título de Doutor em 1957, na FMV-USP. Acervo Biblioteca da FMVZ-USP.

Acima à esq.:
 Ofício do prof.
 Orlando Marques
 de Paiva indicando
 Comissão para
 efetuar Estudo
 do Regulamento
 do Curso de Pós-
 graduação da
 FMV-USP, em 1964.
 Arquivo Angelo
 Stopiglia.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA
 RUA PÍRES DA MOTA N.º 135 - TEL. 31-3000

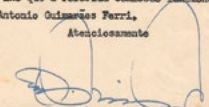
N.º E. 255/64. São Paulo, 11 de setembro de 1964.
 JAP/m.

Senhor Professor
 Doutor Angelo Vincenzo Stopiglia

Comunico-lhe que designei Vossa Excelescência para, juntamente com os Professores Antonio Guimarães Ferri, Ernesto Antonio Matera e Adolpho Ribeiro Netto, compor a Comissão que deverá proceder aos estudos de Regulamento de Cursos de Pós Graduação nesta Faculdade.

Esclareço-lhe que a referida Comissão funcionará sob a presidência do Professor Doutor Antonio Guimarães Ferri.

Atenciosamente



Prof. Dr. Orlando Marques de Paiva
 Vice-Diretor em exercício

Acima à dir.:
 Capa da tese de
 doutorado de
 Hugo Zago Filho,
 primeiro Médico-
 Veterinário a
 obter o título de
 Doutor na USP,
 em 1956. Acervo
 da Biblioteca da
 FMVZ-USP.

HUGO ZAGO FILHO

Contribuição para o conhecimento do Ciclo Evolutivo
 // da PHÍSALOPTERA PRAEPUTIALIS Von Linstoß, 1889 //
 (NEMATODA: SPIRUROIDEA)

Tese de doutoramento apresentada à Cadeira de Zoologia Médica e Parasitologia da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de São Paulo.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
 FACULDADE DE MEDICINA
 VETERINÁRIA E ZOOTECNIA
 BIBLIOTECA

Trabalho do Departamento de Parasitologia da
 Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da
 Universidade de São Paulo.

RIBEIRÃO PRETO
 1956

Abaixo à esq.:
 Ofício do
 Presidente do
 Centro Cultural
 dos Instrutores e
 Assistentes para
 esclarecer os seus
 Membros sobre o
 Projeto do Curso
 de Pós-graduação
 da FMV-USP, em
 1965. Arquivo
 Angelo Stopiglia.

São Paulo, 15 de março de 1965

Of. nº 3/665

Senhor Professores:

Tendo sido V.S. um dos membros da Comissão indicada para elaborar anteprojeto que regulasse os Cursos de Pós-graduação e o Doutorado, da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de São Paulo, o Centro Cultural dos Instrutores e Assistentes desta Faculdade tem a grata satisfação de convidá-lo para participar de sua reunião ordinária a ser realizada aos 16 dias do corrente mês às 20,30 horas na sala Altino Antunes, para esclarecer os membros deste Centro sobre a matéria supra-citada.

Contando com sua valiosa colaboração, aproveitamos o ensejo para enviar os nossos protestos de elevada estima.

Atenciosamente,

H. Hartmann
 Honoro Moraes Barros
 Presidente do C.C.I.A.

Ilm. Sr.
 Prof. Dr. Angelo Vincenzo Stopiglia

Abaixo à dir.:
 Cópia do Decreto
 do Governador
 de São Paulo,
 de 1961, sobre o
 regulamento do
 doutoramento
 na USP. Arquivo
 Angelo Stopiglia.

DECRETO Nº 39.598, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1961.

Organização e processo de doutoramento na Universidade de São Paulo.

CARLOS ALBERTO A. DE CARVALHO FERREI, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições legais, nos termos dos artigos 14 e 15 da Lei nº 6.032, de 4 de janeiro de 1961 e de conformidade com a decisão do Conselho Universitário da Universidade de São Paulo em sessão de 6 de março e 7 de agosto de 1961,

Decreta:

Artigo 1º - Os Institutos da Universidade de São Paulo conferirão, nos termos do presente decreto e de acordo com os seus Regulamentos, o título de doutor aos que foram aprovados na defesa de uma tese de doutoramento e em 2 (duas) disciplinas subsidiárias.

Parágrafo único - Os candidatos já inscritos em processo de doutoramento submetem-se à legislação vigente na data da inscrição.

Artigo 2º - Todos os candidatos ao doutoramento ou portadores de diploma na espécie pelo Instituto em qualquer oficial ou expediente.

Parágrafo único - A Junta da Congregação poderá inscrever-se os portadores de diploma universitário de cujo currículo conste a disciplina a que se prende o assunto da tese.

Artigo 3º - O candidato no ato de inscrição, indicará o assunto da tese e poderá escolher o seu orientador, professor do Instituto.

Parágrafo único - A Congregação indicará o orientador, se o candidato não o tiver feito.

Artigo 4º - O Conselho Técnico Administrativo, ou o Conselho Departamental, conforme o caso, organizará, de acordo com o orientador da tese, uma lista de pelo menos 5 (cinco) disciplinas, das quais o candidato deverá escolher duas para aprofundar-se e outras ser escolhidas.

Parágrafo único - A Congregação poderá dispensar de exame das disciplinas subsidiárias os portadores de diplomas ou certificados de cursos de aperfeiçoamento, de especialização ou de pós-graduação.

Artigo 5º - A Comissão Julgadora, composta do orientador da tese e mais 4 (quatro) professores ou especialistas eleitos pela Congregação, atuará sobre todo o processo de concessão, nos termos do Regulamento Interno.

Parágrafo único - A defesa de tese só se fará, no máximo, 1 (um) ano após a inscrição.

Artigo 6º - A Congregação resolverá de plano os recursos e os casos g. nissos.

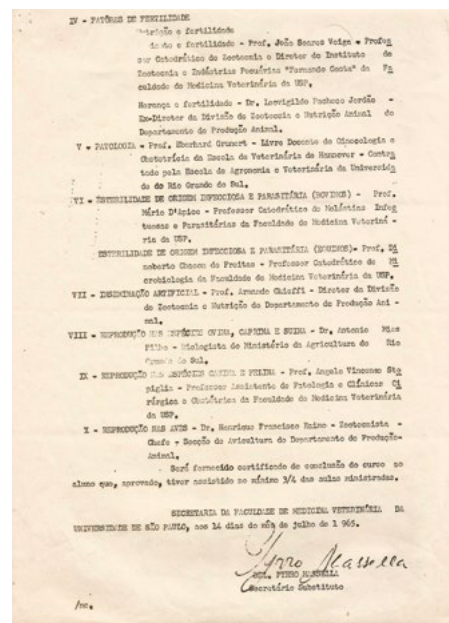
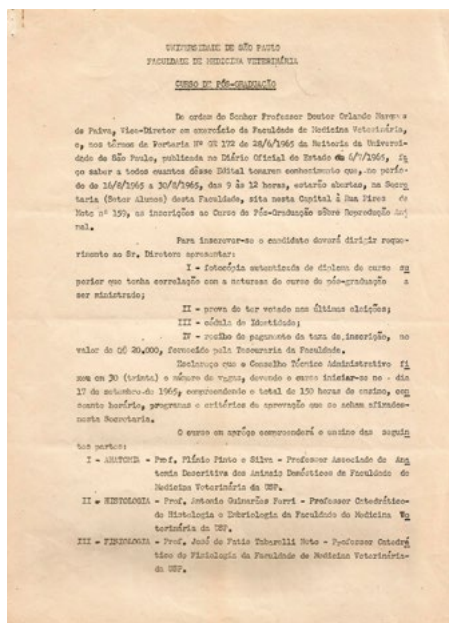
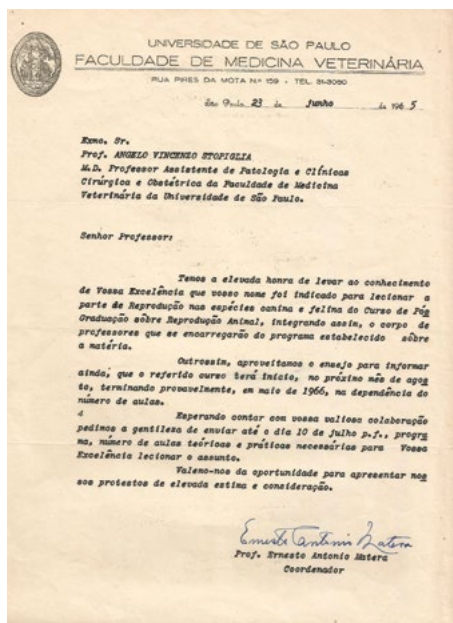
Artigo 7º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 8º - Revogamos as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 26 de dezembro de 1961.

D.O. 27-12-61.
 Jap.
 Cópia / m.

CARLOS ALBERTO A. DE CARVALHO FERREI
 Instituto Tecnológico de Carvalho
 A. Ulhoa Cintra - Reitor



do com o rigor e sucesso esperados, colocando disponíveis ao mercado potenciais pesquisadores que ultrapassam a casa de 60 mil pessoas.

Mas retornemos no tempo, antes de 1969, para tecermos algumas considerações sobre a pós-graduação em São Paulo e na Faculdade de Medicina Veterinária da USP.

Em face da Universidade de São Paulo, por meio de sua Pró-Reitoria de Pós-Graduação, em 2004, ter lançado o livro *Construindo o futuro: 35 anos de Pós-Graduação da USP*, que nos leva ao ano de 1969, o prof. dr. Eduardo Harry Birgel, conceituado historiador não apenas da FMVZ-USP, mas também da história da Medicina Veterinária, publica, na *Revista de Educação Continuada* do CRMV-SP, “A Pós-Graduação da Medicina Veterinária na Universidade de São Paulo: correspondência elucidativa”. Após fazer crítica construtiva sobre o não conhecimento da história das unidades de ensino, escreve não concordar com a afirmação de 35 anos de Pós-Graduação na Universidade de São Paulo. E continua:

Há 37 anos (em 9 de novembro de 1967), recebia meu Diploma de Mestre da FMV USP, assinado pelo diretor da Faculdade, prof. dr. Orlando Marques de Paiva e obedecendo aos preceitos da Portaria GR-172-65, apresentei dissertação de mestrado ‘Contribuição à hematologia de caprinos (*Capra hircus*), criados no estado de São Paulo – determinação dos teores de proteínas séricas e plasmáticas em cabras normais – influência de fatores raciais, alimentares e etários’ – aprovada pelos profs. dr. Romeu

Diniz Lamounier, catedrático da FMV-USP, dr. Leônidas Machado Magalhães, professor catedrático da UFMG, e dr. Eurípides Malavolta, catedrático da Esalq.

E, a seguir, enfatiza, que

graças aos dois cursos de Pós-Graduação da FMV-USP, anteriores a 1969, possibilitaram que Assistentes e Instrutores, à época, não fossem de forma sumária dispensados, caso não comprovassem, em determinado período, conclusão de curso de pós-graduação, que não existiam na USP.

Essa parte da história será detalhada adiante.

Retecedendo no tempo, no que se refere ao estado de São Paulo, em Decreto n. 39.558, de 26 de dezembro de 1961, é estruturado o processo de doutoramento na Universidade de São Paulo. Dessa forma, Carlos Alberto A. de Carvalho Pinto, governador do estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, nos termos dos artigos 14 e 15 da Lei n. 6.032, de 4 de janeiro de 1961, e em conformidade com a decisão do Conselho Universitário da Universidade de São Paulo em sessões de 6 de março e 7 de agosto de 1961, decreta:

Artigo 1º – Os Institutos da Universidade de São Paulo conferirão, nos termos do presente decreto e de acordo com os seus Regulamentos, o título de doutor aos que forem aprovados na defesa de uma tese de doutoramento e em 2 (duas) disciplinas subsidiárias.

Esquerda: Convite do Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Reprodução Animal para docente ministrarem aulas de Reprodução nas Espécies Canina e Felina. Arquivo Angelo Stopiglia.

Centro e direita: Cópia do Edital de abertura de inscrições ao Curso de Pós-graduação da FMVZ-USP, de 1965, assinado por Pyrro Massella, com o programa do curso, ministrantes e critérios de aprovação. Arquivo Angelo Stopiglia.

Parágrafo único – Os candidatos já inscritos em processo de doutoramento submetem-se à legislação vigente na data da inscrição.

O Decreto n. 39.558 continha oito parágrafos, de acordo com os quais, basicamente, o candidato devia possuir diploma de curso superior na área pretendida, ou, a juízo da Congregação, diplomas universitários de cujo currículo constasse disciplina que se prendesse ao assunto da tese. Ainda, permitia ao candidato, no momento da inscrição, indicar o assunto da tese e escolher o orientador, um professor do Instituto. O CTA ou o Conselho Departamental organizaria com o orientador uma lista de pelo menos cinco disciplinas, das quais o candidato escolheria duas para aprofundar-se e nelas ser examinado. Poderia, entretanto, ser dispensado pela Congregação dos exames das disciplinas o candidato com certificados ou diplomas de cursos de aperfeiçoamento, especialização ou de pós-graduação. A Comissão Julgadora faria a arguição da defesa de tese, após, no mínimo, um ano da inscrição do candidato, e seria composta do orientador da tese e mais quatro professores ou especialistas eleitos pela Congregação, em termos do Regimento Interno. O Decreto, publicado no *Diário Oficial* do estado de São Paulo, foi assinado pelo governador do estado e por Luciano Vasconcellos de Carvalho A. Ulhôa Cintra, reitor da USP.

Embora à primeira vista possa parecer que fosse mais fácil, antes de 1969, sob a óptica de hoje em dia, obter o título de doutor na USP, é plausível imaginar que as dificuldades eram quase intransponíveis até se chegar ao final do referido processo, segundo o Decreto, obtendo-se resultado positivo.

À procura de documentos que demonstrem o início das atividades de Pós-Graduação na Faculdade de Medicina Veterinária da USP, deparamo-nos com o Anteprojeto de Regulamento para o Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Medicina Veterinária da USP. São três folhas amareladas pelo tempo, com 17 artigos. Consta, da última folha, a assinatura dos membros componentes da comissão de redação do citado documento, os profs. Antonio Guimarães Ferri (Presidente), Adolpho Ribeiro Netto, Ernesto Antônio Matera (Catedráticos) e o dr. Angelo Vincenzo Stopiglia (livre-docente). A referida Comissão foi designada pelo professor catedrático Orlando Marques de Paiva, vice-diretor em exercício, em 11 de setembro de 1964, segundo E. 255/64, e o projeto foi publicado na Portaria GR 172, de 6 de julho de 1965. Em 15 de março de 1965, o presidente do Centro Cultural dos Instrutores e Assistentes, por meio do Ofício n. 3/965, por seu presidente Homero Moraes Barros, assinado por Heidi Haetinger, convidou o representante dos instrutores, assistentes e livre-docentes da Faculdade na Congregação e membro da Comissão de

elaboração do Anteprojeto de regulação dos Cursos de Pós-Graduação da FMV, Angelo Vincenzo Stopiglia, a participar da reunião ordinária em 18 de março de 1965, às 20h30 horas, na sala Altino Antunes, para esclarecer aos membros desse Centro a matéria supracitada (É de se observar que as reuniões se processavam à noite na Faculdade a essa época, e o convidado a esclarecer o assunto foi o seu representante, e não o presidente da Comissão.) No regulamento é encontrado o seguinte: “Artigo 1º – Fica criado na Faculdade de Medicina Veterinária da USP o curso de pós-graduação com a finalidade de elevar o nível científico e didático de profissionais universitários para que melhor possam desempenhar suas atribuições didáticas e de investigação científica”.

O inciso 1º frisava que poderiam matricular-se no curso os profissionais universitários cujas carreiras tivessem correlação com a natureza do curso a ser ministrado. O Projeto previa que o CTA estabeleceria anualmente a natureza dos cursos a serem ministrados, com duração mínima de 150 horas, e que poderiam ser exigidos estágios a fim de complementar o aperfeiçoamento. Os professores envolvidos seriam da própria faculdade ou contratados em outros institutos, no exterior. O CTA indicaria um coordenador dentre os professores catedráticos da faculdade que organizaria a direção do curso de pós-graduação. O critério de aprovação seria estabelecido pelos professores do curso e aprovados pelo CTA. Três artigos, entretanto, chamam a atenção e merecem comentário: “Artigo 14 – Os alunos do curso de pós-graduação pertencentes ao corpo docente da Faculdade que não obtiverem aprovação serão dispensados na forma da legislação em vigor”. Das trinta vagas abertas, todas foram, assim, ocupadas por instrutores ou auxiliares de ensino que dependiam de fazer um curso de pós-graduação e, além disso, de serem aprovados. “Artigo 15 – Aos alunos que concluírem o curso e forem aprovados, a Faculdade fornecerá um certificado.” Observa-se, cotejando com o próximo artigo, que o aluno aprovado poderia sair com um certificado de pós-graduado ou de mestre, visto que o Artigo 16 frisava: “A Faculdade fornecerá um diploma de MESTRE em CIÊNCIAS aos alunos aprovados nos exames finais do curso de pós-graduação e que, dentro do prazo de 1 (um) ano após a conclusão do curso, apresentem um trabalho de investigação científica, considerada de valor”. Os documentos vão ao encontro do exposto pelo prof. Birgel em seu artigo (2004).

Assim, buscando na revista *Medicina Veterinária*, órgão oficial do Centro Acadêmico da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP, cujo corpo editorial era formado por docentes da faculdade, cabendo aos alunos apenas a direção de redação da revista encontrar-se-á, nos anos de 1971 e 1972, os seguintes trabalhos:



Sessão de abertura, em 1965, do I Curso de Pós-Graduação em Reprodução Animal da FMV-USP. Arquivo Angelo Stopiglia.

- Antonio Fernandes Filho – “Migração dos testículos”. Trabalho apresentado à FMV-USP para aprovação no curso de pós-graduação concluído em 1966;
- Antônio Celso Paternostro Gomes Caldas – “Técnica de anestésias periféricas”. Trabalho apresentado à FMV-USP para obtenção do título de pós-graduação em 1968.

Da mesma forma, perquirindo a revista da Faculdade de Medicina Veterinária da USP, observar-se-ão vários trabalhos publicados por um único autor, pois compõem o seu trabalho apresentado à FMV da USP para obtenção do título de mestre:

- Grecchi, R. “Estudo histoquímico de pigmentos em fígados cirróticos de cães” (v. 8, n. 1, p. 194-213, 1969);
- Panetta, J. C. “Contribuição para o estudo da incidência de germes dos grupos coliforme e enterococo no leite e em alguns de seus derivados” (v. 8, n. 1, p. 215-241, 1969);
- Moreno, A. G. “Observação sobre a conservação de *Ostrea*, *L.* 1758 (*Ostra* Mollusca *Ostreidae*) pelo sal de cozinha” (v. 8, n. 1, p. 243-256, 1969);
- Veiga, J. S. M. “Contribuição para o estudo da anestesia dentária do cão” (v. 8, n. 1, p. 265-281, 1969);

- Mendonça Jr., C. X. “Estudo comparativo de duas linhagens de aves especializadas para produção de ‘Broilers’. 1 – Fertilidade e eclodibilidade relacionadas ao peso dos ovos” (v. 8, n. 2, p. 461-484, 1970);
- Alvarenga, J. “Contribuição para o estudo da composição química qualitativa de cálculos urinários na espécie canina” (v. 8, n. 3, p. 755-69, 1971);
- Spicciati, W. “Contribuição para o estudo do tratamento cirúrgico da hérnia perineal com prostatectomia no cão” (v. 8, n. 3, p. 771-806, 1971).

De fato, esse primeiro curso de pós-graduação da FMV-USP, iniciado em 1965, antes do Regimento da Pós-Graduação, de 1969, possibilitou a obtenção do título de mestre a vários docentes da casa, muitos dos quais terminaram a sua carreira acadêmica como professores titulares.

Em outras folhas amareladas pelas décadas, assinadas pelo bacharel Pyrro Massella, secretário substituto da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de São Paulo, com data de 14 de julho de 1965, documento alusivo a curso de pós-graduação, encontra-se o seguinte:

De ordem do Senhor prof. dr. Orlando Marques de Paiva, vice-diretor em exercício da Faculdade de Medicina Veterinária e, nos termos da Portaria n. GR 172 de 28/6/1965 da Reitoria da Universidade de São Paulo, publicada no Diário Oficial do estado em 6/7/1965, faço saber a todos quantos desse Edital tomarem conhecimento que, no período de 16/8/1965 a 30/8/1965, das 9 às 12 horas, estarão abertas, na Secretaria (setor Alunos) desta Faculdade, sita nesta Capital à rua Pires da Mota n. 159, as inscrições ao Curso de Pós-Graduação sobre REPRODUÇÃO ANIMAL.

Para inscrever-se, o candidato deveria dirigir requerimento ao sr. diretor e apresentar uma lista de documentos. A seguir, esclarece o secretário:

“O Conselho Técnico Administrativo fixou em 30 (trinta) o número de vagas, devendo o curso iniciar-se no dia 17 de setembro de 1965, compreendendo o total de 150 horas de ensino, consoante horário, programas e critérios de aprovação que se acham afixados nesta Secretaria. [...] O Curso em apreço compreenderá o ensino das seguintes partes: Anatomia – prof. Plínio Pinto e Silva; Histologia – prof. Antonio Guimarães Ferri; Fisiologia – prof. José de Fatis Tabarelli Neto; Nutrição e fertilidade – prof. João Soares Veiga; Herança e fertilidade – dr. Leovigildo Pacheco Jordão; Patologia prof. Eberhard Grunert (Escola de Veterinária de Hannover); Esterilidade de Origem Infecciosa e Parasitária (Bovinos) – prof. Mário D’Apice; Esterilidade de Origem Infecciosa e Parasitária (Equinos) – prof. Dinoberto Chacon de Freitas; Inseminação Artificial – prof. Armando Chieffi; Reprodução nas Espécies Ovina, Caprina e Suína – dr. Antonio Mies Filho; Reprodução nas Espécies Canina e Felina – prof. Angelo Vincenzo Stopiglia; Reprodução nas Aves – dr. Henrique Francisco Raimo. Será fornecido certificado de conclusão do curso ao aluno que, aprovado, tiver assistido no mínimo a ¾ das aulas ministradas.

O referido curso teve início no prazo estabelecido, estendendo-se por todo o primeiro semestre de 1966. O primeiro curso contou com a eficiente e destemida participação do seu coordenador, o professor catedrático Ernesto Antônio Matera. Constam no Sistema Integrado de Bibliotecas, *Catálogo de teses: 1934-1984*, trinta dissertações de mestrado resultantes do curso de pós-graduação em Reprodução Animal, 22 das quais apresentadas por docente da unidade. Um segundo curso de pós-graduação, também sob a organização, direção e coordenação do prof. Ernesto Antônio Matera, teve vez na Faculdade, com enorme interesse dos participantes e grande aceitação e, dessa vez, versando sobre Cirurgia Bovina, que se estendeu de 1967 a 1968. No mesmo catálogo, constam des-

se segundo curso, nove dissertações de mestrado, quatro das quais apresentadas por docentes da FMV-USP.

Retornamos, agora, ao Regimento vigente na USP a partir de sua publicação em 25 de agosto de 1969. Enquanto a Faculdade de Medicina Veterinária preparava-se para montar os novos cursos de pós-graduação seguindo o modelo estabelecido, com disciplinas realizadas mediante crédito e defesa de dissertação de mestrado ou tese de doutorado, muitos dos docentes da faculdade, já iniciando seus trabalhos de mestrado e doutorado, valem-se dos interregnos propiciados para a defesa de seus trabalhos e, até dezembro de 1972, a maioria deles consegue obter seu grau de doutor, sem a necessidade de se submeter às novas normas vigentes.

Desse modo, eis que a Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP vê publicado no *Diário Oficial* do estado de São Paulo, em 17 de outubro de 1970, o regulamento de dois cursos de pós-graduação da Faculdade.

Esse primeiro regulamento contém 50 artigos que foram, posteriormente, modificados ou acrescidos de mais 38 artigos, após a aprovação pela Congregação da Unidade, em 1º de dezembro de 1977, de normas complementares para os cursos de pós-graduação ministrados pela FMVZ-USP. A essa época, já se encontravam em atividade três cursos de pós-graduação:

- 1975 – Anatomia dos Animais Domésticos, ativado em 15 de março de 1976, nível de mestrado, e Reprodução Animal, ativado em 19 de abril de 1976, nível de mestrado;
- 1977 – Patologia Experimental e Comparada, ativado em 1º de novembro de 1977, nível mestrado e doutorado, e Nutrição Animal, ativado em 22 de agosto de 1978, nível mestrado.

No ano de 1983 é criado o curso de Epidemiologia Experimental e Aplicada às Zoonoses, sendo ativado em 14 de janeiro de 1983, nível mestrado. Na sequência, o nível doutorado em Anatomia dos Animais Domésticos e Silvestres, ativado em 2 de setembro de 1984, o nível doutorado de Epidemiologia Experimental e Aplicada às Zoonoses ativado em 14 de dezembro de 1988, Clínica Veterinária, em nível de mestrado e doutorado, ativado em 13 de abril de 1991 – até porque, a essa época, a opção fazia parte do curso de Patologia Experimental e Comparada. O curso de pós-graduação em Cirurgia, nível mestrado e doutorado, é ativado em 25 de dezembro de 1991, visto que, à semelhança da Clínica Veterinária, era opção do curso em Reprodução Animal, que tem seu nível de doutorado ativado em 12 de maio de 1992.

A partir dessas duas décadas – entre o início de 1970 e 1990 –, a unidade muda de feição e passa a investir com grande

segurança em pesquisa, nos seus departamentos acadêmicos, por meio dos programas de pós-graduação, com cursos de mestrado e doutorado, com um corpo de orientadores de primeira linha não apenas da unidade, como também de outras unidades da USP, de outras universidades e do exterior. Os expressivos números crescentes de publicações no Brasil e no estrangeiro atestam, indubitavelmente, esse aspecto ora frisado, no que diz respeito às obrigações do tripé de manutenção da USP: ensino, pesquisa e extensão universitária.

Aproveitando o ensejo, e retornando mais uma vez no tempo, sem imiscuir-se no tópico relativo aos convênios da FMVZ-USP com demais faculdades e universidades do exterior, aproveito para colocar neste capítulo, talvez, o primeiro convênio de longa duração – já vão 60 anos –, em virtude do qual o diretor atual, o professor titular José Antonio Visintin, acaba de receber, em vista de todo o histórico, rememorado a seguir pelo professor titular aposentado Eduardo Harry Birgel, o título de *Doutor Honoris Causa*.

BREVE HISTÓRIA DOS 60 ANOS DE COOPERAÇÃO BRASIL-ALEMANHA NA MEDICINA VETERINÁRIA (1958-2018)

EDUARDO HARRY BIRGEL

O longo inter-relacionamento didático e científico dos cursos de Medicina Veterinária brasileiros com a Escola Superior de Veterinária de Hannover foi festejado solenemente no dia 24 de agosto de 2018, com a realização do simpósio 60 Anos de Cooperação entre Brasil e Alemanha: Medicina Veterinária/1958-2018.

O evento ocorreu no anfiteatro Professor Altino Augusto de Azevedo Antunes, da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo, com o conagraçamento dos efetivos participantes do convênio, tanto os docentes da TIHO como também os professores formados nas atividades desse pacto internacional de aprimoramento profissional de médicos veterinários.

A contribuição efetiva e direta dessa cooperação para o desenvolvimento da Veterinária brasileira se manifesta em diversas áreas, seja pela introdução de metodologias acadêmicas hanoverianas nas universidades e sua capilaridade na formação de profissionais, quer fossem estudantes de graduação, de pós-graduação, seja pela ação direta nos serviços das Faculdades, de seus docentes ou de profissionais graduados no Brasil ou na América Latina. Isso se deu pela introdução de tecnologias avançadas que tiveram impacto no campo, a exemplo dos avanços na clínica médica veterinária e na biotecnologia da reprodução.



A história dessa cooperação foi cunhada em um livro, apresentando fatos e ocorrências relatadas por representantes de cada universidade participante desse convênio teuto-brasileiro. Assim, antes do efetivo início do simpósio houve o lançamento do livro *60 Anos de Cooperação entre Brasil e Alemanha – Medicina Veterinária/1958-2018*, um sonho tornado realidade, perpetuando um marco histórico da Medicina Veterinária brasileira. Nas apresentações foram destacados os momentos cruciais da evolução do convênio em cada estado brasileiro. A história foi apresentada pelos representantes das seguintes universidades:

- Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS): prof. dr. Rodrigo Costa Mattos e prof. dr. Fernando Bortolozzo;
- Universidade Federal de Santa Maria (UFSM): prof. dr. Carlos Antonio Mondino Silva;
- Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e Clínica de Bovinos de Garanhuns (UFRPE): profs. drs. José Haldson Tabosa, Carlos Enrique Peña Alfaro, Nivaldo Azevedo Costa e Karl Fritz Weitze (TIHO);
- Universidade Federal da Bahia (UFBA): prof. dr. Luciano José da Costa Figueiredo e prof. dr. Karl Fritz Weitze (TIHO);
- Universidade Federal do Pará (UFPA): prof. dr. William Gomes Vale e prof. dr. José Diomedes Barbosa Neto;
- Universidade de São Paulo (USP): prof. dr. Eduardo Harry Birgel e prof. dr. Jorg Hartung (TIHO).

Participantes do simpósio 60 Anos de Cooperação entre Brasil e Alemanha: Medicina Veterinária (1958-2018), 2017. Arquivo Eduardo Harry Birgel.

Mas como se deu o início desse relacionamento? O médico veterinário Edgardo José Trein, da Faculdade de Agronomia e Veterinária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FAVET-UFRGS), foi contemplado com uma bolsa da Fundação Alexander von Humboldt para uma permanência de dez meses (1956-1957) na Escola Superior de Medicina Veterinária de Hannover (em alemão, Tierärztliche Hochschule Hannover, TIHO). No final do ano de 1957, retornando para Porto Alegre (RS) após um período de aproximadamente um ano no Instituto de Anatomia Patológica da Escola Superior de Medicina Veterinária de Hannover, o prof. Edgardo José Trein foi designado diretor do Hospital de Clínicas Veterinárias da Faculdade de Agronomia e Veterinária. Impressionado com o funcionamento e a estrutura acadêmica da Escola Alemã, principalmente com a rotina da Clínica de Bovinos, e, ao mesmo tempo, com as atividades desenvolvidas por um assistente da Clínica, o dr. Hans Merkt, o prof. Edgardo José Trein tornou-se o grande mentor e gestor da contratação do dr. Hans Merkt, para atuar na Clínica de Grandes Animais, e do dr. Wilhelm Brass, para atuar na Clínica de Pequenos Animais, pela UFRGS. Dos excelentes contatos estabelecidos por ele com a Escola Superior de Veterinária de Hannover (TIHO) surge o início das relações entre as instituições, que culminariam com a assinatura de um “convênio histórico”, determinante para a mudança do paradigma de formação dos médicos veterinários gaúchos e brasileiros. Com o início do convênio, a influência da “Escola Alemã” começou a prosperar na prática veterinária usual no país, que se tornou muito mais objetiva. Passaram a predominar ações práticas sobre o simples conhecimento das teorias! Na verdade, a vinda de professores alemães precedeu a assinatura formal do convênio, que só ocorreria no ano de 1965, com o estabelecimento de um convênio formal entre a UFRGS e a Escola Superior de Veterinária de Hannover/BRD.

Contudo, o marco das relações entre a Faculdade de Veterinária da UFRGS e a Tierärztliche Hochschule Hannover é a chegada do prof. dr. Hans Merkt, em 1958. Ele foi o primeiro professor alemão a chegar a Porto Alegre para a implementação do convênio, na condição de “professor catedrático visitante”. Ele assumiu sua posição, trabalhando na “Clínica Médica e Reprodução de Animais de Grande Porte”, com uma permanência de aproximadamente três anos. Com sua família, ocupou uma casa da Universidade, vizinha ao Hospital. Sua permanência em Porto Alegre selou não apenas uma sólida parceria técnica, como também um indivisível laço de pertença ao país que o acolheu. Com orgulho e satisfação – sempre mantendo seu espírito brincalhão –, dizia: “Temos um filho fabricado na Alemanha e nascido no Brasil, o segundo total-

mente brasileiro, a terceira fabricada no Brasil e nascida na Alemanha e o quarto totalmente alemão”.

Em 1959, chegou ao Rio Grande do Sul o prof. dr. Wilhelm Brass, contratado como docente da Faculdade de Agronomia e Veterinária da UFRGS, juntando-se ao prof. dr. Hans Merkt, e trabalhando na “Clínica de Pequenos Animais”. O prof. Brass criou raízes no Rio Grande do Sul, casando-se com uma brasileira de ascendência alemã. Suas duas filhas, brasileiras natas, formaram-se em Medicina Veterinária na FAVET-UFRGS.

O prof. dr. Eberhard Grunert e sua esposa, a dr. Dorothea Grunert, vieram a seguir, permanecendo em Porto Alegre de 1964 a 1967, sendo ele vinculado às Doenças da Reprodução, Ginecologia e Obstetrícia e ela às atividades de Clínica Veterinária Interna no Hospital de Clínicas Veterinárias da FAVET-UFRGS.

O último professor alemão oriundo da TIHO, contratado como professor catedrático visitante, foi o dr. Wilhelm Karl Otto Bollwahn, da área da Clínica de Suínos, que permaneceu na UFRGS de 1967 a 1969. Sua estada na FAVET-UFRGS foi o embrião para a ida de professores e veterinários de nosso país para se especializarem na Clínica de Suínos da Escola Superior de Veterinária de Hannover.

O relacionamento com a FMVZ-USP

Coincidentemente, na mesma época se estabeleceu o relacionamento da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de São Paulo (FMV-USP) com a TIHO. Pois, ainda como estudante da FMV-USP, o autor desta apresentação tomou conhecimento que um dos assistentes do prof. dr. José de Fatis Tabarelli Netto, no ano de 1955, ministraria apenas algumas aulas, pois estava se especializando na Alemanha (BRD) na Escola Superior de Veterinária de Hannover. As coincidências devem ser mencionadas e destacadas: os períodos de estágios de aprimoramento dos docentes da FAVET-UFRGS e da FMV-USP na TIHO foram, praticamente, simultâneos.

Destarte fica estabelecido que o inter-relacionamento dos cursos de Veterinária de São Paulo e de Hannover iniciou-se na década de 1950, com a participação do veterinário dr. Ulrich Ralph Reiner, formado na FMV-USP em 1952, tornando-se assistente de Fisiologia da referida Faculdade e aí trabalhando como assistente do prof. Tabarelli – especializado em Reprodução Animal, particularmente de equídeos. As coincidências se repetem, pois o dr. Ulrich Ralph Reiner, na Alemanha, foi orientado pelo prof. dr. Hans Merkt, que, na oportunidade, desempenhava atividades na Rinderklinik (Clínica de Bovinos), ainda sob a gestão do ilustre prof. dr. Richard Götze. Nós, estudantes de Veterinária da USP, víamos com grande orgulho

e satisfação o filme educativo da Bayer, mostrando a realização de uma ruminotomia segundo a técnica de Götze (ou hanoveriana), conduzida pelo prof. dr. Hans Merkt, e no qual aparecia como auxiliar participante nosso colega dr. Reiner.

O resultado desse inter-relacionamento, resultante de uma bolsa de estudo ou da participação de um Veterinário Paulista em treinamento num centro avançado de ensino das Ciências Veterinárias, foi muito produtivo para a nossa profissão. Naquela fase da evolução da TIHO (a partir de dezembro de 1950 até 1958), o prof. Hans Merkt era assistente da Rinderklinik (Klinik für Geburtshilfe und Rinderkrankheiten – Clínica de Obstetrícia e de Doenças dos Bovinos) do prof. Richard Götze da TIHO Hannover. Docente que, após a aprovação no concurso de Livre-Docência (*1958-Habilitation: Die Schnittentbindung beim Rind in der neuzeitlichen Geburtshilfe. - Habilitation-Schr. an der TIHO Hannover, 1958*), seria contratado como professor catedrático visitante, trabalhando na Clínica Médica e Reprodução de Animais de Grande Porte da FAVET-UFRGS (1958 a 1960). Na ocasião, o prof. Merkt tornou-se amigo do prof. dr. Ernesto Antônio Matera, pois frequentemente vinha a São Paulo para atender casos clínicos ou orientar a reprodução de animais de vários haras do estado de São Paulo.

Apesar das atividades desenvolvidas na Alemanha pelo dr. Ulrich Ralph Reiner serem mais relacionada à Clínica Buiátrica, acompanhando diuturnamente seu orientador, que já então se dedicava intensamente à Reprodução e à Clínica de Equinos, nosso ilustre colega paulista teve oportunidade de se especializar em Clínica e Reprodução de Equinos. Isso lhe foi profissionalmente muito útil, como também o foi para a Veterinária paulista, que tinha problemas com as atividades de profissionais estrangeiros, os quais praticamente dominavam áreas específicas da Clínica de Equinos nos jôquei clubes, em hípicas e haras. Isso ocorreu na década de 1960, antes da criação do sistema CFMV/CRMVs, de tal forma que a defesa da privacidade e/ou da exclusividade do exercício profissional no país era desempenhado pela Sociedade Paulista de Medicina Veterinária, que procurava controlar o exercício profissional de veterinários estrangeiros, sem diploma reconhecidos por órgão público regulamentador. Estabelecida a celeuma e a grande controvérsia, a classe veterinária recebeu um repto dos criadores de equinos e de suas associações representativas: “a indicação de um Veterinário Brasileiro capacitado para assumir a grande responsabilidade de conduzir adequadamente os Serviços Veterinários das retro mencionadas Associações”.

A recomendação da SPMV foi pela indicação do docente da FMV-USP, aprimorado na TIHO: dr. Ulrich Ralph Reiner, que aceitou o desafio para gerir as atividades do Posto de Fomento Agropecuário, mais conhecido como Posto de Monta de



Em Hannover/ TIHO, prof. Ernesto Antônio Matera, dra. Dorothea Grunert, prof. Eberhard Grunert e prof. Angelo Vincenzo Stopiglia e à frente de todos o menino Jens-Holger Grunert (o nosso Joãozinho), filho do casal Grunert, 1963.

Campinas (SP), até sua aposentadoria. O fato representou um ponto positivo da parceria da FMV-USP com a TIHO, resultante do excelente aprimoramento de um profissional. E, em conclusão, pode-se afirmar que a FMV-USP perdeu um promissor docente, mas a Veterinária paulista recebeu um profissional bem formado e que serviu o setor de reprodução e criação de equinos até sua aposentadoria.

O relacionamento da FMV-USP com os setores de Clínicas da TIHO voltaria a estreitar-se no início da década de 1960, quando Hannover/BRD sediaria, em 1963, o 17º Congresso Mundial de Veterinária. Na oportunidade, o prof. dr. Hans Merkt já havia reassumido suas funções docentes na Alemanha e tinha sido designado para organizar o mencionado Congresso Mundial – com as funções de secretário geral e da organização do evento. Por convite formal, dois docentes da FMV-USP participaram do 17º Congresso Mundial de Veterinária: prof. dr. Ernesto Antônio Matera e prof. dr. Angelo Vincenzo Stopiglia. Então, houve condições para consolidarem as amizades estabelecidas no Brasil com os docentes alemães visitantes da FAVET-UFRGS e, seguramente, estudarem e programarem a possibilidade de parcerias de inter-relacionamento acadêmico: com participação de docentes da TIHO em atividades de pós-graduação na USP e na preparação de um professor para atuar na área de Obstetrícia e Ginecologia Veterinária, que emanaria da tradicional disciplina de Patologia e Clínica Cirúrgicas e Obstétrica.

A viagem a Hannover/BDR dos ilustres docentes da disciplina de Patologia e Clínica Cirúrgicas e Obstétrica do curso de Veterinária da USP foi oportuna e muito proveitosa! Pois, ao final da primeira metade da década de 1960, a Reitoria da USP havia promulgado uma resolução que estabelecia a neces-

sidade dos assistentes dos professores catedráticos provarem a participação (*frequência e aprovação*) em curso de pós-graduação para renovação dos contratos de trabalho. Contudo, na oportunidade, não havia qualquer curso de pós-graduação na área do conhecimento das Ciências Veterinárias. O início da resolução dos problemas funcionais começou com a promulgação da Portaria USP/GR 172, de 28 de junho de 1965, que obedecia às normas da Portaria 27, de 20 de março de 1963. Esta normatizava a pós-graduação de forma geral na Universidade de São Paulo, e a Portaria GR 172, de 1965, regulamentava os cursos de pós-graduação da Faculdade de Medicina Veterinária. Esse curso daria autorização para a expedição do diploma de mestre aos pós-graduandos frequentes e aprovados em provas que apresentassem um trabalho de investigação científica considerado de valor.

Assim, em 1965 a Faculdade de Medicina Veterinária programou, criou e implantou o curso de pós-graduação *stricto sensu* “Reprodução Animal”, sendo o primeiro a ser implantado na Faculdade de Medicina Veterinária da USP e que resolveria a situação funcional dos assistentes (*categoria funcional docente de então na Universidade de São Paulo*). Na época, foi considerado como um curso de grande gabarito, pela plêiade de professores, entre os quais podem ser destacados os a seguir relacionados: prof. dr. Ernesto Antônio Matera (USP); Angelo Vincenzo Stopiglia (USP); José de Fatis Tabarelli Neto (USP); Plínio Pinto e Silva (USP); Armando Chieffi (USP); Antônio Mies Filho (UFRGS) e Francisco Megale (UFMG). E o professor visitante Eberhard Grunert foi responsável pelo setor de Clínica Ginecológica e Obstétrica de Bovinos e Equinos. O professor da Escola Superior de Veterinária Hannover ministrou aulas teóricas e práticas, junto com os demais ilustres docentes. A transcrição das aulas ministradas pelos profs. drs. Ernesto Antônio Matera (USP), Eberhard Grunert (TIHO) e Antônio Mies Filho (UFRGS) deu origem ao primeiro livro brasileiro na área da clínica e patologia da reprodução: *Preleções sobre patologia da reprodução animal* (1967).

Ainda com esse espírito de divulgador dos conhecimentos amalhados no exercício da Ciência Veterinária na área de sua especialização, o prof. dr. Eberhard Grunert publicou outro compêndio, tendo como colaborador dois outros docentes do Curso, Angelo Vincenzo Stopiglia e Sylvio Bove: *Manual de obstetrícia veterinária* (1967).

A seguir cabe destacar o relacionamento da FMVZ-USP com a Fundação Alexander von Humboldt (Fundação AVH), que se iniciou de uma forma fortuita, ainda no transcórrer do já mencionado curso de pós-graduação em Reprodução Animal, quando numa das aulas prática de exame ginecológico de uma vaca – em plena palpação retal, procurando os folículos

e corpo lúteo da paciente, com o macacão sujo e suando pelos esforços, o autor desta manifestação ouve uma voz, dizendo: “Aprofunda mais a mão e palpa mais à direita, assim o resultado será melhor”. Não acreditei, mas olhei o interlocutor! Elegante figura, com impecável terno de linho branco (*possivelmente um legítimo 120*) e um brilhante sapato (*talvez aqueles famosos de então, de duas cores, marrom e branco – mas não tenho certeza*). No intervalo da prática fui conversar com o intruso e então conheci um professor do curso de Veterinária da UFRPE, que se tornaria um de meus grandes amigos. Era o médico veterinário Sílvio Camerino Paes Barreto, um dos primeiros bolsista da Fundação AVH, que era professor assistente da 13ª cadeira – Patologia, Clínica Cirúrgica e Obstetrícia – da Escola Superior de Veterinária da Universidade Rural de Pernambuco (UFRPE), por onde se graduara em 1955. Sempre à procura de aprimoramento profissional o colega Sílvio Camerino P. Barreto estagiou, em 1960, no Hospital de Clínicas Veterinárias da UFRGS sob a orientação dos profs. drs. Hans Merkt e Wilhelm Brass, da TIHO. As fortes ligações de amizade e interesse no aprimoramento profissional levaram Sílvio Camerino a estagiar na Clínica de Obstetrícia e Ginecologia da Escola de Veterinária de Hannover, sob a supervisão do prof. dr. Erich Aehnelt, e, como bolsista pesquisador da Fundação Alexander von Humboldt, concluiu os estudos em 1962 na já mencionada Rinderklinik, a Clínica de Doenças Internas e Cirúrgicas de Bovinos, defendendo a dissertação *Deslocamento do abomaso para o lado esquerdo em bovino*, sob a orientação do prof. dr. Gerrit Dirksen e supervisão do prof. dr. Gustav Rosenberg. Como consequência de sua dedicação ao ensino e necessidade do aprimoramento profissional dos jovens veterinários, na evolução de sua carreira docente o prof. dr. Sílvio Camerino Paes Barreto se tornaria, em 1975 o representante da Escola Superior de Veterinária da UFRPE, na qualidade de coordenador do estado de Pernambuco, do convênio celebrado entre a Escola Superior de Veterinária de Hannover e as Universidades UFRPE, UFRGS, UFSM, UFMG e UFBA (1975).

Na já mencionada conversa informal, tomei conhecimento da existência da Fundação Alexander von Humboldt e das possibilidades de se conseguir bolsas de estudo. E, também, tomou-se conhecimento que durante a realização do curso de pós-graduação *stricto sensu* Reprodução Animal, um de seus mais promissores docente, e que se preparava para longo estágio na TIHO, faleceu e um dos pós-graduandos foi selecionado para receber o treinamento na Alemanha, após a obtenção do título de doutor. Destarte, em 1969, o autor deste texto receberia a outorga de uma bolsa de estudos da Fundação Alexander von Humboldt – a partir de então, minha vida profissional mudaria de forma radical!

Nós conhecíamos toda a matéria da área de Clínica de Ruminantes, estudada nos livros padrão de então – os três volumes clássico de F. Hutyra, J. Marek e R. Manninger, os dois volumes de F. Liegeois e os 57 autores referidos no Compendio de M. G. Fincher, W. J. Gibbons, K. Mayer –, mas não se sabia, na prática, como fazer o que se conhecia! Então, tomou-se conhecimento dos “quatro pilares” fundamentais da educação: aprender a conhecer (adquirir instrumentos de compreensão) – isso já era dominado; aprender a fazer (para poder agir sobre o meio envolvente) – tínhamos que vencer a forte tendência dos latino-americanos, em terem sempre um auxiliar bem preparado para desempenhar o trabalho físico e aprender a desempenhar nossa atividade; aprender a viver juntos (cooperação com os outros em todas as atividades humanas) – a convivência no exterior nem sempre é simples, mas com disposição sempre se encontram parceiros para cumprir nossas aspirações; e, finalmente, aprender a ser (conceito principal que integra todos os itens anteriormente citados).

Assim, o autor deste texto recebeu bolsa de quatro meses para aprender o idioma alemão e mais vinte meses para estagiar na Clínica de Obstetrícia e Ginecologia da Escola de Veterinária de Hannover (Richard-Götze-Haus), sob a supervisão do prof. dr. Erich Aehnelt e orientação direta do prof. dr. Eberhard Grunert.

Após o retorno ao Brasil, o ex-bolsista da Fundação Alexander von Humboldt reassumiu as atividades no Departamento de Patologia e Clínica Médicas da FMV-USP, voltou a se dedicar à Clínica Médica de Animais Poligástricos, já dando mais ênfase à Clínica de Bovinos. Mas após a longa convivência com os luminares mundiais da área, os conceitos estavam fortemente modificados, e essa prática Veterinária, na Faculdade, nunca mais seria a mesma! Nascia, sub-repticiamente, a Buiatria Paulista, conceito que influenciou o ensino da especialidade na Faculdade de Medicina Veterinária da USP. Hoje, podemos dizer que tudo aconteceu sob a influência das ações e recomendações do prof. dr. Eberhard Grunert e seus companheiros de Hannover, sob a supervisão da Fundação Alexander von Humboldt, com a implantação do Hospital de Bovinos com suporte da Fapesp e da Clínica Ambulante da FMVZ-USP.

Depois das visitas do prof. dr. Eberhard Grunert e de vários docentes da TIHO, particularmente do dr. Gunther Assmuss, e do retorno de Hannover do bolsista Eduardo Harry Birgel, a Clínica de Bovinos renasceu na Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de São Paulo, com os modernos conceitos da Buiatria. E nós, especialistas da área, estabelecemos os conceitos rígidos da Buiatria, podendo dizer que o ensino da Patologia e Clínica Médicas dos bovinos tinha

duas fases, bem definidas: a primitiva Clínica de Ruminantes, oriunda do Departamento de Patologia e Clínica Médicas (2ª cadeira) da FMV-USP, que lidava com os Animais Poligástricos, e a outra ainda genérica, a Buiatria implantada no ensino no Departamento de Patologia e Clínica Médicas da FMVZ-USP. Esse ensino, com predomínio das atividades práticas, segundo os princípios criados na Escola Alemã, ou Hanoveriana, baseava-se num princípio: quem examina faz o diagnóstico e, evidentemente, o tratamento (quer seja clínico ou cirúrgico), e esse profissional – o buiatra – estaria apto a acompanhar a evolução da enfermidade, estabelecer o prognóstico, decidir sobre a mudanças de tratamentos e dar alta ao enfermo. Simplificando, poder-se-ia afirmar, sem medo de errar: a buiatria tem duas fases, uma pioneira, ligada à Veterinária francesa de Ligeois, e a atual, que se iniciou com o prof. dr. Eberhard Grunert ensinando em São Paulo e prosseguiu com a Fundação Alexander von Humboldt permitindo que um docente da Universidade de São Paulo se aprimorasse na arte de tratar bovinos na Escola Superior de Veterinária de Hannover.

Em São Paulo, as possibilidades de implantação de convênios, com regimentos e normas de estruturação, sempre foram remotas, e os intercâmbios eram informais e dependentes de interesses e vontades pessoais dos setores e dos docentes interessados.

As necessidades, ideias e de estabelecimento de normas começaram a surgir na década de 1970, iniciando-se com a visita do prof. dr. Gustav Rosenberger a São Paulo, apresentando duas palestras para a comunidade veterinária de São Paulo, no Instituto Biológico e na FMV-USP. Essas palestras versaram sobre “Leucose enzoótica dos bovinos adultos” e “Intoxicação de bovinos pela ingestão de samambaia”. Nas duas palestras o tradutor foi nosso colega já conhecido: dr. Ulrich Ralph Reiner, primeiro veterinário paulista a estagiar na TIHO!

A documentação do convênio entre a Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo e a Escola Superior de Veterinária de Hannover foi preparada com o aval das duas Instituições de Ensino Superior, mas, segundo o parecer dos órgãos competentes da USP, um convênio internacional deveria ter o aval de setores diplomáticos do governo federal. Com um parecer parcialmente desfavorável – por ser a USP uma autarquia do governo estadual de São Paulo de uma região considerada como não subdesenvolvida –, o convênio foi integralmente transferido para outra IFES de uma região considerada em desenvolvimento.

Mas não voltamos à estaca zero, pois o Consulado Alemão em São Paulo passou a ter a responsabilidade de formar comissões selecionadoras de profissionais que requeriam bolsas de estudos do Deutscher Akademischer Austauschdienst,

(DAAD, Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico) e/ou Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ou Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Nessas condições, sempre havia um médico veterinário entre os membros da comissão, e durante longos anos de atividades o ex-bolsista da Fundação Alexander von Humboldt participou dessas comissões, sempre sendo consultado sobre assuntos relacionados ao aprimoramento profissional dos veterinários na Alemanha. Além do mais, a FMVZ-USP dava abrigo e supervisão a inúmeros docentes, pesquisadores, profissionais e estudantes alemães, em suas permanências em São Paulo.

O período de estudos e planejamento para estabelecer o convênio de Cooperação Didático-Científica entre a FMVZ-USP e a Escola Superior de Veterinária de Hannover somente foi finalizado após uma viagem específica de dois docentes para a Alemanha a fim de discutir *in loco* os termos de uma parceria.

Em outubro de 1982, o diretor da FMVZ-USP, prof. dr. Vicente Borelli, e o prof. dr. Eduardo Harry Birgel realizaram viagem de estudos para conhecer o estado da arte do ensino da Medicina Veterinária em regiões da Alemanha e da Áustria (Cursos de Medicina Veterinária de Hannover, Berlim, Giessen, Bayern e Viena – na oportunidade, por dificuldades diplomáticas, não puderam ser visitadas as Faculdades da Alemanha Oriental). Na ocasião, também se realizou visita à Fundação Alexander von Humboldt, em Bad Godesberg/Bonn, estudando-se as oportunidades e condições oferecidas pela Fundação AVH para auxílios à pesquisa e trocas de docentes visitantes.

Após os acertos conseguidos nas reuniões realizadas em Hannover, o convênio formal entre a Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia e a Escola Superior de Veterinária de Hannover só ocorreu em 1984, depois de assinatura dos reitores e a designação dos executores do convênio de Cooperação Didático-Científica das duas Instituições de Ensino Superior: pela FMVZ-USP, prof. dr. Eduardo Harry Birgel; e pela TIHO, prof. dr. Wilhelm Brass. Por oportuno, destaque-se que o convênio foi considerado válido por muito tempo pela Escola Superior de Veterinária de Hannover (ao contrário do que ocorreu na Universidade de São Paulo, que, após um período, o considerou extinto, não comunicando esse fato ao executor brasileiro). Mas seus termos deram guarida às solicitações dos veterinários de São Paulo e, frequentemente, foram auxiliados profissionais de outras regiões, como foi o caso da participação da Veterinária brasileira no XXII Congresso Mundial de Buiatria, realizado em 2002, em Hannover, onde foram promovidos cursos de Buiatria para veterinários latino-americanos.

É de se ressaltar, por ser fato muito importante, que no ano 2018 (24 de agosto), após as comemorações dos 60 anos de cooperação entre Brasil e Alemanha na Medicina Veterinária (1958-2018), o convênio foi reativado e, posteriormente, o diretor da FMVZ-USP, prof. dr. José Antônio Visintin, recebeu, em Hannover, o título de *Doutor Honoris Causa* da Escola Superior de Veterinária de Hannover.

A UNIDADE EVOLUINDO NO TRIPÉ ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E AS COMISSÕES ESTATUTÁRIAS E SUAS ATRIBUIÇÕES

ANGELO JOÃO STOPIGLIA

Com o fim das cátedras, conforme discutido em capítulo anterior, e a criação dos departamentos acadêmicos da unidade, com a previsão de eleições para chefias departamentais e a composição de conselhos departamentais com representantes das diversas categorias docentes, se, por um lado, distribuiu-se o poder de mando, até então totalmente nas mãos do professor catedrático, o que facilitava, de certa forma, toda e qualquer iniciativa de trabalho departamental (o professor catedrático era o diretor do departamento), sem que houvesse, antes, a necessidade de discussões sobre o rumo das atividades pretendidas, como a aprovação destas em Conselho Departamental, de outra parte tal mudança possibilitou maior número de agentes, normalmente docentes e alunos, no nível de departamento, e funcionários no CTA e na Congregação, envolvidos nas discussões atinentes ao ensino de graduação e pós-graduação, a pesquisa departamental ou interdepartamental e as atividades de extensão universitária.

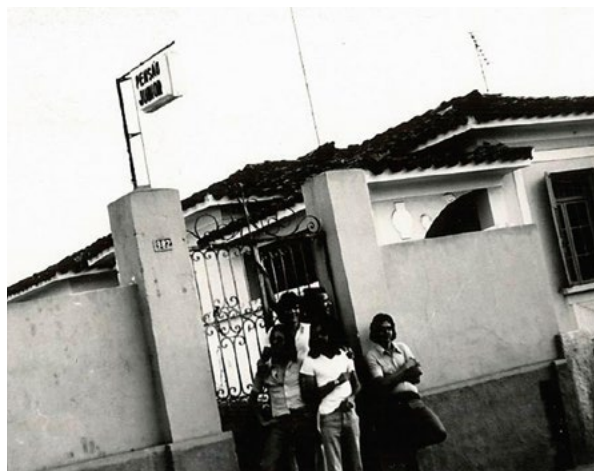
Quem teve a oportunidade de vivenciar a vida das universidades brasileiras, a da Universidade de São Paulo e, em consequência, a da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP, poderá ser testemunha das mudanças havidas entre o início e o final da década de 1970.

Nos primeiros anos dos anos 1970 notava-se, sobretudo, certa tensão predominante, devido às modificações significativas e profundas havidas, como já exposto anteriormente. De outra parte, não havia uma mobilidade de todos os agentes envolvidos para promoverem as modificações necessárias, quer por desconhecerem, quase por completo, a nova ordem estabelecida, quer pelas várias décadas de mando dos catedráticos. Ao referir-se à mobilidade, enfatiza-se, no primeiro caso, que, se excetuando, no sentido de experiência anterior de vivência sobre o assunto, talvez apenas àqueles assistentes que tiveram a oportunidade de vivenciar experiência em uma universidade norte-americana, puderam ter tido alguns exemplos de funcionamento departamental que a USP exigia a partir de

então. O tempo ia passando dentro da rotina universitária, mas somente a partir da metade da década foi que se pôde sentir os chefes de departamento investidos de seus papéis, o surgimento dos primeiros cursos de pós-graduação, de acordo com as normas em vigência em nível federal, com alguns departamentos da Faculdade desenvolvendo linhas de pesquisa bem definidas, até então assunto pouco comentado dentro dos departamentos, sendo poucos os professores que se dedicavam a estudar apenas um assunto sistematizado, quando não um pequeno detalhe dentro de um assunto. Poder-se-ia afirmar que os docentes eram preparados, até então, para serem bons ou excelentes professores e, mesmo, profissionais na iniciativa privada, restando alguns poucos núcleos que, paralelamente, desenvolviam pesquisa, igualmente.

Além disso, com a criação dos Institutos Básicos de Ciência e a ida de diversos docentes da Faculdade para tais instituições, era de se esperar que a dita pesquisa ou mesmo a pesquisa básica ficaria a cargo deles, restando à Faculdade o ensino das habilidades profissionais.

Contudo, o novo Regimento de 1969, independentemente da natureza das disciplinas departamentais, tinha como uma de suas atividades a realização de pesquisa. Com o início dos cursos de pós-graduação, com a chegada de jovens docentes necessitando realizar o seu mestrado ou doutorado, tendo em vista que eram contratados, à época, por 1095 dias como auxiliares de ensino, em vista dos raros e escassos cursos de pós-graduação, os departamentos viram-se na necessidade de delegar a cada um dos seus docentes, doutores já, áreas de atuação definida e, além disso, desenvolvimento de linha de pesquisa. É bem verdade, diga-se, que a pós-graduação, no seu início, utilizava o método da graduação, isto é, os alunos de pós-graduação deveriam cursar todas as disciplinas oferecidas pelo curso e, geralmente, todas no próprio departamento. Dessa forma, dois aspectos chamavam a atenção, senão em todos os casos, em grande parte deles: os alunos de pós-graduação completavam quase que o dobro do número de créditos, quando não o dobro, via de regra, necessários para o seu exame de qualificação, créditos que não poderiam ser utilizados, posteriormente, no doutorado. Outro fato interessante é que, por vezes, o tema da dissertação de mestrado ia ser discutido e determinado passados um ou dois semestres do curso e, que na maioria dos casos, o tema não era de uma dissertação de mestrado, mas de uma tese de doutorado, face que o tempo de conclusão para o mestrado era longo em comparação aos dias atuais. Mas o que se deve enaltecer desse tempo é o fato de que o aluno, ao sair do seu curso de pós-graduação da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP com o grau de mestre, poderia, sem dúvida, assumir as responsabilidades em sua



Grupo de alunos no projeto do Plano de Verificação de Febre Aftosa no município de Itapetininga, disciplina Prática de Saúde Animal. Setembro de 1974. Arquivo Angelo Stopiglia.

área de atuação em qualquer universidade, isto é, retornando à sua instituição de origem com a formação consolidada, tanto teórica como prática, em determinada área.

Esse sistema inicial nada mais era do que a tradução do antigo ensino das cátedras até então vigentes.

Na década de 1980, houve modificações nos departamentos para melhor equipar a pesquisa a ser desenvolvida. Desde a década de 1960, quando a Fapesp estabeleceu o Programa de Bolsa de Iniciação Científica, não houve uma demanda significativa nesses anos, por Bolsas por parte da Faculdade, mesmo na década de 1970. Posteriormente, começava a se esboçar uma expressiva demanda, durante os anos 1980, que somente foi crescendo em ritmo vertiginoso nos anos 1990 e no século XXI, a ponto de, hoje em dia, haver uma feroz concorrência por uma bolsa de iniciação científica ou um auxílio regular de pesquisa, para não falar dos grandes projetos temáticos. Essa procura por pesquisa somente teve a procura intensa, por parte dos alunos, devido a docentes que dominavam com capacidade determinadas áreas, dentro da Medicina Veterinária e paralelamente a esta, e detinham também laboratórios equipados e dinheiro disponível para a realização da pesquisa. Tal assertiva pode ser constatada por meio dos relatórios anuais da Faculdade, enviados à Reitoria da USP, no que concerne ao número de publicações ao longo de décadas.

O número de bolsistas de iniciação científica aumenta ano a ano, todos participando do CIICUSP, em sua 12ª versão, sendo que hoje a Faculdade tem mais de cem bolsistas de iniciação científica. Além da Fapesp, devem-se ressaltar todos os demais órgãos de fomento à pesquisa, como FINEP, CNPq, Capes e fundações particulares com interesse em pesquisas de mercado.

As comissões estatutárias e suas atribuições

Dezenove anos após a publicação do Estatuto de 1969, o 3º Estatuto da USP foi publicado pela Resolução 3.469, de 7 de outubro de 1988. O reitor da Universidade de São Paulo, em vista do deliberado pelo Conselho Universitário em sessão de 9 de agosto de 1988 e pelo Conselho Estadual de Educação em sessão de 31 de agosto de 1988, e com base no Artigo 207 da Constituição Federal, baixa a seguinte Resolução, em que fica aprovado Estatuto da USP, em anexo:

Artigo 14: São Órgãos Centrais da Universidade [...] II – Conselhos Centrais: I. Conselho de Graduação; II. Conselho de Pós-Graduação; III. Conselho de Pesquisa e IV. Conselho de Cultura e Extensão Universitária. [...]

Artigo 24: Aos Conselhos Centrais compete tratar as diretrizes que nortearão a ação da Universidade nos respectivos campos de atuação obedecendo as normas gerais fixadas pelo Conselho Universitário, bem como zelar, por meio de avaliadores permanentes, pela qualidade de trabalhos e pela adequação dos meios às finalidades de cada programa. [...]

Artigo 44. São órgãos de administração de cada Unidade [...] IV. Comissão de Graduação; V. Comissão de Pós-Graduação. Parágrafo único: As Unidades poderão criar: I. Comissão de Pesquisa; 2. Comissão de Cultura e Extensão Universitária.

A Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, segundo se observa na Resolução n. 4.148, que baixa o Regimento da Unidade, optou por disponibilizar das quatro Comissões Estatutárias, sendo estas constituídas por um representante docente de cada um dos seis departamentos acadêmicos da unidade e por um representante discente. Os presidentes das Comissões Estatutárias, eleitos entre os membros desta, têm assento no Conselho Central equivalente à sua Comissão, representando a FMVZ. Em 2017, conforme decisão do Conselho Universitário, os presidentes das Comissões Estatutárias passaram a ser eleitos pelas Congregações das Unidades de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária.

Se o Estatuto de 1969 já procurava dividir responsabilidades entre todos os membros participantes de um Departamento Acadêmico da USP, e isto valia para a Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo, o Estatuto de 1988, que cria os Conselhos Centrais, para cada uma das áreas citadas a seguir e, junto às unidades acadêmicas, as Comissões Estatutárias – de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa e de Cultura e Extensão Universitária –, fez com que o chefe de um departamento tivesse, ainda mais, divididas as suas responsabilidades de comando. Não que as

diretrizes básicas, digamos, a “coluna mestra” de cada um dos departamentos acadêmicos, nas quatro atividades ora citadas, não sejam assuntos inerentes ao Conselho de Departamento, porém, uma vez tomadas e anunciadas às Comissões Estatutárias, por meio do representante do Departamento, estas devem ser aprovadas por essa instância, quando não encaminhadas para a respectiva Pró-Reitoria para nova análise e aprovação final. O Conselho Central é formado pelo presidente de cada unidade, nas respectivas Comissões, que inclusive tem direito a voto para reitor da Universidade. Portanto, as Comissões Estatutárias têm importância administrativa junto à Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa e Cultura e Extensão Universitária e, os presidentes dessas Comissões, em cada unidade, importância política na escolha dos reitores, o que faz aumentar o número de votantes na escolha desses dirigentes. Na atualidade, é presidente da Comissão de Graduação a profa. dra. Mayra Elena Ortiz D’Ávila Assumpção (2017-2019); da Comissão de Pós-Graduação, a profa. dra. Maria Claudia Araripe Sucupira (2017-2019); da Comissão de Pesquisa, a profa. dra. Camila Infantsi Vannucchi (2015-2019); e da Comissão de Cultura e Extensão Universitária, a profa. dra. Evelise Oliveira Telles, em exercício (2017-2019).

Ao longo das últimas décadas, colaboraram com a Faculdade, presidindo as Comissões Estatutárias, os seguintes docentes:

- Comissão de Graduação: profa. dra. Masaio Mizuno Ishizuka (1989-1993), profa. dra. Helenice de Souza Spinosa (1993-1999), profa. dra. Solange Maria Gennari (1999-2003), prof. dr. Enrico Lippi Ortolani (2003-2007), profa. dra. Eliana Reiko Matushima (2007-2011) e profa. dra. Silvia Renata Gaido Cortopassi (2011-2017).
- Comissão de Pós-Graduação: prof. dr. José de Angelis Cortês (1985-1989), profa. dra. Irvênia Luiza de Santis Prada (1990-1994), prof. dr. Cássio Xavier de Mendonça Júnior (1994-1998), prof. dr. Silvio Arruda Vasconcellos (1998-2002; 2003-2005), prof. dr. Benjamim Eurico Malucelli (2002-2003) profa. dra. Maria Angélica Migliano (2005-2009), profa. dra. Silvana Lima Gorniak (2009-2011), profa. dra. Julia Maria Matera (2011-2015) e prof. dr. Fernando Ferreira (2015-2017).
- Comissão de Pesquisa: prof. dr. João Palermo Neto (1990-1994), profa. dra. Valquíria Hyppólito Barnabe (1994-2003), prof. dr. Leonardo José Richtzenhain (2003-2007), prof. dr. Fernando José Benesi (2007-2010), prof. dr. Francisco Javier Hernandez Blazquez (2010-2012) e prof. dr. José Luiz Catão Dias (2012-2015).

- Comissão de Cultura e Extensão Universitária: profa. dra. Maria Helena Matiko Akao Larsson (1990-1991), prof. dr. Cássio Xavier de Mendonça Júnior (1991-1994), prof. dr. Angelo João Stopiglia (1994-1996), Wanderley Pereira de Araújo (1996-2009), prof. dr. Franklin de Almeida Sterman (2009-2011), Evelise Oliveira Telles (2011-2017) e Paula de Carvalho Papa Keohane (2017-2018).

BIBLIOTECA VIRGINIE BUFF D'ÁPICE

ANGELO JOÃO STOPIGLIA

Nos documentos a que se tem acesso, constata-se que a existência de uma biblioteca aos docentes e alunos de veterinária da atual Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo vem desde o Instituto de Veterinária (1917), visto encontrarem-se dois carimbos em um livro *Enciclopedia Italiana di Veterinaria*, do Dott. Pietro Gherardini, *Professores di Patologie Generale ed Anatomia Patologica nella Scuola Veterinaria della R. Università di Parma*; e no volume *Tecnica delle Necroscopie*, Casa Editrice Dott. Francesco Vallardi, Milano, 1905. O primeiro carimbo explicita: “Instituto de Veterinária de S. Paulo. BIBLIOTHECA. Estante N. 3, Prat. N. 1”. No segundo carimbo, pode-se ler: “Instituto de Veterinária. MAI 28 1920. SÃO PAULO”. Se compararmos o ano de publicação na Itália, 1905, com a data de arquivo no Instituto de Veterinária de São Paulo, 1920, pode-se concluir, em face das longas viagens de navio, a demora da chegada de notícias sobre publicações estrangeiras, que o Instituto adquiria livros com pouco tempo de publicados, em face da velocidade lenta com que andava a ciência. Outra informação que se obtém sobre a Biblioteca do curso de Medicina Veterinária no Instituto de Veterinária provém de publicação do Relatório da Secretaria de Agricultura de São Paulo em relação ao ano de 1924: “Durante 1924, a Biblioteca do Instituto, contendo 622 obras sobre Medicina Veterinária e Agricultura em geral, foi regularmente consultada tanto pelos professores como pelos alunos”.

Se compararmos a primeira citação de um livro existente no Instituto de Veterinária, cuja data é 1920, portanto no início do curso em três anos do Instituto, com o primeiro volume da revista da Faculdade, de abril de 1938, há de se supor que existiu a Biblioteca para o Curso de Medicina Veterinária até 1928, quando da criação da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo, sendo o curso ministrado em quatro anos, com a fundação da USP, em janeiro de 1934 e a criação de uma Faculdade de Medicina Veterinária ligada à Universidade de São Paulo.

Se formos nos ater às publicações sob a responsabilidade da FMVZ-USP observar-se-á que, em abril de 1938, foi publicado o primeiro volume e o primeiro fascículo da *Revista da*



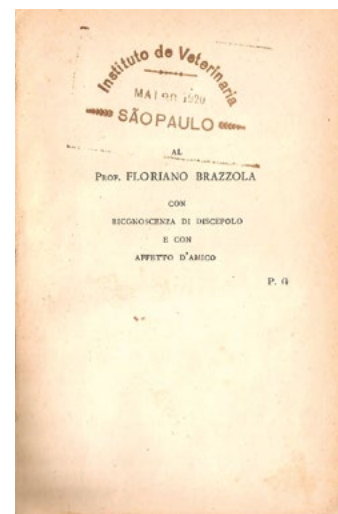
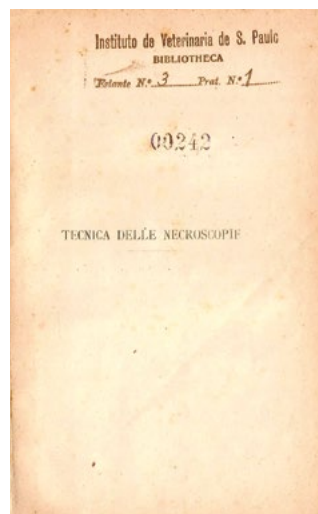
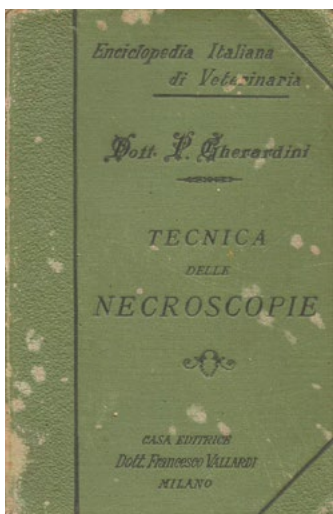
Acima; Professora Virginie Buff D'Ápice, que empresta o seu nome à Biblioteca da FMVZ-USP.



A Biblioteca em dois tempos: acima, na rua Pires da Mota, n. 159; e, ao lado, no prédio definitivo, bloco 17 da av. Prof. Orlando Marques de Paiva, n. 17. Arquivo FMVZ-USP.

Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de São Paulo. O referido volume contava com cinco trabalhos publicados, sendo quatro da área de Parasitologia e um da área de Química Orgânica e Biológica. São eles:

- 1. Pinto, Cesar. “Sobre os gêneros Bunostomum, Railliet, 1902, Bunostomum, Lane, 1917. (Nematoda-Ancylostomidae)”, com 11 figuras no texto;
- 2. Pinto, Cesar e Cavalcanti Proença. “Etiologia dos aneurismas helmínticos e strongilose equina”, com 12 figuras no texto e 18 estampas (aliás, quem tiver a ocasião de manipular o livro de Cesar Pinto, médico, sobre zooparasitas de interesse médico e médico veterinário, verdadeiro atlas de sistematização, ficará espantado com a qualidade e minúcia dos detalhes de cada figura. O prof. dr. Marcelo de Campos Pereira detém um exemplar);
- 3. Vaz, Z. e Teixeira de Carvalho, G. “Sobre um tipo interessante de míse dos bezerros e seu agente casual”, com 4 figuras no texto (observe que os dois autores se tornaram, respectivamente, reitor da Unicamp e reitor da USP);



Livro *Tecnica delle Necroscopie* de Pietro Gherardini, publicado em 1905. Bibliotheca, Estante n. 3, Prateleira. n. 1. Carimbo Instituto de Veterinária. Maio, 28, 1920, São Paulo.

- 4. Fonseca Ribeiro, D. “Oxidação de glicose na superfície de adsorventes”, com 1 estampa;
- 5. Pinto, Cesar e Vaz, Z. “Localizações erráticas do ‘Parascaris equorum’ (Goeze, 1782) no coração do cavalo e ‘Ascaris lumbricoides’ L., 1758 nas vias biliares do carneiro e mesentério da criança”, com 4 estampas (ambos os autores médicos).

Segundo se colima no texto alusivo aos 90 anos de criação do curso de Medicina Veterinária, a Biblioteca foi fundada oficialmente em 1934, quando da criação da USP, e integrando-se a esta como Faculdade de Medicina Veterinária. No ano seguinte, 1935, passa a denominar-se, dentro do organograma da Faculdade, Serviço de Biblioteca e Documentação da FMV-USP. Ao observarem-se as fotografias das instalações da Biblioteca da Faculdade, será possível perceber que esta passou por diversos locais, tanto na rua Pires da Mota como nos barracões, inicialmente em local menos espaçoso, no bloco da diretoria da Faculdade, tomando apenas a metade desse espaço e, posteriormente, no bloco das disciplinas de Doenças Infecciosas e Parasitárias, quando se espalhou por todo o barracão, até a sua mudança para o prédio definitivo, na av. Prof. Orlando Marques de Paiva, n. 87. Contudo, uma ampla reforma com aumento significativo da área da Biblioteca está em estudo, conforme mostra o Plano Diretor da FMVZ aprovado em 2009.

Esse órgão intraunidade passa a denominar-se, em 20 de outubro de 1983, Biblioteca Virginie Buff D’Apice, médica veterinária formada na turma de 1935 da Escola de Medicina Veterinária, como homenagem à ilustre professora desta casa que, além de suas atribuições docentes, dedicou relevantes

serviços à biblioteca na condição de sua primeira diretora (1938-1958). Foram diretoras da Biblioteca até a presente data (2019): Beatriz Olegário da Costa (1958-1971), Maria Luiza Rigo Pasquarelli (1971 a 1982 e 1991 a 1994, ocupando, também, a diretoria do SIBI), Ana Maria Silveira Barone (1982-1991), Marfisia Pereira de Souza Lancellotti (1994-2001), Rosa Maria Fischi (2001-2014) e Camila Molgara Gamba (2014 até o presente). Cada uma, a seu modo, contribuiu de maneira inequívoca para o engrandecimento da Biblioteca, pilar mestre em uma instituição de ensino e pesquisa. Vê-se, década após década essa impressionante obra feita por elas e pela equipe de cada uma delas.

A Biblioteca Virginie Buff D’Apice atende pesquisadores, docentes e discentes da FMVZ e de outras instituições do Brasil e do exterior. Com um acervo especializado em medicina veterinária e zootecnia que conta com cerca de 22.400 livros, 67.940 fascículos de periódicos e 5.796 teses e dissertações, a Biblioteca atende, em média, 40 mil usuários por ano, emprestando mais de 9 mil obras.

Além de trabalhar com o registro de toda a produção docente e promover a preservação de material histórico, a Biblioteca também oferece treinamentos para uso de normas bibliográficas e bases de dados para o seu público local de alunos de graduação e pós-graduação, funcionários e demais interessados, além de dar apoio a publicações e serviço de divulgação da informação relacionada à Medicina Veterinária.

A Biblioteca da FMVZ-USP coordena, ainda, as atividades da Biblioteca Virtual em Medicina Veterinária e Zootecnia (BVS-Vet, www.bvs-vet.org.br), mantida em parceria com o Conselho Regional de Medicina Veterinária do estado de São



Acervo parcial da Biblioteca da FMV-USP, década de 1940, na rua Pires da Mota n. 159. Arquivo Biblioteca Virginie Buff D'Ápice.

Paulo (CRMV-SP). Trata-se de um portal que propicia de forma ágil e organizada o acesso ao conhecimento técnico-científico publicado em revistas nacionais das áreas de Medicina Veterinária, Zootecnia e ciências afins. Constitui-se num serviço gratuito on-line que atende às necessidades de informação de profissionais, pesquisadores e estudantes.

Hoje, a Biblioteca conta com um invejável acervo, valioso em sua especialidade, tendo atuado como centro dinâmico de informação, gerando, controlando e divulgando literatura científica na área da Medicina Veterinária e Zootecnia para São Paulo, Brasil e países do exterior.

Retornemos à revista da Faculdade que, neste ano de 2018, em abril, completou 80 anos de existência ininterrupta, publicando 54 volumes, 207 fascículos e 2.433 artigos, tratando dos diferentes assuntos de especialização da Medicina Veterinária. Devido à modificação do nome da Faculdade de Medicina Veterinária para Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, aprovado pelo Conselho Universitário em sessão de 28 de outubro de 1968, a revista da Faculdade teve seu nome alterado, vindo a acrescentar-se o termo “e Zootecnia”. Já no ano de 1991,

a Congregação da Faculdade, buscando uma maior penetração e abrangência da revista, passa a denominá-la de *Brazilian Journal of Veterinary Research and Animal Science* (BJVRAS). Em 2016, a revista passou a publicar artigos exclusivamente em língua inglesa e apenas na forma on-line. Na atualidade, a revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, a fim de disponibilizar o conhecimento científico ao público. Quando da criação da revista, em 1938, o editor chefe ou redator chefe era o diretor da Faculdade, prof. Altino Augusto de Azevedo Antunes e, até o ano de 2001, essa atividade foi transferida aos diretores que o sucederam na diretoria da Faculdade. Além deste, havia um conselho editorial que coordenava os trabalhos e as publicações recebidos pela revista, e cujos presidentes foram: Fernando Varela de Carvalho (1972-1974), Fernando Andreasi (1975), Eduardo Harry Birgel (1976-1980), José César Panetta (1981-1984), Irvênia Luiza de Santis Prada (1985-1992), Benjamin Eurico Malucelli (1993-2000) e Maria Angélica Miglino (2001).

A partir de 2002, com outra administração se responsabilizando pela revista, visando à agilização do trabalho de

Esqueletos de animais de diferentes espécies no Museu de Anatomia Plínio Pinto e Silva nos barracões da travessa 4. Av. Lúcio M. Rodrigues, CUASD. Arquivo FMVZ-USP.

gerenciamento técnico e financeiro, assumiram a função de editor chefe os profs. Angelo João Stopiglia (2002), Wilson Roberto Fernandes (2003-2006), Sílvia Renata Gaido Cortopassi (2006-2012) e Sílvia Arruda Vasconcellos (a partir de 2013). A partir dessa época, presidiram como editor científico de um conselho editorial os profs. Maria Angélica Miglino (2002-2006), Leonardo José Richtzenhain (2006-2009), Helenice de Souza Spinosa (2010-2013), Solange Maria Gennari (2013-2016) e Marcos Veiga dos Santos (a partir de 2017).

O BJVRAS está indexado nas bases de dados: International System for Agriculture Science and Technology (AGRIS); Animal Breeding Abstracts; Commonwealth Agricultural Bureau (CAB); Dairy Science Abstracts; Helminthological Abstracts; Index Veterinarius; Lilacs; Nutrition Abstracts Reviews; Poultry Abstracts Review Medical Veterinary Mycology; Scopus; Veterinary Bulletin; Vetindex e Zoological Records e na Biblioteca Virtual em Medicina Veterinária (BVS-VET).

Além dessa publicação, a Biblioteca contou com outra, por certo período de tempo: as *Comunicações Científicas* da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo, que foram publicadas entre 1977 e 1994.

MUSEU DE ANATOMIA VETERINÁRIA PLÍNIO PINTO E SILVA E MUSEU HISTÓRICO DA FMVZ-USP

ANGELO JOÃO STOPIGLIA

Para uma unidade de ensino, pesquisa e extensão universitária, pertencente desde 1934 à USP, e que auxiliou, com o seu patrimônio humano, intelectual e material, a formação da Universidade de São Paulo, segundo as palavras acima expostas, nada melhor que essa unidade, para melhor consolidar e convalidar seu desiderato, conte com um Museu que mostre um pouco da rica história da FMVZ-USP. E, assim, conta oficialmente a Faculdade, na comemoração de seu primeiro centenário, não com um, mas com dois museus, para serem apresentados ao público em geral e a grupos interessados na nossa história.

O primeiro deles e mais antigo remonta à época das cátedras, tendo sido iniciado pelo professor catedrático Max de Barros Erhart, da disciplina de Anatomia Descritiva dos Animais Domésticos. Quando dos festejos de 85 anos do curso de Medicina Veterinária, em 2004, o ex-aluno Waldemar Baroni Santos, formado em 1939, professor adjunto aposentado da Unesp e doutor de estado pela Universidade de Reims, na França, com mais de 90 anos, lembrava-se de suas reminiscências da Escola, em discurso proferido em sessão solene:

ao nos recordar de nossos queridos professores que hoje gozam do celestial prêmio que lhes fora reservado, pela divina Providên-



cia, nas pessoas do dr. Max de Barros Erhart, que fora o primeiro Assistente do lendário Professor Alfonso Bovero, que se deliciava com a nossa presença, em suas magníficas aulas de Anatomia Comparada, na Faculdade de Medicina do Araçá e, posteriormente, operoso e segundo diretor desta Faculdade.

O prof. dr. Waldemar Baroni Santos, cuja capacidade intelectual era imensa em vários campos do conhecimento humano, e que a todos encantava com sua brilhante presença, faleceu aos 101 anos, sendo o ex-aluno mais idoso da Faculdade.

Todos os demais professores de Anatomia, em anos seguintes, e seus alunos de pós-graduação, tiveram um importante trabalho no preparo de peças para compor o acervo do Museu de Anatomia, bem como em sua conservação e ampliação do patrimônio exposto. Entre eles podem ser citados: aquele que dá nome ao museu, Plínio Pinto e Silva, além de Orlando Marques de Paiva, Antonio Fernandes Filho, Antonio Alberto D'Errico, Vicente Borelli e Irvênia Luiza de Santis Prada, entre outros.

O segundo Museu, chamado de Museu Histórico da FMVZ-USP, bem mais jovem, criado em 2004 – o que não significa, entretanto, que o seu acervo não disponha de peças e documentos antigos –, procura, hoje, crescer, em face do acervo disponível e sob a tutela do museólogo Maurício Candido da Silva, chefe da Seção Administrativa do Museu, e do prof. Francisco Javier Hernandez Blazquez, chefe da Seção Técnica do Museu.

Outros museus, não menos importantes em face do seu acervo rico, devem ser aqui comentados, como de Anatomia Patológica, do Departamento de Patologia da Faculdade, e o Museu de peças em madeira de membro locomotor de equídeos com ferraduras corretivas, localizado no Hospital de Equinos da faculdade, da época do prof. René Straunard.



Antigas instalações do Museu de Anatomia Veterinária na rua Pires da Mota, s.d. (Acervo FMVZ-USP).

Uma publicação de 1944 sobre a profissão do médico-veterinário, da Faculdade de Medicina Veterinária da USP, exhibe, em uma das fotografias, sob a qual se assinala “Anatomia dos Animais Domésticos”, algumas prateleiras confeccionadas em madeira de boa qualidade e envidraçadas desde o pé até a parte superior do móvel. Dentro desses móveis veem-se peças, geralmente ósseas, expostas, e que serviam para os docentes de Anatomia realizarem suas exposições durante as aulas práticas de Anatomia dos Animais Domésticos. De certo modo, poder-se-ia considerar tais estantes como um protótipo do futuro Museu que seria instalado inicialmente no barracão de número 5 e, posteriormente, no bloco 4 da antiga Microbiologia e Centro Acadêmico, para finalmente ir ao prédio hoje definido como Museu de Anatomia e laboratório de aulas práticas de Anatomia.

A denominação dada ao Museu de Anatomia Veterinária (MAV), com o nome de um professor de Anatomia da Faculdade, foi proposto pelo prof. dr. Vicente Borelli, à época, 1984, diretor da FMVZ-USP, denominando-o de Plínio Pinto e Silva.

O referido professor foi o primeiro a obter o título de livre-docente na Faculdade de Medicina Veterinária da USP, tendo ele se formado na Escola de Medicina Veterinária de São Paulo, em 1935, turma pródiga em constituir grande número de docentes, muitos dos quais chegando à condição de professores catedráticos, como Ernesto Antônio Matera, Sebastião Nicolau Piratininga. Mário D’Apice, além da professora assistente Virginie Buff D’Apice, entre outros. O prof. Plínio Pinto e Silva, após sua aposentadoria na Faculdade, dirigiu-se à cidade de Botucatu, onde continuou prestando serviços docentes na área de Anatomia dos Animais Domésticos durante anos, vindo a falecer com 95 anos.

O Museu de Anatomia iniciou a sua fase mais consistentes ainda nos barracões da travessa 4 da av. Luciano Martins Rodrigues, no bloco 5, o bloco da Anatomia, dividido em três terços, o primeiro ocupado pela sala dos professores, um banheiro feminino do Centro Acadêmico, outro terço albergando o Museu de Anatomia, onde foi necessário se fazer uma cavidade de 1,5 metro no piso para que o esqueleto de uma

Esqueleto de um cão do raça Pinscher-Dobermann. Acervo do Museu de Anatomia Veterinária Plínio Pinto e Silva.



Esqueleto de um rinoceronte. Acervo do Museu de Anatomia Veterinária Plínio Pinto e Silva.



girafa pudesse fazer parte do acervo do museu. O terço final do prédio continha o salão de aulas práticas e a dita sala das cubas, com as peças conservadas, ainda, em formol.

O segundo local, para onde foi transferido o acervo do Museu foi o bloco 4, do antigo prédio da Microbiologia do ICB. Com isto, praticamente todo o barracão foi ocupado pelo Museu, com anfiteatro para exposições para alunos de 2º grau, secretaria e ampliação significativa da coleção, proveniente de animais que viessem a óbito no Zoológico de São Paulo ou, mediante trabalho prático, de alunos de Pós-Graduação da disciplina de Técnicas Anatômicas, que tinham de preparar peças para o acervo do museu como prova de final do curso. O que chamava a atenção era um mural, pintado quase totalmente pelo prof. dr. Raphael Valentino Riccetti, auxiliado por outros docentes, como José Américo Bottino, com animais domésticos e silvestres em meio a rica arborização. A todos encantava o painel.

Hoje, em seu terceiro local, com mudança realizada em final dos anos de 1990 e início dos anos 2000, conta com mais de 2 mil peças em seu acervo, com informações que transcendem a Medicina Veterinária, fazendo uma exibição anatômica comparativa da escala zoológica. Pode ser visitado pelo público e conta com uma pequena loja de vendas de lembranças, como camisetas, canecas, lápis, marcadores de livros, pequenas esculturas feitas por índios guaranis, todos com motivos ligados aos animais expostos nos museus. O Museu é composto por órgãos e estruturas anatômicas corpóreas de diversos animais vertebrados, esqueletos, animais taxidermizados, conta, em exposição, com peças oriundas de peixes, anfíbios, répteis, aves e mamíferos. Entre os mamíferos estão expostos os aquáticos, voadores, marsupiais, carnívoros, roedores, equídeos, bovídeos, suídeos e primatas, incluindo o homem.

Cabe destacar que o Museu de Anatomia, inicialmente criado pelo trabalho de docentes e funcionários das disciplinas

de Anatomia Descritiva e Topográfica da Faculdade, sempre sob a direção de um dos professores do grupo anatômico, passa, a partir de 1984 a fazer parte do Regimento e do Organograma da Faculdade, como um órgão anexo, à semelhança da Biblioteca e do Hospital Veterinário, com uma hierarquia organizacional estabelecida. A profa. dra. Arani Nanci Bonfim Mariana foi a responsável pelo Museu nos anos de 2003 a 2005, e o prof. Pedro Primo Bombonato, o responsável pelas atividades do Museu entre os anos de 2006 e 2007. O prof. Pedro Bombonato redigiu, em 2004, um complexo regimento de funcionamento e atividades para o Museu de Anatomia, apresentando-o ao chefe de departamento de Cirurgia, cujo artigo 3º previa um conselho deliberativo, que, contudo, não prosperou em sua aprovação devido ao Museu ser um órgão intraunidade, portanto, sem autonomia de deliberações.

O MAV publica mensalmente o Destaque do Mês, produzido pelos monitores da entidade, por meio da seleção e descrição de um exemplar em exposição, disponibilizado nas publicações do *site* do Museu. O Museu da Faculdade obedece ao código de ética do Conselho Internacional dos Museus (ICOM), disponível na página eletrônica do Comitê Brasileiro do ICOM, no endereço www.icom.org.br. O Museu de Anatomia Veterinária da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de São Paulo, atualmente, disponibiliza imagens selecionadas de seu acervo, como arquivos de imagem digital, no Wikimedia Commons. Essa iniciativa é feita em parceria com o CEPID NeuroMat e o Grupo de Usuários Wikimedia no Brasil. Todas as imagens do Museu que estão disponíveis no Wikimedia Commons estão publicadas sob a seguinte licença livre: Creative Commons Attribution- Share Alike 4.0 International, de acordo com o seguinte template: https://commons.wikimedia.org/wiki/Template:MAV-FMVZ_USP-license. Um conjunto específico de imagens é selecionado para relicenciamento e, portanto, a licença Creative Commons



não se aplica ao site do Museu em si. O Museu é o único proprietário dos direitos exclusivos do autor de todas as imagens do Museu no Wikimedia Commons e concede a qualquer pessoa o direito de usar esse trabalho, mesmo em um produto comercial ou não, e para modificá-lo de acordo com as suas necessidades, desde que se respeitem os termos da licença e quaisquer outras leis aplicáveis. O detentor dos direitos autorais sempre mantém a propriedade dos direitos autorais, bem como o direito a ser atribuído em conformidade com a licença escolhida. Modificações que outros fazem ao trabalho não serão alegadas terem sido feitas pelo titular dos direitos autorais. O Museu não vai rescindir este acordo, e o conteúdo pode ou não ser mantido permanentemente em um projeto Wikipedia. Esse acordo não se limita à Wikipedia ou sites relacionados.

MUSEU HISTÓRICO DA FMVZ-USP

ANGELO JOÃO STOPIGLIA

Aqueles que frequentaram as últimas instalações em que esteve situada a Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP, quer passando muitos dias e horas em suas diferentes instalações, como na rua Pires da Mota, nos Barracões da travessa 4 da av. Lúcio Martins Rodrigues, e aqueles outros que nos últimos vinte anos usufruem das dependências definitivas, ou, então, folhearam livros e encartes da Faculdade, com imagens dos antigos e atuais prédios, poderão, sem sombra de dúvida, ficar encantados com o vasto patrimônio imaterial e material da FMVZ.

Para além de Atas, Portarias, Decretos, Relatórios, e demais papéis que fazem parte do cotidiano de um órgão público, resta esse material que, à época de seu uso, significava, provavelmente, a última palavra em recursos e, ainda hoje em

dia, mesmo em desuso, provoca admiração naqueles curiosos que o contemplam, mormente os mais jovens. Fica patente, também, que os instrumentos técnicos e científicos, dia a dia, ficam obsoletos em tempo bem mais curto do que, diga-se, 50 anos atrás. Imaginem um computador da década de 2000 ou um aparelho de anestesia volátil dos anos 1990 ou um microscópio eletrônico de 1980, enfim, em todas as áreas que se cogita pensar tais equipamentos envelhecem mais cedo do que nós mesmos.

Mas é importante lembrar que, durante muitas décadas, docentes ciosos, funcionários atentos e alunos com vocação para a história da Faculdade mantiveram, cada um deles, esses objetos em local seguro, para que não quebrassem, sumissem ou tivessem decretada sua pura e simples baixa patrimonial.

Desse modo, quando o prof. dr. Cássio Xavier de Mendonça Júnior assumiu a diretoria da Faculdade em 2003, constituiu Comissão Especial para tratar da criação do Museu Histórico da Faculdade. Por meio de Portaria, a referida Comissão foi formada por Angelo João Stopiglia, Silvio Arruda Vasconcellos, Idércio Luiz Sinhorini, Laudinor de Vuono, Ricardo de Albuquerque, Eduardo Harry Birgel Júnior e Graça Maria Ferreira Rodrigues Cauwett para secretariá-la.

A Comissão teve como primeira missão solicitar um espaço para que fosse instalado o Museu Histórico para exposições parciais do seu acervo, obtendo espaço de aproximadamente 70 metros quadrados, em área nobre junto à diretoria da Faculdade, enquanto eram feitas as obras de alvenaria. Resolvido esse problema, a Comissão se imbuíu de ir atrás de todo o material que poderia vir a servir de acervo para o Museu. Assim foi feito, com o resgate de fotos, documentos históricos, históricos escolares antigos, portarias, instrumentos de utilização em aulas práticas e em pesquisa. Desse modo, com bonitas

Inauguração do Museu Histórico. Discurso do pró-reitor de Cultura e Extensão Universitária da USP Adilson Avansi de Abreu. Wanderley Pereira de Araújo, presidente da CCEx, Cássio Xavier Mendonça Júnior, diretor da FMVZ-USP; e Angelo João Stopiglia, presidente da Comissão do Museu Histórico, dezembro de 2004. Arquivo FMVZ-USP.

Inauguração do Museu Histórico. Discurso do prof. Cássio Xavier de Mendonça Júnior na inauguração do Museu Histórico. Ao fundo, a profa. Suely Villela, à época pró-reitora de Pós-Graduação, e o funcionário Alexandre Ruiz, dezembro de 2004. Arquivo FMVZ-USP.

Livreto com
fotos entregue
aos visitantes do
Museu Histórico,
2004. Arquivo
FMVZ-USP.



MOLDE EM
MADEIRA DE
EXTREMIDADE
DISTAL DO
APARELHO DE
LOCOMOTOR DE
EQÜINOS COM
FERRADURA
CORRETIVA TALA
F - 1, DÉCADA
DE 40



MOLDE EM
MADEIRA DE
EXTREMIDADE
DISTAL DO
APARELHO DE
LOCOMOTOR DE
EQÜINOS COM
FERRADURA
CORRETIVA,
DÉCADA DE 40



BALANÇA
ANALÍTICA,
DÉCADA DE 50



CENTRÍFUGA,
DÉCADAS DE 40
E 50



APARELHO PARA
EXAME ELETRO-
CARDIOGRÁFI-
CO, DÉCADA DE
50



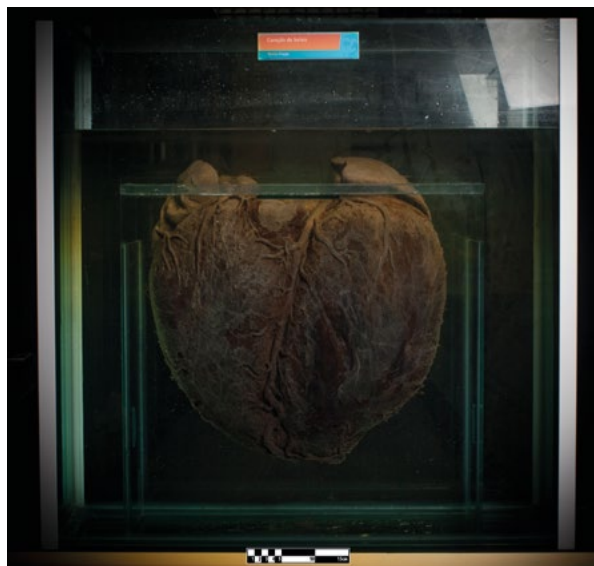
MOLDE EM
MADEIRA DE
EXTREMIDADE
DISTAL DO
APARELHO DE
LOCOMOTOR DE
EQÜINOS COM
FERRADURA
CORRETIVA TALA
B - 1, DÉCADA DE
40

mesas em vidro e com uma porta totalmente envidraçada, o Museu Histórico foi inaugurado no dia 15 de dezembro de 2004, com a presença do vice-reitor da USP, Hélio Nogueira da Cruz, do pró-reitor de Cultura e Extensão Universitária, Adilson Avansi de Abreu, da pró-reitora de Pós-Graduação, Suely Villela, que viria a ser a futura reitora, primeira mulher no cargo da USP, além do pró-reitor de Pesquisa, Luiz Nunes de Oliveira. O descerramento da placa de inauguração do Museu Histórico foi feito pelo pró-reitor de Cultura e Extensão Universitária da USP, Adilson Avansi de Abreu, e pelo prof. dr. Wanderley Pereira de Araújo, à época presidente da Comissão de Cultura e Extensão Universitária da FMVZ-USP.

Em 2013, o prof. Angelo João Stopiglia, o diretor da FMVZ-USP, prof. Enrico Lippi Ortolani, e o museólogo Maurício Candido da Silva solicitaram a organização de um banco de áudio e vídeos, constituído por narrativas de docentes e funcionários e imagens que permitiriam a consulta e o desenvolvimento de estudos históricos sobre a Faculdade, mediante projeto intitulado Preservação da Memória Institucional: Salvaguarda e Divulgação de Depoimentos da Comunidade Acadêmica, junto à pró-reitora de Cultura e Extensão Universitária. O projeto não foi concluído devido à falta dos recursos totais necessários. Se àquela época o projeto que previa a entrevista com cinquenta docentes aposentados contando a sua história, vivência e experiência da Faculdade, totalmente em vídeo, não pode ser concluído, o projeto em 2017 ganhou nova força, e, sob os auspícios da Comissão de Organização do Centenário do Curso de Medicina Veterinária, as entrevistas foram agendadas e acompanhadas pelo médico veterinário Durval Antonio Porto de Araújo, membro da diretoria da Associação dos Ex-Alunos da FMVZ-USP, e pela equipe de gravação e filmagem, que realizaram mais de 50 gravações.

Estudos atuais levados a efeito pelo projeto da diretoria preveem, para breve, a alocação do Museu Histórico em uma ala da atual Biblioteca, junto à entrada principal da Faculdade, facilitando o acesso do público, e em área maior para a exposição do acervo.

Apenas uma amostra do acervo do Museu Histórico é a coleção de membros locomotores de equinos, esculpidos em madeira e com ferraduras corretivas, cujo maior número delas encontra-se no Hospital de Equinos (Clínica de Equinos e de Cirurgia de Grandes Animais – VCM-VCI), em exposição. No livro *Virtuosa Missão*, de João Castanho Dias, à página 116, encontra-se sobre a coleção o seguinte: “Montadas em suporte de madeira as peças são raridade mundial de grande valor cultural como consideraram os Professores Ted. S. Stashak e Dean A. Hendrickson, da Colorado State University, e Jean Marie Denoix da École Nationale Vétérinaire d’Alfort”.



Coração de baleia-de-minke (baleia-anã) com os vasos coronarianos dissecados. Acervo do Museu de Anatomia Veterinária Plínio Pinto e Silva.

Dessa forma, a Faculdade dá mais um passo na busca de uma ampliação e da melhoria dos Museus para que possam ser unidos em um único espaço, aberto ao público, difundindo ensino, cultura e história.

Mas o projeto dos Museus da FMVZ-USP ainda não atingiu o seu objetivo, que é a construção de um prédio de quatro andares, cujo projeto executivo já está pronto, onde hoje está o Museu de Anatomia Veterinária (MAV). O térreo se destinará à sala de aula prática de Anatomia, o primeiro piso, às preparações das peças de exposição, seja do MAV, seja do Museu Histórico, o segundo piso, à exposição do MAV, o terceiro piso, à exposição do Museu Histórico e quarto piso, às salas de administração dos museus, anfiteatro e lanchonete, para atender a todos os visitantes interessados nesta área, especialmente os alunos das escolas do ensino fundamental e básico. O sonho continua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BIRGEL, E. H. A Pós-Graduação da Medicina Veterinária na Universidade de São Paulo: correspondência elucidativa. *Revista de Educação Continuada*, v. 7, n. 1/3 p. 83-87, 2004.
- GRUNERT, E.; BOVE, S.; STOPIGLIA, A. V. *Manual de obstetria veterinária*. Porto Alegre: Editora Sulina, 1967.
- LEFÈVRE, J. E. A. *De beco a avenida – A história da rua São Luiz*. São Paulo: Edusp, 2006.
- MARTINS, E. O. *Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo*. 2. ed. São Paulo: 1995.
- MATERA, E. A.; GRUNERT, E.; MIES FILHO, A. *Preleções sobre patologia da reprodução animal*. São Paulo: LPM, 1967.

- MOTOYAMA, S. (org.). *Construindo o futuro: 35 anos de Pós-Graduação da USP*. São Paulo: Parma, 2004.
- _____. (org.). *USP 70 anos: imagens de uma história vivida*. São Paulo. Edusp, 2006.
- REVISTA da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de São Paulo*, v. 8, n. 1-3, 1969-1971.
- SEMANA Histórico Cultural Alusiva aos 60 Anos da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, 1995, São Paulo. *Anais* [...]. São Paulo: USP-FMVZ, 1995.
- STOPIGLIA, A. V. História da medicina veterinária: evolução histórica da cirurgia veterinária em São Paulo. In: MATERA, E. A. *Lições de patologia cirúrgica geral*. São Paulo: FMVZ-USP, 1972. p. III-XVI.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia. *Catálogo: FMVZ 70 anos*. São Paulo, 2004.
- _____. Sistema Integrado de Bibliotecas. *Catálogo de teses: 1934-1984*. 2. ed. Série III. Ciências Biológicas. Parte II. São Paulo: SIBI, 1987.

Documentos originais da FMVZ-USP

- Designação do dr. Angelo Vincenzo Stopiglia para compor a Comissão que irá proceder aos estudos de regulamento de Pós-Graduação na FMV-USP. 11 set. 1964.
- Convite do Centro Cultural dos Instrutores e Assistentes da FMV-USP para que o Prof. dr. Angelo Vincenzo Stopiglia participe de uma reunião para esclarecimentos sobre o Anteprojeto de Regulamento de Pós-graduação e Doutorado da Faculdade. 15 mar. 1965.
- Designação do dr. Angelo Vincenzo Stopiglia para lecionar Reprodução nas espécies canina e felina no Curso de Pós-Graduação sobre Reprodução Animal. 23 jun. 1965.
- Edital de abertura de inscrições ao Curso de Pós-Graduação sobre Reprodução Animal. 14 jul. 1965.

8

CAPÍTULO 8

História do Centro Acadêmico da FMVZ-USP

José Antonio Visintin
Gláucio Pereira de Assis
Angelo João Stopiglia



OS CENTROS ACADÊMICOS REPRESENTATIVOS DOS ESTUDANTES DE VETERINÁRIA DO PIONEIRO CURSO DE MEDICINA VETERINÁRIA DE SÃO PAULO

No período de 1919 a 1928, que, realmente, corresponde à primeira fase do ensino superior de Medicina Veterinária no estado de São Paulo, o Centro Acadêmico sempre esteve integrado ao ritmo vacilante da vida da própria unidade de ensino superior e à agitação da situação política do estado e do Brasil.

No histórico da entidade, cinco foram os nomes do Centro Acadêmico dos Estudantes da FMVZ-USP e dos cursos antecessores:

- Centro Acadêmico Pereira Barreto;
- Centro Acadêmico Vital Brasil;
- Centro Acadêmico Medicina Veterinária;
- Centro Acadêmico IX de Julho;
- Centro Acadêmico Moacyr Rossi Nilsson.

PRIMEIRA FASE

O ano de 1919 marca os primórdios do ensino de Veterinária em São Paulo. O Instituto de Veterinária de São Paulo foi criado pela Lei n. 1.597-C, de 31 de dezembro de 1917, subordinado administrativamente à seção de Indústria Pastoral da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do

Estado, cabendo a orientação acadêmica e científica ao diretor do Instituto Butantan. Mas apenas iniciou suas atividades em 31 de junho de 1918 (mensagem – relatório de 1919) e, como não dispunha de instalações próprias, foi, provisoriamente, implantado nas dependências do Instituto Butantan, na cidade de São Paulo. Todavia, o ensino de Veterinária seria implantado em nosso estado um ano depois, pelo Decreto-Lei n. 1.695-C, de 18 de dezembro de 1919, reforçando a criação do Instituto de Veterinária que, durante praticamente um decênio, foi o centro de ensino superior de Medicina Veterinária no estado de São Paulo e do Centro Acadêmico, a associação representativa do corpo discente.

Portanto, será necessário reviver um pouco a sempre esquecida ou desprestigiada história da Veterinária em nosso estado, já que não houve participação de São Paulo na fase pioneira de instalações de cursos de Veterinária no Brasil (1910-1917). Merece destaque que o ensino de nossa profissão se iniciou em São Paulo com a denominação de Veterinária para ensinar na plenitude todas as funções atribuídas aos seus profissionais. O interesse e a necessidade dos estudantes do Instituto de Veterinária em se associarem e terem um órgão representativo seguramente nasceu com a implantação dessa unidade de ensino superior, que se responsabilizaria pela formação dos veterinários do estado de São Paulo. Assim, somos obrigados a considerar que o Grêmio dos Estudantes de Veterinária nasceu por iniciativa de um pequeno núcleo de estudantes, que era o corpo discente do Instituto de Veterinária de São Paulo. No

Nota:
O Capítulo 8, em grande parte, é um excerto de palestra do prof. dr. Eduardo Harry Birgel realizada na FMVZ-USP, em 31/10/2014, nos 95 anos de Ensino da Medicina Veterinária no Estado de São Paulo – “As Passagens do Ensino da Veterinária em S. Paulo”.



Reprodução da capa do jornal *Incitatus*, Órgão do Centro Acadêmico de Medicina Veterinária de 1934. Arquivo Eduardo Harry Birgel.

esclarecedor artigo “Centro Acadêmico de Medicina Veterinária: sua marcha de progresso – Da fundação aos nossos dias”, publicado no jornal estudantil, ressalta-se o dia 13 de setembro de 1920 como a data de fundação da agremiação (*Incitatus*, ano I, n. 2, 1934).

O primeiro presidente eleito do Centro Acadêmico Pereira Barreto no Instituto de Veterinária foi Alexandre de Mello, ingressante na primeira turma em 1920 e formado na primeira turma em 1922 do Instituto de Veterinária. Ainda, exerceu, em 1931, o cargo de diretor da Escola de Medicina Veterinária. Em setembro 1931, com a passagem da Escola para o Departamento da Produção Animal, tornar-se-ia seu subdiretor.

Quanto à denominação da instituição de ensino, vale lembrar que em 1919 criou-se em São Paulo o Instituto de Veterinária e, em 1929, passaria nossa profissão a ser ensinada em instituição denominada Escola de Medicina Veterinária de São Paulo.

Um aspecto que deve ser esclarecido relaciona-se à oportunidade e à precisão das denominações de entidades ou instituições. A designação Pereira Barreto refere-se ao ilustre brasileiro dr. Luiz Pereira Barreto, uma das mais significativas figuras do pensamento positivista nacional. Natural de Resende (RJ), viveu 83 anos, de 11 de janeiro de 1840 a 11 de janeiro de 1923, quando faleceu em São Paulo.

Como positivista integral, publicou importantes obras dentro dos conceitos dessa filosofia, sendo conveniente lembrar que as expressões do lema de nossa bandeira, “Ordem e Progresso”, fundamentaram-se no tríptico de Auguste Comte: “Amor como princípio; ordem como base e progresso como fim”.

Pereira Barreto, além de sua intensa atividade comercial e na agricultura, teve participação exemplar no exercício de sua profissão, como médico sanitário, e atuação brilhante na política do estado de São Paulo. Eleito em 1891, foi representante junto à Constituinte Estadual. Em homenagem ao seu grande mérito e prestígio, foi conduzido à presidência da

Assembleia Constituinte e, posteriormente, eleito presidente do Senado Estadual.

Em razão da profícua atividade do dr. Luiz Pereira Barreto nas áreas relacionadas à agricultura e à medicina, fez jus a inúmeras homenagens, todavia a primeira que recebeu foi a do Grêmio Acadêmico dos Estudantes de Veterinária do Instituto de Veterinária de São Paulo, quando, em sua homenagem, denominou-se a associação como Centro Acadêmico Pereira Barreto.

Em que pesem os méritos obtidos pelo dr. Luiz Pereira Barreto na agricultura, na medicina e na política, o mesmo sucesso não foi obtido em suas previsões e campanhas na área da pecuária. Em notícia veiculada na página da internet *Uberaba – História Fotografada*, destaca-se categoricamente:

O zebu sofreu no Brasil, por ocasião de sua introdução no país e de sua adaptação ao meio, uma dura e severa campanha. Dirigiu-a principalmente o ilustre sr. dr. Luís Pereira Barreto, homem de justo prestígio nos meios intelectuais e científicos de nossa pátria, médico, filósofo positivista e sociólogo.

Pois, por meio de várias formas de divulgação e em discursos ou conferências, levou ao extremo a luta contra o gado indiano. Ressaltava nessas oportunidades que o zebu não possuía valor econômico, pois sua carne era dura e, além do mais, não era gado leiteiro, pois sua produção de leite era insignificante, menor do que a das raças europeias. Um animal rude e selvagem, possuidor de carne almiscarada.

SEGUNDA FASE

Na evolução dos fatos, no transcorrer do ano de 1928, na gestão de Júlio Prestes de Albuquerque, 14º presidente do estado de São Paulo, por determinação do responsável pela Pasta da Agricultura, doutor Fernando Costa, foi reformulado o curso superior de Veterinária, agora ministrado em quatro anos sob a denominação de Escola de Medicina Veterinária de São Paulo. O virtualmente já extinto Centro Acadêmico foi reativado após assembleia realizada no Anfiteatro de Anatomia da Escola de Medicina Veterinária, em 10 de abril de 1928. Apesar disso, a comunidade estudantil houve por bem considerar como data de fundação do Centro Acadêmico dos Estudantes desse curso de Medicina Veterinária a data de 13 de setembro, justamente a data de criação do primeiro Centro Acadêmico, comemorando o dia 13 de setembro de 1920. Assim demonstra-se que o segundo Centro Acadêmico de Medicina Veterinária nada mais era do que uma continuação do primeiro Centro Acadêmico. Os dois cursos estavam vin-

culados da seguinte maneira: o de três anos oferecido pelo Instituto de Veterinária e o de quatro anos da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo.

Em artigo de 1934 do *Incitatus* (jornal dos estudantes de Medicina Veterinária) detalhando a marcha de progresso do Centro Acadêmico de Medicina Veterinária, afirma-se que circunstâncias prementes e dificuldades de toda ordem no início da gestão do Centro Acadêmico impediram o pleno desenvolvimento das atividades sociais e culturais da associação representativa do corpo discente do instituto, cujo número de estudantes diminuía, entre 1923 e 1927, ano a ano. Assim, tornava-se cada vez mais precária a caminhada do Centro Acadêmico Pereira Barreto, órgão representativo dos estudantes do Instituto de Veterinária. Na oportunidade, houve mudança na denominação do Centro Acadêmico, que passou a chamar-se Centro Acadêmico Vital Brazil.

Todavia, na revisão histórica dos fatos não se encontra real justificativa para a homenagem dos estudantes da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo ao dr. Vital Brazil. Talvez por essa razão o nome do Centro Acadêmico dos estudantes de Veterinária da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo já tinha passado por uma mudança de denominação, passando a se chamar Centro Acadêmico Medicina Veterinária.

TERCEIRA FASE

Em 14 de setembro de 1931, através do Decreto n. 5.194, a Escola de Medicina Veterinária de São Paulo passou a ser subordinada à Diretoria de Indústria Animal da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, passando a funcionar nas instalações da Diretoria de Indústria Animal.

O Centro Acadêmico acompanhou *pari passu* a evolução e crescimento do ensino de Medicina Veterinária no Estado de São Paulo, e já no escrutínio para a eleição de sua nova diretoria, realizada em 13 de setembro de 1930, iniciava-se, como considerou a comunidade acadêmica de então, a terceira fase do Centro Acadêmico, com o nome de Centro Acadêmico de Medicina Veterinária. Com essa denominação, chegaria à fase inicial dos estudantes de Veterinária do curso incorporado à Universidade de São Paulo.

QUARTA FASE

No momento da desincorporação da Escola de Medicina Veterinária, por ocasião da implantação da Universidade de São Paulo, a Medicina Veterinária tinha dois cursos em andamento no ano de 1935, formava-se a antepenúltima turma da antiga escola e iniciava-se o 1º ano da turma da Faculdade de

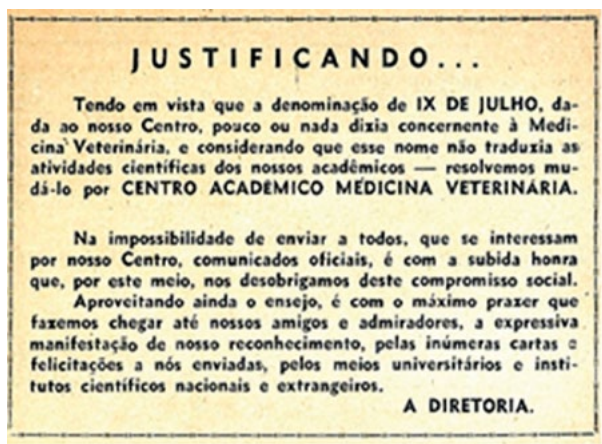
Medicina Veterinária da USP. Nos anos seguintes, duas turmas estudariam nas unidades de ensino de Veterinária em São Paulo, 1936 e 1937, respectivamente, o 2º e 3º anos dos estudantes da FMV-USP e a penúltima e última turma dos estudantes da antiga Escola de Medicina Veterinária de São Paulo.

As informações transcritas no *plaquette*, cuja segunda edição se deu em 1995, pelo prof. dr. Euclides Onofre Martins, relatava fatos históricos da FMV-USP. No Capítulo 5, destacou as atividades do Centro Acadêmico da FMV-USP. De maneira presunçosa, considerou que na oportunidade nasceria e seria implantado um novo Centro Acadêmico Estudantil. Segundo o prof. Euclides, em 12 de setembro de 1935, deixando de considerar os antecedentes que se referiam aos movimentos associativos dos antigos e pioneiros estudantes de Veterinária de nosso estado, e que por seu elã e sua dedicação às causas da profissão permaneceriam até agora, em discurso proferido na comemoração do 50º aniversário do Centro Acadêmico da Faculdade de Medicina Veterinária, considerando como existente apenas a fase de atividades na Universidade de São Paulo, assim se expressou o prof. dr. Euclides Onofre Martins, diretor da mencionada Faculdade:

No dia 12 de setembro de 1935, no velho casarão da Rua São Luiz, nº 79, no centro da cidade – hoje ali construído o Palácio da Saúde, onde funciona a Secretaria da Saúde do Estado, na sala das provas escritas da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de São Paulo, criada pelo Decreto nº 7.016 de 15 de março de 1935, reuniram-se os então alunos, hoje Veterinários, para discutir e aprovar os estatutos dessa agremiação, elaborados pela Comissão composta dos colegas Fausto Cardoso, José Maria Guimarães D’Eça, Arnaldo Costa e o que vos fala. Foi a nova agremiação batizada de “Centro Acadêmico IX de julho” porquanto existia o “Centro Acadêmico Medicina Veterinária” na Veterinária da Escola de Medicina Veterinária da Secretaria da Agricultura; essa em fase de extinção. Aprovados os estatutos, foram os mesmos encaminhados à direção da Faculdade para, de acordo com seu regulamento, serem submetidos à Congregação que os aceitou em Sessão de 15 de setembro do mesmo ano.

Segundo o ilustre professor, a instalação do Centro Acadêmico IX de Julho:

se fez em uma das salas do Prédio da Rua São Luiz, cedida pelo então Diretor da Faculdade, o Professor Doutor Altino Augusto de Azevedo Antunes, que também forneceu seus primeiros móveis e utensílios, além de obter por subscrição entre os poucos professores e assistentes, o numerário para suas primeiras e urgentes despesas.



Em 28 de setembro de 1935, realizou-se a eleição para preenchimentos dos cargos da primeira diretoria do Centro Acadêmico IX de Julho, sob a presidência do diretor da Faculdade de Medicina Veterinária da USP, que ficou assim constituída: Euclides Onofre Martins, presidente; Arnaldo Costa, vice-presidente; José Maria Guimarães D’Eça, primeiro secretário; Mário Panelli, segundo secretário; e Fausto Cardoso, tesoureiro.

Em 1937, ano da formatura da última turma da antiga Escola de Medicina Veterinária de São Paulo, a Faculdade da Universidade de São Paulo transferiu-se da rua São Luiz, n. 79, para a rua Pires da Mota, n. 159, no bairro da Aclimação. O prof. dr. Euclides Onofre Martins novamente ressaltou a positiva participação do diretor da Faculdade, afirmando que a diretoria da FMV destinara ao Centro Acadêmico IX de Julho um dos prédios que constituíam o *campus* da antiga Escola de Medicina Veterinária de São Paulo (na rua Pires da Mota) para instalação da administração do Centro Acadêmico, com um bar e restaurante para uso dos estudantes.

Segundo o ex-aluno Maurício Garcia, presidente do Centro Acadêmico em 1980-1981, a mudança de nome para Centro Acadêmico Medicina Veterinária ocorreu em 15 de abril de 1939, durante a gestão de José Maria D’Eça.

Na Assembleia Geral do dia 15 de abril discutiu-se a mudança do nome de “Centro Acadêmico IX de Julho” por este não ter nenhuma relação com a Medicina Veterinária. Foi proposto pelo presidente José Maria D’Eça, e defendido pelo diretor científico Omar J. M. Barbutto, o nome Centro Acadêmico Medicina Veterinária. A proposta única foi posta em votação e calorosamente apoiada.

Em 29 de abril de 1949, quando o presidente era o estudante Wallace Newton Scott, foi criada a Associação Atlética Acadêmica Medicina Veterinária (AAAMV).

Na década de 1950 houve uma reformulação da sede social do Centro Acadêmico, com a construção de um amplo vestiário. Já em 13 de março de 1951, na gestão do estudante Waldemar Moraes Barros, determinou-se que as cores símbolo do Centro Acadêmico seriam preto, vermelho e branco. A AAA Medicina Veterinária registrava anualmente na Federação Universitária Paulista de Esportes (FUPE) essa cor em seus uniformes, à semelhança das tradicionais e veneradas camisetadas das seleções paulistas de futebol, voleibol e bola ao cesto.

QUINTA FASE

Para completar a cizânia advinda com o Regime Militar de 31 de março de 1964 a 15 de março de 1985, obrigatoriamente os Centros Acadêmicos transformaram-se em Diretórios Acadêmicos, sendo supervisionados pela administração dos cursos. Na gestão do estudante Waldyr Gandolfi foi promulgada a Lei n. 4.464, de 9 de abril de 1964, dispoendo sobre os órgãos de representação dos estudantes e dando outras providências. A lei foi regulamentada pelo Decreto n. 5.624, de 4 de maio de 1965. Porém, somente em 1966, na gestão do estudante Márcio Rubens Graf Kuchembuk, é que foi criado o Diretório Acadêmico Medicina Veterinária.

É de se destacar que no período mais rígido do governo militar, nos anos de 1967-1968, eclodiu uma greve dos estudantes de Veterinária, ocorrida na FMV-USP, por melhores condições de ensino e, principalmente, pela mudança da Faculdade para Pirassununga. Em 1969, os estudantes da FMV-USP criaram e implantaram um Centro Acadêmico presidido pelo estudante Antonio Alves Ferreira, como uma entidade “alternativa” ao Diretório Acadêmico que era presidido pelo estudante Adilson Cresta.

No ano de 1969, a sede do Centro Acadêmico já estava em espaço próprio, na extremidade do barracão da disciplina de Terapêutica Clínica, na Cidade Universitária, conforme informação de José Antônio Jerez, presidente interino em 1971, do DA Medicina Veterinária.

Na gestão de Gláucio Pereira de Assis, iniciada em novembro de 1973, houve, em 1974, a recriação do Centro Acadêmico Medicina Veterinária (CAMV), com a extinção do Diretório Acadêmico, mantendo os Estatutos aprovados em 10 de outubro de 1944. Na oportunidade, a diretoria eleita do Centro Acadêmico foi obrigada a preencher ficha no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

Na época do regime militar vigente no Brasil, as universidades eram patrulhadas por militares, e mesmo a contratação de novos docentes tinha de receber o aval de um “adido militar”, adjunto ao Gabinete do Magnífico Reitor. Essa norma



Placa original existente no bloco provisório da disciplina de Terapêutica Clínica, onde estava instalado o Centro Acadêmico por ocasião do novo nome dado a agremiação estudantil, 2018. Arquivo Angelo Stopiglia.

vigorou longo tempo na Universidade de São Paulo, com reflexos no seu curso de Veterinária (pois, no auge do rígido regime, no final dos anos 1960, um estudante da FMV da USP era da diretoria da União Nacional dos Estudantes, UNE).

Em 1980, o Centro Acadêmico Medicina Veterinária era dirigido pela estudante Claudete Lee Mo, a primeira mulher a presidir a entidade. E mudou de denominação, passando a chamar-se Centro Acadêmico Moacyr Rossi Nilsson (21 de março de 1980). As influências do patrulhamento militar sobre a administração universitária foram a razão pela qual o Centro Acadêmico da FMVZ da USP recebeu a denominação de Moacyr Rossi Nilsson, homenageando o ilustre médico veterinário do Instituto Biológico (virologista especializado em raiva), que fora convidado para assumir a docência de uma disciplina do Departamento de Medicina Veterinária Preventiva e Saúde Animal (VPS). A contratação foi impugnada por razões políticas progressistas, de ordem familiar. Aparentemente, a opção pela mudança do nome do Centro Acadêmico foi

manifestação da revolta dos estudantes para se contraporem à decisão ditatorial do considerado “quarto poder da USP”, impedindo a designação de um excelente pesquisador para o exercício da docência no curso de Medicina Veterinária da USP. Diga-se de passagem que os estudantes pouco conheciam o dr. Moacyr Rossi Nilsson, pois o prof. dr. Eduardo Harry Birgel, frequentemente, os corrigia por escreverem o sobrenome do ilustre colega, apenas com um s, mesmo nos documentos oficiais do recém-nominado Centro Acadêmico.

Maurício Garcia, ex-presidente do CAMRN (1980-1981), descreve o histórico recente das entidades. Triste fato: em 1982, durante uma festa de encerramento de semestre, os livros-ata do Centro Acadêmico, alguns deles com mais de quarenta anos de existência à época e que tinham resistido inclusive à invasão da polícia em 1977, foram vandalizados e queimados, tendo sido salvo apenas um resumo, elaborado no ano anterior por Eliana Inglese, secretária da gestão 1980-1981 e que foi a referência histórica usada em muitas passagens desse texto.

A Associação dos Ex-Alunos (AEXA), em 1985, passou por uma nova reativação sob a presidência de Marcelo Pavone Pimont, sendo novamente reativada, em 1994, com o presidente José Felix Daud.

Nas décadas recentes, aconteceu em 2008 o primeiro “Encontro de Turmas”, promovido pelas direções das entidades FMVZ-USP, CAMRN e AEXA. A Associação dos Ex-Alunos ganhou novo fôlego com Maria Cecília Marcondes Veiga e Gláucio Pereira de Assis.

Nessa fase destaca-se também um expressivo aumento da presença feminina na presidência do Centro Acadêmico “Moacyr Rossi Nilsson”. Ao longo de todas as fases anteriores, foram apenas duas mulheres a ocupar esse cargo. Nessa fase, porém, metade das 22 pessoas que exerceram a função são mulheres, como Ana Paula Teixeira (1996), Érica Junqueira Carneiro (2003), Priscilla Machado Ferreira (2005), Maira Rezende Formenton (2006), Samantha Valadas (2007), Karoline Deliberali Lelis (2011), Maíra Morales Brito (2012), Karina Membribes Ferreira (2013), Barbara Furlan Tozzi (2014), Luna Mel D. G. Chaves Pinho (2016) e Lígia Rebeis (2018).

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BIRGEL, E. H. “As passagens do Ensino da Veterinária em S. Paulo! 95 anos de Ensino da Medicina Veterinária no Estado dos quais: 80 anos na Universidade de São Paulo”. Palestra: impresso, 24 p. 2014. Palestra proferida na FMVZ-USP em 31 de outubro de 2014.

9

CAPÍTULO 9

Presente e futuro da FMVZ-USP

José Antonio Visintin



Qual será a Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo no decorrer do século XXI e de seu bicentenário?

A FMVZ, desde os seus primórdios como Instituto de Veterinária, já nascera com a missão de pesquisar para solucionar os problemas, inicialmente, da saúde animal que afetavam o desenvolvimento do agronegócio paulista. Mas, a partir da metade do século XX, com a criação do Departamento de Zootecnia, a escola investiu em novas áreas do conhecimento, como nutrição, melhoramento animal e reprodução animal, associadas à prevenção de doenças. E o município de Pirassununga e a FMVZ, desde 4 de abril de 1936, estão integrados no desenvolvimento tecnológico e na formação de médicos veterinários de alto nível para alavancar o agronegócio, não só o paulista, mas o brasileiro. Esta relação veio se fortalecer a partir de 1957, quando o estado de São Paulo doou à FMVZ a fazenda pertencente à Escola de Prática de Agricultura (EPA), com área de 988 alqueires e uma infraestrutura invejável que incluía laticínio, frigorífico, fábrica de ração, alojamento para alunos, restaurante e, especialmente, todas as criações animais. A FMVZ é forte no ensino, na pesquisa e na extensão porque dispõe de todas as espécies animais para as suas atividades de ensino e de pesquisa.

O passar do tempo exigiu da FMVZ novos desafios. Consequentemente, foi necessário implementar novas estruturas e edificações, mas especialmente em relação ao corpo docente

e aos funcionários para atender as novas demandas, tanto no ensino como na pesquisa, assim como no atendimento de políticas públicas. Para atender a essas expectativas, a FMVZ sempre teve a preocupação de investir nos seus docentes e funcionários, possibilitando a participação em programas de aprimoramento de longa duração nos melhores centros de pesquisa no exterior para buscar novos horizontes de desenvolvimento tecnológico e científico, assim como formar grupos de pesquisa internacionais.

CURSO DE VETERINÁRIA EM NÍVEL DE GRADUAÇÃO

O currículo da FMVZ-USP é vivo e está sempre sofrendo modificações para atender ao aprendizado dos nossos alunos e, conseqüentemente, os interesses do estado de São Paulo e do Brasil.

Em 1919, o curso de veterinária do Instituto de Veterinária foi criado para atender aos interesses da pecuária paulista. Tinha um currículo de três anos e estava localizado dentro do Instituto Butantan.

Em 1924, o Instituto de Veterinária mudou-se para a rua Pires da Motta, 159, passando a se chamar Escola de Veterinária de São Paulo no final do ano de 1928. O currículo era oferecido em quatro anos e organizado em cátedras/cadeiras.

Em 1969, com a reforma universitária, as cátedras foram organizadas dentro dos recém-criados departamentos, coincidindo com o retorno da FMVZ-USP à Cidade Universitária



Placa alusiva ao início das aulas no ano do centenário da FMVZ-USP fixada na Galeria dos Formandos da faculdade.

Armando de Salles Oliveira, no Butantã. O currículo passou a ser oferecido em quatro anos e meio, e o número de ingressantes passou de 50 para 100 alunos.

Em 1988, o currículo era oferecido aos alunos em cinco anos. Diante dessa nova reorganização, o currículo foi reformulado entre 1999 e 2001, sofrendo uma importante redução de carga horária, permitindo maior tempo livre aos alunos para se dedicarem aos cursos extracurriculares, como estágios, mas sempre obedecendo às especializações das cátedras/cadeiras ou dos departamentos.

No entanto, durante a primeira década do século XXI, mais precisamente no segundo semestre de 2007, a comissão de graduação, presidida pelo prof. Enrico Lippi Ortolani, e a coordenação de Curso da FMVZ, presidida pelo prof. José Antonio Visintin, se empenharam em elaborar um currículo moderno que viesse ao encontro do aprendizado dos alunos, fugindo do agrupamento de especialidades oferecidas por departamentos.

Há uma articulação das aulas teóricas e práticas variando de 28% até 58%, dependendo do semestre letivo.

Os dados referentes ao transporte de alunos para atender às aulas práticas em nível de campo/unidades industriais nas disciplinas de graduação, realizadas no *campus* USP Fernando Costa ou outras localidades, objetivando orientar o aluno no

espaço externo às salas de aulas, proporcionando conhecimentos de pastagens, de manejo, de nutrição, clínico-cirúrgicos, de reprodução, de orientações profiláticas e enfermidades infecciosas e parasitárias (dados retirados do Sistema Corporativo USP Júpiter e Atena), podem ser avaliados, como exemplo, pela quilometragem percorrida durante os anos de 2012 a 2016:

- Ano de 2012: 32.550 km
- Ano de 2013: 33.394 km
- Ano de 2014: 33.008 km
- Ano de 2015: 20.710 km
- Ano de 2016: 20.672 km

Ainda, houve uma integração muito forte dos departamentos da FMVZ e dos institutos parceiros da FMVZ, que nos atendem desde 1969 com a reforma universitária, como o Instituto de Ciências Biomédicas (ICB), o Instituto de Biociências, (IB), o Instituto de Química (IQ) e o Instituto de Matemática e Estatística (IME), que, juntos, reduziram a carga horária, permitindo maior espaço livre para que os alunos participem de estágios, iniciação científica, organizações estudantis e curse disciplinas optativas de seu interesse de formação.

O atual currículo tem uma grande integração dos departamentos da FMVZ e dos institutos parceiros em todos os semestres e não em semestres fixos como antigamente. Os alunos cursam disciplinas obrigatórias que atingem em torno de 70% do currículo, restando ao aluno escolher o restante, entre as disciplinas optativas, para completar os 100% do seu currículo.

Mas um diferencial neste novo currículo foi que o quinto ano, ou seja, o nono e o décimo semestres, estão livres para os alunos completarem o seu currículo com disciplinas optativas e estágios, principalmente em empresas que exigem a presença dos estagiários por um período de um ano na forma *trainee*, para que nossos alunos possam ser pré-selecionados como futuros profissionais dessas empresas.

Este currículo, implantado em 2017, que se juntou à inauguração do novo Centro Didático e ao ingresso da turma de número 100 em 2019, representa um grande presente para a graduação de alto nível da FMVZ USP.

- Alunos formados entre 1922 e 2018: 4.407 alunos
- Alunos matriculados em 2019: 463 alunos

MATRIZ CURRICULAR DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS E OPTATIVAS IMPLANTADA EM 2017

Disciplinas curriculares obrigatórias

Disciplinas curriculares obrigatórias do 1º período

Código	Disciplina	Departamento	Carga horária
0101101	Introdução ao Estudo da Medicina Veterinária	CG-FMVZ	30
MAE0116	Noções de Estatística	IME	45
QBQ0116	Bioquímica: Estrutura de Biomoléculas e Metabolismo	QBQ-IQ	120
BMC0115	Biologia Celular, Tecidual I e do Desenvolvimento	BMC	105
BMB0127	Fisiologia I	BMB	105
VCI-1101	Anatomia Descritiva dos Animais Domésticos I	VCI	75

Disciplinas curriculares obrigatórias do 2º período

Código	Disciplina	Departamento	Carga horária
VPS1201	Métodos Quantitativos em Medicina Veterinária	VPS	45
BIO0225	Genética e Evolução	BIO	45
QBQ0126	Biologia Molecular	QBQ-IQ	60
BMC0121	Biologia Celular, Tecidual II e do Desenvolvimento	BMC	105
BMB0212	Fisiologia II	BMB	105
VCI1201	Anatomia Descritiva dos Animais Domésticos II	VCI	75

Disciplinas curriculares obrigatórias do 3º período

Código	Disciplina	Departamento	Carga horária
VPT2101	Patologia Geral	VPT	105
BMM0125	Microbiologia	BMM	120
BMP0222	Introdução à Parasitologia Veterinária	BMP	90
BMI0214	Imunologia	BMI	75
BMF0217	Farmacologia	BMF	90
VRA2101	Fisiologia da Reprodução	VRA-FMVZ	60

Disciplinas curriculares obrigatórias do 4º período

Código	Disciplina	Departamento	Carga horária
0102201	Deontologia em Medicina Veterinária	CG-FMVZ	30
VPT2201	Farmacologia Aplicada	VPT-FMVZ	45
VPT2202	Patologia animal	VPT-FMVZ	105
VPT2203	Animais de Laboratório	VPT-FMVZ	30
VRA2201	Biotecnologia da Reprodução	VRA-FMVZ	75
VPS2201	Higiene e Segurança Alimentar I	VPS-FMVZ	15
VPS2202	Epidemiologia	VPS-FMVZ	75

Disciplinas curriculares obrigatórias do 5º período

Código	Disciplina	Departamento	Carga horária
VNP3101	Tecnologia Produtos de Origem Animal	VNP-FMVZ	60
VNP3102	Produção de Aves	VNP-FMVZ	30
VNP3103	Produção de Suínos	VNP-FMVZ	30
VNP3104	Produção de Equinos	VNP-FMVZ	30
VNP3105	Nutrição Animal	VNP-FMVZ	45
VNP3106	Produção de Búfalos, Caprinos e Ovinos	VNP-FMVZ	30
VNP3107	Produção de Bovinos de Leite	VNP-FMVZ	30
VNP3108	Produção de Bovinos de Corte	VNP-FMVZ	30
VNP3109	Melhoramento Animal	VNP-FMVZ	30
VNP3110	Agrostologia	VNP-FMVZ	30
VNP3111	Sociologia e Extensão	VNP-FMVZ	30
VNP3112	Economia Aplicada	VNP-FMVZ	30
VNP3113	Nutrição e Criação de Cães e Gatos	VNP-FMVZ	30
VNP3114	Comportamento e Bem-Estar Animal	VNP-FMVZ	30

Disciplinas curriculares obrigatórias do 6º período

Código	Disciplina	Departamento	Carga horária
VPT3201	Ornitopatologia	VPT-FMVZ	45
VPS3201	Zoonoses	VPS-FMVZ	45
VPS3202	Doenças Parasitárias	VPS-FMVZ	75
VPS3203	Doenças Infecciosas	VPS-FMVZ	75
VPS3204	Sanidade em Suinocultura	VPS-FMVZ	30
VPS3205	Higiene e Segurança Alimentar II	VPS-FMVZ	15
VPS3206	Inspeção POA	VPS-FMVZ	60
VPS3207	Gerenciamento em Saúde Animal e Saúde Pública	VPS-FMVZ	30
VPS3208	Avaliação Científica de Bem-estar Animal	VPS-FMVZ	30
VRA3201	Manejo Reprodutivo em Animais Domésticos	VRA-FMVZ	30

Disciplinas curriculares obrigatórias do 7º período

Código	Disciplina	Departamento	Carga horária
VCM4101	Semiologia	VCM-FMVZ	75
VCM4102	Patologia Clínica	VCM-FMVZ	45
VCM4103	Patologia Médica	VCM-FMVZ	45
VCI4101	Anestesiologia e Técnicas de Terapia Intensiva no Paciente Cirúrgico	VCI-FMVZ	60
VCI4102	Anatomia Aplicada	VCI-FMVZ	75
VCI4103	Técnica Cirúrgica	VCI-FMVZ	75
VCI4104	Diagnóstico por Imagem I	VCI-FMVZ	15
VPT4101	Toxicologia	VPT-FMVZ	45

Disciplinas curriculares obrigatórias do 8º período

Código	Disciplina	Departamento	Carga horária
VCI4201	Clínica Cirúrgica de Grandes Animais	VCI-FMVZ	30
VCI4202	Clínica Cirúrgica de Pequenos Animais	VCI-FMVZ	60
VCI4203	Diagnóstico por Imagem II	VCI-FMVZ	45
VCM4201	Clínica Médica de Pequenos Animais	VCM-FMVZ	90
VCM4202	Clínica Médica de Ruminantes	VCM-FMVZ	90
VCM4203	Doenças Nutricionais e Metabólicas	VCM-FMVZ	75
VCM4204	Clínica Médica de Equídeos	VCM-FMVZ	45
VRA4201	Obstetrícia	VRA-FMVZ	75
VRA4202	Patologia Clínica da Reprodução	VRA-FMVZ	45

Disciplinas curriculares obrigatórias do 10º período

Código	Disciplina	Departamento	Carga horária
105201	Estágio Curricular Obrigatório	CG-FMVZ	480

Tabela 9.2 Disciplinas curriculares eletivas (9º período)

Código	Disciplina	Departamento	Carga horária
105101	Medicina de Cães e Gatos	CG-FMVZ	300
105102	Medicina Veterinária em Sistemas de Produção de Leite	CG-FMVZ	210
105103	Medicina Veterinária da Cadeia Produtiva da Carne	CG-FMVZ	240
105104	Medicina Veterinária de Animais Selvagens	CG-FMVZ	210
105105	Medicina Veterinária de Suínos	CG-FMVZ	240
105106	Tópicos Relacionados a Cadeia Produtiva de Aves Comerciais	CG-FMVZ	210
105107	Clínica e Cirurgia de Equinos	CG-FMVZ	210
105108	Medicina Veterinária na Criação de Equídeos	CG-FMVZ	210
105109	Estágio Supervisionado I	CG-FMVZ	210
105110	Estágio Supervisionado II	CG-FMVZ	210

RELAÇÃO DE CANDIDATOS POR VAGA NA FMVZ-USP DE 1996 A 2019

Evolução no número de inscritos para a carreira de Medicina Veterinária da fmvz-usp na Fuvest

Ano	Inscritos	Vagas	Relação candidatos/vaga
1996	2.388	80	29,85
1997	2.504	80	31,3
1998	2.358	80	29,48
1999	2.255	80	28,19
2000	2.547	80	31,84
2001	2.493	80	31,16
2002	2.391	80	29,65
2003	2.554	80	31,93

2004	2.401	80	30,01
2005	2.158	80	26,98
2006	2.415	80	30,19
2007	1.990	80	24,88
2008	1.803	80	22,54
2009	1.887	140	13,48
2010	1.975	140	14,11
2011	1.609	80	20,11
2012	1.546	80	19,33
2013	1.793	80	22,41
2014	2.346	80	29,33
2015	2.061	80	25,76
2016	2.396	72	33,28
2017	2.303	72	31,99
2018	2.582	64	40,34
2019	2.508	60	41,8

Fonte: Sistema Júpiter, Universidade de São Paulo. Sistema Júpiter (mar. 2019).

Nota: Nos anos de 2009 e 2010, esta média foi calculada junto com a demanda do Curso de Veterinária da Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos (FZEA-USP).

O curso de Graduação da FMVZ sempre foi classificado como 5 estrelas pelo Guia do Estudante. Durante a semana de recepção aos ingressantes, em agosto de 2009, recebeu o “Prêmio Melhor Semana Acadêmica”.

A qualidade da graduação e da pesquisa da FMVZ foram reconhecidas pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária, em 2018, que concedeu aos profs. Enrico Lippi Ortalani e Pietro Sampaio Baruseli o prêmio destaque, respectivamente, em Educação e Pesquisa.

INTERNACIONALIZAÇÃO DA GRADUAÇÃO

A FMVZ vem investindo fortemente desde o início do século XXI para atingir o máximo de eficiência, pois tanto a pesquisa quanto a pós-graduação já têm uma atuação internacional bem estabelecida desde meados do século XX.

E, para cuidar especialmente desta internacionalização, a FMVZ criou em 21 de maio de 2009 a Comissão de Cooperação Internacional (CCInt-FMVZ), que possui um Escritório de Cooperação Internacional responsável por todos os convênios internacionais e pelo acompanhamento e orientação de todos os alunos estrangeiros que integram a FMVZ.

A internacionalização do ensino superior é uma das diretrizes consideradas de extrema importância e relevância para o âmbito acadêmico e tem transformado o panorama

educacional do ensino superior mundialmente, seja por meio de programas de mobilidade estudantil, de docentes e funcionários, ou pelo estabelecimento de parcerias instituídas pela formalização de convênios, acordos de cooperação, consórcios e redes internacionais para fomento de intercâmbios.

Logo, facilitado pela eminência da globalização, o crescimento da internacionalização no âmbito acadêmico tem se tornado cada vez maior. O mesmo ocorre no que tange aos debates sobre os mecanismos de gestão utilizados para controle, expansão e aprimoramento desse processo, que abarca novos atores, novos propósitos, novos programas, novos regulamentos, novos riscos e novos desafios (Knight, 2012, p. 20).

Dessa forma, o papel da universidade, por meio de seus institutos e faculdades, se insere em um contexto global aberto a todos esses novos fatores que agregaram o processo de internacionalização. O multiculturalismo ou a diversidade cultural é um dos fatores principais.

O próprio conceito de “universidade” é permeado pela ideia de troca cultural e de conhecimento, sua característica *sui generis*, como explicitado pela professora Luciane Stallivieri (2002).

Como o próprio nome diz, *universitas*, a universidade constitui-se em um universo cultural, que abriga a universalidade e a multiplicidade de visões de mundo, posições filosóficas, tendências científicas e políticas, enfim, diferentes

modos de pensar dos seres humanos, oriundos de diferentes partes do planeta. Como espaço gerador de conhecimento, a universidade tem contribuído para as rápidas transformações tecnológicas, para a evolução dos meios de comunicação e para a velocidade com que circulam as informações, que têm aproximado os povos e têm feito com que as populações tenham acesso muito rápido e direto ao que está ocorrendo nos lugares mais longínquos do globo, gerando um acelerado processo de internacionalização.

Portanto, a universidade é naturalmente um ambiente no qual a multiplicidade cultural está presente e faz parte de sua estrutura e essência. Com a ampliação dos fatores que compõem o processo de internacionalização, sobretudo na atualidade, é responsabilidade da instituição a criação de mecanismos que possibilitem essa interação e integração cultural. De maneira organizada e otimizada, tais iniciativas viabilizam o acesso às interações entre diversos povos, trazendo benefícios para seus estudantes, instituições e para a comunidade que orbita esse universo.

Para tanto, de maneira a respaldar tais conceitos e diretrizes, bem como se adequando a essa tendência mundial, a Universidade de São Paulo criou em sua estrutura administrativa mecanismos de gestão e controle, como as Comissões de Cooperação Internacional (CCInt). A missão da CCInt da FMVZ-USP é fortalecer as relações internacionais da faculdade com os centros de referência na área de Medicina Veterinária, promovendo e divulgando sua produção científica no exterior. Como parte integrante da Assistência Técnica Acadêmica (ATAC), é responsável pela assessoria direta ao diretor, às chefias e às secretarias de departamentos e aos corpos docente e discente no que tange às práticas internacionais promovidas pela faculdade.

A criação da CCInt, em 21 de maio de 2009,¹ foi um marco na história da FMVZ-USP, ressaltando a importância e o fomento das atividades internacionais na unidade, bem como de seu controle e gestão. Como objetivos iniciais, foram estipulados:

- i. fortalecer as relações internacionais da Faculdade com centros de referência nas áreas de Medicina Veterinária;
- ii. promover e divulgar a produção da FMVZ-USP no exterior;
- iii. fortalecer a posição da unidade como centro nacional e internacional de referência em Medicina Veterinária;
- iv. estimular o intercâmbio internacional de docentes e discentes de graduação e pós-graduação.

1. Portaria FMVZ n. 36/2009, de 21 de maio de 2009, gestão do prof. dr. José Antonio Visintin.

Sua atuação inicial, de adequação às atividades já existentes, foi incitada e levada a outro patamar a partir do ano de 2011, tanto pelo preenchimento das funções supracitadas com a instauração de uma comissão composta por docentes titulares e suplentes, discente e funcionário técnico-administrativo exclusivo², como também pelo fomento da internacionalização pela USP de maneira mais incisiva e assertiva a partir desse período, pela criação da Agência USP de Cooperação Acadêmica Nacional e Internacional (Aucani), antiga Vice-Reitoria de Relações Internacionais (VRERI).

No decênio de 2009-2019, período no qual as atividades de internacionalização passaram a ser computadas, tendo-se em vista a criação de sistemas para gestão e controle de tais atividades pela USP, todas as iniciativas de internacionalização para as atividades-fim coordenadas e/ou assessoradas pela CCInt-FMVZ, bem como o seu impacto mais incisivo sobre o desempenho da faculdade, tornou a internacionalização uma das molas mestras da gestão, com pleno desenvolvimento nos últimos anos. Além do incentivo da diretoria, a CCInt-FMVZ atuou de maneira assertiva junto às Comissões Estatutárias, aos Departamentos e ao Hospital Veterinário (HOVET). Com isso, ocorreu um aumento significativo do número de intercambistas internacionais que realizaram estágios, que cursaram disciplinas ou que ingressaram na pós-graduação.

Como fruto dessas atividades, nos últimos anos a FMVZ-USP alcançou resultados expressivos nos principais *rankings* de avaliação de instituições de ensino superior internacionais, como é o caso do *QS University Rankings*, de 2015 a 2018, nos quais a FMVZ-USP figurou entre as 50 melhores do mundo no quesito *Veterinary Science*, além de se posicionar como a melhor instituição da América Latina. Saliente-se que, dentre os quesitos considerados para a classificação das instituições, os que valem maior pontuação são a reputação acadêmica universitária internacional, a produção científica docente e as atividades atinentes à internacionalização, qualitativas e quantitativas.

Para fazer uma análise quantitativa dos dados, foram utilizados os sistemas de gestão e controle de dados da internacionalização da USP, obtidos por meio do Sistema Mundus e do Sistema Mercúrio, para obtenção de dados precisos de atividades internacionais na FMVZ-USP como detalhado a seguir.

2. Portaria FMVZ n. 74/2011, de 11 de novembro de 2011, e Portaria FMVZ n. 13/2013, de 25 de março de 2013, ambas na gestão do prof. dr. Enrico Lippi Ortolani, e Portaria FMVZ n. 53/2015, de 5 de outubro de 2015, Portaria FMVZ n. 8/2017, de 20 de fevereiro de 2017, e Portaria FMVZ n. 26/2017, de 5 de junho de 2017, na gestão do prof. dr. José Antonio Visintin.

PARCERIAS INTERNACIONAIS

Como reflexo das parcerias e da reputação acadêmica internacional, bem como com o aumento de pesquisas conjuntas e intercâmbio docente e discente, a FMVZ formalizou um elevado número de convênios internacionais.

Além de Memorandos de Entendimento para Estágios Curriculares Internacionais de curta duração, a FMVZ-USP também passou a estabelecer, desde 2014, convênios acadêmicos para fins de dupla titulação de pós-graduação, mestrado e doutorado, com instituições internacionais parceiras, totalizando oito convênios, com dez alunos beneficiados, metade destes estrangeiros.

A listagem de parcerias foi obtida por meio dos Sistemas USP, como já mencionado, nos quais todos os convênios acadêmicos internacionais já estabelecidos pela FMVZ-USP foram tramitados. As parcerias contemplam cooperações acadêmicas que visem ao estabelecimento de projetos acadêmicos conjuntos, que permeiem desde desenvolvimento de pesquisas, publicações, até intercâmbios docentes, discentes e de servidores técnico-administrativos. Trata-se de 74 convênios, somados a 14 que estão em via de homologação em 2019, totalizando-se 88 convênios assim distribuídos:

- 42 são com instituições da Europa;
- 30 são com instituições da América Latina;
- 11 com instituições da América do Norte;
- 2 com instituições da Oceania;
- 2 com instituições da Ásia;
- 1 com instituições da África.

Destes, oito são convênios de dupla titulação de doutorado, afora os dois de duplo diploma de graduação que serão firmados em 2019, com a Universidad de Zaragoza, na Espanha, e a Universidade do Porto, em Portugal. Ou seja:

- 80 convênios acadêmicos internacionais;
- 8 convênios internacionais de dupla-titulação de doutorado;
- 2 convênios internacionais de duplo diploma de graduação, a serem aprovados.

Como fomento às parcerias internacionais e às possibilidades de intercâmbio do corpo discente, desde 2013 a FMVZ-USP tem trabalhado no projeto de estabelecimento de duplo diploma de graduação com duas instituições internacionais congêneres, o Instituto de Ciências Biomédicas “Abel Salazar”

da Universidade do Porto (ICBAS), Portugal e a Facultad de Veterinaria da Universidad de Zaragoza, Espanha.

Para tanto, foi instaurada uma comissão, presidida pelo dr. Enrico Lippi Ortolani, ex-diretor e embaixador da FMVZ-USP, e acrescida pela profa. dra. Denise Saretta Schwartz e profa. dra. Silvia Renata Gaido Cortopassi, presidente e vice-presidente da CCInt-FMVZ, pela profa. dra. Mayra Elena Ortiz D’Avila Assumpção, presidente da Graduação e pelo prof. dr. Rodrigo Martins, coordenador de curso, para analisar as matrizes curriculares de ambas as instituições e elaborar um plano de trabalho específico, composto por disciplinas de ambas as instituições, para cursos de duplo diploma em Medicina Veterinária para alunos das instituições parceiras.

Visitas às instituições parceiras foram realizadas pelos docentes, em 2013, 2016 e 2017, bem como a FMVZ-USP recebeu a visita das instituições espanhola e portuguesa, em 2014, 2016 e 2018, respectivamente, para negociação e estabelecimento de fluxos de intercâmbios e matrizes curriculares.

MOBILIDADES ESTUDANTIS INTERNACIONAIS

No que tange ao controle e gestão das mobilidades internacionais, tanto de alunos da FMVZ-USP como de alunos intercambistas, desde 2012, quando os dados passaram a ser computados, a FMVZ aumentou consideravelmente seu número de atividades internacionais, dentre as quais podem ser elencadas:

- i. mobilidades de curta duração (atividades curriculares para conclusão de curso);
- ii. intercâmbios sanduíches (para cursar disciplinas por um ou dois semestres acadêmicos);
- iii. dupla titulação de pós-graduação;
- iv. discentes internacionais regularmente matriculados, na graduação e pós-graduação.

ALUNOS DE GRADUAÇÃO DA FMVZ EM ATIVIDADES INTERNACIONAIS

A partir de 2012, o aumento do intercâmbio dos alunos da FMVZ-USP foi influenciado pela ampliação das parcerias internacionais, as quais isentaram os alunos brasileiros de taxas acadêmicas e de matrículas, bem como pelo oferecimento de bolsas de estudos pela USP e por órgãos de fomento nacionais e internacionais. Esses números refletem os intercâmbios realizados por meio de editais da USP, bem como por recursos financeiros próprios dos alunos da FMVZ-USP e programas governamentais como o programa Ciências sem Fronteiras e

parceria com o Emerging Leaders in the Americas Program (ELAP), do governo do Canadá, e o Linnaeus-Palme Program (LP), do governo da Suécia. O declínio do número de intercâmbios, a partir de 2016, é reflexo da crise financeira pela qual o Brasil está passando, resultando na redução dos incentivos financeiros oferecidos para essa atividade. No ano de 2017, a FMVZ-USP enviou ao exterior sete alunos de intercâmbio, utilizando recursos próprios, não dependendo de bolsas de estudo.

O principal destino dos estudantes são instituições parceiras localizadas nos Estados Unidos e na Europa, tanto de ensino como de pesquisa (zoológicos e centros de pesquisa).

ALUNOS INTERNACIONAIS EM INTERCÂMBIO NA FMVZ

Em relação ao intercâmbio de graduação, o número de alunos estrangeiros recebidos na FMVZ-USP vem sendo mantido ao longo dos anos. Esses alunos são oriundos, majoritariamente, de instituições latino-americanas, o que reforça a posição da FMVZ-USP nos *rankings* internacionais no âmbito regional, bem como de instituições participantes do University Global Partnership Network (UPGN), como a University of Surrey, Reino Unido e a North Carolina State University (NCU), Estados Unidos da América, das quais a FMVZ-USP recebe anualmente alunos para atividades na categoria *Summer/Winter courses*.

O principal atrativo da FMVZ USP para o estudante estrangeiro é a mobilidade de curta duração. Esses alunos vêm para a FMVZ USP para atividades de conclusão de curso, seja nos laboratórios em ambos os Campi USP, Capital e Fernando Costa, em Pirassununga, bem como para o HOVET.

Os mais de 400 alunos estrangeiros recebidos na FMVZ-USP de 2012 até 2018, na categoria mobilidade de curta duração e intercâmbio de graduação, desenvolveram atividades em todos os seis departamentos da FMVZ-USP: Clínica Médica, Cirurgia, Medicina Veterinária Preventiva e Saúde Animal, Nutrição e Produção Animal, Reprodução Animal e Patologia, bem como no HOVET.

MOBILIDADES INTERNACIONAIS DE GRADUAÇÃO NA FMVZ-USP

Acrescente-se, ainda, que nesses últimos cinco anos a FMVZ-USP recebeu dois alunos internacionais por meio do Programa PEC-G, do Ministério da Educação e do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, provenientes do Paraguai e de Honduras, para serem matriculados no curso de Medicina Veterinária dessa instituição. Além disso, a FMVZ-USP recebeu

quatro alunos estrangeiros que ingressaram aqui, via Fuvest, no curso de Medicina Veterinária.

MOBILIDADE DE DOCENTES E VISITAS INTERNACIONAIS

Da mesma forma que os alunos de graduação, os docentes da FMVZ também realizam atividades de ensino e de pesquisa em instituições parceiras internacionais, bem como participam de eventos científicos internacionais. As atividades contemplam desde visitas técnicas até reuniões para estabelecimento de convênios, palestras e apresentação de trabalhos em eventos científicos internacionais, todas devidamente registradas e aprovadas pela FMVZ. Foram registradas, no período de 2012 a 2017, 482 atividades internacionais.

Nesse mesmo período, a FMVZ-USP recebeu 73 delegações, provenientes de 23 países. Essas delegações foram recebidas pelo diretor, por representantes da CCInt ou pelos departamentos de áreas de interesse dos visitantes.

Dados qualitativos

Atividades de integração acadêmico-culturais são primordiais para o bom desempenho da internacionalização em instituições de ensino. Dessa forma, a CCInt-FMVZ, com base no iFriends, da Agência USP de Cooperação Acadêmica Nacional e Internacional (Aucani), vislumbrou a importância de criar um programa que visasse:

- i. aproximar geograficamente os alunos, estimulando a interação e o diálogo;
- ii. aproximar academicamente os alunos, tendo em vista a área de interesse comum, facilitando o diálogo e a criação de vínculos pela afinidade das rotinas acadêmicas diárias em sala de aula e grupos de estudos;
- iii. facilitar a discussão sobre o tema e o treinamento da comunidade local e USP no que tange aos assuntos pertinentes à internacionalização (dúvidas, instruções, etc.);
- iv. proporcionar um suporte mais preciso aos alunos internacionais, facilitando assim sua inserção na comunidade USP e na sociedade de maneira geral.

Para tanto, criou-se, em 2015, um mecanismo de auxílio à integração dos alunos da FMVZ-USP e dos alunos internacionais, tanto no âmbito cultural e social como também acadêmico, por meio da idealização do Programa VetFriends, organizado pela CCInt-FMVZ em parceria com o Centro Acadêmico Moacyr Rossi Nilsson (CAMRN), via Departamento de Cultura e Extensão.

O Programa VetFriends visa auxiliar o estudante oriundo de culturas diversas a adaptar-se à realidade encontrada ao deslocar-se de seu país de origem para realizar ou complementar sua formação em nossa universidade, minimizando o choque cultural e o surgimento de conflitos e dificuldades, tanto no âmbito pessoal quanto acadêmico/profissional.

Ademais, a equipe da CCInt-FMVZ, desde 2011, participou e coordenou atividades de integração acadêmico-culturais, a saber:

- I Fórum de Internacionalização: “Internacionalização da FMVZ USP, uma realidade”, em 2012, e II Fórum de Internacionalização: “FMVZ: objetivos alcançados e desafios futuros”, em 2015;
- Palestras anuais sobre interculturalismo para os futuros intercambistas da FMVZ-USP;
- Reuniões semestrais com os alunos intercambistas da FMVZ-USP;
- Congresso das Américas para Educação Internacional (CAEI), no Rio de Janeiro, em 2012;
- 1º Encontro de Gestão de Relações Internacionais (GERINT), em 2011, e do 2º GERINT, em 2013, promovidos pela Aucani;
- Criação de logomarca da CCInt-FMVZ, utilizada em materiais institucionais;
- Encontros anuais da University Global Partnership Network (UGPN);
- Criação do *website* da CCInt-FMVZ (<http://ccint.fmvz.usp.br/pt/>), nas versões português, inglês e espanhol;
- Projeto de criação do “Guia do Estrangeiro” da FMVZ-USP, versão eletrônica, trilingue;
- Elaboração de editais internos e de processos seletivos para vários programas de intercâmbios;
- Eventos de Integração de Alunos Internacionais da USP, promovido pela Aucani, em 2016 e 2017;
- Programa VetFriends que visa à integração e acolhimento aos alunos estrangeiros, em parceria com o Centro Acadêmico Moacyr Rossi Nilsson (CAMRN);
- Sediou o evento Society of Intercultural Education, Training e Research (SIETAR), Brasil, intitulado “Liderança Intercultural: construindo valor com as diferenças”, realizado nos dias 13 e 14 de setembro de 2018, contando com a presença de pesquisadores internacionais renomados em Relações Internacionais;
- Participação dos funcionários da CCInt-FMVZ, no curso “Capacitação em Negociações Internacionais”, oferecido pelo Centro de Estudos das Negociações Internacionais – Caeni-USP;

- Parceria com o Giro Cultural para oferecimento de *tours* com os alunos participantes do Programa VetFriends na “USP e São Paulo modernista”;
- Parceria com a Biblioteca da FMVZ-USP no oferecimento de treinamento sobre pesquisa e bancos de dados da USP aos alunos intercambistas.

RANKINGS INTERNACIONAIS

Deve ser destacado aqui também o *QS World University Ranking*. A *Quacquarelli Symonds* (QS) é uma organização internacional (Reino Unido) de pesquisa em educação, especializada em instituições de ensino superior, que publica desde 2004 um *ranking* das melhores universidades do mundo. A USP foi classificada em 121º lugar pelo *ranking* divulgado no dia 7 de junho de 2017 (<https://www.topuniversities.com/universities/universidade-des%C3%A3o-paulo#sub>), ficando em primeiro lugar na América Latina. Considerando que existem aproximadamente 26 mil universidades no mundo, esse resultado coloca a USP no grupo formado por 1% das melhores instituições. Foram classificadas 22 instituições brasileiras, sendo que em segundo lugar está posicionada a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), na 182ª posição, seguida da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na 311ª.

Esse *ranking* já avaliou mais de 4 mil universidades do mundo e classificou as 959 melhores, de acordo com seis indicadores: reputação acadêmica, reputação entre empregadores, proporção de professor para estudante, citações científicas, número de estudantes estrangeiros e corpo docente internacional. Em dois desses indicadores, o desempenho da USP se destaca. No quesito “reputação acadêmica”, que avalia a importância que a comunidade acadêmica global dá para o ensino, a pesquisa e o ambiente acadêmico de cada instituição, a USP atingiu a 42ª maior pontuação; já em “reputação entre empregadores”, que reflete a opinião dos empregadores sobre a qualidade da formação profissional oferecida, a USP ficou na 61ª posição.

Além do *ranking* geral divulgado em junho de 2017, a USP também se sobressai nos *rankings* específicos da instituição. Assim, no *QS World University Rankings by subject*, a USP ficou entre as melhores universidades do mundo em 42 das 46 áreas de concentração avaliadas; em nove áreas, ela ficou entre as 50 melhores do mundo: Odontologia (18ª posição); Engenharia de Minas e Minas (25ª); Ciências da Atividade Física e Esportes (31ª); Arquitetura (35ª); Agricultura e Silvicultura (35ª); Ciência Veterinária (38ª); Arte e Design (42ª); Antropologia (42ª) e Direito (50ª).

A FMVZ-USP, no ano de 2015, ocupava o 36º lugar e, nos anos de 2016 e 2017, o 38º lugar. Numa escala de 0 a 100, a FMVZ-USP recebeu 77,0 na pontuação geral, 75,4 na reputação acadêmica, 74,5 nas citações por trabalho, 87,3 na reputação entre empregadores e 77,7 nas citações do índice H. Esses dados mostram claramente a excelência do ensino e pesquisa oferecidos pela FMVZ-USP e seu reconhecimento no meio acadêmico e no mercado de trabalho. No tocante à reputação junto aos empregadores, a FMVZ-USP obteve nota 87,3, superior à emitida para a USP como um todo (76,6) e superior à primeira colocada, a University of California, Davis (84,3).

Para melhor caracterizar essa internacionalização, a tabela abaixo exhibe uma listagem das instituições estrangeiras conveniadas com a FMVZ-USP, tanto convênios vigentes quanto aqueles já vencidos, obtida por meio dos Sistemas USP, nos quais todos os convênios acadêmicos internacionais já estabelecidos pela FMVZ-USP foram tramitados. As parcerias contemplam cooperações acadêmicas que visem ao estabelecimento de projetos acadêmicos conjuntos e que permeiem desde o desenvolvimento de pesquisas, publicações, até intercâmbios de docentes, de discentes e de servidores técnico-administrativos.

Convênios firmados – FMVZ-USP e instituições internacionais

Nome da Instituição/Processo/Objeto	Coordenador	Início	Término
1. College of Bioresources Sciences, Nihon University, Japão. (Doc. 20064 – Processo nº 09.1.1439.10.3) Objeto: Cooperação acadêmica para fins de intercâmbio de estudantes, docentes e pesquisadores.	VPS: Fumio H. Ito Nihon: Tatsuki Tokuyama	18/11/2009	17/12/2014
2. Facoltà di Medicina Veterinária, Università degli Studi di Padova, Itália. (Doc. 18050 – Processo nº 08.1.02003.10.3) Objeto: Cooperação acadêmica para fins de intercâmbio de docentes, estudantes, pesquisadores e membro da equipe técnico-administrativa.	VPS: José S. Ferreira Neto Padova:	15/05/2009	14/05/2014
3. University of Veterinary Medicine, Áustria. (Doc. 19810) processo originado pelo Instituto de Psicologia, que é participe neste convênio. Objeto: Cooperação acadêmica para fins de intercâmbio de docentes, estudantes, pesquisadores e membro da equipe técnico-administrativa.	VRA: Marcelo Alcindo B.Vaz Guimarães; IB: Maria Inês A.Fernandes; UVM: Rupert Palme	30/09/2009	29/09/2014
4. L'Institut National Polytechnique École Nationale Veterinaire de Toulouse, França. (Doc. 23902 – Processo nº 10.1.2183.10.4) Objeto: Cooperação acadêmica para fins de intercâmbio de docentes, estudantes, pesquisadores e membro da equipe técnico-administrativa.	VCM: Lilian Gregory França: Pr. Pierre Sans	08/10/2010	07/10/2014
5. Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar da Universidade do Porto, Portugal. (Doc. 23961 – Processo nº 10.1.02239.10.0) Objeto: Cooperação acadêmica para fins de intercâmbio de docentes, estudantes, pesquisadores e membro da equipe técnico-administrativa.	VPT: Silvana Lima Gorniak UP: Paula Cristina G.F. Proença	18/11/2010	17/11/2015
6. Instituto Zooprofilático Sperimentale dell'Abruzzo e Del Molise "G.Caporale", Itália. (Doc. 24242 – Processo nº 10.1.02527.10.5) Objeto: Cooperação acadêmica para fins de intercâmbio cultural, a aprendizagem de metodologias laboratoriais, a informação e a formação também através de frequência nas duas instituições de docentes/pesquisadores, alunos de pós-graduação e equipe técnico-administrativa.	VPS: José Soares Ferreira Neto IZSGC: Carlo Turilli	18/11/2010	17/11/2013

7. Faculty of Veterinary Medicine da Utrecht University, Institute for Risk Assessment Sciences, Utrecht, Holanda (UU/IRAS). (Doc. 24963 – Processo nº 11.1.360.10.1) Objeto: Cooperação acadêmica nas áreas de medicina veterinária para fins de intercâmbio de estudantes de graduação.	VPS: Solange Maria Gennari UU/IRAS: L.J.A. Lipman	24/2/11	23/2/16
8. Fédération Française des Associations de Chiens Guides D'Aveugles, França. (Doc. 23579 – Processo nº 10.1.1945.10.8) Objeto: Termo de Cooperação para implantação de um projeto de Centro de Estudos do Cão Guia do Estado de São Paulo e formação de instrutores e de cães guias para deficientes visuais.	VCI: Denise Tabacchi Fantoni F.F.A.C.: M.Paul Charles	18/02/2011	17/02/2016
9. Universidad CES, Colômbia. (Doc. 24899 – Processo nº 11.1.359.10.9) Objeto: Cooperação acadêmica para fins de intercâmbio de docentes, estudantes, pesquisadores e membro da equipe técnico-administrativa.	VCM: Enrico L. Ortolani CES: Santiago Henao	02/03/2011	01/03/2016
10. Facultad de Veterinaria y Zootecnia (FAVEZ-UPCH), Peru. (Doc. 26659 – Processo nº 11.1.1766.10.7) Objeto: Cooperação acadêmica para fins de intercâmbio de docentes, estudantes, pesquisadores e membro da equipe técnico-administrativa.	VRA: José A. Visitin FAVEZ: Fabiola León Velarde Servetto	17/08/2011	16/08/2016
11. Universidad de La Salle, Colômbia. (Doc. 27463 – Processo nº 11.1.2227.10.2) Objeto: Cooperação acadêmica para fins de intercâmbio de docentes, estudantes, pesquisadores e membro da equipe técnico-administrativa.	VPT: Eliana Reiko Matushima UNISALLE: Carlos Gómez Restrepo	29/09/2011	28/09/2016
12. Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha. (Doc. 27874 – Processo nº 11.1.2528.10.2) Objeto: Cooperação acadêmica para fins de intercâmbio de estudantes de graduação.	VPT: Eliana Reiko Matushima UAB: Anna Andaluz Martínez	11/04/2012	10/04/2016
13. Fundación Universitaria San Martín, Colômbia. (Doc. 28331 – Processo nº 12.1.465.10.4) Objeto: Cooperação acadêmica para fins de intercâmbio de docentes, estudantes de graduação, estudantes de pós-graduação, pesquisadores e membros da equipe técnico-administrativa.	VCM: Denise Saretta Schwartz FUSM: Patrícia Bernal	14/03/2012	13/03/2017
14. Virginia-Maryland Regional College of Veterinary Medicine, Estados Unidos. (Doc. 29060 – Processo nº 12.1.1002.10.8) Objeto: Cooperação acadêmica para fins de intercâmbio de docentes, estudantes de graduação, estudantes de pós-graduação, pesquisadores e membros da equipe técnico-administrativa.	VCM: Denise Saretta Schwartz VMCVM: Jacquelyn Pelzer	02/07/2012	01/07/2017
15. Universidad de Zaragoza, Espanha. (Doc. 28739 – Processo nº 12.1.773.10.0) Objeto: Cooperação acadêmica para fins de intercâmbio de estudantes de graduação.	VCM: Denise Saretta Schwartz Zaragoza: Pilar Zaragoza	05/09/2012	04/09/2017
16. Department of Biomedical Sciences and Veterinary Public Health of the Swedish University of Agricultural Sciences Uppsala, Suécia. (Doc. 29072 – Processo nº 12.1.1006.10.3) Objeto: Cooperação acadêmica para fins de intercâmbio de docentes, estudantes de graduação, estudantes de pós-graduação, pesquisadores e membros da equipe técnico-administrativa.	VCM: Enrico Lippi Ortolani UPPSALA: Leif Norrgren	13/07/2012	12/07/2017

17. Universidad de Ciencias Aplicadas y Ambientales (UDCA), Colômbia. (Doc. 29071 – Processo nº 12.1.1005.10.7) Objeto: Cooperação acadêmica para fins de intercâmbio de docentes, estudantes de graduação, estudantes de pós-graduação, pesquisadores e membros da equipe técnico-administrativa.	VCM: Denise Saretta Schwartz UDCA: Departamento de Relaciones Internacionales	01/11/2012	31/10/2017
18. The World Organisation for Animal Health, França. (Doc. 29820 – Processo nº 12.1.1004.10.0) Objeto: Cooperação acadêmica para fins de intercâmbio de docentes, estudantes de graduação, estudantes de pós-graduação, pesquisadores e membros da equipe técnico-administrativa.	VCM: Denise Saretta Schwartz OIE: Departamento Científico e Técnico	02/01/2013	01/01/2018
19. Department of Biomedical Sciences and veterinary Public Health of the Swedish University of Agricultural Sciences Uppsala, Suécia. Programa Linnaeus-Palme. (Doc.30998 – Processo nº 12.1.2580.10.5) Objeto: Cooperação acadêmica para fins de intercâmbio de docentes, estudantes de graduação, estudantes de pós-graduação e pesquisadores, por meio do Programa Linnaeus-Palme.	VCM: Paulo Eduardo Brandão Uppsala: Linnaeus-Palme UPPSALA	18/01/2013	17/01/2014
20. University of Saskatchewan (Canadá) (Doc. 29956 – Processo nº 12.1.1640.10.4) Objeto: Cooperação acadêmica para fins de intercâmbio estudantes de graduação e estudantes de pós-graduação.	VCM: Denise Saretta Schwartz UofS: Penny Skilnik	04/03/2013	03/03/2018
21. Division of Endocrinology, Diabetes and Metabolism, University of Miami Miller School of Medicine, Estados Unidos. (Doc. 31661 – Processo nº 13.1.680.10.3) Objeto: Objeto: Cooperação acadêmica para fins de intercâmbio de docentes, estudantes de graduação, estudantes de pós-graduação e pesquisadores, por meio do Programa Linnaeus-Palme.	VCM: Denise Saretta Schwartz Miami: Antonio C. Bianco	09/04/2013	08/04/2018
22. Universidad de Magallanes, Chile. (Doc. 31662 – Processo nº 3.1.682.10.6) Cooperação acadêmica para fins de intercâmbio de docentes, estudantes de graduação, estudantes de pós-graduação, pesquisadores e membros da equipe técnico-administrativa.	VCM: Denise Saretta Schwartz Magallanes: Pedro Cuadra Burgueño	30/04/2013	29/04/2018
23. Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, Espanha. (Doc. 31824 – Processo nº 3.1.842.10.3) Cooperação acadêmica para fins de intercâmbio de docentes, estudantes de graduação, estudantes de pós-graduação, pesquisadores e membros da equipe técnico-administrativa.	VPT: José Luiz Catão Palmas: Antonio Jesús Fernández Rodríguez	25/06/2013	24/06/2018
24. Universidad de La Frontera, Chile. (Doc. 32253 – Processo nº 13.1.1035.10.4) Cooperação acadêmica para fins de intercâmbio de docentes, estudantes de graduação, estudantes de pós-graduação, pesquisadores e membros da equipe técnico-administrativa.	VCM: Denise Saretta Schwartz Frontera: Néstor Sepulveda	03/07/2013	02/07/2013
25. Vrije Universiteit Brussel, Bélgica. (Doc. 32254 – Processo nº 13.1.1035.10.4) Cooperação acadêmica para fins de intercâmbio de docentes, estudantes de graduação, estudantes de pós-graduação, pesquisadores e membros da equipe técnico-administrativa.	VCM: Denise Saretta Schwartz VUB: Mathieu Vinken	26/07/2013	25/07/2018

26. Universidad de Talca, Chile. (Doc. 31660 – Processo nº 13.1.843.10.0) Cooperação acadêmica para fins de intercâmbio de docentes, estudantes de graduação, estudantes de pós-graduação, pesquisadores e membros da equipe técnico-administrativa.	VCM: Denise Saretta Schwartz Talca: Dirección de Relaciones Internacionales	03/09/2013	02/09/2018
27. Fundación Temaiken, Argentina. (Doc. 31982 – Processo nº 13.1.843.10.0) Cooperação acadêmica para fins de intercâmbio de docentes, estudantes de graduação, estudantes de pós-graduação, pesquisadores e membros da equipe técnico-administrativa.	VCM: Denise Saretta Schwartz Marino: Gustavo Gachen	23/07/2013	22/07/2018
28. Fundación Mundo Marino, Argentina. (Doc. 32250 – Processo nº 13.1.1037.10.7) Cooperação acadêmica para fins de intercâmbio de docentes, estudantes de graduação, estudantes de pós-graduação, pesquisadores e membros da equipe técnico-administrativa.	VCM: Denise Saretta Schwartz Marino: Julio D. Loureiro	27/09/2013	26/09/2018
29. Universidad Nacional de Colombia, Colômbia. (Doc. 32252 – Processo nº 13.1.1036.10.0) Cooperação acadêmica para fins de intercâmbio de docentes, estudantes de graduação, estudantes de pós-graduação, pesquisadores e membros da equipe técnico-administrativa.	VCM: Denise Saretta Schwartz UNAL: Jorge Luis Zambrano Varón	18/07/2013	17/07/2018
30. Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro, Portugal. (Doc. 32859 – Processo nº 13.1.1390.10.9) Cooperação acadêmica para fins de intercâmbio de docentes, estudantes de graduação, estudantes de pós-graduação, pesquisadores e membros da equipe técnico-administrativa.	VCM: Denise Saretta Schwartz Alto Douro: António Silva	15/08/2013	14/08/2018
31. Universidad de Castilla La-Mancha, Espanha. (Doc. 31822 – Processo nº 13.1.845.10.2) Cooperação acadêmica para fins de intercâmbio de docentes, estudantes de graduação, estudantes de pós-graduação, pesquisadores e membros da equipe técnico-administrativa.	VCM: Denise Saretta Schwartz UCLM: Cristian Gortazar	19/12/2013	18/12/2018
32. Facoltà di Medicina Veterinária – Università degli Studi di Padova, Itália. (Doc.33500 – Processo nº 13.1.1779.10.3) Cooperação acadêmica nas áreas de medicina veterinária, a fim de promover o intercâmbio de docentes/pesquisadores, estudantes e membros da equipe técnico-administrativa das respectivas instituições.	VCM: José Soares Padova: Marco Martini	29/01/2014	28/01/2019
33. VetAgro Sup – Université de Lyon, França. (Doc. 31821 – Processo nº 13.1.844.10.6) Cooperação acadêmica nas áreas de medicina veterinária, a fim de promover o intercâmbio de docentes/pesquisadores, estudantes e membros da equipe técnico-administrativa das respectivas instituições.	VCM: Denise Saretta Schwartz	09/09/2013	08/09/2018
34. Università di Bari, Itália. (Doc. 31823 – Processo nº 2013.5.682.1.4) Cooperação acadêmica nas áreas de medicina veterinária, a fim de promover o intercâmbio de docentes/pesquisadores, estudantes e membros da equipe técnico-administrativa das respectivas instituições.	VCM: Denise Saretta Schwartz Bari: Nicola Decaro	31/10/2013	29/10/2018

35. Vitebsk State Academy of Veterinary Medicine, Bielorrússia. (Doc. 34921 – Processo nº 14.1.530.10.2) Cooperação acadêmica nas áreas de medicina veterinária, a fim de promover o intercâmbio de docentes/pesquisadores, estudantes e membros da equipe técnico-administrativa das respectivas instituições.	VCM: Denise Saretta Schwartz	24/04/2014	23/04/2019
36. Universidad de Pamplona, Colômbia. (Doc. 33682 – Processo nº 2013.1.1805.10.4) Cooperação acadêmica nas áreas de medicina veterinária, a fim de promover o intercâmbio de docentes/pesquisadores, estudantes e membros da equipe técnico-administrativa das respectivas instituições.	VCM: Denise Saretta Schwartz	27/02/2014	26/02/2019
37. Faculty of Health and Medical Science, University of Copenhagen, Dinamarca. (Doc. 34923 – Processo nº 14.1.531.10.9) Cooperação acadêmica nas áreas de medicina veterinária, a fim de promover o intercâmbio de docentes/pesquisadores, estudantes e membros da equipe técnico-administrativa das respectivas instituições.	VCM: Denise Saretta Schwartz	09/05/2014	08/05/2019
38. Poultry Science Department, University of Mississippi, EUA. (Doc. 34365 – Processo nº 14.1.90.10.2) Cooperação acadêmica nas áreas de medicina veterinária, a fim de promover o intercâmbio de docentes/pesquisadores, estudantes e membros da equipe técnico-administrativa das respectivas instituições.	VCM: Denise Saretta Schwartz	24/04/2014	23/04/2019
39. University of Veterinary Medicine, Áustria. (Processo nº 14.1.834.10.1) Cooperação acadêmica nas áreas de medicina veterinária, a fim de promover o intercâmbio de docentes/pesquisadores, estudantes e membros da equipe técnico-administrativa das respectivas instituições, entre a fmvz e o Instituto de Psicologia da USP.	VRA: Marcelo Alcindo	27/10/2015	26/10/2020
40. Vrije Universiteit Brussel, Bélgica. (Doc. 37036 – Processo nº 14.1.01458.10.3) Convênio que entre si celebram a fmvz, Brasil, e a Vrije Universiteit Brussel (VUB), Bélgica, visando à cooperação acadêmica para fins de coorientação de estudante de doutorado e dupla titulação.	VPT: Bruno Cogliati	13/05/2015	12/05/2020
41. Universidad San Sebastián, Chile. (Doc. 37709 – Processo nº 15.1.154.10.1) Cooperação acadêmica nas áreas de medicina veterinária, a fim de promover o intercâmbio de docentes/pesquisadores, estudantes e membros da equipe técnico-administrativa das respectivas instituições.	VCM: Denise Saretta Schwartz	24/04/2015	23/04/2020
42. Universidad Mayor, Chile. (Doc. 39488 – Processo nº 15.1.1580.10.4) Cooperação acadêmica nas áreas de medicina veterinária, a fim de promover o intercâmbio de docentes/pesquisadores, estudantes e membros da equipe técnico-administrativa das respectivas instituições.	VCM: Denise Saretta Schwartz	17/03/2016	16/03/2021
43. Universidad de Antioquia, Colômbia. (Doc. 40107 – Processo nº 16.1.183.10.2) Cooperação acadêmica nas áreas de medicina veterinária, a fim de promover o intercâmbio de docentes/pesquisadores, estudantes e membros da equipe técnico-administrativa das respectivas instituições.	VCM: Denise Saretta Schwartz	31/03/2016	30/03/2021

44. Universidad de Los Llanos, Colômbia. (Doc. 40108 – Processo nº 16.1.470.10.1) Cooperação acadêmica nas áreas de medicina veterinária, a fim de promover o intercâmbio de docentes/pesquisadores, estudantes e membros da equipe técnico-administrativa das respectivas instituições.	VCM: Denise Saretta Schwartz	29/04/2016	28/04/2021
45. Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, Espanha. (Doc. 31824 – Processo nº 13.1.842.10.3) Cooperação acadêmica nas áreas de medicina veterinária, a fim de promover o intercâmbio de docentes/pesquisadores, estudantes e membros da equipe técnico-administrativa das respectivas instituições.	VCM: Denise Saretta Schwartz	07/06/2013	06/06/2018
46. Universidad de Zaragoza, Espanha. (Doc. 31652 – Processo nº 13.1.00840.10.0) O objetivo do presente convênio é o de promover a cooperação acadêmica entre ambas as instituições, para a realização de coorientações de estudantes de doutorado, visando à preparação de tese de doutorado e dupla titulação, cuja realização e defesa se efetuarão sob a responsabilidade conjunta das duas instituições.	VCM: Denise Saretta Schwartz	04/02/2014	03/02/2019
47. Universidad Complutense de Madrid, Espanha. (Doc. 31223 – Processo nº 13.1.347.10.2) Cooperação acadêmica nas áreas de medicina veterinária, a fim de promover o intercâmbio de docentes/pesquisadores, estudantes e membros da equipe técnico-administrativa das respectivas instituições.	VCM: Denise Saretta Schwartz	08/04/2015	07/04/2019
48. Facoltà di Medicina Veterinária – Università degli Studi di Padova, Itália. (Doc. 34369 – Processo nº 14.1.00091.10.9) Convênio que entre si celebram a fmvz-usp, Brasil, e a Università Degli Studi di Padova, Itália, visando à cooperação acadêmica para fins de coorientação de estudante de doutorado e dupla titulação.	VCM: Denise Saretta Schwartz	27/04/2015	26/04/2020
49. Universidad de Córdoba, Espanha. (Doc. 40116 – Processo nº 16.1.00406.10.1) Cooperação no âmbito acadêmico, a fim de promover o intercâmbio de docentes e discentes e a pesquisa conjunta entre ambas as instituições.	VCM: Denise Saretta Schwartz	09/11/2016	08/11/2021
50. Universidade do Porto, Portugal. (Doc. 40853 – Processo nº 16.1.01116.10.7) Convênio para fins de promoção de intercâmbio docente/pesquisadores, estudantes de pós-graduação, graduação e membros da equipe técnico-administrativas das respectivas instituições.	VCM: Denise Saretta Schwartz	20/10/2016	19/10/2021
51. Moredun Research Institute, Escócia. (Doc. 40197 – Processo nº 16.1.00405.10.5) Acordo de cooperação internacional entre a fmvz/usp e a Moredun Research Institute, Escócia.	VPS: Solange Maria Gennari	13/12/2016	12/12/2021
52. Escola Universitária Vasco da Gama, Portugal. (Doc. 41392 – Processo nº 17.1.00163.10.2) Cooperação acadêmica na área de Medicina Veterinária, para promoção de intercâmbio docente e discente.	VCM: Denise Saretta Schwartz	15/03/2017	14/03/2022
53. Universidad Peruana Cayetano Heredia, Peru. (Doc. 41758 – Processo nº 17.1.00700.10.8) Cooperação acadêmica para fins de intercâmbio docente e discente.	VCM: Denise Saretta Schwartz	01/06/2017	31/05/2022

54. Universidade Lusófona do Porto, Portugal. (Doc. 41826 – Processo nº 17.1.00701.10.4) Para fins de cooperação acadêmica e intercâmbio estudantil e docente.	VCM: Denise Saretta Schwartz	30/06/2017	29/06/2022
55. Universidade de Évora, Portugal. (Doc. 41867 – Processo nº 17.1.00743.10.9) Para fins de cooperação acadêmica internacional por meio de pesquisa conjunta e intercâmbio docente e discente entre ambas as instituições.	VCM: Denise Saretta Schwartz	30/06/2017	29/06/2022
56. Universidad de Zaragoza, Espanha. (Doc. 41300 – Processo nº 16.1.01533.10.7) Realização de intercâmbio entre docentes e discentes de ambas as instituições.	VCM: Denise Saretta Schwartz	12/07/2017	11/07/2022
57. Yangzhou University, China. (Doc. 41985 – Processo nº 17.1.00927.10.2) Desenvolvimento de cooperação em pesquisa e intercâmbio discente (graduação e pós-graduação)	VCM: Denise Saretta Schwartz	25/07/2017	24/07/2022
58. Michigan State University, EUA. (Doc. 41750 – Processo nº 17.1.00689.10.4) Acordo para promoção de cooperação acadêmica entre as instituições, para fins de pesquisa conjunta e intercâmbio estudantil.	VPS: Adroaldo José Zanella	15/08/2017	14/08/2022
59. Corporación Universitaria Remington, Colômbia. (Doc. 41996 – Processo nº 17.1.00943.10.8) Para fins de cooperação acadêmica e intercâmbio de estudantes (graduação e pós-graduação).	VCM: Denise Saretta Schwartz	15/08/2017	14/08/2022
60. Universiteit Antwerpen, Bélgica. (Doc. 41547 – Processo nº 17.1.00501.10.5) O presente convênio tem por objeto promover a cooperação acadêmica entre a fmvz-usp e a Universiteit Antwerpen, através da coorientação de estudantes de doutorado das respectivas instituições, visando à preparação de tese de doutorado e dupla titulação de nome do aluno.	VRA: Mario Binelli	04/09/2017	03/09/2019
61. Universidad de la República, Uruguai. (Doc. 41986 – Processo nº 17.1.00928.10.9) Cooperação acadêmica em pesquisa e intercâmbio discente (graduação e pós-graduação)	VCM: Denise Saretta Schwartz	25/10/2017	24/10/2022
62. Universidad Ces, Colômbia. (Doc. 42416 – Processo nº 17.1.01238.10.6) Convênio para intercâmbio de alunos de graduação e pós-graduação e pesquisas conjuntas.	VCM: Denise Saretta Schwartz	13/11/2017	12/11/2022
63. Università degli Studi di Milano, Itália. (Doc. 41752 – Processo nº 17.1.00690.10.2) Cooperação acadêmica para fins de intercâmbio (graduação/pós-graduação) e cooperação acadêmica entre as instituições.	VPS: Adroaldo José Zanella	24/11/2017	23/11/2022
64. Norwegian Veterinary Institute, Noruega. (Doc. 42646 – Processo nº 18.1.00084.10.6) Convênio para fins de cooperação acadêmica para intercâmbio estudantil (graduação e pós-graduação) e docente e pesquisa conjunta.	VPT: José Luiz Catão Dias	09/02/2018	08/02/2023
65. Fundación Universitaria Agraria de Colombia, Colômbia. (Doc. 42586 – Processo nº 17.1.01536.10.7)	VCM: Denise Saretta Schwartz	19/02/2018	18/02/2023

66. University of Saskatchewan, Canadá. (Doc. 42683 – Processo nº 18.1.00111.10.3) Convênio acadêmico internacional entre a fmvz-usp e a University of Saskatchewan, Canadá.	VCM: Denise Saretta Schwartz	07/05/2018	06/06/2023
67. Università degli Studi di Torino, Itália. (Doc. 43211 – Processo nº 18.1.00788.10.3) O presente convênio tem por objeto a cooperação acadêmica na área Medicina Veterinária, a fim de promover o intercâmbio de docentes/pesquisadores, estudantes de pós-graduação, graduação (com reconhecimento mútuo de estudos) e membros da equipe técnico-administrativa das respectivas instituições.	VCM: Lilian Gregory	12/07/2018	11/07/2023
68. Universidad de La Salle (Doc. 42101 – Processo nº 17.1.01070.10.8) Fins de cooperação acadêmica e intercâmbio discente (graduação e pós-graduação) e docentes.	VCM: Denise Saretta Schwartz	27/04/2018	26/04/2023
69. Universidad de La Frontera, Chile. (Doc. 41110 – Processo nº 16.1.01514.10.2) O presente convênio tem por objeto promover a cooperação acadêmica entre o Programa de PG em Anatomia dos Animais Domésticos e Silvestres da fmvz e o Programa de Doctorado en Ciencias Morfológicas de la Facultad de Medicina de la Universidad de La Frontera (UFRO), Chile, através da coorientação de estudantes de doutorado das respectivas instituições, visando à preparação de tese de doutorado e dupla titulação.	VCI: José Roberto Kfoury Junior	27/03/2017	26/03/2022
70. Universidad de Talca, Chile. (Doc. 42730 – Processo nº 18.1.00150.10.9) Convênio para fins de intercâmbio de graduação e pós-graduação, docente e de funcionários, pesquisa conjunta.	VCM: Denise Saretta Schwartz	10/09/2018	09/09/2023
71. Wageningen Universiteit en Researchcentrum, Holanda. (Doc. 43467 – Processo nº 18.1.00931.10.0) Para fins de cooperação acadêmica, pesquisa conjunta e intercâmbio discente e docente.	VCM: Denise Saretta Schwartz	18/09/2018	17/09/2023
72. Universidad Cooperativa de Colombia, Colômbia. (Doc. 43433 – Processo nº 18.1.00907.10.2) O presente convênio tem por objeto a cooperação acadêmica na área da Medicina Veterinária, a fim de promover o intercâmbio de docentes/pesquisadores, estudantes de pós-graduação, graduação (com reconhecimento mútuo de estudos) e membros da equipe técnico-administrativa das respectivas instituições.	VCM: Denise Saretta Schwartz	17/09/2018	16/09/2023
73. Universidad Tecnológica de Pereira, Colômbia. (Doc. 42770 – Processo nº 18.1.00277.10.9) Cooperação acadêmica a fim de promover o intercâmbio de docentes/pesquisadores, estudantes de pós-graduação, estudantes de graduação e membros da equipe técnico-administrativa das respectivas instituições.	VCM: Denise Saretta Schwartz	17/09/2018	16/09/2023
74. Leibniz Universität Hannover, Alemanha. (Doc. 43505 – Processo nº 18.1.00933.10.3) Para fins de pesquisa conjuntas e intercâmbio discente e docente.	VCM: Lilian Gregory	22/08/2018	21/08/2023

INTERNACIONALIZAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO

Observa-se que a pós-graduação na FMVZ iniciou-se realmente em 1965, com o curso de pós-graduação em Reprodução Animal, ministrado pelo prof. catedrático Antonio Ernesto Matera, em colaboração com o prof. Eberhard Grunert da Escola Superior de Hannover (TIHO), Alemanha.

Isso pode ser constatado pelas fotos ilustrativas da capa do catálogo de teses 1934/1984, no qual estão disponíveis informações sobre dissertações e teses defendidas por professores da FMVZ, como as de Eduardo Harry Birgel, do Departamento de Clínica Médica (VCM) e Renato Campanarut Barnabe, do departamento de Reprodução Animal (VRA), além de outros departamentos de Medicina Veterinária Preventiva e Saúde Animal (VPS), de Cirurgia (VCI), de Nutrição e Produção Animal (VNP) e de Patologia (VPT), embora houvesse também “alunos” de outras instituições, como o Instituto Biológico.

No entanto, foi na década de 1970 que foram criados vários cursos de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado, como Anatomia dos Animais Domésticos, Reprodução Animal e Patologia, até atingirmos, no final do século XX, sete programas de pós-graduação na FMVZ-USP, em níveis de mestrado e doutorado, atingindo atualmente níveis de 5 a 7 pela avaliação da Capes:

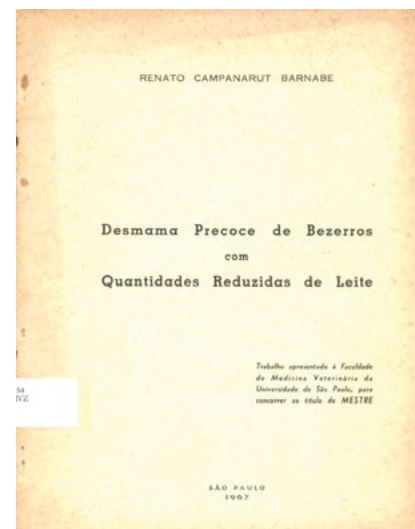
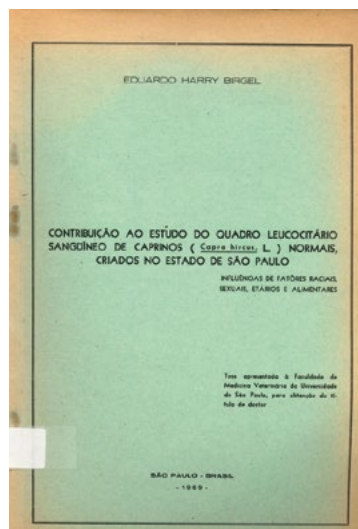
- Anatomia dos Animais Domésticos e Silvestres,
- Reprodução Animal,
- Patologia Experimental e Comparada,
- Clínica Veterinária,
- Clínica Cirúrgica Veterinária,
- Epidemiologia Experimental Aplicada às Zoonoses,
- Nutrição e Produção Animal.

O Departamento de Reprodução Animal possui o único programa de pós-graduação em Reprodução Animal do país e formou pesquisadores e docentes que atuam no Brasil e em outros países do mundo.

Mas a internacionalização da pós-graduação é feita, normalmente, pelos professores e pelos alunos, desenvolvendo projetos de pesquisas em colaboração com grupos de pesquisadores estrangeiros, tipo bolsa sanduíche, o que tem permitido publicar artigos em revistas de nível internacional.

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DOCENTES

A Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP, com uma estrutura invejável para pesquisa, não olvidou de suas origens, formando docentes e profissionais altamente



gabaritados, segundo o mercado e os *rankings* propagados pela mídia nos últimos tempos.

Somado a uma política de incentivo aos docentes que desejam realizar o seu pós-doutorado de longa duração junto às instituições de alto nível no exterior, isso tem feito a grande diferença na qualidade do ensino da graduação e pós-graduação, da pesquisa e da formação de grupos de colaboradores internacionais. A internacionalização, tanto da pós-graduação quanto da formação dos docentes, permite que a instituição alcance o almejado nível internacional.

A FMVZ possui, atualmente, em seu quadro cem docentes, assim distribuídos:

- Em regime integral (RDIDP)
 - 22 professores titulares
 - 36 professores associados
 - 36 professores doutores
- Em regime parcial (RTC)
 - 1 professor associado
- Em regime temporário
 - 5 professores doutores

PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA FMVZ

A Biblioteca faz a captação, a catalogação e a preservação da produção científica dos docentes e dos técnicos especializados da unidade, desde 1985, sob a coordenação do Sistema Integrado de Bibliotecas da USP (SIBIUSP). São cerca de 30 tipologias diferentes de materiais cadastrados no Banco de Dados Bibliográficos da USP – Banco Dedalus.

Pode-se afirmar que a produção científica da FMVZ desenvolveu-se nos últimos 50 anos, nos departamentos, es-

Fotos das capas de antigos trabalhos de pós-graduação.

pecialmente nos laboratórios, com importantes projetos de pesquisa que resultaram em produtos de interesse da população brasileira, tanto na área *pet* quanto no agronegócio. A pós-graduação foi a grande alavanca para o desenvolvimento das nossas pesquisas.

Mas não podemos nos esquecer da grande contribuição das cátedras/cadeiras durante os primeiros 50 anos da FMVZ, especialmente no atendimento clínico dos animais.

DISTRIBUIÇÃO DOS LABORATÓRIOS DE PESQUISA JUNTO AOS SEIS DEPARTAMENTOS DA FMVZ

O Departamento de Cirurgia (VCI) conta com dezesseis laboratórios: Laboratório de Ortopedia e Traumatologia Comparada; Laboratório do Aparelho Locomotor; Laboratório de Odontologia Comparada (LOC); Laboratório de Investigação em Oftalmologia (LIOCI); Laboratório de Densitometria Óssea; Laboratório da Dor e Cuidados Paliativos; Laboratório de Hemoterapia; Laboratório de Estereologia Estocástica e Anatomia Química (LSSCA); Laboratório de Anatomia Microscópica e Imuno-Histoquímica; Laboratório de Técnicas Imunológicas Aplicadas a Morfofisiológica; Laboratório de Anatomia Microscópica e do Desenvolvimento; Laboratório para Estudos Morfofuncionais e Endocrinologia (LEME); Laboratório Multiusuário de Biologia Molecular; Laboratório de Células Tronco e Terapia Celular; Laboratório de Microscopia Eletrônica e de Varredura; Laboratório de Anatomia Macroscópica Veterinária; Laboratórios de Estudos Morfológicos Aplicados a Biologia dos Órgãos Reprodutivos – LEMABOR. O Departamento de Cirurgia contém serviços vinculados ao HOVET, embora com enfoque em pesquisas clínicas: Cirurgia de Pequenos Animais, Cirurgia de Grandes Animais, Anestesiologia, Diagnóstico por Imagem e Oftalmologia.

O Departamento de Medicina Veterinária Preventiva e Saúde Animal (VPS) conta com nove laboratórios: o Laboratório de Biologia Molecular aplicada e Sorologia; Laboratório de Bacteriologia e Micologia, Laboratório de Doenças Parasitárias, Laboratório de Epidemiologia e Bioestatística, Laboratório de Higiene Alimentar, Laboratório de Zoonoses Bacterianas, Laboratório de Zoonoses Virais, Centro de Estudos Comparativos em Saúde, Sustentabilidade e Bem-Estar.

O Departamento de Patologia (VPT) tem treze laboratórios: conta com o Laboratório de Farmacologia Aplicada e Toxicologia; Laboratório de Ambiência de Biotérios e Desenvolvimentos Alternativos; Laboratório de Histologia; Laboratório de Inflamação; Laboratório de Modelos Animais; Laboratório de Neurobiologia dos Comportamentos Reprodutivos; Laboratório de Neuroimunomodulação;

Laboratório de Neuropatologia Experimental e Comparada; Laboratório de Oncologia Experimental e Comparada; Laboratório de Ornitopatologia I; Laboratório de Patologia Comparada de Animais Silvestres; Laboratório de Patologia Morfológica e Molecular.

O Departamento de Clínica Médica (VCM) conta com seis laboratórios: Serviço de Laboratório Clínico; Laboratório de Doenças Nutricionais e Metabólicas; Laboratório de Imunodiagnóstico; Laboratório de Lípidos; Laboratório de Cultivo Celular; Laboratório de Pesquisa Clínica Baseada em Evidência. O Departamento de Clínica Médica conta com serviços de pesquisa clínica junto ao HOVET, tais como: Cardiologia, Dermatologia, Clínica Médica de Pequenos Animais, Nefrologia, Clínica Médica de Equinos, Clínica de Ruminantes.

O Departamento de Reprodução Animal (VRA) conta com dez laboratórios: o Laboratório de Biotecnologia de Ovinos e Caprinos; Laboratório de Dosagens Hormonais; Laboratório de Biotecnologia do Sêmen e Andrologia; Laboratório de Fecundação *in vitro*, Clonagem e Transgenia Animal; Laboratório de Andrologia e Tecnologia de Embriões Suínos “Prof. Dr. Aníbal de Sant’Anna Moretti” (LATES); Laboratório de Estudos da Prenhez e Periparto em Equídeos (LEPPE); Laboratório de Fisiologia e Endocrinologia Molecular; Laboratório de Inseminação Artificial, Patologia da Reprodução e Perinatologia (LIAPP); Grupo de Estudo para Multiplicação de Aves (GEMA); Laboratório de Ensino e Pesquisa em Patologia da Reprodução (LEPPAR). Como pesquisa clínica aplicada ao Hospital conta com o Serviço de Obstetrícia e Ginecologia.

O Departamento de Produção e Nutrição Animal (VNP) conta com dezoito laboratórios) conta com o Laboratório do Centro de Pesquisa em Nutrologia em Cães e Gatos; Laboratório de Análises Socioeconômicas e Ciência Animal (LAE); Laboratório de Bioquímicas e Fisiologia Animal; Laboratório de Ciência da Carne; Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em Helicicultura e Zooterapia “Profa Dra. Lor Cury”; Laboratório de Genômica Funcional; Laboratório de Lignina; Laboratório de Nutrição em Monogástricos; Laboratório de Nutrição de Ruminantes; Laboratório de Pesquisa em Alimentos e Fisiologia dos Equinos (LABEQUI); Laboratório de Pesquisa em Aves; Laboratório de Pesquisa em Bovinos de Leite (LPBL); Laboratório de Pesquisa em Gado de Corte (LPGC); Laboratório de Pesquisa em Qualidade do Leite (Qualileite); Laboratório de Pesquisa em Suínos (LPS); Laboratório de Preparo de Rações Experimentais; Laboratório Multiusuário de Nutrição Animal e Bromatologia.

Ainda, podemos citar alguns feitos de laboratórios como os dos profs. José Antonio Visintin e Mayra Elena Ortiz D’Ávila Assumpção do Departamento de Reprodução Animal da

FMVZ (VRA) que, em conjunto com a prof. Lygia Pereira da Veiga, do Instituto de Biociência da USP, produziu o primeiro camundongo transgênico do Brasil (“Chris”), em 2001, portador da doença de Marfan, para servir como modelo de estudo dessa doença. Em 27 de abril de 2002, Visintin e Mayra, junto com o doutorando Marco Roberto Bourg de Mello e equipe, produziram o segundo clone de bovino no Brasil, mas o primeiro oriundo de célula adulta transformada, o Marcolino da USP, assim como o segundo clone bovino da raça Nelore, em 16 de dezembro de 2003, mas a primeira que sobreviveu até a vida adulta, a Bela da USP. Ambos os clones tiveram vida normal, inclusive se reproduzindo até a morte natural, por volta de 12 anos, idade acima da média da raça bovina que é em torno de 8 anos.

A profa. Aneliese de Souza Traldi também participou da produção do primeiro clone de ovinos no país (El Beduino).

Esses laboratórios também contribuíram fortemente com o Brasil no desenvolvimento das biotecnologias da reprodução, como transferência de embriões em bovinos e fecundação *in vitro* em bovinos e suínos. São pioneiros em estudo de célula-tronco espermatogonial em bovinos e murinos.

Ainda, os laboratórios dos demais professores do VRA têm papel importantíssimo nas biotecnologias da reprodução como o controle farmacológico do ciclo estral, principalmente no desenvolvimento e aperfeiçoamento dos protocolos para a inseminação artificial (IA), IA em tempo fixo (IATF), transferência de embriões (TE), TE em tempo fixo (TETF), assim como a fecundação *in vitro* nas várias espécies animais e sexagem do sêmen equino, além de colheita de sêmen de animais silvestres. As pesquisas em Perinatologia Veterinária têm resultado em novos conhecimentos, sendo possível elaborar protocolos de atendimento padrão e emergencial aos recém-nascidos. Na andrologia merece destaque o desenvolvimento de técnicas com uso de sondas fluorescentes, de sistemas computadorizados para análise espermática, uso de citometria de fluxo para sexagem espermática e avaliações da metabólica, proteômica e lipídica, bem como de micrornas espermáticas como possíveis marcadores de fertilidade.

Destacam-se os trabalhos de fisiologia no período do reconhecimento materno da gestação, com possibilidades terapêuticas para diminuir as perdas embrionárias.

Contribuem também na reprodução de aves comerciais e silvestres. Portanto o departamento de reprodução tem dado importante contribuição para o desenvolvimento de pesquisas tanto para a área *pet* quanto para a área do agronegócio paulista e brasileiro, conforme mostra o boletim eletrônico do departamento de reprodução animal da FMVZ-USP, coordenado pelo prof. Pietro Sampaio Baruselli, em que observamos o uso

crescente das biotécnicas da reprodução e consequentemente a diminuição da mão de obra na detecção de cio entre o período de 2002 a 2018. Além disso, o prof. Baruselli tem dado grande contribuição para a área de reprodução de búfalos, seja no estado de São Paulo, no Brasil e no Mundo.

O VCI, a partir do Laboratório de Ortopedia e Traumatologia Comparada, criou o Serviço de Ortopedia, que atualmente é referência no atendimento de traumatologia e correção de deformidades ortopédicas, sendo seus docentes membros da AO Foundation. O Serviço de Cirurgia de Grandes Animais, criado em 1999, permitiu sobremaneira a expansão e melhoria de suas atividades, passando a ser referência no atendimento de equinos de esporte, particularmente na cirurgia videoendoscópica, ortopedia, gastroenterologia e odontologia. Em 2018, os Serviços de Cirurgia de Pequenos Animais, de Anestesia, de Ortopedia e de Oftalmologia passaram a contar com um centro cirúrgico de padrão internacional.

O Serviço de Diagnóstico por Imagem, que agrega os setores de ultrassonografia, radiologia e tomografia computadorizada, sofreu inúmeras adequações, incorporações de equipamentos e expansão, cabendo destaque à instalação do primeiro equipamento de tomografia computadorizada em universidade do país, em 2000, de equipamento de radiologia digital e tomografia computadorizada helicoidal, em 2009, e de tomografia computadorizada *multislice*, em 2015.

Com a aquisição de equipamento para facoemulsificação, utilizado para tratamento de catarata; eletroretinógrafo de campo total; tomografia de coerência óptica; aparelho para avaliação de potencial visual evocado; tonômetro de aplanção e retinógrafo, todos vinculados a projetos de pesquisa, a oftalmologia veterinária tem hoje um moderno parque de equipamentos. O Centro de Apoio ao Ensino e Pesquisa (CAEP), instalado no *campus* Fernando Costa, em Pirassununga, desde 2010, é coordenado por docentes do VCI e do VCM e desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão. Em 2017, o Centro de Odontologia Equina do VCI passou a integrar o CAEP.

ÁREA DE EXTENSÃO

Podemos citar as grandes contribuições da FMVZ com a participação de professores como Enrico Lippi Ortolani, do VCM, que atua como consultor veterinário junto ao programa Globo Rural desde junho de 1997, assim como colunista da revista *DBO* desde fevereiro de 2009.

Os professores do VPT, além de contribuir com serviços do Hospital Veterinário, como o Serviço de Patologia Animal e o Ambulatório de Aves, participam ativamente do Programa

de Residência Médico-Veterinária, oferecendo programas de prática profissionalizante nos seus diferentes laboratórios e atendendo a demandas internas e externas, incluindo clínicas e hospitais veterinários, empresas privadas, bem como órgãos públicos, como a Secretaria do Meio Ambiente, a Secretaria da Saúde, os Centros de Controle de Zoonoses, o Ministério Público, a Polícia Civil. Deve ser ressaltada a destacada a contribuição do seu corpo docente em grupos de trabalho e comissões, tanto nacionais, como a Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa), o Ministério da Saúde e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), bem como internacionais, como o Codex Veterinarius e o Joint FAO/WHO Expert Committee on Food Additives (JECFA).

Rubens Paes de Arruda, professor do VRA, foi o fundador da Associação Brasileira de Andrologia Animal (ABRAA) e seu primeiro presidente. Já o prof. Pietro Sampaio Baruselli, também do VRA, implantou junto ao Departamento de Reprodução Animal um boletim eletrônico destinado especialmente aos criadores e formadores de opiniões do agronegócio brasileiro quanto ao mercado de inseminação artificial.

AVALIAÇÃO DO MERCADO DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL EM TEMPO FIXO NO BRASIL

O Departamento de Reprodução Animal (VRA) da FMVZ-USP elabora desde 2002 estudos para avaliar o desempenho do mercado de protocolos de sincronização para o emprego da inseminação artificial em tempo fixo (IATF) em bovinos. Esses dados são confrontados com as informações divulgadas pela Associação Brasileira de Inseminação Artificial (ASBIA) para estimar a expansão da IATF no mercado de inseminação artificial no Brasil.

Base de cálculo para o número de IATF

As informações são disponibilizadas anualmente pela indústria de produtos farmacêuticos veterinários que comercializam protocolos de sincronização para IATF. Para o cálculo do número de protocolos comercializados, considerou-se o número de dispositivos de progesterona comercializados com suas reutilizações. Subtraiu-se desse número a quantidade de protocolos para sincronização de receptoras de embrião (TETF).

Base de cálculo para o número de doses de sêmen comercializadas

Para o cálculo do número de doses de sêmen comercializadas no Brasil (estimativa para o número de inseminações

realizadas por ano), foi utilizado o Index ASBIA com correção para 100% do mercado (considerou-se que o Index ASBIA 2018 representou 90% do mercado de sêmen no Brasil em 2018). O número de doses de sêmen comercializadas em 2018 foi de 15.367.943, crescimento de 13,7% na comparação com 2017.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O MERCADO DE IATF

Verificou-se crescimento de 16,1% no mercado de IATF em relação ao ano anterior (2017 vs. 2018). Em 2017 foram comercializados 11.416.196 protocolos, comparados aos 13.259.690 protocolos comercializados em 2018. Esses dados são indicativos de que 86% das inseminações no Brasil foram realizadas por IATF, demonstrando a consolidação dessa tecnologia no mercado de inseminação artificial.

Segundo estimativas do VRA, o número de inseminações artificiais em tempo fixo (IATF) atingiu 13,3 milhões de procedimentos em 2018. Atualmente, a IATF responde por 86,3% das inseminações realizadas no Brasil (15,4 milhões de doses de sêmen comercializadas; Index ASBIA 2018 ajustado para 100% do mercado), ganhando cada vez mais espaço no mercado de genética e reprodução animal. A base de cálculo para estimar a quantidade de IATFs realizadas no Brasil leva em consideração o número de protocolos comercializados (informação disponibilizada pelas empresas do setor) e o número de doses de sêmen comercializadas (divulgado pela ASBIA). Os levantamentos realizados apontam que a utilização dessa tecnologia nas fazendas brasileiras cresceu 130 vezes nos últimos dezesseis anos. Esse forte avanço indica que os investimentos aplicados em pesquisa e desenvolvimento (P&D) levaram em consideração as reais necessidades do setor, com resultados positivos para a pecuária de corte e de leite. Em 2002, no início da coleta de dados sobre o mercado da IATF, apenas 6% das matrizes do rebanho nacional eram inseminadas e, conseqüentemente, havia limitado avanço genético. Na atualidade, o percentual de matrizes inseminadas mais que dobrou, passando em 2018 para 13,1% do total de matrizes do rebanho nacional. Esse aumento ocorreu principalmente devido ao emprego dos protocolos em tempo fixo, que apresentam elevada eficiência e facilitam a disseminação da inseminação artificial. Com isso, ocorreu nesses últimos anos significativo melhoramento genético e produtivo do rebanho nacional, com consideráveis ganhos econômicos, os quais serão discutidos a seguir. Essas informações são indicativos evidentes de que a IATF se consolidou como tecnologia de resultados no mercado brasileiro de genética e reprodução animal.

Base de cálculo para estimativa do ganho produtivo e econômico da IATF

Os cálculos são realizados levando em consideração estudos que comparam a produtividade dos rebanhos que utilizam a monta natural (que ainda representa 87% do sistema de produção de bezerros no Brasil) com rebanhos que utilizam a IATF. Do total de 72,5 milhões de fêmeas bovinas em idade reprodutiva presentes no rebanho brasileiro (vacas e novilhas; FNP, 2018), 13,1% são inseminadas artificialmente, sendo 86,3% das inseminações realizadas em tempo fixo (13,3 milhões de IATF). Das fêmeas inseminadas por IATF, calcula-se que 10,2 milhões (77,6%) são fêmeas de corte e 3,1 milhões (22,4%) são fêmeas de aptidão leiteira. Esses números revelam que houve o uso de 95% de IATF nas matrizes de corte e de 65% nas matrizes de leite inseminadas (considerando o total de sêmen comercializado para esses setores). O percentual em rebanhos leiteiros é menor, pois, como as matrizes de leite são manejadas todos os dias, há maior facilidade para detecção de cio, favorecendo o maior uso da inseminação convencional. As dificuldades de detecção de cio são mais evidentes em rebanhos de corte devido ao manejo a pasto dos animais.

Na cadeia de produção de carne e leite, estima-se que a IATF gere aproximadamente R\$ 3,5 bilhões de valor ao ano. Esses ganhos são relacionados ao aumento da produtividade devido à melhora da eficiência reprodutiva (mais bezerros produzidos por matriz e redução do intervalo entre partos) e do ganho genético (nascimento de bezerros geneticamente superiores que produzem mais carne e leite), em comparação com o sistema que utiliza a monta natural.

Em rebanhos de corte, parte do ganho financeiro gerado pelo emprego da IATF explica-se pelo aumento da quantidade de bezerros produzidos e pela qualidade genética desses produtos. Considerando-se que a IATF é empregada em 10,2 milhões de matrizes de corte, gerando aumento de 8% na produção de bezerros, há produção extra de 816 mil bezerros por ano, o que representa uma renda adicional de 979 milhões de reais (considerando o preço do bezerro a 1.200,00 reais). Além disso, é sabido que pela antecipação do parto e pelo ganho genético, há um ganho médio de 20 kg no peso ao desmame por bezerro produzido por IATF. Assim, se for considerada uma taxa de desmama de 42% (42 bezerros desmamados para cada 100 vacas submetidas à IATF), seriam produzidos 4,3 milhões de bezerros desmamados com 20 kg a mais que os bezerros convencionais, ou seja, um ganho extra de quase 514 milhões de reais (considerando o preço do quilo vivo do bezerro a 6,00 reais). Além disso, bezerros provenientes de IATF apresentam ganho adicional de 1 arroba do desmame ao abate, totalizando

mais 629 milhões de reais (cerca de 4 milhões de animais abatidos \times 150,00 reais por arroba) de renda extra. Dessa forma, a IATF gera para a cadeia produtiva de bovinos de corte um impacto de 2,1 bilhões de reais a mais por ano.

Em rebanhos de leite, estudos demonstraram redução de um mês no intervalo entre partos (IEP) em programas reprodutivos que utilizam IATF, em comparação com os sistemas que empregam a detecção do cio para inseminação artificial ou a monta natural. A redução de um mês no IEP do rebanho aumenta em 10% a produção anual de leite da propriedade. Com o emprego de 3,1 milhões de IATFs nas vacas de leite com produção de 3 mil litros por lactação, estima-se incremento de 917 milhões de litros/ano, com faturamento adicional de 1,3 bilhão de reais na cadeia de produção. Ainda, a IATF gera a produção de 917 mil bezerros (30% de desmama por IATF), que geram 390 mil fêmeas de reposição (50% de fêmeas, com 15% mortalidade/descarte). Estimando o ganho genético de 350 litros por lactação, adicionam-se ao sistema 136 milhões de litros com faturamento de 189 milhões de reais por ano (1,39 real por litro; média CEPEA-USP por litro comercializado em 2018). Com isso, a IATF gera 1,5 bilhão de real de ganho para a cadeia produtiva do leite.

Além dos benefícios para a produtividade, há o impacto econômico direto. Com base nos dados de 2018, calcula-se que a IATF movimentou 796 milhões de reais para a sua execução no Brasil. As empresas de venda de sêmen e fármacos arrecadam 66,6% desse montante, tomando como base de cálculo 13,3 milhões de IATFs e considerando o preço médio de 20 reais para os fármacos de sincronização e de 20 reais para as doses de sêmen. A prestação de serviço médico veterinário responde pelos outros 33,3% do faturamento, totalizando 265,2 milhões reais, considerando o custo de mão de obra de 20 reais por animal sincronizado para IATF. Ainda, estima-se que 3.788 veterinários especialistas em reprodução animal prestem serviços nesse mercado (média de 3,500 IATF por veterinário).

Analisando esses dados, é possível estimar que cada 1,00 real investido na tecnologia de IATF gera 4,50 reais de retorno para a cadeia de produção de carne e de leite no Brasil (Baruselli, 2019).

O boletim eletrônico de livre acesso *Socioeconômica & Ciência Animal*, do VNP, iniciado em 2009, divulga os resultados de pesquisas nacionais e internacionais que têm como foco as ciências humanas aplicadas diretamente ou conjuntamente à ciência animal. O projeto Diálogos no LAE promove palestras e conversas sobre assuntos pertinentes à criação animal e sua inserção na sociedade. Alunos de graduação da FMVZ-USP participam diretamente nestas atividades, junto com pós-graduandos e o docente responsável.

AS FEIRAS E PROFISSÕES E AS ESCOLAS TÉCNICAS (ETECS)

A FMVZ-USP tem diálogo sistematizado com a comunidade estudantil que procura informações sobre a profissão de médico veterinário, o curso na FMVZ-USP, formas de ingresso e as políticas de permanência da USP. Os mecanismos utilizados são a realização de visitas monitoradas, participação em feiras voltadas para essa finalidade e, mais recentemente, uma parceria com o Centro Paula Souza, que, em 2017, trouxe cerca de 400 alunos e seus professores de 27 escolas técnicas para visita monitorada. Essa parceria prevê que, no futuro, docentes e alunos da FMVZ possam fazer visitas às Escolas Técnicas (ETECS) para divulgar a USP, a FMVZ e a profissão de médico veterinário, bem como estreitar contato e prospectar parcerias nas atividades de ensino e de pesquisa, envolvendo os alunos de ambas as instituições. Os alunos de graduação e da pós-graduação participam diretamente das atividades como embaixadores da FMVZ-USP.

Nas demais feiras de que a FMVZ participa, os alunos também são parceiros fundamentais no atendimento. Nas feiras agropecuárias, eles participam atendendo o público no *stand* e colaborando no atendimento aos animais, quando a FMVZ é coordenadora dessas atividades. Nas feiras de ciência e tecnologia, Virada Científica e outras voltadas para o público em geral, os alunos atuam como monitores das atividades propostas.

O SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DA USP (SIICUSP)

O Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP (SIICUSP) é um evento anual que tem como objetivo divulgar os resultados dos projetos de iniciação à pesquisa científica e tecnológica realizados pelos alunos de graduação da USP, bem como de outras instituições nacionais e internacionais.

Visa também contribuir para o desenvolvimento de competências necessárias à pesquisa acadêmica, especialmente dos alunos de graduação, promovendo a oportunidade de interação entre pesquisadores de todos os níveis e áreas, além de fomentar a colaboração e a pesquisa multidisciplinar na Universidade.

EGRESSOS

Há pelo menos três décadas a USP tem procurado mapear o perfil dos seus formados, sua atividade profissional e a contribuição do curso concluído na Universidade para

sua área de atuação. A mais recente iniciativa ocorreu no final de 2016, quando foi lançada uma plataforma criada para reunir antigos alunos de graduação e pós-graduação chamada “Alumni” (<http://www.alumni.usp.br/>). Essa plataforma foi desenvolvida a partir da parceria da Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) da USP com dois alunos da pós-graduação da Escola Politécnica (Poli), sob a coordenação do Escritório *Alumni* USP.

Na página institucional dessa plataforma destaca-se que “Esse é um projeto inovador, uma vez que o portal não quer apenas gerar estatísticas sobre os antigos alunos, mas quer acolhê-los por meio de ferramentas atrativas, melhorar o relacionamento da USP com esse público e mostrar para a sociedade a contribuição da Universidade na formação de seus alunos”.

A FMVZ-USP, em particular, além de apoiar e participar das iniciativas da USP em relação aos egressos, recentemente elaborou um instrumento para o acompanhamento dos seus egressos. Vale aqui comentar também que, como a maioria dos docentes da FMVZ-USP é egressa dos cursos de graduação da própria FMVZ-USP e/ou de seus programas de pós-graduação e, ainda, a maioria possui pós-doutorado no exterior, esse corpo docente crítico e atuante está sempre procurando trazer as últimas tendências e inovações para incrementar a formação do aluno e corrigir eventuais desvios de rota.

Sacavet/Simpropira

O Sacavet/Simpropira é um simpósio organizado pelos alunos do quinto ano de graduação da FMVZ-USP durante a Semana Santa de cada ano. É um megaevento científico-tecnológico destinado não só aos alunos de graduação, mas também a profissionais do país inteiro. Trata-se de um evento extremamente profissional, durante o qual os alunos organizam uma grade de palestras e de cursos muito bem concatenados e proferidos por professores e profissionais do mercado de alta competência.

Em 2019 ocorreu a XXIX edição do Sacavet e a XVI edição do Simpropira. Esse evento é patrocinado por várias empresas parceiras da FMVZ-USP. Na realização desse evento, os alunos da FMVZ mostram uma competência extraordinária, tanto na sincronia das palestras/cursos quanto na busca de patrocínio, o que lhes permitem amadurecer como futuros profissionais.

O HOSPITAL VETERINÁRIO (HOVET)

Os professores de todos os seis departamentos participam do Hospital Veterinário (HOVET), um centro de excelência na prestação de serviços à sociedade paulista. Esse

hospital surgiu em 18 de dezembro de 1919. A partir de 1924, uma clínica veterinária na rua Pires da Mota, 1, da Escola de Veterinária de São Paulo, atendia gratuitamente, todos os dias úteis, das 8h30 às 9h30 da manhã, conforme anúncio nos jornais da época. O HOVET alcançou, em 2019, o ano do

centenário da FMVZ, números expressivos de atendimento ao público, de residentes, de aprimorandos, de graduandos, de pós-graduandos e de pesquisas, o que mostra o crescimento contínuo das atividades deste hospital, tanto em números quanto em qualidade.

Serviços e atendimentos do HOVET

Serviços oferecidos pelo HOVET e respectivos responsáveis técnicos e suplentes

Departamento de Cirurgia (VCI)		
Serviços	Responsáveis	Suplentes
Anestesia	Profa. dra. Aline Magalhães Ambrósio	Profa. dra. Denise Tabachi Fantoni
Cirurgia de Grandes Animais	Prof. dr. Luis Claudio Lopes Correia da Silva	Prof. dr. Rodrigo Romero Correa
Cirurgia de Pequenos Animais	Profa. Dra. Júlia Maria Matera	Prof. dr. Cássio Ricardo Auada Ferrigno
Diagnóstico por Imagem	Prof. dr. Stefano Carlo Fillipo Hagen	Profa. dra. Carla Aparecida Batista Lorigados
Oftalmologia	Prof. dra. Aline Adriana Bolzan	Prof. dr. Marco Antonio Gioso
Ortopedia	Prof. dr. Cássio Ricardo Auada Ferrigno	Profa. dra. Júlia Maria Matera
Departamento de Clínica Médica (VCM)		
Serviços	Responsáveis	Suplentes
Cardiologia	Profa. dra. Denise Saretta Schwartz	Prof. dr. Archivaldo Reche Júnior
Clínica de Bovinos e Pequenos Ruminantes	Prof. dr. Fernando José Benesi	Profa. dra. Viviani Gomes
Clínica Médica de Equinos	Prof. dr. Wilson Roberto Fernandes	Profa. dra. Raquel Yvonne Arantes Baccarin
Clínica Médica de Pequenos Animais	Profa. dra. Márcia Mery Kogika	Profa. dra. Sílvia Regina Ricci Lucas
Dermatologia	Profa. dra. Silvia Regina Ricci Lucas	Prof. dr. Archivaldo Reche Júnior
Laboratório Clínico	Profa. dra. Márcia Mery Kogika	Profa. dra. Carla Bargi Belli
Serviço de Laboratório de Doenças Nutricionais	Prof. dr. Enrico Lippi Ortolani	
Pronto Atendimento Médico de Pequenos Animais	Prof. dr. Archivaldo Reche Júnior	Profa. dra. Denise Saretta Schwartz
Departamento de Reprodução Animal (VRA)		
Serviços	Responsáveis	Suplentes
Reprodução Clínica Assistida	Profa. dra. Camila Infantsi Vannucchi	Profa. dra. Eneiva Carla Carvalho Celeghini
Laboratório de Dosagens Hormonais	Prof. dr. Cláudio Alvarenga de Oliveira	
Obstetrícia e Ginecologia	Profa. dra. Clair Motos de Oliveira	Profa. dra. Claudia Barbosa Fernandes

Departamento de Medicina Veterinária Preventiva e Saúde Animal (VPS)		
Serviços	Responsáveis	Suplentes
Saúde Animal e Higiene dos Alimentos	Prof. dr. Fernando Ferreira	Prof. dra. Evelise Oliveira Telles
Departamento de Patologia (VPT)		
Serviços	Responsáveis	Suplentes
Ambulatório de Aves	Prof. dr. Antonio José Piantino Ferreira	Prof. dra. Tânia de Freitas Raso
Patologia Animal	Prof. dra. Claudia Momo	Prof. dr. Paulo Cesar Maiorka
Intensivo de Monitorização	Prof. dra. Silvia Renata Gaido Cortopassi e Denise Saretta Schwartz	Prof. dr. Cassio Ricardo Auada Ferrigno e Marcia Mery Kogika

Casuística atendida pelo hovet em consultas/casos novos e procedimentos (2012-2016)

Consultas/Casos novos						
	Serviços	2012	2013	2014	2015	2016
Clínica Médica de Pequenos Animais	Cardiologia	1218	1212	1119	1092	1143
	Clínica Médica de Pequenos Animais	1796	2262	2423	2477	2058
	Dermatologia	1391	1004	1336	1725	1094
	Pronto Atendimento Médico de Pequenos Animais	1912	1162	599	597	388
	Subtotal	6317	5640	5477	5891	4683
Clínica Cirúrgica de Pequenos Animais	Cirurgia de Pequenos Animais	2633	2848	2455	2482	1840
	Oftalmologia	860	832	650	707	586
	Ortopedia*	-	-	-	-	737
	Subtotal	3493	3680	3105	3189	3163
Clínica Médica e Cirúrgica de Grandes Animais	Cirurgia de Grandes Animais	187	146	202	186	212
	Clínica de Bovinos e Pequenos Ruminantes	246	369	330	299	254
	Clínica Médica de Equinos	305	288	332	298	320
	Subtotal	738	803	864	783	786
Clínica Médica e Cirúrgica de Animais Selvagens	Ambulatório de Aves	605	639	599	524	551
	Subtotal	605	639	599	524	551
Reprodução Animal	Inseminação Artificial e Reprodução Animal	26	11	24	27	60
	Obstetrícia e Ginecologia	563	659	504	495	419
	Subtotal	589	670	528	522	479
Serviço Intensivo de Monitorização	Serviço Intensivo de Monitorização	360	440	368	582	583
		360	440	368	582	583
Total		12102	11872	10941	11491	10245

Retornos						
	Serviços	2012	2013	2014	2015	2016
Clínica Médica de Pequenos Animais	Cardiologia	1944	1688	1557	1752	1975
	Clínica Médica de Pequenos Animais	7581	10585	10375	9580	8503
	Dermatologia	2364	1680	2016	823	1432
	Pronto Atendimento Médico de Pequenos Animais	6083	1674	690	704	614
	Subtotal	17972	15627	14638	12859	12524
Clínica Cirúrgica de Pequenos Animais	Cirurgia de Pequenos Animais	3374	3098	3342	4863	3360
	Oftalmologia	1677	1800	1330	1489	1466
	Ortopedia*	-	-	-	-	2576
	Subtotal	5051	4898	4672	6352	7402
Clínica Médica e Cirúrgica de Grandes Animais	Cirurgia de Grandes Animais	34	25	26	31	42
	Clínica Médica de Equinos	41	18	54	38	32
	Subtotal	75	43	80	69	74
Clínica Médica e Cirúrgica de de Animais Selvagens	Ambulatório de Aves	434	483	508	400	381
	Subtotal	434	483	508	400	381
Reprodução Animal	Inseminação Artificial e Reprodução Animal	8	20	1	22	49
	Obstetrícia e Ginecologia	1231	1359	1225	1153	1162
	Subtotal	1239	1379	1226	1175	1211
	Serviço Intensivo de Monitorização	102	116	189	87	155
	Subtotal	102	116	189	87	155
Total		24873	22546	21313	20942	21747

Cirurgias						
	Serviços	2012	2013	2014	2015	2016
Clínica Médica de Pequenos Animais	Dermatologia	18	30	22	8	1
	Subtotal	18	30	22	8	1
Clínica Cirúrgica de Pequenos Animais	Cirurgia de Pequenos Animais	608	460	759	1014	629
	Oftalmologia	143	227	176	329	304
	Ortopedia*	-	-	-	-	376
	Subtotal	751	687	935	1343	1309
Clínica Médica e Cirúrgica de Grandes Animais	Cirurgia de Grandes Animais	204	171	249	263	254
	Subtotal	204	171	249	263	254
Reprodução Animal	Obstetrícia e Ginecologia	167	336	340	364	321
	Subtotal	167	336	340	364	321
Total		1140	1224	1546	1978	1885

Anestesias						
Anestesiologia Veterinária	Pequenos Animais	2210	2452	2032	1970	2074
	Grandes Animais	890	165	204	180	252
	Subtotal	3100	2617	2236	2150	2326
Total		3100	2617	2236	2150	2326

Exames						
Laboratório Clínico	Laboratório Clínico	40092	42748	39665	37040	39492
	Laboratório de Doenças Nutricionais	29	36	43	31	40
	Laboratório de Dosagens Hormonais	0	560	242	0	0
	Saúde Animal e Higiene dos Alimentos	515	1359	615	384	353
	Subtotal	40636	44703	40565	37455	39885
Diagnóstico por Imagem	Radiologia	5380	5898	5961	5287	5172
	Ultrassonografia	2248	2317	2235	2274	2068
	Tomografia computadorizada	135	215	160	171	246
	Subtotal	7763	8430	8356	7732	7486
Patologia Veterinária	Necropsia	308	352	353	383	389
	Exames histopatológico	320	619	434	423	564
	Exame citológico	42	152	66	227	655
	Subtotal	670	1123	853	1033	1608
Total		49069	54256	49774	46220	48979

*Serviço criado em 2015

Fonte: Relatório da acreditação nacional apresentado ao CFMV, 2017.

Futuro do HOVET

Em relação ao seu futuro, o Hospital Veterinário precisa ter como metas para o século XXI:

- a sua transformação em um hospital com atendimento 24 horas, ou seja, ser um Hospital das Clínicas veterinário (HC-Vet FMVZ-USP). Falta pouco para isso; e
- a total informatização dos seus serviços e procedimentos, o que facilitará sua transformação neste sonhado hospital do século XXI.

PUBLICAÇÕES DE LIVROS CIENTÍFICOS

Os docentes da FMVZ têm várias contribuições na produção de livros didáticos destinados especialmente aos alunos de graduação, mas que também são úteis para pós-graduandos e profissionais da área privada. Entre esses livros, podemos citar:

- VPT: *Tratado de animais selvagens: medicina veterinária* (na segunda edição), *Farmacologia aplicada à medicina veterinária* (na sexta edição), *Toxicologia aplicada à medicina veterinária* (na segunda edição), *Medicamentos em animais de produção, Farmacologia aplicada à avicultura, Patologia aviária, Veterinary Forensics: Animal Cruelty Investigations* (na segunda edição).
- VCI: *Tratamento da dor na clínica de cães e gatos; Técnicas de anestesia em cães e gatos.*

ACREDITAÇÃO NACIONAL DA GRADUAÇÃO

A FMVZ é uma das três escolas de veterinária do Brasil que possuem acreditação nacional outorgada pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária, em relação ao ensino de graduação, junto com as nossas coirmãs FMVZ da Unesp de Botucatu e o curso de Medicina Veterinária da Universidade Federal de Lavras (MG).

Foi feita uma autoavaliação (Universidade de São Paulo, 2017) elaborada por uma comissão especialmente instituída para essa finalidade, sob a coordenação do prof. dr. Enrico Lippi Ortolani e da profa. dra. Helenice de Souza Spinosa, objeto da Portaria FMVZ n. 37, a qual contou com uma intensa dedicação coletiva dos docentes, funcionários e alunos. Os resultados foram apresentados ao Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), em atendimento ao Edital 1/2017, sobre a habilitação para candidatura à acreditação do curso de Medicina Veterinária. Essa acreditação foi outorgada em 2017 por um período de 5 anos.

PORTARIA FMVZ n. 37/2017

O senhor Professor Doutor José Antonio Visintin, Diretor da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais, regimentais e estatutárias: R E S O L V E

Artigo 1º – Designar os Professores Doutores: Enrico Lippi Ortolani, Denise Saretta Schwartz, Evelise Oliveira Telles, Fábio Gregori, Francisco Palma Rennó, Helenice de Souza Spinosa, José Henrique Hildebrand e Grisi Filho, Maria Claudia Araripe Sucupira, Mayra Elena Ortiz D'Ávila Assumpção, Paula de Carvalho Papa, Rodrigo Martins Soares, Sílvia Regina Ricci Lucas, Sílvia Renata Gaido Cortopassi.

Os servidores não docentes: Joana Ferreira Dias de Vasconcelos (Assistente Acadêmica), Decio Gomes da Silva (Assistente Financeiro), Camila Molgara Gamba (Biblioteca) e Isabela Furegatti Correa (Comissão de Cooperação Internacional).

para constituírem a Comissão incumbida de fundamentar a solicitação de Acreditação do curso de Medicina Veterinária desta Faculdade pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária.

Artigo 2º – A Comissão será presidida pelo Prof. Dr. Enrico Lippi Ortolani.

Artigo 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua expedição.

São Paulo, 1º de agosto de 2017.

José Antonio Visintin
Diretor

ACREDITAÇÃO INTERNACIONAL

Em agosto de 2018, a FMVZ teve o privilégio de abrigar o evento comemorativo dos 60 anos de cooperação entre o Brasil e Alemanha, especialmente com a Escola Superior de Veterinária de Hannover (TIHO). Foi um trabalho árduo de organização por todos os bolsistas que estiveram na Alemanha e, especialmente, na FMVZ, destacando a dedicação da profa. Lilian Gregory.

Essa escola alemã foi fundamental para o desenvolvimento da Medicina Veterinária brasileira, envolvendo escolas públicas do norte ao sul, do leste ao oeste do Brasil, tanto no aspecto tecnológico como, especialmente, na formação de recursos humanos das nossas faculdades. Estiveram presentes nesse encontro todas as instituições e a maioria dos professores que estiveram, especialmente, em Hannover para comemorar esse grande legado propiciado pela Alemanha às Escolas de Veterinária do Brasil, resultando na publicação do livro *60 Anos – Cooperação entre Brasil-Alemanha – Medicina Veterinária 1958-2018 – Uma história transformadora*, editado pelos profs. José Carlos de Andrade Moura (Bahia) e William Gomes Vale (Pará).

Também aproveitamos essa reunião para prorrogar o convênio entre a FMVZ e a Escola Superior de Hannover.

Durante esse evento, que contou com a presença do presidente da Escola Superior de Hannover e vice-presidente da European Association of Establishments for Veterinary Education (EAEVE), prof. Gerhard Greif, a FMVZ foi convidada a participar, em 26 novembro de 2018, da comemoração dos 240 anos da fundação da TIHO e da sua acreditação, em 2018, pela EAEVE. Nessa comemoração, o prof. José Antonio Visintin foi agraciado com o prêmio *Doutor Honoris Causa* pela Escola Superior de Hannover pelos seus feitos de pesquisa na área de reprodução animal.

Nesse encontro de 26 de novembro de 2018 em Hannover, esteve presente o prof. Stéphane Martinot, presidente da EAEVE e chefe de gabinete do reitor da Fondation pour l'Université de Lyon, França, responsável por quatro universidades da região Lyon-Etienne, sete escolas da região e CNRS e dezessete estabelecimentos de ensino superior e de pesquisa.

Assim, de uma reunião especial entre a TIHO, a EAEVE e a FMVZ resultou um plano para iniciar o projeto de acreditação internacional da FMVZ, conforme carta da EAEVE, recebida pela FMVZ em 23 de novembro de 2018, aceitando a proposta de uma “*consultative visitation*” à FMVZ-USP para o sistema de acreditação European System of Evaluation of Veterinary Training (ESEVT).

Entrega do Certificado Doutor Honoris Causa ao Prof José Antonio Visintin na Escola Superior de Veterinária de Hannover, Alemanha. Escola Superior de Veterinária de Hannover, Alemanha.



Certificado Doutor Honoris Causa emitido pela Escola Superior de Veterinária de Hannover, Alemanha. Escola Superior de Veterinária de Hannover, Alemanha.

A acreditação internacional é uma das metas da FMVZ-USP para o século XXI e que coincide com a comemoração do seu centenário (1919-2019).

Foi nomeada uma comissão especial para coordenar esse projeto, presidida pela profa. Maria Lúcia Zaidan Dagli. Será uma longa e importante jornada para alcançar a acreditação internacional da graduação da FMVZ.

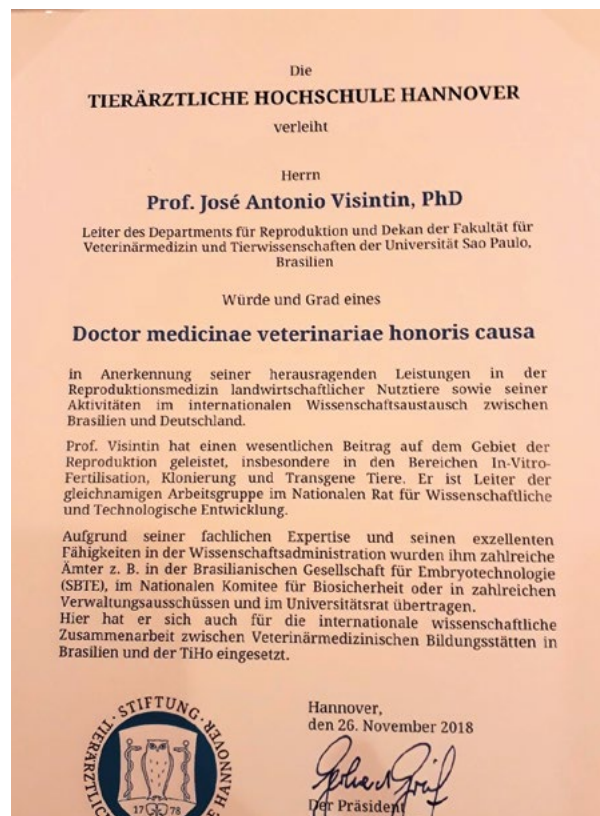
A comissão coordenará, junto com todos os professores, os funcionários e os alunos, a elaboração de um dossiê das atividades da FMVZ, que será enviado à EAEVE, que designará um grupo de oito professores europeus para avaliação *in loco*, em novembro de 2019, para atestar ou não essa acreditação ou recomendar melhorias às nossas atividades, especialmente da graduação, a fim de poder, então, atribuir à FMVZ a acreditação internacional.

PORTARIA FMVZ n. 5/2019

O senhor Professor Doutor José Antonio Visintin, Diretor da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais, regimentais e estatutárias: **R E S O L V E**

Artigo 1º – Designar os Professores Doutores:

Francisco Javier Hernandez Blazquez; Julia Maria Matera; Denise Saretta Schwartz; Enrico Lippi Ortolani; Silvia Regina Ricci Lucas; Francisco Palma Rennó; Julio Cesar de Carvalho Balieiro; Marcio Antonio Brunetto; Marcos Veiga dos Santos; Evelise Oliveira Telles; Bruno Cogliati; Cristina de Oliveira Massoco Salles Gomes; Maria Lúcia Zaidan Dagli; Claudia Barbosa Fernandes; Mayra Elena Ortiz D'Avila Assumpção; e José Antonio Visintin. Os Servidores não docentes: Alessandra de Cássia Terassi da Silva; Décio Gomes da Silva. Isabela Furegatti Correa; Jairo Carlos Filho; Joana Ferreira Dias de Vasconcelos; Luciene Cibelle Soares Luiz Vitor; Patrícia Zimbardi; Maria Paula Habitante Thomas; e Vera Lúcia Ferreira Silva.



Os Alunos de Graduação: Fabiana Kaori Ito; Gabriel de Assis Duarte; Gabriel Siqueira Santos; Isabelle Gonçalves de Lima; José Airton Rodrigues Soares Junior; Júlia da Mata Góes Silva; Julia Jarcovis Soares; Júlia Silveira Queiroz; Livia Bartilotti; Marina Pellegrino da Silva; Mayan Press Goldfreind; Paula de Freitas Curti; e Silvia Ferreira da Silva

E a Associação dos Ex-Alunos (AEXA): Glaucio Pereira de Assis- Presidente

para constituírem a Comissão incumbida de conduzir as atividades do Processo de Acreditação Internacional do curso de Medicina Veterinária da Unidade, pela European Association of Establishments for Veterinary Education (EAEVE).

Artigo 2º – A Comissão será presidida pela Profa. Dra. Maria Lucia Zaidan Dagli.

Artigo 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua expedição, revogando-se as disposições anteriores.

São Paulo, 30 de janeiro de 2019.

José Antonio Visintin

Diretor

A ASSOCIAÇÃO DOS EX-ALUNOS DA FMVZ-USP (AEXA)

A AEXA foi criada em 1959, portanto, completa 60 anos junto com o centenário da FMVZ. Tem um papel importante para a integração dos ex-alunos e dos alunos de graduação, mostrando perspectivas aos novos profissionais. Isso passou a acontecer com maior expressão a partir de 2009, quando a AEXA iniciou os encontros de turmas, que fizeram muita diferença na integração entre os ex-alunos e os alunos de graduação. A atuação da AEXA é também um reconhecimento da missão da FMVZ na formação dos seus alunos, sejam eles empreendedores ou profissionais de sucesso no mercado de trabalho. Atualmente, em parceria com os ex-alunos, a AEXA está desenvolvendo uma ação social muito importante: a busca de recursos para bolsas de estudos para os alunos ingressantes que têm baixo poder financeiro, o que dificulta a realização do sonho de se formarem médicos veterinários na FMVZ-USP. Trata-se de uma nobre missão da AEXA.

A ADMINISTRAÇÃO DA FMVZ-USP

Para atender a toda essa demanda da FMVZ, seja no ensino de graduação e pós-graduação, na pesquisa ou na extensão, tanto em nível nacional quanto internacional, é necessária uma equipe administrativa composta por professores e funcionários comprometidos com os destinos da FMVZ.

A administração da FMVZ é composta pela Congregação, Conselho Técnico Administrativo, seis departamentos, quatro comissões estatutárias, CCInt, Biblioteca, dois museus, Informática, Comunicação e quatro assistências.

A FMVZ é a única unidade da USP que tem quatro assistências, sendo três em São Paulo: Assistência Acadêmica, Assistência Administrativa e Assistência Financeira. E como a FMVZ tem instalados os seis departamentos tanto no *campus* da capital como no *campus* Fernando Costa, em Pirassununga, foi necessária a criação da quarta assistência, a Assistência Técnica Administrativa de Pirassununga (ATPS), para dar apoio aos departamentos nas áreas acadêmica, administrativa e financeira.

A Assistência Acadêmica administra as comissões estatutárias de graduação, pós-graduação, pesquisa e cultura e extensão, assim como a comissão de internacionalização, que atende os convênios internacionais de docentes e de alunos de graduação e pós-graduação. Ainda, dá todo suporte aos órgãos colegiados e à diretoria, tanto na área jurídica quanto nos concursos de ingressos de docentes e de ascensão na carreira acadêmica, assim como apoia todos os eventos relacionados à área acadêmica da FMVZ, inclusive colaborando em vários

segmentos da USP. A Assistência Administrativa dá todo apoio à FMVZ quanto ao gerenciamento de obras, de manutenção predial e equipamentos, de transporte, de eventos, de contratos de limpeza, segurança, resíduos químicos, hospitalar, sólidos e recicláveis, jardinagem.

A Assistência Financeira administra todas as compras diretas, pregões, licitações, concorrências, assim como a contabilidade, o almoxarifado e pagamentos via tesouraria. Isso envolve a administração central, os seis departamentos, Hospital Veterinário, museus e informática, assim como tem colaborado com outras unidades da USP.

A Assistência Técnica Administrativa de Pirassununga foi criada em 2007, na gestão dos profs. José Antonio Visintin (diretor) e Enrico Lippi Ortolani (vice-diretor), tendo o intuito de assessorar a diretoria da FMVZ no planejamento, organização e controle de assuntos administrativos, financeiros e acadêmicos, de forma a permitir que os seis departamentos e seus laboratórios lotados em Pirassununga tenham as melhores condições para desempenhar suas atividades de ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão. Na área acadêmica, atende uma comunidade de 25 docentes, 50 funcionários, 40 aposentados, 80 alunos de graduação que residem durante um semestre do curso em Pirassununga (Nutrição e Produção Animal) e 80 alunos que retornam semestralmente em sistema de rodízio, para ter aulas práticas das disciplinas dos demais cinco departamentos, ou seja, semestralmente são 160 alunos de graduação que frequentam o *campus* de Pirassununga e, aproximadamente, 100 alunos de pós-graduação dos departamentos alocados nesse *campus*.

Portanto a ATPS presta serviços acadêmicos, administrativos, financeiros, infraestrutura predial/transporte e suporte de computação aos docentes, funcionários e alunos da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia no *campus* Fernando Costa, em Pirassununga, necessários para que todos os departamentos desenvolvam suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. A Seção Técnica de Informática (STI) surgiu na década de 1990 e zela pela manutenção do parque tecnológico da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo, mantendo, expandindo, gerindo e desenvolvendo seus recursos, tanto de instalações físicas (cabearamento estruturado) quanto em *hardware* e *software*, oferecendo suporte técnico especializado aos seus funcionários, alunos e docentes, tanto no *campus* da capital (1990) quanto em Pirassununga (2008).

Tem atuação em rede (wifi, rede cabeada, instalação de pontos, VPN, *firewall*, dhcp, dns, Projetos, Monitoramento e Gerenciamento), em suporte (*hardware*, *software*, antivírus, programas do HOVET: Synapse, SGV e Workclin), em

milhões de reais, ou seja, metade do orçamento, que seriam suficientes para 70% das obras planejadas. Infelizmente, com a crise que assolou a USP em 2014, assim como o estado de São Paulo e o Brasil, todos os nossos recursos foram recolhidos para preservar os compromissos da USP. O sonho foi postergado, mas, desistir, jamais.

As próximas gerações dispõem do Plano Diretor, que poderá ser alterado de acordo com a evolução das necessidades de cada época. Será, contudo, sempre um balizador para a futura expansão da infraestrutura necessária para atingir as metas planejadas para o século XXI em relação ao ensino, à pesquisa e à extensão da FMVZ-USP.

Mas parece que tudo conspira em favor da FMVZ centenária, porque a instituição tem um DNA de uma profissão extremamente social, impresso em seu currículo em 18 de dezembro de 1919. É uma profissão que cuida muito bem dos nossos animais, sejam eles animais de produção de alimentos para o ser humano, os de companhia ou os silvestres. Mas esse mapa genético foi decifrado no currículo implantado na segunda década do século XXI (2017) que é o aprendizado eficiente e consciente do estudante.

Ainda, temos um compromisso fervoroso com o bem-estar animal, ou seja, para o século XXI, teremos que investir em pesquisas sobre alimentação e saúde para os nossos animais de estimação (cães, gatos, equinos etc.) que fazem parte da família brasileira, assim como em pesquisas sobre ambiência para os nossos animais de produção de alimentos para o ser humano, como a climatização dos estábulos de bovinos de leite, de suínos e de aves de corte e poedeiras, propiciando um ambiente especial.

Quanto aos animais silvestres, devemos nos debruçar em pesquisas que resultem na produção industrial de alimentos de alta qualidade, à semelhança dos *pets* e dos animais de produção, para que possamos alcançar a reprodução desses animais em cativeiros e, junto com o comportamento animal, propiciar a recolocação e o repovoamento dos *habitats* naturais.

Em relação ao meio ambiente, o médico veterinário da FMVZ da USP tem o compromisso de proteger as matas e os mananciais sem comprometer a produção de alimentos, especialmente para os mais necessitados. Para isso, deveremos estar prontos para desenvolver pesquisas e formar recursos humanos para atender uma Medicina Veterinária de alta precisão para compensar a redução de área para a produção de alimentos. É preciso compartilhar, e não dividir, e a Medicina Veterinária nos proporciona isso, um sistema ganha-ganha.

Essa atividade é tão importante que a FMVZ começou, no *campus* Fernando Costa, em Pirassununga, em 1957, com a implantação do Departamento de Zootecnia e concluiu, em

2019, ano do centenário, a instalação dos seis departamentos, mostrando o papel preponderante que a FMVZ tem sobre o agronegócio paulista e brasileiro, desenvolvendo pesquisas e formando recursos humanos de alto nível para atender à demanda nacional.

Os ex-alunos são todos, profissionalmente e pessoalmente, vitoriosos. Somado a isso, a FMVZ está integrada ao projeto Saúde Única, com outras unidades da USP.

Na área administrativa, a FMVZ precisa informatizar todos os seus processos e procedimentos, tanto acadêmicos como administrativos ou financeiros, em busca de maior precisão e valorização do trabalho, seja dos docentes, dos funcionários ou dos alunos. O projeto está em andamento e conta com o envolvimento de todos os funcionários da FMVZ, a fim de concretizar esse objetivo em 2019.

Em relação ao futuro do Hospital Veterinário é preciso ter como metas para o século XXI a sua transformação em um hospital com atendimento 24 horas, ou seja, ser um Hospital das Clínicas Veterinário (HC VET FMVZ USP), e a total informatização dos seus serviços e procedimentos, o que facilitará a sua inclusão neste sonhado hospital do século XXI e do Bicentenário da FMVZ-USP.

A FMVZ, para atingir *estes* 100 anos de sucesso no ensino, pesquisa e extensão, contou com a participação de todos os seus docentes, funcionários e alunos, mas foi fundamental a participação dos seus dirigentes como catalisadores, tanto para a manutenção do curso, especialmente, na década de 1930, superando dificuldades, como para o contínuo crescimento e modernização da instituição até atingir esta data histórica do primeiro centenário (1919-2019) entre as melhores do mundo. A faculdade continuará transpondo os pequenos e os grandes obstáculos, pois a FMVZ é fundamental para o desenvolvimento tecnológico do estado de São Paulo e do Brasil, assim como para a formação de recursos humanos de alto nível.

GALERIA DOS EX-DIRETORES DA FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO DE 1919 A 2019

Instituto de Veterinária

- Dr. Eduardo Augusto Pirajá (médico): 27 jan. 1920 a 10 fev. 1921
- Dr. Garcia Neves de Macedo Forjaz (médico): 19 maio 1921 a 3 dez. 1927
- Dr. Alcides da Nova Gomes (médico): 3 dez. 1927 a 31 dez. 1928

Escola de Medicina Veterinária de São Paulo

- Dr. Alcides da Nova Gomes (médico): 6 mar. 1929 a 30 mar. 1931
- Dr. Alexandre de Mello (veterinário): 26 abr. 1931 a 14 set. 1931
- Dr. Mário Brandão Maldonado (médico e agrônomo): 14 set. 1931 a 5 out. 1934
- Dr. Alexandre de Mello (veterinário): subdiretor: 14 set. 1931 a 16 ago. 1934
- Dr. Altino Augusto de Azevedo Antunes (médico): 5 out. 1934 a 13 out. 1934
- Dr. Mário Brandão Maldonado (médico e agrônomo): 5 nov. 1934 a 17 mar. 1937
- Dr. Paulo de Lima Correa (agrônomo): 17 mar. 1937 a 31 dez. 1937

Faculdade de Medicina Veterinária/Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP

- Prof. dr. Altino Augusto de Azevedo Antunes – Anatomia Patológica: 13 mar. 1935 a 5 maio 1938
- Prof. dr. Max de Barros Erhart – Anatomia dos Animais Domésticos: 6 jan. 1939 a 6 abr. 1943
- Prof. dr. Alcides da Nova Gomes – Microbiologia e Imunologia: 9 abr. 1943 a 21 mar. 1945.
- Prof. dr. Zeferino Vaz – Zoologia e Parasitologia: 3 abr. 1935 a 25 mar. 1947
- Reitor da Unicamp: 1966 a 1978
- Prof. dr. Gabriel Sylvestre Teixeira de Carvalho – Terapêutica Farmacológica: 1º abr. 1947 a 28 dez. 1948
- Reitor da USP: 1957 a 1960
- Prof. dr. Milton de Souza Piza – Zootecnia, Genética e Bromatologia: 16 mar. 1949 a 6 maio 1950
- Prof. dr. Dorival Fonseca Ribeiro – Química Orgânica e Biologia: 30 maio 1950 a 20 set. 1950.
- Prof. dr. João Soares Veiga – Zootecnia e Exterior dos Animais: 5 out. 1950 a 11 out. 1956
- Prof. dr. Euclides Onofre Martins – Anatomia Patológica: 13 out. 1956 a 20 out. 1965
- Prof. dr. Orlando Marques de Paiva – Anatomia Descritiva: 25 out. 1965 a 24 out. 1972
- Reitor da USP: 1973 a 1977
- Prof. dr. Adolpho Ribeiro Netto – Saúde Pública e Bioestatística: 25 out. 1972 a 24 out. 1976
- Prof. dr. Fernando Varela de Carvalho – Terapêutica Farmacológica: 10 nov. 1976 a 18 nov. 1980

- Prof. dr. Vicente Borelli – Anatomia Topográfica – 9 jan. 1981 a 8 jan. 1985
- Prof. dr. José Cezar Panetta – Inspeção e Higiene dos Alimentos: 9 jan. 1985 a 9 jan. 1989.
- Prof. dr. João Palermo Neto – Farmacologia Aplicada e Toxicologia: 3 mar. 1989 a 2 mar. 1993
- Prof. dr. José de Alvarenga – Patologia e Clínica Cirúrgica: 26 abr. 1993 a 14 jun. 1993
- Profa. dra. Mitika Kuribayashi Hagiwara – Clínica Médica de Monogástricos: 27 jul. 1993 a 27 jul. 1997
- Prof. dr. João Palermo Neto – Farmacologia Aplicada e Toxicologia – 4 ago. 1997 a 3 ago. 2001
- Prof. dr. Masao Iwasaki – Radiologia: 4 ago. 2001 a 5 ago. 2003
- Prof. dr. Cássio Xavier de Mendonça Junior – Doenças Nutricionais e Metabólicas: 3 set. 2003 a 2 set. 2007
- Prof. dr. José Antonio Visintin – Reprodução Animal: 3 set. 2007 a 4 set. 2011
- Prof. dr. Enrico Lippi Ortolani – Doenças Nutricionais e Metabólicas: 5 set. 2011 a 4 set. 2015
- Prof. dr. José Antonio Visintin – Reprodução Animal: 5 set. 2015 a 4 set. 2019

REFERÊNCIAS

- BARUSELLI, P. S. Avaliação do mercado de IATF no Brasil. *Boletim Eletrônico do Departamento de Reprodução Animal/FMVZ/USP*, 1. ed., 2019. Disponível em: <http://vra.fmvz.usp.br/boletim-eletronico-vra/>. Acesso em: 15 mar. 2019.
- DIAS, J. C. *Virtuosa missão: a história da medicina veterinária no Estado de São Paulo e as suas contribuições para o desenvolvimento da criação de animais no Brasil*. São Paulo: Apamvet, 2015.
- FNP. *ANUALPEC*. São Paulo, 2018.
- KNIGHT, Jane. Universidades apostam na internacionalização: entrevista. Entrevistadora: Grazieli Gotardo. *Jornal Extra Classe*, jul. 2014. Disponível em: <http://www.extraclasse.org.br/edicoes/2014/07/universidades-apostam-na-internacionalizacao/>. Acesso em: 15 mar. 2019.
- STALLIVIERI, L. O processo de internacionalização nas instituições de ensino superior. *Educação Brasileira*, v. 24, n. 48-49, p. 35-57, 2002.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia. *Relatório apresentado ao Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) para a candidatura à acreditação do curso*. São Paulo: FMVZ-USP, 2017.

